

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de  
Ações Ordinárias de Emissão da



M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF nº 07.206.816/0001-15  
Rodovia BR 116 - Km 18  
CEP 61760-000 – Eusébio - CE  
Código ISIN: BRMDIAACNOR7

17.220.000 Ações Ordinárias  
Valor da Distribuição – R\$361.620.000,00  
Código de Negociação no Segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”): MDIA3

## Preço por Ação Ordinária: R\$21,00

O Dibra Fundo de Investimento em Participações (“Acionista Vendedor”) está realizando uma oferta que compreende a distribuição pública secundária de 17.220.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”), de titularidade do Acionista Vendedor (“Ações”), a ser realizada na República Federativa do Brasil (“Brasil”), sob coordenação do Banco Pactual S.A. (“Pactual” ou “Coordenador Líder”) e, ainda, com esforços de colocação no exterior, a serem realizadas pelo Pactual Capital Corporation, pelo UBS Securities LLC, pelo Deutsche Bank Securities Inc. e pelo Banco do Brasil Securities LLC (“Agente de Colocação Internacional”), conforme deliberado pelo órgão competente do Acionista Vendedor, em reuniões realizadas em 28 de agosto de 2006 e 26 de setembro de 2006 (“Oferta”).

As Ações serão colocadas no Brasil, por meio de instituições financeiras lideradas pelo Coordenador Líder, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores (“Instrução CVM 400”). As Ações serão distribuídas (i) por meio de distribuição pública em mercado de balcão não-organizado a ser realizada no Brasil, destinada ao público e a investidores institucionais e, ainda, (ii) no exterior, mediante esforços de colocação, (a) sendo nos Estados Unidos da América, junto a investidores institucionais qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), definidos em conformidade com a Regra 144A ao amparo do *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado (“*Securities Act*”) e editado pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”), e (b) nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), para investidores institucionais e outros investidores que não sejam *U.S. persons*, definidos em conformidade com o Regulamento S ao amparo do *Securities Act*, em ambos os casos sob as isenções de registro previstas no *Securities Act*. Não foi, nem será realizado, qualquer registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro País, exceto o Brasil. Para participar da Oferta, os investidores residentes no exterior deverão ser registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores, e na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.

O preço de venda das Ações (“Preço por Ação”) foi fixado após a realização de procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de *Bookbuilding*”), conduzido no Brasil pelo Coordenador Líder.

	Preço	Comissões	Recursos Líquidos <sup>(1)</sup>
Por Ação	R\$21,00	R\$12.295.080,00	R\$349.324.920,00

<sup>(1)</sup> Sem levar em conta o exercício da Opção de Ações Suplementares, conforme abaixo definida, e sem o desconto de despesas nem de tributos, relacionados à Oferta, inclusive os aplicáveis sobre o pagamento de comissões.

A quantidade total de Ações objeto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 2.583.000 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a 15,0% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (“Ações Suplementares”), conforme opção para aquisição de tais ações outorgada pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, a qual será destinada exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400 (“Opção de Ações Suplementares”). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida, por decisão do Coordenador Líder, a partir da data da assinatura do Contrato de Coordenação, Colocação e Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão de M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Contrato de Colocação”), inclusive, e em até 30 dias contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do anúncio de início da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Início”).

Registro da presente distribuição pública secundária na CVM: CVM/SRE/SEC/2006/028, em 17 de outubro de 2006.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as ações a serem distribuídas.

Este Prospecto Definitivo não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir por adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto Definitivo para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.



“A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 4890254, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública.”

Coordenador Líder



Coordenadores Contratados



## ÍNDICE

### Parte I – INTRODUÇÃO

---

Definições .....	05
Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro .....	13
Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações .....	15
Informações Cadastrais da Companhia e do Acionista Vendedor.....	18
Sumário da Companhia .....	20
Resumo das Demonstrações Financeiras.....	26
Sumário da Oferta .....	33
Informações sobre a Oferta .....	38
Identificação de Administradores, Consultores e Auditores .....	49
Fatores de Risco .....	52
Destinação dos Recursos.....	61

### Parte II – COMPANHIA

---

Capitalização .....	64
Dividendos .....	65
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos .....	66
Informações Financeiras Seleccionadas.....	69
Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais.....	76
O Setor de Consumo e as Indústrias de Moagem de Trigo, Biscoitos e Massas .....	132
Atividades .....	144
Aspectos Regulatórios da Indústria.....	176
Administração .....	178
Principais Acionistas e Acionista Vendedor .....	189
Operações com Partes Relacionadas .....	190
Descrição do Capital Social .....	191
Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa .....	209

### Parte III – ANEXOS

---

Estatuto Social da Companhia aprovado nas Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de junho de 2006 e 31 de agosto de 2006 .....	219
Informações Anuais – IAN da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 (somente as informações não incluídas neste Prospecto Definitivo).....	248

### Parte IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e respectivo parecer dos auditores independentes.....	346
Balancos patrimoniais consolidados <i>pro forma</i> e demonstrações de resultados consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e respectivo parecer dos auditores independentes, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados inclusos na pág. 350 deste Prospecto Definitivo (nota explicativa 19, anexos I e II) .....	394
Informações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes.....	398

Demonstrações de resultados consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativas aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes, constantes das informações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados inclusas na pág. 413 deste Prospecto Definitivo (nota explicativa 20) .....	462
Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2006, e respectivo parecer dos auditores independentes comparadas com as informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2005, não auditadas .....	469
Balanço patrimonial consolidado <i>pro forma</i> e demonstrações de resultados consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativos ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2006, e respectivo parecer dos auditores independentes comparados com as informações financeiras consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2005, não auditadas, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para os períodos indicados inclusos na pág. 473 deste Prospecto Definitivo (nota explicativa 19, anexos I e II) .....	515
Informações financeiras da Adria Alimentos Ltda. relativas aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2005 e 2006 e, em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes.....	523

## Parte I – INTRODUÇÃO

---

Definições .....	05
Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro .....	13
Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações .....	15
Informações Cadastrais da Companhia e do Acionista Vendedor.....	18
Sumário da Companhia .....	20
Resumo das Demonstrações Financeiras.....	26
Sumário da Oferta .....	33
Informações sobre a Oferta .....	38
Identificação de Administradores, Consultores e Auditores .....	50
Fatores de Risco .....	53
Destinação dos Recursos.....	63

[página intencionalmente deixada em branco]

## DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto Definitivo, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto Definitivo.

<b>ABIMA</b>	Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias.
<b>ABITRIGO</b>	Associação Brasileira da Indústria do Trigo.
<b>Acionista Vendedor</b>	Dibra Fundo de Investimento em Participações.
<b>AC Nielsen</b>	AC Nielsen do Brasil Ltda.
<b>Ações</b>	17.220.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto desta Oferta.
<b>Ações Suplementares</b>	Quantidade de até 2.583.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a 15,0% das Ações inicialmente ofertadas na Oferta, a serem adquiridas, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder, em decorrência do exercício da Opção das Ações Suplementares outorgada pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder, no período compreendido entre a data da assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, até o término do período de 30 (trinta) dias contado do primeiro dia útil subsequente à publicação do Anúncio de Início, inclusive, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM 400.
<b>Adria</b>	Adria Alimentos do Brasil Ltda.
<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	Pactual Capital Corporation, UBS Securities LLC, Deutsche Bank Securities Inc. e Banco do Brasil Securities LLC.
<b>Análise Vertical ou AV</b>	Quando relativa a conta de resultado, consiste em percentual sobre o total da receita líquida; quando relativa a conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo; e quando relativa a conta do passivo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do passivo.
<b>ANBID</b>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
<b>ANDIMA</b>	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.

<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento de distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, a ser publicado na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início de distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, a ser publicado na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400.
<b>Anúncio de Retificação</b>	Anúncio informando da modificação da Oferta, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.
<b>Audidores Independentes</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>BM&amp;F</b>	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
<b>BOVESPA</b>	Bolsa de Valores de São Paulo.
<b>BOVESPA FIX</b>	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BOVESPA.
<b>BR GAAP</b>	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, normas emitidas pela CVM, normas contábeis emitidas pelo IBRACON e resoluções do CFC.
<b>BR GAAS</b>	Normas de auditoria aplicáveis no Brasil.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CBLC</b>	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
<b>CDI</b>	Certificado de Depósito Interfinanceiro.
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal.
<b>CETIP</b>	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos.
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade.
<b>CGMP</b>	Centro de Gestão de Meios de Pagamentos.
<b>Check Out</b>	Caixa registradora de estabelecimentos de varejo.
<b>Cliente Ativo</b>	Cliente que adquiriu produto da Companhia nos últimos 6 meses meses.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>Código Civil</b>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
<b>COFINS</b>	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

<b>Colaboradores</b>	Pessoas físicas integrantes da folha de pagamento da Companhia e da Adria, salvo quando especificado tratar-se de Colaboradores da Companhia ou da Adria somente.
<b>Companhia</b>	M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos.
<b>Contrato de Colocação</b>	Contrato de Coordenação, Colocação e Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Coordenador Líder e a CBLC, na qualidade de interveniente-anuente, relativo à distribuição pública secundária das Ações no Brasil.
<b>Contrato de Estabilização</b>	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, celebrado entre o Acionista Vendedor, o Coordenador Líder e a Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Contrato de Participação no Novo Mercado</b>	Contrato de Participação no Novo Mercado, firmado entre a Companhia e a BOVESPA em 1º de setembro de 2006, contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado. A eficácia do Contrato de Participação no Novo Mercado somente terá início na data da publicação do Anúncio de Início.
<b>Contrato de Facilitação de Colocação</b>	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, referente aos esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
<b>Controladas</b>	Adria, Tergran, Fábrica Fortaleza Investments Inc., M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay .S.A .
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Pactual S.A.
<b>Coordenadores Contratados</b>	Banco UBS S.A., Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão e BB Banco de Investimento S.A.
<b>Corretoras Consorciadas</b>	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, membros da BOVESPA, que fazem parte exclusivamente da colocação das Ações na Oferta de Varejo.
<b>CPMF</b>	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Liquidação</b>	Data da liquidação física e financeira da Oferta, prevista para o último dia do Período de Colocação.
<b>Data de Liquidação das Ações Suplementares</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares.



<b>Derivativos</b>	Ações e outros títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos com lastro em ações ordinárias de emissão da Companhia.
<b>DIBRA</b>	DIBRA Fundo de Investimento em Participações.
<b>Dólar, Dólar norte-americano ou US\$</b>	Moeda corrente dos Estados Unidos.
<b>EBITDA</b>	Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.
<b>EBITDA Ajustado</b>	Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA <i>pro forma</i> , para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia; (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto Social da Companhia.
<b>EUA ou Estados Unidos</b>	Estados Unidos da América.
<b>FISDB</b>	Francisco Ivens de Sá Dias Branco, controlador do Acionista Vendedor.
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
<b>FGV</b>	Fundação Getulio Vargas.
<b>Governo Federal</b>	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
<b>Green Jungle Brasil</b>	Green Jungle Investimentos do Brasil Ltda.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<b>IBRACON</b>	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
<b>IBOPE</b>	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> , correspondente às normas internacionais de contabilidade.
<b>IGP-M</b>	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
<b>INPC</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
<b>INPI</b>	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social.
<b>Instrução CVM 325</b>	Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
<b>Investidores Institucionais</b>	Pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o Valor Máximo estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as regras da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
<b>Investidores Não-Institucionais</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento que decidam participar da Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de investimento de R\$1.000,00 (mil reais) e o valor máximo de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional (“ <u>Valor Mínimo</u> ” e “ <u>Valor Máximo</u> ”, respectivamente).
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
<b>Lafis</b>	JM Consultoria Ltda.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações.
<b>M. Dias Branco</b>	A Companhia e suas controladas, de forma consolidada.

<b>N/A</b>	Não aplicável.
<b>N/D</b>	Não disponível.
<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de listagem da BOVESPA.
<b>Oferta</b>	A presente oferta pública de 17.220.000 Ações, em mercado de balcão não-organizado, sem a possibilidade de distribuição parcial, a ser realizada: (i) no Brasil, por meio de uma distribuição pública secundária registrada na CVM, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400; e (ii) no exterior, mediante esforços de colocação, (a) nos EUA, para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com a Regra 144A editada pela SEC; e (b) nos demais países, exceto no Brasil e nos EUA, para investidores institucionais e outros investidores, que não sejam <i>U.S. persons</i> , definidos em conformidade com o Regulamento S editado pela SEC, em ambos os casos com base nas isenções previstas no <i>Securities Act</i> e em conformidade com os mecanismos de investimento da Instrução CVM 325 e da Resolução CMN 2.689.
<b>Oferta de Varejo</b>	Distribuição pública de, no mínimo, 10,0% das Ações objeto da Oferta, equivalente a 1.722.000 Ações, sem levar em consideração as Ações Suplementares, destinada prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que fizeram reservas no âmbito da Oferta de Varejo, irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto nos Pedidos de Reserva.
<b>Oferta Institucional</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
<b>Opção de Ações Suplementares</b>	Opção para aquisição de Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações, outorgada pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 e do Contrato de Colocação, a ser exercida, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder, no período compreendido entre a data da assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, até o término do período de 30 dias contado do primeiro dia útil subsequente à publicação do Anúncio de Início, inclusive, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta.
<b>Participantes da Oferta</b>	O Coordenador Líder, os Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas, considerados conjuntamente.
<b>Pedido de Reserva</b>	Formulário específico celebrado em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações, no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não-Institucionais.
<b>Período de Colocação</b>	Prazo para o Coordenador Líder da Oferta efetuar a colocação das Ações, de até 3 dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
<b>Período de Reserva</b>	Prazo para formulação de Pedido de Reserva iniciado em 5 de outubro de 2006, inclusive, e encerrado em 13 de outubro de 2006, inclusive.

<b>Pessoas Vinculadas</b>	Os (i) administradores ou controladores da Companhia; (ii) administradores ou controladores dos Participantes da Oferta; ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii). É vedada a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto.
<b>PIS</b>	Programa de Integração Social.
<b>Plano de Opção</b>	Plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia.
<b>Prazo da Oferta</b>	Prazo de no máximo 6 meses para a distribuição das Ações, ao Preço por Ação, contado da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
<b>Preço por Ação</b>	R\$21,00, preço de venda por Ação, fixado após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelo Coordenador Líder, conforme o artigo 44 da Instrução CVM 400.
<b>Prospecto Preliminar</b>	Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos.
<b>Prospecto Definitivo</b> ou <b>Prospecto</b>	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos.
<b>R\$, Real ou Reais</b>	Moeda corrente do Brasil.
<b>Regra 144A</b>	Regra 144A editada pela SEC sob amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>Regulamento S</b>	Regulamento S editado pela SEC sob amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>Regulamento do Novo Mercado</b>	Regulamento de Listagem do Novo Mercado que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado.
<b>Regulamento da Câmara de Arbitragem</b>	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BOVESPA.
<b>Resolução CMN 2.689</b>	Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores.
<b>SEC</b>	<i>United States Securities and Exchange Commission</i> .
<b><i>Securities Act</i></b>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, e posteriores alterações, editado pela SEC.
<b>SRF ou Receita Federal</b>	Secretaria da Receita Federal.

**Tergran**

Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.

**TJLP**

Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme determinado pelo CMN.

**U.S. GAAP**

Práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Definitivo inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco”, “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Atividades”.

Nossas estimativas e declarações acerca do futuro estão baseadas nas expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar os nossos negócios, condição financeira, os nossos resultados operacionais ou projeções, e o preço das nossas ações. Embora acreditemos que as estimativas e declarações acerca do futuro encontram-se baseadas em premissas razoáveis, tais estimativas e declarações estão sujeitas a diversos fatores de risco, incertezas e suposições, e são feitas com base em informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações acerca do futuro podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- oscilação brusca e inesperada dos preços de nossas matérias-primas e das embalagens, no mercado brasileiro e internacional;
- suspensão, cancelamento ou a não renovação de benefícios fiscais federais e estaduais de que atualmente somos titulares;
- não implementação integral de nossas estratégias de negócios;
- nossa capacidade de competir com êxito e dirigir os nossos negócios no futuro;
- nossa capacidade de contratar novos financiamentos, executar o nosso plano de expansão e implementar satisfatoriamente nossas estratégias, incluindo nossa habilidade de realizar potenciais aquisições e integrar os negócios adquiridos às nossas operações;
- nossa habilidade de continuar a manter uma rede de vendas altamente pulverizada, a fim de evitar dependência de um único cliente ou de grandes redes de supermercados;
- alterações das condições econômicas, dos negócios e políticas no Brasil, tais como da taxa de crescimento econômico, da inflação, da taxa de juros, da taxa de câmbio, dos tributos, das tarifas de importação e do ambiente regulatório;
- alterações nas leis e regulamentos aplicáveis ao setor alimentício;
- as condições de infra-estrutura e logística de transportes no Brasil;
- outros fatores que podem afetar nossas condições financeiras, liquidez e resultados de nossas operações; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco”.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares são usadas neste Prospecto Definitivo para identificar estimativas e declarações acerca do futuro. Tais estimativas e declarações acerca do futuro incluem informações sobre nossos resultados e projeções, nossa estratégia, nossos planos de captação de recursos, nossa posição competitiva, o setor de alimentos, oportunidades potenciais de crescimento, os efeitos futuros de novas regulamentações do setor e os efeitos de competição. Tendo em vista os riscos e incertezas descritos neste Prospecto Definitivo, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto Definitivo podem vir a não ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos riscos e incertezas mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações acerca do futuro para tomar uma decisão de investimento. As estimativas e declarações acerca do futuro incluídas neste Prospecto Definitivo refletem nosso entendimento na data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que disponibilizaremos publicamente atualizações ou revisões de quaisquer dessas estimativas e declarações acerca do futuro para fins de refletir eventos ou circunstâncias após esta data ou para refletir a ocorrência de eventos não antecipados.

## APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidados *pro forma* relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* auditadas por nossos auditores independentes de acordo com o BR GAAS.

Os dados de balanço patrimonial consolidado *pro forma* e demonstrações do resultado consolidadas *pro forma* relativos ao período de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram extraídos das informações financeiras consolidadas, e estão incluídas nas suas notas explicativas, e foram objeto de revisão especial de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o CFC.

Nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e as nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com o BR GAAP e com os critérios de elaboração de demonstrações e informações *pro forma*, conforme indicado em “Demonstrações e informações financeiras consolidadas *pro forma*”, abaixo.

Todas as demonstrações e informações financeiras incluídas neste Prospecto Definitivo são *pro forma*, salvo se indicado diversamente.

As informações financeiras devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações e informações financeiras anexadas a este Prospecto Definitivo e com as seções “Resumo das Demonstrações Financeiras”, “Informações Financeiras Selecionadas” e “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

### **Demonstrações e informações financeiras consolidadas *pro forma***

A apresentação das informações financeiras consolidadas *pro forma* neste Prospecto Definitivo visa a refletir os efeitos (i) da aquisição da Adria, em 22 de setembro de 2003 e (ii) da nossa cisão parcial realizada em 31 de março de 2006 (por meio da qual foram retirados bens, direitos e obrigações de nosso balanço patrimonial não relacionados às nossas principais atividades - fabricação de biscoitos e massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais), como se estes eventos tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2003. Para maiores informações sobre a aquisição da Adria e a cisão da Companhia, ver as seções “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Eventos Societários Recentes e Comparabilidade das Demonstrações Financeiras”, e “Atividades – História e – Eventos Societários Relevantes”. Como resultado, as informações financeiras consolidadas *pro forma* incluídas neste Prospecto Definitivo não são idênticas às nossas demonstrações financeiras históricas.

As premissas utilizadas na elaboração dessas informações *pro forma* foram as seguintes:

- os balanços patrimoniais consolidados *pro forma* de 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e de 31 de março de 2006 e as demonstrações de resultado consolidadas *pro forma* dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, dos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2005 e 2006 e dos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram preparados considerando os efeitos da nossa cisão realizada em 31 de março de 2006, como se esta tivesse efetivamente ocorrido em 1º janeiro de 2003;
- os efeitos sobre os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, dos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2005 e 2006 e dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 relacionados às aplicações financeiras cindidas, tais como juros e variações cambiais, foram excluídos das demonstrações de resultados *pro forma* em cada um dos exercícios sociais e períodos, líquidas dos efeitos correspondentes no imposto de renda e na contribuição social;



- as aplicações financeiras cindidas em 1º de janeiro de 2003 (*pro forma*) foram aquelas em que as principais características, tais como indexadores, taxas e prazos mais se assemelhavam às aplicações cindidas efetivamente em 31 de março de 2006, até o limite de seu saldo contábil. A cisão dos montantes das aplicações financeiras obedeceu à seguinte ordem de preferência em 1º de janeiro de 2003:
  - em primeiro lugar, foram cindidos os saldos de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) até o limite do seu saldo;
  - em segundo lugar, foram cindidos os fundos de aplicações financeiras em moeda nacional;
  - por fim, foram cindidos os saldos em fundos de aplicação no exterior. A variação cambial sobre a parcela de fundos de aplicação financeira no exterior foi excluída dos resultados de cada período.
- o cálculo dos juros de cada período foi efetuado com base nas taxas médias ponderadas no final de cada período em função da taxa do CDI, aplicada sobre o saldo cindido efetivamente em 31 de março de 2006 de forma retrospectiva. O montante da receita financeira de juros excluída do resultado no semestre encerrado em 30 de junho de 2005 corresponde a 50% da receita financeira excluída do resultado total do ano de 2005.
- os efeitos das movimentações de itens do ativo permanente cindidos, em cada período, foram excluídos, quando relevantes. Os efeitos desses itens sobre os resultados consolidados de cada período foram igualmente excluídos, quando relevantes.
- os balanços patrimoniais consolidados *pro forma* e as demonstrações de resultados consolidados *pro forma* não levaram em consideração qualquer destinação de lucros acumulados ocorrida em nenhum dos períodos, tais como constituição de reservas ou propostas de dividendos, ou outras movimentações entre grupos do patrimônio líquido. Todas as contrapartidas dos ativos e passivos cindidos *pro forma* foram lançadas na rubrica de lucros acumulados.
- os resultados da Adria, incorporados à demonstração de resultados consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, foram considerados como se a aquisição dessa controlada tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2003 e, portanto, refletem doze meses de operação daquela empresa.

Nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* são apresentadas somente para fins ilustrativos e não têm a intenção de representar quais seriam nossos resultados operacionais nem nossa posição financeira, caso essas transações tivessem ocorrido nas datas indicadas e também não são necessariamente uma indicação dos nossos resultados operacionais futuros ou da nossa condição financeira futura.

#### **Demonstrações e informações financeiras consolidadas históricas**

Estão, ainda, incluídas neste Prospecto Definitivo as seguintes informações financeiras elaboradas de acordo com o BR GAAP: (i) as nossas demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, de acordo com o BR GAAS; (ii) as nossas informações financeiras consolidadas históricas relativas aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o CFC; (iii) as nossas demonstrações financeiras consolidadas históricas relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2006, e respectivo parecer dos auditores independentes comparadas com as nossas informações financeiras consolidadas relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2005, não auditadas; e (vi) as informações financeiras da Adria relativas aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2005 e 2006 e em 30 de junho de 2005 e 2006, que foram objeto de revisão especial, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON em conjunto com o CFC.

Os resultados operacionais apresentados neste Prospecto Definitivo não são necessariamente indicativos de resultados futuros e tampouco indicam os resultados operacionais esperados e devem ser lidos em conjunto com as seções “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Informações Financeiras Seleccionadas”.

### **Participação de Mercado e Outras Informações**

As informações de mercado e sobre a nossa posição competitiva no nosso setor de atuação, incluindo estimativas de mercado, apresentadas ao longo deste Prospecto Definitivo, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações públicas e publicações do setor. Fazemos tais declarações com base em informações obtidas de fontes que consideramos confiáveis, tais como ABIMA, ABITRIGO, IBGE e Banco Central, e de empresas de pesquisa de mercado tais como AC Nielsen, Lafis e Euromonitor, dentre outras. Publicações governamentais e do setor, incluindo as referidas aqui, geralmente contêm declarações de que as informações nelas contidas foram obtidas de fontes consideradas confiáveis, mas a precisão e completude de tais informações não são garantidas. Apesar de não termos motivos para crer que qualquer dessas informações ou desses relatórios seja impreciso em qualquer aspecto relevante, as informações extraídas das fontes acima mencionadas não foram por nós verificadas de forma independente. Nós, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder não prestamos qualquer garantia a respeito da precisão de tais informações.

### **Outras Informações**

Alguns dos percentuais e outros valores incluídos neste Prospecto Definitivo foram arredondados para facilitar a apresentação. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata dos valores que os precedem.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA E DO ACIONISTA VENDEDOR

Identificação da Companhia	A Companhia é constituída sob a forma de sociedade anônima, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.206.816/0001-15, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE 23300008120.
Sede	A nossa sede está localizada na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.
Diretoria de Relações com Investidores	A nossa Diretoria de Relações com Investidores localiza-se em nossa sede. O Sr. Geraldo Luciano Mattos Júnior é o responsável por esta Diretoria e pode ser contatado pelo telefone (55 85) 4005-5667, fax (55 85) 4005-5598 e endereço de correio eletrônico <a href="mailto:geraldo@mdb.com.br">geraldo@mdb.com.br</a> .
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes, localizada na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, CEP 04530-904, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, telefone [confirmar: (55 11) 3067-3000 e fax (55 11) 3079-3752].
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos Acionistas da Companhia é efetuado em qualquer agência do Banco Bradesco S.A., cuja sede está localizada na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/nº - Prédio Amarelo Velho - 2º andar, Cidade de Deus. Os responsáveis pelo Departamento de Acionistas são os Srs. Rogério P. Felgueiras / Sr. Ademir R. dos Santos, que podem ser contatados pelos telefones (55 11) 3684.2309 / 9289 e faxes (55 11) 3684.5645 / 9281 e correios eletrônicos: <a href="mailto:4010.felgueiras@bradesco.com.br">4010.felgueiras@bradesco.com.br</a> / <a href="mailto:4010.rufino@bradesco.com.br">4010.rufino@bradesco.com.br</a> .
Novo Mercado	As Ações serão listadas no segmento Novo Mercado da BOVESPA no primeiro dia útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início, onde serão negociadas sob o código “MDIA3”. As Ações integrarão o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC da BOVESPA, no primeiro dia útil seguinte ao início de sua negociação no Novo Mercado.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no “Diário Oficial do Estado do Ceará” e nos jornais “O Povo” (CE) e “Valor Econômico”.
Site na Internet	O nosso <i>site</i> na Internet está disponível sob o endereço <a href="http://www.mdiasbranco.com.br">www.mdiasbranco.com.br</a> .

#### Informações Adicionais

Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas junto: (i) à Companhia, em sua sede e em seu *site* na Internet ([www.mdiasbranco.com.br](http://www.mdiasbranco.com.br)); (ii) ao Coordenador Líder, localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º/10º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e em seu *site* na Internet ([www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)); (iii) à BOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e em seu *site* na Internet ([www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)); e (iv) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou na Rua Líbero Badaró, nº 471, 10º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e em seu *site* na Internet ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). As informações constantes no *site* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto Definitivo, nem se encontram incorporadas por referência a este.

#### Identificação do Acionista Vendedor

Dibra Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações sob a forma de condomínio fechado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.973.152/0001-10, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, parte, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, administrado pelo Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

*Esta seção contém uma visão geral da Companhia e das ações de nossa emissão, incluindo informações constantes de outras seções deste Prospecto Definitivo. Esta seção não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de decidir investir em ações de nossa emissão. Antes de decidir investir nas ações de nossa emissão, o investidor deverá ler atentamente todo este Prospecto, incluindo as demonstrações e informações financeiras históricas e pro forma anexas a este Prospecto, bem como as informações contidas nas seções “Fatores de Risco” e “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.*

### Visão Geral

Com origem há mais de 60 anos, nossas atividades consistem na fabricação, comercialização e distribuição de produtos alimentícios, especificamente (i) biscoitos e massas, (ii) farinha e farelo de trigo, e (iii) margarinas e gorduras vegetais.

Somos líderes nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, em termos de volume de vendas, medido em toneladas, segundo dados da AC Nielsen. Também possuímos uma participação relevante no mercado brasileiro de farinha e farelo de trigo, uma das nossas principais matérias-primas, no qual acreditamos estar entre os três maiores participantes, em termos de volume de consumo, medido em toneladas. Além disso, desde 2002, atuamos no segmento de margarinas e gorduras vegetais, que usamos no nosso processo produtivo de biscoitos e massas, e também comercializamos. O Brasil é o nosso principal mercado, e foi responsável por 99,8% da nossa receita líquida em 2005.

Nós, a M. Dias Branco:

- produzimos a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos nossos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, fabricamos 89,7% da farinha de trigo e 65,6% de toda a margarina e gorduras vegetais utilizadas no nosso processo produtivo, o que acreditamos nos proporcionar significativos ganhos de sinergia operacional e integração de processos. Acreditamos que esta cadeia produtiva integrada nos permite um melhor planejamento da nossa produção, maior garantia da qualidade dos nossos produtos e melhor administração de nossos custos, aumentando nossa capacidade de praticar preços competitivos;
- em 30 de junho de 2006, tínhamos cerca de 33 mil clientes ativos. Nossas vendas são bastante pulverizadas, não havendo concentração significativa do volume de nossas vendas em nenhum cliente específico ou grupo de clientes específicos. Acreditamos que essa pulverização da nossa base de clientes tem nos conferido relevante liberdade na definição da nossa política de preços dos produtos, bem como da política de descontos comerciais. Também não dependemos individualmente de nenhum dos nossos fornecedores de nenhuma de nossas principais matérias-primas, o que nos dá grande flexibilidade na busca de opções de menor custo;
- temos uma ampla rede de distribuição dos nossos produtos, que inclui vendedores próprios, representantes comerciais e distribuidores, a qual cobre todos os Estados do Brasil. Essa rede nos permite ter expressiva presença nos principais centros consumidores do País. Nossos esforços de construção de sólido relacionamento de negócios com nossos clientes, aliados à pulverização da nossa base de clientes, têm nos permitido realizar vendas a prazo para nossos clientes com um nível de inadimplência que acreditamos ser pouco significativo;

- temos 10 unidades fabris localizadas em 6 Estados do País, que estão preparadas para a fabricação de vasta gama de produtos, o que nos dá relevante flexibilidade na definição do produto a ser fabricado dependendo do mercado consumidor onde a unidade estiver instalada, dos custos de logística e incentivos fiscais aplicáveis a cada unidade fabril. Seis das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de ICMS e 5 das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de IRPJ, o que tem contribuído para uma maior disponibilidade de caixa para os investimentos na nossa expansão, mediante o cumprimento dos requisitos impostos pelas autoridades fiscais;
- temos investido em tecnologia de ponta ao longo dos anos e contamos com diversas linhas de produtos sob as marcas Richester e Fortaleza – líderes de mercado nas regiões Nordeste e Norte – e sob as marcas Adria, Isabela, Basilar e Zabet – líderes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o que nos dá flexibilidade e permite oferecer uma variedade de produtos para mercados consumidores com demandas diferentes, a preços competitivos, e;
- tivemos expressivo crescimento nos volumes de nossa produção, medida em toneladas, e de nossas vendas nos anos de 2003, 2004, 2005 e no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, em razão dos fortes investimentos no aumento de capacidade de produção com a inauguração de dois novos complexos industriais (moinho e planta industrial) na Bahia e Paraíba - Grande Moinho Aratu e Grande Moinho Tambaú, respectivamente. Acreditamos que tais complexos nos colocam muito bem posicionados para: (i) explorarmos o potencial do crescimento de mercado, lançando mais produtos, incluindo aqueles de maiores margens de lucros, para reforçar nosso posicionamento; (ii) nos beneficiarmos de um nível maior de diluição de custos fixos derivados da operação das novas plantas à plena capacidade; (iii) nos beneficiarmos do aumento de renda e alta correlação de nosso setor com o crescimento econômico, e (iv) caso seja necessário, investirmos em ampliação de capacidade a custos marginais, em função da estrutura modular das novas plantas, com a estrutura civil já preparada para ampliações.

Nossa estrutura operacional é composta pela Companhia, com sede no Estado do Ceará, e nossa controlada, a Adria, com sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, as quais, em conjunto, contam com 16 unidades comerciais e 10 unidades industriais, estas localizadas nos Estados do Ceará (3 unidades), Rio Grande do Norte (1 unidade), Bahia (1 unidade), Paraíba (1 unidade), São Paulo (3 unidades) e Rio Grande do Sul (1 unidade).

Abaixo, apresentamos certas informações financeiras e operacionais consolidadas para os períodos indicados. A receita operacional líquida foi extraída das nossas demonstrações financeiras consolidadas históricas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, e das nossas informações financeiras consolidadas históricas relativas aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, com vistas a evidenciar o impacto da aquisição da Adria em nossos resultados e operações somente a partir de sua aquisição, em 22 de setembro de 2003. Todas as demais informações da tabela refletem dados estatísticos da Companhia e da Adria, para os períodos indicados abaixo:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de		
	2003	2004	2005	2004/ 2003 (%)	2005/ 2004 (%)	2005	2006	2006/ 2005 (%)
<i>(Em milhares de toneladas por ano, exceto percentagens)</i>								
<b>Receita operacional líquida (R\$ milhões)</b>	785,7	1.150,0	1.213,2	46,4	5,5	575,3	640,2	11,3
<b>Vendas em Volume <sup>(1)</sup></b>	573,7	746,7	807,8	30,2	8,2	383,6	434,1	13,2
Biscoitos	125,3	181,6	195,9	44,9	7,9	93,1	103,4	11,1
Massas	92,8	150,2	153,2	61,9	2,0	70,8	87,6	23,7
Farinha e Farelo de Trigo	341,7	392,1	425,9	14,7	8,6	202,8	227,0	11,9
Margarina	13,2	21,5	30,0	62,9	39,5	15,6	14,6	(6,4)
Gorduras Vegetais	0,7	1,3	2,8	85,7	115,4	1,3	1,5	15,4
<b>Participação no Mercado – Nacional <sup>(2)</sup></b>								
Biscoitos	13,5%	13,9%	13,7%	0,4	(0,2)	13,8%	14,1%	0,3%
Massas	17,8%	16,0%	15,8%	(1,8)	(0,2)	16,0%	16,4%	0,4%
<b>Participação no Mercado – Região Nordeste <sup>(2)</sup></b>								
Biscoitos*	26,1%	28,5%	26,1%	2,4	(2,4)	25,1%	25,6%	0,5%
Massas**	24,4%	22,4%	22,5%	(2,0)	0,1	22,2%	21,8%	(0,4)%
<b>Crescimento real do PIB <sup>(3)</sup></b>	0,5%	4,9%	2,4%	-	-	3,4%	2,2%	-

(1) Contempla números referentes à Adria somente a partir de 22 de setembro de 2003, quando foi adquirida.

(2) Fonte: AC Nielsen. Refere-se ao mês de dezembro dos anos de 2003, 2004 e 2005, somando-se dados de participação no mercado da Companhia e da Adria.

\* Refere-se à participação do mercado de biscoitos na Região Nordeste, com exceção dos Estados de Piauí e Maranhão, no ano de 2003.

\*\* Refere-se à participação de mercado de massas na Região Nordeste, com exceção dos Estados de Piauí e Maranhão, nos anos de 2003 a 2005, 1º semestre de 2005 e 2006.

(3) Fonte: IBGE.

## Pontos Fortes

Acreditamos que nossos pontos fortes incluem:

***Liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil e posição relevante no mercado nacional de farinha de trigo, associada à alta capacidade de crescimento orgânico.*** Somos líderes nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, com base no volume de vendas do período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, medido em toneladas. Adicionalmente, com base no comparativo de nossos números com os da ABITRIGO, que indicam uma previsão de consumo nacional total de aproximadamente 5,8 milhões de toneladas de trigo até 30 de junho de 2006, acreditamos estar entre as três maiores empresas de produção de farinha e farelo de trigo no País. Temos realizado expansões estratégicas ao longo dos anos, por meio da construção programada de novas unidades industriais e comerciais espalhadas por todo o País. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, nossos principais investimentos (incluindo o valor de aquisição da Adria) totalizaram, aproximadamente, R\$516,7 milhões, dos quais investimos, aproximadamente, R\$508,5 milhões em expansão e modernização de nosso parque fabril. Acreditamos que nossa liderança está associada à alta qualidade de nossos produtos, em parte, devido às nossas modernas plantas industriais, que acreditamos contarem com a mais avançada tecnologia disponível no mercado. Também acreditamos ter grande capacidade de crescimento orgânico a baixo custo marginal de expansão, tendo em vista que: (i) a maioria de nossas plantas industriais foram projetadas contemplando estruturas capazes de absorver novos equipamentos com grande agilidade e sem custos significativos; e (ii) contamos com terrenos disponíveis em praticamente todas as nossas plantas para ampliação da nossa estrutura física.

***Abrangência nacional e distribuição pulverizada.*** Em 30 de junho de 2006, contávamos com aproximadamente 37 representantes comerciais e 290 distribuidores, além de uma equipe própria de vendas, composta por 547 vendedores, dos quais 46,1% são dedicados aos nossos maiores clientes e 53,9% aos pequenos varejistas. Acreditamos que isto nos permite chegar a consumidores de diferentes perfis, inclusive nas mais distantes localidades do Brasil. Nos últimos anos, concentramos-nos no desenvolvimento da distribuição direta nos grandes centros consumidores do País e, nas demais localidades do Brasil, fortalecemos nosso sistema de distribuição terceirizada, possibilitando um constante aumento da pulverização de nossas vendas.

***Alto nível de integração do processo produtivo.*** Produzimos a maior parte de duas das nossas principais matérias-primas do segmento de biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, fabricamos 89,7% de toda a farinha de trigo e 65,6% de toda a margarina e gorduras vegetais utilizadas no nosso processo produtivo, o que acreditamos nos proporciona significativos ganhos de sinergia operacional. Acreditamos que esta cadeia produtiva integrada também nos proporciona obter um melhor planejamento da nossa produção, maior qualidade e preços mais competitivos para nossos produtos e melhor administração dos nossos custos de produção.

***Plantas estrategicamente localizadas em nossos mercados de atuação.*** Possuímos 10 fábricas estrategicamente localizadas em nossos principais mercados de atuação, o que facilita a operacionalização do nosso sistema de distribuição e vendas, além de contribuir para (i) a redução de custos de transporte dos nossos produtos; (ii) a agilidade na entrega; (iii) o maior conhecimento e abastecimento regular dos mercados locais; e (iv) a redução de risco de desabastecimento. Além disso, a nossa vasta rede de distribuição própria e terceirizada proporciona os mesmos diferenciais de atendimento aos nossos clientes em localidades onde não possuímos plantas industriais.

***Vendas com alto índice de horizontalização e baixa dependência de grandes redes.*** Nossa forte horizontalização das vendas, ampla rede própria de vendedores, de representação e de distribuição de produtos têm contribuído substancialmente para a baixa dependência das grandes redes de supermercados, o que acreditamos ser um dos nossos diferenciais em relação aos nossos concorrentes. Em 30 de junho de 2006, vendemos para, aproximadamente, 33 mil clientes ativos e não dependemos de nenhum deles em particular para vender parte significativa de nossas vendas, tendo nossos dez maiores clientes representado, aproximadamente, 16,4% da nossa receita líquida no período de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006 e o nosso maior cliente, apenas 4,2% da nossa receita líquida. Adicionalmente, apenas 8,1% da nossa receita líquida no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 adveio de vendas para grandes redes.



**Histórico de rentabilidade e solidez financeira.** Nosso desempenho financeiro tem sido historicamente consistente, sendo possível contar principalmente com a nossa alta capacidade de geração de caixa para nossa expansão orgânica e também expansão por meio de aquisições. Nosso lucro líquido, conforme informações financeiras históricas, foi de R\$50,7 milhões em 2003, R\$68,0 milhões em 2004 e R\$100,1 milhões em 2005, representando, portanto, uma consistente taxa composta de crescimento anual de 40,5%, e de R\$ 73,0 milhões em 30 de junho de 2006, conforme informações financeiras históricas, comparado com R\$ 58,2 milhões em 30 de junho de 2005, um crescimento médio de 25,4% no período. A nossa relação dívida/patrimônio líquido foi de 57,2% em 2003, 73,6% em 2004 e 76,3% em 2005.

**Atuação predominante em regiões de incentivo fiscal.** Das nossas 10 plantas industriais, 7 estão localizadas em regiões de incentivo fiscal, sendo que 6 delas são beneficiadas por incentivos fiscais relativos ao ICMS e 5 são beneficiadas pelo IRPJ. Esses benefícios fiscais federais e estaduais que nos garantem, sujeito a certas condições e prazos, isenção ou redução do imposto de renda, bem como a restituição de parte do valor do ICMS por nós recolhido aos Estados do Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os incentivos e benefícios fiscais concedidos nos proporcionaram uma economia no valor aproximado de R\$40,3 milhões, R\$47,1 milhões e R\$55,6 milhões nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Os incentivos e benefícios fiscais em 30 de junho de 2005 e 2006 representaram uma economia de R\$27,3 milhões e R\$23,3 milhões, respectivamente. Para mais informações sobre os referidos benefícios fiscais, veja a seção “Atividades – Incentivos Fiscais”.

**Baixa inadimplência.** Em 2005, aproximadamente, 25,7% da nossa receita operacional bruta foi realizada à vista; 74,3% a prazo, com prazo médio de recebimento, em 2005, de, 30,5 dias contados da data de emissão da nota fiscal para nossos clientes. As grandes redes de supermercado tiveram prazo médio de recebimento, em 2005, de 37,3 dias, contadas da emissão da respectiva nota fiscal. Durante os exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,6%, 1,4% e 1,7% de nossa receita líquida, respectivamente. Em 30 de junho de 2005 e 2006, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,1% e 1,0% de nossa receita líquida, respectivamente.

**Equipe experiente de administradores.** Nossa equipe de administradores possui ampla experiência nos setores em que atuamos, o que acreditamos ter contribuído para o consistente crescimento de nossas receitas e lucro operacional, a despeito de condições econômicas instáveis e ocasionalmente adversas. Nossa alta administração trabalha conosco, em média, há aproximadamente 10 anos, tomando-se como base o exercício social encerrado em 2005. Acreditamos que o crescimento histórico das nossas receitas e a expansão bem sucedida dos nossos negócios são os resultados diretos de estratégias executadas por nossa experiente equipe de administradores.

## **Estratégia**

Os principais elementos de nossa estratégia são:

**Ampliação da liderança de mercado.** Estamos comprometidos em manter e fortalecer nossa posição de liderança nos mercados onde atuamos e aumentar nossa lucratividade. Para isso, pretendemos:

- aumentar nossa produtividade mediante: (i) a otimização do uso de nossa infra-estrutura, tendo em vista a nossa alta capacidade de rápido crescimento orgânico a um baixo custo marginal de expansão para implementação de máquinas; (ii) a redução de custos, inclusive por meio do término do processo de integração das operações da Adria às nossas, previsto para o final de 2006 e pela diluição de custos fixos de nossos complexos industriais mais novos – Aratu e Tambaú; e (iii) a implementação da utilização de um novo sistema de gestão empresarial integrado, prevista para janeiro de 2007;
- ampliar nosso processo de verticalização por meio da implantação, nos próximos 3 anos, de unidades moageiras de trigo na região Sul ou Sudeste do País;
- fortalecer nossas marcas, tornando-as reconhecidas em âmbito nacional, por meio de investimento em marketing na mídia e esforço institucional em pontos de venda, com ações para divulgar e aumentar o reconhecimento de nossas marcas mais importantes no Nordeste, no Sul e Sudeste do País; e

- fortalecer a estratégia de vendas de novos produtos mediante uma identificação com os nossos produtos líderes de mercado, por meio, inclusive, da política de remuneração da equipe de vendas pautada no incentivo à venda de produtos de maior valor agregado e os recém-lançados.

***Aumento da nossa base de clientes.*** Não obstante nossa significativa base de clientes, pretendemos aumentá-la mediante:

- expansão geográfica, seja por crescimento orgânico ou por meio de aquisições no Brasil ou exterior;
- fortalecimento da estrutura de vendas a pequenos comércios visando ao crescimento da pulverização da base de clientes;
- ampliação das nossas vendas para o mercado de serviços de alimentação fora do lar e transformação de alimentos (*food service*), tais como restaurantes, hotéis, bares, hospitais, clubes, confeitarias e padarias; e
- ampliação de nossa rede de distribuição no País.

***Desenvolvimento e lançamento de novos produtos.*** Pretendemos continuar a focar nossas atividades no desenvolvimento, produção e marketing de produtos com maiores margens de lucros, tais como novas linhas de produtos voltadas para segmentos de mercados onde já atuamos (linhas *light*, *diet*, de margarina sem gordura *trans* e produtos *premium*).

***Novas aquisições.*** Em função da abrangência do território brasileiro e da América Latina como um todo, e do caráter pulverizado dos segmentos em que atuamos, acreditamos que o mercado da América Latina continua a oferecer possibilidades de expansão geográfica e consolidação de tais segmentos por meio de aquisições de empresas. Poderemos acelerar a implementação de nossas estratégias de negócios aproveitando oportunidades de aquisições de empresas que apresentem características tais como: (i) marcas fortes em suas regiões de atuação; (ii) sólida base de clientes; (iii) extensa rede de distribuição ou possibilidades de seu desenvolvimento; (iv) presença em regiões onde não atuamos ou onde temos menor presença; ou (v) possibilidade de aproveitamento de sinergias operacionais.

## RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial consolidado *pro forma* e demonstrativo de resultado consolidado *pro forma* e outras informações para os períodos ali indicados. As informações financeiras consolidadas *pro forma* de balanço patrimonial e demonstrativo de resultado foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos indicados, e estão incluídas em suas notas explicativas. As informações financeiras abaixo devem ser lidas em conjunto com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Informações Financeiras Seleccionadas” e “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidados *pro forma* relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* auditadas por nossos auditores independentes de acordo com o BR GAAS.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidados *pro forma* relativos aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram extraídos das informações financeiras consolidadas *pro forma*, objeto de revisão especial de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o CFC.

Nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com o BR GAAP e com os critérios de elaboração de demonstrações e informações *pro forma*, conforme indicado em “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Demonstrações e informações financeiras consolidadas *pro forma*”.

<i>Demonstração de Resultados Consolidada Pro Forma</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de							
	2003	AV%	2004	AV%	2005	AV%	2004/ 2003 (%)	2005/ 2004 (%)
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>								
<b>Receita operacional bruta</b>								
Venda de produtos	1.381,1	126,6	1.557,4	136,0	1.593,6	132,1	12,8	2,3
<b>Deduções</b>								
Impostos e deduções da receita bruta	(290,4)	(26,6)	(411,9)	(36,0)	(386,8)	(32,1)	41,8	(6,1)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.090,7</b>	<b>100,0</b>	<b>1.145,5</b>	<b>100,0</b>	<b>1.206,8</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>	<b>5,4</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(743,8)	(68,2)	(719,7)	(62,8)	(676,2)	(56,0)	(3,2)	(6,0)
<b>Lucro bruto</b>	<b>346,9</b>	<b>31,8</b>	<b>425,8</b>	<b>37,2</b>	<b>530,6</b>	<b>44,0</b>	<b>22,7</b>	<b>24,6</b>
<b>Despesas Operacionais</b>								
Vendas	(172,4)	(15,8)	(199,5)	(17,4)	(246,5)	(20,4)	15,7	23,6
Administrativas e gerais	(52,5)	(4,8)	(88,2)	(7,7)	(74,3)	(6,2)	68,0	(15,8)
Despesas tributárias	(25,6)	(2,3)	(25,3)	(2,2)	(39,8)	(3,3)	(1,2)	57,3
Despesas com depreciação e amortização	(23,9)	(2,2)	(16,1)	(1,4)	(19,9)	(1,6)	(32,6)	23,6
Outras despesas operacionais	(6,7)	(0,6)	(0,7)	(0,1)	(32,8)	(2,7)	(89,6)	4.585,7
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro<sup>1</sup></b>	<b>65,8</b>	<b>6,0</b>	<b>96,0</b>	<b>8,4</b>	<b>117,3</b>	<b>9,7</b>	<b>45,7</b>	<b>22,1</b>
Receitas financeiras	85,0	7,8	151,6	13,2	169,4	14,0	78,4	11,7
Despesas financeiras	(79,4)	(7,3)	(140,2)	(12,2)	(155,2)	(12,9)	76,6	10,7
<b>Lucro operacional após o resultado financeiro</b>	<b>71,4</b>	<b>6,5</b>	<b>107,4</b>	<b>9,4</b>	<b>131,5</b>	<b>10,9</b>	<b>50,4</b>	<b>22,4</b>
Resultado não operacional	-	-	(0,1)	(0,0)	-	-	-	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>71,4</b>	<b>6,5</b>	<b>107,3</b>	<b>9,4</b>	<b>131,5</b>	<b>10,9</b>	<b>50,3</b>	<b>22,6</b>
Imposto de renda e contribuição social	(42,6)	(3,9)	(44,5)	(3,9)	(50,2)	(4,2)	4,5	12,8
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>28,8</b>	<b>2,6</b>	<b>62,8</b>	<b>5,5</b>	<b>81,3</b>	<b>6,7</b>	<b>118,1</b>	<b>29,5</b>

*Reconciliação para o EBITDA*

<b>Lucro líquido do período</b>	<b>28,8</b>	<b>2,6</b>	<b>62,8</b>	<b>5,5</b>	<b>81,3</b>	<b>6,7</b>	<b>118,1</b>	<b>29,5</b>
Imposto de renda e contribuição social	42,6	3,9	44,5	3,9	50,2	4,2	4,5	12,8
Receitas financeiras	(85,0)	(7,8)	(151,6)	(13,2)	(169,4)	(14,0)	78,4	11,7
Despesas financeiras	79,4	7,3	140,2	12,2	155,2	12,9	76,6	10,7
Resultado não operacional	-	-	0,1	0,0	-	-	-	-
Depreciação e amortização sobre CPV	35,9	3,3	31,5	2,7	41,4	3,4	(12,3)	31,4
Depreciação e amortização sobre despesas operacionais	23,9	2,2	16,1	1,4	19,9	1,6	(32,6)	23,6
<b>EBITDA<sup>2</sup></b>	<b>125,6</b>	<b>11,5</b>	<b>143,6</b>	<b>12,5</b>	<b>178,6</b>	<b>14,8</b>	<b>14,3</b>	<b>24,4</b>

*Reconciliação para o EBITDA Ajustado*

<b>EBITDA</b>	<b>125,6</b>	<b>11,5</b>	<b>143,6</b>	<b>12,5</b>	<b>178,6</b>	<b>14,8</b>	<b>14,3</b>	<b>24,4</b>
Ajuste por perdas em aplicações no Banco Santos	-	-	-	-	2,7	0,2	-	-
Ajuste por pagamento de acordo sobre fatura de energia da Coelce	-	-	-	-	5,0	0,4	-	-
Incentivos fiscais de ICMS	23,1	2,1	28,7	2,5	27,1	2,2	24,2	(5,6)
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>148,7</b>	<b>13,6</b>	<b>172,3</b>	<b>15,0</b>	<b>213,4</b>	<b>17,7</b>	<b>15,9</b>	<b>23,9</b>

*Incentivos fiscais<sup>4</sup>*

Incentivos fiscais de ICMS	23,1	2,1	28,7	2,5	27,1	2,2	24,2	(5,6)
Incentivos fiscais de imposto de renda	17,2	1,6	18,4	1,6	28,5	2,4	7,0	54,9
<b>Total</b>	<b>40,3</b>	<b>3,7</b>	<b>47,1</b>	<b>4,1</b>	<b>55,6</b>	<b>4,6</b>	<b>16,9</b>	<b>18,0</b>

<sup>1</sup> Diversamente da seqüência apresentada nas nossas demonstrações e informações financeiras incluídas neste Prospecto Definitivo, nesta seção, as receitas financeiras e despesas financeiras foram destacadas do grupo Despesas Operacionais, sendo apresentadas como contas do lucro operacional antes do resultado financeiro.

<sup>2</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.

<sup>3</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA *pro forma*, para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia (veja item 4, abaixo); (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.

<sup>4</sup> A Companhia possui unidades fabris, localizadas em vários Estados do País, sendo que 6 dessas unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de ICMS (Reserva de Subvenção – Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual) e 5 unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de IRPJ (Lucro da Exploração). Os incentivos fiscais aqui apresentados correspondem à parte das despesas com ICMS e IRPJ que afetaram – em regime de competência – os resultados da Companhia, para os quais a Companhia não tem expectativa de desembolso, considerando (i) o histórico de cumprimento dos requisitos fiscais necessários para usufruto desses benefícios, (ii) o seu direito incorrido quanto à utilização desses benefícios; e (iii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto desses benefícios. Assim, a Companhia entende que a apresentação desses incentivos fiscais, conforme esse conceito (revertendo o efeito no resultado de suas operações), reflete de forma apropriada o benefício de “caixa” desses incentivos em relação ao resultado de suas operações em cada exercício/período apresentado. A Companhia, de acordo com os procedimentos pertinentes a cada uma dessas subvenções fiscais, aguarda o transcurso desses procedimentos para efetuar a incorporação da subvenção para investimento em seu patrimônio líquido contábil. Com isso, o impacto dos valores das subvenções de investimento no patrimônio líquido de cada exercício social se dá somente em momento posterior àquele verificado na demonstração de resultados.

<b>Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de</b>					
<i>Demonstração de Resultados Consolidada Pro Forma</i>	<b>2005</b>	<i>AV%</i>	<b>2006</b>	<i>AV%</i>	<b>2006/2005 (%)</b>
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>					
<b>Receita operacional bruta</b>					
Venda de produtos	758,8	132,5	835,6	130,5	10,1
<b>Deduções</b>					
Impostos e deduções da receita bruta	(186,3)	(32,5)	(195,3)	(30,5)	4,8
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>572,5</b>	<b>100,0</b>	<b>640,3</b>	<b>100,0</b>	<b>11,8</b>
Custos dos produtos vendidos	(319,2)	(55,8)	(376,0)	(58,7)	17,8
<b>Lucro bruto</b>	<b>253,3</b>	<b>44,2</b>	<b>264,3</b>	<b>41,3</b>	<b>4,3</b>
<b>Despesas Operacionais</b>					
Vendas	(115,6)	(20,2)	(121,4)	(19,0)	5,0
Administrativas e gerais	(34,4)	(6,0)	(43,7)	(6,8)	27,0
Despesas tributárias	(12,1)	(2,1)	(13,9)	(2,2)	14,9
Despesas com depreciação e amortização	(11,1)	(1,9)	(15,3)	(2,4)	37,8
Outras (despesas) receitas operacionais	(13,0)	(2,3)	19,7	3,1	(251,5)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro<sup>1</sup></b>	<b>67,1</b>	<b>11,7</b>	<b>89,7</b>	<b>14,0</b>	<b>33,7</b>
Receitas financeiras	77,9	13,6	130,9	20,4	68,0
Despesas financeiras	(69,2)	(12,1)	(109,6)	(17,1)	58,4
<b>Lucro operacional após o resultado financeiro</b>	<b>75,8</b>	<b>13,2</b>	<b>111,0</b>	<b>17,3</b>	<b>46,4</b>
Resultado não operacional	(0,5)	(0,1)	0,2	0,0	(140,0)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>75,3</b>	<b>13,1</b>	<b>111,3</b>	<b>17,4</b>	<b>47,8</b>
Imposto de renda e contribuição social	(26,1)	(4,6)	(40,6)	(6,3)	55,6
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>70,7</b>	<b>11,0</b>	<b>43,7</b>
<i>Reconciliação para o EBITDA</i>					
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>70,7</b>	<b>11,0</b>	<b>43,7</b>
Imposto de renda e contribuição social	26,1	4,6	40,6	6,3	55,6
Receitas financeiras	(77,9)	(13,6)	(130,9)	(20,4)	68,0
Despesas financeiras	69,2	12,1	109,6	17,1	58,4
Resultado não operacional	0,5	0,1	(0,2)	(0,0)	(140,0)
Depreciação e amortização sobre CPV	20,7	3,6	24,5	3,8	18,4
Depreciação e amortização sobre despesas operacionais	11,1	1,9	15,3	2,4	37,8
<b>EBITDA<sup>2</sup></b>	<b>98,9</b>	<b>17,3</b>	<b>129,5</b>	<b>20,2</b>	<b>30,9</b>
<i>Reconciliação para o EBITDA Ajustado</i>					
<b>EBITDA</b>	<b>98,9</b>	<b>17,3</b>	<b>129,5</b>	<b>20,2</b>	<b>30,9</b>
Ajuste por perdas em aplicações no Banco Santos	2,7	0,5	-	-	-
Ajuste por pagamento de acordo sobre fatura de energia da Coelce	5,0	0,9	-	-	-
Incentivos fiscais de ICMS	12,0	2,1	14,5	2,3	20,8
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>118,7</b>	<b>20,7</b>	<b>144,0</b>	<b>22,5</b>	<b>21,4</b>
<i>Incentivos fiscais<sup>4</sup></i>					
Incentivos fiscais de ICMS	12,0	2,1	14,5	2,3	20,8
Incentivos fiscais de imposto de renda	15,3	2,7	8,8	1,4	(42,5)
<b>Total</b>	<b>27,3</b>	<b>4,8</b>	<b>23,3</b>	<b>3,6</b>	<b>(14,7)</b>

<sup>1</sup> Diversamente da seqüência apresentada nas nossas demonstrações e informações financeiras incluídas neste Prospecto Definitivo, nesta seção, as receitas financeiras e despesas financeiras foram destacadas do grupo Despesas Operacionais, sendo apresentadas como contas do lucro operacional antes do resultado financeiro.

<sup>2</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.

<sup>3</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA *pro forma*, para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia (veja item 4, abaixo); (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.

<sup>4</sup> A Companhia possui unidades fabris, localizadas em vários Estados do País, sendo que 6 dessas unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de ICMS (Reserva de Subvenção – Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual) e 5 unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de IRPJ (Lucro da Exploração). Os incentivos fiscais aqui apresentados correspondem à parte das despesas com ICMS e IRPJ que afetaram – em regime de competência – os resultados da Companhia, para os quais a Companhia não tem expectativa de desembolso, considerando (i) o histórico de cumprimento dos requisitos fiscais necessários para usufruto desses benefícios, (ii) o seu direito incorrido quanto à utilização desses benefícios; e (iii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto desses benefícios. Assim, a Companhia entende que a apresentação desses incentivos fiscais, conforme esse conceito (revertendo o efeito no resultado de suas operações), reflete de forma apropriada o benefício de “caixa” desses incentivos em relação ao resultado de suas operações em cada exercício/período apresentado. A Companhia, de acordo com os procedimentos pertinentes a cada uma dessas subvenções fiscais, aguarda o transcurso desses procedimentos para efetuar a incorporação da subvenção para investimento em seu patrimônio líquido contábil. Com isso, o impacto dos valores das subvenções de investimento no patrimônio líquido de cada exercício social se dá somente em momento posterior àquele verificado na demonstração de resultados.

**Em 31 de dezembro de**

<i>Balço Patrimonial Consolidado Pro forma</i>	<b>2003</b>	<b>AV%</b>	<b>2004</b>	<b>AV%</b>	<b>2005</b>	<b>AV%</b>	<b>2004/2003 (%)</b>	<b>2005/2004 (%)</b>
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>								
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Disponibilidades	333,5	27,3	303,9	21,4	471,4	28,7	(8,9)	55,1
Contas a receber de clientes	99,4	8,1	116,1	8,2	155,4	9,4	16,8	33,9
Adiantamento a fornecedores	2,3	0,2	5,3	0,4	3,0	0,2	130,4	(43,5)
Outras contas a receber	19,5	1,6	8,7	0,6	2,8	0,2	(55,4)	(67,8)
Impostos a recuperar	7,1	0,6	28,9	2,0	17,0	1,0	307,0	(41,2)
Estoques	137,7	11,3	135,6	9,6	145,6	8,9	(1,5)	7,4
Despesas antecipadas	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	-	(66,7)
<b>Total</b>	<b>599,5</b>	<b>49,1</b>	<b>598,8</b>	<b>42,2</b>	<b>795,3</b>	<b>48,4</b>	<b>(0,1)</b>	<b>32,8</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>								
Depósitos judiciais	7,8	0,6	8,9	0,6	12,8	0,8	14,1	43,8
Impostos a recuperar	8,7	0,7	10,1	0,7	12,2	0,7	16,1	20,8
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2,1	0,2	2,5	0,2	10,6	0,6	19,1	324,0
Incentivos fiscais/outras créditos	1,0	0,1	1,1	0,1	3,4	0,2	10,0	209,1
<b>Total</b>	<b>19,6</b>	<b>1,6</b>	<b>22,6</b>	<b>1,6</b>	<b>39,0</b>	<b>2,4</b>	<b>15,3</b>	<b>72,6</b>
<b>Permanente</b>								
Investimentos	55,0	4,5	50,0	3,5	35,2	2,1	(9,1)	(29,6)
Imobilizado	498,3	40,8	701,7	49,5	737,3	44,8	40,8	5,1
Diferido	48,7	4,0	44,5	3,1	37,8	2,3	(8,6)	(15,1)

<b>Total</b>	<b>602,0</b>	<b>49,3</b>	<b>796,2</b>	<b>56,2</b>	<b>810,3</b>	<b>49,3</b>	<b>32,3</b>	<b>1,8</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>1.221,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.417,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>16,0</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	31,0	2,5	33,7	2,4	37,0	2,2	8,7	9,8
Obrigações sociais e trabalhistas	10,9	0,9	9,3	0,7	11,7	0,7	(14,7)	25,8
Impostos e contribuições	34,6	2,8	31,6	2,2	29,4	1,8	(8,7)	(7,0)
Adiantamentos	1,1	0,1	1,2	0,1	1,6	0,1	9,1	33,3
Outras contas a pagar	11,8	1,0	18,2	1,3	16,1	0,9	54,2	(11,5)
Financiamentos	251,8	20,6	302,9	21,4	380,6	23,1	20,3	25,7
<b>Total</b>	<b>341,2</b>	<b>28,0</b>	<b>396,9</b>	<b>28,0</b>	<b>476,4</b>	<b>29,0</b>	<b>16,3</b>	<b>20,0</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>								
Impostos e contribuições	15,6	1,3	14,9	1,1	13,9	0,8	(4,5)	(6,7)
Financiamentos e empréstimos	153,9	12,6	257,4	18,2	271,6	16,5	67,3	5,5
Contas a pagar	24,2	2,0	17,9	1,3	11,9	0,7	(26,0)	(33,5)
Provisão para contingências	10,7	0,9	18,2	1,3	33,4	2,0	70,1	83,5
<b>Total</b>	<b>204,4</b>	<b>16,7</b>	<b>308,4</b>	<b>21,8</b>	<b>330,8</b>	<b>20,1</b>	<b>50,9</b>	<b>7,3</b>
<b>Participações de minoritários</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	520,0	42,6	565,0	39,9	604,0	36,7	8,7	6,9
Reservas de capital	67,1	5,5	57,8	4,1	76,6	4,7	(13,9)	32,5
Reservas de lucros	85,5	7,0	90,1	6,4	102,9	6,3	5,4	14,2
Lucros (prejuízos) acumulados	2,9	0,2	(0,6)	0,0	53,8	3,3	(120,7)	(9.066,7)
<b>Total</b>	<b>675,5</b>	<b>55,3</b>	<b>712,3</b>	<b>50,2</b>	<b>837,3</b>	<b>50,9</b>	<b>5,4</b>	<b>17,5</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>1.221,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.417,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>16,0</b>

<i>Balanco Patrimonial Consolidado Pro forma</i>	<b>Em 30 de junho de 2005<sup>1</sup></b>	<b>AV%</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>AV%</b>	<b>Em 30 de junho de 2006</b>	<b>AV%</b>	<b>30 de junho 2006/31 de dezembro 2005 (%)</b>
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>							
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Disponibilidades	308,6	20,9	471,4	28,7	409,9	24,9	(13,0)
Contas a receber de clientes	135,0	9,2	155,4	9,4	165,2	10,0	6,3
Adiantamento a fornecedores	3,4	0,2	3,0	0,2	18,0	1,1	500,0
Outras contas a receber	8,0	0,5	2,8	0,2	9,5	0,6	239,3
Impostos a recuperar	22,9	1,6	17,0	1,0	21,3	1,3	25,3
Estoques	160,1	10,9	145,6	8,9	168,4	10,2	15,7
Despesas antecipadas	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>638,3</b>	<b>43,3</b>	<b>795,3</b>	<b>48,4</b>	<b>792,5</b>	<b>48,1</b>	<b>(0,4)</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Depósitos judiciais	12,1	0,8	12,8	0,8	14,0	0,8	9,4
Impostos a recuperar	11,2	0,8	12,2	0,7	16,6	1,0	36,1
Impostos de renda e contribuição social diferidos	5,2	0,4	10,6	0,6	10,5	0,6	(0,9)
Incentivos fiscais/outros créditos	1,0	0,1	3,4	0,2	3,1	0,2	(8,8)
<b>Total</b>	<b>29,5</b>	<b>2,0</b>	<b>39,0</b>	<b>2,4</b>	<b>44,2</b>	<b>2,7</b>	<b>13,6</b>
<b>Permanente</b>							
Investimentos	51,6	3,5	35,2	2,1	45,9	2,8	30,4
Imobilizado	738,9	50,1	737,3	44,8	731,2	44,4	(0,8)
Diferido	16,5	1,1	37,8	2,3	33,7	2,0	(10,8)
<b>Total</b>	<b>807,0</b>	<b>54,7</b>	<b>810,3</b>	<b>49,3</b>	<b>810,8</b>	<b>49,2</b>	<b>0,1</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>1.474,8</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.647,5</b>	<b>100,0</b>	<b>0,2</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	47,9	3,2	37,0	2,2	57,2	3,5	54,6
Obrigações sociais e trabalhistas	14,7	1,0	11,7	0,7	18,9	1,1	61,5
Impostos e contribuições	46,7	3,2	29,4	1,8	65,1	4,0	121,4
Adiantamentos	2,0	0,1	1,6	0,1	1,8	0,1	12,5
Outras contas a pagar	19,0	1,3	16,1	1,0	10,7	0,6	(33,5)
Financiamentos	276,2	18,7	380,6	23,1	362,3	22,0	(4,8)
<b>Total</b>	<b>406,5</b>	<b>27,6</b>	<b>476,4</b>	<b>29,0</b>	<b>516,0</b>	<b>31,3</b>	<b>8,3</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>							
Impostos e contribuições	14,6	1,0	13,9	0,8	13,1	0,8	(5,8)
Financiamentos e empréstimos	280,4	19,0	271,6	16,5	241,8	14,7	(11,0)

<sup>1</sup> As informações constantes desta coluna e da análise vertical respectiva visam meramente a manter o mesmo nível de disclosure do Offering Circular, não tendo sido objeto de auditoria ou revisão especial por parte dos auditores independentes da Companhia.



Contas a pagar	0,0	0,0	11,9	0,7	9,0	0,5	(24,4)
Provisão para contingências	18,2	1,2	33,4	2,0	31,1	1,9	(6,9)
<b>Total</b>	<b>313,2</b>	<b>21,2</b>	<b>330,8</b>	<b>20,1</b>	<b>295,0</b>	<b>17,9</b>	<b>(10,8)</b>
<b>Participações de minoritários</b>	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	600,0	40,7	604,0	36,7	688,8	41,8	14,0
Reservas de capital	32,4	2,2	76,6	4,7	65,1 <sup>(1)</sup>	3,9	(15,0)
Reservas de lucros	90,1	6,1	102,9	6,3	0,0	0,0	0,0
Lucros (prejuízos) acumulados	32,6	2,2	53,8	3,3	82,6	5,0	53,5
<b>Total</b>	<b>755,1</b>	<b>51,2</b>	<b>837,3</b>	<b>50,9</b>	<b>836,5</b>	<b>50,8</b>	<b>(0,1)</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>1.474,8</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.647,5</b>	<b>100,0</b>	<b>0,2</b>

<sup>(1)</sup> Nessa linha, somamos o valor de Reserva de Capital (R\$ 48,6 milhões) e Reserva Especial (R\$ 16,5 milhões) evidenciadas separadamente nas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2005 anexas a este Prospecto Definitivo.

## SUMÁRIO DA OFERTA

*O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir em nossas ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Definitivo, incluindo as informações contidas na seção "Fatores de Risco" e nas nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, antes de tomar a decisão de adquirir as nossas ações.*

Segue, abaixo, breve resumo de alguns dos termos da Oferta:

<b>Companhia</b>	M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
<b>Acionista Vendedor</b>	Dibra Fundo de Investimento em Participações
<b>Oferta</b>	<p>A presente oferta de 17.220.000 Ações, em mercado de balcão não-organizado, sem a possibilidade de distribuição parcial. As Ações estão sendo ofertadas:</p> <p>(i) para o público e investidores institucionais no Brasil, por meio de uma distribuição pública secundária registrada na CVM, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400; e</p> <p>(ii) no exterior, mediante esforços de colocação, (a) nos EUA, para investidores institucionais qualificados (<i>Qualified Institutional Buyers</i>), definidos em conformidade com a Regra 144A editada pela SEC; e (b) nos demais países, exceto no Brasil e nos EUA, para investidores institucionais e outros, definidos em conformidade com o Regulamento S editado pela SEC, em ambos os casos sob as isenções de registro previstas no <i>Securities Act</i>. Para participar da Oferta, os investidores residentes no exterior deverão ser registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM 325 e na Resolução CMN 2.689.</p>
<b>Público-Alvo da Oferta</b>	<p>O público-alvo da Oferta é composto de (i) investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais (conforme abaixo definido), bem como clubes de investimento que decidam participar da oferta de varejo ("<u>Investidores Não-Institucionais</u>"), observado o valor mínimo de investimento de R\$1.000,00 (um mil reais) e o valor máximo de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional ("<u>Valor Mínimo</u>" e "<u>Valor Máximo</u>", respectivamente, e "<u>Oferta de Varejo</u>"); e (ii) investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o Valor Máximo estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na <u>BOVESPA</u>, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as regras da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325 ("<u>Investidores Institucionais</u>" e "<u>Oferta Institucional</u>"). É vedada a participação de Pessoas Vinculadas (conforme definido abaixo) na Oferta.</p>

<b>Admissão à Negociação</b>	As Ações serão registradas para negociação na BOVESPA sob o código “MDIA3” e serão admitidas à negociação no Novo Mercado a partir da data de publicação do Anúncio de Início da presente Oferta, sendo que as Ações objeto da presente Oferta somente estarão disponíveis para negociação no dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.
<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	Pactual Capital Corporation, UBS Securities LLC, Deutsche Bank Securities Inc. e Banco do Brasil Securities LLC.
<b>Participantes da Oferta</b>	O Coordenador Líder, os Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas, considerados conjuntamente.
<b>Opção de Ações Suplementares</b>	<p>A quantidade total de Ações poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 2.583.000 Ações Suplementares, conforme Opção de Ações Suplementares outorgada pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder.</p> <p>As Ações Suplementares serão equivalentes a até 15,0% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta. As Ações Suplementares serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida, total ou parcialmente, no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e em até 30 (trinta) dias contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.</p>
<b>Garantia Firme de Liquidação</b>	Nos termos da garantia firme de liquidação, o Coordenador Líder tem a obrigação de adquirir, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo de Ações resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelo Coordenador Líder, e (ii) o número de Ações efetivamente colocadas no mercado. Tal garantia é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , do deferimento do registro da Oferta pela CVM, da assinatura do Contrato de Colocação, da disponibilização deste Prospecto Definitivo e da publicação do Anúncio de Início. Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações ao público pelo Coordenador Líder, até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado, no máximo, ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.
<b>Preço por Ação</b>	R\$21,00 por Ação.

**Capital Social**

O capital social da Companhia atualmente se divide em 114.800.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e não será alterado em razão da Oferta. As Ações conferem aos titulares todos os direitos assegurados aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive a atribuição de dividendos integrais e todos os outros benefícios declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação ou, no caso das Ações Suplementares, a partir da respectiva Data de Liquidação das Ações Suplementares. Ver seção “Descrição do Capital Social”.

**Tag Along**

Na hipótese de alienação do Controle da Companhia, o adquirente do bloco de controle deverá efetuar uma OPA de ações aos demais acionistas, observando-se os prazos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, para a compra de todas as ações ordinárias dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao conferido ao alienante do Controle. Ver seção “Descrição do Capital Social – Alienação de Controle”.

**Direito de Voto**

Cada Ação confere ao seu titular o direito a um voto em todas as deliberações da Assembléia Geral de acionistas, inclusive em matérias como a alteração do Estatuto Social, a eleição e destituição de membros do Conselho de Administração, bem como outras matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações e descritas na seção “Descrição do Capital Social”.

**Restrições à Transferência de Ações (Lock-up)**

A Companhia, os membros de seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, o Acionista Vendedor e o FISDB, desde 27 de setembro de 2006, data da primeira publicação do Aviso ao Mercado, até o término do prazo de 180 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive (“Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações” e “Período de Lock-up”), obrigam-se, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito do Coordenador Líder, a não oferecer para a venda, vender, contratar ou concordar em vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, quaisquer ações de emissão da Companhia, ou outros valores mobiliários passíveis de conversão, permuta ou exercício sob a forma de ações de emissão da Companhia (“Valores Mobiliários”), e abster-se de celebrar operação de *swap*, *hedge* ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade dos Valores Mobiliários, quer qualquer operação acima mencionada seja necessariamente liquidada mediante a entrega dos Valores Mobiliários ou outros Valores Mobiliários, quer seja em dinheiro ou de outra forma, e abster-se, ainda, de divulgar publicamente a intenção de realizar tal oferta, venda, penhor ou alienação e de celebrar tal operação ou as operações de *swap*, *hedge* ou de outra natureza.

Quaisquer Valores Mobiliários recebidos mediante exercício de opções outorgadas a pessoas que se enquadrem como Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações estarão igualmente sujeitos à restrição à transferência de ações. Os Valores Mobiliários que venham a ser adquiridos pelos mesmos no mercado aberto não estarão sujeitos às referidas restrições.

Não obstante as operações vedadas durante o Período Restritivo, as seguintes transferências de Valores Mobiliários são permitidas (“Transferências Permitidas” ou, se referidas individualmente, “Transferência Permitida”): (i) a transferência, direta ou indireta, por

Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valores Mobiliários para quaisquer de seus respectivos acionistas, controladores, controladas ou coligadas; (ii) a transferência, direta ou indireta, de Valores Mobiliários entre acionistas, controladoras, controladas ou coligadas de Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações; (iii) a transferência por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valor Mobiliário de sua titularidade para uma ou mais pessoas físicas com o propósito de torná-las elegíveis para cargos no Conselho de Administração da Companhia, quando aplicável; (iv) a transferência do Valor Mobiliário detido por representante de Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações que ocupe cargo no Conselho de Administração da Companhia para Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações ou para outra pessoa física designada pelos mesmos com o propósito de torná-la elegível para cargo no Conselho de Administração da Companhia, quando aplicável, na hipótese do referido representante de Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações ser destituído do referido cargo ou, por qualquer razão, deixar o mesmo; (v) o empréstimo de Valores Mobiliários por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações ao Coordenador Líder ou a quaisquer entidades indicadas pelos mesmos com a finalidade de permitir a realização de atividades de estabilização do preço das ações de emissão da Companhia em relação ao Preço por Ação, quando aplicável; (vi) o empréstimo ou transferência de valores mobiliários a um corretor, no contexto da realização de atividades de formador de mercado, de acordo com a legislação aplicável, inclusive com a Instrução CVM n.º 384, de 17 de março de 2003 e com o Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; (vii) a transferência por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valores Mobiliários para familiares ou agentes fiduciários; (viii) a outorga de Valores Mobiliários sob futuros planos de opção de compra e venda de ações da Companhia, e (ix) a transferência por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valores Mobiliários após a obtenção de autorização prévia por escrito do Coordenador Líder.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, nos 6 meses subseqüentes à data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, os Controladores (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e Derivativos (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 meses, os Controladores, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40,0% das ações e Derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

A partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, a Companhia não registrará transferências de ação para os adquirentes do Poder de Controle, enquanto estes não subscreverem o termo de anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

#### **Destinação dos Recursos**

A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da venda das Ações. Por se tratar de uma oferta secundária, todos os recursos obtidos com a venda das Ações serão recebidos pelo Acionista Vendedor.

**Dividendos**

O Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas de pelo menos 25,0% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a não ser que os administradores informem à Assembléia Geral que a distribuição seria incompatível com a condição financeira, e a distribuição do dividendo obrigatório for conseqüentemente suspensa. Ver seção “Descrição do Capital Social” e “Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações.”.

Aqueles que adquirirem Ações na Oferta terão direito de recebimento de dividendos integrais declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação ou, no caso das Ações Suplementares, a partir da respectiva Data de Liquidação das Ações Suplementares.

**Listagem**

Na data deste Prospecto Definitivo, as ações de emissão da Companhia não são negociadas na BOVESPA. Em 1º de setembro, assinamos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual passará a vigorar a partir da publicação do Anúncio de Início. Teremos um prazo de até 3 anos contado do início da negociação das ações de nossa emissão no segmento do Novo Mercado para cumprir com o requisito de que as ações de nossa emissão, representando 25,0% do nosso capital social, estejam em circulação no mercado, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado. Durante o prazo de 3 anos, deveremos manter em circulação ações de nossa emissão, representando, no mínimo, 15,0% do nosso capital social. A negociação de ações de nossa emissão nesse segmento se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início, sob o código MDIA3. Não foi nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações junto à SEC ou a qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro País, exceto o Brasil.

**Fatores de Risco**

Ver a seção “Fatores de Risco”, além de outras informações incluídas no presente Prospecto Definitivo, para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, já que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações.

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição Atual do Capital Social

Na data deste Prospecto Definitivo, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$688,8 milhões, representado por 114.800.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após a conclusão da Oferta, o capital social subscrito e integralizado da Companhia permanecerá inalterado.

### Descrição da Oferta

A Oferta compreende a distribuição secundária de, inicialmente, 17.220.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400, e no exterior, mediante esforços de colocação, sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados (*Qualified Institutional Buyers*), definidos em conformidade com a Regra 144A, sob o amparo do *United States Securities Act of 1933*, e alterações posteriores, editado pela *U.S Securities and Exchange Commission* (“Regra 144A”, “Securities Act” e “SEC”, respectivamente) e, nos demais países, exceto no Brasil e Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que não sejam considerados *U.S. persons*, definidos em conformidade com o Regulamento S sob o amparo do *Securities Act* (“Regulamento S”), em ambos os casos sob as isenções de registro previstas no *Securities Act*. Não haverá registro da Oferta nem das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro País, exceto o Brasil. Para participar da Oferta, os investidores residentes no exterior deverão ser registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores, e na Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.

As Ações serão distribuídas no Brasil pelo Coordenador Líder, em conjunto com instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição por eles contratadas, em regime de garantia firme de liquidação (“Coordenadores Contratados” ou, conforme o caso, “Corretoras Contratadas”, em conjunto com o Coordenador Líder, “Participantes da Oferta”). No exterior, o Pactual Capital Corporation, UBS Securities LLC, Deutsche Bank Securities Inc. e Banco do Brasil Securities LLC (“Agentes de Colocação Internacional”) realizaram esforços de colocação das Ações, conforme descrito acima. Os investidores residentes no exterior deverão adquirir as Ações em conformidade com a legislação brasileira que trata de investimentos estrangeiros no Brasil.

O Acionista Vendedor concederá ao Coordenador Líder uma opção para aquisição de um lote suplementar de até 2.583.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, equivalente a 15,0% do total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (“Ações Suplementares”), a ser exercida, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder, no período compreendido entre a data da assinatura do Contrato de Coordenação, Colocação e Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão de M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Contrato de Colocação”), inclusive, até o término do período de 30 (trinta) dias contado do primeiro dia útil subsequente à publicação do anúncio de início da Oferta, na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Início”), inclusive, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas (“Opção de Ações Suplementares”).

### Preço por Ação

O preço por Ação (“Preço por Ação”) foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva (conforme definido abaixo) e (ii) a apuração do resultado do procedimento de *bookbuilding*, realizado pelo Coordenador Líder, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”). Os Investidores Não-Institucionais (conforme definido abaixo) que aderiram à Oferta de Varejo (conforme

definido abaixo) não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

### Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos

Na hipótese de não haver exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando a distribuição total das Ações originalmente ofertadas:

Espécie de Ação	Quantidade	Preço por Ação (R\$)	Comissões <sup>(1)</sup> (R\$)	Recursos líquidos (R\$)
Ações	17.220.000	21,00	12.295.080,00	349.324.920,00

<sup>(1)</sup> Sem desconto de despesas nem de tributos relacionados à Oferta, inclusive os aplicáveis sobre o pagamento de comissões.

Na hipótese de haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares e considerando a distribuição total das Ações originalmente ofertadas:

Espécie de Ação	Quantidade	Preço por Ação (R\$)	Comissões <sup>(1)</sup> (R\$)	Recursos líquidos (R\$)
Ações	19.803.000	21,00	14.139.342,00	401.723.658,00

<sup>(1)</sup> Sem desconto de despesas nem de tributos relacionados à Oferta, inclusive os aplicáveis sobre o pagamento de comissões.

### Custos de Distribuição

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados pelo Acionista Vendedor até o limite previamente acordado com o Coordenador Líder. Abaixo, segue descrição dos custos relativos à Oferta:

Comissões e Despesas	Valor (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta <sup>(1)</sup>
Comissão de Coordenação	5.062.680,00	1,4
Comissão de Garantia Firme	3.616.200,00	1,0
Comissão de Colocação <sup>(2)</sup>	3.616.200,00	1,0
Total de Comissões	12.295.080,00	3,4
Taxas de Registro na CVM	82.870,00	0,0
Despesas com consultores legais <sup>(3)</sup>	2.098.450,00 <sup>(5)</sup>	0,6
Despesas com auditores <sup>(4)</sup>	1.000.000,00	0,3
Despesas com publicidade e outras despesas relacionadas à Oferta <sup>(4)</sup>	1.000.000,00	0,3
Total	16.476.400,00	4,6

<sup>(1)</sup> Sem levar em consideração o exercício integral da Opção de Ações Suplementares e levando em consideração a distribuição total das Ações inicialmente ofertadas.

<sup>(2)</sup> Do total da comissão de colocação, o Coordenador Líder receberá R\$2.350.530,00, os Coordenadores Contratados receberão R\$976.374,00 e as Corretoras Consorciadas receberão R\$289.296,00.

<sup>(3)</sup> Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos da América.

<sup>(4)</sup> Custos estimados.

<sup>(5)</sup> O montante acima inclui o valor de US\$500.000,00 convertido para Reais com base na taxa de câmbio de 21 de setembro de 2006 de R\$2,1969 por US\$1,00, que foi a PTAX de venda publicada pelo BACEN em 22 de setembro de 2006.



## Aprovações Societárias

Os termos e condições da Oferta foram aprovados pelo órgão competente do Acionista Vendedor em reuniões realizadas em 28 de agosto de 2006 e 26 de setembro de 2006.

## Público-Alvo da Oferta

O público-alvo da Oferta é composto de (i) investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais (conforme abaixo definido), bem como clubes de investimento que decidam participar da oferta de varejo (“Investidores Não-Institucionais”), observado o valor mínimo de investimento de R\$1.000,00 (um mil reais) e o valor máximo de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional (“Valor Mínimo” e “Valor Máximo”, respectivamente, e “Oferta de Varejo”); e (ii) investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o Valor Máximo estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as regras da Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores, e da Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores (“Investidores Institucionais” e “Oferta Institucional”). É vedada a participação de Pessoas Vinculadas (conforme definido abaixo) na Oferta.

## Cronograma e Procedimentos da Oferta

A Oferta deverá ter início após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a assinatura do Contrato de Colocação, a disponibilização deste Prospecto Definitivo e a publicação do Anúncio de Início. Estima-se que o início da Oferta ocorrerá em 17 de outubro de 2006. Segue abaixo um cronograma indicativo das principais etapas a Oferta:

N.º	Evento	Data da Realização / Data Prevista <sup>(1)</sup>
1	Publicação do Aviso ao Mercado sem a indicação das Corretoras Consorciadas	27.09.2006
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	27.09.2006
	Início do Road Show	27.09.2006
	Início do Procedimento de Bookbuilding	27.09.2006
2	Republicação do Aviso ao Mercado com os logotipos das Corretoras Consorciadas	05.10.2006
	Início do Período de Reserva	05.10.2006
3	Encerramento do Período de Reserva	13.10.2006
4	Encerramento do Road Show	16.10.2006
	Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	16.10.2006
	Fixação do Preço por Ação	16.10.2006
	Assinatura do Contrato de Colocação e dos demais contratos relacionados à Oferta	16.10.2006
	Início do Prazo para Exercício da Opção de Ações Suplementares	16.10.2006
5	Publicação do Anúncio de Início	17.10.2006
6	Início da negociação das Ações na BOVESPA	18.10.2006
7	Data de Liquidação	20.10.2006
8	Final do Prazo para Exercício da Opção de Ações Suplementares	16.11.2006
9	Publicação do Anúncio de Encerramento	22.11.2006

<sup>(1)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

*Forma de Colocação e Local de Distribuição.* A Oferta será realizada pelos Participantes da Oferta, de acordo com as regras de alocação previstas abaixo e observado o esforço de dispersão acionária previsto no

Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”). A Oferta será conduzida em mercado de balcão não-organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400.

*Investidores Não-Institucionais.* O montante de, no mínimo, 10,0% das Ações objeto da Oferta, sem levar em consideração as Ações Suplementares, será destinado prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que fizeram reservas no âmbito da Oferta de Varejo, irrevogáveis e irretiráveis, exceto pelo disposto no item “j” abaixo, observados os termos do Pedido de Reserva (conforme abaixo definido). Os Investidores Não-Institucionais preencheram e entregaram seus respectivos Pedidos de Reserva aos Participantes da Oferta que foram indicados no Aviso ao Mercado, por oportunidade de sua republicação em 5 de outubro de 2006, nas condições a seguir descritas.

a. Cada um dos Investidores Não-Institucionais interessados efetuou o seu Pedido de Reserva junto a um único Participante da Oferta, nas dependências físicas das instituições indicadas no Aviso ao Mercado, por oportunidade de sua republicação em 05 de outubro de 2006, mediante o preenchimento de formulário específico (“Pedido de Reserva”), dentro do período de reserva indicado no item “c” abaixo (“Período de Reserva”), sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, observados o Valor Mínimo e o Valor Máximo por Investidor Não-Institucional, sendo que tais investidores puderam estipular, no Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400.

b. Recomendou-se ao Investidor Não-Institucional verificar com a Corretora Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se tal Corretora Consorciada exigia, a seu exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta de investimento aberta e/ou mantida junto à mesma, para fins de garantia do Pedido de Reserva.

c. Os Investidores Não-Institucionais puderam realizar seus Pedidos de Reserva no período de 5 de outubro de 2006, inclusive, a 13 de outubro de 2006, inclusive. Os (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores dos Participantes da Oferta, ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) desse item “c” (“Pessoas Vinculadas”) não puderam participar da Oferta.

d. Na hipótese de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais ser igual ou inferior ao montante de 10,0% das Ações objeto da Oferta, excluindo as Ações Suplementares, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas. Quaisquer sobras no lote originalmente alocado aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas aos Investidores Institucionais.

e. Na hipótese de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais exceder 10,0% das Ações objeto da Oferta, excluindo as Ações Suplementares, será realizado o rateio das Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais que tiverem realizado Pedidos de Reserva, sendo que (i) até o limite de R\$5.000,00 (cinco mil reais), inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada um dos Pedidos de Reserva e à quantidade total de Ações; e (ii) uma vez atendido o rateio descrito no item (i) acima, as Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor de cada Pedido de Reserva entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério do Coordenador Líder, a quantidade de Ações destinada prioritariamente a Investidores Não-Institucionais poderá ser aumentada para que seja observado o montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo, caso em que os pedidos excedentes poderão ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de rateio previsto neste item “e”.

f. Até às 16:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início, cada Participante da Oferta deverá informar àqueles Investidores Não-Institucionais de quem tenha recebido Pedidos de Reserva o número de Ações a serem por eles adquiridas e o valor a ser pago em razão de tal aquisição, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou

correspondência. O pagamento será limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvadas a possibilidade de rateio, conforme previsto no item “e” acima.

g. O Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item “f” acima junto ao Participante da Oferta com o qual tenha efetuado seu respectivo Pedido de Reserva, com recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação.

h. Na Data de Liquidação, o Participante da Oferta, com o qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não-Institucional que com ele tenha feito a reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação.

i. Na hipótese de o Preço por Ação ser superior ao preço máximo por Ação informado no Pedido de Reserva, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado e o valor eventualmente depositado pelo Investidor Não-Institucional será devolvido a cada um deles, sem juros nem correção monetária, e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 (três) dias úteis da data da publicação do Anúncio de Início.

j. O Investidor Não-Institucional somente poderá desistir do Pedido de Reserva efetuado nas hipóteses de suspensão ou modificação da Oferta, ou ainda de divergência relevante entre as informações do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou sua decisão de investimento, conforme previsto nos artigos 20, 27 e no parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, respectivamente. Nesta hipótese, tais investidores deverão informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva ao Participante da Oferta com o qual tiverem efetuado Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva e os termos da Instrução CVM 400 acima mencionados. Caso o Investidor Não-Institucional não informe por escrito o Participante da Oferta de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo acima mencionado, será presumido que o Investidor Não-Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva.

k. Na hipótese de não conclusão da Oferta, de resilição do Contrato de Colocação, ou de desistência do Pedido de Reserva, os Pedidos de Reserva serão considerados automaticamente cancelados e o valor do depósito eventualmente efetuado por cada Investidor Não-Institucional será devolvido a ele, sem juros ou correção monetária, e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o cancelamento do Pedido de Reserva. O Participante da Oferta comunicará aos Investidores Não-Institucionais que com ele tenha realizado Pedido de Reserva o cancelamento da Oferta, o que ocorrerá, inclusive, através de publicação de aviso ao mercado.

l. Na hipótese de haver descumprimento, por qualquer dos Coordenadores Contratados ou das Corretoras Consorciadas, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenham recebido. O Coordenador Contratado ou a Corretora Consorciada a que se refere este item “l” deverá informar imediatamente os Investidores Não-Institucionais que com ela tenham realizado Pedido de Reserva sobre o referido cancelamento.

*Investidores Institucionais.* As Ações não destinadas à Oferta de Varejo, bem como eventuais sobras de Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais que realizaram Pedidos de Reserva, conforme previsto no item “d” acima, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais. Não será admitido para Investidores Institucionais reservas antecipadas e não haverá valores mínimos ou máximos de investimento.

Caso o número de Ações indicado nas ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações destinadas à Oferta Institucional, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério do Coordenador Líder e do Acionista Vendedor melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por investidores com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, da

Companhia, seu setor de atuação e da conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, levando-se em conta, ainda, as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder, em conformidade com o plano de distribuição, desenvolvido pelo Coordenador Líder em conjunto com o Acionista Vendedor.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a aquisição de Ações da Oferta mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da aquisição.

*Período de Colocação e Data de Liquidação.* O prazo para a colocação das Ações será de até 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação do Anúncio de Início (“Período de Colocação”) e o último dia do Período de Colocação será a data de liquidação da Oferta (“Data de Liquidação”).

*Prazo da Oferta.* A Oferta deverá ser realizada pelo Preço por Ação dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.

### **Contrato de Colocação**

A Companhia, o Acionista Vendedor, o Coordenador Líder e a CBLC celebraram o Contrato de Colocação que está disponível na Companhia e na CVM, nos endereços indicados neste Prospecto Definitivo.

As Ações serão colocadas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, pelos Participantes da Oferta, coordenados pelo Coordenador Líder, em regime de garantia firme de liquidação. A garantia firme de liquidação consiste na obrigação do Coordenador Líder de adquirir, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelo Coordenador Líder; e (b) o número de Ações efetivamente colocadas no mercado. Tal garantia é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, do deferimento do registro da Oferta pela CVM, da assinatura do Contrato de Colocação, da disponibilização deste Prospecto Definitivo e da publicação do Anúncio de Início.

Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações ao público pelo Coordenador Líder até a publicação do anúncio de encerramento da Oferta, na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Encerramento”), o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado, no máximo, ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.

De acordo com os termos do Contrato de Colocação, o Coordenador Líder concordou em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação, a totalidade das Ações, no total de 17.220.000 Ações.

Nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, firmado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizaram, exclusivamente no exterior, esforços de venda das Ações, objeto da garantia firme de liquidação por parte do Coordenador Líder sob o Contrato Colocação. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente adquiridas, liquidadas e pagas ao Coordenador Líder em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4.º, da Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, a “Lei do Mercado de Valores Mobiliários”.

O Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que as obrigações do Coordenador Líder, dos Agentes de Colocação Internacional, da Companhia e do Acionista Vendedor estão sujeitas a determinadas condições que visam a atestar ao Coordenador Líder a não ocorrência de eventos materialmente adversos em relação à Companhia, à conformidade da Oferta com as legislações aplicáveis e à consistência das informações financeiras da Companhia divulgadas no Prospecto Preliminar e neste Prospecto Definitivo, imediatamente antes da realização, pelo Coordenador Líder, do pagamento pelas Ações.

### **Restrições à Negociação de Ações (*Lock-Up*)**

Nos termos de contratos assinados pela Companhia, pelos membros de seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, pelo Acionista Vendedor e pelo FISDB (“Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações”) com o Coordenador Líder, os Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações obrigam-se, desde 27 de setembro de 2006, data da primeira publicação do Aviso ao Mercado, até o término do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive (“Período de Lock-up”), salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito do Coordenador Líder, a não oferecer para a venda, vender, contratar ou concordar em vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, quaisquer ações de emissão da Companhia, ou outros valores mobiliários passíveis de conversão, permuta ou exercício sob a forma de ações de emissão da Companhia (“Valores Mobiliários”), abster-se de celebrar operação de *swap*, *hedge* ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade dos Valores Mobiliários, quer qualquer operação acima mencionada seja necessariamente liquidada mediante a entrega dos Valores Mobiliários ou outros Valores Mobiliários, quer seja em dinheiro ou de outra forma. A presente restrição à negociação de ações abrange a divulgação pública de qualquer intenção de realizar tal oferta, venda, penhor ou alienação e de celebrar tal operação ou as operações de *swap*, *hedge* ou de outra natureza. Quaisquer Valores Mobiliários recebidos mediante exercício de opções outorgadas a pessoas que sejam Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações estarão igualmente sujeitos à restrição à transferência de ações. Os Valores Mobiliários que venham a ser adquiridos pelos mesmos no mercado aberto não estarão sujeitos às referidas restrições.

Não obstante as operações vedadas durante o Período Restritivo por força dos referidos contratos assinados pela Companhia, pelos membros de seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, pelo Acionista Vendedor e pelo FISDB, as seguintes transferências de Valores Mobiliários são permitidas (“Transferências Permitidas”):

- (i) a transferência, direta ou indireta, por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valores Mobiliários para quaisquer de seus respectivos acionistas, controladores, controladas ou coligadas;
- (ii) a transferência, direta ou indireta, de Valores Mobiliários entre acionistas, controladoras, controladas ou coligadas de Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações;
- (iii) a transferência por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valor Mobiliário de sua titularidade para uma ou mais pessoas físicas com o propósito de torná-las elegíveis para cargos no Conselho de Administração da Companhia, quando aplicável;
- (iv) a transferência do Valor Mobiliário detido por representante de Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações que ocupe cargo no Conselho de Administração da Companhia para Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações ou para outra pessoa física designada pelos mesmos com o propósito de torná-la elegível para cargo no Conselho de Administração da Companhia, quando aplicável, na hipótese do referido representante de Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações ser destituído do referido cargo ou, por qualquer razão, deixar o mesmo;
- (v) o empréstimo de Valores Mobiliários por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações ao Coordenador Líder ou a quaisquer entidades indicadas pelo mesmo com a finalidade de permitir a realização de atividades de estabilização do preço das ações de emissão da Companhia em relação ao Preço por Ação, quando aplicável;
- (vi) o empréstimo ou transferências de valores mobiliários a um corretor, no contexto da realização de atividades de formador de mercado, de acordo com a legislação aplicável, inclusive com a Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003 e com o Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID, para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários;

- (vii) a transferência por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valores Mobiliários para seus familiares ou agentes fiduciários;
- (viii) a emissão ou outorga de Valores Mobiliários sob futuros planos de opção de compra e venda de ações da Companhia; e
- (ix) a transferência por Sujeitos às Restrições de Transferência de Ações de Valores Mobiliários após a obtenção de autorização prévia por escrito do Coordenador Líder.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos 6 (seis) meses subsequentes à data da publicação do Anúncio de Início, o Controlador (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e Derivativos (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) da Companhia de que eram titulares na data da efetivação da Oferta, na forma prevista no Contrato de Colocação (“Data da Liquidação das Ações Suplementares”). Após esse período inicial de 6 (seis) meses, o Controlador, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40,0% das ações e Derivativos da Companhia de que eram titulares na data da efetivação da Oferta.

A Companhia não registrará transferências de ação para os adquirentes do Poder de Controle, enquanto estes não subscreverem o termo de anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

#### **Estabilização do Preço das Ações**

O Coordenador Líder, por intermédio da Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., poderá realizar atividades de estabilização do preço das ações de emissão da Companhia em relação ao Preço por Ação. As atividades de estabilização poderão ser realizadas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na BOVESPA. Para tal fim, foi celebrado contrato de prestação de serviços de estabilização de preço de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Contrato de Estabilização”), conforme minuta previamente aprovada pela CVM e pela BOVESPA. Não existe a obrigação por parte do Coordenador Líder de determinar a realização das operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento.

#### **Direitos, Vantagens e Restrições das Ações**

As Ações garantem aos seus titulares:

- direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que a cada Ação corresponderá um voto;
- direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25,0% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”);
- em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, ainda que por meio de operações sucessivas, direito de alienar suas ações em oferta pública de aquisição das ações (“OPA”), a ser lançada pelo adquirente do controle, nas condições e nos prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do controle;
- em caso de cancelamento do registro da Companhia de companhia aberta ou de cancelamento de listagem da Companhia no Novo Mercado da BOVESPA, direito de alienação de suas ações em OPA a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia por, no mínimo, seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão

destes, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia geral de acionistas titulares de ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia;

- direito de recebimento de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação ou, no caso das Ações Suplementares, a partir da respectiva Data de Liquidação das Ações Suplementares; e
- todos os demais direitos assegurados às Ações nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia.

As ações ordinárias de emissão da Companhia serão listadas na BOVESPA sob o código “MDIA3”.

### **Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação**

O Acionista Vendedor pode requerer que a CVM autorize a modificação ou cancelamento da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pelo Acionista Vendedor. Adicionalmente, o Acionista Vendedor pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3.º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio dos jornais O Povo, Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Ceará, veículos também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Retificação”). Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

### **Relacionamento entre a Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder**

#### *Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder*

A Companhia manteve e mantém relacionamento comercial com o Coordenador Líder ou sociedades de seu grupo econômico de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, e poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

#### *Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder*

O administrador do Acionista Vendedor pertence ao mesmo grupo econômico do Coordenador Líder.

### **Declaração de Inadequação de Investimento**

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que atua, aos seus acionistas, e o ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto Definitivo e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Não há nenhuma inadequação específica a determinado tipo de investidor. Veja a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto Definitivo.

### **Instituição Financeira Depositária das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A.

### **Informações Complementares**

A Companhia requereu o seu registro de companhia aberta junto à CVM em 19 de maio de 2006.

O Coordenador Líder recomenda aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto Definitivo. A leitura deste Prospecto Definitivo possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a elas inerentes.

Para a obtenção de maiores informações sobre a Oferta ou obter cópias deste Prospecto Definitivo os investidores interessados poderão contatar quaisquer dos Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

### **Coordenador Líder**

#### **Banco Pactual S.A**

Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3.729, 9° e 10° andares  
CEP 04538-133  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Evandro Pereira  
Tel: (11) 3046-2000  
Fax: (11) 3046-2001  
Site: [www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)

### **Coordenadores Contratados**

#### **Banco UBS S.A.**

Av. Juscelino Kubitschek, n.º 50, 6º andar  
CEP 04543-000  
São Paulo - SP  
At.: Sr. Alexandre Bettamio  
Tel: (11) 3048-5209  
Fax (11) 3078-7926  
Site: [www.ubs-brasil.com.br](http://www.ubs-brasil.com.br)

#### **Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**

Rua Alexandre Dumas, n° 2200  
CEP 04717 - 910  
São Paulo - SP  
At.: Sr. Mauro Meinberg  
Tel.: (11) 5189-5065  
Fax: (11) 5189-5120  
Site: [www.deutsche.com.br](http://www.deutsche.com.br)



**BB Banco de Investimento S.A.**

Rua Senador Dantas, nº 105 – 36º andar

CEP 20031-923

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Alexandre Wanzeller Casali

Tel.: (21) 3808-2742

Fax: (21) 3808-3239

Site: [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

**Corretoras Consorciadas:**

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente publicado em 27 de setembro de 2006 sem a indicação das Corretoras Consorciadas e republicado em 5 de outubro de 2006, incluindo os logotipos das Corretoras Consorciadas, a partir de cuja data puderam ser obtidas informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas no site da Internet da CBLC ([www.cblic.com.br](http://www.cblic.com.br)).

Este Prospecto Definitivo também está disponível: (a) na CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-901, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tel.: (21) 3233-8686 e na Rua Libero Badaró, nº 471, 7º andar, Centro, CEP 01009-903, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, (11) 2146-2000 ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)); (b) na BOVESPA, situada na Rua XV de Novembro, nº 275, CEP 01013-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ([www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)); e (c) na Companhia, situada na Rodovia BR 116, Km 18, CEP 61760-000, na Cidade de Eusébio, Estado do Ceará, ([www.mdiasbranco.com.br](http://www.mdiasbranco.com.br)).

**Declaração da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400**

A Companhia e o Acionista Vendedor, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declaram que: (i) o Prospecto Preliminar continha e este Prospecto Definitivo contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira e os riscos inerentes à sua atividade; (ii) o Prospecto Preliminar e este Prospecto Definitivo foram preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400; e (iii) as informações prestadas por ocasião do registro, fornecidas ao mercado durante a Oferta, prestadas no Prospecto Preliminar foram, assim como as prestadas neste Prospecto Definitivo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

O Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que tomou e que continuará tomando todas as cautelas e agiu e continuará agindo com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (i) o Prospecto Preliminar contivesse e este Prospecto Definitivo contenha as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira e os riscos inerentes à sua atividade; (ii) o Prospecto Preliminar e este Prospecto Definitivo fossem preparados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; (iii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

## IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

### 1. Companhia

**M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos**

Rodovia BR 116 - Km 18

CEP 61760-000

Eusébio - CE

Tel.: (85) 4005-5667

Fax: (85) 4005-5598

At.: Sr. Geraldo Luciano Mattos Júnior

Correio eletrônico: [geraldomdb@mdb.com.br](mailto:geraldomdb@mdb.com.br)

Site: [www.mdiasbranco.com.br](http://www.mdiasbranco.com.br)

### 2. Acionista Vendedor:

**Dibra Fundo de Investimento em Participações**

Administrado pelo Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, Torre Corcovado

CEP 22250-040

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2514-9600

Fax: (21) 2514-9600

At.: Sr. Rodrigo Guedes Xavier

Correio eletrônico: [rxavier@pactual.com.br](mailto:rxavier@pactual.com.br)

### 3. Coordenador Líder da Oferta:

**Banco Pactual S.A.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º e 10º andares

CEP 04538-905

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3046-2000

Fax: (11) 3046-2001

At.: Sr. Evandro Pereira

Correio eletrônico: [evpereira@pactual.com.br](mailto:evpereira@pactual.com.br)

Site: [www.pactual.com.br](http://www.pactual.com.br)

### 4. Coordenadores Contratados:

**Banco UBS S.A.**

Av. Juscelino Kubitschek, n.º 50, 6º andar

CEP 04543-000

São Paulo - SP

Tel: (11) 3048-5209

Fax: (11) 3078-7926

At.: Sr. Alexandre Bettamio

Correio eletrônico: [alexandre.bettamio@ubs.com](mailto:alexandre.bettamio@ubs.com)

Site: [www.ubs-brasil.com.br](http://www.ubs-brasil.com.br)

**Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**

Rua Alexandre Dumas, nº 2200

CEP 04717- 910

São Paulo - SP

Tel.: (11) 5189-5065

Fax: (11) 5189-5120

At.: Sr. Mauro Meinberg

Correio eletrônico: [mauro.meinberg@db.com](mailto:mauro.meinberg@db.com)

Site: [www.deutsche.com.br](http://www.deutsche.com.br)

**BB Banco de Investimento S.A.**

Rua Senador Dantas, nº 105 – 36º andar

CEP 20031-923

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3808-2742

Fax: (21) 3808-3239

At.: Sr. Alexandre Wanzeller Casali

Correio Eletrônico: [acasali@bb.com.br](mailto:acasali@bb.com.br)

Site: [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

**5. Consultores Jurídicos:**

**5.1. Para a Companhia e o Acionista Vendedor quanto ao Direito Brasileiro:**

**Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados**

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 50, 4º andar

CEP 04543-000

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3365-4600

Fax: (11) 3365-4597

At.: Sr. Pedro Lanna Ribeiro

Correio eletrônico: [pedro@bmalaw.com.br](mailto:pedro@bmalaw.com.br)

Site: [www.bmalaw.com.br](http://www.bmalaw.com.br)

**5.2. Para a Companhia e Acionista Vendedor quanto à Legislação Norte-Americana:**

**Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP**

Four Times Square

10036

Nova Iorque – NY – Estados Unidos da América

Tel.: (1 212) 735-3000

Fax: (1 212) 735-2000

At.: Sr. Jonathan D. Bisgaier

Correio eletrônico: [jbisgaie@skadden.com](mailto:jbisgaie@skadden.com)

Site: [www.skadden.com](http://www.skadden.com)

**5.3. Para o Coordenador Líder da Oferta quanto ao Direito Brasileiro:**

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n° 447

CEP 01403-001

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3147-7600

Fax: (11) 3147-7770

At.: Sr. Daniel Calhman de Miranda

Correio eletrônico: [dmiranda@mattosfilho.com.br](mailto:dmiranda@mattosfilho.com.br)

Site: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

**5.4. Para o Coordenador Líder da Oferta quanto à Legislação Norte-Americana:**

**Clifford Chance US LLP**

31 West 52<sup>nd</sup> Street

10019-6131

Nova Iorque – NY – Estados Unidos da América

Tel.: (1 212) 878-8000

Fax: (1 212) 878-8375

At.: Sra. Sara Hanks

Correio eletrônico: [sara.hanks@cliffordchance.com](mailto:sara.hanks@cliffordchance.com)

Site: [www.cliffordchance.com](http://www.cliffordchance.com)

**6. Auditores Independentes:**

KPMG – Auditores Independentes

Rua Renato Paes de Barros, n.º 33

CEP 04530-904

São Paulo – SP

Tel.: (55 11) 3067-3000

Fax: (55 11) 3079-3752

At.: Sr. Adelino Dias Pinho

[apinho@kpmg.com.br](mailto:apinho@kpmg.com.br)

Site: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## FATORES DE RISCO

*O investimento nas ações de nossa emissão envolve um alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Ações, os potenciais investidores devem considerar cuidadosa e atentamente todas as informações contidas neste Prospecto Definitivo e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das ações de nossa emissão pode cair devido a quaisquer destes riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, acreditamos que podem nos afetar adversamente. Riscos adicionais dos quais não temos conhecimento, ou que, atualmente, acreditamos não serem materiais, podem também nos afetar de forma material e adversa.*

*Para os fins da presente seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um “efeito adverso” para nós ou pode ou poderá nos “afetar adversamente” significa que o risco, a incerteza ou o problema pode ter ou terá um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira, liquidez, resultados de nossas operações, projeções, futuros negócios e/ou valor de negociação das ações de nossa emissão. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.*

### RISCOS RELACIONADOS AO SETOR E AOS NOSSOS NEGÓCIOS

***O preço de nossas matérias-primas e de nossas embalagens é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso relevante para nós.***

Nossas principais matérias-primas são o trigo, os óleos vegetais e o açúcar, as quais contribuíram, em 2005, com aproximadamente 44,4% de nossos custos de produtos vendidos. Tais matérias-primas e/ou seus componentes são *commodities* e, como tal, seus preços são fixados em Dólar. Os preços das *commodities* oscilam, de acordo com sua cotação no mercado de *commodities* internacional, o qual é afetado pela variação da oferta e procura mundial por tais *commodities*. Historicamente, a cotação de tais *commodities* no mercado internacional sofreu flutuações devido a uma série de fatores. Não temos e não teremos controle sobre os fatores que afetam a flutuação da cotação de tais *commodities*.

As embalagens também são importantes componentes do nosso processo produtivo, tendo representado, em 2005, aproximadamente 15,4% dos nossos custos de produtos vendidos. O preço das embalagens é relativamente volátil, uma vez que está vinculado aos preços internacionais do petróleo, que também são estabelecidos com base no Dólar. Historicamente, o preço do petróleo sofreu grandes flutuações devido a uma série de fatores, sobre os quais não temos e não teremos qualquer controle.

Alterações bruscas ou inesperadas na cotação das *commodities* e no preço do petróleo (incluindo oscilações no valor do Real frente ao Dólar), bem como oscilações na oferta e demanda por tais produtos, podem impactar diretamente o preço de nossas matérias-primas e insumos, o que poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Uma variação súbita ou inesperada dos preços de tais *commodities* e do petróleo decorrente de alterações resultantes de variações cambiais entre o Real em relação ao Dólar, e/ou mudanças na oferta ou demanda destes produtos, pode impactar diretamente o preço de nossas matérias-primas e embalagens, o que pode nos afetar de forma adversa e relevante. Em caso de aumento de preços destes produtos, poderá não ser possível repassarmos tal aumento aos nossos clientes, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e nos afetar de forma adversa e relevante.

***Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais benefícios podem afetar de forma adversa relevante nossos resultados.***

Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais, que nos garantem isenção ou redução do IRPJ, bem como o reembolso de parte do valor do ICMS que recolhemos aos Estados do Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Tais incentivos fiscais estão condicionados ao cumprimento de determinadas

obrigações estabelecidas nos documentos que firmamos com os vários Estados, tais como (i) a modernização e a diversificação de unidades industriais para beneficiamento de trigo de nossas linhas de produtos, (ii) a obrigação de não distribuir aos nossos acionistas o valor do nosso lucro resultante da isenção de pagamento imposto de renda em razão dos incentivos fiscais; e (iii) a apresentação, anualmente, de certos documentos às autoridades competentes. O não cumprimento de tais obrigações pode resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais e na obrigação de pagarmos o valor integral dos tributos devidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso relevante para nós.

Não podemos assegurar que os benefícios fiscais estaduais serão efetivamente mantidos até o final de seus prazos de vigência ou, ainda, no caso dos benefícios fiscais estaduais e federais, que seremos capazes de renová-los, em condições favoráveis, após expirado seu prazo atual de vigência ou obter novos benefícios fiscais após encerrado o prazo de vigência dos benefícios fiscais de que atualmente somos titulares. Atualmente, os nossos benefícios fiscais de âmbito estadual foram prorrogados por um prazo de 10 a 15 anos e os benefícios na esfera federal vigoram até 2013. Caso tais benefícios fiscais não sejam efetivamente mantidos ou renovados, poderemos ter um efeito adverso relevante para nós.

Caso os benefícios fiscais de que somos titulares venham a ser questionados judicialmente por terceiros, incluindo o Ministério Público, outros Estados e novos governantes do Estado do Ceará, Bahia, Paraíba ou Rio Grande do Norte, e a decisão judicial final nos seja desfavorável, poderemos ter os benefícios fiscais cancelados e/ou sermos cobrados pelo valor objeto da isenção, redução e/ou financiamento concedidos até a data de tal decisão (respeitado o prazo prescricional e decadencial), conforme o caso, o que poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Adicionalmente, não podemos assegurar que o procedimento atualmente adotado por nós junto aos bancos estaduais que nos concedem os financiamentos no que diz respeito ao recolhimento do ICMS será mantido no futuro ou, ainda, caso venha a ser alterado, que será adotado um procedimento que contemple condições favoráveis para nós.

Ademais, encontra-se em trâmite legislativo um projeto de emenda constitucional que propõe uma reforma no sistema tributário brasileiro segundo a qual o ICMS seria centralizado no governo federal e não mais nos governos estaduais. Caso aprovada a referida reforma tributária, a possibilidade de obtenção de novos incentivos fiscais pode vir a ser prejudicada, o que poderia ter um efeito adverso relevante para nós. Para maiores detalhes sobre os benefícios fiscais de que somos titulares, veja seção “Atividades – Incentivos Fiscais” deste Prospecto Definitivo.

***Atuamos em segmentos de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos dos nossos, o que pode ter um efeito adverso para nós***

Os segmentos de mercado em que atuamos são altamente competitivos e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, das quais algumas têm maior facilidade do que nós para obter acesso a capital, tais como Nestlé, Unilever, J. Macedo e Bunge, dentre outras. Enfrentamos, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado informal e, desta forma, podem oferecer preços mais baixos que os nossos, o que pode resultar na diminuição do volume de nossas vendas e/ou fazer com que tenhamos que reduzir nossos preços, o que resultaria em margens menores. Ainda, novos concorrentes poderão entrar em nossos mercados. Qualquer um destes fatores pode ter um efeito adverso relevante para nós.

Estamos também sujeitos à concorrência de outros segmentos do setor de alimentos, por parte de fabricantes de produtos que podem ser substitutos de alguns dos nossos, como ocorre com o arroz em relação às massas, gerando uma ampliação do nosso ambiente de concorrência.

Em níveis diferenciados, nossos atuais e futuros concorrentes podem ser bem sucedidos em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter maiores recursos financeiros e melhores campanhas de marketing de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados em que atuamos, nas nossas

linhas de produtos ou mesmo em segmentos diversos do mercado em que atuamos pode nos levar a reduzir preços, aumentar os nossos gastos com marketing, perder participação de mercado em algumas linhas de produtos, ou, ainda, a não sermos bem sucedidos no lançamento de novos produtos, sendo que qualquer desses acontecimentos pode ter um efeito adverso para nós.

***Nossa estratégia de crescimento por meio de aquisições envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso relevante para nós.***

Parte de nossa estratégia de crescimento futuro pode envolver a aquisição de empresas ou outros ativos, caso surjam oportunidades interessantes nos mercados em que atuamos ou em novos mercados. Qualquer aquisição de outras empresas ou ativos pode envolver os seguintes riscos:

- dificuldades operacionais de integração dos novos colaboradores, dos sistemas de informação, dos produtos e da base de clientes aos nossos negócios; como resultado de qualquer aquisição, podem surgir demandas adicionais dos nossos administradores seniores, dos nossos sistemas de informação, e de outras áreas da Companhia;
- as empresas adquiridas podem vir a apresentar obrigações e contingências de que não tínhamos conhecimento quando da sua aquisição, ou para as quais podemos não obter indenização contratual do vendedor;
- qualquer atraso no processo de integração pode causar um aumento acima do esperado nas nossas despesas operacionais;
- a emissão de ações ou de títulos de dívida como fonte de captação de recursos para novas aquisições pode diluir a participação dos nossos acionistas no nosso capital social ou nos sujeitar a restrições ou obrigações que podem vir a impactar nossa habilidade de colocar em prática outros elementos de nossa estratégia;
- o processo de aquisição pode ser competitivo e pode elevar o valor da transação pretendida ou, ainda, inviabilizar a consumação da potencial aquisição;
- o resultado da aquisição de outros negócios pode, ainda, afetar adversamente nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas; e
- complexidades na formação do preço de aquisição ou dificuldades de obtenção de autorizações das autoridades públicas de defesa da concorrência, em tempo hábil, podem nos levar a desistir da aquisição ou podem resultar na aquisição de empresas menos atrativas.

Caso qualquer um destes fatores surjam quando da implementação das nossas estratégias de aquisição, poderemos sofrer um efeito adverso relevante para nós.

***Estamos sujeitos a resultados desfavoráveis em processos tributários judiciais ou administrativos, o que pode ter um efeito adverso relevante para nós.***

Somos parte em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias e obtivemos resultados desfavoráveis em alguns desses processos. Estamos tomando medidas com vistas a suspender a exigibilidade de certos créditos tributários, a evitar o ajuizamento e/ou prosseguimento de execuções fiscais contra nós e a exigibilidade de prestação de garantias no âmbito de tais execuções. Caso não logremos êxito nessas medidas, pode ser que tenhamos que efetuar desembolsos ou prestar garantias. Além disso, as nossas provisões para estas contingências poderão não ser suficientes para a satisfação do valor total que podemos ser exigidos a pagar. Decisões desfavoráveis em relação a tais processos poderão ter um efeito adverso relevante para nós. Para maiores informações sobre esses processos, os valores envolvidos, bem como os montantes provisionados, ver a Seção “Atividades – Pendências Judiciais e Administrativas –Tributário”.

***É possível que não consigamos concluir no tempo desejado ou com êxito a integração do software de gestão integrada atual ao novo software.***

Recentemente, adquirimos da Oracle um software de gestão empresarial integrada, cuja implantação encontra-se em andamento normal e de acordo com o seu cronograma, sendo o término previsto para janeiro de 2007. Há possibilidade de que a implantação do sistema não se dê no tempo estimado e que a fase de transição ocasione alguns inconvenientes em nossas atividades por tempo que não podemos estimar.

Ademais, poderá haver outras questões desconhecidas ou outros problemas de adequação associados à integração do *software* de gestão integrada atual ao novo *software*, de forma a causar um efeito adverso relevante em nossas atividades.

***Estamos sujeitos a um rígido controle e extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar em um aumento de nossos custos, provocando um efeito adverso relevante para nós.***

Nossas atividades estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. Além disso, estamos sujeitos à regulamentação de autoridades sanitárias federal, estaduais e municipais e à regulamentação do Ministério da Agricultura, relativamente ao processo de fabricação de nossos produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem e armazenagem.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais e sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer delas pode ter um efeito adverso relevante para nós.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais e sanitárias poderiam acarretar a necessidade de efetuarmos investimentos substanciais para a adequação de nossas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para nós. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental ou da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para nós.

***Podemos não conseguir implementar integralmente nossas estratégias de negócios.***

Nossa habilidade de colocar em prática com sucesso as principais medidas que fazem parte de nossas estratégias de negócio depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de ampliar nossa liderança de mercado, aumentar a nossa base de clientes, desenvolver e lançar novos produtos, e identificar oportunidades atrativas de aquisições e outros investimentos. Não podemos assegurar que qualquer destes objetivos serão alcançados com sucesso, o que, se ocorrer, pode vir a ter um efeito adverso para nós.

***Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar uma redução nas margens praticadas pelas empresas do setor, podendo ter um efeito adverso para nós.***

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, o que acreditamos ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive nós. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para nós. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a nossa, elevando nossa dependência dos grandes grupos varejistas, e, portanto, o poder de barganha de tais empresas, o que pode ter um efeito adverso para nós.

***Estamos sujeitos a reclamações de consumidores e a recall de produtos, o que poderia afetar negativamente nossa imagem, ter um impacto relevante em nossos custos e ter um efeito adverso para nós.***

Produzimos e vendemos alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como de contaminação, perecimento, adulteração, dentre outros. Caso venhamos a ser responsabilizados em algum processo de



responsabilidade civil relacionado aos nossos produtos ou venhamos a realizar algum *recall* de nossos produtos, isto poderia vir a impactar negativamente nossa lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos nossos consumidores. Mesmo que não sejamos responsabilizados em uma ação judicial contra nós relativa a nossos produtos, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos nossos produtos e à nossa qualidade poderia vir a afetar adversamente nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia ter um efeito adverso para nós.

***Nossos concorrentes podem utilizar indevidamente as nossas marcas ou podemos ser impedidos de utilizar nossas marcas mais conhecidas, o que poderia nos causar um efeito adverso.***

Nossas marcas e o *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e violação, por terceiros, de nossos direitos de propriedade intelectual. A falsificação de nossos produtos e a utilização indevida de nossas marcas podem não apenas causar efeitos adversos em nossas vendas, como atingir a integridade de nossas marcas próprias em função de sua associação com produtos de menor qualidade, o que poderia ter um efeito adverso para nós.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro da grande maioria de nossas marcas e patentes, não podemos assegurar que nossos concorrentes não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Nessa hipótese, caso sejamos impedidos de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá ter um efeito adverso para nós.

***Os seguros mantidos por nós podem não prover a cobertura completa dos riscos a que estamos sujeitos, ou podem não estar disponíveis a um custo razoável.***

A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por seguro ou que excedam os limites dos seguros por nós contratados poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

## **RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS**

***O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão vir a causar um efeito adverso para nós e para o valor de mercado de nossas ações.***

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Nós e o preço de mercado das ações de nossa emissão poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- política monetária, cambial e taxas de juros;
- políticas de controle cambial;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal;
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem; e
- racionamento de energia elétrica.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para

umentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Em outubro de 2006, o Brasil passará por eleições presidenciais, e não podemos garantir que o candidato que venha a ser eleito manterá as políticas econômicas adotadas pela atual administração. No período de 2000 a 2005, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 2,2%. O crescimento limitado da economia brasileira nestes últimos anos contribuiu para a incerteza de que as políticas econômicas adotadas pela atual administração serão mantidas até a eleição presidencial ou pelo candidato que vier a ser eleito. Dessa forma, não podemos prever se as atuais políticas econômicas serão mantidas ou quais políticas fiscais, monetárias, previdenciárias e outras serão adotadas pelo futuro governo, e se estas medidas afetarão adversamente a economia como um todo e/ou terão um efeito adverso para nós.

***A inflação e certas medidas do governo para combatê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, e nós.***

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas adotadas no passado pelo governo para combatê-la tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Real em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que em períodos anteriores. Não obstante, pressões inflacionárias persistem. Medidas adotadas para combater a inflação e especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. A inflação apurada pelo Índice Geral de Preços do Mercado, ou IGP-M, foi 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004, 1,2% em 2005 e 1,4% no primeiro semestre de 2006. Os preços, por sua vez, quando apurados pelo IPCA, aumentaram em 12,5% em 2002, 9,3% em 2003, 7,6% em 2004, 5,7% em 2005 e 1,5% no primeiro semestre de 2006.

O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do governo sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós.

Além disso, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

***A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para as ações de nossa emissão e para nós.***

A moeda corrente brasileira desvalorizou-se várias vezes frente ao Dólar durante as últimas quatro décadas. Durante este período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, dentre as quais desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados de câmbio paralelos e o sistema do mercado de câmbio flutuante. De tempos em tempos, houve volatilidade significativa no valor do Real frente ao Dólar e a outras moedas. Por exemplo, o Real desvalorizou-se em 15,7% e 34,3% face ao Dólar em 2001 e 2002, respectivamente, tendo, por outro lado, valorizado 18,2%, 8,1%, 11,8% e 7,9% face ao Dólar em 2003, 2004 e 2005, e no primeiro semestre de 2006, respectivamente. Não há qualquer garantia que possa ser dada de que o Real não se depreciará ou desvalorizará em relação ao dólar. Em 21 de setembro de 2006, a taxa de câmbio foi de R\$2,212 para US\$1,00.

As desvalorizações do Real face ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento dos preços dos produtos importados ou cujo preço é atrelado ao Dólar, dentre os quais o trigo, os óleos vegetais, o açúcar e embalagens, que são nossas principais matérias-primas e insumos, podendo acarretar a adoção de políticas recessivas por parte do governo. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a uma desaceleração do crescimento baseado nas exportações, o que poderá, assim, afetar de maneira adversa os nossos negócios.

***O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pela percepção de risco do Brasil e de outras economias emergentes e a deterioração dessa percepção poderá ter um efeito adverso no valor de mercado de nossas ações e restringir nosso acesso ao mercado financeiro e de capitais internacional.***

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. Em consequência dos problemas econômicos em vários países de mercados emergentes em anos recentes (como a crise financeira da Ásia em 1997, a crise financeira da Rússia em 1998 e a crise financeira da Argentina que começou em 2001), os investidores passaram a examinar com maior cautela os investimentos em mercados emergentes. Essas crises produziram uma evasão de Dólares no Brasil e uma redução no volume de investimentos estrangeiros no País, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentassem custos mais altos para a captação de recursos, tanto no País como no exterior, limitando o seu acesso ao mercado de capitais internacional. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes poderiam diminuir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os nossos, o que afetaria adversamente o preço de mercado de nossas ações.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado em geral e pelas condições econômicas internacionais, especialmente as condições econômicas nos Estados Unidos da América. Em maio de 2006, a BOVESPA e as bolsas de valores de outros países emergentes sofreram quedas substanciais, como resultado da instabilidade global e indicadores inflacionários e outras políticas econômicas.

A ocorrência de um ou mais desses fatores poderia afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações e dificultar nosso acesso ao mercado financeiro e de capitais em condições aceitáveis por nós.

## **RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES**

***Um mercado ativo e líquido para as ações de nossa emissão poderá não se desenvolver, limitando a sua possibilidade de vender ações de nossa emissão ao preço e na ocasião desejados.***

Não existe, atualmente, um mercado ativo ou líquido para as ações de nossa emissão. Não podemos prever em que medida o interesse de investidores por nós ocasionará o desenvolvimento de um mercado para a negociação das ações de nossa emissão na BOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de títulos e valores mobiliários internacionais.

Há também uma significativa maior concentração no mercado de valores mobiliários brasileiro quando comparado aos maiores mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos. Por exemplo, a BOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de, aproximadamente, US\$593,0 bilhões (R\$1,2 trilhões) em 30 de junho de 2006, e um volume de negociação médio diário de US\$1,0 bilhão (ou R\$2,2 bilhões) durante o primeiro semestre de 2006. As 10 ações mais negociadas em termos de volume de negociação, corresponderam a, aproximadamente, 53,3%, 49,3%, 54,5% e 52,0% de todas as ações negociadas na BOVESPA nos anos encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2003, 2004, 2005 e no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, respectivamente. Em comparação, a Bolsa de Nova Iorque teve uma capitalização de US\$ 20,2 trilhões durante o primeiro semestre de 2006 e um volume de negociação médio diário de, aproximadamente, US\$ 71,1 bilhões durante o primeiro semestre de 2006.

Tais características de mercado podem limitar substancialmente a possibilidade de os titulares de ações ordinárias de nossa emissão vendê-las ao preço e ao tempo que lhes pareçam mais adequados e, como resultado, o mercado de ações nossa emissão pode ser afetado adversamente.

O Preço por Ação será determinado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta, inclusive em resposta a estes fatores de risco ou motivo relacionado aos nossos resultados operacionais.

***A venda de um número significativo de ações de nossa emissão após a conclusão desta Oferta pode afetar de maneira adversa o seu preço.***

Por ocasião da consumação da Oferta, teremos 25.256.228 ações em circulação, assumindo o exercício da Opção de Ações Suplementares. Nós, os membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria, o Acionista Vendedor e o FISDB (“Sujeitos a Restrições de Transferência de Ações”), desde 27 de setembro de 2006, a data da primeira publicação do Aviso ao Mercado, até o término do prazo de 180 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início (“Período de Lock-up”), obrigaram-se, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito do Coordenador Líder, a não oferecer para a venda, vender, contratar ou concordar em vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, quaisquer ações de nossa emissão, ou outros valores mobiliários passíveis de conversão, permuta ou exercício sob a forma de ações de nossa emissão (“Valores Mobiliários”), na forma prevista em “Informações sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (“Lock-Up)”. Adicionalmente, de acordo com as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado, nos 6 meses subsequentes à data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, nosso acionista controlador (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), os membros do nosso Conselho de Administração e os nossos Diretores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das nossas ações e Derivativos (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 meses, o Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e os nossos Diretores não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40,0% das nossas ações e Derivativos de que eram titulares imediatamente após a data da efetivação da Oferta. Após o transcurso do Período de *Lock-up*, todas as ações sujeitas a essas restrições de negociação poderão ficar disponíveis para venda no mercado.

Vendas ou a percepção da possibilidade de vendas de volume substancial de ações poderiam prejudicar o preço de mercado vigente das nossas ações.

***Podemos vir a precisar de capital no futuro, por meio da emissão de ações ou títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em ações de nossa emissão.***

É possível que tenhamos interesse em captar recursos no mercado de capitais, por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações poderá diluir a participação acionária do investidor no nosso capital social.

***Podemos não pagar dividendos aos titulares de ações de nossa emissão.***

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25,0% do nosso lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. Para maiores informações, ver a seção “Dividendos” deste Prospecto Definitivo. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Podemos não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício social, se nossos administradores decidirem que tal pagamento seria desaconselhável diante de nossa situação financeira. Ademais, nós poderemos mudar nossa política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais.

***Nosso acionista controlador poderá tomar determinadas decisões em relação aos nossos negócios que podem conflitar com o interesse dos potenciais investidores da Oferta.***

Após a consumação desta Oferta, o Acionista Vendedor será titular de 69,3% do nosso capital social votante, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, permanecendo como nosso acionista controlador. Nosso acionista controlador poderá tomar medidas que podem ser contrárias aos interesses dos potenciais investidores da Oferta, inclusive reorganizações societárias e condições de pagamento de dividendos. O acionista controlador manterá o nosso controle efetivo, elegendo a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração. A decisão de nosso acionista controlador quanto aos nossos rumos pode divergir da decisão esperada por nossos acionistas minoritários.

***Nosso Estatuto Social contém disposições que podem impedir ou reduzir a possibilidade de uma oferta hostil ou quaisquer outras operações de aquisição da Companhia que visem a mudar o nosso controle, mesmo que estas operações ou a troca de nosso controle possam ser favoráveis aos nossos acionistas.***

Nosso Estatuto Social contém uma disposição limitadora à aquisição de mais de 10,0% das nossas ações, visando a evitar a concentração das ações de nossa emissão em pequeno grupo de investidores, de sorte a promover a dispersão das ações emitidas por nós. Qualquer acionista (que não aqueles que já sejam acionistas da Companhia no dia da publicação do Anúncio de Início, e demais investidores que se tornem acionistas da Companhia em certas transações especificadas em nosso Estatuto Social) que passe a deter 10,0% ou mais do capital social da Companhia (excluindo-se ações em tesouraria e aumentos de capital involuntários, conforme especificado no nosso Estatuto Social) deverá realizar uma oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação por preço estabelecido em conformidade com o nosso Estatuto Social no prazo de 60 dias contados da aquisição da aludida participação. Essas disposições podem ter efeitos contrários à aquisição de controle, podendo desencorajar, postergar ou impedir a nossa incorporação, fusão ou aquisição, incluindo transações em que os nossos acionistas poderiam receber ágio por suas ações.

## **DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

Nós não receberemos qualquer recurso em decorrência da Oferta, por se tratar de uma oferta secundária, envolvendo exclusivamente a venda de ações ordinárias de propriedade do Acionista Vendedor.

[página intencionalmente deixada em branco]

## Parte II – COMPANHIA

---

Capitalização .....	64
Dividendos .....	65
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos .....	66
Informações Financeiras Seleccionadas .....	69
Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais.....	76
O Setor de Consumo e as Indústrias de Moagem de Trigo, Biscoitos e Massas .....	132
Atividades .....	144
Aspectos Regulatórios da Indústria.....	176
Administração .....	178
Principais Acionistas e Acionista Vendedor .....	189
Operações com Partes Relacionadas .....	190
Descrição do Capital Social .....	191
Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa .....	209



## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta o nosso caixa, bancos, aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e estrutura de capital em 30 de junho de 2006. As informações descritas abaixo foram extraídas de nossas informações financeiras consolidadas relativas ao período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, objeto de revisão especial pelos nossos auditores independentes, elaboradas de acordo com o BR GAAP e com os critérios de elaboração de demonstrações e informações *pro forma*, conforme indicado em “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Demonstrações” e informações financeiras consolidadas *pro forma*. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Resumo das Informações Financeiras”, “Informações Financeiras Seleccionadas”, “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e nossas demonstrações financeiras consolidadas, constantes deste Prospecto Definitivo.

Como não receberemos recursos provenientes da venda das Ações, não haverá alteração em nossa capitalização em decorrência da Oferta.

	<b>Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006</b> <i>Em milhões de Reais</i>
Caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo:	409,9
Endividamento de curto prazo	362,3
Endividamento de longo prazo	241,8
Endividamento total	604,1
Capital Social	688,8
Reservas de Capital <sup>(1)</sup>	65,1
Reservas de Lucros	0,0
Lucros Acumulados	82,6
Total do Patrimônio Líquido <sup>(2)</sup>	836,5
<b>Total de capitalização<sup>(3)</sup></b>	<b>1.440,6</b>

<sup>(1)</sup> Nessa linha, somamos o valor de Reserva de Capital (R\$ 48,6 milhões) e Reserva Especial (R\$ 16,5 milhões) evidenciadas separadamente nas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2005, anexas a este Prospecto Definitivo.

<sup>(2)</sup> Para maiores informações sobre o nosso Patrimônio Líquido, veja a nota explicativa 20 de nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* para o período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 e 2005.

<sup>(3)</sup> O total da capitalização representa o endividamento total (endividamento de curto prazo mais endividamento de longo prazo) mais o patrimônio líquido.

## **DIVIDENDOS**

A Lei das Sociedades por Ações permite que o estatuto social de cada companhia especifique a porcentagem mínima do lucro líquido para distribuição pela companhia em cada exercício social na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido do imposto de renda retido na fonte pode ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório e pode ser considerado como despesa dedutível para fins de imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido.

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual mínimo do lucro líquido da companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do nosso Estatuto Social, pelo menos 25,0% do nosso lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório. Para maiores informações, ver a Seção “Descrição do Capital Social – Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos” relativa ao cálculo do montante disponível para ser distribuído aos acionistas.

A Lei das Sociedades por Ações, contudo, permite a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício social em que os órgãos da administração reportem à assembléia geral que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia. A suspensão está sujeita a aprovação em assembléia geral e análise pelos membros do conselho fiscal, se estiver instalado na ocasião. No caso de companhias abertas, os administradores deverão apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de 5 dias a contar da assembléia geral pertinente. Se o dividendo obrigatório não for pago, os valores correspondentes serão atribuídos a uma conta de reserva especial. Se não forem absorvidos por prejuízos subseqüentes, tais valores serão pagos aos acionistas assim que a situação financeira da companhia permitir.

A Assembléia Geral da Companhia poderá determinar montante a ser pago ou creditado aos nossos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o art. 9º, da Lei nº 9.249/95, alterado pela Lei nº 9.430/96.

Em 2003, 2004, 2005 e 2006, a Companhia distribuiu lucros aos seus acionistas, no valor total de, aproximadamente, R\$16,2 milhões, R\$61,8 milhões, R\$16,2 milhões e R\$77,5 milhões, respectivamente.

## TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

### Geral

O único valor mobiliário de nossa emissão são as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que compõem o nosso capital social.

Antes da Oferta, nossas ações não eram negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Em 1º de setembro de 2006, assinamos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, para que as nossas ações ordinárias sejam admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado, sob o código MDIA3, cuja eficácia se encontra suspensa até a data de publicação do Anúncio de Início. Não podemos garantir que, após a Oferta, será desenvolvido um mercado ativo para as nossas ações ordinárias ou que as mesmas sejam negociadas por um valor maior que o Preço de Distribuição. Para maiores informações, ver a Seção “Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações”, “Administração”, “Descrição do Capital Social” e “Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa”.

### Negociação na BOVESPA

A BOVESPA é uma sociedade civil sem fins lucrativos de propriedade de corretoras-membro. A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem das 10:00h às 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h durante o período de horário de verão no Brasil, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. Adicionalmente, a BOVESPA também permite negociações das 17:45h às 19:00h, ou entre 18:45h e 19:30h durante o período de horário de verão no Brasil, conectado Megabolsa e brokers, por um sistema on-line denominado “*after market*”, conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela Internet. As negociações no “*after market*” estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela Internet. Não temos qualquer tipo de especialista ou formador de mercado para as nossas ações.

Quando acionistas negociam ações na BOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à BOVESPA na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio da CBLC.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, a BOVESPA adotou um sistema circuit breaker de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

A CVM e a BOVESPA possuem poder discricionário para suspender a negociação das ações de determinada companhia em certas circunstâncias. A negociação de valores mobiliários listados na BOVESPA, incluindo os listados no Novo Mercado, podem ser afetados pelas negociações realizadas em mercado de balcão não-organizado em certas circunstâncias.

### Novo Mercado

Nossas ações ordinárias serão admitidas à negociação no Novo Mercado da BOVESPA na data da publicação do Anúncio de Início. O início da negociação se dará no dia seguinte ao Anúncio de Início.

### Introdução

Em dezembro de 2000, a BOVESPA deu início ao funcionamento de três segmentos especiais de negociação de ações, denominados Nível 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e o Novo Mercado, visando promover o mercado secundário de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras listadas na BOVESPA por meio de estímulos a que estas companhias seguissem as boas práticas de governança

corporativa. Os segmentos foram criados para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas dispostas a aderirem a práticas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado, adicionais ao que é exigido pela legislação brasileira. Estas regras aumentam os direitos dos acionistas e aumentam o nível da qualidade de informação oferecida aos acionistas e ao mercado.

Para ingressar no Novo Mercado submetemo-nos, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que as presentes na legislação brasileira, obrigando-nos, a, por exemplo:

- emitir exclusivamente ações ordinárias;
- promover a dispersão de ações (free float), visando à liquidez dos títulos;
- adotar procedimentos para favorecer a dispersão acionária, após alienação de controle;
- detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais;
- adotar políticas mais rígidas no que tange à divulgação das negociações realizadas pelo acionista controlador e pessoas a eles ligadas, envolvendo títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia;
- disponibilizar ao mercado uma agenda com os eventos corporativos da Companhia;
- disponibilizar e atualizar periodicamente informações sobre transações entre partes relacionadas em valor igual ou superior a R\$ 200 mil ou a 1,0% do patrimônio líquido da Companhia, o que for maior;
- assegurar que as mesmas condições dadas ao acionista controlador sejam estendidas a todos os outros acionistas no caso da transferência do controle da companhia (direito de tag-along);
- estabelecer um mandato unificado de, no máximo, 2 anos a todos os membros do Conselho de Administração;
- disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base no US GAAP;
- resolver conflitos relacionados ou oriundos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e das Cláusulas Compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado; e
- realizar uma oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico, no caso de a Companhia retirar-se do segmento do Novo Mercado ou cancelar o registro de companhia aberta.

A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia para as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais a Companhia também está sujeita.

Em decorrência da edição da Resolução do CMN n.º 3121, de 25 de setembro de 2003 (“[Resolução CMN n.º 3121/03](#)”), que estabeleceram novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos a negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja de Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BOVESPA podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da Resolução CMN n.º 2829/01, um investimento importante e atraente para as entidades fechadas de previdência privada que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro.

#### **Autorização para Negociação no Novo Mercado**

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve,

entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu Estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela BOVESPA, em especial a que se refere à Cláusula Compromissória. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25,0% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à existência de partes beneficiárias pelas companhias listadas no Novo Mercado.

Nos termos do Contrato de Participação no Novo Mercado, que firmamos em 1º de setembro de 2006 com a BOVESPA, teremos um prazo de até 3 anos, contado do início da negociação das ações de nossa emissão no segmento do Novo Mercado para cumprir com o requisito de que as ações de nossa emissão, representando 25,0% do nosso capital social, estejam em circulação no mercado, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado. A negociação de ações de nossa emissão nesse segmento se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início, sob o código MDIA3. Durante este prazo, deveremos manter em circulação de ações de nossa emissão, representando no mínimo, 15,0% do nosso capital social.

### **Conselho de Administração**

O conselho de administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo 5 membros, eleitos pela assembléia geral, dos quais, no mínimo, 20,0% deverão ser Conselheiros Independentes com mandato unificado, com mandato de, no máximo, 2 anos, sendo permitida a reeleição. Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever o termo de anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do termo de anuência dos administradores os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado, valendo ainda este termo como Cláusula Compromissória.

### **Outras características do Novo Mercado**

Dentre as outras características do Novo Mercado, destacam-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisições de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, a saída do Novo Mercado; (ii) realizar suas ofertas públicas de distribuição de ações sempre de modo a favorecer a dispersão acionária; (iii) o direito de venda conjunta nas mesmas condições dos acionistas controladores em relação à venda do controle das companhias listadas no Novo Mercado; (iv) obrigações de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) submissão de todos os acionistas da companhia ao Regulamento da Câmara de Arbitragem para a resolução de conflitos entre os acionistas, os administradores da companhia, os membros do Conselho Fiscal e a própria Companhia.

## INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial consolidado *pro forma* e demonstrativo de resultado consolidado *pro forma* e outras informações para os períodos ali indicados. As informações financeiras consolidadas de balanço patrimonial e demonstrativo de resultado *pro forma* foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos indicados, e estão incluídas em suas notas explicativas. As informações financeiras abaixo devem ser lidas em conjunto com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Resumo das Demonstrações Financeiras” e “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidados *pro forma* relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* auditadas por nossos auditores independentes de acordo com o BR GAAS.

Os dados de balanço patrimonial consolidado *pro forma* e demonstrações do resultado consolidados *pro forma* relativos aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram extraídos das informações financeiras consolidadas *pro forma* e foram objeto de revisão especial de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o CFC.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e as nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com o BR GAAP e com os critérios de elaboração de demonstrações e informações *pro forma*, conforme indicado em “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Demonstrações e informações financeiras consolidadas *pro forma*”.

<i>Demonstração de Resultados Consolidada Pro Forma</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						2004/	2005/
	2003	AV%	2004	AV%	2005	AV%	2003	2004
							(%)	(%)
	<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>							
<b>Receita operacional bruta</b>								
Venda de produtos	1.381,1	126,6	1.557,4	136,0	1.593,6	132,1	12,8	2,3
<b>Deduções</b>								
Impostos e deduções da receita bruta	(290,4)	(26,6)	(411,9)	(36,0)	(386,8)	(32,1)	41,8	(6,1)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.090,7</b>	<b>100,0</b>	<b>1.145,5</b>	<b>100,0</b>	<b>1.206,8</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>	<b>5,4</b>
Custos dos produtos vendidos	(743,8)	(68,2)	(719,7)	(62,8)	(676,2)	(56,0)	(3,2)	(6,0)
<b>Lucro bruto</b>	<b>346,9</b>	<b>31,8</b>	<b>425,8</b>	<b>37,2</b>	<b>530,6</b>	<b>44,0</b>	<b>22,7</b>	<b>24,6</b>
<b>Despesas Operacionais</b>								
Vendas	(172,4)	(15,8)	(199,5)	(17,4)	(246,5)	(20,4)	15,7	23,6
Administrativas e gerais	(52,5)	(4,8)	(88,2)	(7,7)	(74,3)	(6,2)	68,0	(15,8)
Despesas tributárias	(25,6)	(2,3)	(25,3)	(2,2)	(39,8)	(3,3)	(1,2)	57,3
Despesas com depreciação e amortização	(23,9)	(2,2)	(16,1)	(1,4)	(19,9)	(1,6)	(32,6)	23,6
Outras despesas operacionais	(6,7)	(0,6)	(0,7)	(0,1)	(32,8)	(2,7)	(89,6)	4.585,7
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro<sup>1</sup></b>	<b>65,8</b>	<b>6,0</b>	<b>96,0</b>	<b>8,4</b>	<b>117,3</b>	<b>9,7</b>	<b>45,7</b>	<b>22,1</b>
Receitas financeiras	85,0	7,8	151,6	13,2	169,4	14,0	78,4	11,7
Despesas financeiras	(79,4)	(7,3)	(140,2)	(12,2)	(155,2)	(12,9)	76,6	10,7
<b>Lucro operacional após o resultado financeiro</b>	<b>71,4</b>	<b>6,5</b>	<b>107,4</b>	<b>9,4</b>	<b>131,5</b>	<b>10,9</b>	<b>50,4</b>	<b>22,4</b>
Resultado não operacional	-	-	(0,1)	(0,0)	-	-	-	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>71,4</b>	<b>6,5</b>	<b>107,3</b>	<b>9,4</b>	<b>131,5</b>	<b>10,9</b>	<b>50,3</b>	<b>22,6</b>
Imposto de renda e contribuição social	(42,6)	(3,9)	(44,5)	(3,9)	(50,2)	(4,2)	4,5	12,8
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>28,8</b>	<b>2,6</b>	<b>62,8</b>	<b>5,5</b>	<b>81,3</b>	<b>6,7</b>	<b>118,1</b>	<b>29,5</b>

*Reconciliação para o EBITDA*

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>28,8</b>	<b>2,6</b>	<b>62,8</b>	<b>5,5</b>	<b>81,3</b>	<b>6,7</b>	<b>118,1</b>	<b>29,5</b>
Imposto de renda e contribuição social	42,6	3,9	44,5	3,9	50,2	4,2	4,5	12,8
Receitas financeiras	(85,0)	(7,8)	(151,6)	(13,2)	(169,4)	(14,0)	78,4	11,7
Despesas financeiras	79,4	7,3	140,2	12,2	155,2	12,9	76,6	10,7
Resultado não operacional	-	-	0,1	0,0	-	-	-	-
Depreciação e amortização sobre CPV	35,9	3,3	31,5	2,7	41,4	3,4	(12,3)	31,4
Depreciação e amortização sobre despesas operacionais	23,9	2,2	16,1	1,4	19,9	1,6	(32,6)	23,6
<b>EBITDA<sup>2</sup></b>	<b>125,6</b>	<b>11,5</b>	<b>143,6</b>	<b>12,5</b>	<b>178,6</b>	<b>14,8</b>	<b>14,3</b>	<b>24,4</b>

*Reconciliação para o EBITDA Ajustado*

<b>EBITDA</b>	<b>125,6</b>	<b>11,5</b>	<b>143,6</b>	<b>12,5</b>	<b>178,6</b>	<b>14,8</b>	<b>14,3</b>	<b>24,4</b>
Ajuste por perdas em aplicações no Banco Santos	-	-	-	-	2,7	0,2	-	-
Ajuste por pagamento de acordo sobre fatura de energia da Coelce	-	-	-	-	5,0	0,4	-	-
Incentivos fiscais de ICMS	23,1	2,1	28,7	2,5	27,1	2,2	24,2	(5,6)
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>148,7</b>	<b>13,6</b>	<b>172,3</b>	<b>15,0</b>	<b>213,4</b>	<b>17,7</b>	<b>15,9</b>	<b>23,9</b>

*Incentivos fiscais<sup>4</sup>*

Incentivos fiscais de ICMS	23,1	2,1	28,7	2,5	27,1	2,2	24,2	(5,6)
Incentivos fiscais de imposto de renda	17,2	1,6	18,4	1,6	28,5	2,4	7,0	54,9
<b>Total</b>	<b>40,3</b>	<b>3,7</b>	<b>47,1</b>	<b>4,1</b>	<b>55,6</b>	<b>4,6</b>	<b>16,9</b>	<b>18,0</b>

<sup>1</sup> Diversamente da seqüência apresentada nas nossas demonstrações e informações financeiras incluídas neste Prospecto Definitivo, nesta seção, as receitas financeiras e despesas financeiras foram destacadas do grupo Despesas Operacionais, sendo apresentadas como contas do lucro operacional antes do resultado financeiro.

<sup>2</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.

<sup>3</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA *pro forma*, para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia (veja item 4, abaixo); (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.

<sup>4</sup> A Companhia possui unidades fabris, localizadas em vários Estados do País, sendo que 6 dessas unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de ICMS (Reserva de Subvenção – Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual) e 5 unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de IRPJ (Lucro da Exploração). Os incentivos fiscais aqui apresentados correspondem à parte das despesas com ICMS e IRPJ que afetaram – em regime de competência – os resultados da Companhia, para os quais a Companhia não tem expectativa de desembolso, considerando (i) o histórico de cumprimento dos requisitos fiscais necessários para usufruto desses benefícios, (ii) o seu direito incorrido quanto à utilização desses benefícios; e (iii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto desses benefícios. Assim, a Companhia entende que a apresentação desses incentivos fiscais, conforme esse conceito (revertendo o efeito no resultado de suas operações), reflete de forma apropriada o benefício de “caixa” desses incentivos em relação ao resultado de suas operações em cada exercício/período apresentado. A Companhia, de acordo com os procedimentos pertinentes a cada uma dessas subvenções fiscais, aguarda o transcurso desses procedimentos para efetuar a incorporação da subvenção para investimento em seu patrimônio líquido contábil. Com isso, o impacto dos valores das subvenções de investimento no patrimônio líquido de cada exercício social se dá somente em momento posterior àquele verificado na demonstração de resultados.

	<b>Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de</b>				
<i>Demonstração de Resultados Consolidada Pro Forma</i>	<b>2005</b>	<i>AV%</i>	<b>2006</b>	<i>AV%</i>	<b>2006/2005 (%)</b>
	<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>				
<b>Receita operacional bruta</b>					
Venda de produtos	758,8	132,5	835,6	130,5	10,1
<b>Deduções</b>					
Impostos e deduções da receita bruta	(186,3)	(32,5)	(195,3)	(30,5)	4,8
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>572,5</b>	<b>100,0</b>	<b>640,3</b>	<b>100,0</b>	<b>11,8</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(319,2)	(55,8)	(376,0)	(58,7)	17,8
<b>Lucro bruto</b>	<b>253,3</b>	<b>44,2</b>	<b>264,3</b>	<b>41,3</b>	<b>4,3</b>
<b>Despesas Operacionais</b>					
Vendas	(115,6)	(20,2)	(121,4)	(19,0)	5,0
Administrativas e gerais	(34,4)	(6,0)	(43,7)	(6,8)	27,0
Despesas tributárias	(12,1)	(2,1)	(13,9)	(2,2)	14,9
Despesas com depreciação e amortização	(11,1)	(1,9)	(15,3)	(2,4)	37,8
Outras (despesas) receitas operacionais	(13,0)	(2,3)	19,7	3,1	(251,5)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro<sup>1</sup></b>	<b>67,1</b>	<b>11,7</b>	<b>89,7</b>	<b>14,0</b>	<b>33,7</b>
Receitas financeiras	77,9	13,6	130,9	20,4	68,0
Despesas financeiras	(69,2)	(12,1)	(109,6)	(17,1)	58,4
<b>Lucro operacional após o resultado financeiro</b>	<b>75,8</b>	<b>13,2</b>	<b>111,0</b>	<b>17,3</b>	<b>46,4</b>
Resultado não operacional	(0,5)	(0,1)	0,2	0,0	(140,0)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>75,3</b>	<b>13,1</b>	<b>111,3</b>	<b>17,4</b>	<b>47,8</b>
Imposto de renda e contribuição social	(26,1)	(4,6)	(40,6)	(6,3)	55,6
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>70,7</b>	<b>11,0</b>	<b>43,7</b>
<i>Reconciliação para o EBITDA</i>					
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>70,7</b>	<b>11,0</b>	<b>43,7</b>
Imposto de renda e contribuição social	26,1	4,6	40,6	6,3	55,6
Receitas financeiras	(77,9)	(13,6)	(130,9)	(20,4)	68,0
Despesas financeiras	69,2	12,1	109,6	17,1	58,4
Resultado não operacional	0,5	0,1	(0,2)	(0,0)	(140,0)
Depreciação e amortização sobre CPV	20,7	3,6	24,5	3,8	18,4
Depreciação e amortização sobre despesas operacionais	11,1	1,9	15,3	2,4	37,8
<b>EBITDA<sup>2</sup></b>	<b>98,9</b>	<b>17,3</b>	<b>129,5</b>	<b>20,2</b>	<b>30,9</b>
<i>Reconciliação para o EBITDA Ajustado</i>					
<b>EBITDA</b>	<b>98,9</b>	<b>17,3</b>	<b>129,5</b>	<b>20,2</b>	<b>30,9</b>
Ajuste por perdas em aplicações no Banco Santos	2,7	0,5	-	-	-
Ajuste por pagamento de acordo sobre fatura de energia da Coelce	5,0	0,9	-	-	-
Incentivos fiscais de ICMS	12,0	2,1	14,5	2,3	20,8
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>118,7</b>	<b>20,7</b>	<b>144,0</b>	<b>22,5</b>	<b>21,4</b>
<i>Incentivos fiscais<sup>4</sup></i>					
Incentivos fiscais de ICMS	12,0	2,1	14,5	2,3	20,8
Incentivos fiscais de imposto de renda	15,3	2,7	8,8	1,4	(42,5)
<b>Total</b>	<b>27,3</b>	<b>4,8</b>	<b>23,3</b>	<b>3,6</b>	<b>(14,7)</b>



<sup>1</sup> Diversamente da seqüência apresentada nas nossas demonstrações e informações financeiras incluídas neste Prospecto Definitivo, nesta seção, as receitas financeiras e despesas financeiras foram destacadas do grupo Despesas Operacionais, sendo apresentadas como contas do lucro operacional antes do resultado financeiro.

<sup>2</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.

<sup>3</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA *pro forma*, para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia (veja item 4, abaixo); (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.

<sup>4</sup> A Companhia possui unidades fabris, localizadas em vários Estados do País, sendo que 6 dessas unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de ICMS (Reserva de Subvenção – Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual) e 5 unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de IRPJ (Lucro da Exploração). Os incentivos fiscais aqui apresentados correspondem à parte das despesas com ICMS e IRPJ que afetaram – em regime de competência – os resultados da Companhia, para os quais a Companhia não tem expectativa de desembolso, considerando (i) o histórico de cumprimento dos requisitos fiscais necessários para usufruto desses benefícios, (ii) o seu direito incorrido quanto à utilização desses benefícios; e (iii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto desses benefícios. Assim, a Companhia entende que a apresentação desses incentivos fiscais, conforme esse conceito (revertendo o efeito no resultado de suas operações), reflete de forma apropriada o benefício de “caixa” desses incentivos em relação ao resultado de suas operações em cada exercício/período apresentado. A Companhia, de acordo com os procedimentos pertinentes a cada uma dessas subvenções fiscais, aguarda o transcurso desses procedimentos para efetuar a incorporação da subvenção para investimento em seu patrimônio líquido contábil. Com isso, o impacto dos valores das subvenções de investimento no patrimônio líquido de cada exercício social se dá somente em momento posterior àquele verificado na demonstração de resultados.

#### Em 31 de dezembro de

<i>Balço Patrimonial Consolidado Proforma</i>	2003	AV%	2004	AV%	2005	AV%	2004/2003 (%)	2005/2004 (%)
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>								
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Disponibilidades	333,5	27,3	303,9	21,4	471,4	28,7	(8,9)	55,1
Contas a receber de clientes	99,4	8,1	116,1	8,2	155,4	9,4	16,8	33,9
Adiantamento a fornecedores	2,3	0,2	5,3	0,4	3,0	0,2	130,4	(43,5)
Outras contas a receber	19,5	1,6	8,7	0,6	2,8	0,2	(55,4)	(67,8)
Impostos a recuperar	7,1	0,6	28,9	2,0	17,0	1,0	307,0	(41,2)
Estoques	137,7	11,3	135,6	9,6	145,6	8,9	(1,5)	7,4
Despesas antecipadas	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	-	(66,7)
<b>Total</b>	<b>599,5</b>	<b>49,1</b>	<b>598,8</b>	<b>42,2</b>	<b>795,3</b>	<b>48,4</b>	<b>(0,1)</b>	<b>32,8</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>								
Depósitos judiciais	7,8	0,6	8,9	0,6	12,8	0,8	14,1	43,8
Impostos a recuperar	8,7	0,7	10,1	0,7	12,2	0,7	16,1	20,8
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2,1	0,2	2,5	0,2	10,6	0,6	19,1	324,0
Incentivos fiscais/outros créditos	1,0	0,1	1,1	0,1	3,4	0,2	10,0	209,1
<b>Total</b>	<b>19,6</b>	<b>1,6</b>	<b>22,6</b>	<b>1,6</b>	<b>39,0</b>	<b>2,4</b>	<b>15,3</b>	<b>72,6</b>
<b>Permanente</b>								
Investimentos	55,0	4,5	50,0	3,5	35,2	2,1	(9,1)	(29,6)
Imobilizado	498,3	40,8	701,7	49,5	737,3	44,8	40,8	5,1
Diferido	48,7	4,0	44,5	3,1	37,8	2,3	(8,6)	(15,1)
<b>Total</b>	<b>602,0</b>	<b>49,3</b>	<b>796,2</b>	<b>56,2</b>	<b>810,3</b>	<b>49,3</b>	<b>32,3</b>	<b>1,8</b>

<b>Ativo Total</b>	<b>1.221,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.417,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>16,0</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	31,0	2,5	33,7	2,4	37,0	2,2	8,7	9,8
Obrigações sociais e trabalhistas	10,9	0,9	9,3	0,7	11,7	0,7	(14,7)	25,8
Impostos e contribuições	34,6	2,8	31,6	2,2	29,4	1,8	(8,7)	(7,0)
Adiantamentos	1,1	0,1	1,2	0,1	1,6	0,1	9,1	33,3
Outras contas a pagar	11,8	1,0	18,2	1,3	16,1	0,9	54,2	(11,5)
Financiamentos	251,8	20,6	302,9	21,4	380,6	23,1	20,3	25,7
<b>Total</b>	<b>341,2</b>	<b>28,0</b>	<b>396,9</b>	<b>28,0</b>	<b>476,4</b>	<b>29,0</b>	<b>16,3</b>	<b>20,0</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>								
Impostos e contribuições	15,6	1,3	14,9	1,1	13,9	0,8	(4,5)	(6,7)
Financiamentos e empréstimos	153,9	12,6	257,4	18,2	271,6	16,5	67,3	5,5
Contas a pagar	24,2	2,0	17,9	1,3	11,9	0,7	(26,0)	(33,5)
Provisão para contingências	10,7	0,9	18,2	1,3	33,4	2,0	70,1	83,5
<b>Total</b>	<b>204,4</b>	<b>16,7</b>	<b>308,4</b>	<b>21,8</b>	<b>330,8</b>	<b>20,1</b>	<b>50,9</b>	<b>7,3</b>
<b>Participações de minoritários</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	520,0	42,6	565,0	39,9	604,0	36,7	8,7	6,9
Reservas de capital	67,1	5,5	57,8	4,1	76,6	4,7	(13,9)	32,5
Reservas de lucros	85,5	7,0	90,1	6,4	102,9	6,3	5,4	14,2
Lucros (prejuízos) acumulados	2,9	0,2	(0,6)	0,0	53,8	3,3	(120,7)	(9.066,7)
<b>Total</b>	<b>675,5</b>	<b>55,3</b>	<b>712,3</b>	<b>50,2</b>	<b>837,3</b>	<b>50,9</b>	<b>5,4</b>	<b>17,5</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>1.221,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.417,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>16,0</b>

<i>Balço Patrimonial Consolidado Pro forma</i>	<b>Em 30 de junho de 2005<sup>2</sup></b>	<b>AV%</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>AV%</b>	<b>Em 30 de junho de 2006</b>	<b>AV%</b>	<b>30 de junho 2006/31 de dezembro 2005 (%)</b>
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>							
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Disponibilidades	308,6	20,9	471,4	28,7	409,9	24,9	(13,0)
Contas a receber de clientes	135,0	9,2	155,4	9,4	165,2	10,0	6,3
Adiantamento a fornecedores	3,4	0,2	3,0	0,2	18,0	1,1	500,0
Outras contas a receber	8,0	0,5	2,8	0,2	9,5	0,6	239,3
Impostos a recuperar	22,9	1,6	17,0	1,0	21,3	1,3	25,3
Estoques	160,1	10,9	145,6	8,9	168,4	10,2	15,7
Despesas antecipadas	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>638,3</b>	<b>43,3</b>	<b>795,3</b>	<b>48,4</b>	<b>792,5</b>	<b>48,1</b>	<b>(0,4)</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Depósitos judiciais	12,1	0,8	12,8	0,8	14,0	0,8	9,4
Impostos a recuperar	11,2	0,8	12,2	0,7	16,6	1,0	36,1
Impostos de renda e contribuição social diferidos	5,2	0,4	10,6	0,6	10,5	0,6	(0,9)
Incentivos fiscais/outros créditos	1,0	0,1	3,4	0,2	3,1	0,2	(8,8)
<b>Total</b>	<b>29,5</b>	<b>2,0</b>	<b>39,0</b>	<b>2,4</b>	<b>44,2</b>	<b>2,7</b>	<b>13,6</b>
<b>Permanente</b>							
Investimentos	51,6	3,5	35,2	2,1	45,9	2,8	30,4
Imobilizado	738,9	50,1	737,3	44,8	731,2	44,4	(0,8)
Diferido	16,5	1,1	37,8	2,3	33,7	2,0	(10,8)
<b>Total</b>	<b>807,0</b>	<b>54,7</b>	<b>810,3</b>	<b>49,3</b>	<b>810,8</b>	<b>49,2</b>	<b>0,1</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>1.474,8</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.647,5</b>	<b>100,0</b>	<b>0,2</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	47,9	3,2	37,0	2,2	57,2	3,5	54,6
Obrigações sociais e trabalhistas	14,7	1,0	11,7	0,7	18,9	1,1	61,5
Impostos e contribuições	46,7	3,2	29,4	1,8	65,1	4,0	121,4
Adiantamentos	2,0	0,1	1,6	0,1	1,8	0,1	12,5
Outras contas a pagar	19,0	1,3	16,1	1,0	10,7	0,6	(33,5)
Financiamentos	276,2	18,7	380,6	23,1	362,3	22,0	(4,8)
<b>Total</b>	<b>406,5</b>	<b>27,6</b>	<b>476,4</b>	<b>29,0</b>	<b>516,0</b>	<b>31,3</b>	<b>8,3</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>							
Impostos e contribuições	14,6	1,0	13,9	0,8	13,1	0,8	(5,8)
Financiamentos e empréstimos	280,4	19,0	271,6	16,5	241,8	14,7	(11,0)

<sup>2</sup> As informações constantes desta coluna e da análise vertical respectiva visam meramente a manter o mesmo nível de *disclosure* do *Offering Circular*, não tendo sido objeto de auditoria ou revisão especial por parte dos auditores independentes da Companhia.

Contas a pagar	0,0	0,0	11,9	0,7	9,0	0,5	(24,4)
Provisão para contingências	18,2	1,2	33,4	2,0	31,1	1,9	(6,9)
<b>Total</b>	<b>313,2</b>	<b>21,2</b>	<b>330,8</b>	<b>20,1</b>	<b>295,0</b>	<b>17,9</b>	<b>(10,8)</b>
<b>Participações de minoritários</b>	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	600,0	40,7	604,0	36,7	688,8	41,8	14,0
Reservas de capital	32,4	2,2	76,6	4,7	65,1 <sup>1)</sup>	3,9	(15,0)
Reservas de lucros	90,1	6,1	102,9	6,3	0,0	0,0	0,0
Lucros (prejuízos) acumulados	32,6	2,2	53,8	3,3	82,6	5,0	53,5
<b>Total</b>	<b>755,1</b>	<b>51,2</b>	<b>837,3</b>	<b>50,9</b>	<b>836,5</b>	<b>50,8</b>	<b>(0,1)</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>1.474,8</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.647,5</b>	<b>100,0</b>	<b>0,2</b>

<sup>1)</sup> Nessa linha, somamos o valor de Reserva de Capital (R\$ 48,6 milhões) e Reserva Especial (R\$ 16,5 milhões) evidenciadas separadamente nas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2005, anexas a este Prospecto Definitivo.

## **DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS**

*Essa seção contém discussões sobre estimativas e declarações acerca do futuro que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais podem diferir significativamente daqueles discutidos nas estimativas e declarações acerca do futuro como resultado de diversos fatores, incluindo, sem limitação, aqueles informados nas seções “Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro” e “Fatores de Risco” e os assuntos informados de forma geral neste Prospecto Definitivo.*

*A discussão a seguir é baseada em, e deve ser lida em conjunto com, informações e demonstrações financeiras consolidadas anexas a este Prospecto Definitivo e com as seções, “Apresentação das Informações Financeiras”, “Resumo das Demonstrações Financeiras”, “Informações Financeiras Seleccionadas” e com outras informações financeiras apresentadas neste Prospecto Definitivo*

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidados *pro forma* relativos aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram extraídos das informações financeiras consolidadas históricas, e estão inclusas nas suas notas explicativas, objeto de revisão especial de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o CFC.

Os dados de balanço patrimonial consolidado *pro forma* e demonstrações do resultado consolidados *pro forma* relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas históricas, e estão inclusas nas suas notas explicativas, auditadas, de acordo com o BR GAAS.

Nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com o BR GAAP e com os critérios de elaboração de demonstrações e informações *pro forma*, conforme indicado em “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Demonstrações e informações financeiras consolidadas *pro forma*”.

### **Visão Geral**

Com origem há mais de 60 anos, nossas atividades consistem da fabricação, comercialização e distribuição de produtos alimentícios, especificamente: (i) biscoitos e massas, (ii) farinha e farelo de trigo, e (iii) margarinas e gorduras vegetais.

Somos líderes nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, em termos de volume de vendas, medido em toneladas, segundo dados da AC Nielsen. Também possuímos uma participação relevante no mercado brasileiro de farinha e farelo de trigo, uma das nossas principais matérias-primas, no qual acreditamos estar entre os três maiores participantes desse mercado no Brasil, em termos de volume de consumo, medido em toneladas. Além disso, desde 2002, atuamos no segmento de margarinas e gorduras vegetais, que usamos no nosso processo produtivo de biscoitos e massas, e também comercializamos. O Brasil é o nosso principal mercado, e foi responsável por 99,8% da nossa receita líquida em 2005.

Nós, a M. Dias Branco:

- produzimos a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos nossos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, fabricamos 89,7% de toda a farinha de trigo e 65,6% de toda a margarina e gorduras vegetais utilizadas no nosso processo produtivo, o que acreditamos nos proporcionar significativos ganhos de sinergia operacional e integração de processos. Acreditamos que esta cadeia produtiva integrada nos permite um melhor planejamento da nossa produção, maior garantia da qualidade dos nossos produtos e melhor administração de nossos custos, aumentando nossa capacidade de praticar preços competitivos;

- em 30 de junho de 2006, possuíamos cerca de 33 mil clientes ativos e nossas vendas são bastante pulverizadas, não havendo concentração significativa do volume de nossas vendas em nenhum cliente ou grupo de clientes específicos. Acreditamos que essa pulverização da nossa base de clientes tem nos conferido relevante liberdade na definição da nossa política de preços dos produtos, bem como da política de descontos comerciais. Também não dependemos individualmente de nenhum dos nossos fornecedores de nenhuma de nossas principais matérias-primas, o que nos dá grande flexibilidade na busca de opções de menor custo;
- temos uma ampla rede de distribuição dos nossos produtos, que inclui vendedores próprios, representantes comerciais e distribuidores, a qual cobre todos os Estados do Brasil. Essa rede nos permite ter expressiva presença nos principais centros consumidores do País. Nossos esforços de construção de sólido relacionamento de negócios com nossos clientes, aliados à pulverização da nossa base de clientes, têm nos permitido realizar vendas a prazo para nossos clientes com um nível de inadimplência que acreditamos ser pouco significativo;
- temos 10 unidades fabris localizadas em 6 Estados do País, que estão preparadas para a fabricação de vasta gama de produtos, o que nos dá relevante flexibilidade na definição do produto a ser fabricado dependendo do mercado consumidor onde a unidade estiver instalada, dos custos de logística e incentivos fiscais aplicáveis a cada unidade fabril. Seis das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de ICMS e 5 das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de IRPJ, o que tem contribuído para uma maior disponibilidade de caixa para os investimentos na nossa expansão, mediante o cumprimento dos requisitos impostos pelas autoridades fiscais;
- temos investido em tecnologia de ponta ao longo dos anos e contamos com diversas linhas de produtos sob as marcas Richester e Fortaleza – líderes de mercado nas regiões Nordeste e Norte – e sob as marcas Adria, Isabela, Basilar e Zabet – líderes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o que nos dá flexibilidade e permite oferecer uma variedade de produtos para mercados consumidores com demandas diferentes, a preços competitivos, e;
- tivemos expressivo crescimento nos volumes de nossa produção, medidos em toneladas, e de nossas vendas nos anos de 2003, 2004, 2005 e no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, em razão dos fortes investimentos no aumento de capacidade de produção com a inauguração de dois novos complexos industriais (moinho e planta industrial) na Bahia e Paraíba - Grande Moinho Aratu e Grande Moinho Tambaú, respectivamente. Acreditamos que tais complexos nos colocam muito bem posicionados para: (i) explorarmos o potencial do crescimento de mercado, lançando mais produtos, incluindo aqueles de maiores margens de lucros, para reforçar nosso posicionamento; (ii) nos beneficiarmos de um nível maior de diluição de custos fixos derivados da operação das novas plantas à plena capacidade; (iii) nos beneficiarmos do aumento de renda e alta correlação de nosso setor com o crescimento econômico, e (iv) caso seja necessário, investirmos em ampliação de capacidade a custos marginais, em função da estrutura modular das novas plantas, com a estrutura civil já preparada para ampliações.

A tabela abaixo demonstra o volume de nossa produção nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de	
	2003	2004	2005	2005	2006
<i>(Em mil toneladas)</i>					
<b>Grande Moinho Aratu</b>					
Biscoitos	0,0	0,0	14,5	2,1	13,9
Massas	0,0	0,0	2,6	0,0	5,0
Farinha	0,8	151,8	185,0	82,6	102,2
<b>Subtotal Aratu</b>	<b>0,8</b>	<b>151,8</b>	<b>202,1</b>	<b>84,7</b>	<b>121,1</b>
<b>Grande Moinho Tambaú</b>					
Biscoitos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Massas	0,0	0,0	5,4	0,0	6,9
Farinha	0,0	0,0	11,6	0,7	13,0
<b>Subtotal Tambaú</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>17,0</b>	<b>0,7</b>	<b>19,9</b>
<b>Total</b>	<b>0,8</b>	<b>151,8</b>	<b>219,1</b>	<b>85,4</b>	<b>141,0</b>

#### Eventos Societários Recentes e Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Em 22 de setembro de 2003, adquirimos a Adria, empresa controlada que fabrica, vende e distribui biscoitos e massas. A partir desta data, os ativos, passivos e resultados dessa controlada passaram a integrar as nossas demonstrações financeiras consolidadas históricas.

Em 31 de março de 2006, realizamos uma cisão de certos ativos e passivos, incluindo: (i) imóveis não utilizados na atividade de industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios; (ii) investimentos no capital de empresas coligadas ou controladas não relacionadas à industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios; e (iii) investimentos no mercado financeiro, excedentes às nossas necessidades de liquidez. Os efeitos dessa cisão foram refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas somente a partir de 31 de março de 2006. Para maiores informações sobre a nossa reestruturação societária, ver “Atividades – Eventos Societários Relevantes”.

As demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, e aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, referem-se à aquisição da Adria, ocorrida em setembro de 2003, e à cisão parcial, ocorrida em 31 de março de 2006, como se estas duas operações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2003. Para maiores informações, ver “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”.

#### Eventos Recentes

A partir de julho de 2006, o setor de biscoitos e massas aplicou um aumento de 8,0%, em média, para seus produtos. No dia 1º de julho de 2006, nós aumentamos os preços de todas as nossas linhas de biscoitos e massas em 8,0%, de forma linear.

A partir de julho de 2006, a subvenção para investimentos concedida pelo Estado do Ceará (PROVIN) à unidade Moinho Dias Branco foi estendida à Fábrica Fortaleza, proporcionando a devolução de 56,3% do ICMS contido no valor do trigo em grão utilizado na fabricação da farinha de trigo integrante do custo dos biscoitos e massas produzidos naquela unidade.

### **Cenário Macro-Econômico Brasileiro**

Desde a posse do atual Governo Federal, a economia brasileira tem apresentado maior grau de estabilidade e, de maneira geral, o Governo Federal vem dando continuidade à política macroeconômica do governo anterior, priorizando a responsabilidade fiscal.

O Real valorizou-se 22,3% em comparação ao Dólar, em 2003. A inflação anual em 2003, medida pelo IPCA, foi de 9,3%. A economia brasileira mostrou sinais de recuperação no último trimestre de 2003, tendo o PIB crescido, em termos reais, aproximadamente 1,5%, se comparado ao terceiro trimestre do mesmo ano. O Banco Central reduziu a taxa de juros sete vezes ao longo do ano de 2003.

Em 2004, a economia brasileira mostrou importantes melhorias em seus principais indicadores. O PIB cresceu 4,9%, a taxa média de desemprego caiu de 10,9% para 9,6% nas principais regiões metropolitanas do País, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. O Brasil registrou um superávit primário nas contas públicas (antes do pagamento de suas dívidas) de 4,6%, o que foi acima da meta de 4,3% do PIB estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional como parte de seu acordo de empréstimo então em vigor com o Brasil naquele período. Durante 2004, o Brasil teve um superávit comercial de US\$34 bilhões, seu mais alto superávit comercial até então. A inflação, medida pelo IPCA, foi de 7,6% em 2004.

Em 2004, o Real valorizou-se 8,8% em comparação ao Dólar. Entretanto, o aumento das atividades econômicas causou alguma preocupação com relação à inflação, o que resultou na manutenção da taxa de juros pelo governo em níveis elevados. Adicionalmente, a carga tributária aumentou de 35,1% para 35,7% do PIB brasileiro, de acordo com a estimativa da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF.

O ano de 2005 foi marcado pelo esforço do Banco Central em atingir a meta de inflação anual de 5,1%, o que resultou na manutenção em níveis elevados da taxa de juros. Porém, com o desaquecimento da economia, a partir de novembro, o governo começou a reduzir a taxa básica de juros de modo a incentivar a retomada do crescimento econômico. Em 31 de dezembro de 2005, a taxa básica de juros era de 18,0% ao ano.

Em 2005, o Real valorizou 13,4% em comparação ao Dólar. Apesar dessa valorização, o Brasil teve um superávit comercial de US\$44,8 bilhões, seu mais alto superávit comercial de todos os tempos. O PIB cresceu 2,4%, a taxa média de desemprego caiu de 11,6% de janeiro a novembro de 2004 para 10,0% no mesmo período de 2005, nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. A inflação, conforme medida pelo IPCA, foi de 5,7% em 2005.

No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, o Real valorizou-se 7,5% em comparação ao Dólar. Apesar dessa valorização, o Brasil teve um superávit comercial de US\$19,9 bilhões. O PIB cresceu 2,2%. A taxa média de desemprego nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de janeiro a junho de 2006, foi igual a 10,4% de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. A inflação, conforme medida pelo IPCA, foi de 1,5% no período de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006.



A tabela a seguir fornece os dados do crescimento real do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio do Dólar nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de	
	2003	2004	2005	2005	2006
Crescimento real do PIB	0,5%	4,9%	2,4%	3,4%	2,2%
Inflação (IGP-M) <sup>(1)</sup>	8,7%	12,4%	1,2%	1,7%	1,4%
Inflação (IPCA) <sup>(2)</sup>	9,3%	7,6%	5,7%	3,2%	1,5%
CDI <sup>(3)</sup>	16,3%	17,5%	19,0%	19,7%	15,3%
Valorização (Desvalorização) do Real face ao Dólar	18,2%	8,1%	11,8%	11,5%	7,5%
Taxa de câmbio do fim do período — US\$1.00	R\$2,8892	R\$2,6544	R\$2,3407	R\$2,350	R\$2,164
Taxa de câmbio média — US\$1.00 <sup>(4)</sup>	R\$3,0715	R\$2,9257	R\$2,4341	R\$2,524	R\$2,180

Fontes: FGV/SP, Banco Central e *Bloomberg*.

<sup>(1)</sup> A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV/SP.

<sup>(2)</sup> A Inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE.

<sup>(3)</sup> A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticadas durante o dia no Brasil (acumulada para o mês do fim do período, atualizada).

<sup>(4)</sup> Taxa de câmbio média do ano ou período indicado.

### Efeitos da Inflação, Taxa de Juros, Taxa de Câmbio e Preço das Commodities nos Resultados das Operações e Situação Financeira

Nossos resultados operacionais podem ser afetados por mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange a índices de inflação, taxa de juros de curto e longo prazos, política cambial e preços das commodities que compõem nossas matérias-primas.

O impacto da variação dos índices de inflação nos nossos custos e despesas deve-se ao fato de o IGP-M e o IPCA serem bases para o reajuste de diversos serviços utilizados por nós, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos sociais incidentes sobre os salários e benefícios trabalhistas), que representou aproximadamente 30,8% do total das nossas despesas operacionais apurados no ano de 2005, e outros gastos como viagens, comunicação e aluguel, que podem ser aumentados de acordo com negociações norteadas por estes índices.

A variação das taxas de juros e/ou da inflação no País pode influenciar os nossos resultados na medida em que uma eventual oscilação nessas taxas pode vir a gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzir ou expandir o ritmo da atividade econômica ou afetar, positiva ou negativamente, o volume de investimentos na economia. Adicionalmente, a inflação pode ocasionar um aumento de nossos custos, e podemos vir a ter dificuldade em repassar esse aumento para nossos clientes, o que pode vir a reduzir nossas margens operacionais e de lucros.

O resultado de nossas operações e a nossa condição financeira são também afetados por oscilações: (i) na taxa de câmbio referenciada ao Dólar e (ii) nos preços, no mercado internacional, das principais commodities utilizadas em nosso processo produtivo, tais como trigo, açúcar e óleos vegetais. Oscilações da taxa de câmbio e do preço das *commodities* na mesma direção podem gerar reduções ou aumentos nos custos de produção, sendo ele de alta ou queda. Por outro lado, um aumento na taxa de câmbio pode ser compensado por uma queda no preço da commodity (e vice-versa), gerando pouco ou nenhum impacto no custo de produção, desde que os eventos tenham magnitude semelhante.

O impacto combinado das oscilações da taxa de câmbio e dos preços do trigo, açúcar e óleos vegetais nos custos de produção referentes a cada commodity tem relação direta, na ordem de um para um. No caso das embalagens, derivadas do petróleo, cujo preço também é referenciado em Dólar, essa relação de uma para um não ocorre, em função da utilização de outros insumos no seu custo de produção.

Nossas compras de trigo e óleos vegetais são realizadas via importação, normalmente com prazo de financiamento de até um ano. As compras de açúcar e embalagens são realizadas no mercado interno, com prazo de pagamento, em média, de quarenta dias. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 aproximadamente 44,4% dos nossos custos de produção estavam atrelados à taxa do Dólar por conta das compras de trigo, açúcar e óleos vegetais e 15,4% dos nossos custos de produção representavam o custo com embalagens. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, aproximadamente, 44,9% dos nossos custos de produção estavam atrelados à taxa do Dólar por conta das compras de trigo, açúcar e óleos vegetais e 15,5% dos nossos custos de produção representavam o custo com embalagens. Dessa forma, uma eventual desvalorização do Real pode impactar diretamente os nossos custos de produção. Pode ser que não seja possível repassar o aumento destes custos aos nossos clientes. Adicionalmente, tendo em vista que financiamos a aquisição de determinadas matérias-primas, especialmente trigo e óleos vegetais, pelo prazo de até um ano e que tais aquisições são indexadas ao Dólar, as oscilações na taxa de câmbio podem promover receitas ou despesas financeiras, causando impactos positivos ou negativos em nossos resultados.

A tabela abaixo apresenta o comportamento dos preços médios do trigo nacional e importado nos períodos indicados:

<b>Ano</b>	<b>Trigo Nacional Preço Médio (R\$)</b>	<b>Trigo Importado Preço Médio (US\$)</b>
<b>2003</b>	493,7	153,5
<b>2004</b>	446,5	150,2
<b>2005</b>	362,8	130,7
<b>2006<sup>1</sup></b>	365,4	139,5

Fonte: ABITRIGO

<sup>(1)</sup> Dados para o período de 1 de janeiro de 2006 a 30 de junho de 2006.

A tabela abaixo apresenta os preços médios de açúcar nos períodos e regiões indicados:

<b>Açúcar Cristal - Preço médio em R\$ por 50kg</b>				
<b>Ano</b>	<b>Paraná</b>	<b>Ribeirão Preto</b>	<b>Alagoas</b>	<b>Pernambuco</b>
2003	31,2	30,3	36,5	35,9
2004	26,6	25,8	31,0	30,8
2005	32,0	31,4	36,9	36,9
2006	50,2 <sup>(1)</sup>	50,0 <sup>(1)</sup>	57,3 <sup>(2)</sup>	57,3 <sup>(2)</sup>

Fonte: Safras & Mercado

<sup>(1)</sup> Dados para o período de 1 de janeiro de 2006 a 31 de maio de 2006.

<sup>(2)</sup> Dados para o período de 1 de janeiro de 2006 a 30 de junho de 2006.

### **Impacto dos Incentivos Fiscais nos nossos Resultados**

A Companhia possui unidades fabris, localizadas em vários Estados do País, sendo que 6 dessas unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de ICMS (Reserva de Subvenção – Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual) e 5 unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de IRPJ (Lucro da Exploração). Os incentivos fiscais aqui apresentados correspondem à parte das despesas com ICMS e IRPJ que afetaram – em regime de competência – os resultados da Companhia, para os quais a Companhia não tem expectativa de desembolso, considerando (i) o histórico de cumprimento dos requisitos fiscais necessários para usufruto desses benefícios, (ii) o seu direito incorrido quanto à utilização desses benefícios, e (iii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto desses benefícios. Assim, a Companhia entende que a apresentação desses incentivos fiscais, conforme esse conceito, reflete de forma apropriada o benefício de “caixa” desses incentivos em relação ao resultado de suas operações em cada exercício/período apresentado.

A Companhia, de acordo com os procedimentos pertinentes a cada uma dessas subvenções fiscais, aguarda o transcurso desses procedimentos para efetuar a incorporação da subvenção para investimento em seu Patrimônio Líquido contábil. Com isso, o impacto dos valores das subvenções de investimento no

Patrimônio Líquido de cada exercício social se dá somente em momento posterior àquele verificado na Demonstração de Resultados. Conforme nossas informações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, o benefício de caixa derivado destes incentivos totalizou, nos anos de 2003, 2004 e 2005, R\$40,3 milhões, R\$47,1 milhões e R\$55,6 milhões, respectivamente, e R\$27,3 milhões e R\$23,3 milhões, nos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 30 de junho de 2006, respectivamente.

A tabela abaixo demonstra os montantes auferidos em cada exercício/período pela Companhia em decorrência desses incentivos fiscais:

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho	
	2003	2004	2005	2005	2006
	<i>(Em milhões de reais)</i>				
Incentivo Fiscal do ICMS	23,1	28,7	27,1	12,0	14,5
Incentivo Fiscal do IRPJ	17,2	18,4	28,5	15,3	8,8
<b>Total</b>	<b>40,3</b>	<b>47,1</b>	<b>55,6</b>	<b>27,3</b>	<b>23,3</b>

### **Políticas e Estimativas Contábeis Críticas**

Na elaboração de nossas demonstrações financeiras consolidadas nos baseamos em estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que entendemos ser razoáveis e relevantes. As “Políticas e Estimativas Contábeis Críticas” são aquelas consideradas importantes para a determinação da nossa posição financeira e dos resultados das nossas operações e cuja determinação é mais difícil, subjetiva e complexa de se calcular, exigindo, freqüentemente, que adotemos estimativas sobre questões futuras que são inerentemente incertas. A aplicação das “Políticas e Estimativas Contábeis Críticas” geralmente requer julgamento por parte da administração com relação ao valor de determinados itens do nosso ativo e passivo e dos resultados de nossas operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar a nossa situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das nossas operações, caso as estimativas não se confirmem. Segue, abaixo, discussão sobre o que a nossa administração considera como políticas e estimativas contábeis críticas, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e o reconhecimento de que tais estimativas são subjetivas.

#### ***Provisão para Devedores Duvidosos***

Registramos a despesa com provisão para devedores duvidosos dentro de outras despesas operacionais em valor que acreditamos ser suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos com devedores duvidosos. Para monitorar a adequação da provisão para devedores duvidosos, avaliamos constantemente o valor e as características de nossos créditos. Para registrar uma provisão, levamos em consideração: (i) nosso histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) nossa análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. Não registramos uma provisão para devedores duvidosos quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. Caso o valor de nossa provisão para provisão para devedores duvidosos seja inferior aos valores não recebidos, será registrado um aumento da provisão.

#### ***Perdas por queda no valor de recuperação, depreciação e amortização dos ativos imobilizado e diferido***

Reavaliamos periodicamente a necessidade de realizar testes sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizado e diferido, baseada em vários indicadores como o nível de lucratividade dos negócios e o desenvolvimento tecnológico. Nós preparamos estimativas de fluxos de caixa futuros, quando julgamos necessário, para determinar se o valor contábil do ativo imobilizado e do ativo diferido é recuperável, em razão da ocorrência de qualquer evento negativo, tal como uma queda significativa no valor de mercado do ativo imobilizado ou uma mudança adversa significativa na maneira como estes ativos estão sendo utilizados. Para estimar os fluxos de caixa futuros utilizamos várias premissas e estimativas. Essas premissas e estimativas podem ser

influenciadas por vários fatores internos e externos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas de câmbio, mudanças nas estratégias de negócios e nos tipos de produtos oferecidos no mercado.

Reconhecemos as despesas de depreciação dos ativos imobilizado e a amortização dos ativos diferidos de acordo com o método linear. O tempo de vida útil dos ativos é revisado periodicamente com base em fatos e circunstâncias existentes. Devido à natureza de nossos negócios, a determinação do tempo de vida útil dos nossos ativos requer um grau de julgamento considerável. Se nós formos requeridos a alterar materialmente as premissas utilizadas, as despesas de depreciação e amortização, as perdas por obsolescência e o valor contábil dos ativos imobilizados e diferidos poderão ser materialmente diferentes.

### ***Realização do Ágio***

Registramos ágio na aquisição de outras sociedades, o qual é amortizado em função dos resultados que geramos. Na data de cada balanço patrimonial, devemos verificar se há eventos que nos permitam realizar o ágio. A amortização do ágio e sua realização são determinadas com base na expectativa futura de geração de caixa. Na medida em que o valor do ágio contabilizado no ativo exceder o valor de sua realização, seremos obrigados a reduzir o ágio e reconhecer sua baixa. A determinação da realização do ágio exige que nós utilizemos premissas e estimativas específicas no que tange à projeção de fluxo de caixa relacionada a receitas, despesas e investimentos futuros. Essas premissas e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores internos e externos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas de câmbio, mudanças nas estratégias de negócios e nos tipos de produtos oferecidos no mercado em que atuamos.

### ***Provisão para Contingências***

Uma contingência é reconhecida no nosso balanço quando uma obrigação legal está sendo questionada, ou quando, em decorrência de um evento passado, é provável que tenhamos que efetuar desembolsos de recursos para saldar uma obrigação. As contingências são analisadas caso a caso e as provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco, de acordo com consultas realizadas a nossos advogados e consultores internos e externos, e considerando o julgamento de nossa administração. Embora a administração entenda que a provisão para contingências atualmente registrada seja suficiente, a liquidação dessas obrigações poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### ***Impostos Diferidos***

Reconhecemos o ativo e o passivo fiscais diferidos com base nas diferenças entre os valores contábeis das demonstrações financeiras consolidadas e os valores que servem de base para a tributação do ativo e passivo, usando as alíquotas previstas na legislação em vigor. Analisamos regularmente o ativo fiscal diferido e reduzimos o seu valor de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e na expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas para sua revisão, somos requeridos a fazer estimativas e adotar premissas significativas relacionadas à determinação do lucro tributável futuro. Para a determinação do lucro tributável futuro, temos que estimar as receitas e despesas tributáveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, tais como tendências econômicas, práticas da indústria, taxas de juros, alterações nas estratégias de nossos negócios e alterações no tipo e preço dos produtos que oferecemos e adquirimos no mercado.

## **Formação dos Resultados Operacionais – Critérios Contábeis**

### ***Receita Operacional Bruta***

Nossa receita operacional bruta advém da fabricação e comercialização de (i) biscoitos e massas, (ii) farinha e farelo de trigo; e (iii) margarinas e gorduras vegetais.

### ***Deduções da Receita Operacional Bruta***

As deduções da receita operacional bruta referem-se (i) aos descontos comerciais; (ii) aos impostos incidentes sobre as vendas, quais sejam, o PIS e a COFINS, que são tributos federais, e o ICMS, de âmbito estadual; e (iii) às devoluções de produtos.

#### ***Descontos Comerciais***

Os descontos comerciais consistem de descontos que concedemos ocasionalmente aos nossos clientes, que variam de acordo com o produto comercializado (biscoitos e massas, farinha e farelo de trigo, ou margarinas e gorduras vegetais) e com o volume da compra.

#### ***Impostos sobre a Receita Operacional Bruta***

Em 30 de junho de 2006, os tributos diretos cobrados sobre a nossa receita operacional bruta eram o PIS, à alíquota de 1,65%, e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além destes, há a incidência de ICMS sobre as vendas de nossos produtos, cuja alíquota varia em cada Estado e para cada produto. No caso da venda de produtos derivados do trigo em grão, que tenham sido adquiridos por nossas unidades situadas nos Estados do Nordeste, todo o ICMS devido em decorrência da venda do produto final é recolhido antecipadamente, no momento da aquisição desta matéria-prima, nos termos do Protocolo ICMS 46, de 22 de dezembro de 2000. Nestes casos, a alíquota desse tributo varia, conforme o Estado, entre 33,0% e 34,0% sobre o valor do trigo em grão que importamos ou adquirimos de outros Estados.

#### ***Devoluções***

Consideramos uma devolução quando clientes decidem substituir produtos já adquiridos por outros ou quando decidem reduzir a quantidade de produtos anteriormente requerida.

### **Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida equivale à receita operacional bruta, deduzida dos descontos comerciais, dos impostos incidentes sobre a receita operacional bruta e das devoluções.

### **Custo dos Produtos Vendidos**

Nosso custo de produtos vendidos é composto principalmente por:

- custo com matérias-primas, sendo as principais: (i) no segmento de biscoitos e massas: a farinha de trigo, as gorduras vegetais, o açúcar, o amido e o ovo integral desidratado; (ii) no segmento de moagem de trigo: o trigo em grão; e (iii) no segmento de margarinas e gorduras vegetais: os óleos vegetais;
- custo com embalagens;
- custo de mão-de-obra direta e indireta de fabricação;
- depreciação de máquinas e equipamentos empregados na produção; e
- outros custos gerais de fabricação, tais como energia elétrica, gás natural, água, conservação e manutenção de equipamentos e instalações industriais.

## **Lucro Bruto**

O lucro bruto equivale à receita operacional líquida subtraída dos custos dos produtos vendidos.

### ***Despesas Operacionais***

Nossas despesas operacionais incluem:

#### ***Despesas com Vendas***

As despesas com vendas consistem, principalmente, em: (i) despesas com salários e outros encargos trabalhistas da nossa equipe de vendas e de logística, incluindo comissões sobre *performance* de vendas; (ii) despesas com comissões devidas aos nossos representantes e/ou distribuidores; (iii) despesas com fretes e demais custos da estrutura logística de distribuição; e (iv) despesas com marketing e propaganda.

#### ***Despesas Administrativas e Gerais***

As despesas administrativas e gerais consistem, principalmente, em: (i) despesas com salários e encargos trabalhistas da nossa equipe administrativa não ligada à área de vendas, logística ou produção; (ii) despesas com treinamento e desenvolvimento de pessoal; (iii) despesas com a manutenção de nossos sistemas de gestão e controle; e (iv) despesas com aluguéis de imóveis, locações de equipamentos e serviços de terceiros.

#### ***Despesas Tributárias***

As despesas tributárias são formadas principalmente por (i) tributos não recuperáveis ou não compensáveis, tais como PIS, COFINS (exceto os incidentes sobre a receita operacional bruta, discutidos acima), CPMF, IPTU e ICMS; (ii) contribuições ao INSS sobre serviços prestados; e (iii) imposto de renda na fonte sobre a remessa de juros ao exterior.

#### ***Depreciações e Amortizações***

As despesas de depreciação e amortização resultam da depreciação dos nossos ativos imobilizados e amortização dos nossos ativos diferidos calculadas pelo método linear, não alocada ao custo de produção, a taxas baseadas no tempo de vida útil estimado dos bens ou benfeitorias registrados no ativo.

#### ***Outras Receitas (Despesas) Operacionais***

Outras despesas operacionais são compostas pelo total das despesas, geralmente não recorrentes, resultantes das nossas atividades normais, como as eventuais constituições de provisões, especialmente para contingências, ou ganhos e perdas em ativos. Incluem-se nesta conta também a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com o descrito em “– Políticas e Estimativas Contábeis Críticas – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa”.

## **Resultados Financeiros**

### ***Receitas Financeiras***

As receitas financeiras são constituídas principalmente pelos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras realizadas com as disponibilidades de nosso caixa e pelos rendimentos advindos de descontos financeiros junto aos nossos fornecedores de matéria prima. Também compõem estas contas os ganhos auferidos com variação cambial nos financiamentos de importação de matérias-primas.

### ***Despesas Financeiras***

As despesas financeiras são constituídas principalmente pelos juros devidos e pelas perdas auferidas com variação cambial nos contratos de financiamento de importação de matéria-prima.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

O imposto de renda e a contribuição social são classificados em corrente e diferido.

#### ***Corrente***

O imposto de renda e a contribuição social correntes são aqueles cobrados sobre o lucro antes da tributação, de acordo com os critérios de apuração e alíquotas definidas na legislação fiscal brasileira.

#### ***Diferido***

O imposto de renda e contribuição social diferidos consistem do ajuste realizado na provisão do imposto de renda e contribuição social para refletir diferenças temporárias no nosso resultado originadas de ajustes realizados em contas de provisão, principalmente para contingências.

### **Lucro Líquido**

O lucro líquido do exercício/período consiste do lucro após tributação do imposto de renda e da contribuição social.

### **EBITDA**

Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.

### **EBITDA Ajustado**

Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA *pro forma*, para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia; (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.

## Resultados Operacionais Consolidados

A tabela a seguir contém: (i) nossa demonstração de resultado consolidada *pro forma* para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, os valores expressos como uma porcentagem da receita operacional líquida de cada período e as variações ano a ano de 2003 a 2005; e (ii) reconciliação entre o lucro líquido dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 com o EBITDA e EBITDA Ajustado:

<i>Demonstração de Resultados Consolidada Pro Forma</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de							
	2003	AV%	2004	AV%	2005	AV%	2004/ 2003 (%)	2005/ 2004 (%)
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>								
<b>Receita operacional bruta</b>								
Venda de produtos	1.381,1	126,6	1.557,4	136,0	1.593,6	132,1	12,8	2,3
<b>Deduções</b>								
Impostos e deduções da receita bruta	(290,4)	(26,6)	(411,9)	(36,0)	(386,8)	(32,1)	41,8	(6,1)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.090,7</b>	<b>100,0</b>	<b>1.145,5</b>	<b>100,0</b>	<b>1.206,8</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>	<b>5,4</b>
Custos dos produtos	(743,8)	(68,2)	(719,7)	(62,8)	(676,2)	(56,0)	(3,2)	(6,0)
<b>Lucro bruto</b>	<b>346,9</b>	<b>31,8</b>	<b>425,8</b>	<b>37,2</b>	<b>530,6</b>	<b>44,0</b>	<b>22,7</b>	<b>24,6</b>
<b>Despesas Operacionais</b>								
Vendas	(172,4)	(15,8)	(199,5)	(17,4)	(246,5)	(20,4)	15,7	23,6
Administrativas e gerais	(52,5)	(4,8)	(88,2)	(7,7)	(74,3)	(6,2)	68,0	(15,8)
Despesas tributárias	(25,6)	(2,3)	(25,3)	(2,2)	(39,8)	(3,3)	(1,2)	57,3
Despesas com depreciação e amortização	(23,9)	(2,2)	(16,1)	(1,4)	(19,9)	(1,6)	(32,6)	23,6
Outras despesas operacionais	(6,7)	(0,6)	(0,7)	(0,1)	(32,8)	(2,7)	(89,6)	4.585,7
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro<sup>1</sup></b>	<b>65,8</b>	<b>6,0</b>	<b>96,0</b>	<b>8,4</b>	<b>117,3</b>	<b>9,7</b>	<b>45,7</b>	<b>22,1</b>
Receitas financeiras	85,0	7,8	151,6	13,2	169,4	14,0	78,4	11,7
Despesas financeiras	(79,4)	(7,3)	(140,2)	(12,2)	(155,2)	(12,9)	76,6	10,7
<b>Lucro operacional após o resultado financeiro</b>	<b>71,4</b>	<b>6,5</b>	<b>107,4</b>	<b>9,4</b>	<b>131,5</b>	<b>10,9</b>	<b>50,4</b>	<b>22,4</b>
Resultado não operacional	-	-	(0,1)	(0,0)	-	-	-	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>71,4</b>	<b>6,5</b>	<b>107,3</b>	<b>9,4</b>	<b>131,5</b>	<b>10,9</b>	<b>50,3</b>	<b>22,6</b>
Imposto de renda e contribuição social	(42,6)	(3,9)	(44,5)	(3,9)	(50,2)	(4,2)	4,5	12,8
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>28,8</b>	<b>2,6</b>	<b>62,8</b>	<b>5,5</b>	<b>81,3</b>	<b>6,7</b>	<b>118,1</b>	<b>29,5</b>
<i>Reconciliação para o EBITDA</i>								
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>28,8</b>	<b>2,6</b>	<b>62,8</b>	<b>5,5</b>	<b>81,3</b>	<b>6,7</b>	<b>118,1</b>	<b>29,5</b>
Imposto de renda e contribuição social	42,6	3,9	44,5	3,9	50,2	4,2	4,5	12,8
Receitas financeiras	(85,0)	(7,8)	(151,6)	(13,2)	(169,4)	(14,0)	78,4	11,7
Despesas financeiras	79,4	7,3	140,2	12,2	155,2	12,9	76,6	10,7
Resultado não operacional	-	-	0,1	0,0	-	-	-	-
Depreciação e amortização sobre CPV	35,9	3,3	31,5	2,7	41,4	3,4	(12,3)	31,4
Depreciação e amortização sobre despesas operacionais	23,9	2,2	16,1	1,4	19,9	1,6	(32,6)	23,6
<b>EBITDA<sup>2</sup></b>	<b>125,6</b>	<b>11,5</b>	<b>143,6</b>	<b>12,5</b>	<b>178,6</b>	<b>14,8</b>	<b>14,3</b>	<b>24,4</b>
<i>Reconciliação para o EBITDA Ajustado</i>								
<b>EBITDA</b>	<b>125,6</b>	<b>11,5</b>	<b>143,6</b>	<b>12,5</b>	<b>178,6</b>	<b>14,8</b>	<b>14,3</b>	<b>24,4</b>
Ajuste por perdas em aplicações no Banco Santos	-	-	-	-	2,7	0,2	-	-
Ajuste por pagamento de acordo sobre fatura de energia da Coelce	-	-	-	-	5,0	0,4		
Incentivos fiscais de ICMS	23,1	2,1	28,7	2,5	27,1	2,2	24,2	(5,6)
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>148,7</b>	<b>13,6</b>	<b>172,3</b>	<b>15,0</b>	<b>213,4</b>	<b>17,7</b>	<b>15,9</b>	<b>23,9</b>



<i>Incentivos fiscais<sup>4</sup></i>								
Incentivos fiscais de ICMS	23,1	2,1	28,7	2,5	27,1	2,2	24,2	(5,6)
Incentivos fiscais de imposto de renda	17,2	1,6	18,4	1,6	28,5	2,4	7,0	54,9
<b>Total</b>	<b>40,3</b>	<b>3,7</b>	<b>47,1</b>	<b>4,1</b>	<b>55,6</b>	<b>4,6</b>	<b>16,9</b>	<b>18,0</b>

<sup>1</sup> Diversamente da seqüência apresentada nas nossas demonstrações e informações financeiras incluídas neste Prospecto Definitivo, nesta seção, as receitas financeiras e despesas financeiras foram destacadas do grupo Despesas Operacionais, sendo apresentadas como contas do lucro operacional antes do resultado financeiro.

<sup>2</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.

<sup>3</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA *pro forma*, para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia (veja item 4, abaixo); (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.

<sup>4</sup> A Companhia possui unidades fabris, localizadas em vários Estados do País, sendo que 6 dessas unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de ICMS (Reserva de Subvenção – Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual) e 5 unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de IRPJ (Lucro da Exploração). Os incentivos fiscais aqui apresentados correspondem à parte das despesas com ICMS e IRPJ que afetaram – em regime de competência – os resultados da Companhia, para os quais a Companhia não tem expectativa de desembolso, considerando (i) o histórico de cumprimento dos requisitos fiscais necessários para usufruto desses benefícios, (ii) o seu direito incorrido quanto à utilização desses benefícios; e (iii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto desses benefícios. Assim, a Companhia entende que a apresentação desses incentivos fiscais, conforme esse conceito (revertendo o efeito no resultado de suas operações), reflete de forma apropriada o benefício de “caixa” desses incentivos em relação ao resultado de suas operações em cada exercício/período apresentado. A Companhia, de acordo com os procedimentos pertinentes a cada uma dessas subvenções fiscais, aguarda o transcurso desses procedimentos para efetuar a incorporação da subvenção para investimento em seu patrimônio líquido contábil. Com isso, o impacto dos valores das subvenções de investimento no patrimônio líquido de cada exercício social se dá somente em momento posterior àquele verificado na demonstração de resultados.

A tabela a seguir contém: (i) as nossas informações de resultado consolidadas *pro forma* para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, os valores expressos como uma porcentagem da receita operacional líquida de cada período e as variações entre os períodos; e (ii) reconciliação entre o lucro líquido para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, com o EBITDA e EBITDA Ajustado:

<i>Demonstração de Resultados Consolidada Pro Forma</i>	<b>Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de</b>				
	<b>2005</b>	<b>AV%</b>	<b>2006</b>	<b>AV%</b>	<b>2006/2005 (%)</b>
	<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>				
<b>Receita operacional bruta</b>					
Venda de produtos	758,8	132,5	835,6	130,5	10,1
<b>Deduções</b>					
Impostos e deduções da receita bruta	(186,3)	(32,5)	(195,3)	(30,5)	4,8
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>572,5</b>	<b>100,0</b>	<b>640,3</b>	<b>100,0</b>	<b>11,8</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(319,2)	(55,8)	(376,0)	(58,7)	17,8
<b>Lucro bruto</b>	<b>253,3</b>	<b>44,2</b>	<b>264,3</b>	<b>41,3</b>	<b>4,3</b>
<b>Despesas Operacionais</b>					
Vendas	(115,6)	(20,2)	(121,4)	(19,0)	5,0
Administrativas e gerais	(34,4)	(6,0)	(43,7)	(6,8)	27,0
Despesas tributárias	(12,1)	(2,1)	(13,9)	(2,2)	14,9
Despesas com depreciação e amortização	(11,1)	(1,9)	(15,3)	(2,4)	37,8

Outras (despesas) receitas operacionais	(13,0)	(2,3)	19,7	3,1	(251,5)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro<sup>1</sup></b>	<b>67,1</b>	<b>11,7</b>	<b>89,7</b>	<b>14,0</b>	<b>33,7</b>
Receitas financeiras	77,9	13,6	130,9	20,4	68,0
Despesas financeiras	(69,2)	(12,1)	(109,6)	(17,1)	58,4
<b>Lucro operacional após o resultado financeiro</b>	<b>75,8</b>	<b>13,2</b>	<b>111,0</b>	<b>17,3</b>	<b>46,4</b>
Resultado não operacional	(0,5)	(0,1)	0,2	0,0	(140,0)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>75,3</b>	<b>13,1</b>	<b>111,3</b>	<b>17,4</b>	<b>47,8</b>
Imposto de renda e contribuição social	(26,1)	(4,6)	(40,6)	(6,3)	55,6
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>70,7</b>	<b>11,0</b>	<b>43,7</b>

*Reconciliação para o EBITDA*

<b>Lucro líquido do período</b>	<b>49,2</b>	<b>8,6</b>	<b>70,7</b>	<b>11,0</b>	<b>43,7</b>
Imposto de renda e contribuição social	26,1	4,6	40,6	6,3	55,6
Receitas financeiras	(77,9)	(13,6)	(130,9)	(20,4)	68,0
Despesas financeiras	69,2	12,1	109,6	17,1	58,4
Resultado não operacional	0,5	0,1	(0,2)	(0,0)	(140,0)
Depreciação e amortização sobre CPV	20,7	3,6	24,5	3,8	18,4
Depreciação e amortização sobre despesas operacionais	11,1	1,9	15,3	2,4	37,8
<b>EBITDA<sup>2</sup></b>	<b>98,9</b>	<b>17,3</b>	<b>129,5</b>	<b>20,2</b>	<b>30,9</b>

*Reconciliação para o EBITDA Ajustado*

<b>EBITDA</b>	<b>98,9</b>	<b>17,3</b>	<b>129,5</b>	<b>20,2</b>	<b>30,9</b>
Ajuste por perdas em aplicações no Banco Santos	2,7	0,5	-	-	-
Ajuste por pagamento de acordo sobre fatura de energia da Coelce	5,0	0,9	-	-	-
Incentivos fiscais de ICMS	12,0	2,1	14,5	2,3	20,8
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>118,7</b>	<b>20,7</b>	<b>144,0</b>	<b>22,5</b>	<b>21,4</b>

*Incentivos fiscais<sup>4</sup>*

Incentivos fiscais de ICMS	12,0	2,1	14,5	2,3	20,8
Incentivos fiscais de imposto de renda	15,3	2,7	8,8	1,4	(42,5)
<b>Total</b>	<b>27,3</b>	<b>4,8</b>	<b>23,3</b>	<b>3,6</b>	<b>(14,7)</b>

<sup>1</sup> Diversamente da seqüência apresentada nas nossas demonstrações e informações financeiras incluídas neste Prospecto Definitivo, nesta seção, as receitas financeiras e despesas financeiras foram destacadas do grupo Despesas Operacionais, sendo apresentadas como contas do lucro operacional antes do resultado financeiro.

<sup>2</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, consistindo do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), depreciação, amortização e resultado não-operacional. O EBITDA não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo.

<sup>3</sup> Medição não contábil, não reconhecida pelo BR GAAP, elaborada pela Companhia como medida de nosso desempenho, formada pelo EBITDA, ajustado pela inclusão de: (i) impostos indiretos que reduziram o EBITDA *pro forma*, para os quais não há expectativa de desembolso por parte da Companhia (veja item 4, abaixo); (ii) ajuste por perda em aplicações no Banco Santos em 2005; e (iii) ajuste por pagamento de acordo com a Coelce em 2005 referente à discussão de correção de tarifa iniciada no ano de 1986. Efetuamos os ajustes (ii) e (iii), pois entendemos que são itens não recorrentes na condução normal de nossos negócios. O EBITDA Ajustado não é calculado segundo uma metodologia padrão e pode não ser comparável ao utilizado por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador do nosso desempenho, ou do caixa como indicador de liquidez, mas deve ser considerado em conjunto com o lucro (prejuízo) líquido para os períodos apresentados neste Prospecto Definitivo. Ver “Atividades – Incentivos Fiscais”.

<sup>4</sup> A Companhia possui unidades fabris, localizadas em vários Estados do País, sendo que 6 dessas unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de ICMS (Reserva de Subvenção – Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual) e 5 unidades fabris são beneficiadas por subsídios fiscais de IRPJ (Lucro da Exploração). Os incentivos fiscais aqui apresentados correspondem à parte das despesas com ICMS e IRPJ que afetaram – em regime de competência – os resultados da Companhia, para os quais a Companhia não tem expectativa de desembolso, considerando (i) o histórico de cumprimento dos requisitos fiscais necessários para usufruto desses benefícios, (ii) o seu direito incorrido quanto à utilização desses benefícios; e (iii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto desses benefícios. Assim, a Companhia entende que a apresentação desses incentivos fiscais, conforme esse conceito (revertendo o efeito no resultado de suas operações), reflete de forma apropriada o benefício de “caixa” desses incentivos em relação ao resultado de suas operações em cada exercício/período apresentado. A Companhia, de acordo com os procedimentos pertinentes a cada uma dessas subvenções fiscais, aguarda o transcurso desses procedimentos para efetuar a incorporação da subvenção para investimento em seu patrimônio líquido contábil. Com isso, o impacto dos valores das subvenções de investimento no patrimônio líquido de cada exercício social se dá somente em momento posterior àquele verificado na demonstração de resultados.

## Balanco Patrimonial e Outras Informações Financeiras Consolidadas

A tabela a seguir contém determinados itens extraídos do nosso balanço patrimonial consolidado *pro forma* em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, os valores expressos como uma porcentagem do total do ativo ou do total do passivo, conforme o caso, e as variações ano a ano de 2003 a 2005:

<i>Balanco Patrimonial Consolidado Proforma</i>	Em 31 de dezembro de							
	2003	AV%	2004	AV%	2005	AV%	2004/2003 (%)	2005/2004 (%)
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>								
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Disponibilidades	333,5	27,3	303,9	21,4	471,4	28,7	(8,9)	55,1
Contas a receber de clientes	99,4	8,1	116,1	8,2	155,4	9,4	16,8	33,9
Adiantamento a fornecedores	2,3	0,2	5,3	0,4	3,0	0,2	130,4	(43,5)
Outras contas a receber	19,5	1,6	8,7	0,6	2,8	0,2	(55,4)	(67,8)
Impostos a recuperar	7,1	0,6	28,9	2,0	17,0	1,0	307,0	(41,2)
Estoques	137,7	11,3	135,6	9,6	145,6	8,9	(1,5)	7,4
Despesas antecipadas	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	-	(66,7)
<b>Total</b>	<b>599,5</b>	<b>49,1</b>	<b>598,8</b>	<b>42,2</b>	<b>795,3</b>	<b>48,4</b>	<b>(0,1)</b>	<b>32,8</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>								
Depósitos judiciais	7,8	0,6	8,9	0,6	12,8	0,8	14,1	43,8
Impostos a recuperar	8,7	0,7	10,1	0,7	12,2	0,7	16,1	20,8
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2,1	0,2	2,5	0,2	10,6	0,6	19,1	324,0
Incentivos fiscais/outros créditos	1,0	0,1	1,1	0,1	3,4	0,2	10,0	209,1
<b>Total</b>	<b>19,6</b>	<b>1,6</b>	<b>22,6</b>	<b>1,6</b>	<b>39,0</b>	<b>2,4</b>	<b>15,3</b>	<b>72,6</b>
<b>Permanente</b>								
Investimentos	55,0	4,5	50,0	3,5	35,2	2,1	(9,1)	(29,6)
Imobilizado	498,3	40,8	701,7	49,5	737,3	44,8	40,8	5,1
Diferido	48,7	4,0	44,5	3,1	37,8	2,3	(8,6)	(15,1)
<b>Total</b>	<b>602,0</b>	<b>49,3</b>	<b>796,2</b>	<b>56,2</b>	<b>810,3</b>	<b>49,3</b>	<b>32,3</b>	<b>1,8</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>1.221,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.417,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>16,0</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	31,0	2,5	33,7	2,4	37,0	2,2	8,7	9,8
Obrigações sociais e trabalhistas	10,9	0,9	9,3	0,7	11,7	0,7	(14,7)	25,8
Impostos e contribuições	34,6	2,8	31,6	2,2	29,4	1,8	(8,7)	(7,0)
Adiantamentos	1,1	0,1	1,2	0,1	1,6	0,1	9,1	33,3
Outras contas a pagar	11,8	1,0	18,2	1,3	16,1	0,9	54,2	(11,5)
Financiamentos	251,8	20,6	302,9	21,4	380,6	23,1	20,3	25,7
<b>Total</b>	<b>341,2</b>	<b>28,0</b>	<b>396,9</b>	<b>28,0</b>	<b>476,4</b>	<b>29,0</b>	<b>16,3</b>	<b>20,0</b>

<b>Exigível a longo prazo</b>								
Impostos e contribuições	15,6	1,3	14,9	1,1	13,9	0,8	(4,5)	(6,7)
Financiamentos e empréstimos	153,9	12,6	257,4	18,2	271,6	16,5	67,3	5,5
Contas a pagar	24,2	2,0	17,9	1,3	11,9	0,7	(26,0)	(33,5)
Provisão para contingências	10,7	0,9	18,2	1,3	33,4	2,0	70,1	83,5
<b>Total</b>	<b>204,4</b>	<b>16,7</b>	<b>308,4</b>	<b>21,8</b>	<b>330,8</b>	<b>20,1</b>	<b>50,9</b>	<b>7,3</b>
<b>Participações de minoritários</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	520,0	42,6	565,0	39,9	604,0	36,7	8,7	6,9
Reservas de capital	67,1	5,5	57,8	4,1	76,6	4,7	(13,9)	32,5
Reservas de lucros	85,5	7,0	90,1	6,4	102,9	6,3	5,4	14,2
Lucros (prejuízos) acumulados	2,9	0,2	(0,6)	0,0	53,8	3,3	(120,7)	(9.066,7)
<b>Total</b>	<b>675,5</b>	<b>55,3</b>	<b>712,3</b>	<b>50,2</b>	<b>837,3</b>	<b>50,9</b>	<b>5,4</b>	<b>17,5</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>1.221,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.417,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>16,1</b>	<b>16,0</b>

A tabela a seguir contém o balanço patrimonial consolidado *pro forma* em 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2006, os valores expressos como uma porcentagem do total do ativo ou do total do passivo, conforme o caso, e as variações de 31 de dezembro de 2005 para 30 de junho de 2006:

<i>Balanço Patrimonial Consolidado Pro forma</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>AV%</b>	<b>Em 30 de junho de 2006</b>	<b>AV%</b>	<b>30 de junho 2006/31 de dezembro 2005 (%)</b>
<i>(Em milhões de Reais, exceto porcentagens)</i>					
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Disponibilidades	471,4	28,7	409,9	24,9	(13,0)
Contas a receber de clientes	155,4	9,4	165,2	10,0	6,3
Adiantamento a fornecedores	3,0	0,2	18,0	1,1	500,0
Outras contas a receber	2,8	0,2	9,5	0,6	239,3
Impostos a recuperar	17,0	1,0	21,3	1,3	25,3
Estoques	145,6	8,9	168,4	10,2	15,7
Despesas antecipadas	0,1	0,0	0,2	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>795,3</b>	<b>48,4</b>	<b>792,5</b>	<b>48,1</b>	<b>(0,4)</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Depósitos judiciais	12,8	0,8	14,0	0,8	9,4
Impostos a recuperar	12,2	0,7	16,6	1,0	36,1
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10,6	0,6	10,5	0,6	(0,9)
Incentivos fiscais/outros créditos	3,4	0,2	3,1	0,2	(8,8)
<b>Total</b>	<b>39,0</b>	<b>2,4</b>	<b>44,2</b>	<b>2,7</b>	<b>13,6</b>

<b>Permanente</b>					
Investimentos	35,2	2,1	45,9	2,8	30,4
Imobilizado	737,3	44,8	731,2	44,4	(0,8)
Diferido	37,8	2,3	33,7	2,0	(10,8)
<b>Total</b>	<b>810,3</b>	<b>49,3</b>	<b>810,8</b>	<b>49,2</b>	<b>0,1</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.647,5</b>	<b>100,0</b>	<b>0,2</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	37,0	2,2	57,2	3,5	54,6
Obrigações sociais e trabalhistas	11,7	0,7	18,9	1,1	61,5
Impostos e contribuições	29,4	1,8	65,1	4,0	121,4
Adiantamentos	1,6	0,1	1,8	0,1	12,5
Outras contas a pagar	16,1	1,0	10,7	0,6	(33,5)
Financiamentos	380,6	23,1	362,3	22,0	(4,8)
<b>Total</b>	<b>476,4</b>	<b>29,0</b>	<b>516,0</b>	<b>31,3</b>	<b>8,3</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Impostos e contribuições	13,9	0,8	13,1	0,8	(5,8)
Financiamentos e empréstimos	271,6	16,5	241,8	14,7	(11,0)
Contas a pagar	11,9	0,7	9,0	0,5	(24,4)
Provisão para contingências	33,4	2,0	31,1	1,9	(6,9)
<b>Total</b>	<b>330,8</b>	<b>20,1</b>	<b>295,0</b>	<b>17,9</b>	<b>(10,8)</b>
<b>Participações de minoritários</b>	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	604,0	36,7	688,8	41,8	14,0
Reservas de capital	76,6	4,7	65,1 <sup>(1)</sup>	3,9	(15,0)
Reservas de lucros	102,9	6,3	0,0	0,0	0,0
Lucros (prejuízos) acumulados	53,8	3,3	82,6	5,0	53,5
<b>Total</b>	<b>837,3</b>	<b>50,9</b>	<b>836,5</b>	<b>50,8</b>	<b>(0,1)</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>1.644,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1.647,5</b>	<b>100,0</b>	<b>0,2</b>

<sup>(1)</sup> Nessa linha, somamos o valor de Reserva de Capital (R\$ 48,6 milhões) e Reserva Especial (R\$ 16,5 milhões) evidenciadas separadamente nas informações financeiras consolidadas *pro forma* para os períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006 e 2005 anexas a este Prospecto Definitivo.

## **PERÍODO DE 6 MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2006 COMPARADO COM O PERÍODO DE 6 MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2005.**

### **Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta passou de R\$758,8 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005, com um volume de vendas de 390,9 mil toneladas, para R\$835,6 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, com um volume de vendas de 442,6 mil toneladas, apresentando um aumento de receita de 10,1% decorrente do aumento no volume de vendas em 13,2%. A receita do segmento de biscoitos e massas, moagem de trigo e de margarinas e gorduras vegetais foram de 74,1%, 20,7% e 5,0%, respectivamente, da nossa receita operacional bruta no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005, comparada com 72,8%, 21,2% e 5,9%, respectivamente, da nossa receita operacional bruta no período de 30 de junho de 2006.

O preço médio por tonelada de nossos produtos reduziu 2,6%, de R\$1,94 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para R\$1,89 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006.

A contribuição de cada um dos nossos segmentos de negócios: (i) biscoitos e massas; (ii) moagem de trigo; e (iii) margarinas e gorduras vegetais, para o crescimento da receita operacional bruta se deu conforme descrito a seguir.

### ***Biscoitos e Massas***

No segmento de biscoitos e massas a receita operacional bruta passou de R\$552,6 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 72,8% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 163,9 mil toneladas, para R\$619,5 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 74,1% da receita operacional bruta, um aumento de 1,3 pontos percentuais), com um volume de vendas de 191,0 mil toneladas. Isto representou um incremento da receita operacional bruta de 12,1% decorrente do aumento do volume de vendas em 16,5% em relação ao primeiro semestre de 2005, apesar da redução do preço médio dos produtos deste segmento em 3,8%. Os aumentos da receita operacional bruta e do volume de vendas dos produtos deste segmento decorreram, principalmente, da inauguração de novas linhas de produção de biscoitos e massas na unidade de Aratu.

O preço médio deste segmento de produtos passou de R\$3,37 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para R\$3,24 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, apresentando uma redução de 3,9%. A oscilação do preço médio no período foi reflexo de alguns ajustes de preços para a manutenção da competitividade de nossos produtos no mercado.

### ***Moagem de Trigo***

No segmento de moagem de trigo, a receita operacional bruta passou de R\$160,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 21,2% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 202,8 mil toneladas, para R\$173,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 20,7% da receita operacional bruta total, uma redução de 0,5 pontos percentuais), com um volume de vendas de 227,0 mil toneladas. Isto representou um incremento de receita operacional bruta de 7,7% decorrente do aumento do volume de vendas em 11,9% em relação ao primeiro semestre de 2005, apesar da redução do percentual da receita operacional bruta do segmento de farinha e farelo de trigo em relação ao total da receita operacional bruta. O crescimento da receita operacional bruta decorreu, principalmente, do aumento da produção da nossa unidade de moagem de trigo instalada na unidade de Aratu, cujo volume de produção de farinha de trigo passou de 82,6 mil toneladas no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para 102,2 mil toneladas no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, um aumento de 23,7%.

O preço médio deste segmento de produtos passou de R\$0,79 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para R\$ 0,76 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, apresentando uma redução de 3,8%. Essa redução do preço médio no período foi reflexo de alguns ajustes de preços para a manutenção da competitividade de nossos produtos no mercado.

### ***Margarinas e Gorduras Vegetais***

No segmento de margarinas e gorduras vegetais, a receita operacional bruta passou de R\$44,4 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 5,9% da receita operacional bruta total), com um volume de vendas de 16,9 mil toneladas, para R\$41,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 5,0% da receita operacional bruta total, uma redução de 0,9 pontos percentuais), com um volume de vendas de 16,1 mil toneladas, apresentando uma redução da receita de 5,7% decorrente da redução de 4,5% em volume de vendas e do preço médio dos produtos deste segmento em 1,2% em relação ao primeiro semestre de 2005. Essa redução da receita operacional bruta foi provocada por: (i) acirramento da concorrência no setor; e (ii) foco na fabricação de produtos sob as nossas marcas próprias em detrimento da fabricação de produtos sob marcas de terceiros. No primeiro semestre de 2005, a fabricação de produtos sob marcas de terceiros representou um faturamento de R\$9,5 milhões no segmento de margarinas e gorduras vegetais (representando 21,4% do total da receita operacional bruta no segmento). No primeiro semestre de 2006 produzimos apenas para nossas próprias marcas.

O preço médio deste segmento de produtos passou de R\$2,63 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para R\$ 2,60 mil por tonelada no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, apresentando uma redução de 1,1%. A oscilação do preço médio no período foi reflexo do reposicionamento no mercado de nossas marcas próprias, voltando-se nossa produção e venda essencialmente para o mercado interno, em condições competitivas com as demais opções de produtos oferecidas no mercado.

### **Deduções da Receita Operacional Bruta**

As deduções da receita operacional bruta passaram de R\$186,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 24,6% da receita operacional bruta) para R\$195,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 23,4% da receita operacional bruta, uma redução de 1,2 pontos percentuais), apresentando um aumento de 4,8% em relação ao período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005, apesar da redução percentual das deduções em relação à receita operacional bruta. Este aumento ocorreu, principalmente, pelo incremento de 19,3% dos descontos comerciais concedidos no período.

### ***Descontos Comerciais***

Os descontos comerciais passaram de R\$48,8 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 6,4% da receita operacional bruta) para R\$58,2 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 7% da receita operacional bruta, um aumento de 0,6 pontos percentuais), representando um aumento de 19,3% em relação ao primeiro semestre de 2005. Esse crescimento decorreu principalmente do aumento dos descontos concedidos no segmento de biscoitos e massas, que passou de R\$42,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 87,9% do total dos descontos concedidos) para R\$53,6 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 92,2% do total dos descontos concedidos, um aumento de 4,3 pontos percentuais), um crescimento de 25,1% em relação ao mesmo período encerrado em 30 de junho de 2005, em razão das estratégias de expansão das vendas desse segmento, focadas em especial na consolidação de mercado de nossa nova unidade de Aratu.

### ***Impostos sobre a Receita Operacional Bruta***

Os impostos sobre a receita operacional bruta passaram de R\$126,5 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 16,7% da receita operacional bruta) para R\$127,7 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 15,3% da receita operacional bruta,

uma redução de 1,4 pontos percentuais), apresentando um aumento de 0,9% em relação ao mesmo período encerrado em 30 de junho de 2005, em decorrência do crescimento da receita operacional bruta. A queda de 1,4 pontos percentuais como percentual da receita operacional bruta deveu-se, principalmente, à isenção de ICMS no Estado de São Paulo para nossas massas e linhas de biscoitos populares.

### **Devoluções**

O montante das devoluções de produtos passou de R\$11,1 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 1,5% da receita operacional bruta) para R\$9,4 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 1,1% da receita operacional bruta, uma redução de 0,4 pontos percentuais), apresentando uma redução de 15,2% em relação ao primeiro semestre de 2005. A principal razão da redução das devoluções de mercadorias foi o aumento dos controles sobre os pedidos de clientes, evitando o faturamento de produtos em eventual desacordo com compras efetivamente realizadas pelo cliente.

### **Receita Operacional Líquida**

Pelas razões apresentadas acima, a receita operacional líquida passou de R\$572,5 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 75,4% da receita operacional bruta) para R\$640,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 76,6% da receita operacional bruta, um aumento de 1,2 pontos percentuais), apresentando um aumento de 11,8% em relação ao primeiro semestre de 2005.

### **Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos passou de R\$319,2 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 55,8% da receita operacional líquida), para R\$376,0 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 58,7% da receita operacional líquida, um aumento de 2,9 pontos percentuais), apresentando um aumento de 17,8% em relação ao primeiro semestre de 2005. Esse aumento dos custos dos produtos vendidos decorreu, principalmente (i) da elevação do custo das matérias-primas, sobretudo do trigo em grão, embora o custo do óleo vegetal, principal matéria - prima do segmento de margarinas e gorduras vegetais, tenha registrado queda; (ii) do início, a partir da segunda metade de 2005, das operações das primeiras linhas de biscoitos e massas da unidade de Aratu e da unidade de Cabedelo, cuja estrutura de produção instalada, por não ter sido ainda usada em todo o seu potencial, acarretou a elevação dos custos fixos por unidade vendida (principalmente com mão-de-obra e gastos indiretos de fabricação); (iii) da incorporação do ICMS pago na aquisição de matéria-prima nas unidades do Estado de São Paulo, por conta da eliminação dos benefícios fiscais relativos ao crédito de ICMS nesta região.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos produtos vendidos nos períodos indicados:

<b>Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de</b>					
	<b>2005</b>	<b>AV%</b>	<b>2006</b>	<b>AV%</b>	<b>2006/2005 (%)</b>
	<i>(Em milhões de R\$, exceto percentagens)</i>				
<b>Matérias-Primas</b>	183,2	32,0	204,0	31,9	11,4
Trigo	106,4	18,6	121,3	18,9	14,0
Óleo	37,9	6,6	31,0	4,8	(18,2)
Outros	38,9	6,8	51,7	8,1	32,9
<b>Embalagens</b>	49,5	8,6	58,4	9,1	18,0
<b>Mão-de-Obra</b>	35,3	6,2	48,3	7,5	36,8
<b>Gastos Gerais de Fabricação</b>	30,5	5,3	40,8	6,4	33,8
<b>Depreciação e Amortização</b>	20,7	3,6	24,5	3,8	18,4
<b>Total</b>	<b>319,2</b>	<b>55,8</b>	<b>376,0</b>	<b>58,7</b>	<b>17,8</b>



## **Lucro Bruto**

Como resultado do exposto acima, o lucro bruto passou de R\$253,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 44,2% da receita operacional líquida), para R\$264,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 41,3% da receita operacional líquida, uma redução de 2,9 pontos percentuais), apresentando um aumento de 4,3% em relação ao lucro bruto do primeiro semestre de 2005. A queda da margem bruta em 2,9 pontos percentuais adveio, principalmente, do aumento do custo dos produtos vendidos no segmento de biscoitos e massas.

## **Despesas Operacionais**

As despesas operacionais (excluído o resultado financeiro líquido) passaram de R\$186,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 32,5% da receita operacional líquida), para R\$174,6 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 27,4% da receita operacional líquida, uma redução de 5,1 pontos percentuais), apresentando uma redução de 6,3% em relação às despesas operacionais do primeiro semestre de 2005, pelas razões abaixo descritas.

### ***Despesas com Vendas***

As despesas com vendas passaram de R\$115,6 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 20,2% da receita operacional líquida), para R\$121,4 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 19,0% da receita operacional líquida, uma redução de 1,2 pontos percentuais), apresentando um aumento de 5,0% em relação às despesas com vendas do primeiro semestre de 2005. Esse aumento nas despesas decorreu, principalmente, da expansão da nossa equipe de vendas e logística, aumentando os gastos com salários, outros encargos trabalhistas e comissões de R\$41,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para R\$53,1 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, um aumento de 28,6%. A necessidade de contratação de pessoal decorreu, em especial, do significativo aumento das operações de nossas novas unidades fabris, o Grande Moinho Aratu e o Grande Moinho Tambaú. Apesar do aumento em termos absolutos das despesas com vendas, houve neste período uma redução de 1,2 pontos percentuais em relação à receita líquida. Esta redução foi decorrente, principalmente, do decréscimo das despesas com promoções de vendas que passaram de R\$17,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005 (3,1% da receita operacional líquida) para R\$12,6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 (2,0% da receita operacional líquida).

### ***Despesas Administrativas e Gerais***

As despesas administrativas e gerais passaram de R\$34,4 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 6,0% da receita operacional líquida), para R\$43,7 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 6,9% da receita operacional líquida, um aumento de 0,9 pontos percentuais), apresentando um aumento de 27,0% em relação às despesas administrativas e gerais do primeiro semestre de 2005. Esse crescimento decorreu, principalmente: (i) do aumento das despesas com pessoal administrativo, decorrente da expansão das nossas atividades nas novas unidades fabris (de R\$17,8 milhões no primeiro semestre de 2005 para R\$22,1 milhões no primeiro semestre de 2006) e (ii) do aumento das despesas com serviços de terceiros, tais como assessoria jurídica e auditores (de R\$6,0 milhões no primeiro semestre de 2005 para R\$9,1 milhões no primeiro semestre de 2006).

### ***Despesas Tributárias***

As despesas tributárias passaram de R\$12,1 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 2,1% da receita operacional líquida), para R\$13,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 2,2% da receita operacional líquida, um aumento de 0,1 ponto percentual), apresentando um crescimento de 14,9% em relação às despesas tributárias do primeiro semestre de 2005. Os tributos que mais contribuíram para o aumento dessas despesas foram: (i) IPTU, que passou de R\$1,2 milhões no primeiro semestre de 2005 para R\$2,0 milhões no primeiro semestre de 2006, crescimento de 63,2%, em razão de revisão da área construída de alguns de nossos imóveis, e do pagamento do IPTU do imóvel da unidade Aratu referente ao exercício de 2006 no valor de R\$0,4 milhão; (ii) ICMS, de

R\$0,5 milhão no primeiro semestre de 2005 para R\$1,9 milhões no primeiro semestre de 2006, um crescimento de 300,5%, devido sobre as transferências de insumos ou produtos entre as nossas unidades, especialmente para a unidade de Aratu; (iii) IPI, no valor de R\$0,2 milhão, em razão da não homologação do pedido de compensação de crédito de IPI; e (iv) INSS, no valor de R\$0,9 milhões, decorrente da revisão da base de cálculo de pagamentos feitos em períodos anteriores.

### ***Depreciações e amortizações***

A depreciação e a amortização passaram de R\$11,1 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 1,9% da receita operacional líquida), para R\$15,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 2,4% da receita operacional líquida, um aumento de 0,5 pontos percentuais), apresentando um aumento de 37,8% em relação à depreciação e amortização do primeiro semestre de 2005. O crescimento adveio, principalmente: (i) da elevação das despesas com depreciação dos investimentos realizados nas unidades de Aratu e Tambaú no período de 2003 a 2005, e (ii) da amortização do saldo remanescente do investimento em *software* realizado em 2002 pela unidade de São Caetano do Sul (Adria), em decorrência de mudança para novo sistema de informação, e (iii) amortização do ágio pago na aquisição da Adria Alimentos do Brasil.

### ***Outras Receitas (Despesas) Operacionais***

As outras (despesas) receitas operacionais passaram de uma despesa de R\$13,0 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (2,3% da receita operacional líquida), para uma receita de R\$19,7 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (3,1% da receita operacional líquida). A oscilação do saldo de despesa no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para o saldo de receita no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 decorreu de: (i) uma receita no primeiro semestre de 2006 proveniente da recuperação de crédito de PIS e COFINS no valor de R\$18,5 milhões; (ii) não repetição em 2006 de gastos não recorrentes contabilizados em 2005 no valor de R\$5,0 milhões; e (iii) reversão de provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas da Adria no valor líquido de R\$2,6 milhões, após reavaliação do grau de risco dos litígios da Adria.

As despesas com a constituição de provisões para devedores duvidosos passaram de R\$3,1 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 0,5% da receita operacional líquida) para R\$1,5 milhão no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 0,2% da receita operacional líquida, uma redução de 0,3 pontos percentuais), com redução de 51,6% em relação às despesas para provisão de créditos de liquidação duvidosa do primeiro semestre de 2006. Os valores dessas despesas representam o montante necessário, nos respectivos períodos, para ajustar o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa ao nível considerado necessário à nossa proteção contra os riscos de inadimplência nas contas a receber.

## **Resultados Financeiros**

### ***Receitas Financeiras***

As receitas financeiras passaram de R\$77,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 13,6% da receita operacional líquida), para R\$130,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 20,4% da receita operacional líquida, um aumento de 6,8 pontos percentuais), apresentando um aumento de 68,0% em relação às receitas financeiras do primeiro semestre de 2005. O crescimento dessas receitas financeiras deveu-se, principalmente: (i) aos ganhos com apreciação do Real em relação ao Dólar de aplicações financeiras e financiamentos indexados ao Dólar, que passaram de R\$47,6 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005, para R\$81,3 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 e (ii) à atualização de créditos tributários de PIS e COFINS, no valor de R\$13,3 milhões.

### ***Despesas Financeiras***

As despesas financeiras passaram de R\$69,2 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 12,1% da receita operacional líquida), para R\$109,6 milhões no período de 6 meses

encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 17,1% da receita operacional líquida, um aumento de 5,0 pontos percentuais), apresentando um aumento de 58,4% em relação às despesas financeiras do primeiro semestre de 2005. O crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, (i) às perdas derivadas da variação cambial negativa sobre financiamentos e aplicações financeiras indexados ao Dólar, que passaram de R\$51,4 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 para R\$76,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, (ii) aos juros de financiamentos, que passaram de R\$6,9 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005, para R\$16,8 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, um aumento de 142,2%, incrementado pela contratação de novas linhas de crédito e por encargos financeiros de investimentos realizados nas nossas novas unidades fabris, Aratu e Tambaú, que passaram a integrar os nossos resultados a partir do momento em que entraram em operação. Até que os ativos fossem colocados em operação, esses encargos foram incorporados ao seu custo de aquisição no ativo permanente.

## **Imposto de Renda e Contribuição Social**

### ***Corrente***

O imposto de renda e a contribuição social passaram de R\$42,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 3,9% da receita operacional líquida) para R\$44,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 3,9% da receita operacional líquida), representando um crescimento de 4,5% no imposto de renda e contribuição social em relação ao ano de 2003, frente a um crescimento do lucro antes da tributação de 50,3%. A diferença entre a taxa de crescimento de 50,3% do lucro antes da tributação no período frente a um aumento de apenas 4.5% no imposto de renda e a contribuição social pagos pela Companhia resulta da diferença entre os tratamentos fiscal e contábil que se dá ao prejuízo incorrido pela Adria em 2003 e seus impactos na apuração do resultado consolidado da Companhia. De acordo com o BR GAAP, os prejuízos incorridos pela Adria em 2003 são compensáveis contra o resultado consolidado da Companhia. Já perante a legislação tributária brasileira, tal compensação não é permitida, o que explica o motivo pelo qual as despesas de IRPJ e CSSL da Companhia terem se mantido relativamente estáveis no período compreendido entre 2003 e 2004. Em contrapartida, como o cálculo do resultado consolidado da Companhia exige que se faça tal compensação para fins de apuração do resultado consolidado da Companhia em 2003, o seu lucro apresentou uma maior taxa de crescimento em 2004, período em que ambas as empresas foram lucrativas.

### ***Diferido***

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$2,7 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 0,47% da receita operacional líquida) para R\$0,2 milhões no período encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 0,03% da receita operacional líquida, uma redução de 4,7 pontos percentuais), apresentando uma redução de 92,6% em relação ao imposto de renda e contribuição social diferidos do primeiro semestre de 2005. Tal redução ocorreu em virtude de diferenças intertemporais entre a base de cálculo apurada pelo regime de competência contábil e aquela definida pelo regime de apropriação fiscal. Essas diferenças se referem, no período, às despesas com as provisões para contingências, deduzidas na apuração do lucro na contabilidade, mas somente dedutíveis na base de cálculo dos tributos em períodos posteriores, caso a contingência se verifique.

## **Lucro Líquido**

Pelas razões apresentadas acima, o lucro líquido passou de R\$49,2 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 8,6% da receita operacional líquida), para R\$70,7 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 11% da receita operacional líquida, um aumento de 2,4 pontos percentuais), apresentando um aumento de 43,7% em relação ao lucro líquido do primeiro semestre de 2005.

## **EBITDA**

Pelas razões apresentadas acima, o EBITDA passou de R\$98,9 milhões no período seis meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 17,3% da receita operacional líquida) para R\$129,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 20,2% da receita operacional líquida, um aumento de 2,9 pontos percentuais), representando um crescimento de 30,9% do EBITDA em relação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005.

## **EBITDA Ajustado**

O EBITDA Ajustado passou de R\$118,7 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005 (representando 20,7% da receita operacional líquida) para R\$144,0 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006 (representando 22,5% da receita operacional líquida, um aumento de 1,8 pontos percentuais), representando um aumento de 21,3% em relação ao EBITDA Ajustado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005. Este crescimento adveio principalmente por conta do aumento ocorrido, no mesmo período, do EBITDA, conforme mencionado em item anterior. No entanto, ressaltamos que ajustes eventuais como as perdas em aplicações no Banco Santos S.A. e ajuste por pagamento de acordo firmado com a Coelce, referente à discussão de tarifa iniciada no ano de 1986, realizados no primeiro semestre de 2005, que totalizaram R\$7,7 milhões, não ocorreram no primeiro semestre de 2006.

## **ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 30 DE JUNHO DE 2006**

### **Ativo**

#### **Circulante**

Em 31 de dezembro de 2005, o ativo circulante era de R\$795,3 milhões, e em 30 de junho de 2006, o mesmo era de R\$792,5 milhões, representando uma redução de 0,4%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2005, o ativo circulante representava 48,4% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representava 48,1% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 0,3 ponto percentual no período.

#### ***Disponibilidades***

As disponibilidades em 31 de dezembro de 2005 somavam R\$471,4 milhões, e, em 30 de junho de 2006, R\$409,9 milhões, o que representou uma redução de 13,1%. Essa redução adveio principalmente da perda nas aplicações financeiras no exterior, em função na valorização do Real frente ao Dólar e amortização de financiamentos e pagamentos de dividendos. Em 31 de dezembro de 2005, as disponibilidades representavam 28,7% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 24,9% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 3,8 pontos percentuais no período.

#### ***Contas a Receber de Clientes***

O saldo das contas a receber de clientes passou de R\$155,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$165,2 milhões em 30 de junho de 2006, o que representou um aumento de 6,3%. Esse crescimento foi decorrente do incremento das vendas, principalmente pela a inauguração de novas linhas de biscoitos e massas nas unidades de Aratu. Em 31 de dezembro de 2005, as contas a receber de clientes representavam 9,4% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 10,0% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,6 ponto percentual no período.

#### ***Adiantamento a Fornecedores***

O saldo de adiantamentos a fornecedores passou para R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$18,0 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 500,0%. Esse aumento adveio principalmente de adiantamentos realizados para compra de matéria prima à vista, em especial trigo nacional. Em 31 de dezembro de 2005, o adiantamento a fornecedores representava 0,2% do ativo total e, em

30 de junho de 2006, representava 1,1% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,9 ponto percentual no período.

#### ***Outras Contas a Receber***

O saldo de outras contas a receber passou de R\$2,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$9,5 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 239,3%. Esse aumento deveu-se a créditos junto a funcionários e a cheques devolvidos de clientes relativos a créditos vencidos há menos de 180 dias, somente após o que a Companhia registra como provisão para devedores duvidosos. Em 31 de dezembro de 2005, as outras contas a receber representavam 0,2% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 0,6% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,4 ponto percentual no período.

#### ***Impostos a Recuperar***

O saldo de impostos a recuperar passou de R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$21,3 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 25,3%. Esse aumento adveio principalmente da recuperação de crédito de PIS e COFINS, em virtude da ação de inconstitucionalidade da Lei 9.718/98 ter transitado em julgado, registrado no longo prazo dada a sua expectativa de recuperabilidade ao longo dos anos. Em 31 de dezembro de 2005, os impostos a recuperar representavam 1,0% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 1,3% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,3 ponto percentual no período.

#### ***Estoques***

O saldo de estoques passou de R\$145,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$168,4 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 15,7%. Tal aumento é justificado principalmente pelo acréscimo de estocagem das matérias primas, que passou de R\$55,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$81,7 milhões em 30 de junho de 2006, registrando um aumento de 46,2%, em função de maior estocagem de trigo, para atender à demanda de produção, intensificada principalmente pelas novas unidades industriais, Aratu e Tambau. Em 31 de dezembro de 2005, os estoques representavam 8,9% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 10,2% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 1,3 ponto percentual no período.

#### ***Despesas Antecipadas***

O saldo de despesas antecipadas passou de R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2005, para R\$0,2 milhão em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 100,0%. Esse aumento foi decorrente de pagamentos de seguros de veículos. Em ambos os períodos, o saldo de despesas antecipadas não apresentou representatividade como percentual do ativo total.

#### ***Realizável a Longo Prazo***

Em 31 de dezembro de 2005, o ativo realizável a longo prazo era de R\$39,0 milhões, e em 30 de junho de 2006, o mesmo era de R\$44,2 milhões, representando um aumento de 13,6%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2005, o ativo realizável a longo prazo representava 2,4% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representava 2,7% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,3 ponto percentual no período.

#### ***Depósitos Judiciais***

O saldo de depósitos judiciais passou de R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$14,0 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 9,4%. Esse crescimento adveio, principalmente, de depósitos judiciais efetuados referentes a ações trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2006, o saldo de depósitos judiciais permaneceu como 0,8% do ativo total.

### ***Impostos a Recuperar***

O saldo de impostos a recuperar passou de R\$12,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$16,6 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 36,1%. Esse aumento adveio principalmente da recuperação de crédito de PIS e COFINS, em virtude de ação de inconstitucionalidade da Lei 9.718/98 ter transitado em julgado. Em 31 de dezembro de 2005, os impostos a recuperar representavam 0,7% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 1,0% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,3 ponto percentual no período.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos***

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$10,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$10,5 milhões em 30 de junho de 2006, representando uma redução de 0,9%. Tal redução ocorreu em virtude de diferenças intertemporais entre a base de cálculo apurada pelo regime de competência contábil e aquela definida pelo regime de apropriação fiscal. Essas diferenças se referem, no período, às despesas com as provisões para contingências, deduzidas na apuração do lucro na contabilidade, mas somente dedutíveis na base de cálculo dos tributos em períodos posteriores, caso a contingência se verifique. Em 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2006, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos permaneceu como 0,6% do ativo total.

### ***Incentivos Fiscais e Outros Créditos***

O saldo de incentivos fiscais e outros créditos passou de R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$3,1 milhões em 30 de junho de 2006, representando uma redução de 8,8%. Essa redução adveio, principalmente, da baixa de créditos com pessoas ligadas, créditos estes que estão somados aos outros créditos. Em 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2006, o saldo de incentivos fiscais e outros créditos permaneceu como 0,2% do ativo total.

### ***Permanente***

Em 31 de dezembro de 2005, o ativo permanente era de R\$810,3 milhões, e em 30 de junho de 2006, o mesmo era de R\$810,8 milhões, mantendo-se praticamente inalterado, apresentando um aumento de 0,1%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo do ativo permanente representava 49,3% do ativo total e, em 30 de junho de 2006, representava 49,2% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 0,1 pontos percentuais no período.

### ***Passivo***

#### ***Circulante***

Em 31 de dezembro de 2005, o passivo circulante era de R\$476,4 milhões, e em 30 de junho de 2006, o mesmo era de R\$516,0 milhões, representando um aumento de 8,3%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2005, o passivo circulante representava 29,0% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representava 31,3% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 2,3 pontos percentuais no período.

#### ***Fornecedores***

O saldo de fornecedores passou de R\$37,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$57,2 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 54,6%. Esse aumento deveu-se à aquisição de matéria prima e embalagens em volumes superiores para atender a demanda de produção das unidades industriais, em especial, as unidades de Aratu e Tambaú. Em 31 de dezembro de 2005, os fornecedores representavam 2,2% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 3,5% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 1,3 ponto percentual no período.

#### ***Financiamentos e Empréstimos***

O saldo de financiamentos passou de R\$380,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$362,3 milhões em 30 de junho de 2006, uma redução de 4,8%. Essa redução deve-se principalmente a ganhos decorrentes

da valorização do Real frente ao Dólar e transferência para o reserva de capital de parcela do ICMS financiado (Provin/Proad), na forma de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2005, os financiamentos representavam 23,1% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 22,0% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 1,1 ponto percentual no período.

### ***Obrigações Sociais e Trabalhistas***

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas passou de R\$11,7 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$18,9 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 61,5%. Esse aumento deve-se, primordialmente, à provisão de 13º e 14º salário registrada em 2006, visto que esses valores relativos ao exercício de 2005 já haviam sido pagos em dezembro. Em 31 de dezembro de 2005, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 0,7% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 1,1% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 0,4 ponto percentual no período.

### ***Impostos e Contribuições***

O saldo de impostos e contribuições passou de R\$29,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$65,1 milhões em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 121,4%. Esse aumento é justificado principalmente em razão de: (i) a ver parcela de IRPJ, objeto de incentivo fiscal, que somente é transferida para reserva de capital após o transcurso dos procedimentos fiscais pertinentes, o que ocorre geralmente no final do exercício, (ii) o ICMS devido nas operações de aquisição de trigo.;(iii) do aumento da tributação de IRPJ e CSLL incidente sobre a parcela de credito de PIS e COFINS reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2005, os impostos e contribuições representavam 1,8% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 4,0% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 2,2 pontos percentuais no período.

### ***Adiantamentos***

O saldo de adiantamentos passou de R\$1,6 milhão em 31 de dezembro de 2005 para R\$1,8 milhão em 30 de junho de 2006, representando um aumento de 12,5%. Esse aumento deve-se principalmente a adiantamentos recebidos de clientes para futura aquisição de nossos produtos. Em 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2006, o saldo adiantamentos permaneceu como 0,1% do passivo total.

### ***Outras Contas a Pagar***

O saldo de outras contas a pagar passou de R\$16,1 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$10,7 milhões em 30 de junho de 2006, representando uma redução de 33,5%. Essa redução deve-se, principalmente, pelo pagamento de verbas contratuais de cliente efetuado no período. Em 31 de dezembro de 2005, as outras contas a pagar representavam 1,0% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 0,6% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,4 ponto percentual no período.

### ***Exigível a Longo Prazo***

O exigível a longo prazo passou de R\$330,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$295,8 milhões em 30 de junho de 2006, apresentando uma redução de 10,8%, pelas razões abaixo Em 31 de dezembro de 2005, o exigível a longo prazo representava 20,1% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 17,9% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 2,2 pontos percentuais no período.

### ***Impostos e Contribuições***

O saldo de impostos e contribuições passou de R\$13,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$13,1 milhões em 30 de junho de 2006, uma redução de 5,8%. Essa redução adveio, principalmente, do pagamento de parcelas de impostos, como ICMS e impostos federais. Em 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2006, o saldo impostos e contribuições permaneceu como 0,8% do passivo total.

### ***Financiamentos e Empréstimos***

O saldo de financiamentos e empréstimos passou de R\$271,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$241,8 milhões em 30 de junho de 2006, uma redução de 11,0%. Essa redução é explicada pela transferência de parcelas do nosso endividamento de longo prazo para o curto prazo, no montante de R\$57,3 milhões, frente a um aumento do endividamento do montante de R\$30,5 milhões em razão de novas linhas de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2005, os financiamentos e empréstimos representavam 16,5% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 14,7% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 1,8 ponto percentual no período.

### ***Contas a Pagar***

O saldo de contas a pagar passou de R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$9,0 milhões em 30 de junho de 2006, uma redução de 24,4%. Do saldo desta rubrica, 99,9% é o montante da dívida da Adria com seus antigos acionistas minoritários e o decréscimo ocorreu em virtude da reclassificação de contas a pagar para o passivo circulante em face do prazo de vencimentos das parcelas. Em 31 de dezembro de 2005, as contas a pagar representavam 0,7% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 0,5% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,2 ponto percentual no período.

### ***Provisão Para Contingências***

O saldo de provisão para contingências passou de R\$33,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$31,1 milhões em 30 de junho de 2006, uma redução de 6,9%. Embora a provisão para contingências cíveis e trabalhistas tenham subido, o decréscimo do saldo da provisão deveu-se, basicamente, à reversão de provisões para contingências tributárias em R\$3,9 milhões, após reavaliação do grau de risco dos litígios da Adria, baseado em decisão favorável à Companhia no âmbito do Conselho de Contribuintes. Em 31 de dezembro de 2005, a provisão para contingências representava 2,0% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 1,9% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,1 ponto percentual no período.

### ***Participações de Minoritários***

Não há saldo de participações de minoritários em 30 de junho de 2006. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo dessa conta foi de R\$0,1 milhão. Em ambos os períodos, o saldo de participações minoritárias não apresentou representatividade como percentual do passivo total.

### ***Patrimônio Líquido***

O patrimônio líquido passou de R\$837,3 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$836,5 milhões em 30 de junho de 2006, apresentando uma redução de 0,1%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2005, o patrimônio líquido representava 50,9% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 50,8% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,1 ponto percentual no período.

### ***Capital Social***

O saldo do capital social passou de R\$604,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$688,8 milhões em 30 de junho de 2006, um aumento de 14,0%. Esse aumento adveio da incorporação de capital com reservas de capital, reservas de lucros e lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2005, o capital social representava 36,7% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representava 41,8% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 5,1 pontos percentuais no período.

### ***Reservas de Capital***

O saldo das reservas de capital passou de R\$76,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$65,1 milhões em 30 de junho de 2006, uma redução de 15,0%. Essa redução adveio da incorporação no capital social, de parte das reservas, no valor de R\$28,4 milhões, frente à constituição de novas reservas, no montante de R\$10,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2005, as reservas de capital representavam 4,7% do passivo total e,



em 30 de junho de 2006, representavam 3,9% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,8 ponto percentual no período.

#### ***Reservas de Lucros***

O saldo das reservas de lucros passou de R\$102,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, para zero em 30 de junho de 2006, uma redução de 100,0%. Essa redução adveio da incorporação total do saldo existente no capital social. Em 31 de dezembro de 2005, as reservas de lucros representavam 6,3% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 0,0% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 6,3 pontos percentuais no período.

#### ***Lucros (Prejuízos) Acumulados***

O saldo lucros (prejuízos) acumulados passou de R\$53,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$82,6 milhões em 30 de junho de 2006, um aumento de 53,5%. Esse aumento adveio dos lucros apurados no período, deduzidos da parcela de lucros acumulados de exercícios anteriores que foram incorporados ao capital social. A variação dessa conta sofre os efeitos do fato de todas as contrapartidas dos ativos e passivos cindidos “pro forma” terem sido lançadas na rubrica de lucros acumulados. Conforme nota explicativa nº 19- e das nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* relativas aos exercícios sociais encerradas em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, os balanços patrimoniais consolidados “pro forma” não levaram em consideração qualquer destinação de lucros acumulados ocorrida em nenhum dos períodos, tais como constituição de reservas ou propostas de dividendos, ou outras movimentações entre grupos do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2005, os lucros acumulados representavam 3,3% do passivo total e, em 30 de junho de 2006, representavam 5,0% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 1,7 pontos percentuais no período.

### **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 COMPARADO COM O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004**

#### **Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta passou de R\$1.557,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, com um volume de vendas de 772,4 mil toneladas, para R\$1.593,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, com um volume de vendas de 822,6 mil toneladas, apresentando um aumento de receita de 2,3% decorrente do aumento do volume de vendas em 6,5%.

A receita do segmento de biscoitos e massas, moagem de trigo e de margarinas e gorduras vegetais foram de 73,5%, 21,0% e 5,5%, respectivamente, da nossa receita operacional bruta em 2005, comparada com 70,3%, 24,5% e 4,1% , respectivamente, da nossa receita operacional bruta em 2004. O preço médio por tonelada de nossos produtos apresentou uma redução de 4,0%, de R\$2,02 mil por tonelada em 2004 para R\$1,89 mil por tonelada em 2005.

A contribuição de cada um dos nossos segmentos de negócios (i) biscoitos e massas; (ii) moagem de trigo e (iii) margarinas e gorduras vegetais, para o crescimento da receita operacional bruta se deu conforme descrito a seguir.

#### ***Biscoitos e Massas***

No segmento de biscoitos e de massas, a receita operacional bruta passou de R\$1.095,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 70,3% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 331,8 mil toneladas, para R\$1.170,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 73,5% da receita operacional bruta, um aumento de 3,2 pontos percentuais), com um volume de vendas de 349,1 mil toneladas. Isto representou um incremento da receita operacional bruta de 6,9% decorrente do aumento do volume de vendas em 5,2% e do aumento do preço médio dos produtos deste segmento em 1,5% em relação ao ano de 2004. Estes aumentos decorreram principalmente de um maior esforço de vendas desses produtos e da inauguração, em meados de 2005, da

linha de massas da nova unidade industrial de Cabedelo e das linhas de biscoitos e massas da nova unidade de Aratu.

O preço médio dos produtos deste segmento passou de R\$3,30 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$3,35 mil por tonelada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2005, apresentando um crescimento de 1,5%. Esse crescimento é atribuído, principalmente, ao aumento de 3,0% do preço médio dos nossos biscoitos.

### ***Moagem de Trigo***

No segmento de moagem de trigo, a receita operacional bruta passou de R\$382,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 24,5% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 392,1 mil toneladas, para R\$334,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 21,0% da receita operacional bruta, uma queda de 3,5 pontos percentuais), com um volume de vendas de 425,9 mil toneladas, apresentando uma queda da receita operacional bruta de 12,6%, apesar do aumento de 8,7% em volume de vendas em relação ao ano de 2004. Essa redução da receita operacional bruta decorreu, principalmente, da redução receita de vendas de farinha de trigo, que passou de R\$321,2 milhões em 2004 para R\$290,9 milhões em 2005, uma queda de 9,4% (a despeito de um aumento no volume de vendas de farinha de trigo no mesmo período, de 248,7 toneladas para 268,3 toneladas), em razão da queda do preço do grão de trigo e a necessidade de repassarmos esta queda de preços aos nossos clientes, por questões de competitividade de mercado.

O preço médio dos produtos deste segmento passou de R\$0,97 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$0,78 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, apresentando uma redução de 19,6% em relação ao ano de 2004. Essa redução ocorreu, principalmente, em razão da necessidade de reduzirmos nossos preços, por questões de competitividade de mercado, para refletir a redução do preço médio do trigo em grão, que é a principal matéria-prima dos produtos deste segmento. Essa redução do preço do trigo em grão resultou da queda do preço em Dólar desta matéria-prima e também da apreciação do Real em relação ao Dólar.

### ***Margarinas e Gorduras Vegetais***

No segmento de margarinas e gorduras vegetais, a receita operacional bruta passou de R\$64,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 4,1% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 22,8 mil toneladas, para R\$87,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 5,5% da receita operacional bruta, um aumento de 1,4 pontos percentuais), com um volume de vendas de 32,8 mil toneladas, apresentando um crescimento de 36,1% na receita operacional bruta decorrente do aumento de 43,9% no volume de vendas em relação ao ano de 2004. Este crescimento de receita e de volume de vendas se deu, principalmente, em razão do aumento de 33% das vendas de margarinas (de R\$60,0 milhões em 2004 para R\$79,8 milhões em 2005 e de 21,6 toneladas em 2004 para 30,0 toneladas em 2005), primordialmente em razão do aumento da produção de margarina sob marcas de terceiros.

O preço médio dos produtos deste segmento passou de R\$2,81 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$2,66 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, apresentando uma redução de 5,3%. Esta redução dos preços médios decorreu, principalmente, dos preços praticados para os produtos que fabricamos para terceiros, geralmente destinados à exportação. Obtivemos menores preços para estes produtos devido, parcialmente, ao fato de serem isentos de certos tributos que, se não fosse por tal isenção, seriam incluídos em seus preços.

### **Deduções da Receita Operacional Bruta**

As deduções da receita operacional bruta passaram de R\$411,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 26,4% da receita operacional bruta) para R\$386,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 24,3% da receita operacional bruta, uma redução de 2,1 pontos percentuais), apresentando uma redução de 6,1% das deduções da receita operacional bruta em

relação ao ano de 2004, devido, principalmente, à redução dos valores recolhidos a título de ICMS decorrente da redução do preço do grão de trigo, base de cálculo do ICMS .

#### ***Descontos Comerciais***

Os descontos comerciais passaram de R\$107,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 6,9% da receita operacional bruta) para R\$108,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 6,8% da receita operacional bruta, uma redução de 0,1 ponto percentual), um aumento de 1,4% dos descontos comerciais em relação ao ano de 2004, em decorrência, principalmente, da renegociação dos nossos contratos comerciais com as grandes redes de supermercados.

#### ***Impostos sobre a Receita Operacional Bruta***

Os impostos sobre a receita operacional bruta passaram de R\$287,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 18,4% da receita operacional bruta) para R\$258,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 16,2% da receita operacional bruta, uma redução de 2,2 pontos percentuais), apresentando uma diminuição de 10,0% dos impostos sobre a receita operacional bruta em relação ao ano de 2004, em razão da queda dos preços do trigo em grão e da conseqüente queda do valor do ICMS, incidente sobre o preço de compra desta matéria prima, conforme discutido acima.

#### ***Devoluções***

O montante das devoluções de produtos passou de R\$17,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 1,1% da receita operacional bruta) para R\$19,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 1,2% da receita operacional bruta, um aumento de 0,1 ponto percentual), apresentando um aumento de 11,5% das devoluções em relação ao ano de 2004, devido, principalmente, ao aumento do volume de produtos vendidos. Mesmo assim, o índice de devoluções frente à nossa receita operacional bruta se manteve estável nos dois períodos.

#### ***Receita Operacional Líquida***

Pelas razões apresentadas acima, a receita operacional líquida passou de R\$1.145,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 73,6% da receita operacional bruta) para R\$1.206,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 75,7% da receita operacional bruta, um aumento de 2,1 pontos percentuais), apresentando um aumento de 5,4% da receita operacional líquida em relação ao ano de 2004.

#### ***Custo dos Produtos Vendidos***

O custo dos produtos vendidos passou de R\$719,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 62,8% da receita operacional líquida), para R\$676,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 56,0% da receita operacional líquida, uma redução de 6,8 pontos percentuais), apresentando uma redução de 6,0% do custo dos produtos vendidos em relação ao ano de 2004, em razão, principalmente, da redução do preço das matérias-primas, especialmente, o do trigo em grão, e da valorização do Real em relação ao Dólar.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos produtos vendidos nos períodos indicados:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>					
	<b>2004</b>	<b>AV%</b>	<b>2005</b>	<b>AV%</b>	<b>2005/2004 (%)</b>
	<i>(Em milhões de R\$, exceto percentagens)</i>				
<b>Matérias-Primas</b>	474,5	41,4	383,3	31,8	(19,2)
Trigo	293,3	25,6	214,5	17,8	(26,9)
Óleo	61,2	5,3	65,5	5,4	7,0
Outros	120,0	10,5	103,3	8,6	(13,9)
<b>Embalagens</b>	88,9	7,8	103,9	8,6	16,9
<b>Mão-de-Obra</b>	67,8	5,9	79,2	6,6	16,8
<b>Gastos Gerais de Fabricação</b>	57,0	5,0	68,4	5,7	20,0
<b>Depreciação e Amortização</b>	31,5	2,7	41,4	3,4	31,4
<b>Total</b>	719,7	62,8	676,2	56,0	(6,0)

### **Lucro Bruto**

Como resultado do exposto acima, o lucro bruto passou de R\$425,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 37,2% da receita operacional líquida), para R\$530,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 44,0% da receita operacional líquida, um aumento de 6,8 pontos percentuais), apresentando um crescimento de 24,6% do lucro bruto em relação ao ano de 2004.

### **Despesas Operacionais**

As despesas operacionais (excluídos os resultados financeiros), passaram de R\$329,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 28,8% da receita operacional líquida), para R\$413,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 34,3% da receita operacional líquida, um aumento de 5,5 pontos percentuais), apresentando um crescimento de 25,3% das despesas operacionais em relação ao ano de 2004, pelas razões abaixo.

### **Despesas com Vendas**

As despesas comerciais passaram de R\$199,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 17,4% da receita operacional líquida), para R\$246,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 20,4% da receita operacional líquida, um aumento de 3,0 pontos percentuais), apresentando um aumento de 23,6% das despesas comerciais em relação ao ano de 2004. As despesas que mais contribuíram para esse aumento foram: (i) despesas com salários e outros encargos trabalhistas e comissões do pessoal de vendas e de logística no ano de 2005, que passaram de R\$66,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, para R\$88,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 33,3%, em razão de contratação de pessoal por conta do início das operações de 2 novas unidades produtivas, o Grande Moinho Aratu e o Grande Moinho Tambaú; (ii) despesas com promoções de vendas e marketing (brindes, verbas contratuais, publicidade, dentre outras), que passaram de R\$47,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$51,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 8,6%; e (iii) despesas com frete, que passaram de R\$43,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$53,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, aumento de 24,0%, principalmente, em razão do aumento das vendas de farinha e farelo de trigo para regiões mais distantes.

### **Despesas Administrativas e Gerais**

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$88,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 7,7% da receita operacional líquida), para R\$74,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 6,2% da receita operacional líquida, uma

redução de 1,5 pontos percentuais), apresentando uma redução de 15,8% das despesas gerais e administrativas em relação ao ano de 2004. Essa redução das despesas gerais e administrativas decorreu, principalmente, (i) da redução das despesas com a constituição de provisões relativas a riscos em demandas trabalhistas no valor de R\$3,6 milhões e auto de infração federal, no valor de R\$3,9 milhões, realizadas no ano de 2004 e inexistentes em 2005; e (ii) da redução das despesas com frete relacionados a transporte de bens entre unidades, especialmente para a unidade de Aratu (de R\$4,5 milhões em 2004 para R\$0,1 milhão em 2005).

### ***Despesas Tributárias***

As despesas tributárias passaram de R\$25,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 2,2% da receita operacional líquida), para R\$39,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 3,3% da receita operacional líquida, um aumento de 1,1 pontos percentuais), apresentando um aumento de 57,2% das despesas tributárias em relação ao ano de 2004. Este aumento decorreu, principalmente, dos seguintes eventos: (i) desembolso referente a um auto de infração estadual, lavrado em 2005, no valor de, aproximadamente, R\$8,2 milhões; e (ii) do aumento do volume de transferências de insumos ou produtos entre nossas unidades fabris, acarretando um crescimento da despesa com ICMS incidente sobre essas operações (de R\$4,1 milhões em 2004 para R\$13,5 milhões em 2005, um crescimento de 229,3%).

### ***Depreciações e Amortizações***

A depreciação e a amortização passaram de R\$16,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 1,7% da receita operacional líquida), para R\$19,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 1,6% da receita operacional líquida, um aumento de 0,2 ponto percentual), apresentando um aumento de 23,6% das despesas com depreciação e amortização em relação ao ano de 2004. O crescimento adveio, principalmente, da elevação das despesas com depreciação e amortização de investimentos na estrutura administrativa, comercial e logística da unidade Fábrica Fortaleza, no Estado do Ceará e São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo.

### ***Outras Receitas (Despesas) Operacionais***

As outras despesas operacionais passaram de R\$0,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 0,1% da receita operacional líquida), para R\$32,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 2,7% da receita operacional líquida, um aumento de 2,6 pontos percentuais), apresentando um aumento de 4.585,7%. O aumento decorreu dos seguintes eventos: (i) a constituição de provisão para contingências fiscais e trabalhistas, no valor de R\$15,2 milhões para fazer face ao risco de provável perda futura em demandas judiciais e administrativas cujo risco de perda se mostrou provável somente em 2005; (ii) a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$6,8 milhões, conforme discutido abaixo; e (iii) eventos não recorrentes verificados em 2005, no valor total de R\$9,4 milhões, em decorrência de perdas das aplicações financeiras no Banco Santos S.A., cuja falência foi decretada em 2005, e pagamentos realizados no contexto de um acordo judicial com a Companhia Energética do Ceará – COELCE.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, não constituímos provisões adicionais para devedores duvidosos, tendo em vista que não ocorreram casos de modificações significativas na avaliação da probabilidade de perda no contas a receber. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, constituímos provisões no montante de R\$6,8 milhões para cobrir perdas que nós e nossos advogados consideramos prováveis, como o recebimento de créditos vencidos há mais 180 dias e que, no nosso julgamento e de nossos advogados, passaram a apresentar elevado risco de perda futura.

## **Resultados Financeiros**

### ***Receitas Financeiras***

As receitas financeiras passaram de R\$151,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 13,2% da receita operacional líquida), para R\$169,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 14% da receita operacional líquida, um aumento de 0,8 pontos percentuais), apresentando um aumento de 11,7% das receitas financeiras em relação ao ano de 2004. O aumento adveio, principalmente: (i) do aumento das receitas com variações cambiais em razão da apreciação do Real frente ao Dólar (de R\$89,3 milhões em 2004 para R\$102,0 milhões em 2005); e (ii) de rendimentos obtidos a partir de aplicações financeiras das nossas disponibilidades de caixa que passaram de R\$17,4 milhões em 2004 para R\$28,0 milhões em 2005.

### ***Despesas Financeiras***

As despesas financeiras passaram de R\$140,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 12,2% da receita operacional líquida), para R\$155,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 12,9% da receita operacional líquida, um aumento de 0,7 pontos percentuais), apresentando um aumento de 10,7% das despesas financeiras em relação ao ano de 2004. Esse aumento decorreu, principalmente: (i) dos novos financiamentos tomados em 2005 para a expansão das nossas atividades, que passaram de R\$560,2 milhões em 2004 para R\$652,2 milhões em 2005, apresentando um crescimento de 16,4%, principalmente em função de um novo financiamento do BNDES no valor de R\$60,0 milhões, no âmbito do Programa de Apoio ao Fortalecimento de Capacidade de Geração de Emprego e Renda – PROGEREN; e (ii) das perdas derivadas da variação cambial sobre financiamentos e aplicações financeiras indexados ao Dólar, que passaram de R\$82,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$97,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 17,7%.

## **Imposto de Renda e Contribuição Social**

### ***Corrente***

O valor referente ao imposto de renda e à contribuição social aumentou de R\$44,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 3,9% da receita operacional líquida) para R\$50,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 4,2% da receita operacional líquida), representando um crescimento de 12,8% do imposto de renda e da contribuição social em relação ao ano de 2004, principalmente, em função do crescimento do lucro antes da tributação.

### ***Diferido***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 não houve a constituição de passivo referente ao imposto de renda diferido. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 reconhecemos saldos de ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$8,1 milhões (imposto de renda de R\$5,9 milhões e contribuição social de R\$2,2 milhões), em virtude de diferenças intertemporais entre a base de cálculo apurada pelo regime de competência contábil e aquela definida pelo regime de apropriação fiscal.

## **Lucro Líquido**

Pelas razões apresentadas acima, o lucro líquido passou de R\$62,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 5,5% da receita operacional líquida), para R\$81,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 6,7% da receita operacional líquida, um aumento de 1,2 pontos percentuais), apresentando um aumento de 29,4% do lucro líquido em relação ao ano de 2004.

## **EBITDA**

Pelas razões apresentadas acima, o EBITDA passou de R\$143,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 12,5% da receita operacional líquida) para R\$178,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 14,8% da receita operacional líquida, um aumento de 2,3 pontos percentuais), representando um crescimento de 24,4% do EBITDA em relação ao ano de 2004.

## **EBITDA Ajustado**

O EBITDA Ajustado passou de R\$172,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 15,0% da receita operacional líquida) para R\$ 213,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 (representando 17,7% da receita operacional líquida, um aumento de 2,7 pontos percentuais), representando um aumento de 23,9% do EBITDA Ajustado em relação ao ano de 2004.

## **ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

### **Ativo**

#### **Circulante**

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo circulante era de R\$598,8 milhões, e em 31 de dezembro de 2005, o mesmo era de R\$795,3 milhões, representando um aumento de 32,8%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2004, o ativo circulante representava 42,2% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 48,4% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 6,2 pontos percentuais no período.

#### ***Disponibilidades***

As disponibilidades em 31 de dezembro de 2004 somavam R\$303,9 milhões, e, em 31 de dezembro de 2005, R\$471,4 milhões, o que representou um aumento de 55,1%. O aumento de nossas disponibilidades foi fruto do aumento da nossa geração de caixa das atividades em 2005, atrelada à redução da nossa necessidade de investimentos. Em 31 de dezembro de 2004, as disponibilidades representavam 21,4% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 28,7% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 7,3 pontos percentuais no período.

#### ***Contas a Receber de Clientes***

O saldo das contas a receber de clientes passou de R\$116,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$155,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 33,9%. Esse aumento foi em decorrência, primordialmente, do crescimento de vendas nos meses de novembro e dezembro de 2005 em relação ao mesmo período de 2004. Em 31 de dezembro de 2004, as contas a receber de clientes representavam 8,2% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 9,4% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 1,2 pontos percentuais no período.

#### ***Adiantamento a Fornecedores***

O saldo de adiantamentos a fornecedores passou de R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de 43,5%. Essa redução foi em função, principalmente, da baixa de diversos adiantamentos efetuados a fornecedores em face da entrega dos materiais adquiridos. Em 31 de dezembro de 2004, o adiantamento a fornecedores representava 0,4% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 0,2% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 0,2 ponto percentual no período.

### ***Outras Contas a Receber***

O saldo de outras contas a receber passou de R\$8,7 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$2,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de 67,8%. Essa redução é explicada, basicamente, pela a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no período. Em 31 de dezembro de 2004, as outras contas a receber representavam 0,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 0,2% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 0,4 ponto percentual no período.

### ***Impostos a Recuperar***

O saldo de impostos a recuperar passou de R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de 41,2%. Esse decréscimo refere-se, principalmente, à compensação de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social no pagamento de impostos federais. Em 31 de dezembro de 2004, os impostos a recuperar representavam 2,0% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 1,0% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 1,0 ponto percentual no período.

### ***Estoques***

O saldo de estoques passou de R\$135,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$145,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 7,4%. O crescimento apresentado foi decorrente, primordialmente, do aumento no estoque de embalagens em meados de 2005, devido ao aumento no volume de produção nas novas unidades industriais de Tambaú e Aratu. As rubricas de matéria-prima e de importações em andamento devem ser analisadas em conjunto, pois a segunda contabiliza basicamente a compra de trigo importado; vistas desta forma, não houve oscilação relevante no estoque de matéria-prima no exercício. Em 31 de dezembro de 2004, os estoques representavam 9,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 8,9% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 0,7 ponto percentual no período.

### ***Despesas Antecipadas***

O saldo de despesas antecipadas passou de R\$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2004, para R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de 66,7%. Essa diminuição decorreu, basicamente, pela apropriação de despesas com propaganda e publicidade no exercício de 2005. Em ambos os períodos, o saldo de despesas antecipadas não apresentou representatividade como percentual do ativo total.

### ***Realizável a Longo Prazo***

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo realizável a longo prazo era de R\$22,6 milhões, e em 31 de dezembro de 2005, o mesmo era de R\$39,0 milhões, representando um aumento de 72,6%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2004, o ativo realizável a longo prazo representava 1,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 2,4% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,8 ponto percentual no período.

### ***Depósitos Judiciais***

O saldo de depósitos judiciais passou de R\$8,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 43,8%. Esse incremento originou-se, principalmente, da realização de depósitos judiciais de natureza tributária. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo de depósitos judiciais representava 0,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 0,8% do ativo total, representando um aumento de 0,2 ponto percentual.

### ***Impostos a Recuperar***

O saldo de impostos a recuperar passou de R\$10,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$12,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 20,8%. Esse aumento foi resultante da constituição da parcela de longo prazo do crédito de ICMS sobre compras de ativo imobilizado, o qual é



recuperado em 48 parcelas. Em ambos os períodos, o saldo de impostos a recuperar manteve-se em 0,7% do ativo total.

#### ***Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos***

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$2,5 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$10,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 324,0%. Esse acréscimo deveu-se à constituição da provisão de impostos diferidos, em virtude de diferenças intertemporais entre a base de cálculo apurada pelo regime de competência contábil e aquela definida pelo regime de apropriação fiscal. As principais diferenças entre as bases de cálculo residem nas provisões para contingências e para devedores duvidosos. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos representava 0,2% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 0,6% do ativo total, representando um aumento de 0,4 ponto percentual.

#### ***Incentivos Fiscais e Outros Créditos***

O saldo de incentivos fiscais e outros créditos passou de R\$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2004 para R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 209,1%. Esse aumento foi decorrente, primordialmente, da constituição de depósitos para reinvestimentos de imposto de renda, conforme o art. 19 da Lei 8.167/91. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo de incentivos fiscais e outros créditos representava 0,1% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 0,2% do ativo total, representando um aumento de 0,1 ponto percentual.

#### **Permanente**

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo permanente era de R\$796,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2005, o mesmo era de R\$810,3 milhões, representando um aumento de 1,8%, decorrente da aquisição de instalações, máquinas e equipamentos e realização de obras civis para as novas unidades industriais de Tambaú e Aratu. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo do ativo permanente representava 56,2% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 49,3% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 6,9 pontos percentuais no período.

#### **Passivo**

##### **Circulante**

Em 31 de dezembro de 2004, o passivo circulante era de R\$396,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2005, o mesmo era de R\$476,4 milhões, representando um aumento de 20,0%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2004, o passivo circulante representava 28,0% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 29,0% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 1,0 ponto percentual no período.

##### **Fornecedores**

O saldo de fornecedores passou de R\$33,7 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$37,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 9,8%. Esse aumento deve-se a aquisição de embalagens em volumes superiores para atender a demanda, com o início de produção das novas unidades industriais de Aratu e Tambaú. Em 31 de dezembro de 2004, os fornecedores representavam 2,4% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 2,2% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,2 ponto percentual no período.

##### **Financiamentos e Empréstimos**

O saldo de financiamentos passou de R\$302,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$380,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 25,7%. O acréscimo foi decorrente da aquisição de novos financiamentos de máquinas e equipamentos, principalmente para as novas unidades industriais de Tambaú e Aratu. Em 31 de dezembro de 2004, os financiamentos representavam 21,4% do passivo total e, em 31 de

dezembro de 2005, representavam 23,1% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 1,7 ponto percentual no período.

#### ***Obrigações Sociais e Trabalhistas***

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas passou de R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$11,7 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 25,8%. Esse aumento deveu-se, primordialmente, as contratações realizadas para atender ao início da produção das novas unidades Industriais de Aratu e Tambaú no ano de 2005 com maior reflexo em nossa despesa de provisão de Férias. Em 31 de dezembro de 2004 e 2005, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 0,7% do passivo total.

#### ***Impostos e Contribuições***

O saldo de impostos e contribuições passou de R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$29,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de 7,0%. Essa redução deveu-se, principalmente, ao reconhecimento, no mês de dezembro de 2005, na base de cálculo de apuração do imposto de renda e contribuição social, do resultado negativo da variação cambial, reduzindo, assim, a provisão do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social. Em 31 de dezembro de 2004, os impostos e contribuições representavam 2,2% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 1,8% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,4 ponto percentual no período.

#### ***Adiantamentos***

O saldo de adiantamentos passou de R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2004 para R\$1,6 milhão em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 33,3%. Esse crescimento foi ocasionado pelo registro de diversos adiantamentos efetuados por nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2004 e 2005, os adiantamentos representavam 0,1% do passivo total.

#### ***Outras Contas a Pagar***

O saldo de outras contas a pagar passou de R\$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$16,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de 11,5%. Essa redução originou-se, fundamentalmente, do pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Em 31 de dezembro de 2004, as outras contas a pagar representavam 1,3% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 0,9% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,4 ponto percentual no período.

#### ***Exigível a Longo Prazo***

O exigível a longo prazo passou de R\$308,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$330,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, apresentando um aumento de 7,3%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2004, o exigível a longo prazo representava 21,4% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 20,1% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 1,3 ponto percentual no período.

#### ***Impostos e Contribuições***

O saldo de impostos e contribuições passou de R\$14,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$13,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, uma redução de 6,7%. O decréscimo apresentado foi ocasionado pela reclassificação para curto prazo de impostos e contribuições provisionados, em função do prazo de vencimento. Em 31 de dezembro de 2004, os impostos e contribuições representavam 1,1% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 0,8% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,3 ponto percentual no período.

#### ***Financiamentos e Empréstimos***

O saldo de financiamentos e empréstimos passou de R\$257,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$271,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 5,5%. Esse acréscimo deveu-se à aquisição

de novos financiamentos de máquinas e equipamentos, principalmente, para as novas unidades industriais de Tambaú e Aratu. Em 31 de dezembro de 2004, os financiamentos e empréstimos representavam 18,2% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 16,5% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 1,7 ponto percentual no período.

#### ***Contas a Pagar***

O saldo de contas a pagar passou de R\$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, uma redução de 33,5%. Esta redução deveu-se à transferência de parcela da dívida com ex-minoritários da Adria para o curto prazo, bem como à redução do montante da dívida em reais, em função da variação negativa do dólar no exercício, uma vez que a dívida foi contraída naquela moeda. Em 31 de dezembro de 2004, as contas a pagar representavam 1,3% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 0,7% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,6 ponto percentual no período.

#### ***Provisão Para Contingências***

O saldo de provisão para contingências passou de R\$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$33,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 83,5%. O crescimento foi ocasionado pela constituição de provisões para cobrir perdas que nós e nossos advogados consideramos prováveis, especialmente aquelas decorrentes de autos de infração de IRPJ e CSLL, cujo valor provisionado no exercício foi de R\$11,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2004, a provisão para contingências representava 1,3% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 2,0% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,7 ponto percentual no período.

#### ***Participações de Minoritários***

O saldo de participações de minoritários foi de zero em 31 de dezembro de 2004. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo dessa conta foi de R\$0,1 milhão. Em 31 de dezembro de 2004 e 2005, as participações minoritárias não apresentaram representatividade como percentual do ativo total.

#### ***Patrimônio Líquido***

O patrimônio líquido passou de R\$712,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$837,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, apresentando um aumento de 17,5%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2004, o patrimônio líquido representava 50,2% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 50,9% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 0,7 ponto percentual no período.

#### ***Capital Social***

O saldo do capital social passou de R\$565,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$604,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 6,9%. O incremento de R\$39,0 milhões no capital subscrito da Companhia originou-se das reservas de isenção e subvenção destinadas ao aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2004, o capital social representava 39,9% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representava 36,7% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 3,2 pontos percentuais no período.

#### ***Reservas de Capital***

O saldo das reservas de capital passou de R\$57,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$76,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 32,5%. Esse acréscimo deveu-se, essencialmente, à constituição de reserva de subvenção de ICMS, no montante de R\$30,1 milhões e incentivos fiscais de IRPJ de R\$28,4 milhões, para futuro aumento de capital, deduzida da capitalização de R\$39 milhões conforme mencionado no comentário feito acima à variação do Capital Social. Em 31 de dezembro de 2004, as reservas de capital representavam 4,1% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 4,7% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 0,6 ponto percentual no período.

### ***Reservas de Lucros***

O saldo das reservas de lucros passou de R\$90,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$102,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 14,2%. O incremento foi ocasionado pela constituição de reservas com o lucro do período. Em 31 de dezembro de 2004, as reservas de lucros representavam 6,4% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, representavam 6,3% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,1 ponto percentual no período.

### ***Lucros (Prejuízos) Acumulados***

O saldo lucros (prejuízos) acumulados passou de um prejuízo de R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2004, para um lucro de R\$53,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, atingindo um aumento em termos absolutos de R\$54,4 milhões. Esse aumento adveio do lucro apurado no exercício, de R\$100 milhões, deduzido da parcela de lucros acumulados distribuídos aos acionistas, no valor de R\$16,2 milhões e das destinações às reservas. A variação dessa conta sofre os efeitos do fato de todas as contrapartidas dos ativos e passivos cindidos “pro forma” terem sido lançadas na rubrica de lucros acumulados. Conforme nota explicativa nº 19- e das nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* relativas aos exercícios sociais encerradas em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, os balanços patrimoniais consolidados “pro forma” não levaram em consideração qualquer destinação de lucros acumulados ocorrida em nenhum dos períodos, tais como constituição de reservas ou propostas de dividendos, ou outras movimentações entre grupos do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2005, os prejuízos acumulados representavam 0,0% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2005, os lucros acumulados representavam 3,3% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 3,3 pontos percentuais no período.

## **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 COMPARADO COM O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

### ***Receita Operacional Bruta***

A receita operacional bruta passou de R\$1.381,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, com vendas de 690,3 mil toneladas, para R\$1.557,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, com vendas de 772,4 mil toneladas, apresentando um aumento de receita de 12,8% decorrente do aumento no volume de vendas em 11,9% e do aumento do preço dos produtos em 0,8% em relação ao ano de 2003, principalmente devido ao crescimento no segmento de biscoitos e massas que contribuiu com, aproximadamente, R\$ 90 milhões no acréscimo da nossa receita operacional bruta.

A receita do segmento de biscoitos e massas, moagem de trigo e de margarinas e gorduras vegetais foram de 70,3%, 24,5% e 4,1%, respectivamente, da nossa receita operacional bruta em 2004, comparada com 72,7%, 24,2% e 2,9%, respectivamente, da nossa receita operacional bruta em 2003.

O preço médio por tonelada de nossos produtos aumentou em 1,0%, passando de R\$2,00 mil por tonelada em 2003 para R\$2,02 mil por tonelada em 2004. A contribuição de cada um dos nossos segmentos de negócios (biscoitos e massas, moagem de trigo e margarinas e gorduras vegetais) para o crescimento da receita operacional bruta se deu conforme descrito a seguir.

### ***Biscoitos e Massas***

No segmento de biscoitos e de massas a receita operacional bruta passou de R\$1.004,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 72,7% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 331,2 mil toneladas, para R\$1.095,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 70,3% da receita operacional bruta, uma redução de 2,5 pontos percentuais), com um volume de vendas de 331,8 mil toneladas, representando um incremento de 9,0% em receita operacional bruta e de 0,21% no volume de vendas em relação ao ano de 2003. O aumento da receita operacional bruta em proporções superiores ao aumento do volume vendido é decorrente do significativo aumento do volume de vendas das unidades Adria.

O preço médio dos produtos deste segmento passou de R\$3,03 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 para R\$3,30 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 8,9%, principalmente, em decorrência do aumento dos preços médios dos biscoitos, que passaram de R\$3,8 mil por tonelada em 2003 para R\$4,0 mil por tonelada em 2004, com aumento de 5,3%, em função das condições de mercado da época.

### ***Moagem de Trigo***

No segmento de moagem de trigo, a receita operacional bruta passou de R\$334,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 24,2% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 341,7 mil toneladas, para R\$382,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 24,5% da receita operacional bruta, um aumento de 0,3 pontos percentuais), com um volume de vendas de 392,1 mil toneladas, apresentando um aumento da receita operacional bruta de 14,2% decorrente do aumento do volume de vendas em 14,7% em relação ao ano de 2003. Essa oscilação, tanto da receita operacional bruta quanto do volume de vendas, deu-se, principalmente, pela inauguração do moinho Aratu no final do ano de 2003.

O preço médio dos produtos deste segmento passou de R\$0,98 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 para R\$0,97 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, com redução de 1,0%. Esta redução resultou das condições competitivas de mercado, quando baixamos nossos preços em 2004 para refletir a redução do preço médio do trigo em grão, a principal matéria-prima deste segmento de produtos.

### ***Margarinas e Gorduras Vegetais***

No segmento de margarinas e gorduras vegetais, a receita operacional bruta passou de R\$40,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 2,9% da receita operacional bruta), com um volume de vendas de 13,9 mil toneladas, para R\$63,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 4,1% da receita operacional bruta, um aumento de 2,8 pontos percentuais), com um volume de vendas de 22,8 mil toneladas, apresentando um crescimento da receita operacional bruta de 57,4% decorrente do aumento do volume de vendas em 64% em relação ao ano de 2003. A principal razão do aumento do volume de vendas foi a fabricação de produtos sob marcas de terceiros destinados à exportação em virtude de contratos de produção de marcas de terceiros.

O preço médio dos produtos deste segmento passou de R\$2,92 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 para R\$2,810 mil por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, apresentando uma redução de 4,1%. A principal razão desta queda foram os preços que conseguimos praticar para os produtos que fabricamos de marcas para terceiros que, em geral, foram exportados. Obtivemos menores preços por tonelada para estes produtos em função de isenções fiscais aplicáveis a estes, sem as quais os tributos aplicáveis seriam incluídos em seu preço.

### **Deduções da Receita Operacional Bruta**

As deduções da receita operacional bruta passaram de R\$290,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 21% da receita operacional bruta) para R\$411,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 26,4% da receita operacional bruta, um aumento de 5,4 pontos percentuais), apresentando um aumento de 41,8% das deduções da receita operacional bruta em relação ao ano de 2003, pelas seguintes razões:

#### ***Descontos Comerciais***

Os descontos comerciais passaram de R\$77,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 5,6% da receita operacional bruta) para R\$107,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 6,9% da receita operacional bruta, um aumento de 1,3 pontos percentuais), representando um aumento de 38,4% dos descontos comerciais em relação ao ano de 2003, em

razão da política então adotada pelas unidades Adria de concessão de elevados descontos comerciais e do aumento das vendas das unidades Adria.

### ***Impostos sobre a Receita Operacional Bruta***

Os impostos sobre a receita operacional bruta passaram de R\$199,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 14,4% da receita operacional bruta) para R\$287,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 18,4% da receita operacional bruta, um aumento de 4,0 pontos percentuais), apresentando um aumento de 43,9% dos impostos sobre a receita operacional bruta em relação ao ano de 2003, em razão: (i) do aumento das alíquotas do PIS e da COFINS, de 0,65% e 3,0%, respectivamente, para 1,65% e 7,6%, a partir de fevereiro de 2004; e (ii) da inclusão dessas duas contribuições na base de cálculo do ICMS sobre a importação de nossas matérias-primas.

### ***Devoluções***

O montante das devoluções de produtos passou de R\$13,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 1,0 % da receita operacional bruta) para R\$17,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 1,1% da receita operacional bruta, um aumento de 0,1 ponto percentual), apresentando um aumento de 31,6% das devoluções em relação ao ano de 2003. Este aumento se deveu, principalmente, em razão de devoluções de produtos das unidades Adria. Não obstante o aumento em termos absolutos, a proporção das devoluções em relação à receita operacional bruta manteve-se relativamente estável.

### **Receita Operacional Líquida**

Pelas razões apresentadas acima, a receita operacional líquida passou de R\$1.090,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 79,0% da receita operacional bruta) para R\$1.145,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 73,6% da receita operacional bruta, uma redução de 5,4 pontos percentuais), apresentando um aumento de 5,0% da receita operacional líquida em relação ao ano de 2003.

### **Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos passou de R\$743,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 68,2% da receita operacional líquida), para R\$719,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 62,8% da receita operacional líquida, uma redução de 5,4 pontos percentuais), apresentando uma redução de 3,2% do custo dos produtos vendidos em relação ao ano de 2003.

Essa redução resultou, principalmente, da redução dos custos de depreciação assim como da redução de custos e volumes das matérias-primas adquiridas de fornecedores domésticos, tendo em vista que em 2004 as nossas unidades de São Caetano do Sul, Jaboticabal e Lençóis Paulistas começaram a usar predominantemente farinha de trigo produzida pelo complexo de Aratu.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos produtos vendidos nos exercícios sociais indicados:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>					
	<b>2003</b>	<b>AV%</b>	<b>2004</b>	<b>AV%</b>	<b>2004/2003 (%)</b>
	<i>(Em milhões de R\$, exceto percentagens)</i>				
<b>Matérias-Primas</b>	506,0	46,4	474,5	41,4	(6,2)
Trigo	244,4	22,4	293,3	25,6	20,0
Óleo	52,4	4,8	61,2	5,3	16,8
Outros	209,2	19,2	120,0	10,5	(42,6)
<b>Embalagens</b>	82,7	7,6	88,9	7,8	7,5
<b>Mão-de-Obra</b>	63,3	5,8	67,8	5,9	7,1
<b>Gastos Indiretos de</b>	55,9	5,1	57,0	5,0	2,0
<b>Fabricação</b>					
<b>Depreciação e</b>	35,9	3,3	31,5	2,7	(12,3)
<b>Amortização</b>					
<b>Total</b>	743,8	68,2	719,7	62,8	(3,2)

### **Lucro Bruto**

Em razão do exposto acima, o lucro bruto passou de R\$347,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 31,8% da receita operacional líquida), para R\$425,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 37,2% da receita operacional líquida, um aumento de 5,4 pontos percentuais), apresentando um crescimento de 22,7% do lucro bruto em relação ao ano de 2003.

### **Despesas Operacionais**

As despesas operacionais (excluído o resultado financeiro líquido) passaram de R\$281,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 25,8% da receita operacional líquida), para R\$329,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 28,8% da receita operacional líquida, um aumento de 3,0 pontos percentuais), um crescimento de 17,3% das despesas operacionais em relação ao ano de 2003, pelas razões descritas a seguir.

### ***Despesas com Vendas***

As despesas comerciais passaram de R\$172,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 15,8% da receita operacional líquida), para R\$199,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 17,4% da receita operacional líquida, um aumento de 1,6 pontos percentuais), apresentando um aumento de 15,7% das despesas comerciais em relação ao ano de 2003. Esse aumento decorreu, principalmente: (i) do aumento das despesas com salários, encargos trabalhistas e comissões de R\$60,8 milhões em 2003 para R\$66,1 milhões em 2004, um aumento de 8,7%, em razão de novas contratações de pessoal de vendas e de logística no ano de 2004, por conta da inauguração das novas unidades produtivas, o Grande Moinho Aratu e o Grande Moinho Tambaú; (ii) do aumento das despesas com propaganda e marketing, que passaram de R\$12,9 milhões em 2003 para R\$25,2 milhões em 2004, uma elevação de 95,5%, especialmente por conta de ações para recuperação de participação de mercado e imagem dos produtos e da marca Adria; e (iii) do aumento das despesas com frete, que passaram de R\$38,7 milhões em 2003 para R\$43,0 milhões em 2004, uma elevação de 11,1%, em função do crescimento do volume transportado.

### ***Despesas Administrativas e Gerais***

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$52,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 4,8% da receita operacional líquida), para R\$88,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 7,7% da receita operacional líquida, um aumento de 2,9 pontos percentuais), apresentando um aumento de 68,0% das despesas gerais e administrativas em relação ao ano de 2003, em razão: (i) da expansão das atividades do Grande Moinho Aratu, com conseqüente aumento de despesas com (a) pessoal administrativo, de R\$23,7 milhões em 2003

para R\$38,1 milhões em 2004, um aumento de 60,8%; (b) manutenção e conservação de equipamentos e instalações, de R\$1,5 milhões em 2003 para R\$3,3 milhões em 2004, um aumento de 120%; e (c) serviços de terceiros, especialmente com fretes, instalações de infra-estrutura de informática, entre outros, de R\$14,2 milhões em 2003 para R\$17,4 milhões em 2004, um aumento de 22,5%; e (ii) do provisionamento de contingências das unidades Adria, sendo R\$3,6 milhões para riscos prováveis em demandas trabalhistas e R\$3,9 milhões relativos a um auto de infração federal.

### ***Despesas Tributárias***

As despesas tributárias passaram de R\$25,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 2,4% da receita operacional líquida), para R\$25,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 2,2% da receita operacional líquida, uma redução de 0,1 ponto percentual), apresentando redução de 1,2% das despesas tributárias em relação ao ano de 2003, a despeito do crescimento da receita operacional bruta e das operações. Essa redução ocorreu, principalmente, em razão da diminuição de despesas com autos de infração, que passaram de R\$3,5 milhões em 2003 para R\$1,2 milhões em 2004, uma redução de 65,7%.

### ***Depreciações e Amortizações***

A depreciação e a amortização passaram de R\$23,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 2,2% da receita operacional líquida), para R\$16,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 1,4% da receita operacional líquida, uma redução de 0,8 pontos percentuais), apresentando uma redução de 32,6% das despesas com depreciação e amortização em relação ao ano de 2003. Essa redução decorreu, principalmente, da diminuição das despesas com amortização de ágio das unidades Adria, de R\$11,4 milhões em 2003 para R\$1,9 milhões em 2004, uma redução de 83,3%. Referido ágio decorreu da aquisição, pela Adria, das empresas Zabet S.A. e Isabela S.A. em períodos anteriores a 2003. Quando adquirimos a Adria, em 2003, reconhecemos integralmente as amortizações que não haviam sido reconhecidas até então.

### ***Outras Receitas (Despesas) Operacionais***

As outras despesas operacionais passaram de R\$6,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 0,6% da receita operacional líquida), para R\$0,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 0,1% da receita operacional líquida, uma redução de 0,5 pontos percentuais), apresentando uma redução de 89,6% das outras despesas operacionais em relação ao ano de 2003, já que em 2004 não provisionamos contingências relativas a demandas trabalhistas, cíveis ou tributárias, como ocorrido em 2003 em decorrência de um procedimento interno de reavaliação de riscos associados a estas demandas .

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 não constituímos provisões adicionais para devedores duvidosos, tendo em vista que não fizemos modificações significativas na avaliação da probabilidade de perdas no contas a receber.

## **Resultados Financeiros**

### ***Receitas Financeiras***

As receitas financeiras passaram de R\$85,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 7,8% da receita operacional líquida), para R\$151,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 13,2% da receita operacional líquida, um aumento de 5,4 pontos percentuais), apresentando um aumento de 78,4% das receitas financeiras em relação ao ano de 2003. Esse aumento decorreu principalmente: (i) um ganho de R\$96,9 milhões em receita com variações cambiais sobre nossos contratos de financiamento para a importação de matérias-primas para a Companhia, resultante da valorização do Real em relação ao Dólar em 2004 principalmente no segundo semestre do ano de 2004; e (ii) rendimentos das aplicações financeiras de nossas disponibilidades de caixa, inclusive no exterior de R\$42,4 milhões.



## ***Despesas Financeiras***

As despesas financeiras passaram de R\$79,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 7,3% da receita operacional líquida), para R\$140,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 12,2% da receita operacional líquida, um aumento de 4,9 pontos percentuais), apresentando um aumento de 76,6% das despesas financeiras em relação ao ano de 2003. Esse aumento decorreu, principalmente, das despesas com variação cambial dos valores de nossos contratos de financiamento em moeda estrangeira, que passaram de R\$220,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, para R\$290,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, ocasionando um aumento de 172,1% nas despesas financeiras, que passaram de R\$37,7 milhões em milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 para R\$102,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004.

## **Imposto de Renda e Contribuição Social**

### ***Corrente***

O imposto de renda e a contribuição social passaram de R\$42,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 3,9% da receita operacional líquida) para R\$44,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 3,9% da receita operacional líquida), representando um crescimento de 4,5% no imposto de renda e contribuição social em relação ao ano de 2003, frente a um crescimento do lucro antes da tributação de 50,3%. A diferença entre a taxa de crescimento de 50,3% do lucro antes da tributação no período frente a um aumento de apenas 4.5% no imposto de renda e da contribuição social pagos pela Companhia resulta da diferença entre os tratamentos fiscal e contábil que se dá ao prejuízo incorrido pela Adria em 2003 e seus impactos na apuração do resultado consolidado da Companhia. De acordo com o BR GAAP, os prejuízos incorridos pela Adria em 2003 são compensáveis contra o resultado consolidado da Companhia. Já perante a legislação tributária brasileira, tal compensação não é permitida, o que explica o motivo pelo qual as despesas de IRPJ e CSSL da Companhia terem se mantido relativamente estáveis no período compreendido entre 2003 e 2004. Em contrapartida, como o cálculo do resultado consolidado da Companhia exige que se faça tal compensação para fins de apuração do resultado consolidado da Companhia em 2003, o seu lucro apresentou uma maior taxa de crescimento em 2004, período em que ambas as empresas foram lucrativas.

### ***Diferido***

O valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi de R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2003, em virtude de diferenças intertemporais entre a base de cálculo apurada pelo regime de competência contábil e aquela definida pelo regime de apropriação fiscal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 não houve constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos.

## **Lucro Líquido**

Em decorrência dos aspectos mencionados acima, o lucro líquido passou de R\$28,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 2,6% da receita operacional líquida), para R\$62,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 5,5% da receita operacional líquida, um aumento de 2,9 pontos percentuais), apresentando um aumento de 118,3% em relação ao lucro líquido no ano de 2003.

## **EBITDA**

O EBITDA passou de R\$125,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 11,5% da receita operacional líquida) para R\$143,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 12,5% da receita operacional líquida, um aumento de 1,0 pontos percentuais), representando um crescimento de 14,3% em relação ao EBITDA no ano de 2003.

## **EBITDA Ajustado**

O EBITDA Ajustado passou de R\$148,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 (representando 13,6% da receita operacional líquida) para R\$172,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004 (representando 15,0% da receita operacional líquida, um aumento de 1,4 pontos percentuais), representando um aumento de 15,9% em relação ao EBITDA Ajustado no ano de 2003.

## **ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004**

### **Ativo**

#### **Circulante**

Em 31 de dezembro de 2003, o ativo circulante era de R\$599,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2004, o mesmo era de R\$598,8 milhões, representando uma redução de 0,1%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2003, o ativo circulante representava 49,1% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 42,2% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 6,9 pontos percentuais no período.

#### **Disponibilidades**

As disponibilidades em 31 de dezembro de 2003 somavam R\$333,5 milhões, e, em 31 de dezembro de 2004, R\$303,9 milhões, o que representou uma redução de 8,9%. Essa redução adveio principalmente em função da valorização do Real frente ao Dólar, registrando assim uma perda de variação cambial nas aplicações em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2003, as disponibilidades representavam 27,3% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 21,4% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 5,9 pontos percentuais no período.

#### **Contas a Receber de Clientes**

O saldo das contas a receber de clientes passou de R\$99,4 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$116,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, o que representou um aumento de 16,8%. Esse aumento adveio principalmente, (i) pelo incremento das vendas no período e (ii) pelo fato da Adria ter deixado de efetuar descontos de duplicatas, o que representou um aumento de R\$11,9 milhões ou 11,9% no nosso Contas a Receber. Em 31 de dezembro de 2003, as contas a receber de clientes representavam 8,1% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 8,2% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,1 ponto percentual no período.

#### **Adiantamento a Fornecedores**

O saldo de adiantamentos a fornecedores passou de R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 130,4%. Esse aumento adveio principalmente de adiantamentos realizados para compra de matéria prima à vista, em especial trigo nacional. Em 31 de dezembro de 2003, o adiantamento a fornecedores representava 0,2% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 0,4% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,2 ponto percentual no período.

#### **Outras Contas a Receber**

O saldo de outras contas a receber passou de R\$19,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$8,7 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando uma redução de 55,4%. Essa redução deveu-se fundamentalmente à compensação financeira de contas a receber, mantido com pessoas ligadas, com dividendos devidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2003, as outras contas a receber representavam 1,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 0,6% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 1,0 ponto percentual no período.

### ***Impostos a Recuperar***

O saldo de impostos a recuperar passou de R\$7,1 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 307,0%. Esse aumento deveu-se principalmente à recuperação de crédito de impostos pagos a maior no período e a créditos de ICMS acumulado na unidade GME, em razão de redução da base de cálculo do imposto nas operações de saídas de mercadorias, por ato legal. Em 31 de dezembro de 2003, os impostos a recuperar representavam 0,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 2,0% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 1,4 ponto percentual no período.

### ***Estoques***

O saldo de estoques passou de R\$137,7 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$135,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando uma redução de 1,5%. Essa redução é justificada principalmente pela queda nos níveis de estoques de produtos acabados, em razão do aumento do volume de vendas. As rubricas de matéria-prima e de importações em andamento devem ser analisadas em conjunto, pois a segunda contabiliza basicamente a compra de trigo importado; vistas desta forma, não houve oscilação relevante no estoque de matéria-prima no exercício. Em 31 de dezembro de 2003, os estoques representavam 11,7% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 9,6% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 1,7 ponto percentual no período.

### ***Despesas Antecipadas***

O saldo de despesas antecipadas passou de zero em 31 de dezembro de 2003, para R\$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2004. Tal acréscimo decorreu de novas contratações de seguros, principalmente de veículos. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, o saldo das despesas antecipadas não apresentaram representatividade como percentual do ativo total.

### ***Realizável a Longo Prazo***

Em 31 de dezembro de 2003, o ativo realizável a longo prazo era de R\$19,6 milhões, e em 31 de dezembro de 2004, o mesmo era de R\$22,6 milhões, representando um aumento de 15,3%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, o ativo realizável a longo prazo manteve-se em 1,6% do ativo total.

### ***Depósitos Judiciais***

O saldo de depósitos judiciais passou de R\$7,8 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$8,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 14,1%. Tal acréscimo é justificado por novas ações trabalhistas e contribuições ao FGTS, questionados em juízo. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, os depósitos judiciais mantiveram-se em 0,6% do ativo total.

### ***Impostos a Recuperar***

O saldo de impostos a recuperar passou de R\$8,7 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$10,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 16,1%. Esse aumento foi resultante da constituição do crédito de ICMS sobre compras de ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, os impostos a recuperar mantiveram-se em 0,7% do ativo total.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos***

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$2,5 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 19,1%. Esse acréscimo deveu-se à constituição da provisão de impostos diferidos, em virtude de diferenças intertemporais entre a base de cálculo apurada pelo regime de competência contábil e aquela definida pelo regime de apropriação fiscal. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, o imposto de renda e contribuição social diferidos mantiveram-se em 0,2% do ativo total.

### ***Incentivos Fiscais e Outros Créditos***

O saldo de incentivos fiscais e outros créditos passou de R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2003 para R\$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 10,0%. Esse aumento foi decorrente, primordialmente, da constituição de depósitos para reinvestimentos de imposto de renda, conforme o art. 19 da Lei 8.167/91. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, os incentivos fiscais mantiveram-se em 0,1% do ativo total.

#### **Permanente**

Em 31 de dezembro de 2003, o ativo permanente era de R\$602,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2004, o mesmo era de R\$796,2 milhões, representando um aumento de 32,3%, pelas razões abaixo. Esse aumento deve-se, substancialmente, ao volume de investimentos realizados nas unidades fabris no Grande Moinho Aratu e Tambaú. Em 31 de dezembro de 2003, o saldo do ativo permanente representava 49,3% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 56,2% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 6,9 pontos percentuais no período.

#### **Passivo**

##### **Circulante**

Em 31 de dezembro de 2003, o passivo circulante era de R\$341,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2004, o mesmo era de R\$396,9 milhões, representando um aumento de 16,3%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, o passivo circulante manteve-se em 28,0% do passivo total.

##### **Fornecedores**

O saldo de fornecedores passou de R\$31,0 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$33,7 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 8,7%. Esse aumento deve-se a aquisição de matéria prima, secundária e embalagens em volumes superiores para atender a demanda, com a intensificação dos volumes de produção da unidade industrial de Aratu. Em 31 de dezembro de 2003, os fornecedores representavam 2,5% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 2,4% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,1 ponto percentual no período.

##### **Financiamentos e Empréstimos**

O saldo de financiamentos passou de R\$251,8 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$302,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, um aumento de 20,3%. Esse aumento adveio principalmente da abertura de novos financiamentos de importação de trigo e óleo, em decorrência do início das atividades de moagem do Grande Moinho Aratu, compensados em parte pelo ganho de variação cambial, em virtude da valorização do Real frente ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2003, os financiamentos representavam 20,6% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 21,4% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 0,8 ponto percentual no período.

##### **Obrigações Sociais e Trabalhistas**

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas passou de R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando uma redução de 14,7%. Essa redução é justificada pela reclassificação das contribuições sociais da Adria para o grupo de contas Impostos e Contribuições no ano de 2004. Em 31 de dezembro de 2003, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 0,9% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 0,7% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,2 ponto percentual no período.

### ***Impostos e Contribuições***

O saldo de impostos e contribuições passou de R\$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando uma redução de 8,7%. Essa redução deveu-se, essencialmente, à redução da provisão de ICMS a recolher nas operações de aquisição de trigo devido sobre o regime de substituição tributária, tendo em vista que em novembro e dezembro de 2003 os níveis de importação foram superiores àquelas ocorridas no mesmo período no ano de 2004. Em 31 de dezembro de 2003, os impostos e contribuições representavam 2,8% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 2,2% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,6 ponto percentual no período.

### ***Adiantamentos***

O saldo de adiantamentos passou de R\$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2003 para R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 9,1%. Esse aumento deveu-se principalmente a adiantamentos recebidos de clientes para futura aquisição de nossos produtos. Em 31 de dezembro de 2003 e 2004, os adiantamentos mantiveram-se em 0,1% do passivo total.

### ***Outras Contas a Pagar***

O saldo de outras contas a pagar passou de R\$11,8 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 54,2%. Esse aumento adveio da distribuição de dividendos aprovada em assembléia geral de acionistas e não liquidados integralmente no período. Em 31 de dezembro de 2003, as outras contas a pagar representavam 1,0% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 1,3% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 0,3 ponto percentual no período.

### ***Exigível a Longo Prazo***

O exigível a longo prazo passou de R\$204,4 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$308,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 50,9%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2003, o exigível a longo prazo representava 16,7% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 21,8% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 5,1 pontos percentuais no período.

### ***Impostos e Contribuições***

O saldo de impostos e contribuições passou de R\$15,6 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$14,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, uma redução de 4,5%. Essa redução adveio da reclassificação para curto prazo de débitos parcelados de ICMS e contribuições sociais, em função dos prazos de vencimento. Em 31 de dezembro de 2003, os impostos e contribuições representavam 1,3% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 1,1% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,2 ponto percentual no período.

### ***Financiamentos e Empréstimos***

O saldo de financiamentos e empréstimos passou de R\$153,9 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$257,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, um aumento de 67,2%. Esse aumento é explicado principalmente pela contratação de novas linhas de financiamento, necessárias para a construção do Grande Moinho Aratu e Grande Moinho Tambaú. Em 31 de dezembro de 2003, os financiamentos e empréstimos representavam 12,6% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 18,2% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 5,6 pontos percentuais no período.

### ***Contas a Pagar***

O saldo de contas a pagar passou de R\$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, uma redução de 26,0%. Esta redução deveu-se à transferência de parcela da dívida com ex-minoritários da Adria, transferida para o curto prazo, bem com à redução do débito pela queda do Dólar. Em 31 de dezembro de 2003, as contas a pagar representavam 2,0% do passivo total e, em 31 de

dezembro de 2004, representavam 1,3% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,7 ponto percentual no período.

#### ***Provisão Para Contingências***

O saldo de provisão para contingências passou de R\$10,7 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, um aumento de 70,1%. Essa variação decorreu da constituição de novas provisões para contingências trabalhistas e tributárias. Em 31 de dezembro de 2003, a provisão para contingências representava 0,9% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 1,3% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 0,4 ponto percentual no período.

#### ***Patrimônio Líquido***

O patrimônio líquido passou de R\$675,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R\$712,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 5,4%, pelas razões abaixo. Em 31 de dezembro de 2003, o patrimônio líquido representava 55,3% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 50,2% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 5,1 pontos percentuais no período.

#### ***Capital Social***

O saldo do capital social passou de R\$520,0 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$565,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, um aumento de 8,7%. Esse aumento adveio da incorporação de capital com reservas de capital, reservas de lucros e lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2003, o capital social representava 42,6% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 39,9% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 2,7 pontos percentuais no período.

#### ***Reservas de Capital***

O saldo das reservas de capital passou de R\$67,1 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$57,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, uma redução de 13,9%. Essa redução adveio da incorporação no capital social, de parte das reservas, no valor de R\$45,0 milhões, frente à constituição de novas reservas oriundas de incentivos fiscais de ICMS e IRPJ, no montante de R\$35,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2003, as reservas de capital representavam 5,5% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 4,1% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 1,4 ponto percentual no período.

#### ***Reservas de Lucros***

O saldo das reservas de lucros passou de R\$85,5 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R\$90,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, um aumento de 5,4%. Esse aumento adveio da constituição de reservas para plano de investimento, integridade do capital social e de lucros a realizar, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia vigente à época. Em 31 de dezembro de 2003, as reservas de lucros representavam 7,0% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 6,4% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,6 ponto percentual no período.

#### ***Lucros (Prejuízos) Acumulados***

O saldo lucros (prejuízos) acumulados passou de um lucro de R\$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2003, para prejuízo de R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2004, A variação dessa conta sofre os efeitos do fato de todas as contrapartidas dos ativos e passivos cindidos *pro forma* terem sido lançadas na rubrica de lucros acumulados. Conforme nota explicativa nº 19-e das nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* relativas aos exercícios sociais encerradas em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, os balanços patrimoniais consolidados “pro forma” não levaram em consideração qualquer destinação de lucros acumulados ocorrida em nenhum dos períodos, tais como constituição de reservas ou propostas de dividendos, ou outras movimentações entre grupos do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2003, os lucros acumulados representavam 0,2% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, os prejuízos acumulados representavam 0,0% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 0,2 ponto percentual no período.

## **Liquidez e Recursos Financeiros**

### ***Origens***

Utilizamos o fluxo de caixa gerado por nossas operações como nossa principal fonte de recursos. O nosso caixa é gerado a partir das nossas operações e dos incentivos fiscais vigentes nas diversas regiões onde nossas plantas estão instaladas. Além disso, procuramos obter recursos a um baixo custo junto a bancos de fomento e organismos multilaterais, com o propósito de minimizar nosso custo médio ponderado de capital.

Em regra não temos necessidade de capital de giro adicional, pois o prazo para pagamento das matérias-primas (sobretudo trigo e óleo vegetal) adquiridas junto a nossos fornecedores, normalmente de até um ano, são mais longos que os prazos que concedemos aos nossos clientes para pagamento dos produtos adquiridos, de 46,4 dias em 2005 em média.

Em 2003, o fluxo de caixa proveniente das nossas operações foi da ordem de R\$122,6 milhões. Adicionalmente aos recursos gerados a partir das nossas operações, obtivemos cerca de R\$32,3 milhões na forma de benefícios fiscais obtidos nas regiões onde atuamos e cerca de R\$125,3 milhões em empréstimos. Nesse contexto, o total das origens de nossos recursos, naquele ano, foi da ordem de R\$280,2 milhões.

Em 2004, o fluxo de caixa proveniente das nossas operações foi da ordem de R\$122,9 milhões. Adicionalmente aos recursos gerados a partir das nossas operações, obtivemos cerca de R\$35,7 milhões na forma de benefícios fiscais obtidos nas regiões onde atuamos e cerca de R\$196,5 milhões em empréstimos. Nesse contexto, o total das origens de nossos recursos naquele ano foi da ordem de R\$355,1 milhões.

Em 2005, o fluxo de caixa proveniente das nossas operações foi da ordem de R\$172,0 milhões. Adicionalmente aos recursos gerados a partir das nossas operações, obtivemos cerca de R\$58,6 milhões na forma de benefícios fiscais obtidos nas regiões onde atuamos e cerca de R\$86,7 milhões em empréstimos.

Nesse contexto, o total das origens de nossos recursos naquele ano foi da ordem de R\$317,4 milhões. O significativo aumento do fluxo de caixa das operações em 2005 em relação aos anos anteriores deve-se ao aumento do volume de vendas decorrente: (i) do aumento da produção ocasionado pela entrada em operação de novas linhas de produtos nas unidades Grande Moinho Aratu e do Grande Moinho Tambáú; (ii) do contínuo processo de obtenção de sinergias após a aquisição da Adria; e (iii) da significativa redução do preço de trigo no mercado nacional e internacional.

No primeiro semestre de 2006, o fluxo de caixa proveniente das nossas operações foi da ordem de R\$115,9 milhões. Em adição aos recursos gerados das operações, obtivemos cerca de R\$16,9 milhões por meio de benefícios fiscais obtidos em regiões em que atuamos e, cerca de R\$30,5 milhões derivados do aumento do nosso endividamento. Esse aumento do nosso endividamento se deu em razão: (i) dos R\$19,4 milhões referentes a parcelamento de valores de ICMS obtido junto às autoridades competentes; e (ii) dos R\$11,1 milhões referentes a diversos financiamentos para fins de investimentos.

### ***Aplicações***

Nossos recursos foram investidos, basicamente, em:

- ampliação da nossa capacidade de produção;
- logística de operações;
- modernização das plantas industriais;
- pagamento de dividendos; e
- aquisições de outras companhias que atuam no mesmo negócio da Companhia.

Em 2004, nossos principais investimentos totalizaram aproximadamente R\$270,2 milhões, dos quais R\$ 260,0 milhões foram usados para a construção do Grande Moinho Aratu e do Grande Moinho Tambáú. Também usamos cerca de R\$61,8 milhões para o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

Em 2005, pagamos R\$ 16,2 milhões de dividendos aos nossos acionistas, e investimos o total de R\$ 99,0 milhões, principalmente, na conclusão das unidades de Aratu e Tambaú, bem como em benfeitorias realizadas na Fábrica Fortaleza.

No primeiro semestre de 2006, destinamos cerca de R\$39,8 milhões para diversos investimentos, em especial ampliação da estrutura destinada à administração central da Companhia, projetos na área de tecnologia da informação e montagem de novas linhas de produção da unidade de Aratu e Tambaú. Destinamos, também, R\$77,5 milhões para remuneração dos acionistas, a título de distribuição de lucros acumulados.

### **Investimentos**

Realizamos investimentos significativos na expansão de nosso parque fabril, na modernização de nossas unidades e na consolidação da indústria de biscoitos e massas no País, por meio da aquisição da Adria, em setembro de 2003. Os investimentos em plantas permitiram a inauguração recente de duas novas unidades fabris – o Grande Moinho Aratu, e o Grande Moinho Tambaú – e a modernização e ampliação das unidades fabris Adria, de modo a dotá-las da melhor tecnologia e estrutura produtiva e logística disponíveis no mercado.

A tabela abaixo demonstra os principais investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais:

	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2003<sup>(1)</sup></b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
	<i>(Em milhões de Reais)</i>		
Instalações, máquinas e equipamentos	71,7	138,2	43,3
Obras civis	68,1	120,8	42,4
Computadores e Periféricos	1,6	2,9	2,8
Móveis e Utensílios	1,5	3,4	2,9
Veículos	5,2	4,9	7,0
<b>Total</b>	<b>148,1</b>	<b>270,2</b>	<b>98,4</b>

<sup>(1)</sup> Inclui valor pago pela aquisição da Adria.

A tabela abaixo demonstra o nosso plano de investimentos projetados para 2006, 2007 e 2008:

	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
	<i>(Em milhões de Reais)</i>		
Instalações, máquinas e equipamentos	20,0	20,0	30,0
Obras civis	10,0	10,0	15,0
Computadores e Periféricos	11,0	3,0	5,0
Móveis e Utensílios	2,0	2,0	5,0
Veículos	5,0	5,0	10,0
<b>Total</b>	<b>48,0</b>	<b>40,0</b>	<b>65,0</b>

Os investimentos elencados acima constituem projeções da Companhia e se baseiam em nossas estimativas. Não estamos obrigados a investir as quantias elencadas acima, e os montantes efetivamente investidos podem ser significativamente diferentes em função de fatores variados, como a evolução do mercado e os índices inflacionários, entre outros.



## Endividamento (Consolidado)

Os investimentos concluídos até 2005 foram financiados com recursos provenientes de várias fontes disponíveis no mercado, relacionadas a linhas de financiamento de médio a longo prazo, com taxas e prazos compatíveis com os investimentos.

A tabela abaixo demonstra as principais características das nossas obrigações financeiras contratadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005:

	Indexador	Juros (a.a.)	2003	2004	2005	1º semestre de 2006
			<i>(Em milhões de Reais)</i>			
Moeda nacional:			185,5	270,0	328,0	328,4
FINAME	TJLP	2,83%	106,4	108,7	102,9	91,9
Incentivos fiscais	TR e TJLP		58,3	82,7	71,6	75,6
FNE	-	14,0%	16,6	75,0	81,9	84,9
BNDES – PROGEREN	TJLP	3,50%	-	-	11,6	63,6
Empréstimos bancários - Capital giro	CDI	3,65%	4,3	3,6	60,0	12,4
Moeda estrangeira:			220,2	290,2	324,2	275,7
Financiamentos de importação	USD	4,78%	187,5	232,8	282,8	239,5
Máquinas	USD	Libor+1,00% Eurolibor	18,1	21,7	14,1	10,9
Máquinas	EURO	+1,00%	2,5	1,9	1,1	1,0
Máquinas	Franco Suíço	4,125%	12,1	4,0	-	-
Capital de giro	USD	5,00%	-	29,8	26,3	24,3
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			(251,8)	(302,9)	(380,6)	(362,3)
Exigível a longo prazo			153,9	257,3	271,6	241,8

A tabela abaixo demonstra o cronograma de pagamento das nossas obrigações de longo prazo contratadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e no primeiro semestre de 2006:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2003	2004	2005	1º sem./2006
<i>(Em milhões de Reais)</i>				
<b>Vencimento</b>				
2005	43,2	-	-	-
2006	40,8	54,8	-	-
2007	23,1	56,1	67,8	25,6
2008	15,8	44,0	73,1	88,5
2009	14,8	29,7	46,0	40,8
2010	8,4	19,3	23,9	24,2
2011 até 2015	7,8	53,4	60,8	62,7
Total	153,9	257,3	271,6	241,8

Nossos financiamentos e empréstimos são garantidos por notas promissórias, garantias fidejussórias ou alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$604,1 milhões em 30 de junho de 2006 comparado a R\$556,6 milhões em 30 de junho de 2005, e R\$652,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, R\$560,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 e R\$405,7 milhões em 31 de dezembro de 2003.

### ***Contratos Financeiros Relevantes***

Em 30 de junho de 2006, a Companhia possuía contratos financeiros em moeda nacional e estrangeira que totalizavam R\$604,1 milhões. Dentre esses, nós e nossas Controladas considerávamos como relevantes cerca de 151 contratos financeiros, celebrados com diversas instituições financeiras, cujo montante somava, em 30 de junho de 2006, aproximadamente R\$505,5 milhões de principal e R\$11,0 milhões de juros. O BNDES, o BNB e o Bradesco são nossos principais credores. A maioria de nossos contratos financeiros é avalizada por FISDB. Abaixo mencionamos os contratos com nossos principais credores.

#### ***Contratos de Financiamento com o BNDES***

Em 30 de junho de 2006, possuíamos 2 financiamentos em vigor com o BNDES, no valor total de, aproximadamente, R\$124,3 milhões. Esses contratos têm vencimento entre 16 de julho de 2007 e 15 de julho de 2009, sendo os juros pagos por nós sobre a dívida em reais é, em média, equivalente a 3,0% acima da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP (que, em 30 de junho de 2006, era de 8,15% ao ano). Um desses empréstimos refere-se a recursos provenientes do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (“PROGEREN”) e é garantido por carta de fiança. O outro financiamento é garantido por fiança da M. Dias Branco Administração e Participações S.A., e Idibra Participações S.A. e FISDB.

#### ***BNB***

Em 30 de junho de 2006, possuíamos 7 financiamentos em vigor com o BNB no valor total de, aproximadamente, R\$93,6 milhões. Esses contratos têm vencimento entre 30 de dezembro de 2006 e 29 de setembro de 2015, sendo os juros pagos por nós sobre a dívida em Reais, em média, equivalente a 14,0% ao ano. Este endividamento é garantido por aval do FISDB, por bens de nossa propriedade e hipotecas.

Desses contratos, 4 contratos totalizando o valor de, aproximadamente, R\$86,8 milhões na data de sua celebração são garantidos, em conjunto com outros bens e garantias, por hipotecas dos imóveis que compõem a planta industrial Grande Moinho Aratu.

#### ***BankBoston***

Em 30 de junho de 2006, possuíamos 13 contratos de abertura de crédito com recursos repassados do BNDES para abertura de crédito documentário de importação e outras avenças em vigor com o BankBoston Banco Múltiplo S.A. Esses contratos têm vencimento entre 10 de novembro de 2006 e 17 de maio de 2010, taxa média ponderada de juros de (i) 5,0% ao ano mais variação cambial do Dólar para os financiamentos de importação; e (ii) 2,9% ao ano, acima da TJLP, para os contratos de financiamento de máquinas e equipamentos. O montante desses contratos, em 30 de junho de 2006, era de R\$40,8 milhões. O FISDB figura como garantidor desses contratos.

#### ***Bradesco***

Em 30 de junho de 2006, possuíamos 27 financiamentos em vigor com o Banco Bradesco S.A., com vencimentos a partir de 21 de setembro de 2006 e até 8 de junho de 2007, taxa de juros média de 5,3% ao ano mais variação cambial do Dólar, cujo montante, em 30 de junho de 2006, era de, aproximadamente, R\$134,6 milhões. O FISDB figura como garantidor destes contratos.

#### ***Banco do Brasil***

Em 30 de junho de 2006, possuíamos 21 contratos em vigor com o Banco do Brasil S.A. Esses contratos têm vencimento entre 11 de abril de 2007 e 15 de abril de 2011, e juros, em média, de 3,3% acima da variação da TJLP (que, em 30 de junho de 2006, era de 8,15% ao ano) em contratos de abertura de crédito com recursos repassados pela FINAME, e 5,5% mais a variação cambial do Dólar, em outras modalidades de financiamento. O montante desses contratos, em 30 de junho de 2006, era de R\$34,2 milhões. O FISDB figura como garantidor destes contratos.

### ***Clariden Bank***

Em 30 de junho de 2006, possuíamos 1 contrato de Capital de Giro junto ao Clariden Bank - Zurich, com vencimento em 10 de fevereiro de 2014, e taxa de juros de 5,0% ao ano mais variação cambial do Dólar, no valor de US\$11,0 milhões, equivalente a R\$23,8 milhões, com base na cotação do Dólar de R\$2,164, em 30 de junho de 2006. O FISDB figura como garantidor desse contrato.

A maior parte dos recursos obtidos com financiamentos foi utilizada para financiar a nossa expansão e a modernização do maquinário e de nossas instalações, bem como para a compra de trigo e outras matérias-primas necessárias à fabricação de nossos produtos.

### **Outras Obrigações Decorrentes de Contratos**

#### *Escritura Pública de Confissão de Dívida e Alienação Fiduciária em Garantia*

Em 28 de outubro de 2003, a Companhia prestou fiança em favor dos Srs. Eldino Zeli, Renato Celestino, José Zeli e Rubens Celestino (“Beneficiários”) em garantia de uma dívida de US\$10,0 milhões assumida pela Adria em 2002, no contexto da aquisição, pela então quotista majoritária da Adria, da participação minoritária detida pelos Beneficiários na Adria. A referida dívida é também garantida pela planta industrial de Jaboticabal, que foi alienada fiduciariamente pela Adria em favor dos Beneficiários. A dívida tem vencimento em 22 de setembro de 2009. Em 30 de junho de 2006, o saldo devedor era de, aproximadamente, US\$5,8 milhões, o qual será pago em parcelas fixas semestrais.

#### *Hipoteca de Imóvel*

Nós constituímos hipoteca de 5º grau sobre os imóveis que compõem a planta industrial Grande Moinho Aratu em decorrência de garantias prestadas em uma cédula de crédito comercial no valor de, aproximadamente, R\$ 32,4 milhões na data de sua emissão, emitida pelo Terminal Portuário do Cotegipe Ltda., empresa controlada pelo FISDB, em favor do BNB.

### **Operações não contabilizadas no balanço patrimonial**

Atualmente, não possuímos quaisquer operações não registradas em nossas demonstrações financeiras para financiamento de nossas operações. Não possuímos quaisquer controladas que não estejam incluídas em nossas demonstrações financeiras, nem possuímos quaisquer participações em quaisquer sociedades de propósito específico – SPEs, que não estejam refletidas em nossas demonstrações financeiras. Desde 31 de dezembro de 2005, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que não estejam descritos em nossas demonstrações financeiras.

### **Informações quantitativas e qualitativas sobre os riscos de mercado**

#### ***Taxa de juros***

Em função de nossas obrigações quanto a empréstimos e financiamentos estarem indexadas à TJLP, TR, CDI, *Libor* e *Eurolibor*, estamos sujeitos às oscilações dessas taxas na formação de seus custos com os financiamentos tomados.

Nosso risco relacionado à variação da taxa de juros é significativo apenas na medida em que possa causar o aumento do custo dos financiamentos acima detalhados. Em 30 de junho de 2006, nós tínhamos R\$247,5 milhões de endividamento com taxas de juros variáveis. Um aumento de 10,0% em tais taxas de juros aumentaria as nossas despesas de juros em R\$1,8 milhões ao ano.

### ***Varição cambial***

Em função de nossas obrigações quanto à aquisição de matéria-prima importada, que compôs cerca de 41,4% dos nossos custos totais em 2005, estamos sujeitos às oscilações da taxa de câmbio na formação de nossos custos.

Em 30 de junho de 2006, o total do nosso endividamento de curto e longo prazo indexado ao Dólar correspondia a US\$127,4 milhões, ou 45,6% do total de nosso endividamento. Considerando que apenas uma parte pequena do nosso endividamento é indexada ao Euro e que a maior parte é indexada essencialmente ao Dólar, o nosso risco associado a variações nas taxas de câmbio não é significativo. Uma desvalorização cambial do Real em relação ao Dólar de 10,0% aumentaria o valor de nossa dívida em R\$27,6 milhões.

### ***Matérias-Primas***

Nosso custo de produtos vendidos e o lucro bruto são afetados diretamente pelo preço de nossas principais matérias-primas, que incluem (i) *commodities*, tais como o trigo, o açúcar e o óleo vegetal, e (ii) as embalagens. Com o aumento de preço destas matérias-primas, nosso custo de produtos vendidos também aumenta, levando a uma redução de nosso lucro bruto. Um aumento de 10,0% nos preços do trigo, do açúcar, do óleo vegetal e das embalagens que nós compramos durante o período de 6 meses terminado em 30 de junho de 2006 causaria um aumento de R\$22,7 milhões em nosso custo de produtos vendidos e uma diminuição de R\$22,7 milhões em nosso lucro bruto para esse mesmo período.

## O SETOR DE CONSUMO E AS INDÚSTRIAS DE MOAGEM DE TRIGO E BISCOITOS E MASSAS

### *Breve Panorama do Setor de Consumo no Brasil*

Nos últimos anos, a economia brasileira apresentou importantes melhorias em seus indicadores, com reflexo imediato no setor de consumo no qual a Companhia se insere. A economia brasileira mostrou sinais de recuperação no último trimestre de 2003, tendo o PIB crescido, em termos reais, aproximadamente 1,5%, se comparado ao terceiro trimestre do mesmo ano. Em 2004, o PIB cresceu em 4,9%, a taxa média de desemprego caiu de 10,9% para 9,6% nas principais regiões metropolitanas do País, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE.

Em 2005, apesar da forte política restritiva para o controle da inflação, a desaceleração da indústria e do comércio não se refletiu no consumo de massas, uma vez que a inflação sob controle motivou o aumento do consumo em geral. Neste mesmo ano, a variação do volume de bens de consumo não-duráveis no Brasil foi de 4,8% e os preços foram reduzidos em 2,3%, em razão do aumento das vendas de 2,4%. Nesse cenário, o PIB cresceu 2,4% e a taxa média de desemprego caiu de 11,6%. Esse movimento foi medido de forma mais significativa no "pequeno varejo" e nos pequenos supermercados, cujos formatos de loja comportam menos de 5 *check outs*.

A tabela abaixo mostra a variação do volume e preço de bens de consumo não-duráveis no Brasil dos segmentos nela indicados:

<b>Variação do Volume e Preço (2005/2004)</b>	<b>Volume</b>	<b>Preço</b>	<b>Total</b>
	<i>(Em percentagem)</i>		
<b>Brasil</b>	<b>4,8</b>	<b>(2,3)</b>	<b>2,4</b>
Supermercados Pequenos	7,8	(2,7)	4,9
Pequeno Varejo	7,0	(2,4)	4,5
Farmácias	3,4	(1,5)	1,9
Bares	2,7	(1,7)	0,9
Hipermercados	3,1	(3,1)	(0,1)
Supermercados Médios/Grandes	2,3	(2,7)	(0,5)

Fonte: AC Nielsen

Nos últimos 4 anos, o "pequeno varejo" tem apresentado uma tendência de crescimento em termos de participação no consumo geral da população. A tabela abaixo demonstra o percentual de consumo de acordo com o formato do estabelecimento:

<b>Percentual do Consumo por Formato de Loja</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
	<i>(Em percentagem)</i>			
Pequeno Varejo	37	38	39	40
Superm Médios/Grandes	24	24	23	22
Bares	15	16	16	16
Superm Pequenos	12	11	11	12
Hipermercados	6	6	6	6
Farmácias	5	5	5	5

Fonte: AC Nielsen

Nota: Percentuais aproximados

Dentre as áreas geográficas, o Nordeste continua se destacando como a região de maior crescimento devido ao maior impacto do aumento de renda da população nesta área do País. Adicionalmente, segundo a AC Nielsen, recursos financeiros adicionais que o consumidor tenha acesso têm sido direcionados à compra de alimentos. Esse movimento tem ocorrido também em função de programas governamentais para distribuição de renda em regiões menos favorecidas, como o Bolsa-Família no Nordeste. Como consequência, segundo o IBGE, a massa salarial na região Nordeste tem apresentado um aumento superior à média do Brasil desde meados de 2005.

A tabela abaixo demonstra a variação do volume de bens de consumo não-duráveis vendidos, de acordo com as regiões e períodos nela indicados:

<b>Varição do Volume (2005/2004)</b>	<b>Volume</b>
	<i>(Em percentagem)</i>
<b>Brasil</b>	<b>4,8</b>
Nordeste	12,2
Sul	6,5
MS/GO/DF	4,8
Interior SP	3,8
Grande SP	3,2
Grande RJ	1,7
MG/ES/Interior RJ	0,2

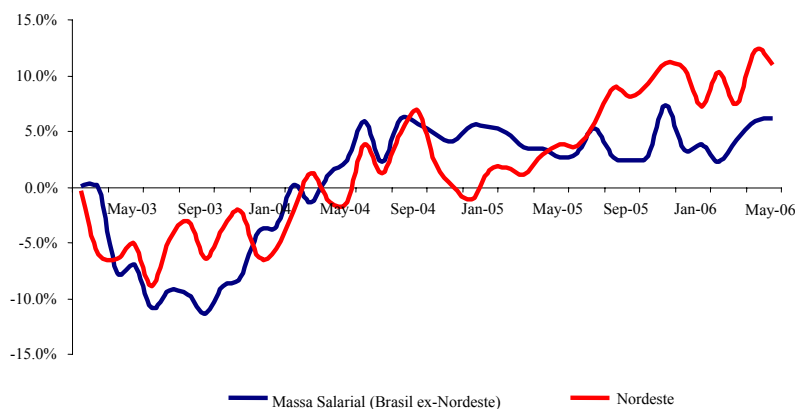
Fonte: AC Nielsen

A tabela abaixo demonstra a destinação que os consumidores dão à renda extra por eles obtida:

<b>Gasto do Consumidor com Renda Extra</b>	<b>Índice</b>
Compra de alimentos	31,0
Pagamento de dívidas	22,0
Compra/Reforma/Pgto Imóvel/Consórcio	19,0
Lazer	14,0
Vestuário/Roupas/Calçados	13,0
Compra de bens duráveis	13,0

Fonte: AC Nielsen

## MASSA SALARIAL – BRASIL E NORDESTE



Fonte: IBGE – Nordeste representado por Salvador e Recife. Brasil representado por São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre

O aumento de consumo no Brasil também pode ser explicado por mudanças importantes no perfil sócio-econômico do País, como o aumento da expectativa de vida da população, a maior participação das mulheres na economia em geral e o aumento da população urbana. A tabela abaixo demonstra o perfil da população brasileira nos períodos indicados:

<b>Perfil da População Brasileira</b>	<b>1981</b>	<b>2006</b>
População urbana <sup>(1)</sup>	71,0	83,0
Filhos por família	2,3	1,4
Tamanho da família	4,3	3,2
Famílias chefiadas por mulheres <sup>(1)</sup>	17,0	29,0
Mulheres na PEA <sup>(1) (2)</sup>	41,0	44,0
População acima de 50 anos <sup>(1)</sup>	11,0	16,0
Expectativa de vida	63,0	70,0
Modelo tradicional de família <sup>(1)</sup>	65,0	51,0

Fonte: IBGE/PNAD 2004; IBGE/PNAD 1981

<sup>(1)</sup> Em percentagem

<sup>(2)</sup> PEA – População Economicamente Ativa

## A Indústria de Trigo e Moagem de Trigo no Brasil

### *Breve Histórico da Indústria de Trigo e Moagem de Trigo no Brasil*

A moagem de trigo é uma atividade bastante antiga no Brasil. O primeiro moinho a vapor foi instalado em 1819, mas a atividade industrial passou a se desenvolver no final do século XIX, época em que o governo brasileiro considerava a necessidade de reduzir as importações de trigo, chegando a formular algumas políticas com este objetivo. A partir da 1ª Guerra Mundial, as importações feitas pelo Brasil se tornaram mais difíceis, e o governo fez nova tentativa de aumentar a produção nacional.

Durante a década de 50, o setor tritícola funcionava precariamente. O fornecimento do trigo e seus derivados passou por freqüentes crises devido a fraudes no setor. Durante este período, a produção de trigo no Brasil sofreu muitas oscilações, que perduraram até a promulgação do Decreto-Lei 210, ocorrida em 1967 (“Decreto-Lei 210”), que fez com que a indústria de moagem de trigo passasse a sofrer intervenção do Governo Federal. Tal controle do governo tinha por objetivo conseguir a auto-suficiência do País em trigo e reduzir o custo de vida das classes populares do País.

Em 22 de novembro de 1990, entrou em vigor a Lei 8.096, que revogou o Decreto-Lei 210. A Lei 8.096 previa a extinção da regulamentação da cadeia do trigo, e como conseqüência, a comercialização e industrialização do trigo foram liberadas e os moinhos passaram a comprar o cereal diretamente dos fornecedores, importando-o principalmente da Argentina ou adquirindo-o no mercado interno. O setor passou por intensa transformação como resultado da abrupta desregulamentação e abertura ao comércio exterior, notadamente à Argentina, cujos custos de produção eram inferiores aos verificados no Brasil e, por conseqüência, produzia trigo a preços mais competitivos que o Brasil.

Em 1991, a produção de trigo foi reduzida a 3,3 milhões de toneladas, volume 46,0% abaixo do verificado na safra de 1987. A área plantada também foi reduzida em 42,0% no ano de 1991 em comparação a 1987. Como conseqüência, a situação de quase auto-suficiência do trigo atingida em 1988, ano em que foram importadas apenas 11,3% das necessidades de trigo – foi revertida com o fim da regulamentação, tendo em vista que em 1991 o Brasil teve que importar mais de 70,0% do volume consumido.

#### ***Aspectos mais Recentes da Indústria de Moagem de Trigo no Brasil***

Atualmente, o setor de trigo ainda continua sujeito à intervenção do Governo Federal, seja por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF), instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), seja por meio do Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). Em outubro de 1996, o Governo Federal criou o (PEP) e tem utilizado esse instrumento, de acordo com o que as circunstâncias exigem, para tentar equacionar o mercado, evitando grandes alterações nos preços. Na prática, o PEP representa um subsídio nas duas pontas da produção e moagem do trigo. Na do produtor, ela cobre a diferença entre o preço mínimo, estabelecido pelo Governo Federal, e o preço de mercado, e na das empresas de moagem, com o pagamento do transporte do trigo da região produtora até o moinho.

A política brasileira de agricultura prevê medidas para subvenção do setor moageiro através de vários instrumentos, tais como (i) o PEP e o PGPM; (ii) incentivos ao aumento da produtividade através da adoção de práticas recomendadas pelas instituições de pesquisa, como, por exemplo, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; e (iii) seguros contra o risco de quebra de safra (PROAGRO - Programa Nacional de Garantia da Atividade Agropecuária). Apesar destas medidas, são freqüentes as alterações das regras que sujeitam o setor moageiro e elevam os riscos de preços e safra, comprometendo as receitas do setor.

A tabela abaixo apresenta o crescimento da capacidade de moagem do Brasil antes e após a desregulamentação do mercado em 1990:

<b>Capacidade Anual de Moagem no Brasil</b>		
<b>Região</b>	<b>Em 31/01/1990</b>	<b>Em 31/01/2000</b>
	<i>(Em mil toneladas)</i>	
Norte	253	375
Nordeste	1.597	2.757
Sudeste	4.728	6.562
Centro-Oeste	211	797
Sul	2.217	4.881
<b>Total</b>	<b>9.006</b>	<b>15.371</b>

Fonte: Lafis



A demanda doméstica de trigo criou um gradual aumento da dependência do Brasil em relação ao trigo importado. Em 1996, a elevação dos preços internacionais estimulou uma pequena recuperação da produção nacional, mas representou apenas 25,0% da parcela do consumo interno. O aumento do consumo fez com que as importações continuassem se elevando. A tabela abaixo apresenta o consumo brasileiro de trigo nos períodos indicados:

Ano	Produção de Trigo				Total	Variação
	Nacional	Variação	Importado	Variação		
	<i>(Em mil toneladas – ano calendário, exceto percentagens)</i>					
1990	3.084	-	1.962	-	5.046	-
1995	1.344	-56,4%	6.182	215,1%	7.526	49,1%
2000	1.529	13,8%	7.523	21,7%	9.052	20,3%
2004	5.846	282,3%	4.848	-35,6%	10.694	18,1%

Fonte: ABITRIGO

A produção doméstica continua sendo insuficiente para suprir o consumo. Desta forma, o Brasil continua a importar o excedente demandado pelo mercado, em especial da Argentina. Entretanto, após a abertura comercial na década de 90 e a desregulamentação do setor, a competitividade deste, medida através da relação entre o volume importado e o total consumido, vem se desenvolvendo com a gradual substituição do trigo nacional pelo importado. Atualmente, as importações correspondem a cerca de metade do consumo nacional. A valorização do Real diante do Dólar foi mais uma das causas que contribuíram para a elevação das importações.

Progressos da área de pesquisa e tecnologia têm apresentado resultados satisfatórios com o aumento da produção de trigo no País. A partir de 2001, a Embrapa, com o apoio de parceiros, colocou no mercado as primeiras cultivares de trigo para o Paraná, Estado que responde por 60, 0% da produção nacional, com resistência às principais doenças do grão, alto potencial de rendimento e, ainda, excelente qualidade industrial para a produção de pão. Como resultado disto, em 2003, com o auxílio das excelentes condições climáticas, a produção de trigo nacional alcançou cerca de 6 milhões de toneladas, ou 58,0% do consumo interno do País.

#### ***Aspectos Gerais da Concorrência da Indústria de Moagem de Trigo***

De acordo com o *USDA (United States Department of Agriculture)*, em 2003, a produção mundial de trigo ficou em torno de 550 milhões de toneladas, e tem apresentado incrementos de oferta resultantes de esforços de pesquisa e desenvolvimento das sementes nos últimos anos. Destacam-se como grandes produtores de trigo, a União Européia, China, Índia e Estados Unidos, sendo que o último é o maior exportador mundial. Na América do Sul, a Argentina também apresenta posição de destaque. Países da ex-União Soviética, do Centro e do Leste da Europa, particularmente a Ucrânia, o Cazaquistão, a Rússia e a Hungria, emergiram como fornecedores de trigo para o mercado internacional a partir de 2002.

Existem, atualmente, cerca de 190 moinhos de trigo no Brasil. Boa parte encontra-se concentrada nas regiões Sul e Sudeste do País (e, assim, próximas ao principal fornecedor da matéria-prima). Os dois maiores grupos do setor são o Grupo Santista (Grupo Bunge Alimentos) e J. Macedo. No mercado paulista, as cinco principais empresas são o Pacífico, São Jorge, Água Branca, Anaconda e Paulista.

Sob a ótica da demanda, esse mercado é extremamente pulverizado. Pesquisas do Sindicato da Indústria de Panificação indicavam que até o final do ano de 2004 funcionavam 53 mil padarias no País. Destas, 250 eram indústrias de pão, 2.300 eram padarias grandes, 12.060 padarias médias e 38.550 padarias pequenas.

A elevada capacidade ociosa e o grande número de moinhos com pequena capacidade de processamento se destacam como principais problemas que afetam a competitividade do setor brasileiro de moagem de trigo. A baixa capacidade de processamento de trigo dos moinhos no Brasil caso superada, proporcionaria uma significativa redução do custo de produção. Concomitantemente, o custo de moagem também acaba sendo elevado em função da elevada capacidade ociosa dos moinhos, especialmente das pequenas unidades localizadas na Região Sul do País.

Segundo a Lafis, os demais custos da produção da farinha de trigo são: a embalagem, que participa com aproximadamente 14,0% do custo total de produção; o açúcar, com uma participação de, aproximadamente, 9,0%; e por fim, o fermento, o sal, a energia, enzimas e outros com, aproximadamente 7,0%.

### ***Perspectivas para a Indústria de Moagem de Trigo***

A perspectiva de longo prazo para o setor de trigo é positiva. O trigo brasileiro sofre concorrência dos subsídios concedidos pela União Européia, Estados Unidos e Canadá. Na ausência de subsídios, o Brasil seria competitivo neste setor, pois apesar de sofrer com aspectos climáticos, que são menos favoráveis que o clima de outros países, e preços mais caros para alguns insumos, possui mão-de-obra relativamente barata e pode contar com duas safras anuais.

O consumo *per capita* de pão no Brasil, em 2004, foi de 28 Kg/ano, volume que representa metade do consumo recomendado pela OMC (aproximadamente 60 Kg/ano). Também é inferior ao consumo da Argentina (83 kg) e Chile (85kg). O consumo é limitado em função de fatores relacionados com os hábitos alimentares, além da concorrência com produtos substitutos, como o milho e a farinha de mandioca. O poder aquisitivo da população é mais um dos fatores que contribuem para o baixo consumo *per capita*. O consumo *per capita* também difere regionalmente, uma vez que nas regiões Sudeste e Sul ele chega a 35 kg/ano, no Nordeste está em torno de 10 kg/ano.

Outro fator que vem ocorrendo no segmento é a mudança no *mix* do consumo da farinha de trigo. Segundo dados do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado de São Paulo (Sindipan), até 1996, a fabricação de pão representava 60,0% do consumo da farinha. Em 2003, esse número caiu para 55,0%. Ao mesmo tempo, os biscoitos que até então representavam 5,0% do consumo de farinha, passaram para 11,0%.

Recentemente, o Governo do Estado de São Paulo isentou de ICMS o trigo em grão, a farinha de trigo, o pão francês e de sal, biscoitos e bolachas não-recheadas e o macarrão. Outros governos seguiram a iniciativa e o governador do Estado de Minas Gerais assinou, em setembro de 2005, projeto de emenda enviado para a Assembléia Legislativa reduzindo a alíquota de ICMS a zero para a farinha de trigo dentro da cadeia produtiva para os moinhos, e para o macarrão seco. O Estado do Rio Grande do Sul isentou, em dezembro de 2005, o ICMS das vendas de farinha de trigo, macarrão e biscoitos da cesta básica para os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

## **A Indústria de Massas no Brasil**

### ***Breve Descrição do Setor de Massas no Brasil***

Segundo a relatório da Lafis de janeiro de 2006, existem cerca de 571 empresas de massas alimentícias no Brasil empregando aproximadamente 25 mil pessoas. Na região Sudeste está concentrada cerca de metade das indústrias de massas alimentícias. Com uma produção da ordem de 1 milhão de toneladas, o Brasil fica atrás somente da Itália (3,1 milhões de toneladas) e dos EUA (1,2 milhão de toneladas).

### Produção Mundial de Massas (2003)

País	Mil Toneladas
Itália	3.101
EUA	1.165
<b>Brasil</b>	<b>1.000</b>
Rússia	545
Turquia	427
Egito	400
Venezuela	325
México	258
França	253
Alemanha	243
Peru	222
Espanha	205
Canadá	170
Argentina	160
Japão	145
Chile	131
Colômbia	115
Tunísia	110
Índia	100
Austrália	50

Fonte: Lafis/ABIMA

O processo produtivo das massas permite ao produtor de um tipo de massa produzir qualquer outro tipo de massa, com apenas pequenas adaptações no processo produtivo e baixos investimentos. A flexibilidade da indústria na adaptação do processo produtivo com necessidade de baixos investimentos, permite ao produtor a oferta de uma grande variedade de massas alimentícias. Assim, a indústria de massas apresenta uma baixa barreira de entrada em termos de diversidade de produto.

A massa é um produto de baixo valor agregado, e o frete tem peso significativo em seu preço final, justificando, desta forma, o estabelecimento de núcleos regionais de produção, consumo e distribuição.

Atualmente, o setor tem capacidade instalada superior aos níveis da demanda nacional, sendo que seu nível de ociosidade gira em torno de 25,0%, enquanto as exportações, no ano de 2004, foram de apenas 0,2%, das vendas, tendo a Rússia, EUA e Paraguai como principais destinos. Entretanto, há o intuito de se fomentar a exportação de massas com o objetivo de reduzir o nível de ociosidade de parte da indústria brasileira. Os principais interessados no produto brasileiro seriam os países da África, do Oriente Médio e da Ásia.

De acordo com a ABIMA, o que dificulta uma expansão maior do nível de consumo nacional é o fato de que o brasileiro vê o macarrão como um complemento e não como um prato. Além disso, o arroz é o maior concorrente da massa em função de se tratar de um carboidrato de preço mais baixo. Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), o consumo per capita de arroz é de, aproximadamente, 52,6 kg/ano (2004), cerca de nove vezes a demanda por macarrão (6,1 kg/ano). Na Argentina, o consumo per capita é de cerca de 6,8 kg /ano. No entanto, o maior número é explicado pela mais abrangente influência da cultura européia e da alta produtividade da cultura do trigo. Apesar do baixo consumo per capita, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de macarrão.

### Consumo per Capita de Massas

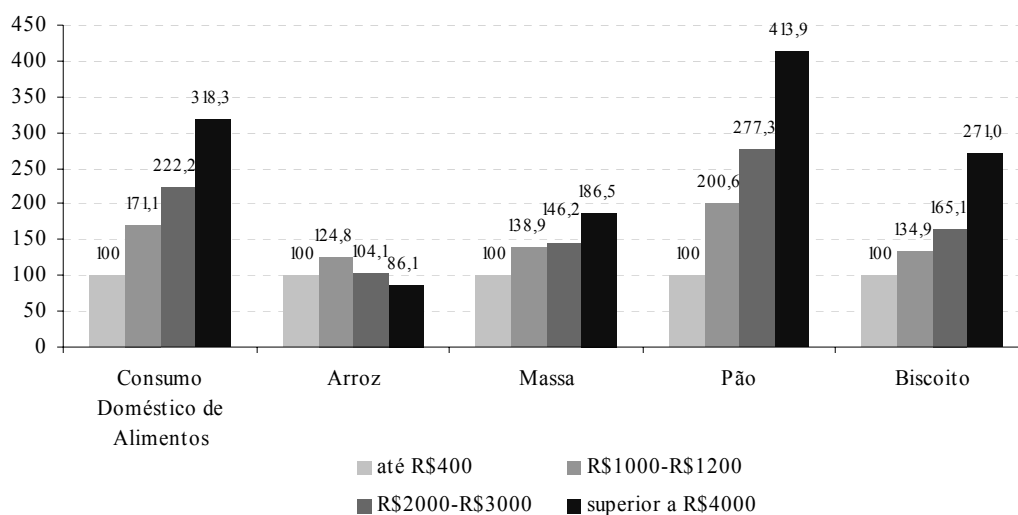
País	Consumo per Capita (Kg/ano)
Itália	28,0
Venezuela	12,7
Tunísia	11,7
Suíça	10,1
EUA	9,0
Grécia	8,8
Peru	8,3
Chile	8,2
França	7,3
Argentina	6,8
<b>Brasil</b>	<b>6,1</b>
Rússia	6,0
Alemanha	5,5
Espanha	4,6

Fonte: Site *Always Pasta* : <http://members.tripod.com/FrancoRossi/english/numeri.htm>, em 21 de setembro de 2006.

Segundo o IBGE, o consumo de massas em famílias que têm renda mensal superior a R\$4 mil é 86% superior àquelas famílias que possuem renda mensal de até R\$400. A despeito do baixo consumo per capita no Brasil, aumentos reais de renda provocam substituição de alimentos como arroz por massas, pães e biscoitos.

O gráfico abaixo mostra o consumo de alimentos, de acordo com o nível de renda, das famílias brasileiras:

#### CONSUMO DE ALIMENTOS DE ACORDO COM NÍVEL DE RENDA – MASSAS (BASE 100)



Fonte: IBGE

### ***Performance Recente do Setor de Massas no Brasil***

Dentre todas as categorias de produto do segmento, as massas integrais, fabricadas com trigo integral, apesar de representarem menos de 0,5% da produção e do faturamento do setor, apresentam um crescimento acima do apresentado pelas massas tradicionais, e atraem novos fabricantes e estimulam a produção de novas versões de massa integral. O macarrão seco representou, em 2003, 84,8% do consumo de toda a categoria de massas, e suas vendas subdividiram-se em: (i) 43,1% do tipo sêmola; (ii) 30,3% do macarrão com ovos; (iii) 17,9% do comum; (iv) 4,8% do grão duro e (v) 3,9% do caseiro.

Até 1997, o mercado brasileiro de massas era bastante concorrencial sendo que as duas principais representantes do setor, a Adria e a Santista Alimentos, detinham respectivamente 6,8% e 6,7% do consumo. Este setor se tornou mais concentrado com a intensificação das fusões e aquisições. Atualmente, mais da metade do mercado, em termos de volume vendido, é dominado por cinco empresas: M. Dias Branco, Selmi, J. Macedo, Santa Amália e Vilma. A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de massas alimentícias nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

**Setor de Massas**  
**Participação de mercado em termos de Volume vendido**  
**Em 30 de junho de 2006**

	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste <sup>1</sup></b>	<b>Sudeste</b>
M. Dias Branco	16,4%	21,8%	16,6%
Selmi	11,3%	0,0%	14,8%
J. Macedo	11,1%	20,0%	10,0%
Santa Amália	7,0%	0,5%	12,7%
Vilma	5,3%	0,7%	9,9%
Ind. Bom Gosto	2,8%	11,1%	0,0%
Pilar	2,0%	7,8%	0,0%
TBA	0,9%	3,6%	0,0%
Outros	43,2%	34,5%	36,0%

Fonte: AC Nielsen (Jun/06)

<sup>1</sup> Refere à participação de mercado da Região Nordeste, com exceção dos Estados do Piauí e Maranhão.

Segundo a Lafis, o mercado de massas secas, entre 2002 e 2004, perdeu participação de mercado tanto para produtos instantâneos, que passaram de 8,9% do mercado em 2002 para 9,9% em 2004, quanto para massas frescas e pratos prontos, que passaram de 4,6% do mercado em 2002 para 5,2% em 2004. Acreditamos que o consumo do macarrão instantâneo no Brasil vem aumentando desde então. O consumo de macarrão instantâneo é o segmento que mais tem crescido, com movimentação, em 2004, de 60,5 milhões de kg e R\$540 milhões, sendo liderado pela Nissin Lámen. As marcas líderes de macarrão instantâneo são: *Miojo* (Nissin), *Arisco* (Unilever), *Renata* (Selmi) e *Adria e Yoi* (M. Dias Branco).

Hoje, segundo a AC Nielsen, a região Sudeste é responsável pelo consumo de 46,0% das massas no País, as regiões Norte e Nordeste por 35,0%, a Sul por 14,0% e a Centro-Oeste por 5,0%.

### **A Indústria de Biscoitos no Brasil**

#### ***Breve Descrição do Setor de Biscoitos no Brasil***

Os biscoitos são classificados em biscoitos salgados, crackers, recheados, cobertos, doces simples e *waffers*. Segundo dados do relatório da Lafis divulgado em janeiro de 2006, o segmento conta com aproximadamente 876 empresas no Brasil, 69,0% concentradas na região Sudeste. A maioria dessas empresas tem atuação exclusivamente regional e com linhas de biscoitos populares.

Segundo dados da Lafis, o Brasil é o segundo mercado produtor de biscoitos industrializados do mundo, depois dos EUA, representando cerca da metade do consumo da América Latina. Em consumo *per capita*, o País figurava, em 2003, como o 12º no ranking mundial, onde a Holanda era líder com o consumo *per capita* de 14,2 kg/ ano.

#### Produção Mundial de Biscoitos (2003)

País	Mil Toneladas
EUA	1.503
<b>Brasil</b>	<b>1.059</b>
Inglaterra	670
Alemanha	592
França	544
Itália	458
Espanha	285
Japão	228
Holanda	224
Bélgica	132
Suíça	56
Grécia	52
Portugal	49
Áustria	48
Irlanda	145
Finlândia	44
Dinamarca	39
Suécia	9

Fonte: Anib/Simabesp

### Consumo per Capita de Biscoitos (2003)

País	Consumo per Capita (Kg/ano)
Holanda	14,2
Bélgica	12,9
Irlanda	12,1
Inglaterra	11,4
França	9,2
Finlândia	8,5
Itália	8,0
Suíça	7,5
Dinamarca	7,4
Alemanha	7,2
Espanha	7,2
<b>Brasil</b>	<b>5,9</b>
Áustria	5,9
EUA	5,4

Fonte: Lafis/Anib-Simabesp

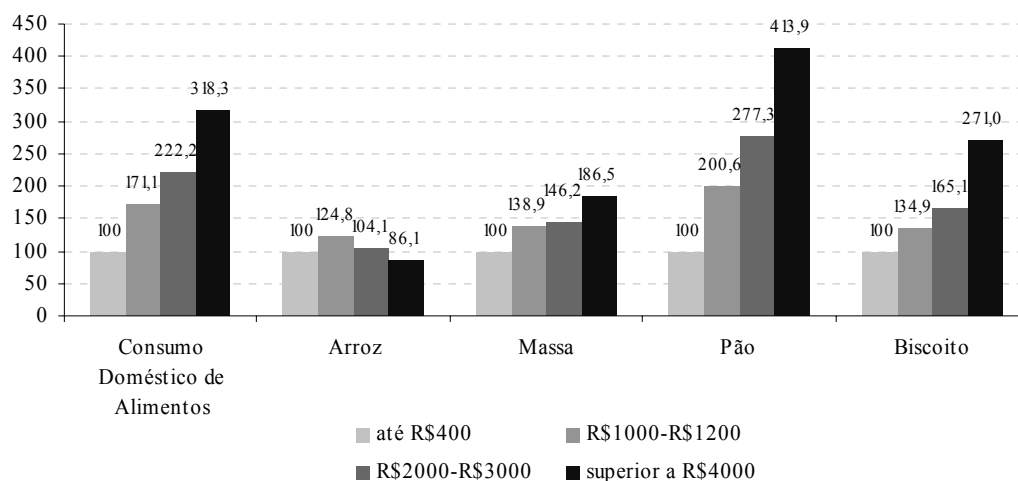
Até o início do Plano Real (implementado em meados de 1994), o setor era caracterizado como sendo predominantemente de capital nacional e dirigido por empresas familiares. O setor passou por um acentuado crescimento, levando ao início de um processo de compra das empresas menores pelas grandes marcas internacionais. Em 2003, com o controle da Adria passando para a Companhia, a liderança do mercado brasileiro voltou a pertencer a uma empresa de capital nacional. Naquele ano, a Nestlé passou para o segundo lugar e, atualmente, possui participação de 8,3%, seguida pela Marilan com 7,6%, de acordo com dados da AC Nielsen. O restante do mercado encontra-se fragmentado entre um grande número de empresas.

Atualmente, as cinco maiores empresas do segmento de biscoitos (M. Dias Branco, Nestlé, Marilan, Nabisco e Bauducco) possuem 41,2% do mercado brasileiro, segundo a AC Nielsen, em junho de 2006.

De acordo com a Lafis, dentre as compras mensais dos brasileiros, os biscoitos são os produtos apontados como os mais baratos e que aparecem em maior quantidade nas compras realizadas em mercados.

Segundo o IBGE, o consumo de biscoitos em famílias que têm renda mensal superior a R\$4 mil é 171% superior àquelas famílias que possuem renda mensal de até R\$400.

## CONSUMO DE ALIMENTOS DE ACORDO COM NÍVEL DE RENDA – BISCOITOS (BASE 100)



Fonte: IBGE

### Performance Recente do Setor de Biscoitos no Brasil

Em 2003, a despeito de a economia ter crescido apenas 0,5%, a produção de biscoitos totalizou 1,059 mil toneladas, segundo o Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de São Paulo - Simabesp, elevando-se em 6,4% sobre o ano anterior. Naquele ano, o consumo de biscoitos *per capita* foi de 6 kg/habitante, frente aos 3,7 kg/habitante de 1993. Já em 2004, com a expansão de 4,9% da economia, a produção alcançou 1,080 mil toneladas, com estabilidade do consumo *per capita* em 5,9 kg/habitante.

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de biscoitos nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

#### Setor de Biscoitos Participação de mercado em termos de Volume vendido Em 30 de junho de 2006

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	14,1%	25,6%	7,4%
Nestlé	8,3%	3,0%	11,5%
Marilan	7,6%	5,9%	9,4%
Nabisco	5,9%	0,6%	8,9%
Bauducco	5,3%	3,4%	6,2%
Ind. Bom Gosto	5,0%	15,5%	0,2%
Pelágio	1,9%	5,9%	0,0%
Pilar	1,6%	5,0%	0,0%
Outros	50,3%	35,1%	56,4%

Fonte: AC Nielsen (Jun/06)

Hoje, segundo a AC Nielsen, a região Sudeste é responsável pelo consumo de 45,0% dos biscoitos no País, as regiões Norte e Nordeste por 39,0%, a Sul por 11,0% e a Centro-Oeste por 5,0%.



## ATIVIDADES

*Esta seção contém uma visão geral da Companhia e das ações de nossa emissão, incluindo informações constantes de outras seções deste Prospecto Definitivo. Esta seção não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de decidir investir em ações de nossa emissão. Antes de decidir investir nas ações de nossa emissão, o investidor deverá ler atentamente todo este Prospecto Definitivo, incluindo as demonstrações e informações financeiras históricas e pro forma anexas a este Prospecto Definitivo, bem como as informações contidas nas seções “Fatores de Risco” e “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.*

### Visão Geral

Com origem há mais de 60 anos, nossas atividades consistem da fabricação, comercialização e distribuição de produtos alimentícios, especificamente (i) biscoitos e massas, (ii) farinha e farelo de trigo, e (iii) margarinas e gorduras vegetais.

Somos líderes nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, em termos de volume de vendas, medido em toneladas, segundo dados da AC Nielsen. Também possuímos uma participação relevante no mercado brasileiro de farinha e farelo de trigo, uma das nossas principais matérias-primas, no qual acreditamos estar entre os três maiores participantes, em termos de volume de consumo, medido em toneladas. Além disso, desde 2002, atuamos no segmento de margarinas e gorduras vegetais, que usamos no nosso processo produtivo de biscoitos e massas, e também comercializamos. O Brasil é o nosso principal mercado, e foi responsável por 99,8% da nossa receita líquida em 2005.

Nós, a M. Dias Branco:

- produzimos a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos nossos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, fabricamos 89,7% da farinha de trigo e 65,6% de toda a margarina e gorduras vegetais utilizadas no nosso processo produtivo, o que acreditamos nos proporcionar significativos ganhos de sinergia operacional e integração de processos. Acreditamos que esta cadeia produtiva integrada nos permite um melhor planejamento da nossa produção, maior garantia da qualidade dos nossos produtos e melhor administração de nossos custos, aumentando nossa capacidade de praticar preços competitivos;
- em 30 de junho de 2006, tínhamos cerca de 33 mil clientes ativos. Nossas vendas são bastante pulverizadas, não havendo concentração significativa do volume de nossas vendas em nenhum cliente específico ou grupo de clientes específicos. Acreditamos que essa pulverização da nossa base de clientes tem nos conferido relevante liberdade na definição da nossa política de preços dos produtos, bem como da política de descontos comerciais. Também não dependemos individualmente de nenhum dos nossos fornecedores de nenhuma de nossas principais matérias-primas, o que nos dá grande flexibilidade na busca de opções de menor custo;
- temos uma ampla rede de distribuição dos nossos produtos, que inclui vendedores próprios, representantes comerciais e distribuidores, a qual cobre todos os Estados do Brasil. Essa rede nos permite ter expressiva presença nos principais centros consumidores do País. Nossos esforços de construção de sólido relacionamento de negócios com nossos clientes, aliados à pulverização da nossa base de clientes, têm nos permitido realizar vendas a prazo para nossos clientes com um nível de inadimplência que acreditamos ser pouco significativo;
- temos 10 unidades fabris localizadas em 6 Estados do País, que estão preparadas para a fabricação de vasta gama de produtos, o que nos dá relevante flexibilidade na definição do produto a ser fabricado dependendo do mercado consumidor onde a unidade estiver instalada, dos custos de logística e incentivos fiscais aplicáveis a cada unidade fabril. Seis das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de ICMS e 5 das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de

IRPJ, o que tem contribuído para uma maior disponibilidade de caixa para os investimentos na nossa expansão, mediante o cumprimento dos requisitos impostos pelas autoridades fiscais;

- temos investido em tecnologia de ponta ao longo dos anos e contamos com diversas linhas de produtos sob as marcas Richester e Fortaleza – líderes de mercado nas regiões Nordeste e Norte – e sob as marcas Adria, Isabela, Basilar e Zabet – líderes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o que nos dá flexibilidade e permite oferecer uma variedade de produtos para mercados consumidores com demandas diferentes, a preços competitivos, e;
- tivemos expressivo crescimento nos volumes de nossa produção, medida em toneladas, e de nossas vendas nos anos de 2003, 2004, 2005 e no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, em razão dos fortes investimentos no aumento de capacidade de produção com a inauguração de dois novos complexos industriais (moinho e planta industrial) na Bahia e Paraíba - Grande Moinho Aratu e Grande Moinho Tambaú, respectivamente. Acreditamos que tais complexos nos colocam muito bem posicionados para: (i) explorarmos o potencial do crescimento de mercado, lançando mais produtos, incluindo aqueles de maiores margens de lucros, para reforçar nosso posicionamento; (ii) nos beneficiarmos de um nível maior de diluição de custos fixos derivados da operação das novas plantas à plena capacidade; (iii) nos beneficiarmos do aumento de renda e alta correlação de nosso setor com o crescimento econômico; e (iv) caso seja necessário, investirmos em ampliação de capacidade a custos marginais, em função da estrutura modular das novas plantas, com a estrutura civil já preparada para ampliações.

Nossa estrutura operacional é composta pela Companhia, com sede no Estado do Ceará, e nossa controlada, a Adria, com sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, as quais, em conjunto, contam com 16 unidades comerciais e 10 unidades industriais, estas localizadas nos Estados do Ceará (3 unidades), Rio Grande do Norte (1 unidade), Bahia (1 unidade), Paraíba (1 unidade), São Paulo (3 unidades) e Rio Grande do Sul (1 unidade).

A tabela abaixo apresenta certas informações financeiras consolidadas históricas e operacionais para os períodos indicados. Os dados de receita operacional líquida constantes da tabela abaixo foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, e das nossas informações financeiras consolidadas históricas relativas aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, as quais refletem os efeitos contábeis da aquisição da Adria somente a partir de sua aquisição, em 22 de setembro de 2003. Todas as demais informações da tabela abaixo apresentam, de forma conjunta, as estatísticas relativas à Companhia e à Adria para os períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de		
	2003	2004	2005	2004/ 2003 (%)	2005/ 2004 (%)	2005	2006	2006/ 2005 (%)
<i>(Em milhares de toneladas por ano, exceto percentagens)</i>								
<b>Receita operacional líquida (R\$ milhões)</b>	785,7	1.150,0	1.213,2	46,4	5,5	575,3	640,2	11,3
<b>Vendas em Volume <sup>(1)</sup></b>	573,7	746,7	807,8	30,2	8,2	383,6	434,1	13,2
Biscoitos	125,3	181,6	195,9	44,9	7,9	93,1	103,4	11,1
Massas	92,8	150,2	153,2	61,9	2,0	70,8	87,6	23,7
Farinha e Farelo de Trigo	341,7	392,1	425,9	14,7	8,6	202,8	227,0	11,9
Margarina	13,2	21,5	30,0	62,9	39,5	15,6	14,6	(6,4)
Gorduras Vegetais	0,7	1,3	2,8	85,7	115,4	1,3	1,5	15,4
<b>Participação no Mercado – Nacional <sup>(2)</sup></b>								
Biscoitos	13,5%	13,9%	13,7%	0,4	(0,2)	13,8%	14,1%	0,3%
Massas	17,8%	16,0%	15,8%	(1,8)	(0,2)	16,0%	16,4%	0,4%
<b>Participação no Mercado – Região Nordeste <sup>(2)</sup></b>								
Biscoitos*	26,1%	28,5%	26,1%	2,4	(2,4)	25,1%	25,6%	0,5%
Massas**	24,4%	22,4%	22,5%	(2,0)	0,1	22,2%	21,8%	(0,4)%
<b>Crescimento real do PIB <sup>(3)</sup></b>	0,5%	4,9%	2,4%	-	-	3,4%	2,2%	-

(1) Contempla números referentes à Adria somente a partir de 22 de setembro de 2003, quando foi adquirida.

(2) Fonte: AC Nielsen. Refere-se ao mês de dezembro dos anos de 2003, 2004 e 2005, somando-se dados de participação no mercado da Companhia e da Adria.

\* Refere-se à participação do mercado de biscoitos na Região Nordeste, com exceção dos Estados de Piauí e Maranhão, no ano de 2003.

\*\* Refere-se à participação de mercado de massas na Região Nordeste, com exceção dos Estados de Piauí e Maranhão, nos anos de 2003 a 2005, 1º semestre de 2005 e 2006.

(3) Fonte: IBGE.

## Pontos Fortes

Acreditamos que nossos pontos fortes são:

***Liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil e posição relevante no mercado nacional de farinha de trigo, associada à alta capacidade de crescimento orgânico.*** Somos líderes nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, com base no volume de vendas do período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, medido em toneladas. Adicionalmente, com base no comparativo de nossos números com os da ABITRIGO, que indicam uma previsão de consumo nacional total de aproximadamente 5,8 milhões de toneladas de trigo até 30 de junho de 2006, acreditamos estar entre as três maiores empresas de produção de farinha e farelo de trigo no País. Temos realizado expansões estratégicas ao longo dos anos, por meio da construção programada de novas unidades industriais e comerciais espalhadas por todo o País. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, nossos principais investimentos (incluindo o valor de aquisição da Adria) totalizaram, aproximadamente, R\$516,7 milhões, dos quais investimos, aproximadamente, R\$508,5 milhões em expansão e modernização de nosso parque fabril. Acreditamos que nossa liderança está associada à alta qualidade de nossos produtos, em parte, devido às nossas modernas plantas industriais, que acreditamos contarem com a mais avançada tecnologia disponível no mercado. Também acreditamos ter grande capacidade de crescimento orgânico a baixo custo marginal de expansão, tendo em vista que: (i) a maioria de nossas plantas industriais foram projetadas contemplando estruturas capazes de absorver novos equipamentos com grande agilidade e sem custos significativos; e (ii) contamos com terrenos disponíveis em praticamente todas as nossas plantas para ampliação da nossa estrutura física.

***Abrangência nacional e distribuição pulverizada.*** Em 30 de junho de 2006, contávamos com aproximadamente 37 representantes comerciais e 290 distribuidores, além de uma equipe própria de vendas, composta por 547 vendedores, dos quais 46,1% são dedicados aos nossos maiores clientes e 53,9% aos pequenos varejistas. Acreditamos que isto nos permite chegar a consumidores de diferentes perfis, inclusive nas mais distantes localidades do Brasil. Nos últimos anos, concentramos-nos no desenvolvimento da distribuição direta nos grandes centros consumidores do País e, nas demais localidades do Brasil, fortalecemos nosso sistema de distribuição terceirizada, possibilitando um constante aumento da pulverização de nossas vendas.

***Alto nível de integração do processo produtivo.*** Produzimos a maior parte de duas das nossas principais matérias-primas do segmento de produtos de biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, fabricamos 89,7% de toda a farinha de trigo e 65,6% de toda a margarina e gorduras vegetais utilizadas no nosso processo produtivo, o que acreditamos nos proporciona significativos ganhos de sinergia operacional. Acreditamos que esta cadeia produtiva integrada também nos proporciona obter um melhor planejamento da nossa produção, maior qualidade e preços mais competitivos para nossos produtos e melhor administração dos nossos custos de produção.

***Plantas estrategicamente localizadas em nossos mercados de atuação.*** Possuímos 10 fábricas estrategicamente localizadas em nossos principais mercados de atuação, o que facilita a operacionalização o nosso sistema de distribuição e vendas, além de contribuir para (i) a redução de custos de transporte dos nossos produtos; (ii) a agilidade na entrega; (iii) o maior conhecimento e abastecimento regular dos mercados locais; e (iv) a redução de risco de desabastecimento. Além disso, a nossa vasta rede de distribuição própria e terceirizada proporciona os mesmos diferenciais de atendimento aos nossos clientes em localidades onde não possuímos plantas industriais.

***Vendas com alto índice de horizontalização e baixa dependência de grandes redes.*** Nossa forte horizontalização das vendas, ampla rede própria de vendedores, de representação e de distribuição de produtos têm contribuído substancialmente para a baixa dependência das grandes redes de supermercados, o que acreditamos ser um dos nossos diferenciais em relação aos nossos concorrentes. Em 30 de junho de 2006, vendemos para, aproximadamente, 33 mil clientes ativos e não dependemos de nenhum deles em particular para vender parte significativa de nossas vendas, tendo nossos dez maiores clientes representado, aproximadamente, 16,4% da nossa receita líquida no período de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006 e o nosso maior cliente, apenas 4,2% da nossa receita líquida. Adicionalmente, apenas 8,1% da nossa receita líquida no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 adveio de vendas para grandes redes.

**Histórico de rentabilidade e solidez financeira.** Nosso desempenho financeiro tem sido historicamente consistente, sendo possível contar principalmente com a nossa alta capacidade de geração de caixa para nossa expansão orgânica e também expansão por meio de aquisições. Nosso lucro líquido, conforme informações financeiras, foi de R\$50,7 milhões em 2003, R\$68,0 milhões em 2004 e R\$100,1 milhões em 2005, representando, portanto, uma consistente taxa composta de crescimento anual de 40,5%, e de R\$ 73,0 milhões em 30 de junho de 2006, comparado com R\$ 58,2 milhões em 30 de junho de 2005, um crescimento médio de 25,4% no período. A nossa relação dívida/patrimônio líquido foi de 57,2% em 2003, 73,6% em 2004 e 76,3% em 2005.

**Atuação predominante em regiões de incentivo fiscal.** Das nossas 10 plantas industriais, 7 estão localizadas em regiões de incentivo fiscal, sendo que 6 delas são beneficiadas por incentivos fiscais. Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais que nos garantem, sujeito a certas condições e prazos, isenção ou redução do imposto de renda, bem como a restituição de parte do valor do ICMS por nós recolhido aos Estados do Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os incentivos e benefícios fiscais concedidos nos proporcionaram uma economia no valor aproximado de R\$40,3 milhões, R\$47,1 milhões e R\$55,6 milhões nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Os incentivos e benefícios fiscais em 30 de junho de 2005 e 2006 representaram uma economia de R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,3 milhões, respectivamente. Para mais informações sobre os referidos benefícios fiscais, veja a seção “Atividades – Incentivos Fiscais”.

**Baixa inadimplência.** Em 2005, aproximadamente, 25,7% da nossa receita operacional bruta foi realizada à vista; 74,3% a prazo, com prazo médio de recebimento, em 2005, de, 30,5 dias contados da data de emissão da nota fiscal para nossos clientes. As grandes redes de supermercado tiveram prazo médio de recebimento, em 2005, de 37,3 dias, contadas da emissão da respectiva nota fiscal. Durante os exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,6%, 1,4% e 1,7% de nossa receita líquida, respectivamente. Em 30 de junho de 2005 e 2006, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,1% e 1,0% de nossa receita líquida, respectivamente.

**Equipe experiente de administradores.** Nossa equipe de administradores possui ampla experiência nos setores em que atuamos, o que acreditamos ter contribuído para o consistente crescimento de nossas receitas e lucro operacional, a despeito de condições econômicas instáveis e ocasionalmente adversas. Nossa alta administração trabalha conosco, em média, há aproximadamente 10 anos, tomando-se como base o exercício social encerrado em 2005. Acreditamos que o crescimento histórico das nossas receitas e a expansão bem sucedida dos nossos negócios são o resultado direto de estratégias executadas por nossa experiente equipe de administradores.

## **Estratégia**

Os principais elementos de nossa estratégia são:

**Ampliação da liderança de mercado.** Estamos comprometidos em manter e fortalecer nossa posição de liderança nos mercados onde atuamos e aumentar nossa lucratividade. Para isso, pretendemos:

- aumentar nossa produtividade mediante: (i) a otimização do uso de nossa infra-estrutura, tendo em vista a nossa alta capacidade de rápido crescimento orgânico a um baixo custo marginal de expansão para implementação de máquinas; (ii) a redução de custos, inclusive por meio do término do processo de integração das operações da Adria às nossas, previsto para o final de 2006 e pela diluição de custos fixos de nossos complexos industriais mais novos – Aratu e Tambaú; e (iii) a implementação da utilização de um novo sistema de gestão empresarial integrado, prevista para janeiro de 2007;
- ampliar nosso processo de verticalização por meio da implantação, nos próximos 3 anos, de unidades moageiras de trigo na região Sul ou Sudeste do País;
- fortalecer nossas marcas, tornando-as reconhecidas em âmbito nacional, por meio de investimento em marketing na mídia e esforço institucional em pontos de venda, com ações para divulgar e aumentar o reconhecimento de nossas marcas mais importantes no Nordeste, no Sul e Sudeste do País; e

- fortalecer a estratégia de vendas de novos produtos mediante uma identificação com os nossos produtos líderes de mercado, por meio, inclusive, da política de remuneração da equipe de vendas pautada no incentivo à venda de produtos de maior valor agregado e os recém-lançados.

**Aumento da nossa base de clientes.** Não obstante nossa significativa base de clientes, pretendemos aumentá-la mediante:

- expansão geográfica, seja por crescimento orgânico ou por meio de aquisições no Brasil ou exterior;
- fortalecimento da estrutura de vendas a pequenos comércios visando ao crescimento da pulverização da base de clientes;
- ampliação das nossas vendas para o mercado de serviços de alimentação fora do lar e transformação de alimentos (*food service*), tais como restaurantes, hotéis, bares, hospitais, clubes, confeitarias e padarias; e
- ampliação de nossa rede de distribuição no País.

**Desenvolvimento e lançamento de novos produtos.** Pretendemos continuar a focar nossas atividades no desenvolvimento, produção e marketing de produtos com maiores margens de lucros, tais como novas linhas de produtos voltadas para segmentos de mercados onde já atuamos (linhas *light*, *diet*, de margarina sem gordura *trans* e produtos *premium*).

**Novas aquisições.** Em função da abrangência do território brasileiro e da América Latina como um todo, e do caráter pulverizado dos segmentos em que atuamos, acreditamos que o mercado da América Latina continua a oferecer possibilidades de expansão geográfica e consolidação de tais segmentos por meio de aproveitamento de oportunidades de aquisições de empresas. Poderemos acelerar a implementação de nossas estratégias de negócios aproveitando oportunidades de aquisições de empresas que apresentem características tais como: (i) marcas fortes em suas regiões de atuação; (ii) sólida base de clientes; (iii) extensa rede de distribuição ou possibilidades de seu desenvolvimento; (iv) presença em regiões onde não atuamos ou onde temos menor presença; ou (v) possibilidade de aproveitamento de sinergias operacionais.

## **História**

Desde a década de 40, o idealizador da Companhia, o Sr. Manuel Dias Branco, já explorava, no Estado do Ceará, atividades ligadas à panificação e à fabricação de biscoitos, com utilização de técnicas artesanais.

A partir de 1953, com a entrada do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco na sociedade então conhecida como M. Dias Branco & Cia. Ltda., novas diretrizes passaram a ser adotadas nos negócios, cujos investimentos passaram a ser concentrados na produção industrial e no comércio de biscoitos e massas.

Em 1961, a Companhia foi constituída sob a forma de uma sociedade por ações de capital fechado e, em 1980, foram iniciadas as atividades na nova sede da Fábrica Fortaleza.

Por ocasião da abertura econômica do Brasil, inclusive do mercado de trigo, ocorrida em 1990, iniciou-se um novo ciclo de crescimento dos nossos negócios.

Em 1992, inauguramos o Moinho Dias Branco, no Estado do Ceará, nosso primeiro moinho de trigo, o que nos permitiu produzir a principal matéria-prima dos nossos produtos, de forma a não dependermos mais de fornecedores deste insumo, como também ingressar no competitivo mercado de farinhas de trigo. Conquistamos posição de destaque neste segmento, sendo que em 2005, vendemos para nossos clientes 51,9% de nossa produção total.

Em 2000, inauguramos o Grande Moinho Potiguar (moinho de trigo e fábrica de massas), no Estado do Rio Grande do Norte.

Em meados de 2002, perseguindo uma política de verticalização de insumos e de ingresso em novos segmentos, inauguramos a Divisão G.M.E., no Estado do Ceará, uma unidade produtora de gorduras vegetais, margarinas e cremes vegetais. Esta estratégia de verticalização também revelou-se presente no próprio processo produtivo de gorduras vegetais, margarinas e cremes vegetais, tendo em vista que a referida unidade produz, em usina própria, grande parte da gordura vegetal, que é a segunda matéria-prima mais importante que usamos no nosso processo produtivo de biscoitos, além de todo o hidrogênio necessário ao nosso processo produtivo.

Em 2003, inauguramos o Grande Moinho Aratu, no Estado da Bahia (complexo industrial que compreende um moinho de trigo, uma fábrica de biscoitos e de massas, além de um terminal portuário de grãos, denominado Terminal Portuário de Cotegipe, o qual é controlado por FISDB), produzindo, inicialmente, farinha e farelo de trigo e adquirimos o controle acionário da Adria, tradicional fabricante de biscoitos e massas, líder nas regiões Sudeste e Sul do País, o que nos proporcionou maior presença em tais regiões e liderança no mercado nacional de massas e biscoitos. Com a aquisição da Adria, as marcas *Adria*, *Basilar*, *Isabela* e *Zabet* somaram-se às nossas marcas *Richester* e *Fortaleza*, passando a atingir um leque ainda maior de consumidores em todo o País. Além disso, nosso potencial produtivo tornou-se ainda maior, tendo em vista que a Adria dispõe de três unidades industriais no Estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, inauguramos o Moinho Tambaú, que também produz farinha de trigo e massas.

Em 2005, iniciamos a produção de biscoitos e massas no Grande Moinho Aratu.

### **Eventos Societários Relevantes**

Em 22 de setembro de 2003, adquirimos a Adria, por meio da Green Jungle Limited. A Adria fabrica, distribui e comercializada produtos alimentícios, em especial biscoitos e massas.

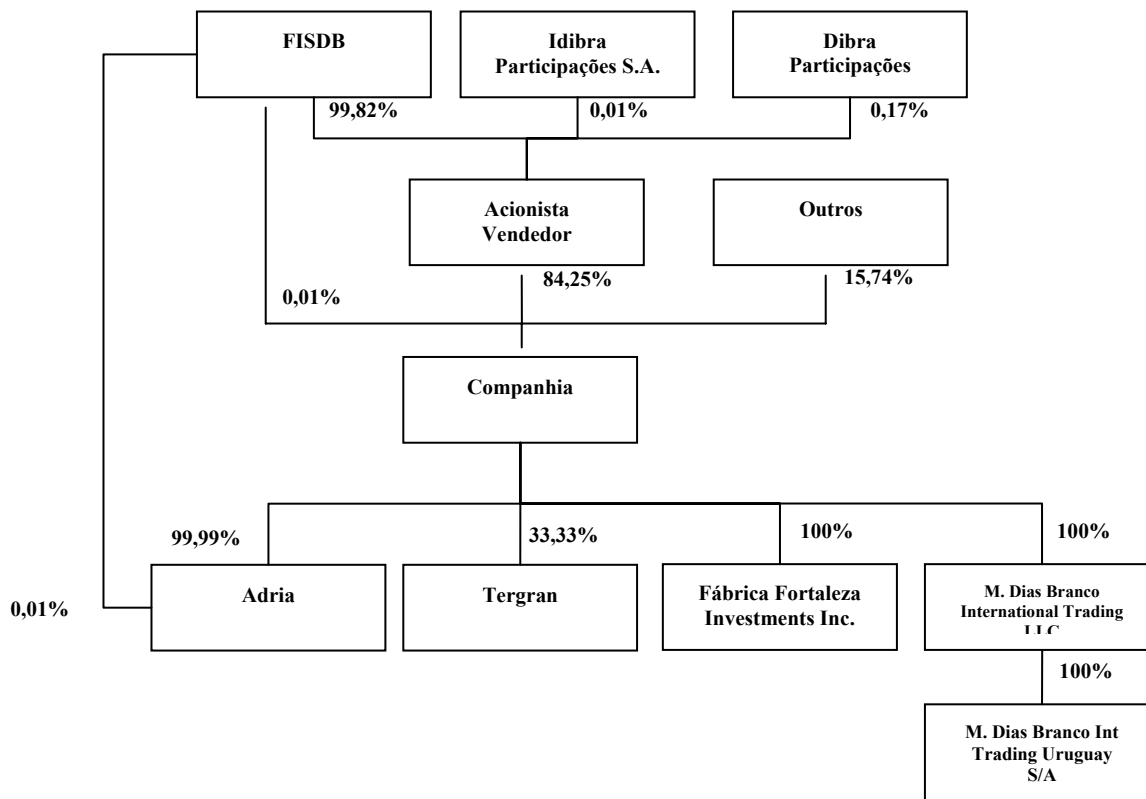
Em 31 de março de 2006, realizamos uma cisão de certos ativos e passivos, incluindo: (i) imóveis não utilizados na atividade de industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios; (ii) investimentos no capital de empresas coligadas ou controladas não relacionadas à industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios; e (iii) investimentos no mercado financeiro, excedentes às nossas necessidades de liquidez.

Em abril de 2006, nos transformamos em uma sociedade por ações e realizamos o grupamento de nossas ações, na proporção de 3 ações para 1 ação. Adicionalmente, nossas então controladoras M. Dias Branco Administração e Participações e Idibra Participações – então detentoras de 65,16% do nosso capital social – aprovaram suas respectivas reduções de capital social com a restituição aos seus acionistas), com a restituição aos seus acionistas de montante equivalente à parcela reduzida do capital social, proporcionalmente às suas participações, que ocorreu, com relação ao acionista FISDB, mediante entrega de ações de nossa emissão. Em decorrência desta reestruturação societária, o acionista FISDB passou a deter 84,25% do capital tendo, posteriormente, transferido suas ações para o Acionista Vendedor, cujo quotista majoritário é o FISDB. Ainda, em abril de 2006, a Companhia aumentou seu capital social e, em agosto de 2006, realizou o grupamento de suas ações, na proporção de 2 ações para 1 ação.

Em 2006, passamos a deter diretamente 99,99% do capital da Adria, após (i) a conferência da totalidade das ações detidas por nós na Green Jungle Limited para a Green Jungle Brasil, por ato datado de 30 de junho de 2006; e (ii) a dissolução da Green Jungle Limited, deliberada em 29 de julho de 2006, com a entrega de seu acervo líquido à Green Jungle Brasil; e (iii) a incorporação da Green Jungle Brasil pela Adria com data – base de 31 de julho de 2006, aprovada em 30 de agosto de 2006 e pendente de formalização.

## Estrutura Societária

O quadro a seguir mostra a nossa estrutura societária atual:



### Controladas da Companhia

Descrevemos, abaixo, brevemente, as sociedades nas quais temos participações relevantes.

#### *Adria*

A Adria, que iniciou suas atividades em 8 de agosto de 1957, tem sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, e tem como objeto social, dentre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas. A Adria é líder nas regiões Sudeste e Sul do País.

Adquirimos a Adria em 22 de setembro de 2003, sendo que o preço de compra foi integralmente pago em 23 de dezembro de 2003. A compra da Adria foi efetivada por meio de uma subsidiária nossa à época, a Green Jungle Limited. A Green Jungle Limited, dissolvida em 29 de julho de 2006, era uma controlada da Green Jungle Brasil, nossa controlada até 30 de agosto de 2006, quando foi incorporada pela Adria.

#### *Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.*

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macêdo S.A., Grande Moinho Cearense S.A., dois de nossos concorrentes no segmento de moagem de trigo, e a própria



Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran.

O Acordo de Sócios Quotistas estabelece determinadas regras para operação da Tergran, compreendendo a descarga e a armazenagem de grãos no Armazém A2, o qual é arrendado à Tergran pela Companhia Docas do Ceará - CDC, sempre com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade de descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios, reduzindo a permanência dos navios no Porto de Fortaleza e o tempo de atracação no cais.

#### ***Fábrica Fortaleza Investments Inc.***

Temos participação de 100,0% no capital social da Fábrica Fortaleza Investments Inc., cuja principal atividade é a realização de investimentos em ativos financeiros.

#### ***M. Dias Branco International Trading LLC***

A M Dias Branco International Trading LLC é nossa controlada direta, e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que utilizamos em nosso processo produtivo.

#### ***M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.***

A M Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é nossa controlada indireta, e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que utilizamos em nosso processo produtivo.

### **Produtos**

Produzimos biscoitos e massas alimentícias, segmentos em que somos líderes no Brasil em termos de volume de vendas, medido em toneladas, e atuamos, ainda, nos segmentos de moagem de trigo, margarinas e gorduras vegetais.

Oferecemos uma grande variedade de produtos, tendo como principais marcas: *Fortaleza*, *Richester*, *Adria*, *Isabela*, *Basilar* e *Zabet*. Optamos por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo atender aos mais diferentes perfis de consumidores, desde as classes A e B como também a população de baixa renda, classes C e D, abrangendo, desta forma, diversas regiões do território brasileiro.

A marca *Fortaleza*, com forte presença nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, abrange biscoitos e massas.

A marca *Richester* é considerada uma marca *premium*, abrangendo um amplo portfólio de massas e biscoitos voltados para variados nichos do mercado. Atualmente, a *Richester* está fortemente presente em Fortaleza e no Rio de Janeiro.

O nosso segmento mais representativo, em termos de receita, é o de biscoitos e massas. A tabela abaixo indica os valores, em Reais, de nossa receita operacional bruta decorrente das vendas de biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais nos últimos três exercícios sociais e nos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, assim como o percentual representativo dos mesmos em relação ao valor total de nossa receita bruta, em cada um dos períodos indicados, em cada um dos segmentos em que atuamos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de			
	2003	% AV	2004	% AV	2005	% AV	2005	% AV	2006	% AV
	<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>									
Biscoitos e Massas	1.004,8	72,8	1.095,0	70,3	1.170,9	73,5	552,6	72,8	619,5	74,1
Farinha e farelo de trigo	334,8	24,2	382,2	24,5	334,1	21,0	160,9	21,2	173,3	20,7
Margarinas e Gorduras	40,6	2,9	64,0	4,1	87,1	5,5	44,4	5,9	41,9	5,0

Desenvolvemos novos produtos constantemente. Em 2005, a Companhia lançou cinco novas linhas de produtos, que representaram 53 novos produtos lançados no mercado.

Dentre os lançamentos de 2005, destacamos que, em meados desse ano, passamos a atuar no segmento de massas instantâneas, com o lançamento no mês de dezembro do *Yoi Lámen Richester*, cujas vendas atingiram até 30 de junho de 2006, 0,77 mil toneladas. Também em 2005, revitalizamos nossa linha de produtos infantis com o lançamento da linha de biscoitos *Animados Zoo*, que foi lançado em janeiro de 2005 e vendeu desde seu lançamento até 30 de junho de 2006, 4,6 mil toneladas. O lançamento do *Cracker Superiore Richester* foi reconhecido no Rio de Janeiro em 2005 como o produto de destaque do ano, segundo a AC Nielsen, apesar de nossa recente presença de pouco mais de dois anos neste mercado.

### Biscoitos e massas

Nossa produção de biscoitos engloba biscoitos do tipo salgados, *crackers*, recheados, cobertos, doces simples e *waffers*.

Nossas principais marcas de biscoitos e massas são *Fortaleza*, *Richester* e *Adria*.

A marca *Fortaleza*, pioneira no portfólio da Companhia, e líder no Nordeste brasileiro, está fortemente presente nas classes C e D, tendo como produto mais relevante biscoitos tipo *cream cracker*, com volume de vendas de 15,2 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 58,0 milhões, no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006. Em seguida, temos as marcas *Richester* de biscoitos tipo *cream cracker*, com volume de vendas de 9,3 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 36,5 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, e *Fortaleza* de biscoitos tipo salgados, com volume de vendas de 5,6 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 17,2 milhões, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006.

No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, a marca *Richester* de massas tipo macarrão *spaghetti* atingiu volume de vendas de 8,6 mil toneladas, e receita operacional bruta de R\$ 21,8 milhões; já a marca *Fortaleza* de massas tipo macarrão *spaghetti* com sêmola atingiu volume de vendas de 8,5 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 19,9 milhões; e a marca *Adria* de macarrão *spaghetti* com ovos atingiu volume de vendas de 6,0 mil toneladas e receita bruta de R\$ 12,6 milhões.

No que se refere às massas secas, várias de nossas marcas são líderes nas suas respectivas regiões, o que nos proporciona uma participação de liderança de mercado nacional de 16,4%, segundo a AC Nielsen, e toneladas vendidas. Temos, ainda, presença nos principais segmentos de massas, tais como macarrão comum, sêmola, sêmola com ovos, grão duro, massas para recheiar e, recentemente, massas instantâneas.

### Farinha e Farelo de Trigo

Nossa produção de farinha de trigo e farelo engloba farinha do tipo doméstica e industrial, e farelo do tipo grosso, fino e remoído.

Nossas principais marcas de farinha de trigo são *Medalha de Ouro*, destinada ao segmento de panificação, *Imperial*, destinada ao segmento de indústrias de biscoitos e massas, e *Finna*, destinada ao consumidor final, voltada para os mercados das classes de A a D.

Dentre estas marcas, a marca *Medalha de Ouro* é a mais relevante, tendo atingido, no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, volume de vendas de 65,7 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 67,3 milhões; já a marca *Imperial* atingiu um volume de vendas de 26,0 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 23,0 milhões; e a marca *Finna Farinha de Trigo Especial* atingiu volume de vendas de 11,1 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 14,1 milhões.

### **Margarinas e Gorduras**

Nossa produção engloba margarinas do tipo doméstica e industrial, e gorduras para diversas aplicações, tais como frituras de imersão, sorvete, recheio e *spray*.

Nossas principais marcas são *Puro Sabor* e *Adorita*, que atendem os mercados das classes C e D, e *Medalha de Ouro*, destinada a *food service*.

Dentre as marcas de margarina, a *Puro Sabor* é a que se destaca, tendo atingido no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, volume de vendas de 5,0 mil toneladas e com receita operacional bruta de R\$ 14,7 milhões; já a marca *Medalha de Ouro* atingiu, no mesmo período, volume de vendas de 3,3 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 8,2 milhões; e marca *Adorita* atingiu volume de vendas de 2,5 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 6,1 milhões.

Dentre as gorduras, a do tipo *spray* é a mais relevante, tendo atingido no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, volume de vendas de 0,5 mil toneladas e receita bruta de R\$ 1,4 milhões; já a marca *Gordura Vegetal Multiuso* atingiu volume de vendas de 0,3 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$0,7 milhões no mesmo período.

### **Sazonalidade**

De modo geral, a demanda por nossos produtos não está sujeita à sazonalidade.

### **Clientes**

Em 30 de junho de 2006, contávamos com cerca de 33 mil clientes ativos dos mais diversos ramos de atividades que, predominantemente, eram empresas de médio e pequeno porte.

Em 30 de junho de 2006, nenhum cliente representou mais do que 10,0% da nossa receita líquida, de forma que a dispersão da nossa base de clientes tem colaborado para minimizar a nossa exposição ao risco de impacto de redução de receita em razão de perda de um ou alguns dos nossos maiores clientes. Neste mesmo período, nossos 10 maiores clientes representaram, aproximadamente, 16,4% do total de nossa receita líquida e nosso maior cliente representou 4,2% do total de nossa receita líquida.

A tabela abaixo demonstra a representatividade, em termos de receita líquida, dos nossos principais clientes agrupados conforme seu segmento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de	
	2003	2004	2005	2005	2006
	<i>(% da receita líquida)</i>				
Consumidor Final	1,3	1,0	0,9	0,8	0,9
Varejo <sup>(1)</sup>	46,9	46,4	49,5	48,3	47,7
Industrial	7,2	7,0	2,7	5,6	4,4
Atacado	9,1	10,3	11,6	11,0	13,3
Grandes Redes <sup>(2)</sup>	9,2	9,7	8,4	8,2	8,1
Institucional ("Food Service" - Restaurantes e Hotéis)	0,8	0,7	0,4	0,4	0,5
Agropecuária	1,5	1,3	1,4	1,4	1,4
Distribuidor	19,4	20,4	22,4	21,8	21,8
Exportação	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2
Outros	4,5	3,0	2,5	2,2	1,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Não incluídas as grandes redes.

<sup>(2)</sup> São consideradas grandes redes as seguintes: Carrefour Com. e Ind. Ltda., Wal Mart Brasil Ltda., Dia Brasil Sociedade Ltda., Atacadão Distrib. Com. e Ind. Ltda., Cia Brasileira de Distribuição, WMS Supermercados do Brasil Ltda., Sam's Club, CBD, Sonae, Cia. Zaffari Com. e Ind., A Angeloni e Cia Ltda., Makro Atacadista S.A. e Bom Preço S.A Supermercados do Nordeste.

A tabela abaixo indica o percentual da nossa receita líquida em relação à importância de nossos clientes:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de	
	2003	2004	2005	2005	2006
	<i>(% da receita líquida)</i>				
10 maiores	18,0	18,4	16,8	17,1	16,4
100 maiores <sup>(1)</sup>	44,2	44,6	43,3	43,6	42,5
Demais	55,8	55,4	56,7	56,4	57,5
Total <sup>(2)</sup>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<sup>(1)</sup> Inclui os 10 maiores

<sup>(2)</sup> Soma dos 100 maiores com Demais.

Atuamos de forma diversificada em todas as regiões do País, com ênfase nas regiões Nordeste e Sudeste. A tabela abaixo apresenta o *mix* de receita operacional bruta por produto, por região do País e por empresa – Companhia e Adria:

<i>Receita Operacional Bruta pro forma</i>	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de			
	2003	%	2004	%	2005	%	2005	%	2006	%
	<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>									
<b>Companhia</b>	<b>939,3</b>	<b>68,0</b>	<b>1.080,4</b>	<b>69,4</b>	<b>1.126,3</b>	<b>70,7</b>	<b>536,0</b>	<b>70,6</b>	<b>601,9</b>	<b>72,0</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>419,9</b>	100,0	<b>485,9</b>	100,0	<b>551,6</b>	100,0	<b>259,6</b>	100,0	<b>294,3</b>	100,0
Centro-Oeste	17,0	4,0	17,5	3,6	20,6	3,7	9,1	3,5	10,6	3,6
Nordeste	362,2	86,3	404,5	83,3	437,3	79,3	207,0	79,8	239,9	81,5
Norte	29,9	7,1	38,6	7,9	48,5	8,8	21,7	8,4	22,7	7,7
Sudeste	10,8	2,6	25,1	5,2	45,0	8,2	21,6	8,3	21,1	7,2
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
<b>Massas</b>	<b>144,1</b>	100,0	<b>148,2</b>	100,0	<b>153,5</b>	100,0	<b>71,2</b>	100,0	<b>92,4</b>	100,0
Centro-Oeste	1,7	1,2	1,7	1,1	1,4	0,9	0,7	1,0	0,7	0,7
Nordeste	136,0	94,4	141,4	95,4	147,7	96,2	68,6	96,3	88,5	95,8
Norte	6,2	4,3	5,0	3,4	4,3	2,8	1,9	2,7	3,2	3,5
Sudeste	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Farinha e Farelo</b>	<b>334,8</b>	100,0	<b>382,2</b>	100,0	<b>334,0</b>	100,0	<b>160,8</b>	100,0	<b>173,3</b>	100,0
Centro-Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	327,8	97,9	369,5	96,7	324,0	97,0	155,7	96,8	167,1	96,4
Norte	6,6	2,0	10,1	2,6	8,5	2,5	3,8	2,4	4,4	2,5
Sudeste	0,3	0,1	2,5	0,7	1,3	0,4	1,3	0,8	1,7	1,0
Sul	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Margarinas e Gorduras Vegetais</b>	<b>40,6</b>	100,0	<b>64,1</b>	100,0	<b>87,2</b>	100,0	<b>44,3</b>	100,0	<b>41,9</b>	100,0
Centro-Oeste	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	37,5	92,4	57,7	90,0	71,1	81,6	32,3	72,9	39,1	93,3
Norte	3,0	7,4	4,0	6,2	6,0	6,9	2,4	5,4	2,6	6,2
Sudeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,3
Sul	0,0	0,0	2,2	3,4	9,6	11,0	9,5	21,5	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2
<b>Adria</b>	<b>440,7</b>	<b>31,9</b>	<b>461,2</b>	<b>29,6</b>	<b>465,8</b>	<b>29,2</b>	<b>221,7</b>	<b>29,2</b>	<b>232,8</b>	<b>27,9</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>223,9</b>	100,0	<b>247,4</b>	100,0	<b>262,9</b>	100,0	<b>124,0</b>	100,0	<b>128,9</b>	100,0
Centro-Oeste	3,6	1,6	6,7	2,7	5,8	2,2	2,6	2,1	1,9	1,5
Nordeste	12,3	5,5	15,8	6,4	18,9	7,2	8,9	7,2	9,7	7,5
Norte	2,3	1,0	1,9	0,8	2,9	1,1	1,2	1,0	1,7	1,3
Sudeste	133,1	59,5	145,3	58,7	145,0	55,1	68,0	54,8	80,7	62,6
Sul	71,5	31,9	75,3	30,4	86,9	33,1	41,4	33,4	33,7	26,2
Exportação	1,1	0,5	2,4	1,0	3,4	1,3	1,9	1,5	1,2	0,9

<b>Massas</b>	<b>216,8</b>	100,0	<b>213,8</b>	100,0	<b>202,9</b>	100,0	<b>97,7</b>	100,0	<b>103,9</b>	100,0
Centro-Oeste	3,9	1,8	4,7	2,2	3,8	1,9	1,8	1,8	1,1	1,1
Nordeste	2,1	1,0	1,8	0,8	2,6	1,3	1,1	1,1	2,0	1,9
Norte	1,5	0,7	1,6	0,7	2,7	1,3	1,4	1,4	0,8	0,8
Sudeste	171,2	79,0	174,8	81,8	158,8	78,3	76,2	78,0	82,4	79,3
Sul	38,1	17,5	30,9	14,5	34,9	17,2	17,2	17,6	17,6	16,9
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Companhia</b>	<b>939,3</b>	100,0	<b>1.080,2</b>	100,0	<b>1.126,3</b>	100,0	<b>535,8</b>	100,0	<b>601,9</b>	100,0
Centro-Oeste	18,8	2,0	19,3	1,8	22,1	2,0	9,8	1,8	11,3	1,9
Nordeste	863,5	91,9	973,1	90,1	980,1	87,0	463,6	86,5	534,6	88,8
Norte	45,7	4,9	57,7	5,3	67,3	6,0	29,8	5,6	32,9	5,5
Sudeste	11,3	1,2	27,7	2,6	46,6	4,1	22,9	4,3	22,9	3,8
Sul	0,0	0,0	2,3	0,2	9,8	0,9	9,5	1,8	0,1	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,3	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0
<b>Adria</b>	<b>440,7</b>	100,0	<b>461,1</b>	100,0	<b>465,8</b>	100,0	<b>221,7</b>	100,0	<b>232,8</b>	100,0
Centro-Oeste	7,5	1,7	11,4	2,5	9,6	2,1	4,4	2,0	3,0	1,3
Nordeste	14,4	3,3	17,6	3,8	21,5	4,6	10,0	4,5	11,7	5,0
Norte	3,8	0,9	3,5	0,8	5,6	1,2	2,6	1,2	2,5	1,1
Sudeste	304,3	69,1	320,1	69,4	303,8	65,2	144,2	65,0	163,1	70,1
Sul	109,6	24,9	106,2	23,0	121,8	26,1	58,6	26,4	51,3	22,0
Exportação	1,1	0,2	2,4	0,5	3,5	0,8	1,9	0,9	1,2	0,5
<b>Consolidado</b>	<b>1.381,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.557,4</b>	<b>100,0</b>	<b>1.593,6</b>	<b>100,0</b>	<b>758,8</b>	<b>100,0</b>	<b>835,5</b>	<b>100,0</b>
Centro Oeste	26,4	1,9	30,6	2,0	31,6	2,0	14,2	1,9	14,3	1,7
Nordeste	878,0	63,6	990,8	63,6	1.001,7	62,9	473,8	62,4	546,2	65,4
Norte	49,4	3,6	61,0	3,9	73,0	4,6	32,3	4,3	35,5	4,2
Sudeste	315,6	22,8	347,7	22,3	350,4	22,0	167,2	22,0	185,9	22,2
Sul	109,6	7,9	108,4	7,0	131,6	8,2	68,2	9,0	51,4	6,2
Exportação	1,1	0,1	2,7	0,2	3,8	0,2	2,2	0,3	1,3	0,2
Outros <sup>1</sup>	1,0	0,1	16,2	1,0	1,5	0,1	0,9	0,1	0,9	0,1

<sup>1</sup> Refere-se a venda de outras mercadorias tais como borra de óleo, ácido graxo, varreduras, dentre outros.

Os volumes de vendas da Companhia e da Adria são apresentados na tabela abaixo, para os períodos e regiões indicados, por segmento de atuação:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de			
	2003	%	2004	%	2005	%	2005	%	2006	%
<i>(Em mil toneladas, exceto as percentagens)</i>										
<b>Companhia</b>	<b>533,4</b>	<b>77,3</b>	<b>598,1</b>	<b>77,4</b>	<b>653,6</b>	<b>79,5</b>	<b>311,5</b>	<b>79,7</b>	<b>352,8</b>	<b>79,7</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>108,9</b>	100,0	<b>118,9</b>	100,0	<b>129,0</b>	100,0	<b>61,5</b>	100,0	<b>69,4</b>	100,0
Centro-Oeste	4,0	3,7	4,0	3,4	4,6	3,6	2,1	3,4	2,3	3,3
Nordeste	95,8	88,0	101,5	85,3	105,5	81,7	50,5	82,2	58,4	84,2
Norte	6,9	6,3	8,4	7,1	10,2	7,9	4,7	7,6	4,8	6,9
Sudeste	2,2	2,0	4,9	4,1	8,6	6,7	4,2	6,8	3,9	5,6
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Massas</b>	<b>68,9</b>	100,0	<b>64,3</b>	100,0	<b>65,9</b>	100,0	<b>30,3</b>	100,0	<b>40,3</b>	100,0
Centro-Oeste	0,6	0,9	0,5	0,8	0,4	0,6	0,2	0,7	0,2	0,5
Nordeste	65,9	95,7	62,0	96,4	64,2	97,4	29,5	97,3	39,2	97,3
Norte	2,3	3,3	1,7	2,6	1,3	2,0	0,6	2,0	0,9	2,2
Sudeste	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Farinha e Farelo</b>	<b>341,7</b>	100,0	<b>392,1</b>	100,0	<b>425,9</b>	100,0	<b>202,8</b>	100,0	<b>227,0</b>	100,0
Centro-Oeste	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Nordeste	336,2	98,4	382,1	97,5	414,7	97,4	198,3	97,8	220,9	97,4
Norte	5,1	1,5	8,0	2,0	7,9	1,9	3,4	1,7	4,4	1,9
Sudeste	0,2	0,1	1,3	0,3	2,6	0,6	0,9	0,4	1,6	0,7
Sul	0,1	0,0	0,7	0,2	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Margarinas e Gorduras Vegetais</b>	<b>13,9</b>	100,0	<b>22,8</b>	100,0	<b>32,8</b>	100,0	<b>16,9</b>	100,0	<b>16,1</b>	100,0
Centro-Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	12,8	92,1	18,8	82,5	25,5	77,8	11,3	66,9	14,9	92,6
Norte	1,1	7,9	1,5	6,6	2,4	7,3	0,9	5,3	1,1	6,8
Sudeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	2,4	10,5	4,7	14,3	4,7	27,8	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,4	0,1	0,3	0,0	0,0	0,1	0,6
<b>Adria</b>	<b>153,4</b>	<b>22,2</b>	<b>148,6</b>	<b>19,2</b>	<b>154,2</b>	<b>18,7</b>	<b>72,1</b>	<b>18,4</b>	<b>81,3</b>	<b>18,4</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>62,4</b>	100,0	<b>62,7</b>	100,0	<b>67,1</b>	100,0	<b>31,6</b>	100,0	<b>34,0</b>	100,0
Centro-Oeste	1,3	2,1	2,2	3,5	1,7	2,5	0,8	2,5	0,6	1,8
Nordeste	4,4	7,1	5,1	8,1	5,7	8,5	2,7	8,5	3,0	8,8
Norte	0,8	1,3	0,6	1,0	0,9	1,3	0,3	0,9	0,5	1,5
Sudeste	35,1	56,2	34,5	55,1	35,2	52,6	16,5	52,3	21,0	61,7
Sul	20,3	32,5	19,4	30,9	22,3	33,2	10,6	33,6	8,3	24,4
Exportação	0,5	0,8	0,9	1,4	1,3	1,9	0,7	2,2	0,6	1,8

<b>Massas</b>	<b>91,0</b>	100,0	<b>85,9</b>	100,0	<b>87,1</b>	100,0	<b>40,5</b>	100,0	<b>47,3</b>	100,0
Centro-Oeste	1,7	1,9	2,0	2,3	1,6	1,8	0,8	2,0	0,5	1,1
Nordeste	0,8	0,9	0,7	0,8	1,0	1,1	0,4	1,0	0,9	1,9
Norte	0,6	0,7	0,8	0,9	1,4	1,6	0,7	1,7	0,4	0,8
Sudeste	72,4	79,5	70,8	82,5	69,3	79,7	32,0	79,0	38,4	81,2
Sul	15,5	17,0	11,6	13,5	13,8	15,8	6,6	16,3	7,1	15,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Companhia</b>	<b>533,3</b>	100,0	<b>598,1</b>	100,0	<b>653,6</b>	100,0	<b>311,4</b>	100,0	<b>352,8</b>	100,0
Centro-Oeste	4,7	0,9	4,5	0,8	5,2	0,8	2,5	0,8	2,5	0,7
Nordeste	510,7	95,7	564,5	94,3	609,9	93,4	289,5	93,0	333,3	94,5
Norte	15,4	2,9	19,5	3,3	21,8	3,3	9,5	3,1	11,3	3,2
Sudeste	2,4	0,5	6,3	1,1	11,3	1,7	5,1	1,6	5,5	1,6
Sul	0,1	0,0	3,2	0,5	5,2	0,8	4,7	1,5	0,1	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
<b>Adria</b>	<b>153,5</b>	100,0	<b>148,6</b>	100,0	<b>154,1</b>	100,0	<b>72,3</b>	100,0	<b>81,3</b>	100,0
Centro-Oeste	3,0	2,0	4,2	2,8	3,4	2,2	1,5	2,1	1,1	1,4
Nordeste	5,3	3,5	5,7	3,8	6,6	4,3	3,1	4,3	3,8	4,7
Norte	1,4	0,9	1,4	0,9	2,2	1,4	1,1	1,5	0,9	1,1
Sudeste	107,5	70,0	105,3	71,0	104,5	67,9	48,6	67,2	59,4	73,0
Sul	35,8	23,3	31,1	20,9	36,1	23,4	17,2	23,8	15,5	19,1
Exportação	0,5	0,3	0,9	0,6	1,3	0,8	0,8	1,1	0,6	0,7
<b>Consolidado</b>	<b>690,3</b>	<b>100,0</b>	<b>772,4</b>	<b>100,0</b>	<b>822,6</b>	<b>100,0</b>	<b>390,9</b>	<b>100,0</b>	<b>442,6</b>	<b>100,0</b>
Centro-Oeste	7,7	1,1	8,7	1,1	8,6	1,0	4,0	1,0	3,6	0,8
Nordeste	515,9	74,8	570,3	73,9	616,5	75,0	292,6	74,9	337,2	76,1
Norte	16,8	2,4	20,9	2,7	24,1	2,9	10,6	2,7	12,2	2,8
Sudeste	109,9	15,9	111,6	14,5	115,8	14,1	53,7	13,7	64,9	14,7
Sul	35,9	5,2	34,2	4,4	41,3	5,0	21,9	5,6	15,5	3,5
Exportação	0,5	0,1	1,0	0,1	1,5	0,2	0,8	0,2	0,7	0,2
Outros <sup>1</sup>	3,6	0,5	25,7	3,3	14,8	1,8	7,3	1,9	8,5	1,9

<sup>1</sup>Refere-se a volume de vendas de outras mercadorias, tais como borra de óleo, ácido graxo, varreduras, soja, dentre outras.

### Política de Crédito

De acordo com a nossa política de crédito, concedemos um prazo médio de pagamento de 30,5 dias contados da data de emissão da nota fiscal para nossos clientes. As grandes redes de supermercado, consideradas isoladamente, tiveram, em média, 37,3 dias para pagamento de suas compras, contados da data da emissão da respectiva nota fiscal. Durante os exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,6%, 1,4% e 1,7% de nossa receita líquida, respectivamente. Em 30 de junho de 2005 e 2006, a média de inadimplência de nossos clientes foi de aproximadamente 1,1% e 1,0% de nossa receita líquida, respectivamente.



## Estrutura de Vendas e Distribuição

A quase totalidade das nossas vendas é efetuada no Brasil. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, 99,9%, 99,8% e 99,8% da nossa receita operacional bruta advieram de vendas realizadas no território nacional, respectivamente. Nos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, 92,7% e 99,8% de nossa receita operacional bruta advieram de vendas realizadas no território nacional, respectivamente.

No Brasil, nossas vendas são realizadas por meio da combinação de canais de vendas diretos e indiretos. Vendas diretas compreendem as vendas realizadas através de nossas filiais ou representantes comerciais, por meio do sistema de pronta-entrega e também por parte das vendas da equipe de pré-venda. As vendas indiretas compreendem as vendas realizadas por distribuidores terceirizados.

Nesse contexto, o mix de nosso faturamento bruto relativo às vendas diretas a consumidores e às vendas a intermediários é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de junho de	
	2003	2004	2005	2005	2006
Vendas Diretas a Consumidores	52,3%	50,3%	52,4%	52,2%	49,9%
Vendas a Intermediários	47,7%	49,7%	47,6%	47,8%	50,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Acreditamos que nossa extensa rede de vendas diretas e o nosso estreito relacionamento com os canais indiretos asseguram a nossa forte presença no território nacional e o contato próximo com os nossos clientes, criando um vínculo que garante a fidelização da nossa clientela e, ao mesmo tempo, aumentando a nossa base de clientes, o que nos permite ter um baixo grau de dependência das nossas vendas em relação às grandes redes.

Ainda no que se refere aos nossos canais de vendas diretos, produzimos itens dos segmentos de massas e margarinas para determinados distribuidores e indústrias que possuem suas próprias marcas. Nós nos referimos a esta atividade como produção de marcas de terceiros.

### *Vendas por Meio de Canais Diretos*

As vendas por meio de canais diretos são realizadas para varejistas e consumidores finais por vendedores próprios e representantes comerciais. Em 30 de junho de 2006, contávamos com 547 vendedores próprios e 37 representantes comerciais. A remuneração de cada vendedor interno é composta por um valor fixo e uma parcela variável que é determinada com uma combinação de diversos fatores de medição de desempenho tais como: valor vendido, índice de inadimplência da carteira, *mix* de produtos e número de clientes. Os representantes comerciais recebem, a título de remuneração, uma comissão baseada no total de vendas efetuadas e efetivamente recebidas.

Utilizamos, basicamente, dois sistemas de comercialização para o varejo tradicional (pequenos e médios comerciantes): o de pronta-entrega e o de pré-venda. Para atendimento às grandes redes de supermercados varejistas, o sistema mais adotado é o de pré-venda.

#### *Sistema de pronta-entrega*

De acordo com esse sistema, a venda e a entrega dos nossos produtos são realizadas no mesmo instante por nossa equipe de vendedores, que executam seu trabalho em veículos previamente abastecidos com os nossos produtos em uma de nossas unidades industriais ou comerciais. Nesse sistema, os veículos utilizados são dos próprios vendedores, os quais atuam com grande autonomia em relação ao atendimento aos clientes devendo, contudo, cumprir rotas e frequência de visitas, cujo cumprimento é garantido por supervisores que, alternadamente, acompanham os vendedores em suas rotas.

### ***Sistema de pré-venda***

De acordo com esse sistema, a venda é realizada por vendedores que utilizam motos, seguindo rotas pré-estabelecidas. Os pedidos são recepcionados e distribuídos por rotas previamente estabelecidas por nossa área de logística, que programa a entrega dos produtos nas condições contratadas com o cliente. As entregas dos produtos vendidos são realizadas com veículos nossos e de terceiros ou pelo próprio cliente, que pode efetuar a retirada daqueles em nossos estabelecimentos, dependendo do tipo de venda realizada, seja ela FOB (*Free on Board*) ou CIF (*Cost, Insurance and Freight*).

### ***Vendas por Meio de Canais Indiretos***

As vendas por meio de canais indiretos são realizadas a atacadistas e distribuidores que, mediante um limite de crédito, adquirem os nossos produtos e revendem a pequenos e médios comerciantes. Em 30 de junho de 2006, contávamos com, aproximadamente, 290 distribuidores indiretos.

### **Matéria-Prima e Fornecedores**

Nossas principais matérias-primas são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, gorduras vegetais e o açúcar, que contribuíram, no primeiro semestre de 2006, com 50,6% do nosso custo dos produtos vendidos. Tais matérias-primas são consideradas *commodities* e seu valor varia de acordo com os preços internacionais de mercado, que mudam devido a vários fatores, com destaque para o desempenho da safra agrícola nos países produtores. As embalagens representaram no primeiro semestre de 2006, 15,5% dos nossos custos dos produtos vendidos. O preço desses insumos é relativamente volátil, uma vez que tende a acompanhar o preço do petróleo que, historicamente, sofreu grandes flutuações. Para maiores informações sobre o preço das *commodities*, ver as seções “Fatores de Risco – O preço de nossas matérias-primas e de nossas embalagens é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso relevante para nós” e “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados – Cenário Macroeconômico Brasileiro”.

A partir de 1992, com a inauguração do Moinho Dias Branco, no Estado do Ceará, passamos a produzir a principal matéria-prima dos segmentos de biscoitos e massas que produzimos - a farinha de trigo - de forma a minimizar nossa dependência em relação aos fornecedores deste insumo.

Em meados de 2002, passamos a produzir margarinas e gorduras vegetais na nossa então recém inaugurada Divisão G.M.E. no Estado do Ceará. Isto nos permitiu produzir parte significativa de gorduras vegetais, que são a segunda matéria-prima mais usada na nossa produção de biscoitos. A Divisão G.M.E. também fabrica o hidrogênio que usamos na nossa produção de margarinas e óleos vegetais.

Os prazos de pagamentos das matérias-primas que adquirimos variam entre 28 e 45 dias após a entrega das mesmas, exceto no que se refere à aquisição de trigo em grão e óleos vegetais, cujos prazos médios de pagamento são de 1 ano.

### **Marketing**

Nos anos de 2003, 2004 e 2005, investimos em campanhas publicitárias, respectivamente, R\$12,2 milhões (ou 0,9% de nossa receita líquida), R\$11,1 milhões (ou 0,7% de nossa receita líquida) e R\$15,7 milhões (ou 0,9% de nossa receita líquida), respectivamente. Nos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, investimos em campanhas publicitárias, R\$ 4,8 milhões (ou 0,8% de nossa receita líquida) e R\$ 4,1 milhões (ou 0,6% de nossa receita líquida), respectivamente.

Nossos esforços de marketing são direcionados, principalmente, para as seguintes ações:

- desenvolvimento de embalagens;
- desenvolvimento de materiais e orientações de *merchandising*;
- mídia e estratégias de comunicação;
- eventos promocionais;
- análise de oportunidades de crescimento;
- análise de portfólio;
- definição de posicionamento de produtos no mercado; e
- lançamento de novos produtos.

### Concorrência

Os segmentos de mercado em que atuamos são altamente competitivos e pulverizados (veja a seção “O Setor de Consumo e a Indústria de Moagem de Trigo, Biscoitos e Massas”). O posicionamento das marcas, nossa imagem, o lançamento de novos produtos e a publicidade são fatores importantes nesta competição. Competimos com outras companhias tradicionais, tanto nacionais quanto multinacionais, tais como Nestlé, J. Macedo, Kraft Foods, Bunge, Danone e Marilan, dentre outras. Enfrentamos, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que acreditamos que alguns deles operam no mercado informal e, desta forma, podem oferecer preços mais baixos que os nossos.

Nossos principais concorrentes para os segmentos de nossos produtos estão indicados abaixo:

- biscoitos: Nestlé, Danone, Kraft Foods e Marilan;
- massas: Selmi, Bunge, Domingos Costa, Santa Amália e Piraquê;
- farinha de trigo: Bunge, J. Macedo, Água Branca, Pacífico e Indústrias Reunidas São Jorge; e
- margarinas e gorduras vegetais: Bunge, Sadia e Unilever.

Segundo a AC Nielsen, nossa participação de mercado no segmento de biscoitos (em toneladas vendidas), no âmbito nacional e nas regiões Nordeste e Sudeste, no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, era:

<b><i>Brasil</i></b>		<b><i>Região Nordeste</i></b>	
<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>14,1%</b>	<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>25,6%</b>
Nestlé	8,3%	Bom Gosto	15,5%
Marilan	7,6%	Marilan	5,9%
Nabisco	5,9%	Pelagio Oliveira	5,9%
Bauducco	5,3%	Pilar	5,0%
Bom Gosto	5,0%	Bauducco	3,4%
<b>Outros</b>	<b>53,8%</b>	<b>Outros</b>	<b>38,7%</b>

<b><i>Região Sudeste</i></b>		<b><i>Região Centro-Oeste<sup>1</sup></i></b>	
Nestlé	11,5%	Cipa/Mabel	19,7%
Marilan	9,4%	<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>11,0%</b>
Nabisco	8,9%	Nestlé	10,5%
Aymore	7,8%	Marilan	8,3%
<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>7,4%</b>	Bauducco	6,0%
Piraquê	7,1%	Aymore	2,7%
<b>Outros</b>	<b>47,9%</b>	<b>Outros</b>	<b>41,8%</b>

### *Região Sul*

<b>Marcas M.Dias Branco</b>	14,9%
Parati	9,5%
Nabisco	<b>8,9%</b>
Nestlé	8,4%
Bauducco	6,1%
Marilan	5,2%
<b>Outros</b>	<b>47,0%</b>

<sup>1</sup> Refere-se à participação no mercado da região Centro-Oeste, com exceção do Estado do Mato Grosso.

Segundo a AC Nielsen, nossa participação de mercado no segmento de massas (em toneladas vendidas), no âmbito nacional e nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul, no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, era:

<i>Brasil</i>		<i>Região Sudeste</i>		<i>Região Centro-Oeste<sup>1</sup></i>	
<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>16,4%</b>	<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>16,6%</b>	Emege	34,8%
T. Selmi	11,3%	T. Selmi	14,8%	T. Selmi	15,5%
T. J.Macedo	11,1%	T. Santa Amália Cia.	12,7%	Liane	10,9%
T. Santa Amália Cia.	7,0%	T. J.Macedo	10,0%	Santa Amalia	4,2%
T. Vilma Cia.	5,3%	T. Vilma Cia.	9,9%	<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>3,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>48,9%</b>	<b>Outros</b>	<b>36,0%</b>	<b>Outros</b>	<b>30,9%</b>

### *Região Nordeste<sup>2</sup>*

<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>21,8%</b>
T. J.Macedo	20,0%
T. Bom Gosto Cia.	11,1%
T. Pilar Cia.	7,8%
Técnica Bras. de Alimentos	3,6%
<b>Outros</b>	<b>35,7%</b>

### *Região Sul*

T. Selmi	15,9%
<b>Marcas M.Dias Branco</b>	<b>12,2%</b>
Parati	8,2%
T. J.Macedo	4,2%
Rosane	3,9%
<b>Outros</b>	<b>55,6%</b>

<sup>1</sup> Refere-se à participação no mercado da Região Centro-Oeste, com exceção do Estado do Mato Grosso.

<sup>2</sup> Refere-se à participação no mercado da Região Nordeste, com exceção dos Estados de Piauí e Maranhão.

Para maiores detalhes sobre a participação de mercado dos competidores de cada um destes produtos, veja a seção “O Setor de Consumo e a Indústria de Moagem de Trigo, Biscoitos e Massas”.

## **Plantas Industriais e Equipamentos**

Contamos com um moderno parque industrial estrategicamente localizado em nossos principais mercados, formado por 10 plantas industriais com equipamentos de última geração, atendendo aos mais rigorosos padrões de qualidade.

A tabela abaixo relaciona nossas principais plantas industriais:

Unidade	Localização	Área Total (em m <sup>2</sup> )	Área Construída (em m <sup>2</sup> )	Titularidade da Planta
Fábrica Fortaleza	Eusébio	508.050,0	99.716,0	Companhia
GME – Divisão de Gorduras e Margarinas Especiais	Fortaleza	53.332,5	19.535,5	Companhia (Promitente Compradora)
GMP – Grande Moinho Potiguar	Natal	9.107,0	20.519,0	Companhia
Moinho Dias Branco	Fortaleza	9.655,0	33.678,4	Companhia (Arrendatária)
GMA – Grande Moinho Aratu	Salvador	368.982,0	117.726,1	Companhia
GMT – Grande Moinho Tambaú	Cabedelo	37.489,0	26.438,4	Companhia (Arrendatária)
Jaboticabal	Jaboticabal	21.600,0	19.238,0	Adria (Fiduciante)
São Caetano do Sul	São Caetano do Sul	9.777,0	14.671,0	Adria
Lençóis Paulistas	Lençóis Paulistas	10.427,6	10.427,6	Adria
Bento Gonçalves	Bento Gonçalves	133.242,0	21.300,0	Adria

A filial Grande Moinho Aratu encontra-se onerada por hipotecas que garantem, em conjunto com outros bens e garantias, contratos firmados com o BNB pela Companhia, no valor aproximado de R\$86,8 milhões, e pelo Terminal Portuário do Cotegipe Ltda., no valor aproximado de R\$32,4 milhões, no valor total de, aproximadamente, R\$ 119,3 milhões na data de sua celebração Ver “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Endividamento – Contratos Financeiros Relevantes – BNB e “Operações com Partes Relacionadas”.

A unidade de Jaboticabal encontra-se gravada com alienação fiduciária em garantia, constituída em favor de Eldino Zeli, Renato Celestino, José Zeli e Rubens Celestino, decorrente de uma confissão de dívida pela Adria, no valor de US\$10 milhões, com vencimento final em 22 de setembro de 2009. A referida dívida é também garantida pela fiança da Companhia e, em 30 de junho de 2006, era de US\$5,8 milhões. Ver “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Endividamento – Outras Obrigações Decorrentes de Contratos”.

A unidade industrial do complexo Aratu conta com a mais moderna tecnologia mundial para fabricação de biscoitos e massas e está inserida num complexo que inclui, além da fábrica e do moinho de trigo, um terminal portuário de grãos, controlado por FISDB. Acreditamos que a localização do terminal no próprio complexo de Aratu garante agilidade e redução de custos no recebimento do trigo.

A unidade de Aratu agregou cerca de 26,0% à nossa capacidade de produção de biscoitos e massas e 58,3% à capacidade de moagem de trigo da Companhia. Esta unidade perfaz cerca de 29,6% da capacidade total de produção da Companhia, e ainda não está operando em plena capacidade. Em 2005, Aratu operou a cerca 25,6% e 4,1% de capacidade de suas fábricas de biscoitos e massas, respectivamente. Já as demais unidades fabris operaram, em conjunto, com cerca de 81,8% e 61,7% de capacidade de produção de biscoitos e massas, respectivamente.

A unidade de Aratu nos favorece no que diz respeito: (i) ao aumento de escala de produção; (ii) à melhora na integração logística devido à sua localização – entre o Sudeste e Nordeste – e por estar acoplada a um terminal portuário; (iii) ao aumento do nível de verticalização do grupo – uma vez que é autosuficiente em farinha de trigo; e (iv) por ter sido projetada de forma que sua duplicação demande somente aquisição de máquinas – toda a estrutura civil já está preparada para expansão, promovendo agilidade e custos marginais quando a mesma for executada.

As estruturas físicas dos complexos de Aratu e Tambaú foram projetadas de modo a permitir expansão rápida e a baixo custo de implementação. A unidade de Aratu possui dois moinhos, uma linha de massas instantâneas, três linhas de massas em geral e três linhas de biscoitos, incluindo empacotamento automático. A unidade de Tambaú possui tamanho inferior a Aratu, com um moinho e duas linhas de massas em geral.

Investimos cerca de R\$400 milhões para a construção e operação dos dois complexos. Em uma eventual expansão de capacidade nas duas unidades, possuímos estrutura física para, em Aratu, aumentar a capacidade de moagem em 50,0% e duplicar o número das linhas de produção de biscoitos e massas. Em Tambaú, possuímos estrutura física para duplicar as operações de moagem de trigo e massas. Estimamos que R\$100 milhões seriam necessários para tais ampliações.

Nossas operações não dependem significativamente de nenhum de nossos equipamentos considerados individualmente.

#### **Produção de Biscoitos e Massas do Complexo de Aratu e Fábrica Fortaleza**

<b>Fábricas de Biscoitos e Massas</b>	<b>Grande Moinho Aratu</b>	<b>Fábrica Fortaleza</b>
Produção em 2005 ( <i>Em mil toneladas</i> )	17,1	158,0
Produção no período de 6 meses encerrado em 2006 ( <i>Em mil toneladas</i> )	18,9	76,7
Número de Funcionários <sup>(1)</sup>	1.363	3.281

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2006.

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção em cada uma das nossas unidades industriais, em mil toneladas, nos períodos indicados:

Capacidade Produtiva / Produção Efetiva	Biscoitos		Massas		Farinha de Trigo e Farelo		Gorduras, Margarinas e Cremes Vegetais		Total	
	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Fábrica Fortaleza	158,0	79,0	61,6	30,8	-	-	-	-	219,6	109,8
Moinho Dias Branco	-	-	-	-	384,8	192,4	-	-	384,8	192,4
GME – Divisão de Gorduras e Margarinas Especiais	-	-	-	-	-	-	78,0	39,0	78,0	39,0
Grande Moinho Potiguar	-	-	36,0	18,0	174,1	87,1	-	-	210,1	105,1
Grande Moinho Aratu	56,7	32,1	64,1	32,1	386,6	193,3	-	-	507,4	257,5
GMT – Grande Moinho Tambaú	-	-	31,1	15,6	104,5	52,3	-	-	135,6	67,9
São Caetano do Sul	-	-	54,0	27,0	-	-	-	-	54,0	27,0
Bento Gonçalves	33,6	16,8	10,8	5,4	-	-	-	-	44,4	22,2
Jaboticabal	-	-	50,4	25,2	-	-	-	-	50,4	25,2
Lençóis Paulistas	28,8	14,4	-	-	-	-	-	-	28,8	14,4
<b>Capacidade Total de Produção</b>	277,1	142,3	308,0	154,1	1.050,0	525,1	78,0	39,0	1.713,1	860,5
<b>Produção Total</b>	194,7	102,0	153,1	87,2	663,4	355,0	53,1	26,9	1.064,3	571,1
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	70,3%	71,7%	49,7%	56,6%	63,2%	67,6%	68,1%	69,0%	62,1%	66,4%

## Pesquisa e Desenvolvimento

Temos preocupação constante e dedicamos esforços significativos na inovação e desenvolvimento de nossos produtos. Mantemos 17 centros de pesquisa e análise, sendo (i) 4 centros de pesquisa nas unidades da Fábrica Fortaleza, GME – Divisão de Gorduras e Margarinas Especiais, São Caetano do Sul e Bento Gonçalves; (ii) 13 centros de análise assim distribuídos: 01 na Fábrica Fortaleza, 01 no Moinho Dias Branco, 02 na GME – Divisão de Gorduras e Margarinas Especiais, 01 no Moinho Potiguar, 02 no Moinho Tambaú, 02 no Moinho Aratu, 01 em São Caetano do Sul, 01 em Bento Gonçalves, 01 em Lençóis Paulistas e 01 em Jaboticabal. Nossos centros de pesquisa desenvolvem novos produtos enquanto os nossos centros de análise focam nos testes de qualidade dos produtos e das matérias-primas. Mesmo nas unidades industriais que só possuem centro de análise, estes realizam também atividades de pesquisa.

No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, investimos em pesquisa e desenvolvimento de produtos a quantia de R\$0,5 milhões, em comparação com R\$ 0,8 milhões investidos no período de 6 meses encerrado em 30 de junho 2005, representando 0,08% e 0,14% da nossa receita líquida nos períodos, respectivamente. Em 2005, investimos aproximadamente R\$1,6 milhões no desenvolvimento de novos produtos, em comparação com R\$1,1 milhões em 2004 e R\$1,4 milhões em 2003. Tais valores

representaram 0,13%, 0,10% e 0,13% da nossa receita líquida nos anos de 2005, 2004 e 2003, respectivamente. Vale ressaltar que em função da compra de equipamentos para a fabricação de novos produtos, como *YOI* e *Tortinhas*, foram investidos em ativos o valor total de R\$8,5 milhões do ano de 2004 ao período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006.

### **Incentivos Fiscais**

Possuímos benefícios fiscais em âmbito federal e estadual.

#### ***Benefício Federal – ADENE – Imposto de Renda***

Nossas unidades industriais localizadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia são titulares de benefício fiscal federal da ADENE (“Agência de Desenvolvimento do Nordeste”), variando atualmente de 25,0% a 75,0% de redução da base de cálculo do imposto de renda, conforme o caso, que passarão a variar no futuro de 12,5% a 75,0% a partir de janeiro de 2009, calculado com base no lucro de exploração, conforme detalhado na tabela abaixo:

<b>Unidades industriais</b>	<b>Percentual de redução da base de cálculo do IRPJ</b>	<b>Período de validade</b>
Fábrica Fortaleza	25,0% 12,5%	até dez / 2008 de jan / 2009 até dez / 2013
Moinho Dias Branco	25,0% 12,5%	até dez / 2008 de jan / 2009 até dez / 2013
Divisão GME - Gorduras e Margarinas Especiais	75,0%	até dez / 2012
Grande Moinho Potiguar	75,0%	até dez / 2010
Grande Moinho Aratu	75,0%	até dez / 2013

Estamos em estágio de repactuação com a ADENE para prorrogar os prazos dos benefícios fiscais dos quais somos titulares.

A redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis aplica-se até o limite de produção dentro da capacidade instalada prevista nos laudos constitutivos para cada uma de nossas plantas industriais titulares de tal benefício fiscal. Para detalhes sobre nossa capacidade instalada atual em cada uma de nossas plantas industriais, veja os itens “- Produtos” e “- Plantas Industriais”.

### **Benefícios Estaduais – ICMS**

Os benefícios fiscais estaduais de que usufruímos podem ser descritos conforme detalhamos a seguir:

#### ***PROVIN***

O PROVIN consiste em subvenção para investimento concedida pelo Estado do Ceará às unidades Moinho Dias Branco e Divisão G.M.E. mediante devolução de 56,3% do ICMS devido pela Companhia, sob os produtos fabricados naquelas unidades. Este benefício é válido até dezembro de 2015 e dezembro de 2017, respectivamente.



A partir de julho de 2006, a subvenção para investimentos concedida pelo Estado do Ceará (PROVIN) à unidade Moinho Dias Branco foi estendida à Fábrica Fortaleza, proporcionando a devolução de 56,3% do ICMS contido no valor do trigo em grão utilizado na fabricação da farinha de trigo integrante do custo das biscoitos e massas produzidos naquela unidade.

#### *PROADI*

O PROADI consiste em subvenção para investimento concedida pelo Estado do Rio Grande do Norte à unidade Grande Moinho Potiguar mediante devolução de 73,4% do ICMS devido pela Companhia, sob os produtos fabricados naquelas unidades. Este benefício é válido até fevereiro de 2014.

#### *DESENVOLVE*

O DESENVOLVE consiste em subvenção para investimento concedida pelo Estado da Bahia à unidade Grande Moinho Aratu mediante devolução de 81,0% do ICMS devido pela Companhia, sob os produtos fabricados naquelas unidades. Este benefício é válido até novembro de 2015.

#### *FAIN*

O FAIN consiste em subvenção para investimento concedida pelo Estado da Paraíba à unidade Grande Moinho Tambaú mediante crédito presumido de 81,0% do ICMS devido nas nossas operações de aquisição de trigo em grão. Este benefício é válido até janeiro de 2015.

Para maiores informações sobre nossos benefícios fiscais, ver “- Produtos” e “- Plantas Industriais”.

### **Propriedade intelectual**

Nossas principais propriedades intelectuais são nossas várias marcas, tais como *Fortaleza*, *Richester*, *Adria*, *Isabela*, *Basilar* e *Zabet*. Optamos por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo diferentes camadas da população brasileira.

#### ***Marcas***

A propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Em 31 de agosto de 2006, possuíamos, aproximadamente, 428 marcas registradas e 743 marcas em processo de registro perante o INPI.

A marca *Fortaleza*, com forte presença nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, abrange biscoitos e massas. A marca *Richester* é considerada uma marca *premium*, abrangendo um amplo portfólio de biscoitos e massas voltados para variados nichos do mercado. Atualmente, a *Richester* está amplamente presente em Fortaleza e no Rio de Janeiro.

#### ***Patentes***

Em 30 de junho de 2006, a Adria possuía 2 pedidos de patentes para proteger suas invenções, ambas relacionadas ao processo de fabricação de tipos específicos de biscoitos, destacando-se o biscoito com recheio externo.

Além de buscar a proteção das marcas no Brasil, também buscamos proteger nossas principais marcas em outros países. Desta forma, possuímos marcas depositadas e/ou registradas em vários países, incluindo Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru, Uruguai, Angola, Austrália, Cuba, Canadá, Paraguai, Moçambique.

### ***Desenhos industriais***

Em 30 de junho de 2006, também possuíamos, aproximadamente, 62 desenhos industriais concedidos pelo INPI, os quais visam a proteger a forma de nossos produtos.

### ***Nomes de domínio***

Em 30 de junho de 2006, éramos titulares de, aproximadamente, 66 nomes de domínio, incluindo [www.mdiasbranco.com.br](http://www.mdiasbranco.com.br) e [www.adria.com.br](http://www.adria.com.br).

### ***Direitos autorais***

Além das marcas, patentes, desenhos industriais e nomes de domínio, nós e nossas controladas também somos titulares de diversos registros de direito autoral que visam a proteger, principalmente, figuras (desenhos) que se destacam nas embalagens de nossos produtos. Em 30 de junho de 2006, a Companhia era titular de 44 registros de direito autoral, junto ao Instituto Nacional de Belas Artes.

### **Contratos Relevantes**

Nossos principais contratos são de natureza financeira e comercial. Nós não possuímos qualquer contrato relevante que não seja relacionado às nossas atividades operacionais. Para uma descrição dos contratos de natureza financeira, veja a seção “Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Endividamento – Contratos Financeiros Relevantes”.

### **Meio Ambiente**

Nossas atividades estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem, ainda, caracterizar crime ambiental, atingindo, além da Companhia, os nossos administradores, que podem até ser presos. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais podem implicar responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas

mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor a obrigação de destinar recursos à implantação e manutenção de unidades de conservação, no montante de, no mínimo, 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$10,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

No desenvolvimento e na execução de nossas atividades industriais ao longo de nossos quase 60 anos temos buscado adotar as melhores práticas de gestão ambiental disponíveis.

A preservação do meio ambiente sempre esteve presente em nossa filosofia empresarial, direcionando muitas de nossas ações, especialmente na tentativa de equilibrar o crescimento sócio-econômico com a preservação ambiental, com vista à materialização de um efetivo desenvolvimento sustentável.

Nós procuramos executar todas as nossas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes. Atualmente, nossas unidades operacionais encontram-se em operação com as devidas licenças ambientais em vigor ou em processo de renovação.

Não somos parte em qualquer acordo ou contrato que nos sujeitem a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

### ***Recursos hídricos***

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) determina que o uso de corpos d'água para fins de captação ou lançamento de efluentes deverá ser previamente autorizado pelas autoridades competentes, por meio de documento de outorga de direito de uso.

Em nossas atividades, nós utilizamos recursos hídricos provenientes de captação superficial, subterrânea ou, ainda, de abastecimento público por empresas concessionárias. Todas as captações de água superficial e subterrânea possuem outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Os efluentes gerados em nosso processo industrial são previamente tratados em estações próprias de tratamento de efluentes para posteriormente serem lançados na rede pública coletora de esgotos ou em cursos d'água, observando os padrões de emissão estabelecidos na legislação aplicável.

### ***Resíduos sólidos***

Nossas atividades industriais geram resíduos sólidos que são gerenciados, segundo a legislação ambiental aplicável, desde seu armazenamento temporário, até seu transporte e eliminação. Tais resíduos incluem lodos de estações de tratamento de efluentes, produtos fora de nossos padrões de qualidade ou com prazo de validade vencido e embalagens vazias. Dependendo do tipo de resíduo, promovemos sua reciclagem ou envio a fabricantes de ração animal ou para aterros sanitários devidamente licenciados. Algumas das empresas que recebem nossos resíduos sólidos não se encontram licenciadas, apesar de exigirmos durante a contratação o licenciamento das mesmas. Apesar de remota a possibilidade, não podemos descartar a

eventual responsabilização ambiental solidária da Companhia por danos ocasionados por tais empresas. Ver a seção “Fatores de Risco - Estamos sujeitos a um rígido controle e extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar em um aumento de nossos custos, provocando um efeito adverso relevante para nós”.

### ***Produtos controlados***

Em nossas atividades industriais, utilizamos produtos controlados pela Polícia Federal, como amônia, que é empregada no processo de tratamento de nossos efluentes. Para o uso de tais produtos, mantemos as licenças exigidas pela legislação aplicável.

### **Vigilância Sanitária**

A Companhia e suas subsidiárias procuram atender todos os requisitos do licenciamento sanitário para suas unidades fabris, depósitos, unidades comerciais e demais filiais que desenvolvem atividades diretamente relacionadas à produção de alimentos como uma de suas principais premissas para sua atuação no setor alimentício. Para mais informações, veja “Aspectos Regulatórios da Indústria”.

### **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**

Nos termos da regulamentação acima, a linha de margarinas e gorduras vegetais produzidas pela Companhia na unidade de Fortaleza está sujeita ao registro e fiscalização do MAPA/SIF (Serviço de Inspeção Federal). A Companhia procura observar a regulamentação aplicável, em especial no tocante ao registro perante o DIPOA do MAPA de seus produtos e unidades industriais. Para mais informações, veja “Aspectos Regulatórios da Indústria”.

### **Seguros**

Mantemos algumas apólices junto a companhias de seguros brasileiras líderes em seus mercados de atuação. Nossas apólices de seguro cobrem parte de nosso patrimônio contra riscos potenciais existentes desde o início da produção, tais como danos materiais decorrentes de incêndio, desmoronamento, raios e explosão de gás. Acreditamos que tais apólices de seguro contêm termos e condições comumente usados em apólices de outros imóveis localizados na mesma região dos nossos bens por elas assegurados. Não possuímos, contudo, quaisquer apólices de seguros e/ou coberturas para responsabilidade civil e lucros cessantes.

Nossa administração acredita que a cobertura de seguro para nossos imóveis é adequada. Contudo, não podemos garantir que o valor de seguro que mantemos será suficiente para nos proteger de perdas relevantes. Para mais informações, veja “Fatores de Risco - Os seguros mantidos por nós podem não prover a cobertura completa dos riscos a que estamos sujeitos, ou podem não estar disponíveis a um custo razoável”.

### **Colaboradores**

Em 30 de junho de 2006, contávamos com 9.255 Colaboradores, alocados da seguinte forma: 53, 0% na produção, 27,0% na área comercial, 13,0% na área de logística, 5,0% na área administrativa/financeira, 1,0% na área de tecnologia da informação e 1,0% na área de recursos humanos.

O quadro abaixo demonstra a evolução do número de empregados da Companhia, em 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 30 de junho de 2006:

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
	2003	2004	2005	2006
<b>Plantas Industriais</b>				
Fábrica Fortaleza	3.079	3.119	3.280	3.281
Grande Moinho Aratu	137	416	1.452	1.363
GME – Divisão de Gorduras e Margarinas Especiais	284	344	386	382
Moinho Dias Branco	239	239	227	231
Grande Moinho Potiguar	211	223	240	235
GMT – Grande Moinho Tambaú	3	10	213	199
Subtotal	3.953	4.351	5.798	5691
<b>Unidades Comerciais</b>				
Jaboatão	173	176	307	303
Teresina	130	152	192	200
São Luis	125	135	154	156
Petrolina	104	109	118	119
Crato	95	94	105	104
Conquista	32	38	54	63
Maceió	0	0	19	62
J.Pessoa	24	27	40	40
Belém	1	2	2	1
Salvador	152	263	0	0
Feira	85	0	0	0
São Paulo	1	0	0	0
Macaíba	1	1	0	0
Subtotal	923	997	991	1.048
<b>Total</b>	<b>4.876</b>	<b>5.348</b>	<b>6.789</b>	<b>6.739</b>

O quadro abaixo demonstra a evolução do número de empregados da Adria, em 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 30 de junho de 2006:

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
	2003	2004	2005	2006
<b>Plantas Industriais</b>				
São Caetano do Sul	492	579	536	542
Lençóis.Paulistas	503	451	486	486
Jaboticabal	434	404	414	398
Bento Goncalves	953	859	923	904
<b>Unidades Comerciais</b>				
Rio de Janeiro	72	87	90	88
Canoas	1	70	87	96
Salvador	1	2	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>2.456</b>	<b>2.452</b>	<b>2.538</b>	<b>2.516</b>

A maioria dos nossos Colaboradores é filiada aos sindicatos vários da categoria de trabalhadores das indústrias de massas alimentícias e biscoitos existentes nas localidades de nossas plantas e unidades comerciais.

### ***Política de recursos humanos***

Nossa política de recursos humanos está pautada em três aspectos fundamentais: recrutamento, integração e acompanhamento do Colaborador. Assim sendo, realizamos um cuidadoso processo de recrutamento e submetemos nossos Colaboradores a um amplo processo de integração, desenvolvimento e reciclagem, por meio de programas de treinamento técnico, operacional e comportamental. Acreditamos que em razão da adoção destas práticas, temos tido baixos níveis de rotatividade em nosso quadro de funcionários, pequeno número de ações trabalhistas e elevação dos nossos índices de produtividade.

Nos últimos cinco anos, não registramos a ocorrência de greves ou de movimentos de Colaboradores ou sindicatos com paralisação da produção nem ações coletivas propostas pelos sindicatos.

### ***Benefícios***

Os pacotes de benefícios concedidos à maioria dos nossos Colaboradores incluem seguro de vida, assistência médica e odontológica, bolsas de estudo para cursos de nível superior, curso supletivo de ensino fundamental e médio, cursos de inglês e informática, transporte coletivo com frota própria e vale-transporte, refeição ou vale-refeição e auxílio-creche.

Os empregados da Companhia contam, além daqueles do parágrafo anterior, com um prêmio de assiduidade, calculado de forma inversamente proporcional às faltas do empregado no período, possibilitando aos empregados receberem um 14º salário por ano.

O pacote de benefícios concedido aos empregados da Adria, por sua vez, inclui, além daqueles citados no primeiro parágrafo deste tópico, a participação dos empregados nos lucros e resultados da empresa.

### **Responsabilidade Social**

Temos por prática realizar doações e patrocínios para eventos culturais nos termos previstos na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (“Lei Rouanet”).

### **Pendências judiciais e administrativas**

Somos parte em diversas ações judiciais oriundas do curso normal de nossos negócios, o que inclui ações cíveis, ambientais, tributárias e trabalhistas. A maior parte das ações nas quais figuramos como réis envolvem problemas usuais e peculiares de nossos negócios, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas contratuais de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

Nós mantemos provisões em nossos balanços patrimoniais para perdas prováveis. De acordo com o BR GAAP, devemos provisionar valores de estimativas de perdas prováveis em processos judiciais e administrativos em relação às quais, na opinião de nossa diretoria e de nossos advogados externos, acreditemos que um resultado desfavorável é provável e a perda pode ser razoavelmente estimada. Em 30 de junho de 2006, as provisões feitas para fazer frente às perdas consideradas prováveis em decorrência desses processos, com base na opinião de nossos consultores jurídicos externos, totalizavam o montante de R\$31,2 milhões.

Em 30 de junho de 2006, nossas pendências judiciais e administrativas cujas expectativas de êxito, baseadas na opinião de nossos consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizavam aproximadamente uma contingência de R\$149,0 milhões referentes a contingências cíveis, trabalhistas e tributárias.

Caso estas provisões sejam insuficientes para cobrir todas as perdas decorrentes de decisões desfavoráveis a nós, nós poderemos ser adversamente afetados. Para maiores informações, veja a seção de “Fatores de Risco

- Estamos sujeitos a resultados desfavoráveis em processos tributários judiciais ou administrativos, o que pode ter um efeito adverso relevante para nós”.

Destacamos, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância de que somos parte em 30 de junho de 2006.

### ***Cível***

A maior parte das ações de natureza cível nas quais figuramos como rés envolvem questões rotineiras de nossos negócios, tais como pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas contratuais de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

Em 30 de junho de 2006, éramos rés em 130 ações cíveis, totalizando aproximadamente R\$30,3 milhões.

Em 30 de junho de 2006, mantínhamos provisão para questões relativas às nossas pendências judiciais cíveis no montante aproximado de R\$3,1 milhões.

Há, também, uma ação civil pública ajuizada em função de suposta redução do peso e alteração dos ingredientes de produtos sem a redução correspondente do preço, a qual foi julgada extinta sem apreciação do mérito por impossibilidade jurídica do pedido, o que ensejou a interposição de recurso pelo Ministério Público. Estimamos que nossa probabilidade de perda deste processo é possível.

Há uma ação civil pública, uma ação popular e uma ação direta de inconstitucionalidade que tratam de suposta irregularidade na aprovação da construção do nosso moinho na Paraíba. Veja a seção “- Ambiental”.

### ***Trabalhista***

Em 30 de junho de 2006, figurávamos como rés em processos judiciais de natureza trabalhista, perfazendo o valor total envolvido de, aproximadamente, R\$25,1 milhões. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de vínculos empregatícios por representantes comerciais e horas extras.

Em 30 de junho de 2006, mantínhamos provisão para questões relativas às nossas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$8,7 milhões.

### ***Ambiental***

Em 30 de junho de 2006, éramos parte em 2 ações judiciais de cunho ambiental relacionadas à regularidade do licenciamento ambiental da nossa unidade Grande Moinho Tambaú, sendo: (i) uma ação popular ajuizada por um cidadão, pela Sudema – Superintendência de Administração do Meio Ambiente e pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e (ii) uma ação civil pública ajuizada pela Associação Paraibana dos Amigos da Natureza – APAN contra a Sudema – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a nós.

Nossos advogados avaliam a possibilidade de perda como remota. Não temos como estimar os valores envolvidos nas referidas ações, uma vez que os autores de tais ações pretendem cassar os licenciamentos ambientais e demolir a obra, pleiteando, ainda, uma indenização por danos ambientais.

Em 30 de junho de 2006, não mantínhamos provisão para questões relativas às nossas pendências judiciais ambientais.

### ***Tributário***

Em 30 de junho de 2006, éramos parte em 180 ações fiscais (judiciais e administrativas) e, mantínhamos provisão para questões relativas às nossas pendências tributárias no montante aproximado de R\$17,9 milhões.

## *Judiciais*

Compensação de saldo credor de IPI. Impetramos Mandado de Segurança para obter o reconhecimento do direito à compensação de créditos de IPI decorrentes da aquisição tributada de insumos utilizados na fabricação de produtos, cujas saídas foram tributadas à alíquota zero. Neste Mandado de Segurança o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão favorável ao creditamento do imposto pela Companhia. Segundo nossos cálculos, 98,0% dos créditos pretendidos nesse Mandado de Segurança também são objeto de uma ação declaratória visando ao reconhecimento do recolhimento indevido do IPI por erro de classificação fiscal de embalagem, ação esta cujas decisões de 1ª e 2ª instâncias igualmente reconheceram o direito da Companhia. Com base na decisão favorável do Mandado de Segurança acima mencionado, a Companhia compensou os créditos com outros tributos a pagar, o que resultou na lavratura de 3 Autos de Infração da Secretaria da Receita Federal, totalizando R\$49,3 milhões, atualizados até 30 de junho de 2006. Ocorre que, a maior parte dos tributos pagos com a compensação dos créditos de IPI tratava-se de PIS e COFINS calculados nos termos da Lei n.º 9.718/98, isto é, sobre a base de cálculo alargada. Por essa razão, em virtude da decisão transitada em julgado, que decidiu pela improcedência do alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS, os autos de infração relacionados aos referidos tributos deverão ser novamente analisados para se adaptarem àquela decisão judicial. A probabilidade de perda das autuações que pretendem a cobrança da contribuição ao PIS e a COFINS, assim como do Mandado de Segurança que reconheceu o direito à compensação do saldo credor de IPI, é remota.

## *Administrativos*

Subvenção para investimentos. IRPJ e CSLL. A Secretaria da Receita Federal lavrou 2 autos de infração objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL referentes a: (i) escrituração dos incentivos fiscais PROVIN e do PROADI como subvenção para investimento, ao invés de tratá-lo como outras subvenções, tributando-a na demonstração de resultados das nossas demonstrações financeiras; (ii) não adição dos subsídios fiscais ao lucro líquido da empresa; (iii) escrituração do ganho proveniente do subsídio fiscal na liquidação do financiamento do ICMS e não na ocasião do financiamento; (iv) ausência da adição da CSLL ao lucro líquido; (v) reconhecimento de isenção a maior do que autorizado pela legislação federal; e (vi) consideração das perdas em operações de mercados de renda variável para os quais não havia previsão de adição. Os processos têm valor envolvido de, aproximadamente, R\$79,3 milhões, atualizado até 30 de junho de 2006, sendo que R\$10 milhões encontram-se provisionados, e são parte do montante de R\$12,2 milhões, conforme apresentado em nossas informações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2006. Avaliamos a possibilidade de êxito como possível.

Subvenção para investimento. PIS e COFINS. Foram lavrados 2 autos de infração pela Receita Federal para exigir o recolhimento das contribuições devidas nos anos-calendário de 1999 a 2003 em decorrência de (i) divergência entre valores declarados na DCTF e valores efetivamente devidos, (ii) registro errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e, (iii) não inclusão na base de cálculo dos valores escriturados de subvenções auferidas a título de incentivo fiscal dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O valor atualizado, até 30 de junho de 2006, dos processos é de, aproximadamente, R\$84,4 milhões. A chance de êxito da Companhia com relação à não incidência de PIS e COFINS sobre os valores escriturados como subvenções é provável, face ao trânsito em julgado de decisão que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98.

## **Investimentos e Desinvestimentos de Capital**

Nos três últimos exercícios sociais, o nosso capital social foi aumentado em R\$143,8 milhões, em todas as ocasiões mediante a incorporação de lucros e reservas.



## ASPECTOS REGULATÓRIOS DA INDÚSTRIA

Desenvolvemos atividades relacionadas à produção, distribuição e comercialização de alimentos, estando, portanto, sujeitos à regulação e fiscalização do Poder Público, em especial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Visando a fornecer os elementos necessários à compreensão das nossas atividades, apresentamos, a seguir, os principais aspectos da atual regulamentação a que se sujeitam os produtores e comercializadores, em relação aos seguintes produtos alimentícios: (i) farinha de trigo; (ii) bolachas/biscoitos; (iii) massas; (iv) margarinas; e (v) cremes, gorduras vegetais e óleos vegetais.

### Vigilância Sanitária

De acordo com o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que criou a ANVISA, define entre as suas competências a regulamentação, o controle e a fiscalização de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, sendo que entre os bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária temos os alimentos, inclusive bebidas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares e contaminantes.

As resoluções da ANVISA nº 23, de 15 de março de 2000 (“Resolução 23/00”) e nº 278, de 22 de setembro de 2005 (“Resolução 278/05”), elencam os produtos alimentícios que devem ser registrados perante a ANVISA e aqueles que são dispensados da obrigatoriedade de registro. De forma geral, os produtos destinados a segmentos especiais, tais como: *diets*, alimentos infantis, alimentos para gestantes e idosos, bem como aqueles com adição de vitaminas e sais somente poderão ser produzidos após serem devidamente registrados perante a ANVISA. Os demais produtos alimentícios são dispensados da obrigatoriedade de registro.

Ocorre que, mesmo para os produtos dispensados da obrigatoriedade de registro, conforme definem as Resoluções 23/00 e 278/05, é necessário que as empresas, antes de iniciarem a produção e comercialização do produto, informem à autoridade sanitária estadual ou municipal, o início da fabricação do produto.

Os registros da ANVISA para os produtos são válidos por 5 anos, em todo o território nacional, sendo que a sua revalidação deve ser solicitada no prazo de 60 dias antes da data do seu vencimento.

Independentemente da obrigatoriedade, ou não, de registro do produto perante a ANVISA, as empresas produtoras e comercializadoras de produtos alimentícios devem observar a regulamentação específica relacionada aos requisitos técnicos para a produção e embalagem de cada produto, adotando as práticas constantes do Manual de Boas Práticas de Fabricação/Armazenagem e Análises de Perigo e Pontos Críticos de Controle, bem como a manutenção de informações atualizadas referentes às formulas dos produtos dispensados de registro, que deverão estar disponíveis para análise da autoridade sanitária, sempre que solicitado.

Adicionalmente, as empresas produtoras e comercializadoras de alimentos devem observar a regulamentação referente à rotulagem de produtos, tanto com relação aos aspectos técnicos, definidos pela ANVISA, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, quanto com relação à defesa do consumidor, nos termos da Lei nº 8.078/90 que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

Os produtos que fabricamos ou comercializamos, sujeitos a registro perante a ANVISA, são da linha de biscoitos vitaminados. Procuramos observar a regulamentação aplicável aos requisitos técnicos definidos pela ANVISA para obtenção do registro dos produtos, atentando às normas de embalagem, segurança e qualidade.

Vale ressaltar, ainda, que as empresas que desenvolvem atividades relacionadas à produção, industrialização, distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos, previamente ao início de suas atividades, deverão estar devidamente licenciadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal competente, nos termos da legislação aplicável, que expedirá Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento. As fábricas e estabelecimentos da Companhia relacionados à produção, armazenamento, distribuição, manipulação e transporte de alimentos observam as regras de licenciamento impostas pelas autoridades locais competentes.

Ainda, de acordo com a legislação sanitária, e sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a não observância da legislação sanitária, em especial a operação de unidades sem o devido licenciamento sanitário e a comercialização de produtos sem os respectivos registros ou notificações poderão ser consideradas infrações puníveis, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de advertência, multa, apreensão de produto, inutilização de produto, interdição de produto, suspensão de vendas e/ou fabricação de produto, cancelamento de registro de produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, proibição de propaganda, cancelamento de autorização para funcionamento de empresa, e/ou cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento, garantidos os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório em regular processo administrativo a ser instaurado pela autoridade competente.

### **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**

O MAPA é o órgão federal responsável por promover a inspeção e fiscalização de todos os produtos e estabelecimentos ligados ao agronegócio, realizando atividades de (i) defesa sanitária animal e vegetal, (ii) inspeção de produtos e derivados de origem animal e de bebidas, vinagres, vinhos e derivados do vinho e da uva, e (iii) análise laboratorial como suporte às ações de defesa sanitária, de inspeção de produtos de origem animal, de fiscalização de insumos agropecuários e de bebidas, vinagres, vinhos e derivados do vinho e da uva.

Adicionalmente, a Instrução Normativa nº 08, de 16 de janeiro de 2002 (“[IN 8/02](#)”), que aprova as Instruções para Autorização de Uso de Produtos a Serem Utilizados em Estabelecimentos de Produtos de Origem Animal sob a Inspeção Federal do MAPA, estabelece que os produtos de origem animal constante de listagem anexa à IN 8/02, tais como condimentos naturais ou preparados, óleos e gorduras vegetais, produtos da soja em geral (farinhas e concentrados), pós ou misturas utilizados como aditivos, ingredientes, sal e farinhas de origem vegetal em geral, somente poderão ser utilizados mediante autorização de uso regularmente expedida pelo MAPA.

A autorização de uso de produto terá validade de 10 (dez) anos, sendo automaticamente cancelada aquela cuja revalidação não for providenciada antes de esgotar-se o citado prazo. Nossos produtos sujeitos ao controle do MAPA somente são comercializados com as devidas autorizações do órgão.

A não observância da regulamentação expedida pelo MAPA poderá implicar a imposição das seguintes penalidades: apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multa, suspensão temporária da inspeção federal, ou cassação do registro ou relacionamento do estabelecimento.

## ADMINISTRAÇÃO

Em 27 de junho de 2006, o nosso Estatuto Social foi alterado para ser adaptado ao Regulamento do Novo Mercado e, em 31 de agosto de 2006, algumas de suas cláusulas foram alteradas. Neste sentido, além de estarmos sujeitos às normas da Lei das Sociedades por Ações, também estamos sujeitos ao Regulamento do Novo Mercado, conforme descrito abaixo.

Somos administrados por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Além do Conselho de Administração e da Diretoria, possuímos um Conselho Fiscal, de funcionamento não-permanente.

A gestão da Companhia está estruturada de forma que o Conselho de Administração e as vice-presidências atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela execução das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pelas vice-presidências da respectiva área.

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos nossos negócios, incluindo a nossa estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição de nossos diretores e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões, tendo o Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

As reuniões do nosso Conselho de Administração são convocadas pelo presidente ou por pelo menos 3 de seus membros.

Nosso Estatuto Social estabelece que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5, e, no máximo, 9 membros, dos quais, no mínimo, 20,0% deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 6 membros, dos quais 2 são conselheiros independentes. Nossos conselheiros devem ser acionistas da Companhia, não existindo limites mínimo ou máximo de participação acionária para tanto. Todos os nossos conselheiros são eleitos em assembléia geral de acionistas para mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição, podendo ser destituídos por nossos acionistas reunidos também em assembléia geral.

A adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração somente pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10,0% do nosso capital social (considerando a espécie de ações que emitimos). No âmbito deste processo, são assegurados a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, sendo reconhecido aos acionistas o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Segundo a Instrução da CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, podendo variar de 5,0% a 10,0% do capital social. Considerando o atual valor do nosso capital social e a espécie de ações emitidas, acionistas representando 5,0% ou mais do nosso capital social poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acionistas representando 15,0% do nosso capital poderão eleger um conselheiro em votação em separado (considerando a espécie de ações que emitimos). Entretanto, segundo decisão recente do Colegiado da CVM, caso tal direito não possa ser exercido por falta de quorum, o quorum para eleição de conselheiro em separado pode ser diminuído para 10,0% do capital social.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os membros do Conselho de Administração devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura deste documento. Por meio da assinatura deste termo, os nossos conselheiros assumiram expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é formado por 6 conselheiros, eleitos nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 6 de abril e em 27 de junho de 2006, que unificou os mandatos dos membros do Conselho de Administração. Apresentamos, na tabela abaixo, os nomes, posições e prazos de mandato dos membros do nosso Conselho de Administração:

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data da Eleição</b>	<b>Prazo do Mandato</b>
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	Presidente do Conselho de Administração	06.04.2006	1 ano
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	Membro do Conselho de Administração	06.04.2006	1 ano
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	Membro do Conselho de Administração	06.04.2006	1 ano
Geraldo Luciano Mattos Júnior	Membro do Conselho de Administração	06.04.2006	1 ano
Francisco Roberto André Gros	Membro do Conselho de Administração (independente)	27.06.2006	1 ano
João Batista Santos	Membro do Conselho de Administração (independente)	27.06.2006	1 ano

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembléia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos.

Nossos conselheiros não estão sujeitos a aposentadoria obrigatória por idade.

**Seguem, abaixo, as ocupações principais e currículos resumidos dos membros do nosso Conselho de Administração, incluindo:**

**Francisco Ivens de Sá Dias Branco.** O Sr. Ivens, 73 anos, é Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e controlador indireto da Companhia, por meio do Acionista Vendedor. O Sr. Ivens iniciou suas atividades empresariais em 1953, ano em que ingressou na sociedade M. Dias Branco & Cia. Ltda., tornando-se sócio de seu pai e idealizador da Companhia, Sr. Manoel Dias Branco. Em 1961, o Sr. Ivens constituiu a Companhia, tornando-se, a partir de então, seu principal gestor. Em sua trajetória empresarial, o Sr. Ivens recebeu diversos títulos e condecorações, destacando-se, dentre outros: a Medalha Edson Queiroz, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; a Medalha do Mérito Industrial, outorgada pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC; e a Ordem do Mérito Militar, conferido pelo Exército Brasileiro. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.** A Sra. Consuelo, 71 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia. A Sra. Consuelo exerceu a Vice-Presidência Executiva da Companhia entre abril de 2003 e abril de 2006, idealizou o Centro Histórico M. Dias Branco. A Sra. Consuelo coordena ações ligadas a questões sociais em comunidades afetadas à zona de influência da Companhia. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria das Graças Dias Branco da Escóssia.** A Sra. Graça, 46 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia, figurando dentre seus acionistas desde 1998. A Sra. Graça iniciou suas atividades no meio empresarial em 1985, na administração do Hotel Praia Centro (empresa integrante do grupo econômico de que é parte a Companhia), do qual tornou-se Diretora Presidente anos depois, em 1987. Em 2001, a Sra. Graça assumiu a Diretoria de Relações Institucionais da Companhia, tornando-se, mais tarde, Diretora Corporativa de Relações Institucionais, em 2003, função que exerceu até a nomeação para seu atual cargo na Companhia. A Sra. Graça graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, no ano de 1985. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Geraldo Luciano Mattos Júnior.** O Sr. Geraldo, 43 anos, é Membro do Conselho de Administração, Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O Sr. Geraldo iniciou suas atividades empresariais no grupo econômico de que é parte a Companhia em 1995, no cargo de Diretor Financeiro do Banco Equatorial. Em 2000, o Sr. Geraldo ingressou na Companhia, exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças da Companhia. Durante seus diversos anos na Diretoria da Companhia, o Sr. Geraldo foi o responsável pela implantação da atual política de mitigação de riscos financeiros e da política de crédito, além de estratégias de *hedge* e outros mecanismos financeiros de igual relevância. Entre 1977 e 1995, o Sr. Geraldo compôs o quadro Banco do Nordeste do Brasil – BNB, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até 1995. O Sr. Geraldo exerceu a Presidência da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais-Seção Nordeste (ABAMEC), no período de 1995 e 1996. O Sr. Geraldo é professor de disciplinas na área financeira da Universidade de Fortaleza - UNIFOR e de empresas privadas. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, em 1985, o Sr. Geraldo graduou-se também em Direito, pela UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em 6 de abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Francisco Roberto André Gros.** O Sr. Gros, 64 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Formou-se em Economia pela Universidade de Princeton, EUA, em 1964. Sua carreira como banqueiro de investimentos iniciou-se em 1972, no Kidder, Peabody and Co. Em 1975 voltou para o Brasil e assumiu o cargo de diretor da Multiplic Corretora, no qual permaneceu até 1977. A partir deste ano, atuou como Diretor da CVM, Unibanco, BNDES, BNDESPAR, como *Managing Director* do Morgan Stanley Dean Witter, e como Presidente da Aracruz Celulose e, por duas vezes, Presidente do Banco Central. Presidiu o BNDES no período de março de 2000 a dezembro de 2001. Nesse mesmo período, foi membro titular da Câmara de Gestão da Crise de Energia e responsável pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico. Presidiu a Petrobrás no período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2002. Assumiu os cargos de Diretor Presidente e membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil e da Ultrafertil em 16 de maio de 2003. É Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Globex Utilidades S.A., e membro dos Conselhos da Ocean Wilsons Ltda. e Energias do Brasil S.A. É membro dos Conselhos Consultivos da Air Liquide do Brasil Ltda., Scania Latin America Ltda., Farmasa S.A., e do Banco Financia S.A. Atua ainda como voluntário, participando como Presidente do Conselho da Escola de Gente, e membro dos Conselhos do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, de O Eco e do The Nature Conservancy (Brasil). Seu mandato na Companhia iniciou-se em junho de 2006. Possui endereço comercial Avenida Luiz Carlos Berrini, nº 1.681, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

**João Batista Santos.** O Sr. Santos, 63, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, formou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Ceará em 1970, obteve o grau de mestre em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973 e, formou-se em Direito, pela Universidade de Fortaleza em 2004. Sua carreira começou como Analista de Projetos Industriais do Banco do Nordeste (1970-1979), sendo que em 1981 chegou à Chefia do Departamento de Administração Financeira desta mesma instituição, permanecendo até 1987. De 1987 a 1991, foi Interventor e Presidente do Banco do Estado do Ceará. Durante o período de 1991 a 1996, atuou como consultor financeiro de vários Bancos e empresas não financeiras. Trabalhou na Estruturação de saneamento financeiro e privatização de bancos estaduais durante o período de 1996 a 2005. Atualmente comanda um escritório de consultoria que atua nas áreas financeira e de Direito Financeiro e Tributário, prestando serviços a Bancos e empresas não-financeiras. Seu mandato na Companhia iniciou-se em junho de 2006. Possui endereço comercial na Avenida Washington Soares, 1400 - sala 1001. Água Fria, CEP 60811-341, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

## **Diretoria**

Nossos diretores são os nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela assembléia geral de nossos acionistas e pelo nosso Conselho de Administração. Além disso, de acordo com o nosso Estatuto Social, a prática, pela Companhia, de todo e qualquer ato que não seja de competência privativa da assembléia geral incumbirá aos nossos diretores.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da nossa Diretoria deve ser residente e domiciliado no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, no máximo um terço dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a nossa Diretoria.

Os diretores são eleitos pelo nosso Conselho de Administração, para mandato de 3 anos, permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser por ele destituídos. Compete ao diretor presidente promover a execução de ações coordenadas e integradas do processo produtivo e de desenvolvimento da atividade da Companhia, nos termos aprovados, formular nossas estratégias e diretrizes operacionais, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais diretores; exercer a supervisão de todas as nossas atividades; coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo suas reuniões. Ao diretor de relações com os investidores, cabe a prestação de informações aos investidores, à CVM e à BOVESPA, bem como manter atualizado nosso registro de companhia aberta, em conformidade com a regulamentação aplicável, tão logo o mesmo venha a ser concedido. Além destas competências, nosso Conselho de Administração pode fixar atribuições adicionais.

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Diretoria é composta de 7 membros, sendo um diretor presidente, um diretor vice-presidente industrial – biscoitos, massas e margarinas, um diretor vice-presidente industrial – moinho, um diretor vice-presidente comercial; um diretor vice-presidente de administração e desenvolvimento, um diretor vice-presidente financeiro e um diretor vice-presidente de investimentos e controladoria, podendo haver acúmulo de funções. Os mandatos dos membros da nossa Diretoria foram unificados na reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de abril de 2006.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os diretores devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura de tal documento. Por meio da assinatura deste termo os nossos diretores assumiram expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Apresentamos na tabela abaixo os nomes, posições e prazos de mandato dos nossos diretores:

<i>Nome</i>	<i>Cargo</i>	<i>Data da Eleição</i>	<i>Prazo do Mandato</i>
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	Diretor Presidente	06.04.2006	3 anos
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Diretor Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas	06.04.2006	3 anos
Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco	Diretor Vice-Presidente Comercial	06.04.2006	3 anos
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes	Diretora Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	06.04.2006	3 anos
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Diretor Vice-Presidente Industrial Moinhos	06.04.2006	3 anos
Maria Wilma de Oliveira Patrício	Diretora Vice-Presidente Financeira	06.04.2006	3 anos
Geraldo Luciano Mattos Júnior	Diretor Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria (acumulando a função de Diretor de Relações com Investidores)	06.04.2006	3 anos

**Seguem, abaixo, as ocupações principais e currículos resumidos dos Diretores da Companhia (com exceção dos Diretores que também são membros do nosso Conselho de Administração):**

**Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior.** O Sr. Ivens Jr., 45 anos, é Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas da Companhia. O Sr. Ivens Jr. iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribui fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), uma das unidades industriais da Companhia, produtora de margarinas e gorduras vegetais. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembléia Legislativa do Ceará. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em 6 de abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco.** O Sr. Marcos, 41 anos, é Vice-Presidente Comercial da Companhia, da qual é acionista desde 1998. O Sr. Marcos iniciou suas carreira empresarial na própria Companhia, em 1980. Destacando-se na área comercial da Companhia, o Sr. Marcos foi nomeado Diretor Comercial em 1989, sendo posteriormente empossado no cargo de Diretor Comercial Corporativo, em 2003. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes.** A Sra. Regina, 44 anos, atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998. A Sra. Regina iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989, a Sra. Regina assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduou-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Paralelamente, a Sra. Regina é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco.** O Sr. Cláudio, 39 anos, é Vice-Presidente Industrial – Moinhos da Companhia, da qual é acionista desde 1998. O Sr. Cláudio iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo, em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco – a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, o Sr. Cláudio assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo – Divisão Moinhos da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suíça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. Também em 1992, o Sr. Cláudio estagiou no Weston Research, Maidenhead, Inglaterra. Em 1999, participou do Programa da Abitrigo de Panificação e Moagem. Foi Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, entre 1999 –e 2002, e Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo – ABITRIGO, entre 2002 e 2004. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em 6 de abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria Wilma de Oliveira Patrício.** A Sra. Wilma, 64 anos, é Vice-Presidente Financeira da Companhia. A Sra. Wilma ingressou na Companhia em 1961. Em 1989, a Sra. Wilma foi nomeada Diretora Financeira da Companhia, cargo que ocupou até 2003, quando se tornou Diretora Financeira Cooperativa. Em 1969, a Sra. Wilma graduou-se em Gerência Empresarial, pela IAGN, e Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, participando, nos anos seguintes, de diversos cursos de especialização nas áreas de administração de empresas e gestão empresarial. Dentre os muitos títulos e condecorações recebidas ao longo de sua carreira, a Sra. Wilma foi agraciada com a Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª. Região, no Grau de Comendador. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

#### **Diretores Não Estatutários**

Além dos diretores eleitos pelo nosso Conselho de Administração, acima indicados, contamos com diretores não estatutários que atuam no dia-a-dia das nossas atividades executivas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Álvaro Luiz Bandeira de Paula	Diretor Adjunto de Investimentos e Relações com Investidores
Carlos Borges da Costa	Diretor Corporativo de Logística
Eizon Távora Said	Diretor Administrativo Corporativo
Haroldo Nunes Menezes	Diretor de Desenvolvimento Tecnológico Corporativo
Jurema Aguiar de Araújo	Diretora de Marketing Corporativa
Laurênia Maria Braga de Albuquerque	Diretora Corporativa da Qualidade
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Diretora de Desenvolvimento Organizacional
Luiz Geraldo Vetorazzi	Diretor Industrial Corporativo de Biscoitos e Massas
Marcelino Freitas de Carvalho	Diretor de Controladoria Societária e Gerencial
Marcos Pimentel de Viveiros	Diretor de Controladoria Fiscal
Mark Stanley Luyt	Diretor Técnico da Divisão de Moinhos



Seguem, abaixo, as ocupações principais e currículos resumidos dos diretores não estatutários da Companhia:

**Álvaro Luiz Bandeira de Paula**, 43 anos, é Diretor Adjunto de Investimentos e Relações com Investidores do Grupo M. Dias Branco desde agosto de 2006. De 1996 a 2006 atuou como consultor junto à Activus Gestão Empresarial, empresa de consultoria na área de negócios, com foco na prestação de serviços financeiros, implantação de sistemas e projetos, com trabalhos executados junto a diversas empresas (Companhia de Eletricidade do Estado do Ceará – COELCE, Companhia de Eletricidade do Estado de Pernambuco – CELPE, Correios, Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Textil Bezerra de Menezes - TBM, Porto Freire Engenharia, Abafilm, dentre outras). Desde 1996, é professor efetivo do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – FEAAC da Universidade Federal do Ceará - UFC, tendo ministrado diversos treinamentos de graduação e pós-graduação em Finanças, Projetos e Atuária em instituições como UFC, Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETREDE, Federações das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, Bolsa de Valores Regional e SEBRAE. No período de 1987 a 1996 compôs o quadro do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, onde, dentre outras, exerceu as funções de Gerente de Negócios Corporativos, Gerente da Mesa de Câmbio e Analista Financeiro. É Mestre em Administração de Empresas pelo Instituto COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ desde 1996 e graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará em 1989, tendo também realizado diversos treinamentos em Finanças, Mercado de Capitais, Projetos e Comércio Exterior.

**Carlos Borges da Costa**, 49 anos, é Diretor Corporativo de Logística do Grupo M. Dias Branco, tendo ingressado na Organização em fevereiro de 2005. Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia São Luis, com curso de Extensão em Transportes pela Fundação Vanzolini da Escola Politécnica - USP e participação no MBA Executivo da Joseph M. Katz Graduate School of Business da Universidade de Pittsburgh (AMCHAM - SP). Adquiriu sua experiência em Logística e na gestão da Cadeia de Suprimentos através de diversos cargos de comando assumidos na Nestlé S.A. no Brasil, onde iniciou suas atividades em 1977, como também na Argentina (4 anos como Gerente de Logística) e Suíça (2 anos), tendo participado, além disso, de diversos projetos internacionais de média duração, no Chile, México e Itália. Retornou ao Brasil em Novembro de 1997 para liderar o projeto que implementou o conceito de Supply Chain Management na Nestlé Brasil Ltda. Em Março de 2002, aceitou o convite para assumir a Diretoria Executiva de Supply Chain da Parmalat Brasil S.A., onde atuou até Março de 2004. Sua trajetória no Grupo M. Dias Branco iniciou-se com uma consultoria às operações da Adria Alimentos Ltda., em agosto de 2004.

**Eizon Távora Said**, 31 anos, é Diretor Administrativo Corporativo desde maio de 2006. Em 2004 ingressou no Grupo M. Dias Branco como Gerente Administrativo, assumindo a gerência administrativa de filiais comerciais e industriais da empresa, acompanhando as rotinas dos setores de tesouraria, crédito e cobrança, faturamento, expedição e demais áreas. Atuou nas áreas Administrativa e Financeira da Mallory Ltda. de 2003 a 2004 e na Companhia de Eletricidade do Estado do Ceará – COELCE de 1998 a 1999, tendo como principais atribuições o controle e acompanhamento da carteira de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, obtenção de linhas de crédito, fluxo de caixa, gestão do contas a receber e a pagar, crédito e cobrança e relacionamento com instituições financeiras. Exerceu também a função de Auditor Interno com foco em auditoria operacional, patrimonial, orçamentária e financeira, no âmbito das unidades administrativas do Poder Judiciário no período de 2000 a 2003. É pós-graduado em Controladoria e Auditoria, com graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará.

**Haroldo Nunes Menezes**, 42 anos, é Diretor de Desenvolvimento Tecnológico Corporativo, tendo ingressado na M. Dias Branco em fevereiro de 2004. Responsável pela implantação do atual modelo de Governança de Tecnologia da Informação baseado no *ITIL (Information Technology Infrastructure Library)*, por projetos de desenvolvimento de soluções tecnológicas para o negócio e de mitigação de riscos oriundos de tecnologia da informação. Possui vinte e cinco anos de experiência em gerência de projetos e planejamento estratégico de tecnologia da informação. No período de 1982 a 1987 atuou como coordenador de projetos de tecnologia da informação na Universidade Federal do Ceará, Secrel S.A. Consultoria e Sistemas, Gerdau Serviços de Informática e Banco Mercantil de Crédito. De 1987 a 2003 foi gestor de tecnologia da informação do Banco do Estado do Ceará e de empresas regionais de cartão de crédito. Mestre

em Informática Aplicada pela Universidade de Fortaleza desde 2005, graduado em Processamento de Dados pela Universidade Federal do Ceará - UFC - em 1985, pós-graduado em Ciência da Computação pela UFC e em Administração Financeira pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Lecionou no curso de Graduação em Informática na Universidade de Fortaleza disciplinas das áreas de Engenharia de *Software*, Banco de Dados e Gerência de Projetos. Possui Certificado *IT Service Management* e é membro do *itsMF (IT Service Management Forum)* Brasil.

**Jurema Aguiar de Araújo**, 34 anos, é Diretora de Marketing Corporativo desde junho de 2006. Atuava como Diretora de Marketing de uma das empresas controladas do grupo, a Adria Alimentos do Brasil, desde fevereiro de 2005, onde ingressou em 2001 como Gerente de Marketing. Graduada em Marketing pela ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, com pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV com ênfase em Desenvolvimento de Novos Produtos. Curso o MBA Executivo Internacional da FIA/USP com extensões nas universidades Vanderbilt (EUA), Cambridge (Inglaterra) e Lyon Business School (França), Lingnan University College e Tongji University na China. Trabalha com marketing de produtos de consumo há quatorze anos tendo atuado em empresas como Bunge Alimentos e Arisco Industrial.

**Laurênia Maria Braga de Albuquerque**, 58 anos, é Diretora Corporativa da Qualidade, Segurança Alimentar e Meio Ambiente do grupo M. Dias Branco, tendo ingressado na Organização como consultora em 1983, desenvolvendo ações em gestão da qualidade, segurança alimentar, meio ambiente, atendimento ao consumidor e normas técnicas alimentares. Implantou o Centro de Atendimento ao Consumidor M. Dias Branco, os Sistemas de Qualidade ISO 9001:2000 e o de Segurança Alimentar NBR 14900. Membro do Conselho Gestor e Técnico da Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias – ABIMA. Possui larga experiência em consultorias (empresas públicas e privadas), nas áreas de Qualidade, Segurança Alimentar, Normas Alimentares e Microbiologia Ambiental. Professora adjunta, aposentada do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará – UFC, onde ministrou cursos de graduação e pós-graduação, orientação de alunos em pesquisas, publicações de artigos científicos e técnicos e livros. Na área administrativa, foi Coordenadora da Pró-Reitoria de Extensão em Transferências de Tecnologias da UFC. Pós-graduada em Microbiologia de Alimentos pela Universidade de São Paulo – USP, Mestre em Microbiologia e Imunologia e graduada em Farmácia – Bioquímica, ambas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É também formada em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR, tendo enfoque em alimentos, direito do consumidor e direito ambiental.

**Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro**, 41 anos, é responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Organizacional do Grupo M. Dias Branco desde maio de 2006, respondendo pelas áreas de comunicação interna, gestão de pessoas, gestão de processos, saúde e segurança do trabalho. Possui dez anos de experiência como consultora na área de desenvolvimento organizacional, desenvolvendo projetos de gestão estratégica, gestão de pessoas e gestão de processos em organizações públicas (Secretarias Estaduais da Fazenda-SEFAZ, da Administração-SEAD, do Desenvolvimento Local e Regional-SDLR e da Saúde-SESA do Governo do Ceará, Departamento Estadual de Rodovias e Transportes do Ceará-DERT e Companhia de Água e Esgoto do Ceará-CAGECE) e privadas (Companhia Energética do Ceará-COELCE, Bolsa de Valores Regional-BVRg, Unimed de Fortaleza, Odonto System e M. Dias Branco, dentre outras). Como executiva de empresas, detém experiência em diversos segmentos de negócios: no período de 2003 a 2005, atuou como Executiva de Desenvolvimento de Processos e Pessoas da cooperativa de serviços médicos Unimed de Fortaleza; em 1998, exerceu a função de Diretora Executiva de grupo de concessionárias Honda – Auge Motos; em 1997 desempenhou a função de Diretora de Marketing e Desenvolvimento Organizacional do grupo empresarial da área de saúde Sistema Hapvida; de 1984 a 1996, atuou na empresa de previdência privada Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste – CAPEF, exercendo as funções de Superintendente da área de Negócios Previdenciários e Gestora de Desenvolvimento Organizacional, dentre outras. É Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará/ Universidade de Coimbra, graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza-CE, APG Executivo Internacional pela Amana Key-SP e Programa de Desenvolvimento de Dirigentes pela Fundação Dom Cabral-MG, com participação em congressos e seminários voltados para executivos e profissionais da área de desenvolvimento organizacional.

**Luiz Geraldo Vetorazzi**, 68 anos, é Diretor Industrial Corporativo de Biscoitos e Massas da Companhia. Iniciou suas atividades industriais aos 14 anos na Cerâmica São Caetano, no Departamento de Estatística e

Engenharia de Projeto, permanecendo por 07 anos. Em seguida atuou na Pirelli, na Isan, na Hobart-Dayton e Same, totalizando 3 anos, nas áreas de Organização, Métodos de Trabalho e Planejamento Estratégico. Em 1967, foi contratado pela Nestlé, Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, iniciando nas áreas de Organização, Métodos, Planejamento Estratégico e Programação de Produção de Biscoitos, Chocolate e Leites, até 1972. Nessa época foi transferido para o cargo de Assistente de Chefe de Produção de Chocolates e em 1974 foi promovido a Chefe de Produção de Biscoitos (São Luiz) e em 1982 foi promovido a Gerente Geral da Fábrica de Biscoitos São Luiz, permanecendo até 1995. Neste anos de Nestlé participou de estágios em diversos países nas áreas de biscoitos, chocolate e estágios específicos para Diretor de Fábrica. Participou de diversos seminários no Brasil e em outros países como Chile, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Itália e Colômbia, além de várias feiras internacionais, todas elas relacionadas a equipamentos e técnicas de fabricação de biscoitos. Durante sua gestão na Fábrica de Biscoitos São Luiz, foi pioneiro na implantação de vários procedimentos de trabalho com resultados excelentes, inclusive servindo como modelo padrão para todas as Fábricas Nestlé do mundo. Em junho de 1995, iniciou sua caminhada profissional no Grupo M.Dias Branco, como Diretor Técnico da Divisão Biscoitos. Em 2002, foi promovido a Diretor Industrial Corporativo de Biscoitos e Massas das Fábricas do Nordeste.

**Marcelino Freitas de Carvalho**, 47 anos, é Diretor de Controladoria Societária e Gerencial do Grupo M. Dias Branco, tendo ingressado na Companhia em novembro de 2004. Iniciou sua carreira profissional no ano de 1978, no Banco do Nordeste do Brasil S.A., no qual desempenhou diversas atividades, dentre as quais a de analista de operações de câmbio e de comércio exterior (até 1985), gestor da área de normas contábeis (de 1986 a 1990), Chefe do Departamento de Controladoria (de 1990 a 1993), Chefe do Departamento de Tecnologia Bancária (1993 a 1995) e Coordenador do Comitê Técnico de Gestão Estratégica do Banco (1994 a 1995). A partir de meados do ano de 1995 foi cedido ao Governo do Estado do Maranhão, onde exerceu a função de diretor financeiro do Banco do Estado do Maranhão S.A., sendo o responsável direto pela gestão estratégica das áreas de controladoria, planejamento, marketing, financeira, compliance, auditoria interna e tecnologia da informação, cabendo-lhe a responsabilidade pelo desenho e a implantação do projeto de reorganização e modernização do banco, implantado até o início do ano de 2000. De julho de 2000 até novembro de 2004 atuou como consultor da Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento – ABDE, desenvolvendo diversos trabalhos de consultoria estratégica junto a bancos de desenvolvimento, e como consultor independente junto a empresas, nas áreas de tecnologia da informação, sistemas de controladoria e desenvolvimento de produtos. É professor de disciplinas de Contabilidade Gerencial, Controladoria, Custos e administração financeira em cursos de pós-graduação, já tendo ministrado disciplinas ou palestras em cursos de pós-graduação da Universidade de Fortaleza – UNIFOR e União das Escolas Superiores do Pará. É autor de artigos técnicos e co-autor do livro "Normas e Práticas Contábeis no Brasil", publicado pela Editora Atlas (1991). É formado em Economia pela UNIFOR (1985) e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é graduando em Direito na UNIFOR-CE, com conclusão prevista para dezembro de 2006.

**Marcos Pimentel de Viveiros**, 34 anos, é Diretor de Controladoria Fiscal do Grupo M. Dias Branco desde junho de 2006, tendo ingressado na Companhia em março de 2005 no cargo de Assessor Jurídico Corporativo. Iniciou sua carreira como auditor da Trevisan Auditores Independentes (Grant Thornton International) onde atuou até 1995. Naquele ano ingressou na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, onde ocupou os cargos de Coordenador da Assessoria Jurídica e de Superintendente de Controladoria, até o ano de 1997. De 1997 a 1999 foi Diretor Administrativo Financeiro da Hapvida Assistência Médica Ltda. Entre 1999 e 2002 foi sócio da Fórum Advocacia Empresarial, responsável pelas áreas de Direito Societário, Previdenciário e Contencioso Cível. De 2002 até 2004, foi sócio de Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados. Foi professor de Direito Comercial no curso de graduação da Universidade de Fortaleza - UNIFOR e de pós-graduação em Direito de Empresa da Universidade Estadual do Ceará, permanecendo até hoje como integrante do corpo docente dos cursos de pós-graduação da Fundação Escola Superior da Advocacia - FESAC e da Faculdade Farias Brito. É graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará - UFC com pós-graduação em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. É graduado em Ciências Contábeis pela UNIFOR, com pós-graduação na mesma Universidade em Controladoria e Gestão Contábil, tendo cursado o MBA em Gestão Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

**Mark Stanley Luyt**, 45 anos de idade, Diretor Técnico da Divisão de Moinhos. Iniciou sua carreira profissional como Moleiro na Zâmbia, participando de um Programa de Aprendizagem com duração de 4 anos, período de 1980-1984 na empresa Olympic Milling Co. Ltda., em conjunto com Instituição educacional *City and Guilds of London Institute*. Aprofundou seus conhecimentos técnicos em um segundo Programa de Aprendizagem na empresa SASKO Flour Mills na África do Sul, no período de 1984 a 1986, em conjunto com a Instituição Técnica South African Grain Milling Federation School. Nesta empresa foi promovido a Moleiro Chefe (Supervisor de Moagem), permanecendo nesta posição até 1987. Em seguida aceitou um contrato de trabalho em Botswana com a empresa Sefalana Mills, na posição de Gerente Técnico, com foco principal na supervisão e condução do Moinho e desenvolvimento e treinamento técnico dos Moleiros locais. Em 1989 ingressou na Swiss Milling School em St. Gallen, Suíça, aonde graduou-se Técnico em Moagem em 1990. Após a graduação, aceitou novo contrato de trabalho em Botswana, na empresa Bolux Milling Co. Ltda., permanecendo na posição de Gerente do Moinho até 1992, novamente com foco principal na supervisão das operações do Moinho, além do desenvolvimento e treinamento técnico dos Moleiros locais. Em dezembro de 1992, ingressou na M. Dias Branco como Gerente de Produção do Moinho localizado em Fortaleza. Foi promovido em 2003 à posição de Diretor Técnico da Divisão de Moinhos, baseando-se na unidade GMA.

### **Conselho Fiscal**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal de caráter não-permanente, podendo ser instalado e ter seus membros eleitos pela assembléia geral a qualquer momento, desde que requerida a sua instalação na forma da legislação aplicável. O nosso Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 anos, cargo de administrador de empresa ou de membro de conselho fiscal. De acordo com as regras do Novo Mercado, os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela assembléia geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações com direito a voto. Este percentual pode ser reduzido para até 2,0% do capital social votante dependendo do valor do capital social da companhia, nos termos da Instrução CVM n.º 324 de 19 de janeiro de 2000. Atualmente, considerando o capital social da Companhia e a espécie de ações emitidas, acionistas representando, no mínimo, 2,0% do capital social podem solicitar a instalação do Conselho Fiscal. Adicionalmente, os acionistas minoritários que representem, no mínimo, 10,0% das ações com direito a voto têm direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho Fiscal e seu suplente, e os demais acionistas poderão eleger um membro a mais do que o número total de membros eleitos pelo processo de eleição em separado.

O funcionamento do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, termina na primeira assembléia geral ordinária após a sua instalação, podendo seus membros ser reeleitos. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela assembléia geral de acionistas que os eleger e deve ser de, no mínimo, 10,0% da média da remuneração paga aos diretores, aí não se computando benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia as pessoas inelegíveis para cargo de administrador, e, ainda, aquelas que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de Colaboradores da Companhia, de empresa controlada ou de empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador da Companhia.

Atualmente, não temos Conselho Fiscal instalado e, por esse motivo, nenhum membro foi indicado.

## Titularidade de Ações

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores na data deste Prospecto Definitivo.

<u>Nome</u>	<u>Número de Ações</u>	<u>% do capital social</u>
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	96.718.768	84,25
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	3.444.000	3,00
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	2.296.000	2,00
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	2.296.000	2,00
Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco	2.296.000	2,00
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes	2.296.000	2,00
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	1	0,00
Francisco Roberto André Gros	1	0,00
Geraldo Luciano Mattos Júnior	1	0,00
João Batista Santos	1	0,00
<b>Total</b>	<b>109.346.772</b>	<b>95,25</b>

## Remuneração

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos nossos acionistas, em Assembléia Geral, fixar, anualmente, o montante individual ou global da remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria. Se fixada globalmente, cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, pagamos remuneração aos membros de nossa Diretoria, no valor global de R\$4,6 milhões. Não houve remuneração aos membros do Conselho de Administração, uma vez que tal órgão foi constituído em 6 de abril de 2006, quando da nossa transformação em sociedade por ações. Para o presente exercício social, a remuneração anual aos nossos administradores foi fixada, de forma global, pela Assembléia Geral de Quotistas, realizada em 6 de abril, em até R\$6,5 milhões.

## Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia, seus Conselheiros e Diretores

Não existem acordos ou obrigações relevantes entre a Companhia e seus Conselheiros e Diretores.

## Relação familiar entre os administradores, bem como entre os administradores e os acionistas controladores da Companhia

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes são filhos do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco e Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

## Plano de Opção de Compra de Ações

Na data deste Prospecto Definitivo, não temos Plano de Opção de Compra de Ações em vigor.

## PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTA VENDEDOR

### Principais Acionistas

Nosso capital social, na data deste Prospecto Definitivo, é de R\$688,8 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 114.800.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade das nossas ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, de forma direta e indireta, até o nível de pessoa física, pelos membros do nosso Conselho de Administração e pelos Diretores, na data deste Prospecto Definitivo e após a conclusão da Oferta.

Acionistas	Na data deste Prospecto Definitivo		Após a Oferta <sup>(1)</sup>	
	Ações	Capital Total (%)	Ações	Capital Total (%)
Dibra Fundo de Investimentos em Participações	96.718.767	84,25	76.915.767	67,00
Membros do Conselho de Administração e Diretoria	12.628.005	11,00	12.628.005	11,00
Outros	5.453.228	4,75	25.256.228	22,00
<b>Total</b>	<b>114.800.000</b>	<b>100,0</b>	<b>114.800.000</b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Considerando a colocação da totalidade das Ações, inclusive das Ações Suplementares.

Na data deste Prospecto Definitivo, os membros do Conselho de Administração e os Diretores detinham, diretamente, em conjunto, 109.346.770 ações ordinárias, o que representa 95,25% do nosso capital social veja a seção “Descrição do Capital Social” deste Prospecto Definitivo para maiores informações.

### Acionista Vendedor

#### Dibra Fundo de Investimento em Participações

O Dibra Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o número 07.973.152/0001-10, e administrado por Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM. O Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco, quotista majoritário do Dibra Fundo de Investimento em Participações e titular de, aproximadamente, 99,82% das suas quotas, é também nosso presidente e presidente do nosso Conselho de Administração.

Na data deste Prospecto Definitivo, o Dibra Fundo de Investimento em Participações era proprietário de 96.718.767 ações de nossa emissão, representando 84,25%% do nosso capital social total. O Dibra Fundo de Investimento em Participações está ofertando 17.220.000 Ações, que correspondem a 15,0% das ações de nossa emissão, sem considerar as Ações Suplementares.

### Acordos de Acionistas

Na data deste Prospecto Definitivo, não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

### Alterações Relevantes da Participação do Grupo de Acionistas nos Últimos Três Exercícios Sociais

Nos últimos três exercícios sociais FISDB sempre foi, direta ou indiretamente, nosso acionista controlador.

## OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Acreditamos que todas as operações ou negócios relevantes existentes entre nós e partes relacionadas a nós descritas realizadas em conformidade com práticas usuais de mercado.

### **Operações de Natureza Financeira e Comercial**

Em regra, não realizamos operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle. Contudo, no que tange à prestação de garantias, o FISDB figura em grande parte dos contratos financeiros na posição de avalista. Descrevemos as operações mais relevantes a seguir:

#### ***Garantia à Tergran***

A Tergran é parte em determinados contratos financeiros em que FISDB é avalista.

#### ***Comodato de Bens Móveis***

A Companhia é parte em alguns contratos de comodato a título não oneroso de máquinas e veículos com a Adria.

#### ***Contratos de Aluguel***

A Companhia é parte em alguns contratos de aluguel de imóveis pertencentes ao Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Junior a preços e condições de mercado. Ainda, a Companhia é locatária, a preços e condições de mercado, de dois bens imóveis de propriedade da WOP Empreendimentos Ltda., cuja diretora presidente é a Sra. Maria Wilma de Oliveira Patrício, nossa Diretora, sendo que o FISDB e sua esposa figuram como fiadores destes contratos.

#### ***Comodato de Bens Imóveis***

A Companhia é parte em alguns contratos de comodato de imóveis a título não oneroso com a Adria, bem como a Companhia é comodatária de bens imóveis de propriedade do FISDB, incluindo um imóvel residencial com a finalidade de realização de eventos.

#### ***Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica e Gás***

A Companhia é parte em alguns contratos de fornecimento de energia elétrica e GLP (Gás Liquefeito) em que o FISDB é avalista, ao lado de sua esposa.

#### ***Fornecimento de Trigo***

A Companhia fornece farinha de trigo para a Adria a preços e condições de mercado.

#### ***Arrendamento de Aeronave***

A Companhia arrenda para seu uso comercial uma aeronave de propriedade de uma empresa controlada pelo FISDB. O arrendamento tem preços e condições de mercado. O prazo de arrendamento é de 120 meses e o aluguel de US\$322,4 mil é devido trimestralmente.

#### ***Compra de Imóveis***

Em 15 de maio de 2006, a Adria vendeu três terrenos ao FISDB por um preço total de R\$886,6 mil.

#### ***Hipoteca de Imóvel***

Nós constituímos hipoteca de 5º grau sobre os imóveis que compõem a planta industrial Grande Moinho Aratu em decorrência de garantias prestadas em uma cédula de crédito comercial no valor de, aproximadamente, R\$ 32,4 milhões na data de sua emissão, emitida pelo Terminal Portuário do Cotegipe Ltda., empresa controlada pelo FISDB, em favor do BNB.

## DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Apresentamos a seguir um resumo de determinadas disposições de nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações e das normas e regulamentos da CVM e do Novo Mercado referentes ao nosso capital social, administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos corporativos que se aplicam a nós. Este resumo não é exaustivo com relação a qualquer assunto aqui tratado.

### **Geral**

Somos uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede em Eusébio, Estado do Ceará. Em 19 de maio de 2006, requeremos nosso registro de companhia aberta junto à CVM.

Em 1º de setembro de 2006, celebramos um contrato com a BOVESPA regulando o nosso ingresso no Novo Mercado, cuja eficácia ocorrerá desde que (i) a Companhia tenha sido admitida no segmento de negociação do Novo Mercado e, cumulativamente, (ii) tenha publicado o Anúncio de Início da presente Oferta. A negociação das ações de nossa emissão nesse segmento se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início.

### **Capital Social**

Na data deste Prospecto Definitivo, o nosso capital social é de R\$688,8 milhões, dividido em 114.800.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social da Companhia pode ser aumentado independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 459.200.000 ações ordinárias. Por se tratar de uma oferta secundária, o capital social da Companhia permanecerá inalterado após a conclusão da Oferta.

As regras do Novo Mercado determinam que, a partir da admissão das ações de emissão da Companhia para negociação no segmento do Novo Mercado da BOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais sem direito a voto ou com direito de voto restrito, ou partes beneficiárias (sendo esta última restrição aplicável também pelo fato de que seremos uma companhia aberta). Por este motivo, o nosso capital continuará a ser representado exclusivamente por ações ordinárias. Em decorrência, esta seção abordará exclusivamente os direitos conferidos aos titulares de ações ordinárias.

### **Objeto Social**

Nosso objeto social, definido no artigo 2º do nosso Estatuto Social, consiste em: (i) industrialização e comércio de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, bolachas, massas e farinha de trigo; (ii) fabricação de gorduras vegetais, margarinas, óleos vegetais, sua importação e exportação; (iii) importação, industrialização e comércio de trigo, de milho, de ração animal, de outros cereais e de mercadorias para revenda; (v) importação de matérias-primas, materiais secundários e de materiais de embalagem; (vi) importação de máquinas, equipamentos, peças sobressalentes e de outros bens, destinados a uso próprio, bem como para venda, locação ou arrendamento; e (vii) participação no capital de outras sociedades, no País ou no exterior, em empresas coligadas, controladas ou subsidiárias.

### **Direitos das Ações Ordinárias**

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o nosso capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas nossas Assembléias Gerais Ordinárias e Assembléias Gerais Extraordinárias. Além disso, nossas ações ordinárias conferem direito ao recebimento de dividendos e outras distribuições realizadas, na proporção das participações dos seus titulares no capital social. Veja a seção “Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio”. No caso da nossa liquidação, é conferido aos titulares das ações de nossa emissão direito ao reembolso do capital, na proporção das participações por eles detidas no nosso capital social, após o cumprimento de todas as obrigações sociais. Exceto em situações específicas, previstas na Lei das



Sociedades por Ações e na subseção “Direito de Preferência” abaixo, os titulares das ações de nossa emissão têm o direito de participar dos aumentos do nosso capital social, na proporção das participações por eles detidas no nosso capital social, mas não estão obrigados a fazê-lo.

As ações ordinárias de nossa emissão garantem aos seus titulares:

- direito de voto nas nossas assembléias gerais, sendo que a cada ação corresponderá a um voto;
- direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25,0% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores;
- em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, ainda que por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações (“OPA”) dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”), de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do controle;
- em caso de cancelamento do nosso registro de companhia aberta ou de cancelamento de nossa listagem no Novo Mercado da BOVESPA, direito de alienação de suas ações em OPA a ser efetivada pelo acionista controlador, ou pela companhia, conforme o caso, por no mínimo, seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia geral de acionistas titulares de ações em circulação a partir de lista triplíce apresentada pelo nosso Conselho de Administração;
- direito de recebimento de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação ou, no caso das Ações Suplementares, a partir da respectiva Data de Liquidação das Ações Suplementares; e
- todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social.

### **Assembléias Gerais**

Nas assembléias gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre as matérias de sua competência, constantes da ordem do dia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, em Assembléia Geral Ordinária, as nossas demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do nosso lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Nossos conselheiros são eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias. Os membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por acionistas representando parcela suficiente do nosso capital social podem ser eleitos em qualquer assembléia geral.

A Assembléia Geral Extraordinária pode ser convocada e realizada no mesmo local, data e hora da Assembléia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir em assembléia geral, exclusivamente, sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- reforma do nosso Estatuto Social;
- eleição e destituição dos membros do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- fixação da remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- atribuição de bonificações em ações;

- aprovação de grupamentos ou desdobramentos de ações de nossa emissão;
- aprovação de planos de opção de subscrição ou compra de ações aos nossos administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por nós;
- tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela nossa administração;
- saída do Novo Mercado, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento do Regulamento do Novo Mercado;
- cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento da regulamentação aplicável;
- escolha de sociedade especializada responsável pela determinação do nosso valor econômico para fins das ofertas públicas previstas no nosso Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado, dentre as sociedades indicadas, em lista tríplice, pelo nosso Conselho de Administração;
- emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de nossa emissão;
- suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social;
- nomeação de peritos ou empresa especializada para avaliação de bens com os quais um acionista pretende subscrever ações do nosso capital social;
- nossa transformação em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- nossa fusão, incorporação em outra sociedade ou de qualquer sociedade na Companhia ou cisão;
- nossa dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas;
- autorização para que nossos administradores confessem nossa falência ou requeiram nossa recuperação judicial ou extrajudicial; e
- outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, a prática, pela Companhia, de todo e qualquer ato que não seja de competência privativa da assembléia geral incumbirá à Diretoria.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o nosso Estatuto Social e o Regulamento do Novo Mercado, conforme o caso, as deliberações aprovadas em assembléia geral não podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos, podendo, contudo, suspender direitos do acionista remisso:

- direito de fiscalizar, na forma da lei, a gestão dos negócios sociais;
- direito de participar na distribuição dos lucros;
- direito de participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, da distribuição do acervo remanescente na hipótese da nossa liquidação;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “- Direito de Preferência”; e
- direito de retirar-se da nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em “Direito de Retirada e Resgate”.

## **Quorum**

Como regra geral, a assembléia geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25,0% de nossas ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do nosso Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços de nossas ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas que comparecerem pessoalmente ou por meio de procurador a uma assembléia geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo.

A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das nossas ações é necessária para a aprovação das seguintes matérias:

- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- mudança do nosso objeto social;
- nossa fusão ou incorporação em outra sociedade;
- nossa cisão;
- nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido da Lei das Sociedades por Ações);
- cessação do nosso estado de liquidação;
- nossa dissolução; e
- incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral da mesma.

A CVM pode autorizar a redução do quorum previsto acima no caso de companhia aberta com ações dispersas no mercado e cujas três últimas assembleias gerais tenham sido realizadas com a presença de menos da metade das ações com direito a voto.

Enquanto nossas Ações estiverem listadas no Novo Mercado, o capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias e, para sair do Novo Mercado ou cancelar o registro de companhia aberta e passar a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o acionista controlador deverá realizar uma oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas. A escolha de instituição ou empresa especializada pela determinação do valor econômico da companhia, nestes casos, é de competência privativa da Assembleia Geral. Veja “Saída do Novo Mercado”.

### **Convocação**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembleias são convocadas mediante três publicações no “Diário Oficial do Estado do Ceará” e nos jornais “O Povo” e “Valor Econômico”. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da data da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, prorrogar a data de realização da assembleia geral para que seja feita até 30 dias depois da data de convocação. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper por até 15 dias o curso do prazo de antecedência de convocação da assembleia geral, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral.

A assembleia geral que tiver por objeto deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta ou a saída do Novo Mercado deverá ser convocada com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

O edital de convocação da assembleia geral deverá conter o local, a data, hora e ordem do dia da assembleia geral, e, no caso de reforma do estatuto social, indicação da matéria.

### **Local da Realização de Assembleia Geral**

Nossas assembleias gerais são realizadas em nossa sede, na Cidade de Eusébio, no Estado do Ceará. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas assembleias gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na Cidade de Eusébio e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a assembleia geral deverá ocorrer.

### **Competência para Convocar Assembleias Gerais**

Compete, ordinariamente, ao nosso Conselho de Administração convocar as assembleias gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando nossos administradores retardem a convocação por mais de 60 dias da data em que deveriam tê-la realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembléia solicitada por tais acionistas, através de pedido de convocação que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem, na forma da lei, 5,0%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- o Conselho Fiscal, quando instalado, caso os órgãos da administração retardem a convocação da Assembléia Geral Ordinária por mais de um mês da data prevista para a sua realização, sendo certo que o Conselho Fiscal, quando instalado, poderá, ainda, convocar Assembléia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes a serem tratados.

### **Legitimação e Representação**

Os acionistas presentes à assembléia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Nossos acionistas podem ser representados na assembléia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, nosso administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

### **Conselho de Administração**

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, e até igual número de suplentes, com mandato unificado de 1 ano permitida a reeleição. Pelo menos 20,0% dos eleitos deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido e de acordo com as regras do Regulamento do Novo Mercado. O número de membros do Conselho de Administração será definido nas assembléias gerais de acionistas pelo voto majoritário dos titulares das nossas ações com direito a voto. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10,0% do nosso capital votante. Caso não seja solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros são eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares de ações ordinárias, presentes ou representados por procurador, sendo assegurado aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 15,0% de ações com direito a voto de emissão da companhia, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro. Entretanto, segundo decisão recente do Colegiado da CVM, caso tal direito não possa ser exercido por falta de quorum, o quorum para eleição de conselheiro em separado pode ser diminuído para 10,0% do capital social.

Segundo a Instrução CVM n.º 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas poderá ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5,0% a 10,0% das ações com direito a voto. Considerando o atual valor do nosso capital social e a espécie de ações emitidas, acionistas representando 5,0% do nosso capital votante poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. Nossos conselheiros não estão sujeitos a aposentadoria obrigatória por idade.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de:

- realizar qualquer ato de liberalidade às custas da companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse

ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da assembléia geral ou do Conselho de Administração;

- receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembléia geral; e
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia.

## **Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos**

### ***Valores Disponíveis para Distribuição***

Em cada assembléia geral ordinária, nosso Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do nosso lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por acionistas da Companhia. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o valor correspondente ao nosso lucro líquido, conforme ajustado, ficará disponível para distribuição a acionistas em qualquer exercício, podendo ser:

- reduzido por valores alocados à reserva legal;
- reduzido por valores alocados a reservas estatutárias, se houver;
- reduzido por valores alocados à reserva de contingência, se houver;
- reduzido por valores alocados à reserva de lucros a realizar;
- aumentado por reversões de reservas de contingência registradas em anos anteriores; e
- aumentado por valores alocados à reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não forem absorvidos por prejuízos.

Efetuada as reduções e os aumentos acima indicados, uma quantia equivalente a, no mínimo, 25,0% do lucro líquido anual ajustado da Companhia deverá estar disponível para distribuição a título de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer ano (salvo se os administradores informarem à assembléia geral que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia). Esta quantia representa o dividendo obrigatório.

O cálculo do lucro líquido e a destinação para as reservas em qualquer exercício social são determinados com base em nossas demonstrações financeiras auditadas, não consolidadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior. Ao adquirir as Ações, o acionista fará jus aos dividendos proporcionais relativos ao lucro líquido do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2006 e encerrado em 31 de dezembro de 2006.

### ***Reservas***

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, as companhias geralmente apresentam duas principais contas de reservas: (i) as reservas de lucros; e (ii) as reservas de capital.

***Reservas de Lucros.*** As reservas de lucros compreendem a reserva legal, as reservas estatutárias, a reserva para contingências, a reserva de lucros a realizar e a reserva de retenção de lucros.

***Reserva Legal.*** Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual devemos destinar 5,0% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20,0% do nosso capital social. Não obstante, não

somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30,0% do nosso capital social. Os valores destinados à reserva legal devem ser aprovados em assembleia geral ordinária de acionistas e só podem ser utilizados para aumentar o nosso capital social ou compensar eventuais prejuízos, não estando disponíveis para o pagamento de dividendos. Em 30 de junho de 2006, não possuíamos reserva legal constituída.

**Reserva de Lucros a Realizar.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores: (i) o resultado líquido positivo, se houver, da equivalência patrimonial; e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, quando realizados e se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Em 30 de junho de 2006, não possuíamos reserva de lucros a realizar.

**Reserva para Contingências.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à formação da reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. A proposta da administração para destinação de parte do lucro líquido à formação desta reserva deverá indicar a causa da perda prevista e justificar a constituição da reserva, estando sujeita à aprovação dos acionistas em assembleia geral. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada, caso não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado, na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. Em 30 de junho de 2006, não possuíamos reserva para contingências.

**Reserva estatutária.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social poderá criar reserva estatutária, desde que indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e estabeleça o limite máximo da reserva. Em 30 de junho de 2006, não possuíamos reserva estatutária.

**Reserva de Retenção de Lucros.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos nossos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. A destinação de parte do lucro líquido para a reserva de retenção de lucros não pode ocorrer em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório. Em 30 de junho de 2006, não possuíamos reserva de retenção de lucros.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas a reserva para contingências e a de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do nosso capital social. Uma vez atingido este limite máximo, nossos acionistas poderão deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do nosso capital social, ou na distribuição de dividendos.

**Reserva de Capital.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e legislação esparsa, a reserva de capital compõe-se de reserva de ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures, incentivos fiscais e doações e subvenções para investimentos. Como companhia aberta e com a nossa adesão ao Novo Mercado, não poderemos emitir partes beneficiárias.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital poderão ser utilizadas, entre outras coisas, para: (i) absorção de prejuízos que excedam os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso, ou compra das nossas próprias ações; e (iii) incorporação ao nosso capital social. As quantias destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas para efeito da determinação do dividendo obrigatório. Em 30 de junho de 2006, possuíamos R\$65,1 milhões a título de reserva de capital, composta por R\$16,5 milhões a título de reserva especial e R\$48,6 milhões a título de reserva de capital (de incentivos fiscais).

## **Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio**

A Lei das Sociedades por Ações permite que o estatuto social de cada companhia especifique a porcentagem mínima dos valores disponíveis para distribuição pela companhia em cada exercício social na forma de dividendos obrigatório, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

A distribuição obrigatória toma por base um percentual do lucro líquido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do nosso Estatuto Social, pelo menos 25,0% do nosso lucro líquido anual, calculado de acordo com o BR GAAP e ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, apurado no exercício social anterior, deverá ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Veja “Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos”.

A participação dos nossos administradores no nosso lucro líquido não pode exceder a remuneração anual dos administradores nem um décimo dos lucros, o que for menor.

A Lei das Sociedades por Ações, contudo, permite a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício social em que os órgãos da administração reportem à assembléia geral que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia. A suspensão está sujeita a aprovação em assembléia geral e análise pelos membros do conselho fiscal, se estiver instalado na ocasião. No caso de companhias abertas, o conselho de administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de cinco dias a contar da assembléia geral pertinente. Se o dividendo obrigatório não for pago, os valores correspondentes serão atribuídos a uma conta de reserva especial. Se não forem absorvidos por prejuízos subsequentes, tais valores serão pagos aos acionistas assim que a situação financeira da companhia permitir.

### ***Dividendos***

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, devemos realizar assembléia geral ordinária até o quarto mês subsequente ao encerramento de cada exercício social, ocasião em que ocorre, entre outras, a deliberação acerca da destinação dos resultados do exercício social e a distribuição dos dividendos. O pagamento do dividendo anual é determinado com base em nossas demonstrações financeiras auditadas do exercício social anterior.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, farão jus ao recebimento dos dividendos os titulares de nossas ações ou usufrutuário das mesmas na data de declaração de dividendo. Os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 dias a contar da data em que o dividendo foi declarado, a menos que deliberação dos acionistas estabeleça outra data de distribuição que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo foi declarado. Dividendos não reclamados não rendem juros, não são corrigidos monetariamente e reverterem em nosso favor se não reclamados dentro de três anos após a data em que os colocamos à disposição do acionista.

Nossa assembléia geral pode declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Adicionalmente, nossa assembléia geral pode declarar dividendos à conta do lucro apurado em períodos menores, com base em balanços semestrais, trimestrais e mensais. Os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não podem exceder o montante das reservas de capital. As distribuições de dividendos intermediários ou o pagamento de juros sobre capital próprio constituem antecipação do valor de dividendo obrigatório relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram distribuídos, ressalvada a hipótese de não haver dividendo obrigatório.

### ***Juros sobre o Capital Próprio***

Nos termos da legislação tributária brasileira, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem pagar juros sobre o capital próprio a proprietários ou usufrutuários de ações, conforme o caso, e tratar tais pagamentos como despesa dedutível para fins do imposto de renda de pessoa jurídica e, a partir de 1998, também para fins de contribuição social sobre o lucro líquido. A finalidade da alteração da legislação tributária é encorajar o uso de investimento societário, em oposição à dívida, para o financiamento das operações da

sociedade. O pagamento de juros sobre o capital próprio poderá ser efetuado a critério dos nossos acionistas. A dedução fica, de modo geral, limitada em qualquer exercício em particular ao maior entre os seguintes valores:

- 50,0% do lucro líquido (após a dedução das provisões de contribuição social incidentes sobre o lucro líquido, mas antes de se levar em conta a provisão de imposto de renda e de juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e
- 50,0% dos lucros acumulados.

Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP.

Para fins contábeis, embora o encargo de juros deva estar refletido na demonstração do resultado para ser dedutível de imposto, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo. Qualquer pagamento de juros no que respeita a ações ordinárias está sujeito a imposto de renda à alíquota de 15,0% (ou 25,0%, no caso de acionista domiciliado em paraíso fiscal). Caso esses pagamentos sejam contabilizados, a seu valor líquido, como parte de qualquer dividendo obrigatório, pagaremos o imposto por conta dos nossos acionistas quando da distribuição dos juros. Caso realizemos uma distribuição de juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, e a distribuição não seja contabilizada como parte de distribuição obrigatória, o pagamento do imposto de renda ficará a cargo dos nossos acionistas.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda poderá ser imputado ao dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, devemos pagar aos acionistas o suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por estes a título de juros sobre o capital próprio, após a retenção de impostos, acrescida da quantia de dividendos declarados, seja ao menos equivalente ao dividendo obrigatório. Juros sobre o capital próprio revertem em nosso favor se não reclamados dentro de três anos após a data em que os colocamos à disposição do acionista.

## **Direito de Retirada e Resgate**

### ***Direito de Retirada***

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias:

- nossa cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- mudança do nosso objeto social;
- nossa fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- nossa transformação societária;
- incorporação de todas as nossas ações ao capital de outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e
- aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar:



- a mudança do nosso objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social;
- a redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; ou
- a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra a nossa fusão ou incorporação em outra companhia ou nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as nossas ações tenham as seguintes características:

- liquidez, ou seja, integrem índice geral representativo de carteira de valores mobiliários admitido à negociação no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, definido pela CVM; e
- dispersão no mercado, ou seja, se o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detiverem menos da metade da espécie ou classe das ações de nossa emissão.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu ensejo a tal direito. Adicionalmente, os acionistas em assembléia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação da assembléia geral no prazo de até 10 dias subseqüentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no nosso último balanço aprovado pela assembléia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor patrimonial de suas ações.

Neste caso, devemos pagar imediatamente 80,0% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembléia geral.

### ***Resgate***

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária, devendo ser aprovado por acionistas que representem, no mínimo, a metade das ações atingidas. O resgate, quando não abranger a totalidade das ações, deve ser feito por sorteio.

### **Registro de Nossas Ações Ordinárias**

Nossas ações ordinárias são mantidas sob a forma escritural no Banco Bradesco S.A. A transferência de nossas ações é realizada por meio de um lançamento pelo Banco Bradesco S.A. em seus sistemas de registro a débito da conta das ações do alienante e a crédito da conta das ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

### **Direito de Preferência**

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de nossas ações ordinárias em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital. Nossos acionistas também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a

30 dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo do exercício do direito de preferência dos nossos acionistas, nos aumentos de capital mediante emissões de ações, emissão de debêntures conversíveis em ações e emissão de bônus de subscrição e, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle. Adicionalmente, não haverá direito de preferência nos casos de outorga ou de exercício de qualquer opção de compra de ações, nem na conversão de debêntures em ações.

### **Mecanismos de Proteção à Dispersão da Base Acionária**

Nosso Estatuto Social contém disposições que têm o efeito de dificultar a concentração de nossas ações nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa, impondo àquele que adquirir ou se tornar titular de nossas ações ordinárias, em quantidade igual ou superior a 10,0% do total das ações de nossa emissão (“Acionista Adquirente”), excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, no prazo de 60 dias, a partir da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, a realização ou solicitação do registro de uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, observado o disposto na regulamentação aplicável, editada pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA e no nosso Estatuto Social. Incluem-se na obrigação de realizar essa OPA aquele que se tornar titular de direitos de acionista, inclusive por força de usufruto ou fideicomisso.

O preço a ser ofertado pelas ações de nossa emissão na OPA não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 120,0% do preço de emissão das ações de nossa emissão em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; e (iii) 120,0% da cotação unitária média das Ações de nossa emissão durante o período de 90 dias anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de nossa emissão.

Caso o acionista adquirente não cumpra as obrigações previstas no nosso Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para a realização ou solicitação do registro da OPA ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o nosso Conselho de Administração convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual tal acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Estão excluídos destas obrigações os acionistas que na data da publicação do Anúncio de Início já sejam titulares de 10,0% ou mais do total de ações de nossa emissão e seus sucessores (Acionistas Originais), inclusive e em especial aos nossos atuais acionistas controladores e aos sócios de referidos acionistas controladores que venham a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias, desde que tais Acionistas Originais não passem, por qualquer razão e a qualquer momento após a publicação do Anúncio de Início, a deter percentual de ações de nossa emissão superior ao que detinha na data de publicação do Anúncio de Início.

A obrigação de realizar a OPA não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de nossas ações em quantidade superior a 10,0% do total das ações de nossa emissão em decorrência (i) de sucessão legal; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual de 10,0% do total de ações de emissão da Companhia, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o procedimento a seguir, e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 10,0% das ações em circulação (conforme definido no nosso Estatuto Social), poderão solicitar a elaboração de novo laudo de avaliação para fins de revisão do preço da OPA. Na hipótese de o novo laudo apurar preço por ação superior àquele originalmente obtido, o Acionista Adquirente poderá desistir da OPA, obrigando-se a alienar o excesso de participação no prazo de 3 meses contados da data da assembléia que deliberou a realização do novo laudo de avaliação.

Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

A realização da OPA não exclui a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Todas as regras previstas nesse item acerca de mecanismos de proteção à dispersão acionária se coadunam com as regras constantes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado, regulamentos da CVM e demais leis e regulamentos aplicáveis.

#### **Restrições à realização de determinadas operações por nossos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, Diretores e Companhia**

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2.002 (“Instrução CVM 358”) quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, é proibida a negociação de valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão por parte da própria Companhia, nosso acionista, direto ou indireto, membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seu controlador, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante (considerados insiders para efeito da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a “Lei do Mercado de Valores Mobiliários”) nas seguintes hipóteses:

- antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;
- sempre que existir a intenção de se promover nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e
- somente em relação ao nosso acionista controlador, direto ou indireto, e administradores, sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, suas coligadas ou outra sociedade sob controle comum.

A vedação de negociação com valores mobiliários de nossa emissão também se aplica aos nossos administradores que se afastem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo

se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da nossa Companhia ou dos nossos acionistas. Dentre tais alternativas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

Por ocasião da consumação da Oferta, teremos 25.256.228 ações em circulação, se consideradas as Ações Suplementares. Nós, os membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria, o Acionista Vendedor e FISDB (“Sujeitos a Restrições de Transferência de Ações”), obrigaram-se a, durante o Período de *Lock-up*, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito do Coordenador Líder, não oferecer para a venda, vender, contratar ou concordar em vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, quaisquer Valores Mobiliários de nossa emissão, na forma prevista em “Informações sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-Up*)”.

Adicionalmente, de acordo com as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado, nos 6 (seis) meses subseqüentes à data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, o Controlador (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), os membros do nosso Conselho de Administração e os nossos diretores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das nossas ações e Derivativos (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de 6 meses, o Controlador (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), os membros do nosso Conselho de Administração e os nossos diretores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40,0% das nossas ações e Derivativos (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após o transcurso do Período de *Lock-up*, todas as ações sujeitas a essas restrições de negociação poderão ficar disponíveis para venda no mercado.

Ver seção “Informações sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” para maiores informações sobre a vedação à negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

### **Juízo Arbitral**

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devemos resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

### **Cancelamento do Registro de Companhia Aberta**

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o acionista controlador, ou a própria companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações de sua emissão em circulação, sendo observados os seguintes requisitos: (i) que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361; e (ii) que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para este fim específico, considera-se ações em circulação apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das nossas ações no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e o nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do nosso registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente da Companhia, nossos administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de, no mínimo, 10,0% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação, pelo mesmo ou por outro critério, para determinação do valor da nossa Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias, contados da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta pública. Caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse valor maior.

### **Saída do Novo Mercado**

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento da negociação das ações de nossa emissão no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em assembléia geral de acionistas e desde que a BOVESPA seja informada por escrito, com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

Quando ocorrer a nossa saída do Novo Mercado para que as ações de nossa emissão passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, nosso acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observadas as condições e prazos previstos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, pelo valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa ou instituição especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, nossos administradores e acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da assembléia geral que houver aprovado a referida saída.

Quando a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão de cancelamento do registro de companhia aberta, o nosso acionista controlador deverá seguir os demais requisitos aplicáveis ao cancelamento de registro.

O cancelamento da listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado não implica o cancelamento da negociação das ações de nossa emissão na BOVESPA.

Na hipótese da nossa saída do Novo Mercado, em razão de reorganização societária, na qual a companhia resultante não tenha suas ações admitidas à negociação no Novo Mercado, o nosso acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos nossos demais acionistas por, no mínimo, o valor econômico das ações, observadas as condições e prazos previstos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da assembléia geral que houver aprovado a referida reorganização.

Caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subseqüentes à nossa saída do Novo Mercado, o nosso acionista controlador alienante e o adquirente do controle deverão, conjunta e solidariamente, oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço pago ao acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado.

Se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições do regulamento de listagem do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador ficarão conjunta e solidariamente

obrigados a pagar a diferença do valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições que as estabelecidas no parágrafo acima.

Uma vez realizado o cancelamento da listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado no período de dois anos subsequentes ao cancelamento, salvo se ocorrer uma mudança no nosso controle acionário após o cancelamento.

### **Alienação de Controle**

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a alienação de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos nossos outros acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

A oferta pública é exigida, ainda:

- quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle;
- em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA, o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor;
- quando aquele que já detiver ações de nossa emissão adquirir poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações. Neste caso, o acionista adquirente estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações pelos mesmos termos e condições oferecidos ao acionista alienante e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa, nos 6 meses anteriores à data da alienação do controle. O valor do ressarcimento é a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações nesse período, devidamente atualizado.

O comprador, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro dos seis meses subsequentes, o percentual mínimo de 25,0% de ações em circulação no mercado.

O acionista controlador não poderá efetuar a transferência das ações da companhia por ele detidas, nem tampouco poderá a companhia efetuar nenhum registro da transferência destas ações, até que o comprador assine o termo de anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

### **Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão**

Nosso Estatuto Social não autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão.

### **Divulgação de Informações**

Como uma companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos atos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado, devemos também seguir as exigências relativas à divulgação de informações contidas no Regulamento do Novo Mercado.

## ***Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas***

A Lei das Sociedades por Ações, a regulamentação editada pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado estabelecem que companhias abertas devem fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. A legislação vigente prevê, também, a obrigação de arquivar junto à CVM acordos de acionistas e de enviar os avisos de convocação de assembleias gerais, bem como as atas destas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, devemos apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre, excetuado o último, e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamento e investimentos;
- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção de autorização para negociar nossos valores mobiliários no Novo Mercado, devemos, no máximo 4 meses após o encerramento do exercício social: (1) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em Reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo os princípios contábeis utilizados no Brasil e a proposta da destinação do resultado, e parecer dos auditores independentes; ou (2) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as práticas contábeis utilizadas no Brasil e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e
- a partir do início da divulgação da primeira demonstração financeira acima referida, no máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, devemos: (1) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (2) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

## ***Informações Trimestrais***

Em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, após a obtenção de sua autorização para negociar no Novo Mercado, uma companhia listada neste segmento deve apresentar, também, as seguintes informações:

- balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social;
- informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5,0% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física;
- informe da quantidade e características dos valores mobiliários, de forma consolidada, de emissão da companhia de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;
- informe da evolução da participação dos eventuais acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores;

- a demonstração de fluxo de caixa da companhia e a demonstração de fluxo de caixa consolidado, que deverá ser incluída nas notas explicativas;
- informe da quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e
- a existência e a vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

### ***Informações Anuais***

As informações relativas à quantidade e características das ações da companhia direta ou indiretamente de titularidade dos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, à evolução do volume de ações de propriedade destas pessoas dentro dos 12 meses imediatamente anteriores e a vinculação à existência da cláusula compromissória devem também estar incluídas nas Informações Anuais – IAN da companhia, no quadro “Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia”.

Todas as operações de aquisição de ações de nossa própria emissão devem atender ao disposto no Manual de Conduta para a Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários, a ser aprovado anteriormente à publicação do Anúncio de Início pelo nosso Conselho de Administração. Veja o item “Política de Negociação de Valores Mobiliários” nesta seção deste Prospecto Definitivo para maiores informações.

### **Divulgação de Negociação por Parte de Acionista Controlador, Conselheiro, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal**

Nossos acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo, devem informar a nós, para que possamos divulgar à CVM e à BOVESPA, o número e tipo de valores mobiliários de nossa emissão, de nossas controladas e companhias controladas que sejam companhias abertas, incluindo derivativos, que são detidos por eles ou por pessoas próximas ligadas a eles, bem como quaisquer mutações nas suas respectivas posições. As informações relativas às movimentações de tais valores mobiliários, como, por exemplo, quantia, preço e data de compra, devem ser fornecidas à CVM e à BOVESPA dentro do prazo de 10 dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorrerem. Essas informações devem conter:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
- forma de movimentação (transação privada, transação feita na bolsa de valores, etc.), preço e data das transações.

Caso não tenha havido mutações nas posições mensais, encaminharemos tal informação à CVM e à BOVESPA.

Além disso, nossos acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5,0% devem prestar à nós, à CVM e à BOVESPA as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- objetivo da aquisição e quantidade visada;
- quantidade, preço, espécie e/ou classe, nos casos de ações, ou características, no caso de outros valores mobiliários, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;
- forma de aquisição, como, por exemplo, transação privada, transação feita na bolsa de valores; e
- informação sobre quaisquer acordos regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão.



### **Divulgação de Ato ou Fato Relevante**

De acordo com a Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358, devemos informar à CVM e à BOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios. Devemos, também, publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se puder influenciar a cotação dos valores mobiliários de nossa emissão, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de nossa emissão ou outros títulos a eles referenciados ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de nossa emissão ou outros títulos a eles referenciados.

Em circunstâncias especiais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos administradores entenderem que a divulgação geraria prejuízos a nós.

### **Negociação em Bolsas de Valores**

As ações de nossa emissão serão negociadas na BOVESPA, uma entidade sem fins lucrativos, de propriedade das corretoras que dela são membros. As negociações na BOVESPA são realizadas pelas suas corretoras. A CVM e a BOVESPA possuem autoridade para, discricionariamente, suspender as negociações das ações de emissão de uma companhia aberta específica em determinadas circunstâncias.

Negociações com valores mobiliários listados na BOVESPA, incluindo no Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Prática Diferenciada de Governança Corporativa, podem, em algumas circunstâncias, ser afetadas pelas operações realizadas no mercado de balcão não organizado.

A liquidação das operações realizadas na BOVESPA ocorre três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por intermédio de câmara de compensação independente. A câmara de compensação da BOVESPA é a CBLC. A CBLC é contraparte central garantidora das operações realizadas na BOVESPA, realizando a compensação multilateral tanto para as obrigações financeiras quanto para as movimentações de títulos. Segundo o Regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada através do Sistema de Transferência de Reservas do Banco Central. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

### **Acordos de Acionistas**

Na data deste Prospecto Definitivo, não há nenhum acordo de acionistas arquivado na nossa sede social.

## **PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Essa seção contém informações sobre práticas de governança corporativa aplicáveis à Companhia, e deve ser analisada conjuntamente com as seções “Descrição do Capital Social”, “Administração” e “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos”.

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

O Novo Mercado, conforme explicação detalhada abaixo, é um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa: Nível I, Nível II e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa a serem adotadas pela sociedade.

Em 1º de setembro de 2006, aderimos ao Novo Mercado por meio da assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado. Em 27 de junho de 2006, alteramos o nosso Estatuto Social para adequá-lo às regras do Novo Mercado, cujas cláusulas pertinentes ao Novo Mercado passarão a vigorar após a publicação do Anúncio de Início.

### **Conselho de Administração**

O conselho de administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por, no mínimo, 5 membros, dos quais, no mínimo, 20,0% deverão ser conselheiros independentes, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, 2 anos, sendo permitida a reeleição. Para fins de transição, quando o controle for exercido de forma difusa, os membros do conselho de administração poderão ser eleitos, uma única vez, com mandato unificado de até 3 (três) anos.

Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento do Novo Mercado condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ter, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros. Os conselheiros são eleitos em assembleia geral ordinária de acionistas com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento por acionistas da Companhia reunidos em assembleia geral. Na Assembleia Geral Ordinária que tiver por objeto deliberar a eleição do Conselho de Administração, tendo em vista o término de seu mandato, os acionistas deverão fixar o número efetivo de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato. Para mais informações, veja as seções “Administração – Conselho de Administração” e “Descrição do Capital Social – Conselho de Administração”.

## **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal, por meio do termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado, responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas. Atualmente, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado. Veja a seção “Administração – Conselho Fiscal”.

## **Dispersão Acionária em Distribuição Pública**

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a Companhia deverá envidar melhores esforços com o fim de alcançar dispersão acionária, com adoção de procedimentos especiais, como, por exemplo, garantia de acesso a todos os investidores interessados ou a distribuição a pessoas físicas ou investidores não institucionais de, no mínimo, 10,0% do total a ser distribuído.

O Estatuto Social da Companhia possui mecanismo de dispersão acionária, segundo o qual qualquer acionista, que adquira ou se torne titular de ações da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10,0% do total de ações da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 10,0% do total de ações da Companhia, realizar ou solicitar o registro de uma OPA da totalidade das ações da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos do Estatuto Social. Incluem-se na obrigação de realizar esta OPA o acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a de 10,0% do total de ações de emissão da Companhia em decorrência de usufruto ou fideicomisso. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Mecanismos de Proteção à Dispersão da Base Acionária” para mais informações acerca do assunto, inclusive das exceções a essa obrigação.

## **Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital**

O Regulamento do Novo Mercado obriga a Companhia a, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obriga-lo-á tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação de 25,0% das ações do capital social da Companhia nos 6 meses subseqüentes à homologação da subscrição.

Por se tratar de uma oferta secundária, não haverá aumento de capital na Companhia. Além disso, nos termos do Contrato de Participação no Novo Mercado, que firmamos em 1º de setembro de 2006 com a BOVESPA, teremos um prazo de até 3 anos, contado do início da negociação das ações de nossa emissão no segmento do Novo Mercado para cumprir com o requisito de que as ações de nossa emissão, representando 25,0% do nosso capital social, estejam em circulação no mercado. A negociação de ações de nossa emissão nesse segmento se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início, sob o código MDIA3. Durante este prazo, deveremos manter, em circulação, ações de nossa emissão representando, no mínimo, 15,0% do nosso capital social.

## **Alienação do Controle**

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar uma OPA aos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de controle da Companhia.

Esta oferta ainda será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, em que venha resultar na alienação do controle da Companhia, e em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentos que comprovem esse valor.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o Poder de Controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública do modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

O Regulamento do Novo Mercado prevê, ainda, que o acionista controlador alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações representativas do controle, enquanto o acionista adquirente não subscrever o termo de anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

O comprador deve, ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25,0% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do Controle. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Alienação de Controle”.

## **Negociações de valores mobiliários e seus derivativos por acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal**

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia devem comunicar à BOVESPA, logo após a investidura no cargo, e o acionista controlador, imediatamente após a aquisição do poder de controle, acerca da quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus Derivativos, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado da BOVESPA

Ainda, segundo as regras do Novo Mercado, qualquer negociação efetuada com esses valores mobiliários por parte do nosso acionista controlador deverá ser comunicada à BOVESPA. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Restrições à realização de determinadas operações por acionistas controladores, conselheiros e diretores”.

Conforme as regras do Novo Mercado, os acionistas controladores devem comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que seja titular direta ou indiretamente, inclusive seus Derivativos. Tal comunicação deverá ser feita imediatamente após a aquisição do poder de controle.

Quaisquer negociações a serem efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, deverão ser comunicados em detalhe à BOVESPA, informando, inclusive, o preço, no prazo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar a negociação.

### **Cancelamento de registro da Companhia**

Conforme as regras do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia, o cancelamento do registro de companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada e satisfazendo os requisitos da lei, de suas ações pelo valor econômico.

Esta empresa especializada será escolhida em assembléia geral, tendo seus custos suportados pelo ofertante.

O valor econômico das ações, apontados no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta.

No demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente e pelas normas editadas pela CVM, respeitados os preceitos contidos no Regulamento do Novo Mercado. Veja a seção “Descrição do Capital Social - Cancelamento do registro de companhia aberta”.

### **Saída do Novo Mercado**

É permitido à Companhia sair a qualquer tempo do Novo Mercado, desde que a saída seja aprovada em assembléia geral, e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. Esta saída não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BOVESPA. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Saída do Novo Mercado”.

### **Política de Divulgação de Informações ao Mercado**

A Companhia adotará ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Informações do Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral mediante anúncio publicado no jornal, por exemplo).

A única exceção à imediata divulgação de informação relevante será quando a revelação da informação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as pessoas vinculadas (os acionistas controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Informações do Mercado, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

#### **Cláusula Compromissória de Arbitragem**

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.

#### **Informações Periódicas**

##### ***Demonstrações de Fluxos de Caixa***

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir, obrigatoriamente, a demonstração dos fluxos de caixa, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações - Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas”.

##### ***Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais***

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que, após o encerramento de cada exercício social, observados os prazos maiores concedidos pelo Regulamento do Novo Mercado para a Companhia recém admitida no Novo Mercado, a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, em Reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício social segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas do relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS). Veja a seção “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações - Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas”.

### ***Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais***

Conforme esta regra, a Companhia deverá apresentar a íntegra das Informações Trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações - Informações Trimestrais”.

Esta apresentação de Informações deverá ser acompanhada de Parecer ou de Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes.

### ***Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR***

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detive mais de 5,0% do capital social da Companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

### ***Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN***

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv), e (vii) do tópico “Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais” nas Informações Anuais da Companhia no quadro “Outras Informações Consideradas Importantes para um Melhor Entendimento da Companhia”. Veja a seção “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações - Informações Trimestrais”.

### ***Reunião Pública com Analistas***

O Regulamento do Novo Mercado estipula que pelo menos uma vez ao ano, a Companhia deve realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

### ***Calendário Anual***

O Novo Mercado determina que as companhias e os administradores devem enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA.

### ***Acordo de Acionistas***

A Companhia enviará à BOVESPA e à CVM até a data da publicação do Anúncio de Início, cópia de todos os acordos de acionistas arquivados em sua sede, e noticiar a mesma sobre as averbações de acordos existentes em seus livros.

Não há, na data deste Prospecto Definitivo, nenhum acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

## **Programas de Opções de Aquisição de Ações**

A Companhia não possui, na data deste Prospecto Definitivo, nenhum programa de opções de aquisição de ações e de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Contudo, caso venha promover algum desses programas, deverá enviar à BOVESPA e à CVM cópia dos mesmos. A Companhia deverá, ainda, realizar a divulgação dos mesmos.

## **Contratos com o mesmo grupo**

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$0,2 milhão, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia. Veja a seção “Operações com Partes Relacionadas”.

## **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC**

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos:

- emissão exclusiva de ações ordinárias;
- política “uma ação igual a um voto”;
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- convocações de assembléia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica “outros assuntos” e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- dispersão de ações (*free float*), visando a liquidez dos títulos;
- composição do Conselho de Administração deve ter ao menos 20,0% de membros independentes (ausente de vínculos com a companhia e com o acionista controlador);



- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração;
- previsão estatutária de vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse.

Para informações adicionais sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, vide as Seções “Descrição do Capital Social” e “Administração”.

**Parte III – ANEXOS**

---

Estatuto Social da Companhia aprovado nas Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de junho de 2006 e 31 de agosto de 2006 .....	219
Informações Anuais – IAN da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 (somente as informações não incluídas neste Prospecto Definitivo) .....	248

[página intencionalmente deixada em branco]

**ESTATUTO SOCIAL DA  
M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS  
CNPJ/MF nº 07.206.816/0001-15**

**APROVADO EM 27 DE JUNHO DE 2006  
(Com alterações promovidas pela AGE de 31/08/2006)**

**CAPÍTULO I  
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO**

ARTIGO 1º - A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é uma sociedade anônima que se regerá por este estatuto social e pela legislação aplicável.

ARTIGO 2º - A Companhia tem por objeto **(i)** a industrialização e comércio de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, bolachas, massas e farinha de trigo; **(ii)** a fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas, óleos vegetais, sua importação e exportação; **(iii)** a importação, industrialização e comércio de trigo, de milho, de ração animal, de outros cereais e de mercadorias relacionadas às anteriores para revenda; **(v)** a importação de matérias primas, materiais secundários e de materiais de embalagem; **(vi)** a importação de máquinas, equipamentos, peças sobressalentes e de outros bens, destinados a uso próprio, bem como para venda, locação ou arrendamento; **(vii)** a participação no capital de outras sociedades, no país ou no exterior, em empresas coligadas, controladas ou subsidiárias.

ARTIGO 3º - A Companhia tem sede e foro no Município de Eusébio, Estado do Ceará, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 4º - A Companhia deu início às suas atividades no dia 04 de outubro de 1961 e o seu prazo de duração é indeterminado.

**CAPÍTULO II  
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

ARTIGO 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 688.800.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões e oitocentos mil reais), dividido em 114.800.000 (cento e quatorze milhões e oitocentas mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais.

§ 2º - A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

§ 3º - Depois de realizados 3/4 (três quartos), no mínimo, do capital social, a companhia poderá aumentá-lo mediante subscrição pública ou particular de ações. Os aumentos de capital podem ser integralizados com quaisquer bens e direitos, inclusive créditos, desde que suscetíveis de avaliação em dinheiro, não cabendo, todavia, a integralização mediante a oferta e o comprometimento de lucros futuros que possam vir a ser gerados pela companhia.

§ 4º - O capital social da Companhia pode ser aumentado independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, até o limite de 459.200.000 milhões de ações ordinárias.

§ 5º - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

§ 6º A Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

§ 7º - No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou na chamada, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, § 2º da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao disposto no artigo 107 da mesma lei.

ARTIGO 6º - Os eventuais acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de suas ações, ou o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que tenham sido arquivados na sede social, cabendo à respectiva administração abster-se de computar os votos lançados contra os termos de tais acordos.

Parágrafo Único - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham estes sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da assembléia geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições de tais acordos.

### **CAPÍTULO III ASSEMBLÉIA GERAL**

ARTIGO 7º - A Assembléia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subseqüentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

§ 1º - A Assembléia Geral deverá ser convocada na forma da lei, ou por telegrama ou carta registrada, pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo os trabalhos dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo 2º abaixo.

§ 2º - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da companhia, ou, em sua ausência, pelo escolhido por maioria dentre os presentes. O presidente da Assembléia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa.

§ 3º - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social ou em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

ARTIGO 8º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembléias Gerais por procuradores, na forma do artigo 126, § 1º, da Lei n.º 6.404/76.

### **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

#### **Seção I – Normas Gerais**

ARTIGO 9º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

§ 1º - Compete à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos administradores, e ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

§ 2º - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e ficam dispensados de prestar caução para garantia de sua gestão. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante adotada pela Companhia nos termos da Instrução CVM nº 358, de 22 de janeiro de 2002.

§ 3º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. Os administradores, ao tomarem posse de seus cargos, deverão assinar Termo de Confidencialidade, assim como zelar para que a violação à obrigação de sigilo não ocorra por meio de subordinados ou terceiros.

## **Seção II - Conselho de Administração**

ARTIGO 10 - O Conselho de Administração, eleito pela Assembléia Geral, será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais e acionistas, residentes ou não no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente, designado pela Assembléia Geral. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.

§ 1º - Caracteriza-se, para fins deste Estatuto Social, como “Conselheiro Independente”, aquele que: **(i)** não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; **(ii)** não for Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não for ou não tiver sido, nos últimos 3 anos, vinculado à sociedade ou à entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); **(iii)** não tiver sido, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; **(iv)** não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; **(v)** não for funcionário ou administrador de sociedade ou

entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§ 2º - Também serão considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante faculdade prevista nos §§ 4º e 5º do artigo 141 da Lei das S.A.

§ 3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no caput deste artigo 10, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

ARTIGO 11 - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, será convocada Assembléia Geral dentro de 10 (dez) dias a partir da vacância no cargo de conselheiro, com a finalidade de escolher o substituto, que assumirá o cargo de conselheiro pelo tempo remanescente do mandato do conselheiro substituído.

ARTIGO 12 - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 3 (três) de seus membros, sendo necessária, para sua realização, a presença, no mínimo, da maioria de seus membros em exercício. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos conselheiros presentes à reunião, devendo prevalecer, no caso de empate, o voto do Presidente ou de seu substituto.

Parágrafo Único - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quantos bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação.

ARTIGO 13 - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

ARTIGO 14 – Além das atribuições previstas em lei e neste estatuto social, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;



- (iii) convocar as Assembléias Gerais;
- (iv) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- (v) distribuir a remuneração fixada pela Assembléia Geral entre os administradores da Companhia;
- (vi) eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e remunerações;
- (vii) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e
- (viii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia.

### **Seção III – Diretoria**

ARTIGO 15 - A Diretoria será composta por 07 (sete) membros, residentes no País, acionistas ou não, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, que terão as seguintes designações:

- (i) Presidente;
- (ii) Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas;
- (iii) Vice-Presidente Industrial - Moinhos;
- (iv) Vice-Presidente Comercial;
- (v) Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento;
- (vi) Vice-Presidente Financeiro; e
- (vii) Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria.

§ 1º - O mandato de cada Diretor será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

§ 2º - O exercício do cargo de Diretor cessa pela destituição, a qualquer tempo, do titular, ou pelo término do mandato, se não houver recondução, observando-se ainda o disposto na parte final do § 1º acima. A renúncia torna-se eficaz, em relação à companhia, desde o momento em que esta conhecer da comunicação escrita do renunciante, produzindo efeitos perante terceiros de boa-fé após o seu arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e publicação.

§ 3º - A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração nomear interinamente um substituto.

ARTIGO 16 - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembléia Geral, o Conselho de Administração e este estatuto social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração da companhia e a prática de todo e qualquer ato que não seja de competência privativa da Assembléia Geral, na forma do artigo 122 da Lei nº 6.404/76.

ARTIGO 17 – Sem prejuízo das competências específicas definidas nos parágrafos deste artigo 17, compete aos Diretores:

- (i) zelar pela observância da lei e deste estatuto social;
- (ii) administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais;
- (iii) elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e
- (iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste estatuto social e no Regimento Interno da Diretoria.

§ 1º - Compete ao Presidente:

- (i) definir, implementar e coordenar ações que objetivem a preservação da visão, missão e valores da Companhia;
- (ii) superintender e promover ações coordenadas e integradas do processo produtivo e de desenvolvimento das atividades da companhia;
- (iii) supervisionar e controlar os níveis de produção e de rentabilidade de cada Divisão;
- (iv) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

- (v) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos;
- (vi) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade;
- (vii) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

§ 2º - Compete ao Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas:

- (i) Definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos de biscoitos, massas e margarinas, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente;
- (ii) Dirigir as atividades de produção, embalagem e estocagem de produtos acabados, bem como desenvolver projetos de engenharia da produção, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas;
- (iii) Assegurar excelência no processo de manutenção dos parques industriais de biscoitos, massas e margarinas, mediante adoção de procedimentos preventivos e corretivos;
- (iv) Propor e coordenar a execução de projetos de atualização tecnológica, de renovação e de expansão dos parques fabris de biscoitos, massas e margarinas;
- (v) Estabelecer políticas e gerir o processo de compras corporativas de insumos produtivos, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas, assegurando qualidade dos produtos adquiridos e competitividade nas condições negociadas com os fornecedores;
- (vi) Comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados;
- (vii) Impulsionar os níveis de produção e rentabilidade das unidades fabris de biscoitos, massas e margarinas, em consonância com as estratégias corporativas;

- (viii) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades fabris de biscoitos, massas e margarinas, e
- (ix) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

§ 3º - Compete ao Vice-Presidente Industrial - Moinhos:

- (i) Definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos de derivados de trigo, de milho e de outros cereais, nas unidades moageiras da Companhia, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente;
- (ii) Dirigir as atividades de produção, embalagem e estocagem de produtos acabados, bem como desenvolver projetos de engenharia da produção, no segmento de moinhos;
- (iii) Assegurar excelência no processo de manutenção dos parques industriais das unidades moageiras, mediante adoção de procedimentos preventivos e corretivos;
- (iv) Propor e coordenar a execução de projetos de atualização tecnológica, de renovação e de expansão dos parques fabris nas unidades moageiras;
- (v) Estabelecer políticas e gerir o processo de compras corporativas de insumos produtivos no segmento de moinhos, assegurando qualidade dos produtos adquiridos e competitividade nas condições negociadas com os fornecedores;
- (vi) Comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, no segmento de moinhos, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados;
- (vii) Impulsionar os níveis de produção e rentabilidade das unidades moageiras, em consonância com as estratégias corporativas;
- (viii) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades moageiras, e

- (ix) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

§ 4º - Compete ao Vice-Presidente Comercial:

- (i) Dirigir o processo corporativo de comercialização dos produtos fabricados pela Companhia, implementando ações de desenvolvimento de mercado, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente;
- (ii) Planejar as vendas de produtos, estabelecendo estratégias, objetivos e metas, bem como monitorar a execução do Plano Comercial;
- (iii) Assegurar excelência no processo de vendas de produtos da Companhia, mediante gestão das equipes próprias e dos operadores e distribuidores;
- (iv) Coordenar as atividades de estudos de mercado e concorrência, de forma a subsidiar a proposição de estratégias mercadológicas corporativas;
- (v) Gerir as atividades corporativas de Marketing, estabelecendo os Planos de Marketing e monitorando a sua implementação, com o objetivo de incrementar os negócios da Companhia;
- (vi) Comandar o processo corporativo de logística de distribuição dos produtos, envolvendo a gestão dos centros de distribuição, do estoque, dos operadores logísticos e da estrutura de transporte, de forma a alcançar máxima eficiência, menor custo e qualidade na distribuição;
- (vii) Promover estudos periódicos de capacidade e de localização da rede logística de distribuição, propondo melhorias monitorando sua implementação;
- (viii) Impulsionar os níveis de produtividade e rentabilidade das unidades comerciais, em consonância com as estratégias corporativas;
- (ix) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades comerciais, e
- (x) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

§ 5º - Compete ao Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento:

- (i) Dirigir e exercer a coordenação das atividades de administração e desenvolvimento, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente;
- (ii) Promover o desenvolvimento da tecnologia da informação, a nível corporativo, buscando disponibilizar soluções compatíveis com os objetivos estratégicos da Companhia;
- (iii) Assegurar a infra-estrutura adequada de tecnologia da informação, bem como adotar política de segurança da informação e prestar suporte de hardware e software;
- (iv) Definir políticas corporativas e implementar ações de desenvolvimento de pessoas, incluindo recrutamento e seleção, treinamento, gestão do desempenho, cargos e salários, benefícios, cultura e clima organizacional, de forma a impulsionar o alcance dos resultados empresariais estabelecidos;
- (v) Instituir políticas corporativas e ações de desenvolvimento de processos, aplicando normas e procedimentos de racionalização e melhoria contínua dos fluxos de trabalho, com o objetivo de impulsionar a performance empresarial;
- (vi) Coordenar as atividades corporativas de administração de pessoal, contemplando a gestão da folha de pagamentos, encargos trabalhistas, concessão de benefícios e segurança e medicina do trabalho, em consonância com a legislação e políticas de desenvolvimento de pessoas vigentes;
- (vii) Prestar suporte administrativo às diversas unidades da Companhia, envolvendo serviços corporativos de portaria, recepção, manutenção predial, segurança patrimonial, controle de bens móveis, gestão de arquivos e compras administrativas;
- (viii) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades administrativas e de desenvolvimento, em consonância com as estratégias corporativas;
- (ix) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades administrativas e de desenvolvimento, e
- (x) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

§ 6º - Compete ao Vice-Presidente Financeiro:

- (i) Dirigir e exercer a coordenação das atividades financeiras, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente;
- (ii) Definir e implementar política corporativa de concessão de crédito, incluindo a avaliação de crédito e de garantias apresentadas, de forma a minimizar riscos financeiros para a Companhia;
- (iii) Estabelecer critérios e gerir o processo corporativo de contas a receber, adotando ações que assegurem eficiência nas atividades de faturamento, controle de recebimentos e cobrança;
- (iv) Coordenar as atividades corporativas de contas a pagar, mediante controle de vencimentos das obrigações, preparação de pagamentos, controle de contratos e administração da posição financeira;
- (v) Desenvolver as atividades corporativas de tesouraria, por meio da administração do fluxo de caixa, das movimentações bancárias e do controle de numerários e cheques;
- (vi) Planejar, organizar e coordenar as atividades de auditoria interna;
- (vii) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades financeiras, em consonância com as estratégias corporativas do Grupo;
- (viii) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades financeiras, e
- (ix) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

§ 7º - Compete ao Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria:

- (i) Dirigir e exercer a coordenação das atividades de investimentos e controladoria, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente;

- (ii) Definir e implementar a política corporativa de investimentos, captar fontes alternativas de recursos e desenvolver estudos de viabilidade econômico-financeira de empreendimentos;
- (iii) Desenvolver as atividades de relações com investidores, no âmbito corporativo, contemplando a preparação de documentos institucionais, realização de apresentações e encaminhamento de negociações, em consonância com os dispositivos legais e estratégias da Companhia;
- (iv) Coordenar as atividades corporativas de controladoria gerencial e societária, incluindo a elaboração de demonstrativos gerenciais e demonstrações contábeis, suporte a auditorias externas, gestão da documentação societária, controle de custos e gestão orçamentária;
- (v) Dirigir as atividades corporativas de controladoria fiscal, mediante planejamento tributário, assessoramento fiscal, gestão das obrigações tributárias e do contencioso fiscal, bem como suporte às auditorias fiscais;
- (vi) Coordenar as atividades jurídicas consultiva e contenciosa;
- (vii) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades de investimentos e controladoria, em consonância com as estratégias corporativas do Grupo;
- (viii) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades de investimentos e controladoria, e
- (ix) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

ARTIGO 18 - A Diretoria reunir-se-á, sempre que necessário, mediante convocação do Presidente.

§ 1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Presidente, e somente serão instaladas se presentes o Presidente e pelo menos mais um Diretor. As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, prevalecendo, no caso de empate, o voto do Presidente ou do seu substituto.



§ 2º - Considera-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia.

§ 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no livro próprio.

ARTIGO 19 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos atos de aquisição, alienação ou oneração de bens e direitos da sociedade, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, e ainda, o aceite, o endosso e a avalização de documentos cambiais, duplicatas ou outros títulos de crédito, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Presidente, ou (ii) pelo Diretor que, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, esteja estritamente autorizado pelo Conselho de Administração, em reunião própria, ou (iii) por um procurador com poderes específicos, nomeado na forma prevista no parágrafo 1º abaixo.

§ 1º - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas sempre pelo Presidente, e especificarão os poderes conferidos. Caso o instrumento de mandato não mencione o prazo de vigência, reputar-se-á outorgado por prazo indeterminado, no caso de procuração outorgada para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, e pelo prazo de 1 (um) ano, nos demais casos.

§ 2º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto no § 2º acima, cada Diretor (i) responde, perante a companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembléia Geral, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá.

## **CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL**

ARTIGO 20 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não eleitos pela Assembléia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

§ 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembléia Geral que os elegeu.

§ 3º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

§ 4º - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor e no Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS**

ARTIGO 21 - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

Parágrafo Único - Na elaboração das demonstrações financeiras serão adotadas práticas e princípios contábeis baseados em normas técnicas originárias de organismos profissionais autorizados em lei.

ARTIGO 22 - O lucro líquido do exercício é o resultado do exercício depois de deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o Imposto de Renda, e, após, as participações eventualmente atribuídas na forma do artigo 190 da Lei nº 6.404/76.

§ 1º - Do lucro líquido do exercício:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e
- (ii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva estatutária denominada “Reserva para Plano de Investimento”, cuja finalidade é o fortalecimento do capital de giro da sociedade e o reinvestimento de recursos gerados internamente, objetivando a expansão dos negócios sociais, não podendo o saldo da reserva exceder 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º - A Reserva para Plano de Investimento poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

§ 3º - O saldo do lucro líquido acaso existente será ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado serão atribuídos ao pagamento do dividendo obrigatório. A parcela restante terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral.

ARTIGO 23 – A Companhia pagará o dividendo das ações à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

§ 1º - Os dividendos das ações em custódia bancária ou em depósito nos termos dos artigos 41 e 43 da Lei nº 6.404/76 serão pagos pela Companhia à instituição financeira depositária, que será responsável pela sua entrega aos titulares das ações depositadas.

§ 2º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

ARTIGO 24 - A Companhia poderá levantar balanços anuais, semestrais, trimestrais ou mensais, e declarar, por deliberação da Assembléia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços e/ou de juros sobre o capital próprio, tudo sempre por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

§ 1º - Ainda por deliberação da Assembléia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 2º - A Assembléia Geral da Companhia poderá determinar montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o art. 9º, da Lei nº 9.249/95, alterado pela Lei n.º 9.430/96.

§ 3º - Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO VII DA ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE**

ARTIGO 25 - A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações ordinárias aos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

ARTIGO 26 - A oferta pública referida no Artigo 25 também deverá ser efetivada:

- (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e
- (b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo Único. Para fins do disposto neste Estatuto Social, entende-se por:

- (i) “Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Adquirente e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se entre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, qualquer pessoa (i) que seja, direta ou

indiretamente, Controlada ou administrada por tal Acionista Adquirente, (ii) que Controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Adquirente, (iii) que seja, direta ou indiretamente, Controlada ou administrada por qualquer pessoa que Controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Adquirente, (iv) na qual o Controlador de tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social, (v) na qual tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social, ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social do Acionista Adquirente.

- (ii) “Acionista Controlador” o acionista, ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que exerça o Poder de Controle da Companhia;
- (iii) “Acionista Controlador Alienante” o Acionista Controlador, quando este promove a alienação de controle da Companhia;
- (iv) “Ações em Circulação” todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia e aquelas em tesouraria.;
- (v) “Ações de Controle” o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;
- (vi) “Alienação do Controle” a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;
- (vii) “Comprador” aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere o Poder de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia; e
- (viii) “Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“Grupo de Controle”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas

assembléias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

ARTIGO 27 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 25 deste Estatuto; e
- (b) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

ARTIGO 28 - Enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia não registrará *(i)* qualquer transferência de ações para o Comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; ou *(ii)* qualquer Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores.

## **CAPÍTULO VIII**

### **CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA**

ARTIGO 29 - Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de companhia aberta será precedido por oferta pública de aquisição de ações, tendo como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico apurado mediante do laudo de avaliação, na forma dos artigos 30 e 31 abaixo.

ARTIGO 30 - O laudo de avaliação será elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º, da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo.

§ 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da assembléia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembléia que, se instalada em primeira

convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º - Os custos incorridos com a elaboração do laudo de avaliação serão arcados integralmente pelo ofertante.

ARTIGO 31 - Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

§ 1º - A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

§ 2º - Se o valor econômico das ações, apurado na forma dos artigos 30 e 31, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

§ 3º – O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO IX SAÍDA DO NOVO MERCADO**

ARTIGO 32 - A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em assembléia geral pela maioria dos votos dos acionistas presentes e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

§ 1º – Para que as ações da Companhia passem a ter o registro para negociação fora do Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Artigos 30 e 31 deste Estatuto.

§ 2º – Caso a saída da Companhia do Novo Mercado venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida

para negociação no Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Artigos 30 e 31 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 33 - A alienação do Poder de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado, obrigará o Acionista Controlador alienante, conjunta e solidariamente com o Comprador, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Capítulo VII deste Estatuto.

§ 1º - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador na alienação a que se refere o “caput” deste artigo for superior ao valor da oferta pública realizada de acordo com as demais disposições deste Estatuto Social, o Acionista Controlador alienante conjunta e solidariamente com o Comprador, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no “caput” deste artigo.

§ 2º -A Companhia e o Acionista Controlador fica obrigado a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação, na forma prevista no “caput” e no parágrafo primeiro, acima.

## **CAPÍTULO X DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA**

ARTIGO 34 - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste Capítulo X.

§ 1.º - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA (“Preço da OPA”) não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 120% (cento e vinte por cento) do preço de emissão das ações em qualquer



aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 34, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; e (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

§ 2.º - A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4.º da Instrução CVM n.º 361, de 5 de março de 2002 (“Instrução CVM n.º 361”):

(i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;

(ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA;

(iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA;

(iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM n.º 361, ressalvado o disposto no parágrafo 4.º abaixo;

(v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia; e,

(vi) ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, preparado por instituição de reputação internacional, independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionista controlador e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios previstos no artigo 8.º da Instrução CVM n.º 361.

§ 3.º - Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Ações em Circulação, poderão requerer aos administradores da companhia que convoquem assembléia especial dos acionistas titulares das Ações em Circulação para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da OPA, cujo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no item (vi) do parágrafo 2.º deste Artigo, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4.º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na regulamentação aplicável editada pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA e nos termos deste Capítulo X.

§ 4.º - Caso a assembléia especial referida no parágrafo 3.º acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da OPA, poderá o Acionista Adquirente dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM n.º 361, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 meses contados da data da mesma assembléia especial.

§ 5.º - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

§ 6.º - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 7.º - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

§ 8.º - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 9.º - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos de sócio, inclusive por força de usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo de 60 dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos de sócio sobre ações em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo.

§ 10 - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, e no Capítulo VII deste Estatuto Social não eximem o Acionista Adquirente do cumprimento das obrigações constantes deste artigo.

§ 11 - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos previstos no item (vi) do parágrafo 2º do artigo 34 deste Estatuto.

§ 12 - Para fins do cálculo do percentual de 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§ 13 - O disposto neste artigo não se aplica aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia (“Data da Primeira Oferta Pública”), sejam titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores (“Acionista(s) Original(is)”), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias, desde que qualquer dos Acionistas Originais não passem, por qualquer razão e a qualquer momento após a Data da Primeira Oferta Pública, a deter percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 34 e seus parágrafos a tal Acionista Original.

§ 14 - O disposto neste Artigo não se aplica aos acionistas ou às pessoas que se tornarem titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) ou da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia.

## **CAPÍTULO XI JUÍZO ARBITRAL**

ARTIGO 35 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, no presente

Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## **CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS**

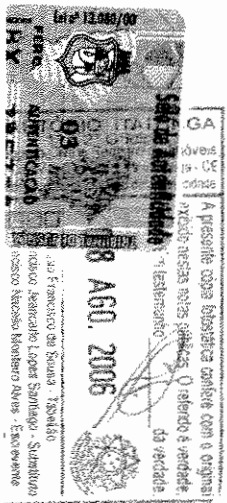
ARTIGO 36 - Os direitos e obrigações previstos no Artigo 9, parágrafos 2º e 3º, Artigo 10, parágrafos 1º, 2º e 3º, e Artigo 20, parágrafos 1º e 4º, bem como nos Capítulos VII, VIII, IX, X e XI deste Estatuto Social somente serão eficazes a partir da data em que a Companhia: (i) tenha sido admitida no segmento de negociação do Novo Mercado, regulado pela BOVESPA, e cumulativamente (ii) tenha publicado o Anúncio de Início de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias, referente à primeira oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia, objeto do pedido de registro nº RJ/2006-4080 protocolado na CVM em 19 de maio de 2006.

## **CAPÍTULO XIII LIQUIDAÇÃO**

ARTIGO 37 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

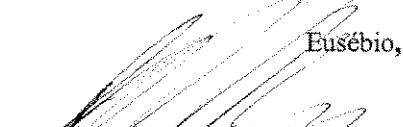
**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27.06.2006**


1. **EVENTO:** Assembléia Geral Extraordinária – Ata lavrada em forma de sumário.
2. **EMPRESA:** M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, com CNPJ/MF n.º 07.206.816/0001-15.
3. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 27 de Junho de 2006, às 10 horas, na sede da Companhia, na Rodovia BR 116, km 18, s/n, no Município de Eusébio, Estado do Ceará.
4. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada no termos do artigo 124, §4º da Lei n.º 6.404/76, face à presença de acionistas detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
5. **MESA:** Presidente: Francisco Ivens de Sá Dias Branco; Secretária Maria das Graças Dias Branco da Escóssia.
6. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Por unanimidade dos acionistas da Companhia foram tomadas as seguintes deliberações:
  - 6.1. Aprovar a reformulação do Estatuto Social da Companhia, conforme o Anexo I à ata que se refere a esta Assembléia, para adaptação, inclusive, à legislação aplicável a companhias abertas e ao Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo;
  - 6.2. Eleger, para os cargos de Membro do Conselho de Administração da Companhia, que se encontravam vagos, os Srs. **João Batista Santos**, brasileiro, casado, advogado, com endereço comercial na Avenida Washington Soares, 1400 - sala 1001. Água Fria, CEP 60.811-341, em Fortaleza-CE, carteira de identidade nº 143215 SSP-CE e CPF/MF nº 000.990.233-34; e **Francisco Roberto André Gros**, brasileiro, divorciado, economista, com escritório na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.681, São Paulo-SP, carteira de identidade nº 1.978.553-4 e CPF/MF nº 038.644.137-53;
  - 6.3. Para fins do artigo 10 do Estatuto Social ora aprovado, esclarecer a designação dos Srs. **João Batista Santos e Francisco Roberto André Gros** como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia;
  - 6.4. Tendo em vista o Estatuto Social ora aprovado, retificar o prazo de mandato de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, que passa a ser unificado de 1 (um) ano, a encerrar-se na Assembléia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2007;
  - 6.5. Tendo em vista o Estatuto Social ora aprovado, ratificar a designação do Sr. **Francisco Ivens de Sá Dias Branco** como Presidente do Conselho de Administração da Companhia;
  - 6.6. Não instalar o Conselho Fiscal previsto no artigo 20 do Estatuto Social ora aprovado; e
  - 6.7. Autorizar a Diretoria da Companhia a prestar informações, bem como negociar os termos e condições dos contratos e outros documentos que se façam necessários no âmbito do processo de abertura de capital e adesão ao Novo Mercado, assim como na oferta pública secundária de ações a ser promovida, direta ou indiretamente, pelo Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco, incluindo-se, mas não se limitando aos seguintes: contrato de colocação das ações no Brasil e o *Placement and Facilitation Agreement*, que regulará, dentre outras, as condições de esforços de colocação das ações no exterior, observadas as legislações e regulamentações aplicáveis.
7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que se refere a esta Assembléia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada por acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, devendo ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis.



8. **DECLARAÇÃO:** Uma via desta ata, digitada e impressa eletronicamente, apenas em seus anversos, compõe o "Livro de Atas de Assembléia de Acionistas" n.º 1, desta Companhia.


Eusébio, 27 de Junho de 2006.


  
Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
(Presidente da Mesa)

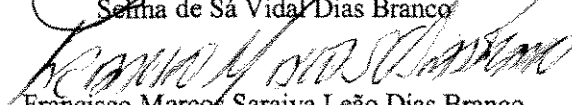
  
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
(Secretaria de Mesa)

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior


Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

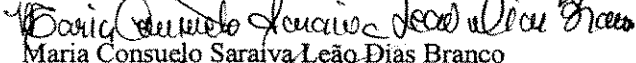
  
Selma de Sá Vidal Dias Branco

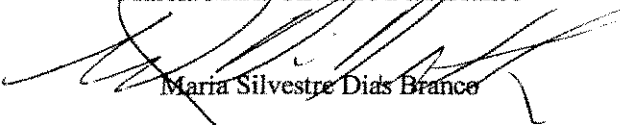
  
Neide Vidal de Sá Dias Branco

  
Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco


  
Manuel Dias Branco Neto

  
Márcia Maria Silvestre Dias Branco

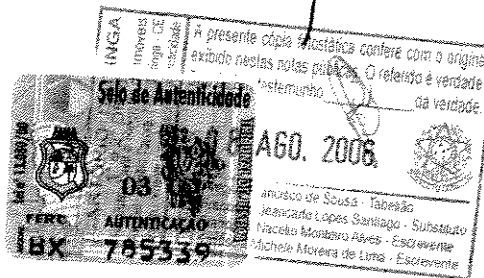
  
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco

  
Maria Silvestre Dias Branco

  
Geraldo Luciano Mattos Junior

  
Uíme Caminha  
OAB/CE 12236

  
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE  
CERTIFICADO O REGISTRO EM 04/08/2006  
SOB Nº 20060493658  
Protocolo: 06/049365-8

Empresa: 23 3 0000812 0  
M DIAS BRANCO & A INDUSTRIA E  
COMERCIO DE ALIMENTOS

  
HAROLDO FERNANDES MOREIRA  
SECRETARIO-GERAL

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2006**

1. Local, data e hora: às 10:00 horas do dia 31 de agosto de 2006, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 116, km 18, s/nº, no Município de Eusébio, Estado do Ceará.
2. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social.
3. Mesa: Francisco Ivens de Sá Dias Branco, Presidente; Geraldo Luciano Mattos Junior, Secretário.
4. Ordem do Dia: (i) grupamento das ações da Companhia; (ii) pagamento de indenização aos acionistas com número insuficiente de ações para manter ao menos uma ação após o grupamento; (iii) retificação do Estatuto Social; (iv) outras matérias de interesse da Companhia.
5. Convocação: Dispensada na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, face à presença de acionistas detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
6. Deliberações: Por unanimidade dos acionistas da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações:
  - 6.1. Aprovar, na forma do artigo 12 da Lei nº 6.404/76, o grupamento das ações de emissão da Companhia, na razão de 1 (uma) ação para cada 2 (duas) ações ordinárias emitidas;
  - 6.2. Aprovar o pagamento da indenização, pelo valor patrimonial, aos acionistas titulares de ações em quantidade insuficiente à manutenção de pelo menos 1 (uma) ação após o grupamento;
  - 6.3. Aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 688.800.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões e oitocentos mil reais), dividido em 114.800.000 (cento e quatorze milhões e oitocentas mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”*

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2006

6.4. Retificar o Estatuto Social para corrigir a redação do seu artigo 36 conforme segue: onde se lê "...(ii) tenha publicado o Anúncio de Início de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias, referente à primeira oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia, objeto do pedido de registro nº RJ/2006-04083 protocolado na CVM em 19 de maio de 2006." leia-se "...(ii) tenha publicado o Anúncio de Início de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias, referente à primeira oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia, objeto do pedido de registro nº RJ/2006/4080 protocolado na CVM em 19 de maio de 2006."

6.5. Em virtude dessa retificação, o artigo 36 do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação:

*"ARTIGO 36 - Os direitos e obrigações previstos no Artigo 9, parágrafos 2º e 3º, Artigo 10, parágrafos 1º, 2º e 3º, e Artigo 20, parágrafos 1º e 4º, bem como nos Capítulos VII, VIII, IX, X e XI deste Estatuto Social somente serão eficazes a partir da data em que a Companhia: (i) tenha sido admitida no segmento de negociação do Novo Mercado, regulado pela BOVESPA, e cumulativamente (ii) tenha publicado o Anúncio de Início de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias, referente à primeira oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia, objeto do pedido de registro nº RJ/2006-4080 protocolado na CVM em 19 de maio de 2006."*


6.6. Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas; e


6.7. Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, omitidas as assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 da Lei n.º 6.404/76.

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, e depois de lida, aprovada e assinada por todos os acionistas.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Eusébio, 31 de agosto de 2006.

  
Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Presidente

  
Geraldo Luciano Mattos Junior  
Secretário



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/10/2006  
SOB Nº: 20060601442  
Protocolo: 06/060144-2  
Empresa: 23 3 0000812 0  
M DIAS BRANCO S A INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO DE ALIMENTOS  
247

  
HAROLDO FERNANDES MOREIRA  
SECRETÁRIO-GERAL



**O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 999999	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07206816000115
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR M DIAS BRANCO IND E COM DE ALIM. LTDA.		
6 - NIRE 23.201.000.201		
7 - SITE www.mdiasbranco.com.br		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA BR 116, KM 18, S/N				2 - BAIRRO OU DISTRITO JABUTI	
3 - CEP 61760-000		4 - MUNICÍPIO EUSEBIO			5 - UF CE
6 - DDD 085	7 - TELEFONE 4005-5667	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 085	12 - FAX 4005-5598	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL mdiasbranco@mdb.com.br					

**01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS**

## ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR					
2 - CARGO DIRETOR DE RELAC. COM OS INVESTIDORES					
3 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA BR 116, KM 18, S/N				4 - BAIRRO OU DISTRITO JABUTI	
5 - CEP 61760-000		6 - MUNICÍPIO EUSEBIO			7 - UF CE
8 - DDD 85	9 - TELEFONE 4005-5667	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX	
13 - DDD 85	14 - FAX 4005-5598	15 - FAX -	16 - FAX -		
17 - E-MAIL geraldo@mdb.com.br					

## AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME BANCO BRADESCO S.A.					
19 - CONTATO Rogério Felgueiras / Ademir R dos Santos					
20 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA YARA, S/N - PRÉDIO AMARELO VELHO - 2º ANDAR				21 - BAIRRO OU DISTRITO CIDADE DE DEUS	
22 - CEP 06029-900		23 - MUNICÍPIO OSASCO			24 - UF SP
25 - DDD 11	26 - TELEFONE 3684-2309	27 - TELEFONE 3684-9289	28 - TELEFONE -	29 - TELEX	
30 - DDD 11	31 - FAX 3684-5645	32 - FAX 3684-9281	33 - FAX -		
34 - E-MAIL 4010.felgueiras@bradesco.com.br / 4010.rufino@bradesco.com.br					

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS**

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

**01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR					
2 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA BR 116, KM 18, S/N				3 - BAIRRO OU DISTRITO JABUTI	
4 - CEP 61760-000		5 - MUNICÍPIO EUSÉBIO			6 - UF CE
7 - DDD 85	8 - TELEFONE 4005-5667	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 85	13 - FAX 4005-5598	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL geraldo@mdb.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM		18 - CPF 144.388.523-15	18 - PASSAPORTE CO802078		

**01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2005		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2005	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2006		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2006	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES			6 - CÓDIGO CVM 00418-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO ADELINO DIAS PINHO			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 223.164.858-04

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1220 - Alimentos					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL INDUSTRIALIZAÇÃO DE BISCOITO, MASSA, FARINHA E GORDURA				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES NÃO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	DIÁRIO OFIC DO ESTADO DO CEARÁ	CE
02	O POVO	CE
03	O VALOR ECONÔMICO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 04/10/2006	2 - ASSINATURA 
------------------------	---

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
01	FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO	000.165.433-00	06/04/2006	1 ANO	3	SIM	30	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
02	MARIA CONSUELO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO	272.898.853-68	06/04/2006	1 ANO	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
03	MARIA WILMA DE OLIVEIRA PATRÍCIO	056.024.913-68	06/04/2006	3 ANOS	1		19	Dir. Vice-Presidente Financeiro
04	MARIA DAS GRAÇAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	06/04/2006	1 ANO	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS	038.844.137-53	27/06/2006	1 ANO	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	FRANCISCO CLÁUDIO S. LEÃO DIAS BRANCO	262.329.013-04	06/04/2006	3 ANOS	1		19	Dir. Vice-Presidente Industrial-Moinhos
07	FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JÚNIOR	155.400.143-91	06/04/2006	3 ANOS	1		19	Dir Vice-Pres. Ind. Bisc, Massa e Gord.
08	FRANCISCO MARCOS S. LEÃO DIAS BRANCO	220.794.163-91	06/04/2006	3 ANOS	1		19	Diretor Vice-Presidente Comercial
09	GERALDO LUCIANO MATTOS JÚNIOR	144.388.523-15	06/04/2006	1 ANO	3	NÃO	39	C. Adm (efetivo) /Dir. Vice-Pres Invest
10	MARIA REGINA S. LEÃO DIAS BRANCO XIMENES	235.899.653-04	06/04/2006	3 ANOS	1		19	Dir. Vice-Pres. de Adm e Desenvolvimento
11	JOÃO BATISTA SANTOS	000.990.233-34	27/06/2006	1 ANO	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)

\* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;  
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;  
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## **02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

---

### **Conselheiros:**

**Francisco Ivens de Sá Dias Branco**, 73 anos, é Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e controlador indireto da Companhia, por meio do Acionista Vendedor. O Sr. Ivens iniciou suas atividades empresariais em 1953, ano em que ingressou na sociedade M. Dias Branco & Cia. Ltda., tornando-se sócio de seu pai e idealizador da Companhia, Sr. Manoel Dias Branco. Em 1961, o Sr. Ivens constituiu a Companhia, tornando-se, a partir de então, seu principal gestor. Em sua trajetória empresarial, o Sr. Ivens recebeu diversos títulos e condecorações, destacando-se, dentre outros: a Medalha Edson Queiroz, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; a Medalha do Mérito Industrial, outorgada pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC; e a Ordem do Mérito Militar, conferido pelo Exército Brasileiro. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco**, 71 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia. A Sra. Consuelo exerceu a Vice-Presidência Executiva da Companhia entre abril de 2003 e abril de 2006, idealizou o Centro Histórico M. Dias Branco. A Sra. Consuelo coordena ações ligadas a questões sociais em comunidades afetadas à zona de influência da Companhia. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria das Graças Dias Branco da Escóssia**, 46 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia, figurando dentre seus acionistas desde 1998. A Sra. Graça iniciou suas atividades no meio empresarial em 1985, na administração do Hotel Praia Centro (empresa integrante do grupo econômico de que é parte a Companhia), do qual tornou-se Diretora Presidente anos depois, em 1987. Em 2001, a Sra. Graça assumiu a Diretoria de Relações Institucionais da Companhia, tornando-se, mais tarde, Diretora Corporativa de Relações Institucionais, em 2003, função que exerceu até a nomeação para seu atual cargo na Companhia. A Sra. Graça graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, no ano de 1985. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Geraldo Luciano Mattos Júnior**, 43 anos, é Membro do Conselho de Administração, Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O Sr. Geraldo iniciou suas atividades empresariais no grupo econômico de que é parte a Companhia em 1995, no cargo de Diretor Financeiro do Banco Equatorial. Em 2000, o Sr. Geraldo ingressou na Companhia, exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças da Companhia. Durante seus diversos anos na Diretoria da Companhia, o Sr. Geraldo foi o responsável pela implantação da atual política de mitigação de riscos financeiros e da política de crédito, além de estratégias de *hedge* e outros mecanismos financeiros de igual relevância. Entre 1977 e 1995, o Sr. Geraldo compôs o quadro Banco do Nordeste do Brasil – BNB, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até 1995. O Sr. Geraldo exerceu a Presidência da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais-Seção Nordeste (ABAMEC), no período de 1995 e 1996. O Sr. Geraldo é professor de disciplinas na área financeira da Universidade de Fortaleza - UNIFOR e de empresas privadas. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, em 1985, o Sr. Geraldo graduou-se também em Direito, pela UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em 6 de abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## **02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

---

**Francisco Roberto André Gros**, 64 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Formou-se em Economia pela Universidade de Princeton, EUA, em 1964. Sua carreira como banqueiro de investimentos iniciou-se em 1972, no Kidder, Peabody and Co. Em 1975 voltou para o Brasil e assumiu o cargo de diretor da Multiplic Corretora, no qual permaneceu até 1977. A partir deste ano, atuou como Diretor da CVM, Unibanco, BNDES, BNDESPAR, como *Managing Director* do Morgan Stanley Dean Witter, e como Presidente da Aracruz Celulose e do Banco Central por duas vezes. Presidiu o BNDES no período de março de 2000 a dezembro de 2001. Nesse mesmo período, foi membro titular da Câmara de Gestão da Crise de Energia e responsável pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico. Presidiu a Petrobrás no período de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2002. Assumiu os cargos de Diretor Presidente e membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil e da Ultrafertil em 16 de maio de 2003. É Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Globex Utilidades S.A., e membro dos Conselhos da Ocean Wilsons Ltda. e Energias do Brasil S.A. É membro dos Conselhos Consultivos da Air Liquide do Brasil Ltda., Scania Latin America Ltda., Farmasa S.A., e do Banco Financia S.A. Atua ainda como voluntário, participando como Presidente do Conselho da Escola de Gente, e membro dos Conselhos do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, de O Eco e do The Nature Conservancy (Brasil). Seu mandato na Companhia iniciou-se em junho de 2006. Possui endereço comercial Avenida Luiz Carlos Berrini, nº 1.681, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

**João Batista Santos**, 63 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, formou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Ceará em 1970, obteve o grau de mestre em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973 e, formou-se em Direito, pela Universidade de Fortaleza em 2004. Sua carreira começou como Analista de Projetos Industriais do Banco do Nordeste (1970-1979), sendo que em 1981 chegou à Chefia do Departamento de Administração Financeira desta mesma instituição, permanecendo até 1987. De 1987 a 1991, foi Interventor e Presidente do Banco do Estado do Ceará. Durante o período de 1991 a 1996, atuou como consultor financeiro de vários Bancos e empresas não financeiras. Trabalhou na Estruturação de saneamento financeiro e privatização de bancos estaduais durante o período de 1996 a 2005. Atualmente comanda um escritório de consultoria que atua nas áreas financeira e de Direito Financeiro e Tributário, prestando serviços a Bancos e empresas não-financeiras. Seu mandato na Companhia iniciou-se em junho de 2006. Possui endereço comercial na Avenida Washington Soares, 1400 - sala 1001. Água Fria, CEP 60811-341, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará.

### **Diretores:**

**Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior**, 45 anos, é Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas da Companhia. O Sr. Ivens Jr. iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribui fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), uma das unidades industriais da Companhia, produtora de margarinas e gorduras vegetais. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembléia Legislativa do Ceará. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em 6 de abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco**, 41 anos, é Vice-Presidente Comercial da Companhia, da qual é acionista desde 1998. O Sr. Marcos iniciou suas carreira empresarial na própria Companhia, em 1980.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## **02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

Destacando-se na área comercial da Companhia, o Sr. Marcos foi nomeado Diretor Comercial em 1989, sendo posteriormente empossado no cargo de Diretor Comercial Corporativo, em 2003. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes**, 44 anos, atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998. A Sra. Regina iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989, a Sra. Regina assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduiu-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Paralelamente, a Sra. Regina é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco**, 39 anos, é Vice-Presidente Industrial – Moinhos da Companhia, da qual é acionista desde 1998. O Sr. Cláudio iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo, em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco – a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, o Sr. Cláudio assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo – Divisão Moinhos da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suíça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. Também em 1992, o Sr. Cláudio estagiou no Weston Research, Maidenhead, Inglaterra. Em 1999, participou do Programa da Abitrigo de Panificação e Moagem. Foi Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, entre 1999 –e 2002, e Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo – ABITRIGO, entre 2002 e 2004. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em 6 de abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**Maria Wilma de Oliveira Patrício**, 64 anos, é Vice-Presidente Financeira da Companhia. A Sra. Wilma ingressou na Companhia em 1961. Em 1989, a Sra. Wilma foi nomeada Diretora Financeira da Companhia, cargo que ocupou até 2003, quando se tornou Diretora Financeira Cooperativa. Em 1969, a Sra. Wilma graduou-se em Gerência Empresarial, pela IAGN, e Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, participando, nos anos seguintes, de diversos cursos de especialização nas áreas de administração de empresas e gestão empresarial. Dentre os muitos títulos e condecorações recebidas ao longo de sua carreira, a Sra. Wilma foi agraciada com a Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª. Região, no Grau de Comendador. Seu atual mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Possui endereço comercial na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, no Município de Eusébio, no Estado do Ceará.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL**

1 - EVENTO BASE AGE	2 - DATA DO EVENTO 11/04/2006	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 13	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 0	5 - ACORDO DE ACIONISTAS NÃO	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------	---	---

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

NÃO

ORDINÁRIAS	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL
	0	0,00

PREFERENCIAIS	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL
	0	0,00

TOTAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
	0	0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
------------	--------------------------	----------------



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOMIEIRAÇÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mli)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Mli)	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mli)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC. 13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mli)	15/3 - % PREFERENCIAIS				
001	DIBRA FUNDO DE INVEST EM PARTICIPAÇÕES	07.973.152-0001/10	BRASILEIRA	RJ		
	96.718	84,25	96.718	84,25	27/04/2006	SIM
002	FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO JUNIOR	155.400.143-91	BRASILEIRO	CE		
	3.444	3,00	3.444	3,00		NÃO
003	MARIA DAS GRAÇAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	BRASILEIRA	CE		
	2.296	2,00	2.296	2,00		NÃO
004	FRANCISCO CLÁUDIO SARAIVA L. DIAS BRANCO	262.329.013-04	BRASILEIRO	CE		
	2.296	2,00	2.296	2,00		NÃO
005	FRANCISCO MARCOS SARAIVA L. DIAS BRANCO	220.794.163-91	BRASILEIRO	CE		
	2.296	2,00	2.296	2,00		NÃO
006	MARIA REGINA SARAIVA L. DIAS B. XIMENES	235.899.653-04	BRASILEIRA	CE		
	2.296	2,00	2.296	2,00		NÃO
007	MARIA CONSUELO S. LEÃO DIAS BRANCO	272.898.853-68	BRASILEIRA	CE		
	1	0,00	1	0,00		NÃO
008	FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS	038.644.137-53	BRASILEIRO	SP		
	1	0,00	1	0,00		NÃO
009	GERALDO LUCIANO MATTOS JUNIOR	144.388.523-15	BRASILEIRO	CE		
	1	0,00	1	0,00		NÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOMIE/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mli)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mli)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mli)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mli)	15/3 - % PREFERENCIAIS					
010	JOÃO BATISTA SANTOS	000.990.233-34	BRASILEIRO	CE			
	1	0,00	0	0,00	1	0,00	NÃO
997	AÇÕES EM TESOURARIA						
	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
998	OUTROS						
	5.450	4,75	0	0,00	5.450	4,75	
999	TOTAL						
	114.800	100,00	0	0,00	114.800	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
001	DIBRA FUNDO DE INVEST EM PARTICIPAÇÕES				27/04/2006				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL								
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001	704.443	99,82	0	0,00	704.443	99,82	000.165.433-00	BRASILEIRA	CE
001002	97	0,01	0	0,00	97	0,01	06.258.768-0001/46	BRASILEIRA	CE
001003	1.171	0,17	0	0,00	1.171	0,17	34.554.071-0001/58	BRASILEIRA	CE
001999	705.711	100,00	0	0,00	705.711	100,00			
	TOTAL								
	705.711	100,00	0	0,00	705.711	100,00			

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

1 - Data da Última Alteração: 31/08/2006

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		114.800	688.800	688.800
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			114.800	688.800	688.800

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	30/04/2003	488.404	28.242	Reserva de Capital	0	0,0000000000
02	30/04/2003	520.000	31.596	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
03	30/04/2004	565.000	45.000	Reserva de Capital	45.000	1,0000000000
04	29/04/2005	600.000	35.000	Reserva de Capital	35.000	1,0000000000
05	20/09/2005	604.000	4.000	Reserva de Capital	4.000	1,0000000000
06	31/03/2006	677.198	73.198	Reserva de Lucro	73.198	1,0000000000
07	31/03/2006	925.804	248.606	Lucros Acumulados	248.606	1,0000000000
08	31/03/2006	604.000	(321.804)	Cisão Parcial	-321.804	1,0000000000
09	11/04/2006	632.449	28.449	Reserva de Capital	9.483	3,0000000000
10	11/04/2006	662.182	29.733	Reserva de Lucro	9.911	3,0000000000
11	11/04/2006	688.800	26.618	Lucros Acumulados	8.873	3,0000000000

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS**

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	06/04/2006			604.000	201.333
02	11/04/2006			201.333	229.600
03	31/08/2006			229.600	114.800

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO**

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
459.200	0	27/06/2006

**04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO**

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		459.200

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	DIVIDENDO	RD	28/04/2003	31/12/2000	104.493	0,0311400000	ORDINÁRIA		16.194	28/04/2003
02	DIVIDENDO	RD	16/04/2004	31/12/2000	104.493	0,0311400000	ORDINÁRIA		16.194	16/04/2004
03	DIVIDENDO	RD	03/05/2004	31/12/2000	104.493	0,0371000000	ORDINÁRIA		20.963	03/05/2004
04	DIVIDENDO	RD	03/05/2004	31/12/2001	94.732	0,0436500000	ORDINÁRIA		24.665	03/05/2004
05	DIVIDENDO	RD	06/01/2005	31/12/2000	104.493	0,0339700000	ORDINÁRIA		16.194	06/01/2005
06	DIVIDENDO	RD	31/03/2006	31/12/2001	94.732	0,0485000000	ORDINÁRIA		29.291	31/03/2006
07	DIVIDENDO	RD	31/03/2006	31/12/2000	104.493	0,1730000000	ORDINÁRIA		3.335	31/03/2006
08	DIVIDENDO	RD	31/03/2006	31/12/1999	98.508	0,0545300000	ORDINÁRIA		32.938	31/03/2006
09	DIVIDENDO	RD	31/03/2006	31/12/1998	72.465	0,0196900000	ORDINÁRIA		11.891	31/03/2006
10	DIVIDENDO	RD	31/03/2006	31/12/1997	56.351	0,0000600000	ORDINÁRIA		35	31/03/2006



**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**06.02 - DIVIDENDOS RETIDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS**

1- ITEM	2 - DT. APROVAÇÃO DA RETENÇÃO DO DIVIDENDO	3 - EVENTO	4 - MONTANTE RETIDO (Reais Mil)	5 - MONTANTE JÁ PAGO (Reais Mil)	6 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	28/04/2003	RD	16.194	16.194	28/04/2003
02	16/04/2004	RD	16.194	16.194	16/04/2004
03	03/05/2004	RD	45.628	45.628	03/05/2004
04	06/01/2005	RD	16.194	16.194	06/01/2005
05	31/03/2006	RD	77.490	77.490	31/03/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERTÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
			0,00	0,00000					

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
31/08/2006	25,00

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO**

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	6.500	ANUAL

**07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS**

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2003

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	100.096	67.972	50.696
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------	--------------------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	12 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL
01	TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01.591.524/0001-67	FECHADA CONTROLADA	33,33	0,27
01/01/2004	31/12/2004	6.579	31/12/2005		6.579
01/01/2004	31/12/2004	6.579	31/12/2003		6.579
02	FABRICA FORTALEZA INVESTMENTS INC EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,48
01/01/2004	31/12/2004	14.301	31/12/2005		2.752
01/01/2004	31/12/2004	14.301	31/12/2003		20.002
04	ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	51.423.747/0001-93	FECHADA CONTROLADA	99,99	3,85
01/01/2004	31/12/2004	49.150	31/12/2005		81.150
01/01/2004	31/12/2004	49.150	31/12/2003		49.150
06	M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,15
01/01/2004	31/12/2004	1	31/12/2005		1
01/01/2004	31/12/2004	1			0
07	M DIAS BRANCO INTERN TRADING URUGUAY S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	100,00	0,10
01/01/2004	31/12/2004	13	31/12/2005		13
01/01/2004	31/12/2004	13			0

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

Desde a década de 40, o idealizador da Companhia, o Sr. Manuel Dias Branco, já explorava, no Estado do Ceará, atividades ligadas à panificação e à fabricação de biscoitos, com utilização de técnicas artesanais.

A partir de 1953, com a entrada do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco na sociedade então conhecida como M. Dias Branco & Cia. Ltda., novas diretrizes passaram a ser adotadas nos negócios, cujos investimentos passaram a ser concentrados na produção industrial e no comércio de biscoitos e massas.

Em 1961, a Companhia foi constituída sob a forma de uma sociedade por ações de capital fechado e, em 1980, foram iniciadas as atividades na nova sede da Fábrica Fortaleza.

Por ocasião da abertura econômica do Brasil, inclusive do mercado de trigo, ocorrida em 1990, iniciou-se um novo ciclo de crescimento dos nossos negócios.

Em 1992, inauguramos o Moinho Dias Branco, no Estado do Ceará, nosso primeiro moinho de trigo, o que nos permitiu produzir a principal matéria-prima dos nossos produtos, de forma a não dependermos mais de fornecedores deste insumo, como também ingressar no competitivo mercado de farinhas de trigo. Conquistamos posição de destaque neste segmento, sendo que em 2005, vendemos para nossos clientes 51,9% de nossa produção total.

Em 2000, inauguramos o Grande Moinho Potiguar (moinho de trigo e fábrica de massas), no Estado do Rio Grande do Norte.

Em meados de 2002, perseguindo uma política de verticalização de insumos e de ingresso em novos segmentos, inauguramos a Divisão G.M.E., no Estado do Ceará, uma unidade produtora de gorduras vegetais, margarinas e cremes vegetais. Esta estratégia de verticalização também revelou-se presente no próprio processo produtivo de gorduras vegetais, margarinas e cremes vegetais, tendo em vista que a referida unidade produz, em usina própria, grande parte da gordura vegetal, que é a segunda matéria-prima mais importante que usamos no nosso processo produtivo de biscoitos, além de todo o hidrogênio necessário ao nosso processo produtivo.

Em 2003, inauguramos o Grande Moinho Aratu, no Estado da Bahia (complexo industrial que compreende um moinho de trigo, uma fábrica de biscoitos e de massas, além de um terminal portuário de grãos, denominado Terminal Portuário de Cotegipe, o qual é controlado por FISDB), produzindo, inicialmente, farinha e farelo de trigo e adquirimos o controle acionário da Adria, tradicional fabricante de biscoitos e massas, líder nas regiões Sudeste e Sul do País, o que nos proporcionou maior presença em tais regiões e liderança no mercado nacional de massas e biscoitos. Com a aquisição da Adria, as marcas *Adria*, *Basilar*, *Isabela* e *Zabet* somaram-se às nossas marcas *Richester* e *Fortaleza*, passando a atingir um leque ainda maior de consumidores em todo o País. Além disso, nosso potencial produtivo tornou-se ainda maior, tendo em vista que a Adria dispõe de três unidades industriais no Estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, inauguramos o Moinho Tambaú, que também produz farinha de trigo e massas.

Em 2005, iniciamos a produção de biscoitos e massas no Grande Moinho Aratu.

### Eventos Societários Relevantes

Em 22 de setembro de 2003, adquirimos a Adria, por meio da Green Jungle Limited. A Adria, fabrica, distribui e comercializada produtos alimentícios, em especial biscoitos e massas.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

#### **09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA**

---

Em 31 de março de 2006, realizamos uma cisão de certos ativos e passivos, incluindo: (i) imóveis não utilizados na atividade de industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios; (ii) investimentos no capital de empresas coligadas ou controladas não relacionadas à industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios; e (iii) investimentos no mercado financeiro, excedentes às nossas necessidades de liquidez.

Em abril de 2006, nos transformamos em uma sociedade por ações e realizamos o grupamento de nossas ações, na proporção de 3 ações para 1 ação. Adicionalmente, nossas então controladoras M. Dias Branco Administração e Participações e Idibra Participações – então detentoras de 65,16% do nosso capital social – aprovaram suas respectivas reduções de capital social (pendente de formalização quanto à Idibra), com a restituição aos seus acionistas de montante equivalente à parcela reduzida do capital social, proporcionalmente às suas participações, que ocorreu, com relação ao acionista FISDB, mediante entrega de ações de nossa emissão. Em decorrência desta reestruturação societária, o acionista FISDB passou a deter 84,25% do capital tendo, posteriormente, transferido suas ações para o Acionista Vendedor, cujo quotista majoritário é o FISDB. Ainda, em abril de 2006, a Companhia aumentou seu capital social e, em agosto de 2006, realizou o grupamento de suas ações, na proporção de 2 ações para 1 ação.

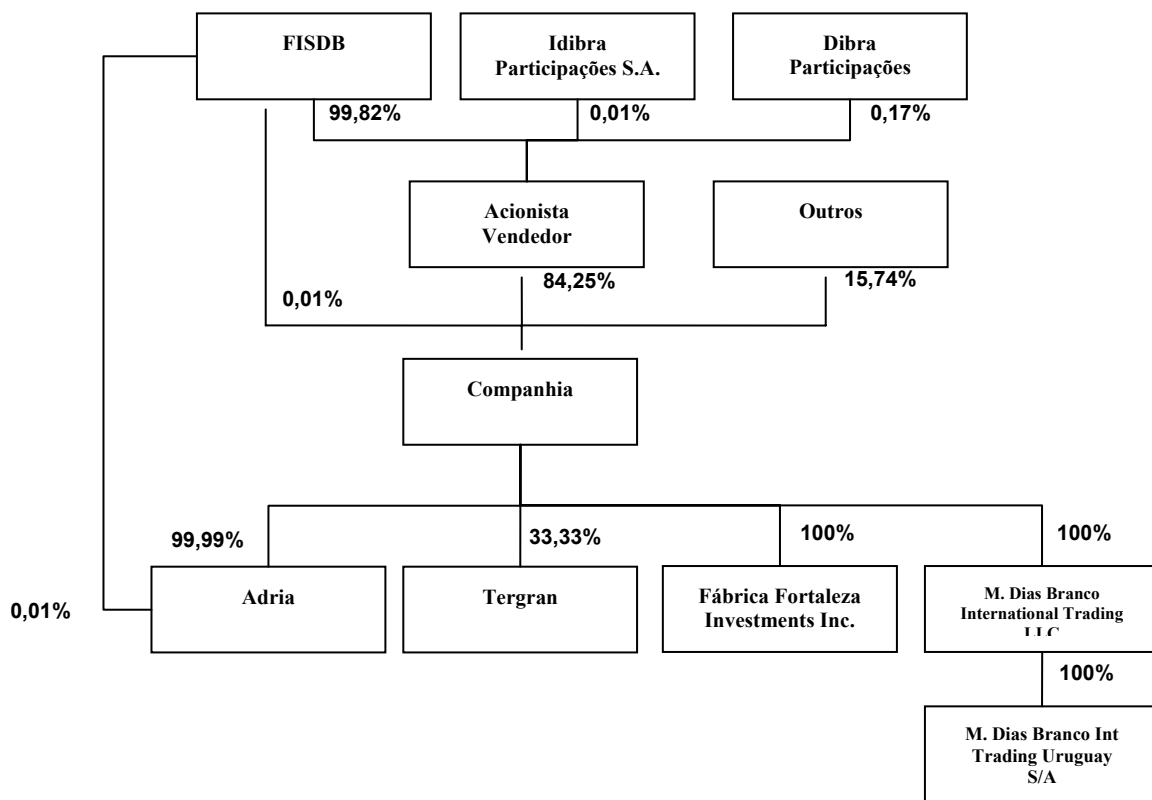
Em 2006, passamos a deter diretamente 99,99% do capital da Adria, após (i) a conferência da totalidade das ações detidas por nós na Green Jungle Limited para a Green Jungle Brasil, por ato datado de 30 de junho de 2006; e (ii) a dissolução da Green Jungle Limited, deliberada em 29 de julho de 2006, com a entrega de seu acervo líquido à Green Jungle Brasil; e (iii) a incorporação da Green Jungle Brasil pela Adria com data – base de 31 de julho de 2006, aprovada em 30 de agosto de 2006 e pendente de formalização.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

### Estrutura Societária

O quadro a seguir mostra a nossa estrutura societária atual:



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

### **Controladas da Companhia**

Descrevemos, abaixo, brevemente, as sociedades nas quais temos participações relevantes.

#### ***Adria***

A Adria, que iniciou suas atividades em 8 de agosto de 1957, tem sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, e tem como objeto social, dentre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas. A Adria é líder nas regiões Sudeste e Sul do País.

Adquirimos a Adria em 22 de setembro de 2003, sendo que o preço de compra foi integralmente pago em 23 de dezembro de 2003. A compra da Adria foi efetivada por meio de uma subsidiária nossa à época, a Green Jungle Limited. A Green Jungle Limited, dissolvida em 29 de julho de 2006, era uma controlada da Green Jungle Brasil, nossa controlada até 30 de agosto de 2006, quando foi incorporada pela Adria.

#### ***Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.***

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macêdo S.A., Grande Moinho Cearense S.A., dois de nossos concorrentes, e a própria Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran.

O Acordo de Sócios Quotistas estabelece determinadas regras para operação da Tergran, compreendendo a descarga e a armazenagem de grãos no Armazém A2, o qual é arrendado à Tergran pela Companhia Docas do Ceará - CDC, sempre com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade de descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios, reduzindo a permanência dos navios no Porto de Fortaleza e o tempo de atracação no cais.

#### ***Fábrica Fortaleza Investments Inc.***

Temos participação de 100,0% no capital social da Fábrica Fortaleza Investments Inc., cuja principal atividade é a realização de investimentos em ativos financeiros.

#### ***M. Dias Branco International Trading LLC***

A M Dias Branco International Trading LLC é nossa controlada direta, e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que utilizamos em nosso processo produtivo.

#### ***M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.***

A M Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é nossa controlada indireta, e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que utilizamos em nosso processo produtivo.



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

### A Indústria de Trigo e Moagem de Trigo no Brasil

#### *Breve Histórico da Indústria de Trigo e Moagem de Trigo no Brasil*

A moagem de trigo é uma atividade bastante antiga no Brasil. O primeiro moinho a vapor foi instalado em 1819, mas a atividade industrial passou a se desenvolver no final do século XIX, época em que o governo brasileiro considerava a necessidade de reduzir as importações de trigo, chegando a formular algumas políticas com este objetivo. A partir da 1ª Guerra Mundial, as importações feitas pelo Brasil se tornaram mais difíceis, e o governo fez nova tentativa de aumentar a produção nacional.

Durante a década de 50, o setor tritícola funcionava precariamente. O fornecimento do trigo e seus derivados passou por freqüentes crises devido a fraudes no setor. Durante este período, a produção de trigo no Brasil sofreu muitas oscilações, que perduraram até a promulgação do Decreto-Lei 210, ocorrida em 1967 (“Decreto-Lei 210”), que fez com que a indústria de moagem de trigo passasse a sofrer intervenção do Governo Federal. Tal controle do governo tinha por objetivo conseguir a auto-suficiência do País em trigo e reduzir o custo de vida das classes populares do País.

Em 22 de novembro de 1990, entrou em vigor a Lei 8.096, que revogou o Decreto-Lei 210. A Lei 8.096 previa a extinção da regulamentação da cadeia do trigo, e como consequência, a comercialização e industrialização do trigo foram liberadas e os moinhos passaram a comprar o cereal diretamente dos fornecedores, importando-o principalmente da Argentina ou adquirindo-o no mercado interno. O setor passou por intensa transformação como resultado da abrupta desregulamentação e abertura ao comércio exterior, notadamente à Argentina, cujos custos de produção eram inferiores aos verificados no Brasil e, por consequência, produzia trigo a preços mais competitivos que o Brasil.

Em 1991, a produção de trigo foi reduzida a 3,3 milhões de toneladas, volume 46,0% abaixo do verificado na safra de 1987. A área plantada também foi reduzida em 42,0% no ano de 1991 em comparação a 1987. Como consequência, a situação de quase auto-suficiência do trigo atingida em 1988, ano em que foram importadas apenas 11,3% das necessidades de trigo – foi revertida com o fim da regulamentação, tendo em vista que em 1991 o Brasil teve que importar mais de 70,0% do volume consumido.

#### *Aspectos mais Recentes da Indústria de Moagem de Trigo no Brasil*

Atualmente, o setor de trigo ainda continua sujeito à intervenção do Governo Federal, seja por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF), instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), seja por meio do Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). Em outubro de 1996, o Governo Federal criou o (PEP) e tem utilizado esse instrumento, de acordo com o que as circunstâncias exigem, para tentar equacionar o mercado, evitando grandes alterações nos preços. Na prática, o PEP representa um subsídio nas duas pontas da produção e moagem do trigo. Na do produtor, ela cobre a diferença entre o preço mínimo, estabelecido pelo Governo Federal, e o preço de mercado, e na das empresas de moagem, com o pagamento do transporte do trigo da região produtora até o moinho.

A política brasileira de agricultura prevê medidas para subvenção do setor moageiro através de vários instrumentos, tais como (i) o PEP e o PGPM; (ii) incentivos ao aumento da produtividade através da adoção de práticas recomendadas pelas instituições de pesquisa, como, por exemplo, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; e (iii) seguros contra o risco de quebra de safra (PROAGRO - Programa Nacional de Garantia da Atividade Agropecuária). Apesar destas medidas, são freqüentes as alterações das regras que sujeitam o setor moageiro e elevam os riscos de preços e safra, comprometendo as receitas do setor.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A tabela abaixo apresenta o significativo crescimento na capacidade de moagem do Brasil antes e após a desregulamentação do mercado em 1990:

Capacidade Anual de Moagem no Brasil		
Região	Em 31/01/1990	Em 31/01/2000
	<i>(Em mil toneladas)</i>	
Norte	253	375
Nordeste	1.597	2.757
Sudeste	4.728	6.562
Centro-Oeste	211	797
Sul	2.217	4.881
<b>Total</b>	<b>9.006</b>	<b>15.371</b>

Fonte: Lafis

A demanda doméstica de trigo criou um gradual aumento da dependência do Brasil em relação ao trigo importado. Em 1996, a elevação dos preços internacionais estimulou uma pequena recuperação da produção nacional, mas representou apenas 25,0% da parcela do consumo interno. O aumento do consumo fez com que as importações continuassem se elevando. A tabela abaixo apresenta o consumo brasileiro de trigo nos períodos indicados:

Ano	Produção de Trigo					Total	Variação
	Nacional	Variação	Importado	Variação			
	<i>(Em mil toneladas – ano calendário, exceto percentagens)</i>						
1990	3.084	-	1.962	-		5.046	-
1995	1.344	-56,4%	6.182	215,1%		7.526	49,1%
2000	1.529	13,8%	7.523	21,7%		9.052	20,3%
2004	5.846	282,3%	4.848	-35,6%		10.694	18,1%

Fonte: ABITRIGO

A produção doméstica continua sendo insuficiente para suprir o consumo. Desta forma, o Brasil continua a importar o excedente demandado pelo mercado, em especial da Argentina. Entretanto, após a abertura comercial na década de 90 e a desregulamentação do setor, a competitividade deste, medida através da relação entre o volume importado e o total consumido, vem se desenvolvendo com a gradual substituição do trigo nacional pelo importado. Atualmente, as importações correspondem a cerca de metade do consumo nacional. A valorização do Real diante do Dólar foi mais uma das causas que contribuíram para a elevação das importações.

Progressos da área de pesquisa e tecnologia têm apresentado resultados satisfatórios com o aumento da produção de trigo no País. A partir de 2001, a Embrapa, com o apoio de parceiros, colocou no mercado as primeiras cultivares de trigo para o Paraná, Estado que responde por 60, 0% da produção nacional, com resistência às principais doenças do grão, alto potencial de rendimento e, ainda, excelente qualidade industrial para a produção de pão. Como resultado disto, em 2003, com o auxílio das excelentes condições climáticas, a produção de trigo nacional alcançou cerca de 6 milhões de toneladas, ou 58,0% do consumo interno do País.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## **09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA**

---

### ***Aspectos Gerais da Concorrência da Indústria de Moagem de Trigo***

De acordo com o *USDA (United States Department of Agriculture)*, em 2003, a produção mundial de trigo ficou em torno de 550 milhões de toneladas, e tem apresentado incrementos de oferta resultantes de esforços de pesquisa e desenvolvimento das sementes nos últimos anos. Destacam-se como grandes produtores de trigo, a União Européia, China, Índia e Estados Unidos, sendo que o último é o maior exportador mundial. Na América do Sul, a Argentina também apresenta posição de destaque. Países da ex-União Soviética, do Centro e do Leste da Europa, particularmente a Ucrânia, o Cazaquistão, a Rússia e a Hungria, emergiram como fornecedores de trigo para o mercado internacional a partir de 2002.

Existem, atualmente, cerca de 190 moinhos de trigo no Brasil. Boa parte encontra-se concentrada nas regiões Sul e Sudeste do País (e, assim, próximas ao principal fornecedor da matéria-prima). Os dois maiores grupos do setor são o Grupo Santista (Grupo Bunge Alimentos) e J. Macedo. No mercado paulista, as cinco principais empresas são o Pacífico, São Jorge, Água Branca, Anaconda e Paulista.

Sob a ótica da demanda, esse mercado é extremamente pulverizado. Pesquisas do Sindicato da Indústria de Panificação indicavam que até o final do ano de 2004 funcionavam 53 mil padarias no País. Destas, 250 eram indústrias de pão, 2.300 eram padarias grandes, 12.060 padarias médias e 38.550 padarias pequenas.

A elevada capacidade ociosa e o grande número de moinhos com pequena capacidade de processamento se destacam como principais problemas que afetam a competitividade do setor brasileiro de moagem de trigo. A baixa capacidade de processamento de trigo dos moinhos no Brasil caso superada, proporcionaria uma significativa redução do custo de produção. Concomitantemente, o custo de moagem também acaba sendo elevado em função da elevada capacidade ociosa dos moinhos, especialmente das pequenas unidades localizadas na Região Sul do País.

Segundo a Lafis, os demais custos da produção da farinha de trigo são: a embalagem, que participa com aproximadamente 14,0% do custo total de produção; o açúcar, com uma participação de, aproximadamente, 9,0%; e por fim, o fermento, o sal, a energia, enzimas e outros com, aproximadamente 7,0%.

### ***Perspectivas para a Indústria de Moagem de Trigo***

A perspectiva de longo prazo para o setor de trigo é positiva. O trigo brasileiro sofre concorrência dos subsídios concedidos pela União Européia, Estados Unidos e Canadá. Na ausência de subsídios, o Brasil seria competitivo neste setor, pois apesar de sofrer com aspectos climáticos, que são menos favoráveis que o clima de outros países, e preços mais caros para alguns insumos, possui mão-de-obra relativamente barata e pode contar com duas safras anuais.

O consumo *per capita* de pão no Brasil, em 2004, foi de 28 Kg/ano, volume que representa metade do consumo recomendado pela OMC (aproximadamente 60 Kg/ano). Também é inferior ao consumo da Argentina (83 kg) e Chile (85kg). O consumo é limitado em função de fatores relacionados com os hábitos alimentares, além da concorrência com produtos substitutos, como o milho e a farinha de mandioca. O poder aquisitivo da população é mais um dos fatores que contribuem para o baixo consumo *per capita*. O consumo *per capita* também difere regionalmente, uma vez que nas regiões Sudeste e Sul ele chega a 35 kg/ano, no Nordeste está em torno de 10 kg/ano.

Outro fator que vem ocorrendo no segmento é a mudança no *mix* do consumo da farinha de trigo. Segundo dados do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado de São Paulo (Sindipan), até 1996, a

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

fabricação de pão representava 60,0% do consumo da farinha. Em 2003, esse número caiu para 55,0%. Ao mesmo tempo, os biscoitos que até então representavam 5,0% do consumo de farinha, passaram para 11,0%.

Recentemente, o Governo do Estado de São Paulo isentou de ICMS o trigo em grão, a farinha de trigo, o pão francês e de sal, biscoitos e bolachas não-recheadas e o macarrão. Outros governos seguiram a iniciativa e o governador do Estado de Minas Gerais assinou, em setembro de 2005, projeto de emenda enviado para a Assembléia Legislativa reduzindo a alíquota de ICMS a zero para a farinha de trigo dentro da cadeia produtiva para os moinhos, e para o macarrão seco. O Estado do Rio Grande do Sul isentou, em dezembro de 2005, o ICMS das vendas de farinha de trigo, macarrão e biscoitos da cesta básica para os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

### Pontos Fortes

Acreditamos que nossos pontos fortes são:

***Liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil e posição relevante no mercado nacional de farinha de trigo, associada à alta capacidade de crescimento orgânico.*** Somos líderes nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, com base no volume de vendas do período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, medido em toneladas. Adicionalmente, com base no comparativo de nossos números com os da ABITRIGO, que indicam uma previsão de consumo nacional total de aproximadamente 5,8 milhões de toneladas de trigo até 30 de junho de 2006, acreditamos estar entre as três maiores empresas de produção de farinha e farelo de trigo no País. Temos realizado expansões estratégicas ao longo dos anos, por meio da construção programada de novas unidades industriais e comerciais espalhadas por todo o País. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, nossos principais investimentos (incluindo o valor de aquisição da Adria) totalizaram, aproximadamente, R\$ 516,7 milhões, dos quais investimos, aproximadamente, R\$508,5 milhões em expansão e modernização de nosso parque fabril. Acreditamos que nossa liderança está associada à alta qualidade de nossos produtos, em parte, devido às nossas modernas plantas industriais, que acreditamos contarem com a mais avançada tecnologia disponível no mercado. Também acreditamos ter grande capacidade de crescimento orgânico a baixo custo marginal de expansão, tendo em vista que: (i) a maioria de nossas plantas industriais foram projetadas contemplando estruturas capazes de absorver novos equipamentos com grande agilidade e sem custos significativos; e (ii) contamos com terrenos disponíveis em praticamente todas as nossas plantas para ampliação da nossa estrutura física.

***Abrangência nacional e distribuição pulverizada.*** Em 30 de junho de 2006, contávamos com aproximadamente 37 representantes comerciais e 290 distribuidores, além de uma equipe própria de vendas, composta por 547 vendedores, dos quais 46,1% são dedicados aos nossos maiores clientes e 53,9% aos pequenos varejistas. Acreditamos que isto nos permite chegar a consumidores de diferentes perfis, inclusive nas mais distantes localidades do Brasil. Nos últimos anos, concentramos-nos no desenvolvimento da distribuição direta nos grandes centros consumidores do País e, nas demais localidades do Brasil, fortalecemos nosso sistema de distribuição terceirizada, possibilitando um constante aumento da pulverização de nossas vendas.

***Alto nível de integração do processo produtivo.*** Produzimos a maior parte de duas das nossas principais matérias-primas do segmento de produtos de biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, fabricamos 89,7% de toda a farinha de trigo e 65,6% de toda a margarina e gorduras vegetais utilizadas no nosso processo produtivo, o que acreditamos nos proporciona significativos ganhos de sinergia operacional. Acreditamos que esta cadeia produtiva integrada também nos proporciona obter um melhor planejamento da nossa produção, maior qualidade e preços mais competitivos para nossos produtos e melhor administração dos nossos custos de produção.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

**Plantas estrategicamente localizadas em nossos mercados de atuação.** Possuímos 10 fábricas estrategicamente localizadas em nossos principais mercados de atuação, o que facilita a operacionalização o nosso sistema de distribuição e vendas, além de contribuir para (i) a redução de custos de transporte dos nossos produtos; (ii) a agilidade na entrega; (iii) o maior conhecimento e abastecimento regular dos mercados locais; e (iv) a redução de risco de desabastecimento. Além disso, a nossa vasta rede de distribuição própria e terceirizada proporciona os mesmos diferenciais de atendimento aos nossos clientes em localidades onde não possuímos plantas industriais.

**Vendas com alto índice de horizontalização e baixa dependência de grandes redes.** Nossa forte horizontalização das vendas, ampla rede própria de vendedores, de representação e de distribuição de produtos têm contribuído substancialmente para a baixa dependência das grandes redes de supermercados, o que acreditamos ser um dos nossos diferenciais em relação aos nossos concorrentes. Em 30 de junho de 2006, vendemos para, aproximadamente, 33 mil clientes ativos e não dependemos de nenhum deles em particular para vender parte significativa de nossas vendas, tendo nossos dez maiores clientes representado, aproximadamente, 16,4% da nossa receita líquida no período de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2006 e o nosso maior cliente, apenas 4,2% da nossa receita líquida. Adicionalmente, apenas 8,1% da nossa receita líquida no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006 adveio de vendas para grandes redes.

**Histórico de rentabilidade e solidez financeira.** Nosso desempenho financeiro tem sido historicamente consistente, sendo possível contar principalmente com a nossa alta capacidade de geração de caixa para nossa expansão orgânica e também expansão por meio de aquisições. Nosso lucro líquido histórico foi de R\$50,7 milhões em 2003, R\$68,0 milhões em 2004 e R\$100,1 milhões em 2005, representando, portanto, uma consistente taxa composta de crescimento médio anual de 40,5%, e de R\$ 73,0 milhões em 30 de junho de 2006, comparado com R\$ 58,2 milhões em 30 de junho de 2005, uma taxa composta de crescimento médio anual de 25,4% no período. A nossa relação dívida/patrimônio líquido foi de 57,2% em 2003, 73,6% em 2004 e 76,3% em 2005.

**Atuação predominante em regiões de incentivo fiscal.** Das nossas 10 plantas industriais, 7 estão localizadas em regiões de incentivo fiscal, sendo que 6 delas são beneficiadas por incentivos fiscais. Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais que nos garantem, sujeito a certas condições e prazos, isenção ou redução do imposto de renda, bem como a restituição de parte do valor do ICMS por nós recolhido aos Estados do Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os incentivos e benefícios fiscais concedidos nos proporcionaram uma economia no valor aproximado de R\$40,3 milhões, R\$47,1 milhões e R\$55,6 milhões nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Os incentivos e benefícios fiscais em 30 de junho de 2005 e 2006 representaram uma economia de R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,3 milhões, respectivamente.

**Baixa inadimplência.** Em 2005, aproximadamente, 25,7% da nossa receita operacional bruta foi realizada à vista; 74,3% a prazo, com prazo médio de recebimento, em 2005, de, 30,5 dias contados da data de emissão da nota fiscal para nossos clientes. As grandes redes de supermercado tiveram prazo médio de recebimento, em 2005, de 37,3 dias, contadas da emissão da respectiva nota fiscal. Durante os exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,6%, 1,4% e 1,7% de nossa receita líquida, respectivamente. Em 30 de junho de 2005 e 2006, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,1% e 1,0% de nossa receita líquida, respectivamente.

**Equipe experiente de administradores.** Nossa equipe de administradores possui ampla experiência nos setores em que atuamos, o que acreditamos ter contribuído para o consistente crescimento de nossas receitas e lucro operacional, a despeito de condições econômicas instáveis e ocasionalmente adversas. Nossa alta administração trabalha conosco, em média, há aproximadamente 10 anos, tomando-se como base o exercício social encerrado em 2005. Acreditamos que o crescimento histórico das nossas receitas e a expansão bem

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

sucedida dos nossos negócios são o resultado direto de estratégias executadas por nossa experiente equipe de administradores.

#### Estratégia

Os principais elementos de nossa estratégia são:

**Ampliação da liderança de mercado.** Estamos comprometidos em manter e fortalecer nossa posição de liderança nos mercados onde atuamos e aumentar nossa lucratividade. Para isso, pretendemos:

- aumentar nossa produtividade mediante: (i) a otimização do uso de nossa infra-estrutura, tendo em vista a nossa alta capacidade de rápido crescimento orgânico a um baixo custo marginal de expansão para implementação de máquinas; (ii) a redução de custos, inclusive por meio do término do processo de integração das operações da Adria às nossas, previsto para o final de 2006 e pela diluição de custos fixos de nossos complexos industriais mais novos – Aratu e Tambaú; e (iii) a implementação da utilização de um novo sistema de gestão empresarial integrado, prevista para janeiro de 2007;
- ampliar nosso processo de verticalização por meio da implantação, nos próximos 3 anos, de unidades moageiras de trigo na região Sul ou Sudeste do País;
- fortalecer nossas marcas, tornando-as reconhecidas em âmbito nacional, por meio de investimento em marketing na mídia e esforço institucional em pontos de venda, com ações para divulgar e aumentar o reconhecimento de nossas marcas mais importantes no Nordeste, no Sul e Sudeste do País; e
- fortalecer a estratégia de vendas de novos produtos mediante uma identificação com os nossos produtos líderes de mercado, por meio, inclusive, da política de remuneração da equipe de vendas pautada no incentivo à venda de produtos de maior valor agregado e os recém-lançados.

**Aumento da nossa base de clientes.** Não obstante nossa significativa base de clientes, pretendemos aumentá-la mediante:

- expansão geográfica, seja por crescimento orgânico ou por meio de aquisições no Brasil ou exterior;
- fortalecimento da estrutura de vendas a pequenos comércios visando ao crescimento da pulverização da base de clientes;
- ampliação das nossas vendas para o mercado de serviços de alimentação fora do lar e transformação de alimentos (*food service*), tais como restaurantes, hotéis, bares, hospitais, clubes, confeitarias e padarias; e
- ampliação de nossa rede de distribuição no País.

**Desenvolvimento e lançamento de novos produtos.** Pretendemos continuar a focar nossas atividades no desenvolvimento, produção e *marketing* de produtos com maiores margens de lucros, tais como novas linhas de produtos voltadas para segmentos de mercados onde já atuamos (linhas *light*, *diet*, de margarina sem gordura *trans* e produtos *premium*).

**Novas aquisições.** Em função da abrangência do território brasileiro e da América Latina como um todo, e do caráter pulverizado dos segmentos em que atuamos, acreditamos que o mercado da América Latina continua a oferecer possibilidades de expansão geográfica e consolidação de tais segmentos por meio de aproveitamento de oportunidades de aquisições de empresas. Poderemos acelerar a implementação de nossas estratégias de negócios por meio de aquisições de empresas que apresentem características tais como: (i) marcas fortes em suas regiões de atuação; (ii) sólida base de clientes; (iii) extensa rede de distribuição ou possibilidades de seu desenvolvimento; (iv) presença em regiões onde não atuamos ou onde temos menor presença; ou (v) possibilidade de aproveitamento de sinergias operacionais.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

### Breve Panorama do Setor de Consumo no Brasil

Nos últimos anos, a economia brasileira apresentou importantes melhorias em seus indicadores, com reflexo imediato no setor de consumo no qual a Companhia se insere. A economia brasileira mostrou sinais de recuperação no último trimestre de 2003, tendo o PIB crescido, em termos reais, aproximadamente 1,5%, se comparado ao terceiro trimestre do mesmo ano. Em 2004, o PIB cresceu em 4,9%, a taxa média de desemprego caiu de 10,9% para 9,6% nas principais regiões metropolitanas do País, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE.

Em 2005, apesar da forte política restritiva para o controle da inflação, a desaceleração da indústria e do comércio não se refletiu no consumo de massas, uma vez que a inflação sob controle motivou o aumento do consumo em geral. Neste mesmo ano, a variação do volume de bens de consumo não-duráveis no Brasil foi de 4,8% e os preços foram reduzidos em 2,3%, em razão do aumento das vendas de 2,4%. Nesse cenário, o PIB cresceu 2,4% e a taxa média de desemprego caiu de 11,6%. Esse movimento foi medido de forma mais significativa no "pequeno varejo" e nos pequenos supermercados, cujos formatos de loja comportam menos de 5 *check outs*.

A tabela abaixo mostra a variação do volume e preço de bens de consumo não-duráveis no Brasil dos segmentos nela indicados:

<b>Variação do Volume e Preço (2005/2004)</b>	<b>Volume</b>	<b>Preço</b>	<b>Total</b>
	<i>(Em percentagem)</i>		
<b>Brasil</b>	<b>4,8</b>	<b>(2,3)</b>	<b>2,4</b>
Supermercados Pequenos	7,8	(2,7)	4,9
Pequeno Varejo	7,0	(2,4)	4,5
Farmácias	3,4	(1,5)	1,9
Bares	2,7	(1,7)	0,9
Hipermercados	3,1	(3,1)	(0,1)
Supermercados Médios/Grandes	2,3	(2,7)	(0,5)

Fonte: AC Nielsen

Nos últimos 4 anos, o "pequeno varejo" tem apresentado uma tendência de crescimento em termos de participação no consumo geral da população. A tabela abaixo demonstra o percentual de consumo de acordo com o formato do estabelecimento:

<b>Percentual do Consumo por Formato de Loja</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
	<i>(Em percentagem)</i>			
Pequeno Varejo	37	38	39	40
Superm Médios/Grandes	24	24	23	22
Bares	15	16	16	16
Superm Pequenos	12	11	11	12
Hipermercados	6	6	6	6
Farmácias	5	5	5	5

Fonte: AC Nielsen

Nota: Percentuais aproximados

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Dentre as áreas geográficas, o Nordeste continua se destacando como a região de maior crescimento devido ao maior impacto do aumento de renda da população nesta área do País. Adicionalmente, segundo a AC Nielsen, recursos financeiros adicionais que o consumidor tenha acesso têm sido direcionados à compra de alimentos. Esse movimento tem ocorrido também em função de programas governamentais para distribuição de renda em regiões menos favorecidas, como o Bolsa-Família no Nordeste. Como consequência, segundo o IBGE, a massa salarial na região Nordeste tem apresentado um aumento superior à média do Brasil desde meados de 2005.

A tabela abaixo demonstra a variação do volume de bens de consumo não-duráveis vendidos, de acordo com as regiões e períodos nela indicados:

<b>Variação do Volume (2005/2004)</b>	<b>Volume</b>
	<i>(Em percentagem)</i>
<b>Brasil</b>	<b>4,8</b>
Nordeste	12,2
Sul	6,5
MS/GO/DF	4,8
Interior SP	3,8
Grande SP	3,2
Grande RJ	1,7
MG/ES/Interior RJ	0,2

Fonte: AC Nielsen

A tabela abaixo demonstra a destinação que os consumidores dão à renda extra por eles obtida:

<b>Gasto do Consumidor com Renda Extra</b>	<b>Índice</b>
Compra de alimentos	31,0
Pagamento de dívidas	22,0
Compra/Reforma/Pgto Imóvel/Consórcio	19,0
Lazer	14,0
Vestuário/Roupas/Calçados	13,0
Compra de bens duráveis	13,0

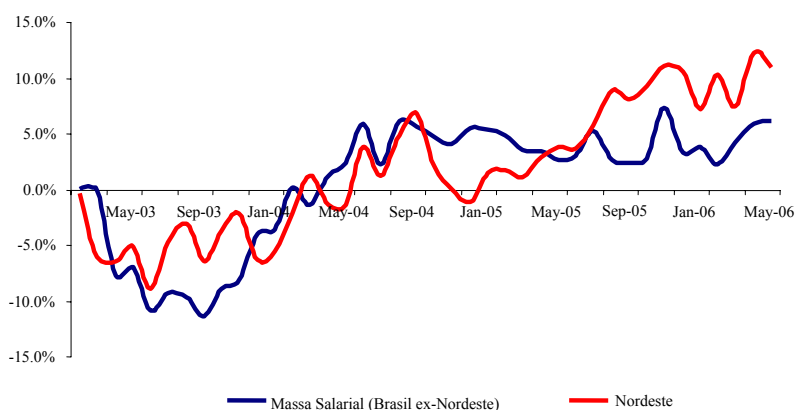
Fonte: AC Nielsen



99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

**09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO**

**MASSA SALARIAL – BRASIL E NORDESTE**



Fonte: IBGE – Nordeste representado por Salvador e Recife. Brasil representado por São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre

O aumento de consumo no Brasil também pode ser explicado por mudanças importantes no perfil sócio-econômico do País, como o aumento da expectativa de vida da população, a maior participação das mulheres na economia em geral e o aumento da população urbana. A tabela abaixo demonstra o perfil da população brasileira nos períodos indicados:

<b>Perfil da População Brasileira</b>	<b>1981</b>	<b>2006</b>
População urbana <sup>(1)</sup>	71,0	83,0
Filhos por família	2,3	1,4
Tamanho da família	4,3	3,2
Famílias chefiadas por mulheres <sup>(1)</sup>	17,0	29,0
Mulheres na PEA <sup>(1) (2)</sup>	41,0	44,0
População acima de 50 anos <sup>(1)</sup>	11,0	16,0
Expectativa de vida	63,0	70,0
Modelo tradicional de família <sup>(1)</sup>	65,0	51,0

Fonte: IBGE/PNAD 2004; IBGE/PNAD 1981

<sup>(1)</sup> Em percentagem

<sup>(2)</sup> PEA – População Economicamente Ativa

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

### A Indústria de Massas no Brasil

#### *Breve Descrição do Setor de Massas no Brasil*

Segundo a Lafis, atualmente, existem cerca de 571 empresas de massas alimentícias no Brasil empregando aproximadamente 25 mil pessoas. Na região Sudeste está concentrada cerca de metade das indústrias de massas alimentícias. Com uma produção da ordem de 1 milhão de toneladas, o Brasil fica atrás somente da Itália (3,1 milhões de toneladas) e dos EUA (1,2 milhão de toneladas).

#### Produção Mundial de Massas (2003)

País	Mil Toneladas
Itália	3.101
EUA	1.165
<b>Brasil</b>	<b>987</b>
Rússia	545
Turquia	427
Egito	400
Venezuela	325
México	258
França	253
Alemanha	243
Peru	222
Espanha	205
Canadá	170
Argentina	160
Japão	145
Chile	131
Colômbia	115
Tunísia	110
Índia	100
Austrália	50

Fonte: Lafis/ABIMA

O processo produtivo das massas permite ao produtor de um tipo de massa produzir qualquer outro tipo de massa, com apenas pequenas adaptações no processo produtivo e baixos investimentos. A flexibilidade da indústria na adaptação do processo produtivo com necessidade de baixos investimentos, permite ao produtor a oferta de uma grande variedade de massas alimentícias. Assim, a indústria de massas apresenta uma baixa barreira de entrada em termos de diversidade de produto.

A massa é um produto de baixo valor agregado, e o frete tem peso significativo em seu preço final, justificando, desta forma, o estabelecimento de núcleos regionais de produção, consumo e distribuição.

Atualmente, o setor tem capacidade instalada superior aos níveis da demanda nacional, sendo que seu nível de ociosidade gira em torno de 25,0%, enquanto as exportações, no ano de 2004, foram de apenas 0,2%, das vendas, tendo a Rússia, EUA e Paraguai como principais destinos. Entretanto, há o intuito de se fomentar a

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

exportação de massas com o objetivo de reduzir o nível de ociosidade de parte da indústria brasileira. Os principais interessados no produto brasileiro seriam os países da África, do Oriente Médio e da Ásia.

De acordo com a ABIMA, o que dificulta uma expansão maior do nível de consumo nacional é o fato de que o brasileiro vê o macarrão como um complemento e não como um prato. Além disso, o arroz é o maior concorrente da massa em função de se tratar de um carboidrato de preço mais baixo. Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), o consumo per capita de arroz é de, aproximadamente, 52,6 kg/ano (2004), cerca de nove vezes a demanda por macarrão (6,1 kg/ano). Na Argentina, o consumo per capita é de cerca de 6,8 kg /ano. No entanto, o maior número é explicado pela mais abrangente influência da cultura européia e da alta produtividade da cultura do trigo. Apesar do baixo consumo per capita, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de macarrão.

### Consumo per Capita de Massas

País	Consumo per Capita (Kg/ano)
Itália	28,0
Venezuela	12,7
Tunísia	11,7
Suíça	10,1
EUA	9,0
Grécia	8,8
Peru	8,3
Chile	8,2
França	7,3
Argentina	6,8
<b>Brasil</b>	<b>6,1</b>
Rússia	6,0
Alemanha	5,5
Espanha	4,6

Fonte: Site *Always Pasta* : <http://members.tripod.com/FrancoRossi/english/numeri.htm>, em 21 de setembro de 2006.

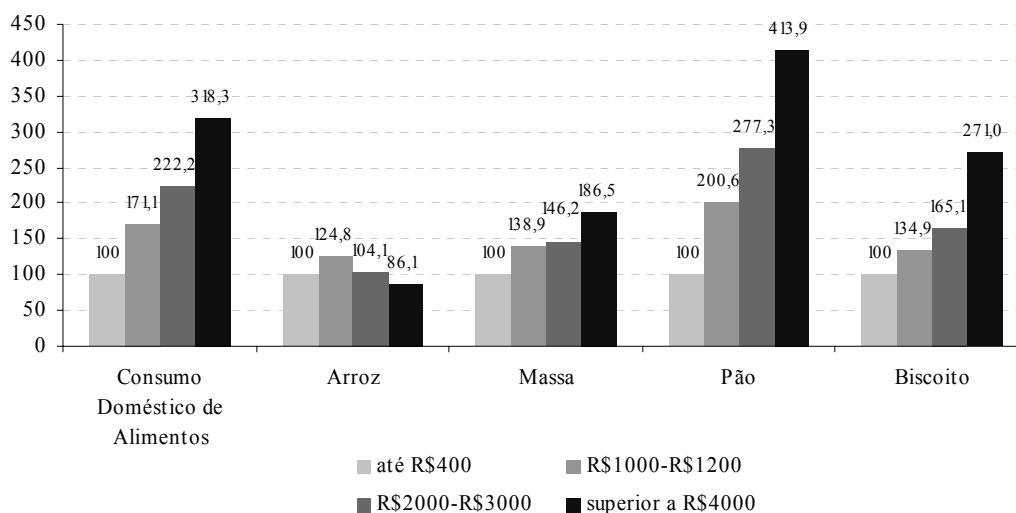
Segundo o IBGE, o consumo de massas em famílias que têm renda mensal superior a R\$4 mil é 86% superior àquelas famílias que possuem renda mensal de até R\$400. A despeito do baixo consumo per capita no Brasil, aumentos reais de renda provocam substituição de alimentos como arroz por massas, pães e biscoitos.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O gráfico abaixo mostra o consumo de alimentos, em quilogramas, de acordo com o nível de renda, das famílias brasileiras:

### CONSUMO DE ALIMENTOS DE ACORDO COM NÍVEL DE RENDA – MASSAS (BASE 100)



Fonte: IBGE

### *Performance Recente do Setor de Massas no Brasil*

Dentre todas as categorias de produto do segmento, as massas integrais, fabricadas com trigo integral, apesar de representarem menos de 0,5% da produção e do faturamento do setor, apresentam um crescimento acima do apresentado pelas massas tradicionais, e atraem novos fabricantes e estimulam a produção de novas versões de massa integral. O macarrão seco representou, em 2003, 84,8% do consumo de toda a categoria de massas, e suas vendas subdividiram-se em: (i) 43,1% do tipo sêmola; (ii) 30,3% do macarrão com ovos; (iii) 17,9% do comum; (iv) 4,8% do grano duro e (v) 3,9% do caseiro.

Até 1997, o mercado brasileiro de massas era bastante concorrencial sendo que as duas principais representantes do setor, a Adria e a Santista Alimentos, detinham respectivamente 6,8% e 6,7% do consumo. Este setor se tornou mais concentrado com a intensificação das fusões e aquisições. Atualmente, mais da metade do mercado, em termos de volume vendido, é dominado por cinco empresas: M. Dias Branco, Selmi, J.Macedo, Santa Amália e Vilma. A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de massas alimentícias nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

**Setor de Massas**  
**Participação de mercado em termos de Volume vendido**  
**Em 30 de junho de 2006**

	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste <sup>1</sup></b>	<b>Sudeste</b>
M. Dias Branco	16,4%	21,8%	16,6%
Selmi	11,3%	0,0%	14,8%
J. Macedo	11,1%	20,0%	10,0%
Santa Amália	7,0%	0,5%	12,7%
Vilma	5,3%	0,7%	9,9%
Ind. Bom Gosto	2,8%	11,1%	0,0%
Pilar	2,0%	7,8%	0,0%
TBA	0,9%	3,6%	0,0%
Outros	43,2%	34,5%	36,0%

Fonte: AC Nielsen (Jun/06)

<sup>1</sup> Refere à participação de mercado da Região Nordeste, com exceção dos Estados do Piauí e Maranhão.

Segundo a Lafis, o mercado de massas secas, entre 2002 e 2004, perdeu participação de mercado tanto para produtos instantâneos, que passaram de 8,9% do mercado em 2002 para 9,9% em 2004, quanto para massas frescas e pratos prontos, que passaram de 4,6% do mercado em 2002 para 5,2% em 2004. O consumo de macarrão instantâneo é o segmento que mais tem crescido, com movimentação, em 2004, de 60,5 milhões de kg e R\$540 milhões, sendo liderado pela Nissin Lámen. As marcas líderes de macarrão instantâneo são: *Miojo* (Nissin), *Arisco* (Unilever), *Renata* (Selmi) e *Adria* e *Yoi* (M. Dias Branco).

Hoje, segundo a AC Nielsen, a região Sudeste é responsável pelo consumo de 46,0% das massas no País, as regiões Norte e Nordeste por 35,0%, a Sul por 14,0% e a Centro-Oeste por 5,0%.

### **A Indústria de Biscoitos no Brasil**

#### ***Breve Descrição do Setor de Biscoitos no Brasil***

Os biscoitos são classificados em biscoitos salgados, crackers, recheados, cobertos, doces simples e *waffers*. O segmento conta com 876 empresas no Brasil, 69,0% concentradas na região Sudeste. A maioria dessas empresas tem atuação exclusivamente regional e com linhas de biscoitos populares.

Segundo dados da Lafis, o Brasil é o segundo mercado produtor de biscoitos industrializados do mundo, depois dos EUA, representando cerca da metade do consumo da América Latina. Em consumo *per capita*, o País figurava, em 2003, como o 12º no ranking mundial, onde a Holanda era líder com o consumo *per capita* de 14,2 kg/ ano.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

**09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO**

**Produção Mundial de Biscoitos (2003)**

<b>País</b>	<b>Mil Toneladas</b>
EUA	1.503
<b>Brasil</b>	<b>1.048</b>
Inglaterra	670
Alemanha	592
França	544
Itália	458
Espanha	285
Japão	228
Holanda	224
Bélgica	132
Suíça	56
Grécia	52
Portugal	49
Áustria	48
Irlanda	145
Finlândia	44
Dinamarca	39
Suécia	9

Fonte: Anib/Simabesp

**Consumo per Capita de Biscoitos (2003)**

<b>País</b>	<b>Consumo per Capita (Kg/ano)</b>
Holanda	14,2
Bélgica	12,9
Irlanda	12,1
Inglaterra	11,4
França	9,2
Finlândia	8,5
Itália	8,0
Suíça	7,5
Dinamarca	7,4
Alemanha	7,2
Espanha	7,2
<b>Brasil</b>	<b>5,9</b>
Áustria	5,9

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

EUA

5,4

Fonte: Lafis/Anib-Simabesp

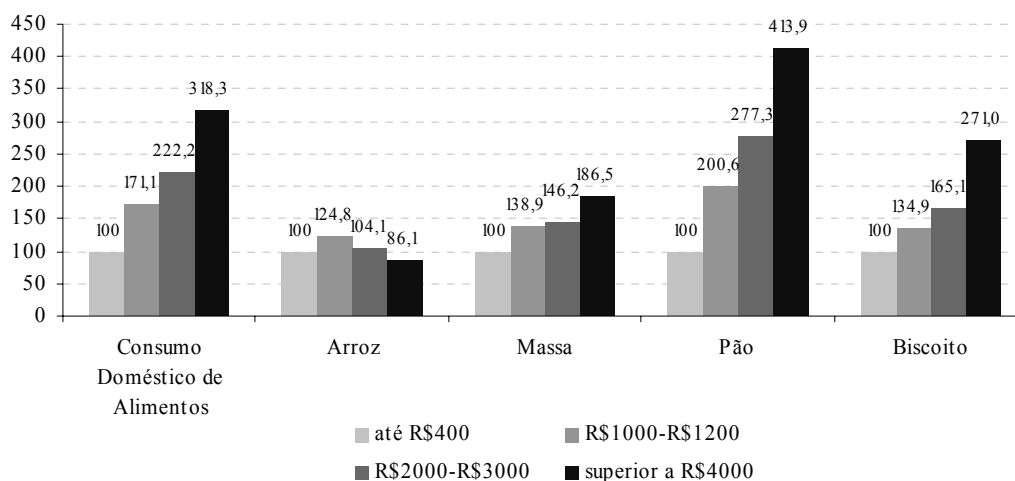
Até o início do Plano Real (implementado em meados de 1994), o setor era caracterizado como sendo predominantemente de capital nacional e dirigido por empresas familiares. O setor passou por um acentuado crescimento, levando ao início de um processo de compra das empresas menores pelas grandes marcas internacionais. Em 2003, com o controle da Adria passando para a Companhia, a liderança do mercado brasileiro voltou a pertencer a uma empresa de capital nacional. Naquele ano, a Nestlé passou para o segundo lugar e, atualmente, possui participação de 8,3%, seguida pela Marilan com 7,6%, de acordo com dados da AC Nielsen. O restante do mercado encontra-se fragmentado entre um grande número de empresas.

Atualmente, as cinco maiores empresas do segmento de biscoitos (M. Dias Branco, Nestlé, Marilan, Nabisco e Bauducco) possuem 41,2% do mercado brasileiro, segundo a AC Nielsen, em junho de 2006.

De acordo com a Lafis, dentre as compras mensais dos brasileiros, os biscoitos são os produtos apontados como os mais baratos e que aparecem em maior quantidade nas compras realizadas em mercados.

Segundo o IBGE, o consumo de biscoitos em famílias que têm renda mensal superior a R\$4 mil é 171% superior àquelas famílias que possuem renda mensal de até R\$400.

### CONSUMO DE ALIMENTOS DE ACORDO COM NÍVEL DE RENDA – BISCOITOS (BASE 100)



Fonte: IBGE

### Performance Recente do Setor de Biscoitos no Brasil

Em 2003, a despeito de a economia ter crescido apenas 0,5%, a produção de biscoitos totalizou 1,059 mil toneladas, segundo o Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de São Paulo - Simabesp, elevando-se em 6,4% sobre o ano anterior. Naquele ano, o consumo de biscoitos *per capita* foi de 6 kg/habitante, frente aos 3,7 kg/habitante de 1993. Já em 2004, com a expansão de 4,9% da economia, a produção alcançou 1,080 mil toneladas, com estabilidade do consumo *per capita* em 5,9 kg/habitante.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO**

---

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de biscoitos nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

**Setor de Biscoitos**  
**Participação de mercado em termos de Volume**  
**vendido**  
**Em 30 de junho de 2006**

---

	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>
M. Dias Branco	14,1%	25,6%	7,4%
Nestlé	8,3%	3,0%	11,5%
Marilan	7,6%	5,9%	9,4%
Nabisco	5,9%	0,6%	8,9%
Bauducco	5,3%	3,4%	6,2%
Ind. Bom Gosto	5,0%	15,5%	0,2%
Pelágio	1,9%	5,9%	0,0%
Pilar	1,6%	5,0%	0,0%
Outros	50,3%	35,1%	56,4%

Fonte: AC Nielsen (Jun/06)

Hoje, segundo a AC Nielsen, a região Sudeste é responsável pelo consumo de 45,0% dos biscoitos no País, as regiões Norte e Nordeste por 39,0%, a Sul por 11,0% e a Centro-Oeste por 5,0%.



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS**

---

De modo geral, a demanda por nossos produtos não está sujeita à sazonalidade.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	BISCOITOS E MASSAS	74,50
02	FARINHA E FARELO DE TRIGO	20,40
03	MARGARINAS E GORDURAS	5,00

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES**

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.			
01	TRIGO ARGENTINO EM GRÃO	SIM	44.438	SIM	SIM
M. DIAS BRANCO INTERN. TRADING URUGUAY					
02	TRIGO ARGENTINO EM GRÃO	SIM	25.575	SIM	SIM
M. DIAS BRANCO INTERN. TRADING LLC					
					17,50
					10,10

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

### Plantas Industriais e Equipamentos

Contamos com um moderno parque industrial estrategicamente localizado em nossos principais mercados, formado por 10 plantas industriais com equipamentos de última geração, atendendo aos mais rigorosos padrões de qualidade.

A tabela abaixo relaciona nossas principais plantas industriais:

Unidade	Localização	Área Total (em m <sup>2</sup> )	Área Construída (em m <sup>2</sup> )	Titularidade da Planta
Fábrica Fortaleza	Eusébio	508.050,0	99.716,0	Companhia
GME – Divisão de Gorduras e Margarinas Especiais	Fortaleza	53.332,5	19.535,5	Companhia (Promitente Compradora)
GMP – Grande Moinho Potiguar	Natal	9.107,0	20.519,0	Companhia
Moinho Dias Branco	Fortaleza	9.655,0	33.678,4	Companhia (Arrendatária)
GMA – Grande Moinho Aratu	Salvador	368.982,0	117.726,1	Companhia
GMT – Grande Moinho Tambaú	Cabedelo	37.489,0	26.438,4	Companhia (Arrendatária)
Jaboticabal	Jaboticabal	21.600,0	19.238,0	Adria (Fiduciante)
São Caetano do Sul	São Caetano do Sul	9.777,0	14.671,0	Adria
Lençóis Paulistas	Lençóis Paulistas	10.427,6	10.427,6	Adria
Bento Gonçalves	Bento Gonçalves	133.242,0	21.300,0	Adria

A filial Grande Moinho Aratu encontra-se onerada por hipotecas no valor de R\$59,1 milhões, decorrente da emissão de cédulas de crédito industrial em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

A unidade de Jaboticabal encontra-se gravada com alienação fiduciária em garantia, constituída em favor de Eldino Zeli, Renato Celestino, José Zeli e Rubens Celestino, decorrente de uma confissão de dívida pela Adria, no valor de US\$10 milhões, com vencimento final em 22 de setembro de 2009. A referida dívida é também garantida pela fiança da Companhia e, em 30 de junho de 2006, era de US\$5,8 milhões.

A unidade industrial do complexo Aratu conta com a mais moderna tecnologia mundial para fabricação de biscoitos e massas e está inserida num complexo que inclui, além da fábrica e do moinho de trigo, um terminal portuário de grãos, controlado por FISDB. Acreditamos que a localização do terminal no próprio complexo de Aratu garante agilidade e redução de custos no recebimento do trigo.

A unidade de Aratu agregou cerca de 26,0% à nossa capacidade de produção de biscoitos e massas e 58,3% à capacidade de moagem de trigo da Companhia. Esta unidade perfaz cerca de 29,6% da capacidade total de produção da Companhia, e ainda não está operando em plena capacidade. Em 2005, Aratu operou a cerca 25,6% e 4,1% de capacidade de suas fábricas de biscoitos e massas, respectivamente. Já as demais unidades fabris operaram, em conjunto, com cerca de 81,8% e 61,7% de capacidade de produção de biscoitos e massas, respectivamente.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### 11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A unidade de Aratu nos favorece no que diz respeito: (i) ao aumento de escala de produção; (ii) à melhora na integração logística devido à sua localização – entre o Sudeste e Nordeste – e por estar acoplada a um terminal portuário; (iii) ao aumento do nível de verticalização do grupo – uma vez que é autosuficiente em farinha de trigo; e (iv) por ter sido projetada de forma que sua duplicação demande somente aquisição de máquinas – toda a estrutura civil já está preparada para expansão, promovendo agilidade e custos marginais quando a mesma for executada.

As estruturas físicas dos complexos de Aratu e Tambaú foram projetadas de modo a permitir expansão rápida e a baixo custo de implementação. A unidade de Aratu possui dois moinhos, uma linha de massas instantâneas, três linhas de massas em geral e três linhas de biscoitos, incluindo empacotamento. A unidade de Tambaú possui tamanho inferior a Aratu, com um moinho e duas linhas de massas em geral.

Investimos cerca de R\$400 milhões para a construção e operação dos dois complexos. Em uma eventual expansão de capacidade nas duas unidades, possuímos estrutura física para, em Aratu, aumentar a capacidade de moagem em 50,0% e duplicar o número das linhas de produção de biscoitos e massas. Em Tambaú, possuímos estrutura física para duplicar as operações de moagem de trigo e massas. Estimamos que R\$100 milhões seriam necessários para tais ampliações.

Nossas operações não dependem significativamente de nenhum de nossos equipamentos considerados individualmente.

#### Produção de Biscoitos e Massas do Complexo de Aratu e Fábrica Fortaleza

Fábricas de Biscoitos e Massas	Grande Moinho Aratu	Fábrica Fortaleza
<b>Produção em 2005 (Em mil toneladas)</b>	<b>17,1</b>	<b>158,0</b>
<b>Produção no período de 6 meses encerrado em 2006 (Em mil toneladas)</b>	<b>18,9</b>	<b>76,7</b>
<b>Número de Funcionários <sup>(1)</sup></b>	<b>1.363</b>	<b>3.281</b>

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2006.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção em cada uma das nossas unidades industriais, em mil toneladas, nos períodos indicados:

Capacidade Produtiva / Produção Efetiva	Biscoitos		Massas		Farinha de Trigo e Farelo		Gorduras, Margarinas e Cremes Vegetais		Total	
	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM	ANO	1º SEM
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Fábrica Fortaleza	158,0	79,0	61,6	30,8	-	-	-	-	219,6	109,8
Moinho Dias Branco	-	-	-	-	384,8	192,4	-	-	384,8	192,4
GME – Divisão de Gorduras e Margarinas Especiais	-	-	-	-	-	-	78,0	39,0	78,0	39,0
Grande Moinho Potiguar	-	-	36,0	18,0	174,1	87,1	-	-	210,1	105,1
Grande Moinho Aratu	56,7	32,1	64,1	32,1	386,6	193,3	-	-	507,4	257,5
GMT – Grande Moinho Tambaú	-	-	31,1	15,6	104,5	52,3	-	-	135,6	67,9
São Caetano do Sul	-	-	54,0	27,0	-	-	-	-	54,0	27,0
Bento Gonçalves	33,6	16,8	10,8	5,4	-	-	-	-	44,4	22,2
Jaboticabal	-	-	50,4	25,2	-	-	-	-	50,4	25,2
Lençóis Paulistas	28,8	14,4	-	-	-	-	-	-	28,8	14,4
<b>Capacidade Total de Produção</b>	277,1	142,3	308,0	154,1	1.050,0	525,1	78,0	39,0	1.713,1	860,5
<b>Produção Total</b>	194,7	102,0	153,1	87,2	663,4	355,0	53,1	26,9	1.064,3	571,1
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	70,3%	71,7%	49,7%	56,6%	63,2%	67,6%	68,1%	69,0%	62,1%	66,4%

### Produtos

#### *Biscoitos*

O carro-chefe das vendas do Grupo M. Dias Branco é o Biscoito. Dentre um universo diversificado de produtos, e como forma de demonstrarmos objetivamente o seu processo de produção, agrupamos os biscoitos da seguinte forma: salgados, *crackers*, recheados, cobertos, doces simples e *waffers*.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### 11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

O processo de produção do “biscoito” é único, ocorrendo algumas variações quantos aos grupos acima mencionados, e estando assim dividido: Preparação de Massas, Fermentação, Laminação / Estampagem / Corte, Forneamento, Resfriamento, empilhamento, Empacotamento, Encaxotamento, Paletização / Expedição / Distribuição.

O início do supracitado processo se dá com a preparação das massas. Nesta etapa os ingredientes utilizados são divididos em três categorias, a saber: os microingredientes, que são aqueles utilizados em pequena quantidade, até aproximadamente 3kg e são pesados no setor de dosimetria; os ingredientes intermediários, que são aqueles dosados em médias quantidades, acima de 3kg até 45kg e são pesados no setor de preparação; e os macroingredientes, que são os ingredientes utilizados em grandes quantidades, controlados e dosados de forma automatizada.

O responsável pela preparação da massa, adiciona os microingredientes e os ingredientes intermediários, de forma manual aos *mixers*, enquanto que os macroingredientes são adicionados automaticamente, via painel de controle. O açúcar é acondicionado em um reservatório separado, onde é moído e passa pelo processo de inversão, para posteriormente seguir, por meio de tubulações aos *mixers*. Do *mixer*, onde os ingredientes são misturados e homogeneizados, a massa segue para a etapa de fermentação.

Ressaltamos ainda, que dentro do processo de preparação da massa, poderá ocorrer a incorporação do re-trabalho, que constitui-se no reprocessamento de produto acabado e/ou massa, evitando-se desta forma o desperdício de matéria-prima.

O processo de fermentação é realizado por microorganismos que transformam amidos e açúcares em álcool e ácido, e ocorre em temperatura e umidade ambientes, onde é controlado o tempo e a nutrição de tais microorganismos.

Decorrido o tempo ideal de fermentação, a massa segue, por meio de um sistema de lonas de alimentação, para o setor de laminação. Nesta etapa a massa é diretamente direcionada aos alimentadores de massa, passando por um sistema de laminação com rolos cortadores e marcadores correspondentes a cada produto, que seguem uma rígida padronização.

Passado o processo de laminação e corte, o biscoito segue para o forneamento, onde é realizado o seu cozimento, obedecendo a padrões de qualidade preestabelecidos, em conformidade com cada linha de produção. O biscoito já cozido, passa por um processo de resfriamento natural, onde o produto troca calor com o ar ambiente, enquanto é transportado por lonas e sofre o processo de empilhamento, por meio de calhas que funcionam como guias, para em seguida serem conduzidos ao setor de embalagem. Ressaltamos que no decorrer de todo o processo de produção, o biscoito passa por diversos detectores de metais, com vista a garantir a qualidade do produto que chega ao consumidor.

O processo de empacotamento do biscoito é todo automatizado, não havendo nenhum contato humano. Os empregados envolvidos no processo de empacotamento estão devidamente orientados para definirem a conformidade dos produtos. Após embalados, os produtos são acondicionados em caixas de papelão e organizados em “*pallets*” para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados.

No caso dos biscoitos recheados, a mistura do recheio sofrerá o mesmo processo de mistura da massa. Após ser submetido ao tempo de mistura, o recheio é colocado em carrinhos de aço inox e transportado para a recheadora, onde o seu processo de adição, ao biscoito, é automático.

No caso dos biscoitos cobertos, os produtos seguem o mesmo processo de fabricação já descrito acima e são transportados para as “cobrideiras”, que são máquinas específicas onde os biscoitos receberão a cobertura

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### **11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO**

previamente aquecida. Depois de receberem a cobertura, os produtos são submetidos ao resfriamento forçado através de túneis de refrigeração, seguindo, então, para o processo automático de empacotamento.

Visando garantir a qualidade e a padronização de seus processos, nossas fábricas de biscoitos têm implementado o Sistema Gestão da Qualidade - Norma ISO 9001:2000. Em relação a segurança alimentar dos nossos produtos, temos implementado as Boas Práticas de Fabricação/POP's e o Sistema APPCC – Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle.

#### ***Massas***

O Grupo M. Dias Branco produz diversos produtos a base de 02 (dois) tipos massas: Massa de Sêmola com Corantes naturais e Massa de Sêmola com Ovo em Pó e Corantes Naturais.

O processo produtivo das referidas massas é o mesmo, diferenciando-se, somente, pelo acréscimo do ovo em pó integral a uma delas.

O supracitado processo de produção é iniciado com o transporte da sêmola de trigo dos silos de estocagem para mini-silos, que são depósitos entre os silos e as masseiras. Num processo posterior, a sêmola é transportada para um reservatório (misturador) onde é preparado o “*pré-mix*”.

Na preparação do “*pré-mix*”, ocorre a mistura da sêmola de trigo aos corantes naturais e ao ovo em pó integral, quando for o caso, já devidamente pesados. Posteriormente a referida mistura é deslocada para o dosador situado nas masseiras. Todo o processo de transporte se dá por meio de sistema pneumático.

No dosador, o “*pré-mix*” e a água são dosados em quantidades pré-determinadas e proporcionais para poderem seguir para a masseira centrífuga, onde ocorrerá a primeira mistura dos ingredientes. No processo seguinte a massa atingirá, via transporte mecânico a masseira dupla, em que ocorrerá uma homogeneização mais acentuada da mistura. Num momento posterior, a massa segue para a masseira a vácuo, onde ocorre a retirada do ar, que prevenirá a oxidação e uma posterior aparência desagradável da massa.

Em seguida a massa é prensada e passa por um filtro para reter qualquer tipo de material estranho, seguindo, então para a “*trafila*” que é a máquina responsável pelo formato do produto.

Uma vez modelados, os fios de macarrão seguem para a etapa de “*estendedeira*”, onde é iniciado o processo de secagem do macarrão. Respeitados os tempos e as temperaturas ideais de secagem de cada massa, o macarrão estará pronto para ser cortado e embalado.

O processo de embalagem é todo automático, sendo realizado em “*empacotadeira*”. Neste processo os pacotes, devidamente pesados, são submetidos a detectores de metais, onde são descartados os produtos rejeitados. Em seguida os pacotes são acondicionados em fardos e colocados em “*pallets*” que são conduzidos ao setor de expedição de produtos acabados.

#### ***Farinha de Trigo***

O processo de produção da Farinha de Trigo está dividido nas seguintes fases: Recepção do Trigo, Preparação do Trigo para Moagem, Moagem do Trigo e Produtos Acabados.



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### **11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO**

O trigo é recebido por via marítima, diretamente na empresa, sendo esta operação realizada por um descarregador mecânico de navios. Trata-se de um equipamento de concepção moderna, composto de uma torre que se movimenta no sentido longitudinal do cais, operacionalizado em uma cabine de comando, composto também, por um transportador de corrente móvel para movimentação nos porões do navio e sistema

próprio de aspiração, filtragem e recolhimento de resíduos, possuindo ainda uma cabine acústica que abriga o compressor e o sistema hidráulico, para a minimização dos ruídos.

Após a descarga do navio, o trigo passa por uma pré-limpeza. Nesta fase, são retiradas impurezas com dimensões maiores que o trigo, materiais ferrosos e impurezas mais leves que o grão, constituídas basicamente de pó e palha que são adicionadas ao Farelo (subproduto do trigo). Este então, será armazenado em silos e entre-silos de concreto.

Os silos possuem instalações de transporte e válvulas pneumáticas que permitem operações de transilagem entre os mesmos, gerando uma otimização da capacidade de armazenamento e a aeração dos lotes armazenados por mais tempo.

Todos os processos de movimentação do trigo são submetidos à sistemas de aspiração, compostos de dutos de diâmetros diversos, filtros de manga, ventiladores de média pressão, que recolhem e filtram partículas, o que garante retorno de ar limpo à atmosfera. Vale ressaltar ainda que, o produto aspirado é decantado no filtro e dosado pela eclusa no silo de resíduo, para que seja adicionado ao farelo.

Antecedendo a moagem, o trigo passa por um processo de “preparação” composto por duas etapas de limpeza, intercaladas por uma etapa de umidificação e descanso. A fase de preparação irá garantir a qualidade e um melhor aproveitamento do trigo no processo de moagem.

A moagem de trigo é um processo físico de redução gradual e seletiva que tem como objetivo principal separar a parte interna do grão do trigo, denominada endosperma, da sua casca, reduzindo os produtos intermediários até a obtenção da farinha, que é o produto, e do farelo que é um subproduto do trigo.

O supracitado processo consiste em submeter o trigo e seus produtos intermediários à sucessivas etapas de fragmentação, intercaladas por fases de peneiração e classificação granulométrica e dessimétrica, até a redução das sêmolas em granulometria de farinha.

Nas diferentes passagens de peneiração, ocorridas no processo de moagem, são produzidas farinhas de características qualitativas distintas. Através de transportadores helicoidais, as referidas farinhas são mescladas, resultando em 2 tipos de farinhas intermediárias, denominadas “F1” e “F2”. A primeira farinha é mais clara, com baixo teor de matéria mineral retirada da parte mais interna do grão. A segunda farinha, mais escura, tem maior teor de matéria mineral, sendo composta de farinhas retiradas da parte do endosperma mais próxima da casca.

Ambas são transportadas até os silos de farinha através de transportes pneumáticos à pressão, e serão matérias-primas para a mistura e produção de farinhas finais. Ressaltamos que todas as movimentações de farinha são controladas por balanças eletrônicas de fluxo, que em conjunto com as demais balanças de trigo e farelo, são integradas em um sistema on-line de controle de rendimento do processo.

Num momento seguinte as farinhas “F1” e “F2” são misturadas em diferentes proporções, em conjunto com microingredientes corretores de farinha e complexos de vitaminas. Todas as misturas são comandadas e monitoradas via computador que, em conjunto com um moderno sistema de automação e de balanças

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### **11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO**

eletrônicas, garantem alta precisão e confiabilidade na dosagem, tornando-se o diferencial da farinha produzida pelo Grupo M. Dias Branco.

Das linhas de mistura, as farinhas seguem para os silos de produto acabado onde serão envasados em diferentes cortes de produção, seguindo então para a expedição.

O processo produtivo da farinha de trigo gera um subproduto, denominado de farelo. Os farelos produzidos no moinho são: Farelo Grosso e Farelo Fino. Os farelos produzidos possuem linhas de transporte independentes e podem ser armazenados em silos. Como no armazenamento do trigo, as instalações permitem uma transilagem contínua do farelo, garantindo assim a sua movimentação contínua, o que evita a sua estagnação no silo.

O ensacamento do farelo pode ser efetuado em linhas distintas, em sacos de 20, 30 ou 40kg, que podem ser expedidos diretamente aos caminhões ou estocados em área exclusiva para este fim.

#### ***Margarinas e Gorduras Vegetais***

No processo de produção das gorduras a matéria-prima básica deste segmento é o óleo de soja bruto, obtido através do esmagamento dos grãos de soja, que é adquirido no mercado nacional e internacional, principalmente da Argentina. Também são usados óleos de milho, canola, girassol, palma e algodão.

A primeira etapa do referido processo é constituída pelo refino do óleo bruto, compreendendo as operações de: neutralização, branqueamento e desodorização. A neutralização consiste na remoção da acidez livre do óleo bruto, através de procedimentos químicos e mecânicos de centrifugação. No branqueamento, é feita a remoção de impurezas indesejáveis e de pigmentos para clarificar o produto. Na fase de desodorização, procede-se à remoção de ácidos e graxas residuais, responsáveis pelo odor e paladar próprios do óleo, por meio de um processo de destilação com a injeção direta de vapor.

Num momento seguinte, o óleo irá para o processo de hidrogenação que consiste na injeção de gás hidrogênio num reator, em condições determinadas e na presença de um catalizador. Obtém-se, assim, a gordura vegetal hidrogenada, que é a base para a fabricação das gorduras vegetais para usos industriais diversos como panificação, fabricação de biscoitos, bolos, sorvetes, chocolates e para a fabricação das margarinas.

As gorduras vegetais para uso industrial podem ter diferentes especificações, de acordo com a sua utilização final e às especificações de clientes que precisam de um produto diferenciado.

A margarina é um produto elaborado a partir de óleos e gorduras de origem vegetal e outros ingredientes tais como: sal, leite, aromas, corantes naturais, estabilizantes, vitaminas e água. Cada um dos ingredientes é pesado em tanques-balança, sendo adicionados na quantidade correta de acordo com a fórmula do produto, para a obtenção da emulsão.

A mencionada emulsão, é composta de uma fase aquosa, com ingredientes hidrossolúveis (sal e conservantes) e uma fase oleosa, constituída de gordura vegetal hidrogenada, com os ingredientes lipossolúveis (emulsificantes, aromas etc). Esta emulsão é direcionada para o processo de cristalização e homogeneização, do qual surgirá a margarina. Em seguida, a margarina segue para o acondicionamento, que pode ser em potes ou baldes no caso de consumo doméstico, ou em caixas, no caso de utilização industrial ou institucional.

Após o acondicionamento, a margarina deverá ser estocada em câmaras frias à temperatura entre 5°C e 7°C por, no mínimo, 24 horas para sua devida estabilização.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

## 11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Em 30 de junho de 2006, contávamos com cerca de 33 mil clientes ativos dos mais diversos ramos de atividades que, predominantemente, eram empresas de médio e pequeno porte.

Em 30 de junho de 2006, nenhum cliente representou mais do que 10,0% da nossa receita líquida, de forma que a dispersão da nossa base de clientes tem colaborado para minimizar a nossa exposição ao risco de impacto de redução de receita em razão de perda de um ou alguns dos nossos maiores clientes. Neste mesmo período, nossos 10 maiores clientes representaram, aproximadamente, 16,4% do total de nossa receita líquida e nosso maior cliente representou 4,2% do total de nossa receita líquida.

A tabela abaixo demonstra a representatividade, em termos de receita líquida, dos nossos principais clientes agrupados conforme seu segmento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de	
	2003	2004	2005	2005	2006
	(% da receita líquida)				
Consumidor Final	1,3	1,0	0,9	0,8	0,9
Varejo <sup>(1)</sup>	46,9	46,4	49,5	48,3	47,7
Industrial	7,2	7,0	2,7	5,6	4,4
Atacado	9,1	10,3	11,6	11,0	13,3
Grandes Redes <sup>(2)</sup>	9,2	9,7	8,4	8,2	8,1
Institucional ("Food Service")				0,4	0,5
- Restaurantes e Hotéis)	0,8	0,7	0,4		
Agropecuária	1,5	1,3	1,4	1,4	1,4
Distribuidor	19,4	20,4	22,4	21,8	21,8
Exportação	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2
Outros	4,5	3,0	2,5	2,2	1,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Não incluídas as grandes redes.

<sup>(2)</sup> São consideradas grandes redes as seguintes: Carrefour Com. e Ind. Ltda., Wal Mart Brasil Ltda., Dia Brasil Sociedade Ltda., Atacadão Distrib. Com. e Ind. Ltda., Cia Brasileira de Distribuição, WMS Supermercados do Brasil Ltda., Sam's Club, CBD, Sonae, Cia. Zaffari Com. e Ind., A Angeloni e Cia Ltda., Makro Atacadista S.A. e Bom Preço S.A Supermercados do Nordeste.

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

**11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO**

Atuamos de forma diversificada em todas as regiões do País, com ênfase nas regiões Nordeste e Sudeste. A tabela abaixo apresenta o *mix* de receita operacional bruta por produto, por região do País e por empresa – Companhia e Adria:

Receita Operacional Bruta pro forma EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de

	2003	%	2004	%	2005	%	2005	%	2006	%
<i>(Em milhões de Reais, exceto percentagens)</i>										
<b>Companhia</b>	<b>939,3</b>	<b>68,0</b>	<b>1.080,4</b>	<b>69,4</b>	<b>1.126,3</b>	<b>70,7</b>	<b>536,0</b>	<b>70,6</b>	<b>601,9</b>	<b>72,0</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>419,9</b>	100,0	<b>485,9</b>	100,0	<b>551,6</b>	100,0	<b>259,6</b>	100,0	<b>294,3</b>	100,0
Centro-Oeste	17,0	4,0	17,5	3,6	20,6	3,7	9,1	3,5	10,6	3,6
Nordeste	362,2	86,3	404,5	83,3	437,3	79,3	207,0	79,8	239,9	81,5
Norte	29,9	7,1	38,6	7,9	48,5	8,8	21,7	8,4	22,7	7,7
Sudeste	10,8	2,6	25,1	5,2	45,0	8,2	21,6	8,3	21,1	7,2
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
<b>Massas</b>	<b>144,1</b>	100,0	<b>148,2</b>	100,0	<b>153,5</b>	100,0	<b>71,2</b>	100,0	<b>92,4</b>	100,0
Centro-Oeste	1,7	1,2	1,7	1,1	1,4	0,9	0,7	1,0	0,7	0,7
Nordeste	136,0	94,4	141,4	95,4	147,7	96,2	68,6	96,3	88,5	95,8
Norte	6,2	4,3	5,0	3,4	4,3	2,8	1,9	2,7	3,2	3,5
Sudeste	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Farinha e Farelo</b>	<b>334,8</b>	100,0	<b>382,2</b>	100,0	<b>334,0</b>	100,0	<b>160,8</b>	100,0	<b>173,3</b>	100,0
Centro-Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	327,8	97,9	369,5	96,7	324,0	97,0	155,7	96,8	167,1	96,4
Norte	6,6	2,0	10,1	2,6	8,5	2,5	3,8	2,4	4,4	2,5
Sudeste	0,3	0,1	2,5	0,7	1,3	0,4	1,3	0,8	1,7	1,0
Sul	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Margarinas e Gorduras Vegetais</b>	<b>40,6</b>	100,0	<b>64,1</b>	100,0	<b>87,2</b>	100,0	<b>44,3</b>	100,0	<b>41,9</b>	100,0
Centro-Oeste	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	37,5	92,4	57,7	90,0	71,1	81,6	32,3	72,9	39,1	93,3
Norte	3,0	7,4	4,0	6,2	6,0	6,9	2,4	5,4	2,6	6,2
Sudeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,3
Sul	0,0	0,0	2,2	3,4	9,6	11,0	9,5	21,5	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

**11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO**

<b>Adria</b>	<b>440,7</b>	<b>31,9</b>	<b>461,2</b>	<b>29,6</b>	<b>465,8</b>	<b>29,2</b>	<b>221,7</b>	<b>29,2</b>	<b>232,8</b>	<b>27,9</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>223,9</b>	100,0	<b>247,4</b>	100,0	<b>262,9</b>	100,0	<b>124,0</b>	100,0	<b>128,9</b>	100,0
Centro-Oeste	3,6	1,6	6,7	2,7	5,8	2,2	2,6	2,1	1,9	1,5
Nordeste	12,3	5,5	15,8	6,4	18,9	7,2	8,9	7,2	9,7	7,5
Norte	2,3	1,0	1,9	0,8	2,9	1,1	1,2	1,0	1,7	1,3
Sudeste	133,1	59,5	145,3	58,7	145,0	55,1	68,0	54,8	80,7	62,6
Sul	71,5	31,9	75,3	30,4	86,9	33,1	41,4	33,4	33,7	26,2
Exportação	1,1	0,5	2,4	1,0	3,4	1,3	1,9	1,5	1,2	0,9
<b>Massas</b>	<b>216,8</b>	100,0	<b>213,8</b>	100,0	<b>202,9</b>	100,0	<b>97,7</b>	100,0	<b>103,9</b>	100,0
Centro-Oeste	3,9	1,8	4,7	2,2	3,8	1,9	1,8	1,8	1,1	1,1
Nordeste	2,1	1,0	1,8	0,8	2,6	1,3	1,1	1,1	2,0	1,9
Norte	1,5	0,7	1,6	0,7	2,7	1,3	1,4	1,4	0,8	0,8
Sudeste	171,2	79,0	174,8	81,8	158,8	78,3	76,2	78,0	82,4	79,3
Sul	38,1	17,5	30,9	14,5	34,9	17,2	17,2	17,6	17,6	16,9
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Companhia</b>	<b>939,3</b>	100,0	<b>1.080,2</b>	100,0	<b>1.126,3</b>	100,0	<b>535,8</b>	100,0	<b>601,9</b>	100,0
Centro-Oeste	18,8	2,0	19,3	1,8	22,1	2,0	9,8	1,8	11,3	1,9
Nordeste	863,5	91,9	973,1	90,1	980,1	87,0	463,6	86,5	534,6	88,8
Norte	45,7	4,9	57,7	5,3	67,3	6,0	29,8	5,6	32,9	5,5
Sudeste	11,3	1,2	27,7							

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

**11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO**

Os volumes de vendas da Companhia e da Adria são apresentados na tabela abaixo, para os períodos e regiões indicados, por segmento de atuação:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						Período de 6 meses encerrado em 30 de junho de			
	2003	%	2004	%	2005	%	2005	%	2006	%
<i>(Em mil toneladas, exceto as percentagens)</i>										
<b>Companhia</b>	<b>533,4</b>	<b>77,3</b>	<b>598,1</b>	<b>77,4</b>	<b>653,6</b>	<b>79,5</b>	<b>311,5</b>	<b>79,7</b>	<b>352,8</b>	<b>79,7</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>108,9</b>	100,0	<b>118,9</b>	100,0	<b>129,0</b>	100,0	<b>61,5</b>	100,0	<b>69,4</b>	100,0
Centro-Oeste	4,0	3,7	4,0	3,4	4,6	3,6	2,1	3,4	2,3	3,3
Nordeste	95,8	88,0	101,5	85,3	105,5	81,7	50,5	82,2	58,4	84,2
Norte	6,9	6,3	8,4	7,1	10,2	7,9	4,7	7,6	4,8	6,9
Sudeste	2,2	2,0	4,9	4,1	8,6	6,7	4,2	6,8	3,9	5,6
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Massas</b>	<b>68,9</b>	100,0	<b>64,3</b>	100,0	<b>65,9</b>	100,0	<b>30,3</b>	100,0	<b>40,3</b>	100,0
Centro-Oeste	0,6	0,9	0,5	0,8	0,4	0,6	0,2	0,7	0,2	0,5
Nordeste	65,9	95,7	62,0	96,4	64,2	97,4	29,5	97,3	39,2	97,3
Norte	2,3	3,3	1,7	2,6	1,3	2,0	0,6	2,0	0,9	2,2
Sudeste	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Farinha e Farelo</b>	<b>341,7</b>	100,0	<b>392,1</b>	100,0	<b>425,9</b>	100,0	<b>202,8</b>	100,0	<b>227,0</b>	100,0
Centro-Oeste	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Nordeste	336,2	98,4	382,1	97,5	414,7	97,4	198,3	97,8	220,9	97,4
Norte	5,1	1,5	8,0	2,0	7,9	1,9	3,4	1,7	4,4	1,9
Sudeste	0,2	0,1	1,3	0,3	2,6	0,6	0,9	0,4	1,6	0,7
Sul	0,1	0,0	0,7	0,2	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Margarinas e Gorduras Vegetais</b>	<b>13,9</b>	100,0	<b>22,8</b>	100,0	<b>32,8</b>	100,0	<b>16,9</b>	100,0	<b>16,1</b>	100,0
Centro-Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	12,8	92,1	18,8	82,5	25,5	77,8	11,3	66,9	14,9	92,6
Norte	1,1	7,9	1,5	6,6	2,4	7,3	0,9	5,3	1,1	6,8
Sudeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	2,4	10,5	4,7	14,3	4,7	27,8	0,0	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,4	0,1	0,3	0,0	0,0	0,1	0,6
<b>Adria</b>	<b>153,4</b>	<b>22,2</b>	<b>148,6</b>	<b>19,2</b>	<b>154,2</b>	<b>18,7</b>	<b>72,1</b>	<b>18,4</b>	<b>81,3</b>	<b>18,4</b>

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

**11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO**

<b>Biscoitos</b>	<b>62,4</b>	100,0	<b>62,7</b>	100,0	<b>67,1</b>	100,0	<b>31,6</b>	100,0	<b>34,0</b>	100,0
Centro-Oeste	1,3	2,1	2,2	3,5	1,7	2,5	0,8	2,5	0,6	1,8
Nordeste	4,4	7,1	5,1	8,1	5,7	8,5	2,7	8,5	3,0	8,8
Norte	0,8	1,3	0,6	1,0	0,9	1,3	0,3	0,9	0,5	1,5
Sudeste	35,1	56,2	34,5	55,1	35,2	52,6	16,5	52,3	21,0	61,7
Sul	20,3	32,5	19,4	30,9	22,3	33,2	10,6	33,6	8,3	24,4
Exportação	0,5	0,8	0,9	1,4	1,3	1,9	0,7	2,2	0,6	1,8
<b>Massas</b>	<b>91,0</b>	100,0	<b>85,9</b>	100,0	<b>87,1</b>	100,0	<b>40,5</b>	100,0	<b>47,3</b>	100,0
Centro-Oeste	1,7	1,9	2,0	2,3	1,6	1,8	0,8	2,0	0,5	1,1
Nordeste	0,8	0,9	0,7	0,8	1,0	1,1	0,4	1,0	0,9	1,9
Norte	0,6	0,7	0,8	0,9	1,4	1,6	0,7	1,7	0,4	0,8
Sudeste	72,4	79,5	70,8	82,5	69,3	79,7	32,0	79,0	38,4	81,2
Sul	15,5	17,0	11,6	13,5	13,8	15,8	6,6	16,3	7,1	15,0
Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Companhia</b>	<b>533,3</b>	100,0	<b>598,1</b>	100,0	<b>653,6</b>	100,0	<b>311,4</b>	100,0	<b>352,8</b>	100,0
Centro-Oeste	4,7	0,9	4,5	0,8	5,2	0,8	2,5	0,8	2,5	0,7
Nordeste	510,7	95,7	564,5	94,3	609,9	93,4	289,5	93,0	333,3	94,5
Norte	15,4	2,9	19,5	3,3	21,8	3,3	9,5	3,1	11,3	3,2
Sudeste	2,4	0,5	6,3	1,1	11,3	1,7	5,1	1,6	5,5	1,6
Sul	0,1	0,0	3,2	0,5	5,2	0,8	4,7	1,5	0,1	0,0
Exportação	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
<b>Adria</b>	<b>153,5</b>	100,0	<b>148,6</b>	100,0	<b>154,1</b>	100,0	<b>72,3</b>	100,0	<b>81,3</b>	100,0
Centro-Oeste	3,0	2,0	4,2	2,8	3,4	2,2	1,5	2,1	1,1	1,4
Nordeste	5,3	3,5	5,7	3,8	6,6	4,3	3,1	4,3	3,8	4,7
Norte	1,4	0,9	1,4	0,9	2,2	1,4	1,1	1,5	0,9	1,1
Sudeste	107,5	70,0	105,3	71,0	104,5	67,9	48,6	67,2	59,4	73,0
Sul	35,8	23,3	31,1	20,9	36,1	23,4	17,2	23,8	15,5	19,1
Exportação	0,5	0,3	0,9	0,6	1,3	0,8	0,8	1,1	0,6	0,7
<b>Consolidado</b>	<b>690,3</b>	<b>100,0</b>	<b>772,4</b>	<b>100,0</b>	<b>822,6</b>	<b>100,0</b>	<b>390,9</b>	<b>100,0</b>	<b>442,6</b>	<b>100,0</b>
Centro-Oeste	7,7	1,1	8,7	1,1	8,6	1,0	4,0	1,0	3,6	0,8
Nordeste	515,9	74,8	570,3	73,9	616,5	75,0	292,6	74,9	337,2	76,1
Norte	16,8	2,4	20,9	2,7	24,1	2,9	10,6	2,7	12,2	2,8
Sudeste	109,9	15,9	111,6	14,5	115,8	14,1	53,7	13,7	64,9	14,7
Sul	35,9	5,2	34,2	4,4	41,3	5,0	21,9	5,6	15,5	3,5
Exportação	0,5	0,1	1,0	0,1	1,5	0,2	0,8	0,2	0,7	0,2
Outros <sup>1</sup>	3,6	0,5	25,7	3,3	14,8	1,8	7,3	1,9	8,5	1,9

<sup>1</sup>Refere-se a volume de vendas de outras mercadorias, tais como borra de óleo, ácido graxo, varreduras, soja, dentre outras.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## 11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

---

### Política de Crédito

De acordo com a nossa política de crédito, concedemos um prazo médio de pagamento de 30,5 dias contados da data de emissão da nota fiscal para nossos clientes. As grandes redes de supermercado, consideradas isoladamente, tiveram, em média, 37,3 dias para pagamento de suas compras, contados da data da emissão da respectiva nota fiscal. Durante os exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, a média de inadimplência de nossos clientes foi de, aproximadamente, 1,6%, 1,4% e 1,7% de nossa receita líquida, respectivamente. Em 30 de junho de 2005 e 2006, a média de inadimplência de nossos clientes foi de aproximadamente 1,1% e 1,0% de nossa receita líquida, respectivamente.

### Estrutura de Vendas e Distribuição

A quase totalidade das nossas vendas é efetuada no Brasil. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, 99,9%, 99,8% e 99,8% da nossa receita operacional bruta advieram de vendas realizadas no território nacional, respectivamente. Nos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, 92,7% e 99,8% de nossa receita operacional bruta advieram de vendas realizadas no território nacional, respectivamente.

No Brasil, nossas vendas são realizadas por meio da combinação de canais de vendas diretos e indiretos. Vendas diretas compreendem as vendas realizadas através de nossas filiais ou representantes comerciais, por meio do sistema de pronta-entrega e também por parte das vendas da equipe de pré-venda. As vendas indiretas compreendem as vendas realizadas por distribuidores terceirizados.

Nesse contexto, o mix de nosso faturamento bruto relativo às vendas diretas a consumidores e às vendas a intermediários é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de junho de	
	2003	2004	2005	2005	2006
Vendas Diretas a Consumidores	52,3%	50,3%	52,4%	52,2%	49,9%
Vendas a Intermediários	47,7%	49,7%	47,6%	47,8%	50,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Acreditamos que nossa extensa rede de vendas diretas e o nosso estreito relacionamento com os canais indiretos asseguram a nossa forte presença no território nacional e o contato próximo com os nossos clientes, criando um vínculo que garante a fidelização da nossa clientela e, ao mesmo tempo, aumentando a nossa base de clientes, o que nos permite ter um baixo grau de dependência das nossas vendas em relação às grandes redes.

Ainda no que se refere aos nossos canais de vendas diretos, produzimos itens dos segmentos de massas e margarinas para determinados distribuidores e indústrias que possuem suas próprias marcas. Nós nos referimos a esta atividade como produção de marcas de terceiros.

### *Vendas por Meio de Canais Diretos*

As vendas por meio de canais diretos são realizadas para varejistas e consumidores finais por vendedores próprios e representantes comerciais. Em 30 de junho de 2006, contávamos com 547 vendedores próprios e 37 representantes comerciais. A remuneração de cada vendedor interno é composta por um valor fixo e uma



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

## **11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO**

---

parcela variável que é determinada com uma combinação de diversos fatores de medição de desempenho tais como: valor vendido, índice de inadimplência da carteira, *mix* de produtos e número de clientes. Os representantes comerciais recebem, a título de remuneração, uma comissão baseada no total de vendas efetuadas e efetivamente recebidas.

Utilizamos, basicamente, dois sistemas de comercialização para o varejo tradicional (pequenos e médios comerciantes): o de pronta-entrega e o de pré-venda. Para atendimento às grandes redes de supermercados varejistas, o sistema mais adotado é o de pré-venda.

### ***Sistema de pronta-entrega***

De acordo com esse sistema, a venda e a entrega dos nossos produtos são realizadas no mesmo instante por nossa equipe de vendedores, que executam seu trabalho em veículos previamente abastecidos com os nossos produtos em uma de nossas unidades industriais ou comerciais. Nesse sistema, os veículos utilizados são dos próprios vendedores, os quais atuam com grande autonomia em relação ao atendimento aos clientes devendo, contudo, cumprir rotas e frequência de visitas, cujo cumprimento é garantido por supervisores que, alternadamente, acompanham os vendedores em suas rotas.

### ***Sistema de pré-venda***

De acordo com esse sistema, a venda é realizada por vendedores que utilizam motos, seguindo rotas pré-estabelecidas. Os pedidos são recepcionados e distribuídos por rotas previamente estabelecidas por nossa área de logística, que programa a entrega dos produtos nas condições contratadas com o cliente. As entregas dos produtos vendidos são realizadas com veículos nossos e de terceiros ou pelo próprio cliente, que pode efetuar a retirada daqueles em nossos estabelecimentos, dependendo do tipo de venda realizada, seja ela FOB (*Free on Board*) ou CIF (*Cost, Insurance and Freight*).

### ***Vendas por Meio de Canais Indiretos***

As vendas por meio de canais indiretos são realizadas a atacadistas e distribuidores que, mediante um limite de crédito, adquirem os nossos produtos e revendem a pequenos e médios comerciantes. Em 30 de junho de 2006, contávamos com, aproximadamente, 290 distribuidores indiretos.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### **11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO**

---

Com origem há mais de 60 anos, nossas atividades consistem na fabricação, comercialização e distribuição de produtos alimentícios, especificamente (i) biscoitos e massas, (ii) farinha e farelo de trigo, e (iii) margarinas e gorduras vegetais.

Somos líderes nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, em termos de volume de vendas, medido em toneladas, segundo dados da AC Nielsen. Também possuímos uma participação relevante no mercado brasileiro de farinha e farelo de trigo, uma das nossas principais matérias-primas, no qual acreditamos estar entre os três maiores participantes, em termos de volume de consumo, medido em toneladas. Além disso, desde 2002, atuamos no segmento de margarinas e gorduras vegetais, que usamos no nosso processo produtivo de biscoitos e massas, e também comercializamos. O Brasil é o nosso principal mercado, e foi responsável por 99,8% da nossa receita líquida em 2005.

Nós, a M. Dias Branco:

- produzimos a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos nossos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, fabricamos 89,7% da farinha de trigo e 65,6% de toda a margarina e gorduras vegetais utilizadas no nosso processo produtivo, o que acreditamos nos proporcionar significativos ganhos de sinergia operacional e integração de processos. Acreditamos que esta cadeia produtiva integrada nos permite um melhor planejamento da nossa produção, maior garantia da qualidade dos nossos produtos e melhor administração de nossos custos, aumentando nossa capacidade de praticar preços competitivos;
- em 30 de junho de 2006, tínhamos cerca de 33 mil clientes ativos. Nossas vendas são bastante pulverizadas, não havendo concentração significativa do volume de nossas vendas em nenhum cliente específico ou grupo de clientes específicos. Acreditamos que essa pulverização da nossa base de clientes tem nos conferido relevante liberdade na definição da nossa política de preços dos produtos, bem como da política de descontos comerciais. Também não dependemos individualmente de nenhum dos nossos fornecedores de nenhuma de nossas principais matérias-primas, o que nos dá grande flexibilidade na busca de opções de menor custo;
- temos uma ampla rede de distribuição dos nossos produtos, que inclui vendedores próprios, representantes comerciais e distribuidores, a qual cobre todos os Estados do Brasil. Essa rede nos permite ter expressiva presença nos principais centros consumidores do País. Nossos esforços de construção de sólido relacionamento de negócios com nossos clientes, aliados à pulverização da nossa base de clientes, têm nos permitido realizar vendas a prazo para nossos clientes com um nível de inadimplência que acreditamos ser pouco significativo;
- temos 10 unidades fabris localizadas em 6 Estados do País, que estão preparadas para a fabricação de vasta gama de produtos, o que nos dá relevante flexibilidade na definição do produto a ser fabricado dependendo do mercado consumidor onde a unidade estiver instalada, dos custos de logística e incentivos fiscais aplicáveis a cada unidade fabril. Seis das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de ICMS e 5 das nossas unidades fabris são beneficiadas por incentivos fiscais de IRPJ, o que tem contribuído para uma maior disponibilidade de caixa para os investimentos na nossa expansão;
- temos investido em tecnologia de ponta ao longo dos anos e contamos com diversas linhas de produtos sob as marcas Richester e Fortaleza – líderes de mercado nas regiões Nordeste e Norte – e sob as marcas Adria, Isabela, Basilar e Zabet – líderes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o que nos dá flexibilidade e permite oferecer uma variedade de produtos para mercados consumidores com demandas diferentes, a preços competitivos, e;

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

### 11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

---

- tivemos expressivo crescimento nos volumes de nossa produção, [medida em toneladas] e de nossas vendas nos anos de 2003, 2004, 2005 e no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, em razão dos fortes investimentos no aumento de capacidade de produção com a inauguração de dois novos complexos industriais (moinho e planta industrial) na Bahia e Paraíba - Grande Moinho Aratu e Grande Moinho Tambaú, respectivamente. Acreditamos que tais complexos nos colocam muito bem posicionados para: (i) explorarmos o potencial do crescimento de mercado, lançando mais produtos, incluindo aqueles de maiores margens de lucros, para reforçar nosso posicionamento; (ii) nos beneficiarmos de um nível maior de diluição de custos fixos derivados da operação das novas plantas à plena capacidade; (iii) nos beneficiarmos do aumento de renda e alta correlação de nosso setor com o crescimento econômico, e (iv) caso seja necessário, investirmos em ampliação de capacidade a custos marginais, em função da estrutura modular das novas plantas, com a estrutura civil já preparada para ampliações.

Nossa estrutura operacional é composta pela Companhia, com sede no Estado do Ceará, e nossa controlada, a Adria, com sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, as quais, em conjunto, contam com 16 unidades comerciais e 10 unidades industriais, estas localizadas nos Estados do Ceará (3 unidades), Rio Grande do Norte (1 unidade), Bahia (1 unidade), Paraíba (1 unidade), São Paulo (3 unidades) e Rio Grande do Sul (1 unidade).

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO										
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO		
01	IMÓVEL OPERACIONAL	RODOVIA BR 116, S/N, KM 18										
EUSEBIO	CE	508,050	99,716	30	NÃO	NÃO	NÃO					
SEDE FÁBRICA FORTALEZA - BISCOITOS E MASSAS												
02	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA JOSÉ SETÚBAL PESSOA, 255										
FORTALEZA	CE	53,332	19,535	9	NÃO	NÃO	NÃO					
FILIAL GME, FÁBRICA DE GORDURAS E MARGARINAS												
03	IMÓVEL OPERACIONAL	AV. HILDEBRANDO GOIS 1/117										
NATAL	RN	9,107	20,519	8	NÃO	NÃO	NÃO					
FILIAL GMP, FABRICAÇÃO DE FARINHA E FARELO DE TRIGO E MASSAS												
04	IMÓVEL DA UNIÃO	ESPLAN. DO MUCURIBE, S/N, PÁTIOS B1 E B2										
FORTALEZA	CE	9,655	33,678	9	SIM	NÃO	SIM	28/01/1997	28/01/2022			
FILIAL MOINHO DIAS BRANCO, FABRICAÇÃO DE FARINHA E FARELO DE TRIGO.												
05	IMÓVEL OPERACIONAL	RODOVIA BA-528, EST. BASE NAVAL DE ARATU										
SALVADOR	BA	368,982	117,726	4	NÃO	SIM	NÃO					
FILIAL GMA, FABRICAÇÃO DE FARINHA E FARELO DE TRIGO, MASSAS E BISCOITOS.												
06	IMÓVEL DA UNIÃO	RUA CONDE AUGUSTO CHIERICARTTE, LOTE DE6										
CABEDELO	PB	37,489	26,438	4	NÃO	NÃO	SIM	27/12/2002	27/12/2027			
FILIAL GMT, FABRICAÇÃO DE FARINHA E FARELO DE TRIGO E MASSAS												

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO								
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUIDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	
14 - OBSERVAÇÃO										
07	IMÓVEL OPERACIONAL	AV. MARECHAL DEODORO, 1198, CENTRO								
JABOTICABAL	SP	21,600	19,238	14	SIM	NÃO	NÃO			
FILIAL ADRIA JABOTICABAL, FABRICAÇÃO DE BISCOITO. A PROPRIEDADE ESTÁ ALIENADA FIDUCIARIAMENTE.										
08	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA SÃO FRANCISCO, 531, B. SANTO ANTÔNIO								
SÃO CAETANO DO SUL	SP	9,777	14,671	32	SIM	NÃO	NÃO			
SEDE ADRIA - FABRICAÇÃO DE MASSAS										
10	IMÓVEL OPERACIONAL	AV. PADRE CÍCERO, S/N, KM 02								
CRATO	CE	27,200	2,104	26	NÃO	NÃO	NÃO			
FILIAL CRATO - COMERCIAL										
11	IMÓVEL OPERACIONAL	ROD BR 101, SUL, KM 19/20, S/N, PRAZERES								
JABOATÃO	PE	12,531	5,893	5	NÃO	NÃO	SIM	01/07/2001	02/07/2008	
FILIAL MDB JABOATÃO - COMERCIAL										
12	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA JOSÉ DA COSTA PEREIRA, 54, Q900								
JOÃO PESSOA	PB	7,153	1,611	5	NÃO	NÃO	SIM	25/04/2001	01/05/2007	
FILIAL MDB JOÃO PESSOA - COMERCIAL										
13	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA DURVAL GOES MONTEIRO, 5207 B, TABULE								
MACEIÓ	AL	5,418	1,361	4	NÃO	NÃO	NÃO			
FILIAL MDB MACEIÓ - COMERCIAL										

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO										
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUIDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TERMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO		
14	IMÓVEL OPERACIONAL	ROD BR 325, 501, LOT. PORTAL DA CIDADE										
PETROLINA	PE	10,156	4,797	3	NÃO	NÃO	NÃO					
FILIAL MDB PETROLINA - COMERCIAL												
15	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA GUAJAJARA, 510, FORQUILHA										
SÃO LUÍS	MA	12,097	4,364	6	NÃO	NÃO	NÃO					
FILIAL MDB MARANHÃO - COMERCIAL												
16	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA DR. ALTINO TEXEIRA, 1012, QD. F										
SALVADOR	BA	6,390	4,158	8	NÃO	NÃO	NÃO					
FILIAL MDB SALVADOR - COMERCIAL												
17	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA MINISTRO PEDRO BORGES, 790 TABULETA										
TERESINA	PI	4,343	2,955	7	NÃO	NÃO	NÃO					
FILIAL MDB TERESINA - COMERCIAL												
18	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA ACELINO PIRES DE ANDRADE, 461										
VITÓRIA DA CONQUISTA	BA	2,060	1,682	3	NÃO	NÃO	NÃO					
FILIAL MDB VITÓRIA DA CONQUISTA - COMERCIAL												
19	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA SÃO FRANCISCO, 379, B. SANTO ANTÔNIO										
SÃO CAETANO DO SUL	SP	6,729	6,294	0	SIM	NÃO	NÃO					
FILIAL ADRIA SÃO CAETANO - COMERCIAL												

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO										
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUIDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO		
20	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA A, 221 PQ. INDUSTRIAL JORGE LANNER										
CANOAS	RS	4,000	1,500	2	SIM	NÃO	SIM	19/02/2004	01/03/2008			
FILIAL ADRIA CANOAS - COMERCIAL												
21	IMÓVEL OPERACIONAL	AV. BRASIL, 657, CENTRO										
LENÇÓIS PAULISTAS	SP	10,428	10,428	0	SIM	NÃO	NÃO					
FILIAL ADRIA LENÇÓIS PAULISTAS, FABRICAÇÃO DE BISCOITO.												
22	IMÓVEL OPERACIONAL	ROD. MARECHAL RONDON (SP300), KM 304										
LENÇÓIS PAULISTAS	SP	112,000	7,321	0	SIM	NÃO	NÃO					
FILIAL ADRIAL LENÇÓIS PAULISTAS - COMERCIAL												
23	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA ESPÍRITO SANTO, 440, B. BOTAFOGO										
BENTO GONÇALVES	RS	133,242	21,300	29	SIM	SIM	NÃO					
FILIAL ADRIA BENTO GONÇALVES, FABRICAÇÃO DE MASSAS E BISCOITOS												
24	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA ANTÔNIO MICHELON, 862, B. BOTAFOGO										
BENTO GONÇALVES	RS	1,000	1,000	4	SIM	NÃO	SIM	01/04/2002	31/03/2008			
FILIAL ADRIA BENTO GONÇALVES - DEPÓSITO												
25	IMÓVEL OPERACIONAL	RODOVIA WASHINGTON LUIZ, 5049										
DUQUE DE CAXIAS	RJ	0,120	0,120	2	SIM	NÃO	SIM	01/07/2004	01/07/2006			
FILIAL ADRIA RIO DE JANEIRO - COMERCIAL												

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)
		7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)
	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO
		10 - HIPOTECA
		11 - ALUGADA DE TERCEIROS
		12 - DATA DO CONTRATO
		13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO		
26	IMÓVEL OPERACIONAL	RUA SÃO FRANCISCO, 239
SÃO CAETANO DO SUL	SP	3,360
		3,360
		3
		SIM
		NÃO
		SIM
		01/03/2003
		31/03/2007
DEPÓSITO FILIAL ADRIA SÃO CAETANO DO SUL		



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS**

---

Não se aplica.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS**

---

Não se aplica.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

#### **14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO**

---

Em face dos significativos investimentos realizados nos últimos exercícios os quais possibilitaram um aumento da capacidade instalada de produção a M Dias Branco S.A. não possui, na data de hoje, nenhum projeto de investimentos que seja especificamente relevante.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO**

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL. PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	6,62	75,90	SIM	11.764	55.400
Item 01- O valor provisionado e o valor total das ações referem-se às ações judiciais de natureza trabalhista/cível em 30/06/2006.						
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,57	6,51	SIM	17.880	4.751
Item 02 - O valor provisionado engloba ações judiciais e administrativas, movidas a favor ou contra a Companhia em 30/06/2006. O valor total das ações engloba apenas as ações judiciais movidas contra a Empresa, motivo pelo qual seu valor encontra-se inferior ao valor provisionado.						
03	OUTRAS	0,19	2,19	SIM	1.517	1.602
Item 03- O valor provisionado e o valor total das ações referem-se à ação sobre o FGTS em 30/06/2006.						

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO**

---

---

**Controlada/Coligada : TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA**

---

A Empresa é líder no setor que atua.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**CONTROLADA/COLIGADA**

DENOMINAÇÃO SOCIAL TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA
--

**19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS**

---

---

**Controlada/Coligada : TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA**

---

Os seus principais clientes, estão relacionados à prestação de serviço de descarga de graneis sólidos. Os Clientes que responderam por mais de 10% das receitas líquidas totais no ano de 2005, estão assim elencados:

Item	Fornecedor	% s/ Total Compras
01	M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos	42%
02	Bunge Alimentos	19%
03	Grande Moinho Cearense	18%
04	J. Macedo Alimentos	16%

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO**

---

---

**Controlada/Coligada : TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA**

---

A empresa atua no segmento de operação portuária de graneis sólidos.



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

## 19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

---

**Controlada/Coligada : TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA**

---

### I - Apresentação

Este Relatório tem por objetivo registrar, em tópicos, as diversas atividades desenvolvidas pela TERGRAN - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., durante o exercício financeiro de 2005, demonstrando seu desempenho operacional e financeiro.

### II - Prestação de Serviços

Em 2005, a TERGRAN realizou 38 (trinta e oito) descargas de navios com trigo e 5 (cinco) descargas de navios com malte, totalizando, portanto, 43 (quarenta e três) descargas de navios, contra 38 (trinta e oito) em 2004.

Conforme registrado no Anexo 01, as descargas de trigo em 2005 totalizaram 724.312,652 toneladas, alcançando uma média de 19.060,859 toneladas por navio. Em relação a 2004, quando foram descarregadas 734.692,816, com urna média de 23.699,768 toneladas, constata-se um montante menor descarregado no período no total de 10.380,164 toneladas, representando um decréscimo de apenas 1,4%. Verificou-se ainda um decréscimo na média de produto descarregado por navio de 4.638,909 toneladas, representando um decréscimo de 19,6% em relação ao período anterior, em decorrência da intensificação da prática de utilização de navios destinados a dois portos.

Com relação às descargas de malte, em 2005 esses serviços continuaram em pequena monta, totalizando apenas 36.643,669 toneladas descarregadas, em 5 (cinco) serviços realizados, representando apenas 4,8% do total dos produtos descarregados (760.956,321 toneladas = trigo + malte).

A média da prancha efetiva de operação dos navios de trigo alcançou 9.227,32 toneladas/dia, observando-se em 9 (nove) navios prancha superior a 10.000 toneladas/dia, a maior delas chegando a 10.907 toneladas/dia, mas registrando-se 3 (três) descargas inferiores à prancha estabelecida pelo Porto de Fortaleza (7.200 toneladas/dia).

As atividades de agenciamento de navios envolveram 39 (trinta e nove) embarcações, sendo 38 (trinta e oito) no Porto de Fortaleza e 1 (uma) no Porto do Pecém.

### III - Faturamento

Conforme registrado no Balanço Patrimonial de 31.12.2005, os serviços prestados no exercício, após os descontos, resultaram no faturamento total de R\$7.244 mil, que, deduzidos os impostos (ISS, PIS e COFINS) no total de R\$793 mil, proporcionaram o faturamento líquido de R\$6.451 mil. O referido faturamento situou-se acima do nível dos dois anos anteriores - 2003 e 2004 (R\$6.053 mil e R\$6.124 mil, respectivamente), mas inferior a 2002 (R\$6.989 mil), sendo oportuno ressaltar que esses números guardam relação direta com o volume de produto recebido.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

## 19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

---

### **Controlada/Coligada : TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA**

---

Vale registrar que, conforme orientação traçada pelos sócios, a TERGRAN concedeu aos seus maiores clientes, em função dos volumes movimentados durante o exercício de 2005, descontos nos serviços faturados que totalizaram ao final do período o valor de R\$3.925 mil, representando um percentual de 38,5% de desconto sobre o total dos serviços prestados.

Ainda com relação ao faturamento, apesar de representarem pouco do total faturado (cerca de 2%), os serviços de agenciamento, além de serem importantes para a realização das operações, cumprem um papel nada desprezível do ponto de vista financeiro. A propósito, cabe registrar que o faturamento desses serviços em 2005 (R\$154,1 mil) foi superior ao que se despendeu com prolabore (R\$144 mil) no mesmo período.

#### **IV - Custos dos Serviços**

Na sua totalidade, os custos dos serviços representaram cerca de 73% do valor líquido dos serviços faturados no período, mas em termos monetários evoluíram 43,52% de 2002 a 2005, enquanto o IGP-M cresceu 28,30% e o INPC 26,39%, situando-se, portanto, acima desses indicadores econômicos, especialmente pelos seguintes fatores:

a) as despesas com manutenção até então contidas em função da prioridade pelo pagamento dos empréstimos, tiveram que ser efetuadas de forma a compensar aquelas contingenciadas ao longo do tempo, refletindo no período em relação ao primeiro ano, incrementos de 57,57% (2003), 30,73% (2004) e 140,34% (2005);

b) os custos de salários e os encargos apresentaram, no período, uma elevação de 40,34%, contra 26,39% do INPC, em função do aumento do quadro, especialmente na equipe de pinturas, até então com apenas um trabalhador (hoje são seis), a fim de proporcionar maior atenção às manutenções dos equipamentos, expostos a maresia;

c) com relação ao arrendamento, em 2005 a TERGRAN passou a pagar os ajustes semestrais cobrados pela Cia. Docas do Ceará, pela movimentação dos produtos armazenados no armazém 2 ao fim das descargas, por isso que no período essa despesa situou-se acima do IGP-M (60,35% contra 28,30%);

d) serviços de terceiros, compostos em sua maioria pelas despesas com mão-de-obra avulsa requisitada junto ao OGMO (Órgão Gestor de Mão-de-Obra Avulsa), cresceram no período 72,01%, fruto de aumentos concedidos a esses trabalhadores e da própria tarifa do OGMO, além da utilização de maior número de mão-de-obra avulsa;

e) por fim, a energia cresceu 65,22%, contra 28,30% do IGP-M.

Evidentemente, cabe aqui discorrer um pouco sobre os custos de manutenção deste terminal. A propósito, vale lembrar que o início das atividades do terminal ocorreu em setembro/1999, mediante utilização apenas dos Portalinos, operando para caçambas, e somente em setembro/2000, a TERGRAN operou o terminal por completo. Desta feita, nos primeiros anos de funcionamento do sistema o custo com sua manutenção foi evidentemente menor, não só por valer-se do menor tempo de uso desses equipamentos, mas principalmente porque dirigíamos na ocasião todos os nossos esforços para o pagamento dos financiamentos então vigentes. Nada obstante, no período considerado, a manutenção cuidou em corrigir os diversos defeitos de projeto das instalações e equipamentos, tanto na parte mecânica como na parte elétrica, bem como nas obras de engenharia civil (exemplo disso foi a reconstrução de diversos pilares de sustentação do piso inclinado do armazém). Doravante, esse custo tende a permanecer em torno do atual patamar (R\$38 mil).

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

## 19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

---

**Controlada/Coligada : TERGRAN-TERM. DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA**

---

### V - Lucro Líquido

O Lucro Líquido experimentou no período de 2003-2005 um declínio acentuado, passando de R\$844,47 mil em 2003 e R\$711,47 mil, em 2004, para R\$493,33 mil, em 2005, conformando-se, desta feita, com a orientação traçada pelos sócios. Assim, os benefícios diretos estão sendo repassados às sócias através dos descontos concedidos, reduzindo-se progressivamente as vantagens financeiras através do lucro líquido, seguindo as diretrizes tributárias aprovadas em reunião.

### VI – Origens e Aplicações dos Recursos

Durante o exercício de 2005, a TERGRAN lançou mão dos seguintes recursos e os aplicou conforme demonstrado a seguir:

<b>1. ORIGENS:</b> .....	<b>R\$1.494.995,66</b>
Lucro Líquido do Exercício .....	R\$ 493.327,39
Depreciação .....	R\$1.001.668,27
<b>2. APLICAÇÕES:</b> .....	<b>R\$ 997.349,68</b>
Aumento do Ativo Imobilizado.....	R\$ 12.269,74
Distribuição de Lucros .....	R\$ 985.079,94

Referente as origens e aplicações de recursos da empresa, tecemos os seguintes comentários:

- a) os serviços realizados proporcionaram a empresa um lucro líquido de R\$493,3 mil;
- b) durante o ano em comentário, a depreciação, mais urna vez, foi uma grande fonte de recursos (R\$1.001,7 mil), já acumulando em 31.12.2005 um crédito de R\$6.301,3 mil;
- c) o imobilizado cresceu apenas R\$12,3 mil;
- d) no período, a TERGRAN liquidou sua dívida bancária;
- e) durante o ano de 2005 foram repassados aos seus sócios um montante de R\$1.618 mil, sendo R\$633 mil, a título de juros sobre o capital próprio(líquido) e R\$985 mil de lucros acumulados de 2003 e 2004.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL FABRICA FORTALEZA INVESTMENTS INC
---

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

---

---

**Controlada/Coligada : FABRICA FORTALEZA INVESTMENTS INC**

---

Vide quadro 17.01 "Operações com Empresas Relacionadas", da controladora.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO**

---

---

**Controlada/Coligada : FABRICA FORTALEZA INVESTMENTS INC**

---

A Fábrica Fortaleza Investment é uma sociedade sediada no exterior e tem como objeto social a realização de investimento em ativos financeiros.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO**

---

**Controlada/Coligada : ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.**

---

Visto que a empresa atua nos mesmos segmentos de sua controladora, e que ambas estão inseridas no mesmo ambiente competitivo, a companhia define de forma consolidada as suas diretrizes competitivas, sendo estas demonstradas no quadro 11.03.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.
---

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES**

---

---

**Controlada/Coligada : ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.**

---

As matérias primas ou produtos essenciais ao negócio e os fornecedores que responderam por mais de 10% das compras totais no ano de 2005, estão assim elencados:

Item	Produto	Fornecedor	% s/ Total Compras
01	F. de Trigo Cinzas Max. 0.50/0.55	M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos	20,85%
02	Farinha de Trigo Cinzas Max. 0.70	M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos	12,12%

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS**

---

---

**Controlada/Coligada : ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.**

---

No ano de 2005, a empresa não apresentou clientes que compreendessem mais de 10% da sua receita bruta de vendas, sendo que o seu maior cliente respondeu por 4,9% do total de suas vendas.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

---

**Controlada/Coligada : ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.**

---

Vide quadro 17.01 "Operações com Empresas Relacionadas", da controladora.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

### 19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

---

#### **Controlada/Coligada : ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.**

---

A Adria Alimentos do Brasil iniciou suas atividades em 08 de agosto de 1957, tem sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, e desenvolve as seguintes atividades: a industrialização e o comércio de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas, sendo líder nas regiões Sudeste e Sul do País.

Adquirimos a Adria em 22 de setembro de 2003, sendo que o preço de compra foi integralmente pago em 23 de dezembro de 2003. A compra da Adria foi efetivada por meio de uma subsidiária nossa à época, a Green Jungle Limited. A Green Jungle Limited, dissolvida em 29 de julho de 2006, era uma controlada da Green Jungle Brasil, nossa controlada até 30 de agosto de 2006, quando foi incorporada pela Adria.

Visto que a empresa atua nos mesmos segmentos de sua controladora e que ambas estão inseridas no mesmo ambiente competitivo, a companhia define de forma consolidada as suas diretrizes competitivas. Portanto, o posicionamento da controlada no processo competitivo está inserido no âmbito da análise de posicionamento da controladora.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO**

---

---

**Controlada/Coligada : ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.**

---

Como as informações de desempenho da empresa estão sendo tratadas de forma consolidada com os da sua controladora, verificar os quadros 14.02 “Informações recomendáveis, mas não obrigatórias” e 14.03 “Outras informações consideradas importantes para o melhor entendimento da Companhia”.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO**

---

---

**Controlada/Coligada : M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC**

---

A empresa não operou no ano de 2005.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES**

---

---

**Controlada/Coligada : M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC**

---

A empresa não operou no ano de 2005.

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS**

---

---

**Controlada/Coligada : M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC**

---

A empresa não operou no ano de 2005.



---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

---

---

**Controlada/Coligada : M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC**

---

Vide quadro 17.01 "Operações com Empresas Relacionadas", da controladora.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**CONTROLADA/COLIGADA**

DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC
---

**19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
1	Ativo Total	1.604	36	0
1.01	Ativo Circulante	0	0	0
1.01.01	Disponibilidades	0	0	0
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	1.604	36	0
1.03.01	Investimentos	1.604	36	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**CONTROLADA/COLIGADA**

DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC
---

**19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 -
2	Passivo Total	1.604	36	0
2.01	Passivo Circulante	32	36	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	32	36	0
2.01.08	Outros	0	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.572	0	0
2.05.01	Capital Social Realizado	0	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.572	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC
---

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	0	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	0	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	0	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	1.572	0	0
3.12.01	Participações	1.572	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.572	0	0
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	1	1	0
	LUCRO POR AÇÃO	1.572.00000	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC
---

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	1.572	1.572
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	0	0	0	0	1.572	1.572

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO**

---

---

**Controlada/Coligada : M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC**

---

A M. Dias Branco International Trading é uma sociedade sediada no exterior e tem como objeto social a intermediação da compra de matéria-prima (trigo e óleo vegetal) para a M Dias Branco S.A..

---

99999-9 M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS 07.206.816/0001-15

---

---

**19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO**

---

---

**Controlada/Coligada : M DIAS BRANCO INTERNACIONAL TRADING LLC**

---

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO SA IND E COM DE ALIMENTOS	3 - CNPJ 07.206.816/0001-15
---------------------------	---	--------------------------------

**CONTROLADA/COLIGADA**

DENOMINAÇÃO SOCIAL M DIAS BRANCO INTERN TRADING URUGUAY S.A
--

**19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		



#### Parte IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e respectivo parecer dos auditores independentes.....	346
Balancos patrimoniais consolidados <i>pro forma</i> e demonstrações de resultados consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e respectivo parecer dos auditores independentes, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados inclusos na pág. 350 deste Prospecto Definitivo (nota explicativa 19, anexos I e II) .....	394
Informações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes.....	398
Demonstrações de resultados consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativas aos períodos de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes, constantes das informações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados inclusas na pág. 413 deste Prospecto Definitivo (nota explicativa 20) .....	462
Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2006, e respectivo parecer dos auditores independentes comparadas com as informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2005, não auditadas .....	469
Balanco patrimonial consolidado <i>pro forma</i> e demonstrações de resultados consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativos ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2006, e respectivo parecer dos auditores independentes comparados com as informações financeiras consolidadas <i>pro forma</i> da Companhia relativas ao período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2005, não auditadas, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para os períodos indicados inclusos na pág. 473 deste Prospecto Definitivo (nota explicativa 19, anexos I e II) .....	515
Informações financeiras da Adria Alimentos Ltda. relativas aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2005 e 2006 e, em 30 de junho de 2005 e 2006, e respectivo relatório de revisão especial dos auditores independentes.....	523

[página intencionalmente deixada em branco]

**M. Dias Branco Indústria e Comércio de  
Alimentos Ltda.**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

[página intencionalmente deixada em branco]

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

### Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	350
Balancos patrimoniais	352
Demonstrações de resultados	353
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	354
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	355
Notas explicativas às demonstrações financeiras	356
Anexo I - Balancos patrimoniais consolidados “pro forma”	394
Anexo II - Demonstrações consolidadas dos resultados “pro forma”	395

[página intencionalmente deixada em branco]

## Parecer dos auditores independentes

Aos  
Administradores e aos Quotistas da  
M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.  
Fortaleza - CE

- 1** Examinamos os balanços patrimoniais da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (“a Empresa”) e os balanços patrimoniais consolidados dessa Empresa e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2** Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Examinamos, também, o balanço patrimonial consolidado “pro forma” em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 e as demonstrações consolidadas dos resultados “pro forma” dos exercícios findos naquelas datas (demonstrações financeiras consolidadas “pro forma”) apresentados nos Anexos I e II às notas explicativas. Essas demonstrações financeiras “pro forma” são derivadas das demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo e consideram os ajustes apurados conforme critérios e premissas descritos na Nota Explicativa 19 - Demonstrações Financeiras Consolidadas “pro forma”, com o objetivo de demonstrar os efeitos, nas demonstrações financeiras históricas, caso a cisão parcial mencionada na Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes - e a aquisição da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda. (Adria) descrita na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2003. Todavia, essas demonstrações financeiras “pro forma” não são, necessariamente, indicativas dos resultados das operações nem dos respectivos impactos na posição patrimonial e financeira da Empresa, que teriam sido obtidos caso a cisão e a aquisição mencionadas tivessem efetivamente ocorrido naquela data. As demonstrações financeiras consolidadas “pro forma” foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras consolidadas históricas referidas no primeiro parágrafo. Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras consolidadas “pro forma” estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em relação às demonstrações financeiras históricas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.
- 5 Conforme mencionado na Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes, como parte de uma reorganização societária, foi efetuada uma cisão parcial do acervo patrimonial da Empresa. Essa reestruturação societária pode vir a ser questionada pelos credores da Empresa, dentro do prazo estabelecido por lei, caso entendam que esse evento resulte em um eventual descumprimento de cláusula contratual. Nessa situação, tais credores poderiam exigir o vencimento antecipado das dívidas mantidas pela Empresa, o que poderia alterar a classificação desses passivos.

17 de maio de 2006

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6-S-CE

Adelino Dias Pinho  
Contador CRC SP097869/O-6-S-CE

Carlos Augusto Pires  
Contador CRC 1SP184830/O-7-S-CE





# M. Dias Branco Indústria e Comercio de Alimentos Ltda.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por quota)

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
<b>Receita operacional bruta</b>						
Venda de produtos	1.234.922	1.220.027	941.350	1.600.176	1.562.159	1.007.863
<b>Deduções</b>						
Impostos e deduções sobre as vendas	(315.043)	(370.322)	(211.488)	(386.965)	(412.079)	(222.133)
<b>Receita operacional líquida</b>	919.879	849.705	729.862	1.213.211	1.150.080	785.730
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	(539.366)	(554.854)	(486.446)	(685.708)	(727.103)	(527.101)
<b>Lucro bruto</b>	380.513	294.851	243.416	527.503	422.977	258.629
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>						
Vendas	(139.479)	(119.230)	(90.157)	(242.769)	(196.226)	(101.683)
Administrativas e gerais	(57.442)	(50.128)	(40.475)	(74.785)	(88.636)	(43.348)
Despesas financeiras	(147.765)	(131.551)	(56.518)	(154.542)	(140.671)	(58.723)
Receitas financeiras	172.887	148.227	58.319	196.662	160.289	84.688
Despesas tributárias	(21.997)	(26.045)	(18.417)	(39.961)	(25.377)	(17.194)
Resultado da equivalência patrimonial	13.816	4.837	14.574	-	-	-
Despesas com depreciação e amortização	(12.126)	(7.765)	(6.366)	(19.922)	(15.627)	(17.791)
Outras despesas operacionais	(32.955)	(1.000)	(6.695)	(32.775)	(876)	(6.755)
<b>Lucro operacional</b>	155.452	112.196	97.681	159.411	115.853	97.823
Resultado não operacional	(131)	(107)	(102)	41	(559)	(113)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	155.321	112.089	97.579	159.452	115.294	97.710
Imposto de renda e contribuição social	(55.225)	(43.478)	(46.885)	(59.354)	(47.322)	(47.015)
<b>Lucro líquido antes das participações minoritárias</b>	100.096	68.611	50.694	100.098	67.972	50.695
<b>Participações minoritárias</b>	-	-	-	(2)	-	1
<b>Lucro líquido do exercício</b>	100.096	68.611	50.694	100.096	67.972	50.696
<b>Lucro líquido por quota - R\$</b>	0,17	0,12	0,10			
<b>Quantidade de quotas ao final do exercício</b>	604.000.000	565.000.000	520.000.000			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de capital</u>				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva especial	Reservas de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2003</b>	460.162	41.452	17.336	85.110	290.523	894.583
Ajustes de exercícios anteriores	-	4.170	-	-	(4.170)	-
Aumento de capital	59.838	(28.241)	-	(31.597)	-	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	16.931	-	-	-	16.931
Reserva de Subvenção - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual	-	15.428	-	-	-	15.428
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.694	50.694
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(16.194)	(16.194)
Destinações:						
Reserva legal	-	-	-	2.216	(2.216)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	2.216	(2.216)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	27.605	(27.605)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b>	<b>520.000</b>	<b>49.740</b>	<b>17.336</b>	<b>85.550</b>	<b>288.816</b>	<b>961.442</b>
Aumento de capital	45.000	(45.000)	-	-	-	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	19.698	-	-	-	19.698
Reserva de Subvenção - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual	-	16.029	-	-	-	16.029
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.611	68.611
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(61.821)	(61.821)
Destinações:						
Reserva legal	-	-	-	1.992	(1.992)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	1.992	(1.992)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	541	(541)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>565.000</b>	<b>40.467</b>	<b>17.336</b>	<b>90.075</b>	<b>291.081</b>	<b>1.003.959</b>
Aumento de capital	39.000	(39.000)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(807)	-	807	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	28.449	-	-	-	28.449
Reserva de Subvenção - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual	-	30.189	-	-	-	30.189
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	100.096	100.096
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(16.194)	(16.194)
Destinações:						
Reserva legal	-	-	-	4.697	(4.697)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	4.697	(4.697)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.462	(3.462)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>604.000</b>	<b>60.105</b>	<b>16.529</b>	<b>102.931</b>	<b>362.934</b>	<b>1.146.499</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M. Dias Branco Indústria e Comercio de Alimentos Ltda.

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
<b>Origens dos recursos</b>						
<b>Das operações</b>						
Lucro líquido do exercício	100.096	68.611	50.694	100.096	67.972	50.696
<b>Itens que não afetam o capital circulante</b>						
Depreciação e amortização	41.976	32.035	32.976	49.928	33.185	47.714
Custo de ativos permanentes baixados	2.397	447	1.257	2.397	447	2.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.152)	-	(2.121)	(8.151)	(330)	(2.121)
Provisão para passivo a descoberto	-	(561)	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(13.816)	(4.837)	(14.517)	-	-	-
Provisões para contingências	15.158	-	5.641	15.158	7.532	5.641
Variações cambiais sobre investimentos e empresas ligadas no exterior	12.653	14.226	18.851	12.653	14.226	18.851
Variações monetárias de longo prazo	(121)	(140)	(520)	(178)	(141)	(519)
Participações minoritárias	-	-	-	92	(31)	(8)
<b>Recursos originados das operações</b>	<b>150.191</b>	<b>109.781</b>	<b>92.261</b>	<b>171.995</b>	<b>122.860</b>	<b>122.551</b>
<b>De acionistas</b>						
Aumento de capital em dinheiro	-	-	-	-	-	-
<b>De terceiros</b>						
Incentivos fiscais - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual	30.189	16.029	15.428	30.189	16.029	15.428
Incentivos fiscais do imposto de renda	28.449	19.698	16.931	28.449	19.698	16.931
Dividendos recebidos	329	-	-	-	-	-
Redução de capital em controladas	56.573	21.657	12.932	-	-	-
Redução do realizável a longo prazo	9.595	-	-	-	-	-
Aumento do exigível a longo prazo	75.683	146.564	86.573	86.748	196.514	125.286
<b>Total das origens</b>	<b>200.818</b>	<b>203.948</b>	<b>131.864</b>	<b>145.386</b>	<b>232.241</b>	<b>157.645</b>
<b>Aplicações dos recursos</b>						
Aquisições de bens do imobilizado	61.833	234.069	150.603	123.163	259.801	164.839
Adições no ativo diferido	5.740	5.180	2.850	6.396	4.283	2.850
Aplicações em investimentos	55.710	652	114.080	23	59	69.649
Efeitos líquidos da aquisição da Adria	-	-	-	-	-	99.888
Transferências para curto prazo de empréstimos e financiamentos de longo prazo	63.352	43.419	114.995	63.352	81.016	114.995
Aumento do realizável a longo prazo	-	1.605	42.320	8.240	2.636	12.434
Dividendos propostos	16.194	61.821	16.194	16.194	61.821	16.194
<b>Total das aplicações</b>	<b>202.829</b>	<b>346.746</b>	<b>441.042</b>	<b>217.368</b>	<b>409.616</b>	<b>480.849</b>
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	<b>148.180</b>	<b>(33.017)</b>	<b>(216.917)</b>	<b>100.013</b>	<b>(54.515)</b>	<b>(200.653)</b>
<b>Demonstração das variações no capital circulante líquido</b>						
<b>Ativo circulante</b>						
No fim do exercício	918.851	687.896	650.214	1.028.885	830.948	820.234
No início do exercício	687.896	650.214	569.629	830.948	820.234	676.785
	230.955	37.682	80.585	197.937	10.714	143.449
<b>Passivo circulante</b>						
No fim do exercício	456.473	373.698	302.999	508.866	410.942	345.713
No início do exercício	373.698	302.999	5.497	410.942	345.713	1.611
	82.775	70.699	297.502	97.924	65.229	344.102
<b>Total</b>	<b>148.180</b>	<b>(33.017)</b>	<b>(216.917)</b>	<b>100.013</b>	<b>(54.515)</b>	<b>(200.653)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

*(Em milhares de Reais)*

#### 1 Contexto operacional

M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (“a Empresa”) iniciou suas atividades em 1961 na cidade de Fortaleza - CE, e tem por objeto social entre outros, atuar na industrialização e comércio de massas e de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, macarrão e farinha de trigo. A Empresa atua ainda nas seguintes atividades:

- a. Fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas e óleos vegetais;
- b. Importação, industrialização e comércio de trigo, milho, ração animal e outros cereais, bem como de mercadorias para revenda;
- c. Importação de matérias-primas, materiais secundários e materiais de embalagem destinados ao seu processo de produção; e
- d. Construção, arrendamento, exploração e operação de instalações portuárias por meio de empresas controladas. Conforme mencionado na nota 20 - Eventos Subseqüentes, as atividades de construção, exploração e operação de instalações portuárias foram cindidas em 31 de março de 2006.

#### *Principais desenvolvimentos recentes*

No mês de abril de 2002 foi inaugurada na cidade de Fortaleza - CE a unidade “Gorduras e Margarinas Especiais” (GME) destinada à fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas e óleos vegetais.

Em dezembro de 2003, iniciou a operação da unidade “Grande Moinho Aratu” (GMA) na cidade de Salvador - BA, a qual compreende as atividades de industrialização e fabricação de farinha de trigo, bem como a produção e comercialização de massas e biscoitos.

A empresa opera atualmente com seis unidades produtivas situadas em quatro estados da região Nordeste do Brasil, além de outras dezesseis filiais destinadas à armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas em nove estados do Nordeste, além de uma filial na cidade de São Caetano do Sul - SP.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Em 22 de setembro de 2003, foi adquirida por meio da sociedade controlada Green Jungle Limited a totalidade das quotas da empresa Adria Alimentos do Brasil Ltda. (Adria), com sede na cidade de São Caetano do Sul - SP, com objetivo de consolidar e ampliar a atuação da Empresa nos mercados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A Adria Alimentos opera atualmente com quatro unidades de produção e seis outras filiais destinadas à armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas em quatro estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de uma filial em Salvador - BA.

A Empresa detém, dentre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar e Zabet.

Em 31 de março de 2006, quotistas representando a totalidade do capital social da Empresa aprovaram em assembléia geral extraordinária a cisão parcial do acervo patrimonial da Empresa e posterior incorporação da parcela cindida pela sociedade DIBRA Participações Ltda. (anteriormente DIBRA - Distribuidora Brasileira de Alimentos Ltda.), conforme descrito na Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

A comparação entre os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras deve considerar os efeitos da cisão parcial mencionados na Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes e da aquisição da controlada Adria, conforme mencionado na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional. No intuito de permitir essa melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, a Empresa apresenta na Nota Explicativa 19 - Demonstrações Financeiras Consolidadas “pro forma”, balanços patrimoniais e demonstrações de resultados “pro forma” para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **Resumo das principais práticas contábeis**

#### *a. Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

#### *b. Estimativas contábeis*

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### *c. Moeda estrangeira*

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para as subsidiárias localizadas no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

#### *d. Ativos circulante e realizável a longo prazo*

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- **Provisão para devedores duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

*e. Permanente*

- **Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial acrescido de ágio, quando aplicável.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 8 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- **Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período estimado de benefício futuro dos ativos intangíveis. O ativo diferido é registrado quando há uma perspectiva de aumento dos benefícios econômicos futuros relacionados a esse ativo.

*f. Passivos circulante e exigível a longo prazo*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

*g. Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

*h. Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2003, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação					
	2005		2004		2003	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (a)	99,43	-	99,43	-	99,43	-
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a) (c)	33,33	-	33,33	-	33,33	-
Fábrica Fortaleza Investments Inc. (b)	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Green Jungle Limited (b)	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Terminal Portuário Cotegipe Ltda. (a)	99,86	-	94,81	-	94,81	-
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	39,43	60,56	-	99,99	-	100,00
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-	-	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00	-	-
Green Jungle Investimentos Brasil Ltda.	99,99	-	-	-	-	-
Porto Cotegipe Logística Ltda. (a)	51,00	-	-	-	-	-

(a) Investimentos cindidos em 31 de março de 2006, conforme comentado na Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes.

(b) Investimentos no exterior.

(c) Investimento com controle compartilhado.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas nos exercícios anteriores.

#### ***Descrição dos principais procedimentos de consolidação***

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque para participações de minoritários.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	<u>Resultado do exercício</u>			<u>Patrimônio líquido</u>		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Controladora	100.096	68.611	50.694	1.146.499	1.003.959	961.442
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	_____ -	( 639)	_____ 2	( 639)	( 640)	_____ -
Consolidado	<u>100.096</u>	<u>67.972</u>	<u>50.696</u>	<u>1.145.860</u>	<u>1.003.319</u>	<u>961.442</u>

## 4 Disponibilidades

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Caixa e bancos	32.295	34.554	36.742	34.790	36.416	42.936
Aplicações financeiras em renda fixa	405.096	122.509	115.136	408.925	139.250	115.639
Aplicações financeiras no exterior	<u>234.394</u>	<u>279.561</u>	<u>291.818</u>	<u>256.756</u>	<u>356.157</u>	<u>391.409</u>
	<u>671.785</u>	<u>436.624</u>	<u>443.696</u>	<u>700.471</u>	<u>531.823</u>	<u>549.984</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que em média representaram 96,48% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,12% em 2004 e 105,48% em 2003) e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxa média de 8,60% ao ano (8,76% ao ano em 2004 e 8,14% ao ano em 2003) mais variação cambial do dólar norte-americano.

### 5 Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Circulante:						
No País	105.694	80.953	56.917	152.653	122.052	105.789
No exterior	-	-	-	13.519	687	210
Menos:						
Provisão para devedores duvidosos	( 4.600)	( 598)	( 598)	( 10.250)	( 6.237)	( 6.237)
	<u>101.094</u>	<u>80.355</u>	<u>56.319</u>	<u>155.932</u>	<u>116.502</u>	<u>99.762</u>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes com saldos em atraso, levando-se em consideração o conhecimento da administração do mercado de atuação da Empresa, o histórico e as garantias envolvidas em cada situação.

### 6 Estoques

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Produtos acabados	20.594	19.547	23.882	30.710	26.849	32.862
Produtos em elaboração	7.393	5.756	3.732	9.870	5.756	3.733
Matérias-primas	53.623	76.461	54.047	55.854	78.510	55.806
Materiais auxiliares e de manutenção	3.434	2.995	1.584	6.064	4.711	2.833
Materiais de embalagens e almoxarifado	25.639	16.979	14.070	30.931	19.769	18.517
Importações em andamento	<u>12.197</u>	<u>28</u>	<u>23.969</u>	<u>12.197</u>	<u>6</u>	<u>23.969</u>
	<u>122.880</u>	<u>121.766</u>	<u>121.284</u>	<u>145.626</u>	<u>135.601</u>	<u>137.720</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 7 Investimentos

#### a. Composição dos saldos

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Participações em empresas controladas	173.522	175.226	205.711	-	-	-
Saldo de ágio apurado na aquisição de controladas	2.313	2.313	2.313	53.086	59.890	64.983
Investimentos de natureza permanente em imóveis	53.821	53.294	52.841	53.954	53.447	52.981
Outros, líquidos de provisão	<u>8.262</u>	<u>7.591</u>	<u>6.917</u>	<u>6.081</u>	<u>6.089</u>	<u>5.925</u>
	<u>237.918</u>	<u>238.424</u>	<u>267.782</u>	<u>113.121</u>	<u>119.426</u>	<u>123.889</u>

#### b. Movimentação dos investimentos em controladas

	Petroposto Ltda.	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltd.	Term. Port. Cotegipe Ltda.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil ltda.	Porto Cotegipe Logística Ltda.	M.Dias Branco Investme nt	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2003	1.403	2.003	68.471	-	-	-	-	-	35.538	107.415
Equivalência patrimonial	170	281	17.276	(12.124)	-	-	-	-	8.971	14.574
Ágio	-	-	-	63.285	-	-	-	-	-	63.285
Aquisições	-	-	-	50.329	-	-	-	-	-	50.329
Variação cambial	-	-	(12.482)	47	-	-	-	-	(6.183)	(18.618)
Devolução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.274)	(11.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	<u>1.573</u>	<u>2.284</u>	<u>73.265</u>	<u>101.537</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.052</u>	<u>205.711</u>

	Petroposto Ltda.	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltd.	Term. Port. Cotegipe Ltda.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil ltda.	Porto Cotegipe Logística Ltda.	M.Dias Branco Investme nt	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2004	1.573	2.284	73.265	101.537	-	-	-	-	27.052	205.711
Equivalência patrimonial	46	237	(392)	4.808	(561)	-	-	-	699	4.837
Variação cambial	-	-	(4.302)	(7.874)	-	-	-	-	(2.048)	(14.226)
Devolução do capital	-	-	(16.781)	(3.929)	-	-	-	-	(947)	(21.657)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	561	-	-	-	-	561
Saldo em 31 de dezembro de 2004	<u>1.619</u>	<u>2.521</u>	<u>51.790</u>	<u>94.542</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.756</u>	<u>175.226</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Petroposto Ltda.	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltd.	Term. Port. Cotegipe Ltda.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil ltda.	Porto Cotegipe Logística Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	M.Dias Branco Investment	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2005	1.619	2.521	51.790	94.542	-	-	-	-	-	24.756	175.226
Equivalência patrimonial	216	164	2.841	11.461	661	1.569	-	-	(3.292)	196	13.816
Aquisições	-	-	-	-	22.666	3	10	25	32.000	-	54.704
Variação cambial	-	-	(2.150)	(11.122)	-	-	-	-	-	619	(12.653)
Devolução do capital	-	-	(31.004)	-	-	-	-	-	-	(25.571)	(56.573)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	(669)	-	-	-	-	-	(669)
Dividendos	-	(329)	-	-	-	-	-	-	-	-	(329)
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>1.835</u>	<u>2.356</u>	<u>21.477</u>	<u>94.881</u>	<u>22.658</u>	<u>1.572</u>	<u>10</u>	<u>25</u>	<u>28.708</u>	<u>-</u>	<u>173.522</u>

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e na mais valia de ativos. A amortização do ágio é registrada em função do prazo das projeções de rentabilidade futura, que são revisadas anualmente, e que não supera o período de dez anos. A amortização do ágio oriundo da mais valia dos ativos está sendo registrada em função do prazo de vida útil daqueles ativos.

## 8 Imobilizado

### Controladora

	Taxa de depreciação % a.a.	2003		
		Custo	Depreciação	Líquido
Edificações	4	87.221	(22.321)	64.900
Máquinas e equipamentos	10	318.668	(138.937)	179.731
Móveis e utensílios	10	10.178	( 4.433)	5.745
Veículos	25	28.705	(19.103)	9.602
Equipamentos de computação	20	8.687	( 5.169)	3.518
Instalações	10	24.447	( 6.372)	18.075
Terrenos		18.237	-	18.237
Benfeitorias	4	13.860	( 3.300)	10.560
Marcas e patentes		612	-	612
Obras em andamento		100.308	-	100.308
Peças e materiais de reposição	10	327	( 131)	196
Importações em andamento		1.424	-	1.424
Adiantamentos a fornecedores		30.721	-	30.721

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Taxa de depreciação % a.a.	2003		
		Custo	Depreciação	Líquido
(-) Provisão para desvalorização		-	-	-
Outros		<u>1.049</u>	<u>-</u>	<u>1.049</u>
		<u>644.444</u>	<u>(199.766)</u>	<u>444.678</u>

### Consolidado

	Taxa de depreciação % a.a.	2003		
		Custo	Depreciação	Líquido
Edificações	4	109.239	( 30.298)	78.940
Máquinas e equipamentos	10	401.303	(193.145)	208.158
Móveis e utensílios	10	11.460	( 5.173)	6.287
Veículos	25	34.060	( 23.578)	10.482
Equipamentos de computação	20	10.327	( 6.239)	4.088
Instalações	10	27.134	( 8.144)	18.990
Terrenos		21.102	-	21.102
Benfeitorias	4	13.860	( 3.300)	10.560
Marcas e patentes		612	-	612
Obras em andamento		106.806	-	106.806
Peças e materiais de reposição	10	327	( 132)	196
Importações em andamento		1.424	-	1.424
Adiantamentos a fornecedores		30.960	-	30.960
(-) Provisão para desvalorização		( 755)	-	( 755)
Outros		<u>1.064</u>	<u>-</u>	<u>1.064</u>
		<u>768.923</u>	<u>(270.009)</u>	<u>498.914</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Controladora

	Taxa de depreciação % a.a.	2004			2003
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	156.807	( 25.821)	130.987	64.900
Máquinas e equipamentos	10	437.563	(156.846)	280.716	179.731
Móveis e utensílios	10	14.206	( 5.202)	9.004	5.745
Veículos	25	33.131	(21.785)	11.346	9.602
Equipamentos de computação	20	11.505	( 6.184)	5.321	3.518
Instalações	10	47.617	(10.019)	37.598	18.075
Terrenos		18.461	-	18.461	18.237
Benfeitorias	4	14.049	( 3.883)	10.166	10.560
Marcas e patentes		639	-	639	612
Obras em andamento		125.991	-	125.991	100.308
Peças e materiais de reposição	10	554	( 184)	370	196
Importações em andamento		557	-	557	1.424
Adiantamentos a fornecedores		16.854	-	16.854	30.721
(-) Provisão para desvalorização		-	-	-	-
Outros		<u>117</u>	<u>-</u>	<u>117</u>	<u>1.049</u>
		<u>878.051</u>	<u>(229.924)</u>	<u>648.127</u>	<u>444.678</u>

### Consolidado

	Taxa de depreciação % a.a.	2004			2003
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	178.676	( 34.799)	143.877	78.940
Máquinas e equipamentos	10	523.117	(215.113)	308.004	208.158
Móveis e utensílios	10	15.827	( 6.082)	9.745	6.287
Veículos	25	38.577	( 26.243)	12.334	10.482
Equipamentos de computação	20	13.511	( 7.240)	6.271	4.088
Instalações	10	49.306	( 11.300)	38.006	18.990
Terrenos		21.304	-	21.304	21.102
Benfeitorias	4	14.490	( 3.889)	10.601	10.560
Marcas e patentes		639	-	639	612
Obras em andamento		155.201	-	155.201	106.806
Peças e materiais de reposição	10	554	( 183)	371	196
Importações em andamento		557	-	557	1.424
Adiantamentos a fornecedores		17.030	-	17.030	30.960
Ágio na aquisição de ex-minotários		-	-	-	-
(-) Provisão para desvalorização		( 755)	-	( 755)	( 755)
Outros		<u>117</u>	<u>-</u>	<u>117</u>	<u>1064</u>
		<u>1.028.151</u>	<u>(304.849)</u>	<u>723.302</u>	<u>498.914</u>



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Controladora

	Taxa de depreciação % a.a.	2005			2004
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	237.926	( 32.149)	205.777	130.987
Máquinas e equipamentos	10	463.111	(179.935)	283.176	280.716
Móveis e utensílios	10	17.852	( 6.031)	11.821	9.004
Veículos	25	38.644	(24.957)	13.687	11.346
Equipamentos de computação	20	15.344	( 6.836)	8.508	5.321
Instalações	10	61.978	(14.469)	47.509	37.598
Terrenos		18.567	-	18.567	18.461
Benfeitorias	4	14.288	( 4.471)	9.817	10.166
Marcas e Patentes		943	-	943	639
Obras em andamento		59.747	-	59.747	125.991
Peças e materiais de reposição	10	949	( 248)	701	370
Importações em andamento		1.382	-	1.382	557
Adiantamentos a fornecedores		8.379	-	8.379	16.854
(-) Provisão para desvalorização		-	-	-	-
Outros		<u>1.251</u>	<u>-</u>	<u>1.251</u>	<u>117</u>
		<u>940.361</u>	<u>(269.096)</u>	<u>671.265</u>	<u>648.127</u>

### Consolidado

	Taxa de depreciação % a.a.	2005			2004
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	259.826	(42.119)	217.707	143.877
Máquinas e equipamentos	10	562.362	(242.943)	319.419	308.004
Móveis e utensílios	10	19.974	(7.051)	12.923	9.745
Veículos	25	44.660	(29.793)	14.868	12.335
Equipamentos de computação	20	17.559	(8.180)	9.379	6.271
Instalações	10	63.837	(15.832)	48.005	38.006
Terrenos		21.375	-	21.375	21.304
Benfeitorias	4	14.905	(4.495)	10.410	10.601
Marcas e Patentes		1.318	-	1.318	639
Obras em andamento		119.358	-	119.358	155.201
Peças e materiais de reposição	10	949	(248)	701	371
Importações em andamento		2.520	-	2.520	557
Adiantamentos a fornecedores		22.176	-	22.176	17.029
(-) Provisão para desvalorização		(755)	-	(755)	(755)
Outros		<u>1.250</u>	<u>-</u>	<u>1.249</u>	<u>117</u>
		<u>1.151.314</u>	<u>(350.661)</u>	<u>800.653</u>	<u>723.302</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

A Empresa aplicou recursos na construção de imóveis e adquiriu máquinas e equipamentos por meio de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estes bens encontram-se alienados ao BNDES em garantia dos respectivos financiamentos.

A Controladora M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. capitalizou nos anos de 2004 e 2005 nas contas de máquinas, equipamentos e edificações, os encargos financeiros sobre financiamentos no montante total de R\$ 27.133, incorridos durante a fase de construção da filial Grande Moinho Aratu (GMA).

### **9 Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Empresa e suas subsidiárias (inclusive as entidades cindidas, conforme Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes), as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	2003										Controladora		Consolidado		
	Controladas					Outras Partes Relacionadas									
	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Green Jungle Limited	Fábrica Fortaleza INC.	M. Dias Branco Investment Co. Ltda.	Petroposto Comercial Derivado de Cetroloco Ltda.	PC Terminal Portuário Cotegipe Ltda.	TERGRAN - Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.	M.Dias Adm Participações Ltda.	IDIBRA Participações Ltda.	Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	Francisco Ivens de Sá Dias Branco	DIBRA - Distribuidora Manaus	Distribuidora Brasileira de Alimentos - Sergipe	Total 2003	Total 2003
Ativo circulante															
Contas a receber		101.537	73.265	27.052	1.573	56	3.159							206.642	-
Investimentos															
Contas a receber de Controladas															
No circulante	362													362	-
No Curto prazo ( mútuo )									11			171		182	183
No longo prazo ( mútuo )															
Creditos com pessoas ligadas	32.000													32.000	-
Participações em sociedades controladas/coligadas								9.403	1.675			4			
Outros ativos														11.082	11.082
Passivo circulante															
Fornecedores	933													933	-
Emprestimo e financiamentos															
Juros sobre o capital próprio e dividendos															
Creditos com pessoas ligadas															
Recursos para futuro aumento de Capital										728				728	728
Adiantamento p/ subscrição de Capital															
Outras Obrigações															
Resultados															
Receitas de Produtos e serviços	1.002													1.002	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados							2.018							2.018	-
Comercialização dos Produtos e serviços															
Despesas com vendas					3.103									3.103	-
Despesas gerais e administrativas														430	430
Despesas financeiras, líquidas															
Resultado de participações Societárias															
Outras despesas e receitas operacionais															1





# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A controladora M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. é avalista em dois contratos firmados pela controlada Terminal Portuário Cotegipe Ltda., cindida em 31 de março de 2006, conforme Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes, com o Banco do Nordeste do Brasil, para financiamento das obras físicas e equipamentos do terminal portuário localizado no complexo onde está inserida a filial Grande Moinho Aratu, em Salvador - BA, no montante de aproximadamente R\$ 35.000. Os dois contratos têm vencimento em 28 de junho de 2.015, sendo que um deles também é garantido pela hipoteca do imóvel onde está instalado o Grande Moinho Aratu.

### 10 Diferido

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Ágio sobre investimentos incorporados	-	2.397	2.397	26.470	28.868	28.868
Pesquisa, desenvolvimento e gastos pré-operacionais	34.446	28.706	23.526	75.565	70.037	63.851
(-) Amortização acumulada	(19.108)	(16.304)	(13.967)	(63.402)	(53.830)	(44.004)
	<u>15.338</u>	<u>14.799</u>	<u>11.956</u>	<u>38.633</u>	<u>45.075</u>	<u>48.715</u>

Os ágios incorporados estão sendo amortizados em função da geração de resultados pelos investimentos incorporados, com base em estudos técnicos de rentabilidade futura, não superando o prazo máximo de dez anos.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se a novos produtos e são amortizados em cinco anos ou imediatamente, caso não exista perspectiva de geração de benefícios futuros. Os gastos pré-operacionais, que incluem principalmente remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel de equipamentos, foram diferidos na fase de construção das unidades Grande Moinho Aratu, Grande Moinho Tambaú, Gorduras e Margarinas Especiais e Grande Moinho Potiguar, até o momento em que estas unidades passaram a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de até cinco anos.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 11 Financiamentos e empréstimos

#### Controladora

	Indexador	Juros (a.a.)	2005	2004	2003
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP	4,06%	96.255	103.844	99.716
Incentivos fiscais - vide Nota 14	TR e TJLP		71.549	82.744	58.248
FNE		14,00%	81.930	74.925	16.041
BNDES - PROGEREN	TJLP	3,50%	11.597		
Empréstimos bancários - Capital giro	CDI	3,65%	<u>60.020</u>	-	-
			<u>321.351</u>	<u>261.513</u>	<u>174.005</u>
Moeda estrangeira:					
Financiamentos de importação	USD	4,78%	271.898	232.743	187.534
Máquinas	USD	Libor+1%	14.084	21.714	18.052
Máquinas	EURO	Eurolibor+1%	1.115	1.942	2.479
Máquinas	Franco Suíço	4,125%	-	4.032	12.111
Capital de giro	USD	5,00%	<u>26.248</u>	<u>29.766</u>	-
			<u>313.345</u>	<u>290.197</u>	<u>220.176</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			(367.630)	(297.475)	(242.434)
Exigível a longo prazo			<u>267.066</u>	<u>254.235</u>	<u>151.747</u>

#### Consolidado

	Indexador	Juros (a.a.)	2005	2004	2003
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP	2,83%	102.916	108.663	106.339
Incentivos fiscais - vide Nota 14	TR e TJLP		71.549	82.744	58.248
FNE		14,00%	116.826	93.882	16.586
BNDES - PROGEREN	TJLP	3,50%	60.022	-	-
Empréstimos bancários - Capital giro	CDI	3,65%	<u>11.596</u>	<u>3.635</u>	<u>4.277</u>
			<u>362.909</u>	<u>288.924</u>	<u>185.450</u>
Moeda estrangeira:					
Financiamentos de importação	USD	4,78%	282.759	232.743	187.534
Máquinas	USD	Libor+1,00%	14.084	21.714	18.067
Máquinas	EURO	Eurolibor +1,00%	1.115	1.942	2.478
Máquinas	Franco Suíço	4,125%	-	4.032	12.111
Capital de giro	USD	5,00%	<u>26.248</u>	<u>29.766</u>	-
			<u>324.206</u>	<u>290.197</u>	<u>220.190</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			(380.640)	(302.876)	(251.788)
Exigível a longo prazo			<u>306.475</u>	<u>276.245</u>	<u>153.852</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ano de vencimento:	<b>2005</b>	<b>2005</b>
2007	67.770	69.707
2008	71.509	76.986
2009	44.699	49.858
2010	22.611	27.732
2011 até 2015	<u>60.477</u>	<u>82.192</u>
Total	<u>267.066</u>	<u>306.475</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 687.115 (R\$ 579.121 em 2004 e R\$ 405.640 em 2003).

Alguns contratos de financiamento contêm certas cláusulas que, dentre outras condições, requerem a manutenção de determinados índices financeiros e/ou restringem a autonomia da Empresa, devido ao risco de vencimento antecipado da dívida, em alterar a sua estrutura societária com comprometimento ao cumprimento das obrigações pactuadas, bem como gravar, alienar ou transferir a terceiros determinados bens.

## 12 Provisão para contingências

A Empresa e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Trabalhistas e cíveis	2.081	1.540	1.540	10.404	9.862	6.252
Tributárias	17.201	3.229	3.229	21.466	7.495	3.573
Outros	<u>1.517</u>	<u>872</u>	<u>872</u>	<u>1.517</u>	<u>872</u>	<u>872</u>
	<u>20.799</u>	<u>5.641</u>	<u>5.641</u>	<u>33.387</u>	<u>18.229</u>	<u>10.697</u>

### Movimentação dos processos

#### Controladora

	<b>2002</b>		<b>2003</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição à provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo Final</b>
Cíveis e trabalhistas	-	1.540	-	-	1.540
Tributárias	-	3.229	-	-	3.229
Outros	<u>-</u>	<u>872</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>872</u>
	<u>-</u>	<u>5.641</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.641</u>

#### Consolidado

	<b>2002</b>		<b>2003</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo Final</b>
Cíveis e trabalhistas	3.093	3.159	-	-	6.252
Tributárias	344	3.229	-	-	3.573
Outros	<u>-</u>	<u>872</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>872</u>
	<u>3.437</u>	<u>7.260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.697</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Controladora

	2003	2004			Saldo Final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Utilização	Estornos	
Cíveis e trabalhistas	1.540	-	-	-	1.540
Tributárias	3.229	-	-	-	3.229
Outros	<u>872</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>872</u>
	<u>5.641</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.641</u>

### Consolidado

	2003	2004			Saldo Final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Utilização	Estornos	
Cíveis e trabalhistas	6.252	3.610	-	-	9.862
Tributárias	3.573	3.922	-	-	7.495
Outros	<u>872</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>872</u>
	<u>10.697</u>	<u>7.532</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.229</u>

### Controladora

	2004	2005			Saldo Final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Utilização	Estornos	
Cíveis e trabalhistas	1.540	542	-	-	2.082
Tributárias	3.229	13.971	-	-	17.200
Outras	<u>872</u>	<u>645</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>5.641</u>	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.799</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Consolidado

	2004		2005		
	Saldo inicial	Adição a provisão	Utilização	Estornos	Saldo final
Cíveis e trabalhistas	9.862	542	-	-	10.404
Tributárias	7.495	13.971	-	-	21.466
Outros	<u>872</u>	<u>645</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>18.229</u>	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.387</u>

### Cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em aproximadamente 300 processos judiciais de natureza trabalhista, cujo valor total envolvido é de aproximadamente R\$ 25.100, compreendendo diversas demandas por parte dos reclamantes. A Empresa figura ainda como ré em aproximadamente 130 ações de natureza cível, com valor envolvido aproximado de R\$ 30.300. A maior parte das ações nas quais a Empresa figura como ré envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

As provisões para contingências constituídas representam a melhor estimativa da administração em relação aos riscos de perda envolvidos nesses processos.

### Tributárias

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Autos de infração do IRPJ e da CSLL (a)	11.488	-	-	15.754	4.266	344
CPMF - depósito judicial (b)	1.925	1.925	1.925	1.925	1.925	1.925
IPI - depósito judicial (c)	<u>3.787</u>	<u>1.304</u>	<u>1.304</u>	<u>3.787</u>	<u>1.304</u>	<u>1.304</u>
	<u>17.200</u>	<u>3.229</u>	<u>3.229</u>	<u>21.466</u>	<u>7.495</u>	<u>3.573</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (a) A Empresa defende-se de duas autuações fiscais lavradas em 2005 referentes à exclusão da contribuição social da base de imposto de renda da pessoa jurídica. A controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda. foi autuada em razão do não cumprimento de obrigações acessórias em relação ao direito de suspender/reduzir os recolhimentos mensais de imposto de renda e contribuição social do exercício 2002. O processo tem valor envolvido de aproximadamente R\$ 70.000. As parcelas dos autos de infração consideradas como de risco de perda provável foram provisionadas.
- (b) A Empresa ingressou com Mandado de Segurança e efetuou depósito judicial visando o não recolhimento da CPMF durante o exercício social de 1999.
- (c) A Empresa ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Empresa efetuou depósito judicial no montante da ação.

Adicionalmente as provisões constituídas, a Empresa e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento. Essas contingências, cujas expectativas de êxito, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizavam aproximadamente R\$ 149.000.

### 13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Provisão para devedores duvidosos	1.564	203	203	1.564	203	203
Provisão para contingências	7.072	1.918	1.918	7.072	1.918	1.918
Provisão para perdas - Outros créditos	1.637	-	-	1.637	-	-
Outros	-	-	-	<u>329</u>	<u>330</u>	-
	<u>10.273</u>	<u>2.121</u>	<u>2.121</u>	<u>10.602</u>	<u>2.451</u>	<u>2.121</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos duvidosos.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	155.320	112.089	97.579	159.452	115.294	97.710
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	52.809	38.110	33.177	54.214	39.200	33.221
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	37.363	23.692	25.690	41.518	25.521	28.172
Exclusões permanentes: Receitas isentas de impostos	(35.402)	( 13.159)	( 13.149)	(33.377)	(13.967)	(13.469)
Diferenças entre a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	-	( 5.550)	-	-	( 5.550)	-
Efeito líquido do não reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos na Adria	-	-	-	(1.724)	2.045	-
Outros itens	455	385	1.167	(1.277)	73	(909)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	55.225	43.478	46.885	59.354	47.322	47.015
Alíquota efetiva	36%	39%	48%	37%	41%	48%

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### 14 Patrimônio líquido (controladora)

#### *a. Capital social*

Em 31 de dezembro de 2005, o capital social está representado por 604.000.000 (565.000.000 em 2004 e 520.000.000 em 2003) quotas.

#### *b. Distribuição de lucros*

O lucro líquido apurado em cada exercício social, após constituição das reservas abaixo descritas e se não retidos pela Empresa ou mantido em lucros acumulados, poderá ser pago ou creditado aos sócios mediante sua deliberação, observada a proporção de sua participação no capital social e deduzidos os valores pagos ou destacados a título de juros sobre o capital próprio.

#### *c. Reservas*

*Reservas de lucros*

##### **Reserva de integridade do capital social**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, visando manter a integridade do capital próprio e proteger os credores, podendo ser capitalizada, absorvida por prejuízos acumulados ou distribuída aos sócios mediante proposta e deliberação da diretoria lavrada em ata, nos termos do contrato social.

##### **Reserva para plano de investimento**

Prevista no contrato social e calculada à razão de 5% do lucro líquido destina-se ao re-investimento de recursos gerados internamente, objetivando a expansão dos negócios sociais, podendo ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos acumulados ou distribuídas aos sócios mediante proposta e deliberação da diretoria, ficando seu saldo limitado a 30% do capital social.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **Reserva de lucros não realizados em controladas**

É constituída mediante proposta da diretoria à assembléia anual de sócios, quando o lucro líquido do exercício estiver influenciado por resultado positivo da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial, sem que tenha havido efetiva realização em moeda. Pode ser destinada à compensação de prejuízos acumulados, distribuição aos sócios na proporção da realização dos resultados positivos acima referidos em moeda ou capitalizados na proporção da realização dos lucros ou por deliberação de sócios representando pelo menos três quartos do capital social.

#### *Reservas de capital - incentivos fiscais*

A Empresa é beneficiária das seguintes subvenções para investimento do setor público:

#### **“DESENVOLVE” - Estado da Bahia**

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à instalação da filial Grande Moinho Aratu em Salvador - BA. O incentivo consiste basicamente no parcelamento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento, de até 90% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado. O eventual atraso ou falta de pagamento do ICMS devido gera suspensão do benefício.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

#### **“PROVIN” - Estado do Ceará**

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à instalação das unidades: (i) Moinho Dias Branco; e (ii) Gorduras e Margarinas Especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste basicamente no parcelamento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento, de 56,25% do montante do ICMS devido ao Estado do Ceará pelas aquisições de trigo em grão. A legislação atual estabelece parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O benefício está condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

O incentivo é válido até dezembro de 2015 para a unidade Grande Moinho Dias Branco e março de 2017 para a unidade Gorduras e Margarinas Especiais.

### **“PROADI” - Estado do Rio Grande do Norte**

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à unidade Grande Moinho Potiguares em Natal - RN. O benefício consiste basicamente no parcelamento do imposto, e seu posterior desconto, quando do vencimento, de 74,25% do montante do ICMS devido ao Estado do Rio Grande do Norte pelas aquisições de trigo em grão, caso o investimento supere R\$ 20.000. Na hipótese de investimentos abaixo desse montante, a subvenção corresponderá a apenas 59,4% do montante do ICMS devido.

O incentivo foi concedido até fevereiro de 2014.

### **Incentivo federal - “Lucro da exploração”**

No âmbito das regras de incentivos fiscais de redução do imposto de renda, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Empresa é beneficiária ainda de isenção de 25% a 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais nas unidades Fábrica Fortaleza, Grande Moinho Dias Branco (lucro da exploração) para os seguintes produtos: a) até 31 de dezembro de 2005, para massas alimentícias (Fábrica Fortaleza); b) até 31 de dezembro de 2008 (Moinho Dias Branco e Fábrica Fortaleza), até 31 de dezembro de 2.010 (Grande Moinho Potiguar) e até 31 de dezembro de 2.012 (Grande Moinho Aratu), para farinha de trigo e subprodutos do trigo e; c) até 31 de dezembro de 2.012, para fabricação de gorduras hidrogenadas, cremes vegetais e margarinas (Gorduras e Margarinas Especiais). Não há benefício de isenção de contribuição social sobre o lucro líquido.

*Reserva especial - Lei 8.200/1991*

A Empresa contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente.

### **d. Ajustes de exercícios anteriores**

A Empresa detectou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, erro no lançamento do incentivo fiscal do lucro da exploração, imputável ao exercício anterior.



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 15 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 estão identificados a seguir:

#### Controladora

Descrição	2005		2004		2003	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo Contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	32.295	32.296	34.554	34.553	36.742	36.742
Aplicações financeiras	639.490	639.879	402.070	411.247	406.954	410.785
Mútuos a receber	1.929	1.929	3.324	3.324	3.324	3.324
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.129	2.129	1.534	1.534	931	931
Tributos a recuperar	15.702	15.702	28.555	28.555	6.295	6.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.273	10.273	2.121	2.121	2.121	2.121

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Descrição	2005		2004		2003	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Investimentos						
Avaliados pelo custo:						
Sem cotação em bolsa	64.396	64.396	63.198	63.198	62.071	62.071
Avaliados pelo método da equivalência patrimonial						
Sem cotação em bolsa	173.522	173.522	175.226	175.226	205.711	205.711

Empréstimos e financiamentos	2005		2004		2003	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Em moeda nacional	249.802	249.802	178.768	178.769	115.757	115.757
Em moeda nacional - Incentivos fiscais	71.549	71.549	82.744	82.744	58.248	58.248
Em moeda estrangeira	<u>313.345</u>	<u>314.324</u>	<u>290.197</u>	<u>293.809</u>	<u>220.175</u>	<u>222.187</u>
Total	<u>634.696</u>	<u>635.675</u>	<u>551.709</u>	<u>555.322</u>	<u>394.180</u>	<u>396.192</u>

### Consolidado

Descrição	2005		2004		2003	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	34.790	32.296	36.416	36.416	42.936	42.936
Aplicações financeiras	665.681	666.943	495.407	498.822	507.048	511.715
Mútuos a receber	1.929	1.929	3.324	3.324	3.324	3.324
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2	2	106	106	0	0
Tributos a recuperar	17.065	17.065	28.921	28.921	7.185	7.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.602	10.602	2.451	2.451	2.121	2.121

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Descrição	2005		2004		2003	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Investimentos						
Avaliados pelo custo:						
Sem cotação em bolsa	113.121	113.121	119.426	119.426	123.898	123.898

Empréstimos e financiamentos	2005		2004		2003	
	Saldo contábil	Valor de Mercado	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de Mercado
Em moeda nacional	291.360	291.360	206.179	206.179	127.202	127.202
Em moeda nacional - Incentivos fiscais	71.549	71.549	82.744	82.744	58.248	58.248
Em moeda estrangeira	<u>324.206</u>	<u>325.184</u>	<u>290.198</u>	<u>293.809</u>	<u>220.190</u>	<u>222.187</u>
Total	<u>687.115</u>	<u>688.093</u>	<u>579.121</u>	<u>582.732</u>	<u>405.640</u>	<u>407.637</u>

### ***b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado***

#### *Disponibilidades e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos.

#### *Mútuos a receber/pagar*

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado e se tratam de operações com controladas e coligadas.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### *Tributos a recuperar/diferidos*

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

### *Investimentos*

Os valores de mercado para os investimentos constantes nos balanços consolidados são considerados semelhantes aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado.

### *Empréstimos e financiamentos*

Os valores de mercado dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuro e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

Os valores de mercado para o financiamento de BNDES/FINAME E FNE são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

### *Derivativos*

A Empresa tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Empresa não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2003, 2004 e 2005.

### *Limitações*

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### c. Risco de crédito

As políticas de vendas da Empresa e de suas subsidiárias estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). A Empresa possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 10.250 (2004 - R\$ 6.237; 2003 - R\$ 6.237) representativos de 6% do saldo de contas a receber em aberto (2004 - 5%; 2003 - 6%), para fazer face ao risco de crédito.

### d. Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Empresa e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2005 com uma variação anual (desvalorização) em relação ao Real de aproximadamente 13% (9% em 2004 e 22% em 2003).

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos suscetíveis também, à variação cambial, conforme quadro abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
A. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	313.346	290.197	220.175	324.206	290.197	220.190
B. Ativos em dólares norte-americanos	<u>234.393</u>	<u>279.562</u>	<u>291.818</u>	<u>256.756</u>	<u>356.157</u>	<u>391.408</u>
C. Déficit apurado (A-B)	<u>78.953</u>	<u>10.635</u>	<u>(71.643)</u>	<u>67.450</u>	<u>(65.960)</u>	<u>(171.218)</u>

### e. Risco de preço

O preço de nossas matérias-primas e insumos é volátil. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, poderemos não ser capazes de repassar tais aumentos aos preços de nossos produtos, o que poderá vir a impactar a nossa margem de lucro.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### *f. Risco de taxa de juros*

Os resultados da Empresa e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

### **16 Cobertura de seguros (não auditado)**

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2005, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 26.100 para danos materiais e lucros cessantes (R\$ 12.100 em 2004 e R\$ 13.500 em 2003), R\$ 6.620 para cobertura de veículos próprios (R\$ 6.100 em 2004 e R\$ 6.620 em 2003) e R\$ 25.146 para aeronave locada (R\$ 5.250 em 2004 e R\$ 5.250 em 2003).

### **17 Arrendamento mercantil**

A Empresa é locatária, junto à empresa Rowena S.A., localizada no Uruguai, e de propriedade do sócio controlador e Diretor Presidente da Empresa, de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação. A posição desse contrato em 31 de dezembro de 2005 é a seguinte:

<b>Bens</b>	<b>Aluguel trimestral</b>	<b>Prazo da locação</b>	<b>Opção de compra</b>
Aeronave Cessna 560 (Citation XLS)	US\$ 322 mil	120 meses	Não prevista

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 18 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2005, a controlada Adria alimentos do Brasil Ltda. possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	R\$ mil
a. Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2005	36.378
b. Base negativa de contribuição social	45.500

### 19 Demonstrações financeiras consolidadas “pro forma”

Conforme mencionado na nota explicativa 20 - Eventos Subseqüentes, em 31 de março de 2006, os quotistas representando a totalidade do capital social da Empresa aprovaram a cisão parcial de seu acervo patrimonial e posterior incorporação na empresa DIBRA Participações Ltda. (anteriormente DIBRA - Distribuidora Brasileira de Alimentos Ltda.) Adicionalmente, nas demonstrações financeiras históricas, a aquisição da Adria foi considerada, para fins de equivalência patrimonial na controladora e consolidação, a partir da data de sua compra. Esses fatos alteram a comparabilidade das demonstrações financeiras entre os exercícios de 2005, 2004 e 2003. Sendo assim, visando permitir uma melhor comparabilidade e melhor compreensão do comportamento dos números da Empresa, estão sendo apresentados a seguir os balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 “pro forma” e as demonstrações de resultado consolidadas de 2005, 2004 e 2003 também “pro forma”. As premissas utilizadas na elaboração dessas informações “pro forma” foram as seguintes:

- a. Os balanços patrimoniais consolidados e as demonstrações de resultado consolidadas foram preparadas considerando os efeitos da cisão mencionada na Nota Explicativa 20 - Eventos Subseqüentes como se esta tivesse efetivamente ocorrido em 1º janeiro de 2003;
- b. Os efeitos sobre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 relacionados às aplicações financeiras cindidas, tais como juros e variações cambiais, foram excluídos das demonstrações de resultados “pro forma” em cada um dos exercícios, líquidas dos efeitos correspondentes no imposto de renda e na contribuição social;
- c. As aplicações financeiras cindidas em 1º de janeiro de 2003 (pro forma) foram aquelas em que as principais características, tais como indexadores, taxas e prazos mais se assemelhavam às aplicações cindidas efetivamente em 31 de março de 2006, até o limite de seu saldo contábil. A cisão dos montantes das aplicações financeiras obedeceu à seguinte ordem de preferência em 1º de janeiro de 2003:

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- Em primeiro lugar foram cindidos os saldos de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) até o limite do seu saldo;
- Em segundo lugar foram cindidos os fundos de aplicações financeiras em moeda nacional; e
- Por fim foram cindidos os saldos em fundos de aplicação no exterior. A variação cambial sobre a parcela de fundos de aplicação financeira no exterior foi excluída dos resultados de cada período.

O cálculo dos juros de cada período foi efetuado com base nas taxas médias ponderadas no final de cada período em função da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicada sobre o saldo cindido efetivamente em 31 de março de 2006 de forma retrospectiva.

- d. Os efeitos das movimentações de itens do ativo permanente cindidos, em cada período, foram excluídos, quando relevantes. Os efeitos desses itens sobre os resultados consolidados de cada período foram igualmente excluídos, quando relevantes.
- e. Os balanços patrimoniais consolidados “pro forma” e as demonstrações de resultados consolidados “pro forma” não levaram em consideração qualquer destinação de lucros acumulados ocorrida em nenhum dos períodos, tais como constituição de reservas ou propostas de dividendos, ou outras movimentações entre grupos do patrimônio líquido. Todas as contrapartidas dos ativos e passivos cindidos “pro forma” foram lançadas na rubrica de lucros acumulados.
- f. Os resultados da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda, incorporados à demonstração de resultados consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, foram considerados como se a aquisição dessa controlada tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2003 e, portanto, refletem doze meses de operação daquela empresa.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados consolidadas “pro forma” estão apresentadas nos Anexos I e II às demonstrações financeiras.

A conciliação entre o patrimônio líquido consolidado histórico e o patrimônio líquido consolidado “pro forma”, bem como a conciliação entre a demonstração de resultados consolidada histórica e a demonstração de resultados consolidada “pro forma” está apresentada a seguir:



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

<b>Patrimônio líquido consolidado</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Saldos históricos	1.145.860	1.003.319	961.442
Aplicações financeiras cindidas	( 249.969)	( 223.739)	(215.056)
Imóveis mantidos como investimentos cindidos	( 69.095)	( 69.095)	( 69.095)
Efeito sobre o imposto de renda e da contribuição social	16.157	7.239	4.385
Ativos líquidos da controlada Terminal Portuário Cotegipe Ltda. (TPC) cindidos	( 22.691)	644	-
Reversão do aumento do capital efetuado na controlada TPC	21.410	-	-
Outros ativos cindidos	( 4.292)	( 6.102)	( 6.160)
Saldos “pro forma”	<u>837.381</u>	<u>712.267</u>	<u>675.516</u>
<b>Resultado do exercício consolidado</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Saldos históricos	100.097	67.972	50.696
Reversão das receitas financeiras líquidas	( 26.230)	( 8.683)	(12.898)
Efeito sobre o imposto de renda e a contribuição social	8.918	2.854	4.385
Resultado da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda. - dez meses	-	-	(12.426)
Resultados gerados por investimentos cindidos	( 864)	672	( 170)
Outros impactos líquidos sobre o resultado	( 632)	30	( 759)
Saldos “pro forma”	<u>81.289</u>	<u>62.845</u>	<u>28.828</u>

## 20 Eventos subsequentes

### *Cisão parcial*

Em 31 de março de 2006, quotistas representando a totalidade do capital social da Empresa aprovaram em assembléia geral extraordinária a cisão parcial do acervo patrimonial da Empresa e posterior incorporação da parcela cindida por outra sociedade, em conformidade com o termo de justificação e protocolo de cisão.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Essa cisão parcial teve como objetivo a manutenção do foco estratégico da sociedade M Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. na atividade de industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, bem como de gorduras e margarinas. Os efeitos da cisão acima descrita sobre os elementos patrimoniais da Empresa podem ser assim resumidos:

	<b>R\$ mil</b>
Valor total dos elementos do ativo cindidos	375.790
Valor total dos elementos do passivo cindidos	53.986
Valor total do acervo líquido cindido	321.804

Nos termos da legislação aplicável, a administração da Empresa entende que os credores existentes antes da cisão, que se julgarem porventura prejudicados pelos atos da cisão, poderão promover judicialmente a anulação desses atos, desde que tomem essa providência em até 90 dias após publicados os atos respectivos, o que foi realizado em 04 de maio de 2006. Na hipótese disso ocorrer, e entendendo a Empresa que deva manter a cisão realizada, a Empresa poderá adotar alguma das seguintes providências, conforme melhor se ajustar a seus interesses:

- (i) Negociar com os referidos credores;
- (ii) Liquidar as dívidas; ou
- (iii) Discutir judicialmente o intento dos credores.

A Administração acredita que poderia haver risco de antecipação de vencimento das dívidas contraídas junto a uma única instituição financeira, em função de dispositivo contratual específico. Segundo os contratos celebrados com esse credor, existe a possibilidade de vir a exigir o vencimento antecipado da dívida, na hipótese de cisão, caso entenda que a mesma teria prejudicado a capacidade de pagamento das obrigações correspondentes.

É de entendimento da Empresa que caso isso ocorresse, esse fato individualmente, aliado à materialidade dos valores envolvidos, poderia não comprometer as operações e os resultados da Empresa, tendo em vista a existência de recursos disponíveis para se efetuar a liquidação.

## M. Dias Branco Indústria e Comercio de Alimentos Ltda.

## Balancos patrimoniais consolidados "pro forma"

em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

(Em milhares de Reais)

Ativo	2005	2004	2003	Passivo	2005	2004	2003
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	471.394	303.859	333.471	Fornecedores	37.034	33.674	31.035
Contas a receber de clientes	155.366	116.104	99.424	Obrigações sociais e trabalhistas	11.720	9.332	10.941
Adiantamento a fornecedores	2.984	5.282	2.277	Impostos e contribuições	29.416	31.640	34.643
Outras contas a receber	2.767	8.736	19.531	Adiantamentos	1.612	1.204	1.078
Impostos a recuperar	17.065	28.921	7.105	Contas a pagar	12.072	13.814	1.151
Estoques	145.626	135.601	137.720	Outros débitos	3.967	4.427	10.644
Despesas antecipadas	111	254	40	Financiamentos	380.640	302.876	251.788
	<u>795.313</u>	<u>598.757</u>	<u>599.568</u>		<u>476.461</u>	<u>396.967</u>	<u>341.280</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Exigível a longo prazo</b>			
Depósitos judiciais	12.770	8.881	7.789	Impostos e contribuições	13.875	14.897	15.559
Impostos a recuperar	12.246	10.135	8.679	Financiamentos e empréstimos	271.579	257.370	153.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.602	2.451	2.121	Contas a pagar	11.865	17.856	24.229
Incentivos fiscais/outros créditos	3.354	1.114	1.027	Provisão para contingências	33.387	18.229	10.697
	<u>38.972</u>	<u>22.581</u>	<u>19.616</u>		<u>330.706</u>	<u>308.352</u>	<u>204.337</u>
				<b>Participações de minoritários</b>	<u>67</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>
<b>Permanente</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	35.209	49.981	54.968	Capital social	604.000	565.000	520.000
Imobilizado	737.301	701.724	498.266	Reservas de capital	76.635	57.804	67.076
Diferido/intangíveis	37.821	44.518	48.715	Reservas de lucros	102.931	90.075	85.550
	<u>810.331</u>	<u>796.223</u>	<u>601.949</u>	Lucros (prejuízos) acumulados	53.816	(612)	2.890
	<u>1.644.616</u>	<u>1.417.561</u>	<u>1.221.133</u>		<u>837.382</u>	<u>712.267</u>	<u>675.516</u>
					<u>1.644.616</u>	<u>1.417.561</u>	<u>1.221.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## M. Dias Branco Indústria e Comercio de Alimentos Ltda.

## Demonstrações consolidadas dos resultados "pro forma"

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
<b>Receita operacional bruta</b>			
Venda de produtos ou serviços	1.593.574	1.557.390	1.381.080
<b>Deduções</b>			
Impostos/deduções sobre as vendas	<u>(386.772)</u>	<u>(411.917)</u>	<u>(290.363)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	1.206.802	1.145.473	1.090.717
<b>Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>	<u>(676.249)</u>	<u>(719.666)</u>	<u>(743.766)</u>
<b>Lucro bruto</b>	530.553	425.807	346.951
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>			
Vendas	(246.485)	(199.505)	(172.437)
Administrativas e gerais	(74.317)	(88.175)	(52.460)
Despesas financeiras	(155.159)	(140.177)	(79.419)
Receitas financeiras	169.352	151.606	85.002
Despesas tributária	(39.830)	(25.339)	(25.632)
Depreciações e amortizações	(19.898)	(16.105)	(23.865)
Outras (despesas) receitas operacionais	(32.782)	(706)	(6.695)
<b>Lucro operacional</b>	131.434	107.406	71.445
Resultado não operacional	41	(107)	(40)
<b>Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias</b>	131.475	107.299	71.405
Imposto de renda e contribuição social	(50.184)	(44.454)	(42.577)
<b>Lucro líquido antes das participações minoritárias</b>	81.291	62.845	28.828
<b>Participações minoritárias</b>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u><u>81.289</u></u>	<u><u>62.845</u></u>	<u><u>28.828</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor Presidente

Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco  
Diretora Vice-Presidente

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Diretor Superintendente

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Diretor Comercial Corporativo

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Diretora Administrativa Corporativa

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Diretora de Relações Institucionais Corporativa

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Diretor Industrial - Divisão Moinhos Corporativo

Maria Wilma de Oliveira Patrício  
Diretora Financeira Corporativa

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-0

[página intencionalmente deixada em branco]

**M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio  
de Alimentos**

Relatório dos auditores independentes  
sobre revisão especial da Informações  
Financeiras Trimestrais (ITRs)  
Trimestre findo em 30 de junho de 2006  
e 31 de março de 2006

[página intencionalmente deixada em branco]



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Informações trimestrais

**em 30 de junho de 2006 e 31 de março de 2006**

### Conteúdo

Relatório de desempenho	402
Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial	413
Balancos patrimoniais	415
Demonstrações de resultados	416
Notas explicativas às informações trimestrais	417

[página intencionalmente deixada em branco]

## Relatório de desempenho

### *Visão Geral da Companhia*

Com origem há mais de 60 anos, nossas atividades consistem na fabricação, comercialização e distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especificamente: (i) biscoitos e massas, e (ii) farinha e farelo de trigo; bem como de margarinas e gorduras vegetais.

Somos líderes nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, em termos de volume de vendas, medido em toneladas. Também possuímos uma participação relevante no mercado brasileiro de moagem de trigo, uma das nossas principais matérias-primas, no qual acreditamos estar entre os três maiores participantes desse mercado no Brasil, em termos de volume de consumo, medido em toneladas. Além disso, desde 2002, atuamos no segmento de margarinas e gorduras vegetais, que usamos no nosso processo produtivo de biscoitos e massas, e também comercializamos.

Nós, M. Dias Branco:

- Produzimos a maior parte de duas das nossas principais matérias-primas: farinha de trigo e gordura hidrogenada. Esta cadeia produtiva integrada nos permite um melhor planejamento de produção, maior garantia da qualidade dos produtos, melhor administração dos custos e a prática de preços competitivos;
- Nossas vendas são bastante pulverizadas, não havendo concentração significativa em nenhum cliente específico ou grupo de clientes. Essa independência confere relevante liberdade na definição da política de preços dos produtos, bem como da política de descontos comerciais eventualmente necessários. Com respeito aos nossos fornecedores, não dependemos de qualquer um deles individualmente, o que nos dá ampla flexibilidade na busca das opções de menor custo;
- A rede de distribuição dos nossos produtos, que inclui vendedores próprios, representantes comerciais e distribuidores, cobre todos os Estados do Brasil, o que permite ter expressiva presença nos principais centros consumidores. O processo de construção de relacionamento de negócios com os clientes aliado à pulverização de nossas vendas tem nos permitido realizar vendas a prazo com um nível de inadimplência pouco significativo;
- As nossas unidades fabris, localizadas em diferentes Estados do País, estão preparadas para a fabricação de ampla gama de produtos, o que nos dá relevante flexibilidade na definição do melhor local de produção para cada mercado consumidor em função da análise dos custos de logística e dos incentivos fiscais aplicáveis a cada unidade fabril. Temos 6 unidades fabris que possuem subvenções de investimentos, com base no ICMS que contribuem com parcela relevante dos recursos demandados para a continuidade dos investimentos na nossa expansão;

- Os investimentos em tecnologia de ponta realizados ao longo dos anos e a diversidade do rol de produtos com as nossas marcas Richester e Fortaleza - líderes de mercado nas regiões Nordeste e Norte - e marcas Adria, Isabela, Basilar e Zabet - líderes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil - nos dá flexibilidade na criação de diferentes produtos, para mercados consumidores também diferentes, a preços competitivos.

#### *Principais fatos administrativos*

Em 6 de abril de 2006, quotistas representando a totalidade do capital social da sociedade deliberaram por unanimidade alterar a forma jurídica da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. para sociedade anônima sob a nova denominação de M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, mantendo-se inalterados todos os direitos e obrigações sociais, o patrimônio e o objeto social. Os atos societários que formalizam esta alteração foram protocolados na junta comercial do Estado do Ceará em 05 de maio de 2006 e arquivados na referida junta comercial em 03 de agosto de 2006.

Na data de 11 de abril de 2006, foi aprovado pelos acionistas o aumento do capital social da Empresa no total de R\$ 84.800, mediante a capitalização das Reservas de Capital, Reservas de Lucros e de Lucros Acumulados, passando o capital social para R\$ 688.800, dividido em 229.600.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 2006, passamos a deter diretamente 99,99% do capital da Adria, após (i) a conferência da totalidade das ações detidas por nós na Green Jungle Limited para a Green Jungle Brasil, por ato datado de 30 de junho de 2006; e (ii) a dissolução da Green Jungle Limited, deliberada em 29 de julho de 2006, com a entrega de seu acervo líquido à Green Jungle Brasil; e (iii) a incorporação da Green Jungle Brasil pela Adria com data - base de 31 de julho de 2006, aprovada em 30 de agosto de 2006 e pendente de formalização.

A Companhia protocolou, em 19 de maio de 2006, pedido de registro de companhia aberta e pedido de registro de Oferta secundária de ações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atualmente em processo de análise.

#### ***Investimentos em Controladas e Coligadas***

Descrevemos, abaixo, brevemente, as sociedades nas quais temos participações relevantes.

#### **Adria**

A Adria, que iniciou suas atividades em 8 de agosto de 1957, tem sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, e tem como objeto social, dentre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas. A Adria é líder nas regiões Sudeste e Sul do País.

Adquirimos a Adria em 22 de setembro de 2003, sendo que o preço de compra foi integralmente pago em 23 de dezembro de 2003. A compra da Adria foi efetivada por meio de uma subsidiária nossa à época, a Green Jungle Limited. A Green Jungle Limited, dissolvida em 29 de julho de 2006, era uma controlada da Green Jungle Brasil.

### **Green Jungle Investimentos Brasil Ltda.**

A Green Jungle Investimentos Brasil Ltda é nossa controlada direta, e tem como principal atividade a participação no capital de outras sociedades, quaisquer que sejam os ramos de atividade que atuem, bem como, a aquisição e gestão de empresas, visando a sua revenda ou a assunção permanente do seu controle, com o objetivo produtivo e de renda, consideradas as oportunidades existentes no mercado.

### **Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.**

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macêdo S.A., Grande Moinho Cearense S.A., dois de nossos concorrentes no segmento de moagem de trigo, e a própria Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran.

O Acordo de Sócios Quotistas estabelece determinadas regras para operação da Tergran, compreendendo a descarga e a armazenagem de grãos no Armazém A2, o qual é arrendado à Tergran pela Companhia Docas do Ceará - CDC, sempre com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade de descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios, reduzindo a permanência dos navios no Porto de Fortaleza e o tempo de atracação no cais.

### **Fábrica Fortaleza Investments Inc.**

Temos participação de 100,0% no capital social da Fábrica Fortaleza Investments Inc., cuja principal atividade é a realização de investimentos em ativos financeiros.

### **M. Dias Branco International Trading LLC**

A M Dias Branco International Trading LLC é nossa controlada direta, e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que utilizamos em nosso processo produtivo.

### **M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.**

A M Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é nossa controlada indireta, e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que utilizamos em nosso processo produtivo.

No quadro abaixo detalhamos o percentual de participação direta e indireta nas nossas controladas e coligadas:

	Porcentagem de participação			
	30/06/06		31/03/06	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
Fábrica Fortaleza Investments Inc. (b)	100,00	-	100,00	-
Green Jungle Limited (b) (c)	-	100,00	100,00	-
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	39,43	60,56	39,43	60,56
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
Green Jungle Investimentos Brasil Ltda. (c)	99,99	-	99,99	-

(a) Investimento com controle compartilhado.

(b) Investimentos no exterior.

(c) A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos aumentou capital na controlada Green Jungle Investimentos do Brasil Ltda. durante o trimestre findo em 30 de junho de 2006 através da cessão de 100% das quotas então possuídas da controlada Green Jungle Limited.

**a. Composição do saldo dos investimentos em controladas**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/06	31/03/06	30/06/06	31/03/06
Participações em companhias controladas	151.785	147.024	-	-
Saldo de ágio apurado na aquisição de controladas	-	-	45.773	47.122
Outros	<u>944</u>	<u>939</u>	<u>142</u>	<u>137</u>
	<u>152.729</u>	<u>147.963</u>	<u>45.915</u>	<u>47.259</u>

**b. Movimentação dos investimentos em controladas (controladora)**

	Petroposto Ltda.	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltd.	Term. Port. Cotegipe Ltda.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil Ltda.	Porto Cotegipe Logistica Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2005	1.835	2.356	21.477	94.881	22.658	1.572	10	25	28.708	173.522
Equivalência patrimonial	-	51	1.553	4.623	-	( 522)	-	-	945	6.650
Variação cambial	-	-	( 1.544)	( 6.822)	-	( 114)	-	-	-	( 8.480)
Devolução de capital	-	( 150)	-	-	-	-	-	-	-	( 150)
Cisão	<u>(1.835)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.658)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>(24.518)</u>
Saldo em 31 de março de 2006	<u>-</u>	<u>2.257</u>	<u>21.486</u>	<u>92.682</u>	<u>-</u>	<u>936</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>29.653</u>	<u>147.024</u>

	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltd.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Total
Saldos em 31 de março de 2006	2.257	21.486	92.682	936	10	29.653	147.024
Equivalência patrimonial	(8)	(631)	(1.907)	362	(709)	2.557	(336)
Variação cambial	-	(76)	5.192	(5)	-	-	5.111
Transferência de controle	-	-	(95.967)	-	95.967	-	-
Devolução de capital	( 14 )	-	-	-	-	-	(14)
Cisão	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2006	<u>2.235</u>	<u>20.779</u>	<u>-</u>	<u>1.293</u>	<u>95.268</u>	<u>32.210</u>	<u>151.785</u>

**c. Informações das investidas**

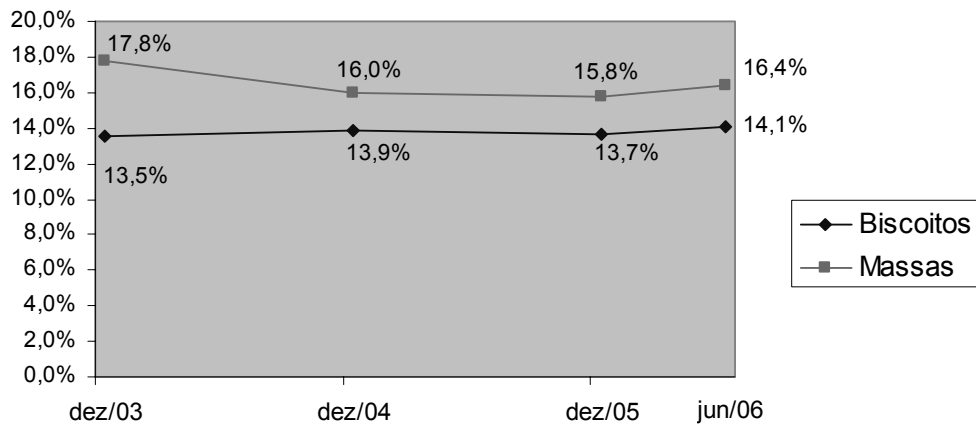
	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Fábrica Fortaleza Investments Inc.		Green Jungle Limited	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Capital social	6.579	6.579	5.956	5.978	95.259	82.556
Quotas possuídas	2.193	2.193	10	10	44.013	38.002
Patrimônio líquido	6.704	6.777	20.779	21.482	95.259	92.682
Patrimônio líquido ajustado						
Lucro (prejuízo) líquido do período	125	52	924	1.553	7.528	4.623
Participação no capital social, no final do período - %	33,33%	33,33%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	2.234	2.259	20.779	21.482	0	92.682

	Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M.Dias Branco International Trading LLC		Green Jungle Investimentos Brasil Ltda.	
	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006	30/06/2006	31/03/2006
Capital social	81.150	81.150			95.977	10
Quotas possuídas	32.000	32.000	0	0	9.598.696	1.000
Patrimônio líquido	81.683	72.201	1.293	937	95.269	10
Patrimônio líquido ajustado						
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.914	2.398	-161	-522	-708	
Participação no capital social, no final do período - %	39,43%	39,43%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%
Participação no patrimônio líquido	32.210	29.654	1.293	937	95.269	10

**Desempenho operacional**

Produzimos biscoitos e massas alimentícias, segmentos em que somos líderes no Brasil em termos de volume de vendas, medido em toneladas, e atuamos, ainda, nos segmentos de moagem de trigo, margarinas e gorduras vegetais. Segue abaixo o gráfico com a evolução da nossa participação no mercado (*market share*) nacional do segmento de massas e biscoitos:

### Market Share no Brasil - Biscoitos e Massas (%)



Fonte: AC Nielsen

Oferecemos uma grande variedade de produtos, tendo como principais marcas: *Fortaleza*, *Richester*, *Adria*, *Isabela*, *Basilar* e *Zabet*. Optamos por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo atender aos mais diferentes perfis de consumidores, desde as classes A e B como também a população de baixa renda, classes C e D, abrangendo, desta forma, diversas regiões do território brasileiro.

A marca *Fortaleza*, com forte presença nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, abrange biscoitos e massas.

A marca *Richester* é considerada uma marca *premium*, abrangendo um amplo portfólio de massas e biscoitos voltados para variados nichos do mercado. Atualmente, a *Richester* está fortemente presente em Fortaleza e no Rio de Janeiro.

O nosso segmento mais representativo, em termos de receita, é o de biscoitos e massas.

Desenvolvemos novos produtos constantemente. Em 2005, a Companhia lançou cinco novas linhas de produtos, que representaram 53 novos produtos lançados no mercado.

Dentre os lançamentos de 2005, destacamos que, em meados desse ano, passamos a atuar no segmento de massas instantâneas, com o lançamento no mês de dezembro do *Yoi Lámen Richester*, cujas vendas atingiram até 30 de junho de 2006, 0,77 mil toneladas. Também em 2005, revitalizamos nossa linha de produtos infantis com o lançamento da linha de biscoitos *Animados Zoo*, que foi lançado em janeiro de 2005 e vendeu desde seu lançamento até 30 de junho de 2006, 4,6 mil toneladas. O lançamento do *Cracker Superiore Richester* foi reconhecido no Rio de Janeiro em 2005 como o produto de destaque do ano, segundo a AC Nielsen, apesar de nossa recente presença de pouco mais de dois anos neste mercado.



No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, investimos em pesquisa e desenvolvimento de produtos a quantia de R\$0,5 milhões, em comparação com R\$ 0,8 milhões investidos no período de 6 meses encerrado em 30 de junho 2005, representando 0,08% e 0,14% da nossa receita líquida nos períodos, respectivamente. Vale ressaltar que em função da compra de equipamentos para a fabricação de novos produtos, como YOI e Tortinhas, foram investidos em ativos o valor total de R\$8,5 milhões do ano de 2004 ao período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006.

### **Biscoitos e massas**

Nossa produção de biscoitos engloba biscoitos do tipo salgados, *crackers*, recheados, cobertos, doces simples e *waffers*.

Nossas principais marcas de biscoitos e massas são *Fortaleza*, *Richester* e *Adria*.

A marca Fortaleza, pioneira no portfólio da Companhia, e líder no Nordeste brasileiro, está fortemente presente nas classes C e D, tendo como produto mais relevante biscoitos tipo *cream cracker*, com volume de vendas de 15,2 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 58,0 milhões, no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006. Em seguida, temos as marcas *Richester* de biscoitos tipo *cream cracker*, com volume de vendas de 9,3 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 36,5 milhões no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, e *Fortaleza* de biscoitos tipo salgados, com volume de vendas de 5,6 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$17,2 milhões, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2006.

No período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, a marca *Richester* de massas tipo macarrão *spaghetti* atingiu volume de vendas de 8,6 mil toneladas, e receita operacional bruta de R\$ 21,8 milhões; já a marca *Fortaleza* de massas tipo macarrão *spaghetti* com sêmola atingiu volume de vendas de 8,5 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 19,9 milhões; e a marca *Adria* de macarrão *spaghetti* com ovos atingiu volume de vendas de 6,0 mil toneladas e receita bruta de R\$ 12,6 milhões.

No que se refere às massas secas, várias de nossas marcas são líderes nas suas respectivas regiões, o que nos proporciona uma participação de liderança de mercado nacional de 16,4%, segundo a AC Nielsen, e toneladas vendidas. Temos, ainda, presença nos principais segmentos de massas, tais como macarrão comum, sêmola, sêmola com ovos, grano duro, massas para rechear e, recentemente, massas instantâneas.

### **Farinha e Farelo de Trigo**

Nossa produção de farinha de trigo e farelo engloba farinha do tipo doméstica e industrial, e farelo do tipo grosso, fino e remoído.

Nossas principais marcas de farinha de trigo são *Medalha de Ouro*, destinada ao segmento de panificação, *Imperial*, destinada ao segmento de indústrias de biscoitos e massas, e *Finna*, destinada ao consumidor final, voltada para os mercados das classes de A a D.

Dentre estas marcas, a marca *Medalha de Ouro* é a mais relevante, tendo atingido, no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, volume de vendas de 65,7 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 67,3 milhões; já a marca *Imperial* atingiu um volume de vendas de 26,0 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 23,0 milhões; e a marca *Finna Farinha de Trigo Especial* atingiu volume de vendas de 11,1 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 14,1 milhões.

## **Margarinas e Gorduras**

Nossa produção engloba margarinas do tipo doméstica e industrial, e gorduras para diversas aplicações, tais como frituras de imersão, sorvete, recheio e *spray*.

Nossas principais marcas são *Puro Sabor* e *Adorita*, que atendem os mercados das classes C e D, e *Medalha de Ouro*, destinada a *food service*.

Dentre as marcas de margarina, a *Puro Sabor* é a que se destaca, tendo atingido no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, volume de vendas de 5,0 mil toneladas e com receita operacional bruta de R\$ 14,7 milhões; já a marca *Medalha de Ouro* atingiu, no mesmo período, volume de vendas de 3,3 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 8,2 milhões; e marca *Adorita* atingiu volume de vendas de 2,5 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$ 6,1 milhões.

Dentre as gorduras, a do tipo *spray* é a mais relevante, tendo atingido no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2006, volume de vendas de 0,5 mil toneladas e receita bruta de R\$ 1,4 milhões; já a marca *Gordura Vegetal Multiuso* atingiu volume de vendas de 0,3 mil toneladas e receita operacional bruta de R\$0,7 milhões no mesmo período.

### *Desempenho Econômico e Financeiro*

#### **Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Líquida passou de R\$ 289,9 milhões no segundo trimestre de 2005 para R\$ 337,4 milhões no segundo trimestre de 2006, apresentando um aumento de 16,4%, justificado pelo maior crescimento do faturamento bruto (13,7%) em relação ao aumento das deduções sobre as vendas (6,1%).

#### **Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos passou de R\$ 157,1 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (54,2% da Receita Operacional Líquida), para R\$ 198,9 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (59,0% da Receita Operacional Líquida), representando um aumento de 26,6%. Essa variação em valores absolutos decorreu: (i) da expansão de nossas vendas, em especial por conta do significativo aumento no volume de operação de nossas unidades fabris mais novas, tais como Aratu, no Estado da Bahia (início de produção em dezembro de 2003) e Cabedelo, no Estado da Paraíba (início de produção em maio de 2005); e (ii) do acréscimo no custo de produção de massas e biscoitos, derivado da seguinte situação: o Estado de São Paulo isentou de ICMS algumas linhas de massas e biscoitos produzidos em seu território, tal isenção implicou na impossibilidade de aproveitarmos o crédito decorrente do ICMS incidente na compra da farinha de trigo e de outros insumos, ocasionando a absorção integral do imposto como custo de produção.

#### **Lucro Bruto**

O Lucro Bruto passou de R\$ 132,8 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (45,8% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 138,5 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (41,0% da Receita Operacional Líquida), representando um aumento de 4,3%. O percentual da margem bruta decresceu pelos motivos acima mencionados, especialmente pelo aumento do custo de produção, decorrente da isenção do ICMS no Estado de São Paulo para vários tipos de biscoitos e massas.

## **Despesas Operacionais**

As despesas operacionais, excluído o resultado financeiro, passaram de R\$ 95,8 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (33,0% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 79,5 milhões (23,6% da Receita Operacional Líquida) no período de três meses findo em 30 de junho de 2006, representando uma redução de 17,0%.

As despesas comerciais passaram de R\$ 62,2 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (21,5% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 62,9 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (18,6% da Receita Operacional Líquida), apresentando um aumento de 1,1%.

As despesas administrativas passaram de de R\$ 17,2 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (5,9% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 22,8 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (6,8% da Receita Operacional Líquida), apresentando um aumento de 32,6%. O aumento absoluto foi decorrente da (i) expansão das nossas atividades com as novas unidades fabris, além da mudança na política de informatização que passou a privilegiar o aluguel de equipamentos; e (ii) aumento das despesas com serviços de terceiros proveniente de contratos com assessoria jurídica e contábil.

As despesas tributárias passaram de R\$ 5,9 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (2,0% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 4,7 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (1,4% da Receita Operacional Líquida), apresentando um decréscimo de 20,3%. A variação foi decorrente, principalmente, pelo registro no 2º trimestre de 2005 de despesas tributárias eventuais decorrentes de multas de natureza compensatória, juros de impostos e contribuições pagos em atraso e auto de infração;

As despesas com Depreciação e Amortização passaram de R\$ 4,4 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (1,5% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 8,1 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (2,4% da Receita Operacional Líquida), atingindo um aumento de 84,1%, explicado pelo início da depreciação dos investimentos em ativo fixo que foram realizados até 2005 nas novas unidades fabris, tais como Aratu e Cabedelo.

O resultado entre outras receitas e despesas operacionais passou de uma perda líquida de R\$ - 5,0 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 para um ganho de R\$ 20,6 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006. Essa receita, no segundo trimestre de 2006, foi proveniente da (i) recuperação de crédito de PIS e COFINS, decorrente de trânsito em julgado de ação de inconstitucionalidade da Lei 9.718/98, no valor de R\$ 18,5 milhões; e (ii) reversão de provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas no valor líquido de R\$ 2,6 milhões, após reavaliação do grau de risco das ações da empresa controlada, Adria Alimentos do Brasil Ltda. No segundo trimestre de 2005 houve ainda o registro de um acordo judicial com a Companhia Energética do Ceará - COELCE.

## **Lucro Operacional antes dos efeitos financeiros**

Em função dos aspectos citados acima, o lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras passou de R\$ 37,1 milhões no período de 3 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (12,8% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 59,0 milhões no período de 3 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (17,5% da Receita Operacional Líquida), apresentando um acréscimo de 59,1%.

### **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras passaram de R\$ 54,5 milhões no período de 3 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (18,8% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 81,2 milhões no período de 3 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (24,1% da Receita Operacional Líquida), representando um crescimento de 49,0%. O crescimento dessas receitas se deve, principalmente, (i) aos ganhos líquidos com variação cambial de aplicações financeiras e financiamentos indexados ao Dólar (US\$) (estas receitas passaram de R\$ 34,0 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2005, para R\$ 48,9 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2006, aumento de 43,8%), por conta da queda da taxa de câmbio em relação ao Real; (ii) atualização de créditos tributários de PIS e COFINS, decorrente de trânsito em julgado de ação judicial de inconstitucionalidade da Lei 9.718/98, no valor de R\$ 13,3 milhões.

### **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras passaram de R\$ 45,3 milhões no período de 3 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (15,6% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 70,0 milhões no período de 3 meses encerrado em 30 de junho de 2006 (20,7% da Receita Operacional Líquida), representando um acréscimo de 54,5%. O crescimento dessas despesas se deve, principalmente, (i) às perdas derivadas da variação cambial negativa sobre financiamentos e aplicações financeiras indexados ao Dólar (US\$) (estas passaram de R\$ 41,7 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2005, para R\$ 49,8 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2006, aumento de 19,4%), por conta das flutuações da taxa de câmbio em relação ao Real; (ii) aos juros de financiamentos (estes passaram de R\$ 5,2 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2005, para R\$ 8,2 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2006, aumento de 57,7%), incrementado pela contratação de novas linhas de crédito e por encargos financeiros de investimentos realizados nas novas unidades fabris, Aratu e Tambaú, que passaram a integrar o resultado a partir do momento em que entraram em operação. Na fase pré-operacional esses encargos foram incorporados ao custo do ativo permanente.

### **Lucro após os efeitos financeiros**

Em decorrência dos aspectos citados acima, o lucro após os efeitos financeiros passou de R\$ 46,4 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (16,0% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 70,3 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (20,8% da Receita Operacional Líquida), representando um aumento de 51,5%.

### **Lucro antes da tributação**

Por motivos já mencionados acima, o lucro antes da tributação passou de R\$ 45,6 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (15,7% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 70,3 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (20,8% da Receita Operacional Líquida), representando um crescimento de 54,2%.

## **Imposto de Renda e Contribuição Social**

### ***Corrente***

O imposto de renda e a contribuição social passou de R\$ 17,4 milhões no período de 3 meses encerrado em 30 de junho de 2005 (6,0% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 25,0 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (7,4% da Receita Operacional Líquida), representando um crescimento de 43,7%. Tal fato explica-se pelo incremento no lucro e, conseqüentemente, na base de cálculo dos impostos, pelo reconhecimento do direito de crédito tributário de PIS e COFINS, em decorrência do trânsito em julgado de ação judicial de inconstitucionalidade da Lei 9.718/98, no valor de R\$ 31,8 milhões, ocasionando uma tributação de R\$10,8 milhões.

### ***Diferido***

Constituímos para o período de três meses encerrado em 30 de junho de 2005 um ativo diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$ 0,2 milhões, em virtude de diferenças intertemporais entre a base de cálculo apurada pelo regime de competência contábil e aquela definida pelo regime de apropriação fiscal. Essas diferenças se referem, no período, às despesas com as provisões para contingências, deduzidas na apuração do lucro na contabilidade, mas somente dedutíveis na base de cálculo dos tributos em períodos posteriores, caso a contingência se verifique. Para o período de três meses encerrado em 30 de junho de 2006 houve a constituição de impostos diferidos no montante de R\$ 0,2 milhões.

### **Lucro Líquido**

O lucro líquido passou de R\$ 28,2 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2005 (9,7% da Receita Operacional Líquida) para R\$ 45,4 milhões no período de três meses findo em 30 de junho de 2006 (13,5% da Receita Operacional Líquida), apresentando um acréscimo de 61,0%. Os principais fatores desse aumento foram: (i) expansão das vendas decorrente das unidades fabris de Aratu e Cabedelo; e (ii) reconhecimento do direito de crédito tributário de PIS e COFINS, em decorrência do trânsito em julgado de ação judicial de inconstitucionalidade da Lei 9.718/98.

### ***Honorários de consultoria***

A Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços técnicos especializados em Auditoria Contábil referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, a findar-se em 31 de dezembro de 2006. A KPMG efetuou revisão especial das informações trimestrais da Adria, nossa controlada, referente aos trimestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005, e 31 de março de 2006 e 2005.

## Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Aos  
Administradores e aos Acionistas da  
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos  
Fortaleza - CE

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e das Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais acima referidas para que essas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Revisamos também as demonstrações consolidadas de resultados “pro forma” relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2006 e 2005 (informações financeiras consolidadas “pro forma”) apresentadas na Nota Explicativa 20 - Informações financeiras consolidadas “pro forma”. Essas informações financeiras “pro forma” são derivadas das informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo e consideram os ajustes apurados conforme critérios e premissas descritos na Nota Explicativa 20 - Informações financeiras consolidadas “pro forma”, com o objetivo de demonstrar os efeitos, nas informações financeiras históricas, caso a cisão parcial mencionada na Nota Explicativa 1 - Contexto operacional, tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2003. Todavia, essas informações financeiras “pro forma” não são, necessariamente, indicativas dos resultados das operações nem dos respectivos impactos na posição patrimonial e financeira da Companhia, que teriam sido obtidos caso a cisão mencionada tivesse efetivamente ocorrido naquela data. As informações financeiras consolidadas “pro forma” foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações financeiras consolidadas históricas referidas no primeiro parágrafo. Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações financeiras consolidadas “pro forma” para que essas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em relação às informações trimestrais históricas referidas no primeiro parágrafo.
5. O balanço patrimonial em 31 de março de 2006, bem como o resultado do trimestre findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados e, sobre eles, emitimos parecer sem ressalvas em 17 de maio de 2006.

15 de agosto de 2006

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6-S-CE

Carlos Augusto Pires  
Contador CRC 1SP184830/O-7-S-CE

## M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

### Balancos patrimoniais em 30 de junho e 31 de março de 2006

(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	30/6/2006	31/3/2006	30/6/2006	31/3/2006
<b>Circulante</b>				
Disponibilidades	380.971	415.352	409.914	440.034
Contas a receber de clientes	112.686	97.229	165.169	134.420
Adiantamento a fornecedores	17.838	8.073	17.969	8.106
Outras contas a receber	8.508	8.014	9.525	9.243
Impostos a recuperar	19.404	15.085	21.271	16.606
Estoques	138.376	126.259	168.390	154.576
Despesas antecipadas	101	71	178	342
	<u>677.884</u>	<u>670.083</u>	<u>792.416</u>	<u>763.327</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Depósitos judiciais	10.461	10.447	14.000	13.141
Impostos a recuperar	15.358	10.620	16.610	11.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.477	10.273	10.525	10.343
Partes relacionadas	630	53	634	54
Incentivos fiscais e outros créditos	2.495	2.332	2.495	2.336
	<u>39.421</u>	<u>33.725</u>	<u>44.264</u>	<u>37.849</u>
<b>Permanente</b>				
Investimentos	152.729	147.963	45.915	47.259
Imobilizado	672.549	670.363	731.226	730.129
Diferido	14.820	15.092	33.693	35.234
	<u>840.098</u>	<u>833.418</u>	<u>810.834</u>	<u>812.622</u>
	<u>1.557.403</u>	<u>1.537.226</u>	<u>1.647.514</u>	<u>1.613.798</u>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	38.901	35.942	57.223	40.696
Financiamentos e empréstimos	348.544	361.929	362.251	374.354
Obrigações sociais e trabalhistas	13.492	9.941	18.887	14.174
Impostos e contribuições	55.062	45.966	65.057	55.205
Adiantamentos	1.395	1.354	1.786	1.552
Outras contas a pagar	2.805	26.965	10.723	34.948
	<u>460.199</u>	<u>482.097</u>	<u>515.927</u>	<u>520.929</u>
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Impostos e contribuições	2.058	2.070	13.084	13.408
Financiamentos e empréstimos	237.381	251.408	241.787	256.318
Contas a pagar	39	38	9.057	9.080
Provisão para contingências	21.134	20.799	31.161	33.387
	<u>260.612</u>	<u>274.315</u>	<u>295.089</u>	<u>312.193</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Participações de minoritários</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	688.800	604.000	688.800	604.000
Reservas de capital	48.598	66.590	48.598	66.590
Reserva especial	16.529	16.529	16.529	16.529
Reservas de lucros	-	29.733	-	29.733
Lucros acumulados	82.665	63.962	82.571	63.824
	<u>836.592</u>	<u>780.814</u>	<u>836.498</u>	<u>780.676</u>
	<u>1.557.403</u>	<u>1.537.226</u>	<u>1.647.514</u>	<u>1.613.798</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

### Demonstrações de resultados trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	de 1º de abril a 30 de junho de 2006	de 1º de abril a 30 de junho de 2005	de 1º de janeiro a 30 de junho de 2006	de 1º de janeiro a 30 de junho de 2005
<b>Receita operacional bruta</b>				
Venda de produtos	344.348	297.057	443.613	390.014
<b>Deduções</b>				
Impostos e deduções da receita bruta	(88.964)	(75.264)	(106.213)	(100.127)
<b>Receita operacional líquida</b>	255.384	221.793	337.400	289.887
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	(155.565)	(122.910)	(198.899)	(157.055)
<b>Lucro bruto</b>	99.819	98.883	138.501	132.832
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>				
Vendas	(37.875)	(33.606)	(62.885)	(62.216)
Administrativas e gerais	(18.375)	(12.754)	(22.828)	(17.153)
Honorários de administração	(1.650)	(1.065)	(1.650)	(1.065)
Despesas financeiras	(55.737)	(52.916)	(70.016)	(45.255)
Receitas financeiras	73.777	50.717	81.249	54.534
Despesas tributárias	(3.506)	(4.888)	(4.675)	(5.889)
Resultado de equivalência patrimonial	(324)	9.446	-	-
Despesas com depreciação e amortização	(5.444)	(2.440)	(8.076)	(4.399)
Outras receitas (despesas) operacionais	17.902	(5.026)	20.633	(5.031)
<b>Lucro operacional</b>	68.587	46.351	70.253	46.358
Resultado não operacional	147	(803)	72	(802)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	68.734	45.548	70.325	45.556
Imposto de renda e contribuição social	(23.413)	(17.097)	(24.960)	(17.364)
<b>Lucro líquido antes das participações minoritárias</b>	45.321	28.451	45.365	28.192
<b>Participações minoritárias</b>	0	-	-	(17)
<b>Lucro líquido do período</b>	45.321	28.451	45.365	28.175
<b>Lucro líquido por lote de mil ações (quotas em 30 de junho de 2005) - RS</b>	0,20	0,05		
<b>Quantidade de ações (quotas até 30 de junho de 2005) ao final do período</b>	229.600.000	600.000.000	229.600.000	600.000.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

**Trimestres findos em 30 de junho de 2006 e 31 de março de 2006**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) iniciou suas atividades em 1961 na cidade de Fortaleza - CE, e tem por objeto social, entre outros, atuar na industrialização, comércio e distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, macarrão e farinha de trigo. A Companhia atua ainda nas seguintes atividades:

- a. fabricação de margarinas e gorduras hidrogenadas;
- b. importação, industrialização e comércio de trigo, milho, ração animal e outros cereais, bem como de mercadorias para revenda; e
- c. importação de matérias-primas, materiais secundários e materiais de embalagem destinados ao seu processo de produção.

#### ***Principais desenvolvimentos recentes***

No mês de abril de 2002 foi inaugurada na cidade de Fortaleza - CE a unidade “Gorduras e Margarinas Especiais” (GME) destinada à fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas e óleos vegetais.

Em dezembro de 2003, iniciou a operação da unidade “Grande Moinho Aratu” (GMA) na cidade de Salvador - BA, a qual compreende as atividades de industrialização e fabricação de farinha de trigo, bem como a produção e comercialização de massas e biscoitos.

A Companhia opera atualmente com seis unidades produtivas situadas em quatro estados da região Nordeste do Brasil, além de outras dezesseis filiais destinadas à armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas em nove estados do Nordeste, além de uma filial na cidade de São Caetano do Sul - SP.

Em 22 de setembro de 2003, foi adquirida por meio da sociedade controlada Green Jungle Limited a totalidade das quotas da Companhia Adria Alimentos do Brasil Ltda. (Adria), com sede na cidade de São Caetano do Sul - SP, com objetivo de consolidar e ampliar a atuação da Companhia nos mercados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A Adria Alimentos opera atualmente com quatro unidades de produção e seis outras filiais destinadas à armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas em quatro estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de uma filial em Salvador - BA.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

A Companhia detém, dentre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar e Zabet.

### ***Cisão parcial***

Em 31 de março de 2006, quotistas representando a totalidade do capital social da Companhia aprovaram em assembléia geral extraordinária a cisão parcial do acervo patrimonial da Companhia e posterior incorporação da parcela cindida por outra sociedade, em conformidade com o termo de justificação e protocolo de cisão.

Essa cisão parcial teve como objetivo a manutenção do foco estratégico da Companhia na atividade de industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, bem como de gorduras e margarinas. Os efeitos da cisão acima descrita sobre os elementos patrimoniais da Companhia podem ser assim resumidos:

	<b>R\$ mil</b>
Valor total dos elementos do ativo cindidos	375.790
Valor total dos elementos do passivo cindidos	53.986
Valor total do acervo líquido cindido	321.804

Nos termos da legislação aplicável, credores existentes antes da cisão, que porventura se julgassem prejudicados pelos atos da cisão, poderiam requerer judicialmente a anulação desses atos num prazo de 90 dias contados a partir de 08 de maio de 2006, data de publicação dos respectivos atos de cisão. Esse prazo expirou no dia 08 de agosto de 2006 e nenhum credor se manifestou sobre eventuais efeitos da cisão ou requereu a anulação dos atos.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### ***Registro de companhia aberta e registro de oferta***

A Companhia protocolou, em 19 de maio de 2006, pedido de registro de companhia aberta e pedido de registro de Oferta secundária de ações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 20 de junho de 2006, a CVM formulou exigências relativamente a ambos os pedidos de registro, por meio do ofício CVM/SRE/SEP No 72/2006. Em função de condições adversas de mercado que tornaram desaconselhável a manutenção do cronograma original da Oferta, a Companhia protocolou, em 1º de agosto de 2006, pedido de prorrogação do prazo para atender às exigências constantes do ofício para 13 de setembro de 2006.

### ***Modificação da forma jurídica da sociedade***

Em 06 de abril de 2006, quotistas representando a totalidade do capital social da sociedade deliberaram por unanimidade alterar a forma jurídica da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. para sociedade anônima sob a nova denominação de M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, mantendo-se inalterados todos os direitos e obrigações sociais, o patrimônio e o objeto social. Os atos societários que formalizam esta alteração foram protocolados na junta comercial do Estado do Ceará em 05 de maio de 2006 e arquivados na referida junta comercial em 03 de agosto de 2006.

## **2 Apresentação das informações trimestrais**

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

A comparação entre os períodos apresentados nas informações trimestrais deve considerar os efeitos da cisão parcial mencionados na Nota Explicativa 1 - Contexto operacional. No intuito de permitir uma melhor comparabilidade das informações trimestrais, a Companhia apresenta na Nota Explicativa 20 - Informações financeiras consolidadas “pro forma” as demonstrações de resultados consolidadas “pro forma” para os semestres encerrados em 30 de junho de 2006 e 2005.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### ***Resumo das principais práticas contábeis***

#### *a. Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### *b. Estimativas contábeis*

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### *c. Moeda estrangeira*

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para as subsidiárias localizadas no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### *d. Ativos circulante e realizável a longo prazo*

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para devedores duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

### *e. Permanente*

- **Investimentos**

Os investimentos em Companhias controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial acrescido de ágio quando aplicável.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 8 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

- **Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período estimado de benefício futuro dos ativos intangíveis. O ativo diferido é registrado quando há uma perspectiva de aumento dos benefícios econômicos futuros relacionados a esse ativo.

*f. Passivos circulante e exigível a longo prazo*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

*g. Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371 de 27 de junho de 2003 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação			
	30/06/06		31/03/06	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
Fábrica Fortaleza Investments Inc. (b)	100,00	-	100,00	-
Green Jungle Limited (b) (c)	-	100,00	100,00	-
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	39,43	60,56	39,43	60,56
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
Green Jungle Investimentos Brasil Ltda. (c)	99,99	-	99,99	-

(a) Investimento com controle compartilhado.

(b) Investimentos no exterior.

(c) A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos aumentou capital na controlada Green Jungle Investimentos do Brasil Ltda. durante o trimestre findo em 30 de junho de 2006 através da cessão de 100% das quotas então possuídas da controlada Green Jungle Limited.



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as companhias consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

### ***Descrição dos principais procedimentos de consolidação***

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das companhias controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas informações trimestrais consolidadas.

As Companhias com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Conseqüentemente, não há destaque para participações de minoritários.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

A conciliação do resultado do período e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	<u>Resultado do semestre findo em</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>30/06/05</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
Controladora	72.446	58.243	836.592	780.814
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	<u>544</u>	<u>(62)</u>	<u>(94)</u>	<u>(138)</u>
Consolidado	<u>72.990</u>	<u>58.181</u>	<u>836.498</u>	<u>780.676</u>

### 4 Disponibilidades

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
Caixa e bancos	26.748	27.310	34.415	29.194
Aplicações financeiras em renda fixa	132.531	169.775	133.027	170.317
Aplicações financeiras no exterior	<u>221.692</u>	<u>218.267</u>	<u>242.472</u>	<u>240.523</u>
	<u>380.971</u>	<u>415.352</u>	<u>409.914</u>	<u>440.034</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que em média representaram 99,64% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,71% em 31 de março de 2006) e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxa média de 8,70% ao ano (8,60% ao ano em 31 de março de 2006) mais variação cambial do dólar norte-americano, sendo que tais aplicações financeiras podem ser resgatadas pela Empresa no exercício social subsequente ao exercício em curso, conforme previsto no art. 179 da Lei nº 6.404/76.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras em CDB têm prazo médio de duração total de aproximadamente 479 dias. As aplicações financeiras no exterior têm prazo médio de duração total de aproximadamente 1.540 dias. Todas as aplicações financeiras em aberto em 30 de junho de 2006 garantem liquidez imediata sem perda dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### 5 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
Circulante:				
No País	117.551	101.829	176.640	145.451
No exterior	-	-	531	573
Menos:				
Provisão para devedores duvidosos	<u>( 4.865)</u>	<u>( 4.600)</u>	<u>( 12.002)</u>	<u>( 11.604)</u>
	<u>112.686</u>	<u>97.229</u>	<u>165.169</u>	<u>134.420</u>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação global dos atrasos ajustada pela análise individual dos principais clientes com saldos em atraso, levando-se em consideração o conhecimento da administração do mercado de atuação da Companhia, o histórico e as garantias envolvidas em cada situação.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 6 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>
Produtos acabados	16.457	21.114	29.383	33.880
Produtos em elaboração	6.973	6.965	10.260	9.888
Matérias-primas	76.632	56.780	81.667	60.513
Materiais auxiliares e de manutenção	3.800	4.618	6.211	7.077
Materiais de embalagens e almoxarifado	28.296	25.619	34.306	32.055
Importações em andamento	<u>6.218</u>	<u>11.163</u>	<u>6.563</u>	<u>11.163</u>
	<u>138.376</u>	<u>126.259</u>	<u>168.390</u>	<u>154.576</u>

### 7 Investimentos

#### a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>
Participações em companhias controladas	151.785	147.024	-	-
Saldo de ágio apurado na aquisição de controladas	-	-	45.773	47.122
Outros	<u>944</u>	<u>939</u>	<u>142</u>	<u>137</u>
	<u>152.729</u>	<u>147.963</u>	<u>45.915</u>	<u>47.259</u>

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### b. Movimentação dos investimentos em controladas (controladora)

	Petroposto Ltda.	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltd.	Term. Port. Cotegipe Ltda.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil Ltda.	Porto Cotegipe Logística Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2005	1.835	2.356	21.477	94.881	22.658	1.572	10	25	28.708	173.522
Equivalência patrimonial	-	51	1.553	4.623	-	( 522)	-	-	945	6.650
Varição cambial	-	-	( 1.544)	( 6.822)	-	( 114)	-	-	-	( 8.480)
Devolução de capital	-	( 150)	-	-	-	-	-	-	-	( 150)
Cisão	(1.835)	-	-	-	(22.658)	-	-	(25)	-	( 24.518)
Saldo em 31 de março de 2006	<u>-</u>	<u>2.257</u>	<u>21.486</u>	<u>92.682</u>	<u>-</u>	<u>936</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>29.653</u>	<u>147.024</u>

	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltd.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Total
Saldos em 31 de março de 2006	2.257	21.486	92.682	936	10	29.653	147.024
Equivalência patrimonial	(8)	(631)	(1.907)	362	(709)	2.557	(336)
Varição cambial	-	(76)	5.192	(5)	-	-	5.111
Transferência de controle	-	-	(95.967)	-	95.967	-	-
Devolução de capital	( 14 )	-	-	-	-	-	(14)
Cisão	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2006	<u>2.235</u>	<u>20.779</u>	<u>-</u>	<u>1.293</u>	<u>95.268</u>	<u>32.210</u>	<u>151.785</u>

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas. A amortização do ágio é registrada em função do prazo das projeções de rentabilidade futura que são revisadas anualmente e que não supera o período de dez anos.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### c. Informações das investidas

	<b>Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.</b>		<b>Fábrica Fortaleza Investments Inc.</b>		<b>Green Jungle Limited</b>	
	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>
Capital social	6.579	6.579	5.956	5.978	95.259	82.556
Quotas possuídas	2.193	2.193	10	10	44.013	38.002
Patrimônio líquido	6.704	6.777	20.779	21.482	95.259	92.682
Patrimônio líquido ajustado						
Lucro (prejuízo) líquido do período	125	52	924	1.553	7.528	4.623
Participação no capital social, no final do período - %	33,33%	33,33%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	2.234	2.259	20.779	21.482	0	92.682

	<b>Adria Alimentos do Brasil Ltda.</b>		<b>M.Dias Branco International Trading LLC</b>		<b>Green Jungle Investimentos Brasil Ltda.</b>	
	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>
Capital social	81.150	81.150			95.977	10
Quotas possuídas	32.000	32.000	0	0	9.598.696	1.000
Patrimônio líquido	81.683	72.201	1.293	937	95.269	10
Patrimônio líquido ajustado						
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.914	2.398	-161	-522	-708	
Participação no capital social, no final do período - %	39,43%	39,43%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%
Participação no patrimônio líquido	32.210	29.654	1.293	937	95.269	10

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 8 Imobilizado

#### Controladora

	Taxa de depreciação % a.a.	30/06/06			31/03/06
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	237.948	( 37.221)	200.727	203.488
Máquinas e equipamentos	10	474.649	(196.722)	277.927	276.577
Móveis e utensílios	10	18.924	( 6.669)	12.255	12.125
Veículos	25	40.955	( 26.703)	14.252	14.188
Equipamentos de computação	20	16.498	( 8.020)	8.478	8.905
Instalações	10	64.918	( 17.716)	47.202	48.738
Terrenos		17.510	-	17.510	17.423
Benfeitorias	4	14.295	( 4.756)	9.539	9.682
Marcas e patentes		972	-	972	951
Obras em andamento		70.582	-	70.582	63.909
Peças e materiais de reposição	10	1.015	( 312)	703	710
Importações em andamento		102	-	102	1.263
Adiantamentos a fornecedores		3.908	-	3.908	6.957
Outros		<u>8.392</u>	<u>-</u>	<u>8.392</u>	<u>5.447</u>
		<u>970.668</u>	<u>(298.119)</u>	<u>672.549</u>	<u>670.363</u>

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### Consolidado

	Taxa de depreciação % a.a.	30/06/06			31/03/06
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	257.180	( 47.686)	209.494	213.442
Máquinas e equipamentos	10	575.716	(262.141)	313.575	313.392
Móveis e utensílios	10	21.224	(7.743)	13.481	13.276
Veículos	25	47.147	(31.752)	15.395	15.396
Equipamentos de computação	20	18.738	(9.478)	9.260	9.731
Instalações	10	66.760	(19.119)	47.641	49.200
Terrenos		19.454	-	19.454	20.231
Benfeitorias	4	14.466	(4.756)	9.710	8.913
Marcas e patentes		1.345	-	1.345	1.325
Obras em andamento		76.208	-	76.208	67.862
Peças e materiais de reposição	10	1.016	(312)	704	1.920
Importações em andamento		1.361	-	1.361	3.790
Adiantamentos a fornecedores		5.962	-	5.962	6.959
(-) Provisão para desvalorização		(755)	-	(755)	(755)
Outros		<u>8.391</u>	<u>-</u>	<u>8.391</u>	<u>5.447</u>
		<u>1.114.213</u>	<u>(382.987)</u>	<u>731.226</u>	<u>730.129</u>



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### **Movimentação do custo**

*Controladora*

	<b>31/03/06</b>	<b>Trimestre findo em</b>		<b>30/06/06</b>
	<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Custo</b>
Edificações	237.952		(4)	237.948
Máquinas e equipamentos	464.609	11.074	(1.034)	474.649
Móveis e utensílios	18.484	505	(65)	18.924
Veículos	40.006	1.357	(408)	40.955
Equipamentos de computação	16.315	214	(31)	16.498
Instalações	64.820	103	(5)	64.918
Terrenos	17.423	87	-	17.510
Benfeitorias	14.295		-	14.295
Marcas e patentes	951	21	-	972
Obras em andamento	63.909	6.673	-	70.582
Peças e materiais de reposição	987	28	-	1.015
Importações em andamento	1.263		(1.160)	103
Adiantamentos a fornecedores	6.958		(3.050)	3.908
Outros	<u>5.447</u>	<u>2.944</u>	<u>-</u>	<u>8.391</u>
	<u>953.419</u>	<u>23.006</u>	<u>(5.757)</u>	<u>970.668</u>

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### Consolidado

	31/03/06	Trimestre findo em		30/06/06
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	257.184	-	(4)	257.180
Máquinas e equipamentos	565.666	11.287	(1.237)	575.716
Móveis e utensílios	20.680	610	(66)	21.224
Veículos	46.146	1.437	(436)	47.147
Equipamentos de computação	18.531	246	(39)	18.738
Instalações	66.662	103	(5)	66.760
Terrenos	20.231	87	(864)	19.454
Benfeitorias	14.466	-	-	14.466
Marcas e patentes	1.325	20	-	1.345
Obras em andamento	67.862	8.347	(1)	76.208
Peças e materiais de reposição	987	29	-	1.016
Importações em andamento	2.474	-	(1.113)	1.361
Adiantamentos a fornecedores	9.485	-	(3.523)	5.962
(-) Provisão para desvalorização	(755)	-	-	(755)
Outros	5.447	2.944	-	8.391
	<u>1.096.391</u>	<u>25.110</u>	<u>(7.288)</u>	<u>1.114.213</u>

## 9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2006 e em 31 de março de 2006, bem como as transações que influenciaram o resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas subsidiárias (inclusive as entidades cindidas, conforme Nota Explicativa 1 - Contexto operacional), as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	30 de junho de 2006					
	Controladas					
	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Green Jungle Limited	M. Dias Branco International Trading LLC	Green Jungle Investments Brasil Ltda	Fábrica Fortaleza Investments INC.	TERGRAN - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.
Ativo circulante						
Contas a receber	22.874					
Investimentos	32.210	-	1.293	95.268	20.779	2.235
Adiantamento para subscrição de capital						875
Contas a receber de Controladas						
No circulante						51
Mútuo						
No longo prazo						
Créditos com pessoas ligadas						
Participações em sociedades controladas/coligadas						
Outros ativos						
Passivo circulante						
Fornecedores/ctas a pagar						
Empréstimo e financiamentos						
Juros sobre o capital próprio e dividendos						
Créditos com pessoas ligadas						
Recursos para futuro aumento de Capital						
Adiantamento p/ subscrição de Capital						-
Outras Obrigações						

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<b>30 de junho de 2006</b>				<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Outras Partes Relacionadas</b>				<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
	<b>Porto Cotegipe Logística Ltda.</b>	<b>IDIBRA Participações Ltda.</b>	<b>TPC-Terminal Protuário Cotegipe Ltda.</b>	<b>Distribuidora Brasileira de Alimentos-Sergipe</b>	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>	<b>30/06/2006</b>	<b>31/03/2006</b>
Ativo circulante								
Contas a receber					22.874	18.717	-	425
Investimentos					151.785	147.901	-	-
Adiantamento para subscrição de capital					875	-	-	-
Contas a receber de Controladas					-	-	-	-
No circulante					51	-	-	-
Mútuo		7		98	-	105	105	105
No longo prazo					-	-	-	-
Créditos com pessoas ligadas		50	580		875	54	630	54
Participações em sociedades controladas/coligadas					-	-	-	-
Outros ativos					-	-	-	-
Passivo circulante					-	-	-	-
Fornecedores/ctas a pagar					-	13.815	-	-
Emprestimo e financiamentos					-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos					-	-	-	-
Créditos com pessoas ligadas	26				-	26	26	-
Recursos para futuro aumento de Capital					-	-	-	-
Adiantamento p/ subscrição de Capital					-	-	-	-
Outras Obrigações					-	-	-	-

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

31 de março de 2006							
Controladas							
	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Green Jungle Limited	M. Dias Branco International Trading LLC	M. Dias Branco International Trading Uruguay	Green Jungle Investments Brasil Ltda	Fábrica Fortaleza Investments INC.	TERGRAN Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.
Ativo circulante							
Contas a receber	18.292						
Investimentos	29.653	92.682	936		10	21.486	3.134
Contas a receber de Controladas							
No circulante							
No curto prazo ( mútuo )							
No longo prazo							
Créditos com pessoas ligadas							
Participações em sociedades controladas/coligadas							
Outros ativos							
Passivo circulante							
Fornecedores/ctas a pagar	13.815						
Empréstimo e financiamentos							
Juros sobre o capital próprio e dividendos							
Créditos com pessoas ligadas							
Recursos para futuro aumento de Capital							
Adiantamento p/ subscrição de Capital							
Outras Obrigações							

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

<b>31 de março de 2006</b>									
	<b>Outras Partes Relacionadas</b>					<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Porto Cotegipe Logística Ltda.</b>	<b>IDIBRA Participações Ltda.</b>	<b>Praia Centro Hotéis, Viagens e turismo Ltda.</b>	<b>Distribuidora Brasileira de Alimentos- Maceió</b>	<b>Distribuidora Brasileira de Alimentos- Sergipe</b>	<b>Total 2006</b>	<b>Total 2005</b>	<b>Total 2006</b>	<b>Total 2005</b>
Ativo circulante									
Contas a receber				425		18.717	15.968	425	425
Investimentos						147.901	175.652	-	-
Contas a receber de Controladas						-	-	-	-
No circulante						-	-	-	-
No curto prazo ( mútuo )		7			98	105	105	105	105
No longo prazo						-	-	-	-
Créditos com pessoas ligadas		54				54	15.468	54	736
Participações em sociedades controladas/coligadas						-	-	-	-
Outros ativos						-	-	-	-
Passivo circulante						-	-	-	-
Fornecedores/ctas a pagar						13.815	13.811	-	-
Empréstimo e financiamentos						-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos						-	-	-	-
Créditos com pessoas ligadas	26					26	36	-	-
Recursos para futuro aumento de Capital						-	-	-	-
Adiantamento p/ subscrição de Capital						-	24	-	24
Outras Obrigações						-	-	-	-

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<b>Semestre findo em 30 de junho de 2006</b>					
	<b>Controladas</b>					
						<b>TERGRAN</b>
	<b>Adria Alimentos do Brasil Ltda.</b>	<b>Green Jungle Limited</b>	<b>M. Dias Branco International Trading LLC</b>	<b>M. Dias Branco International Trading Uruguay</b>	<b>Green Jungle Investments Brasil Ltda.</b>	<b>Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.</b>
Resultados						
Receitas de Produtos e serviços	36.617					
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19		75.763	10.335		1.173
Comercialização dos Produtos e serviços						
Despesas vendas						
Despesas gerais e administrativas						
Despesas financeiras						
Resultado de participações Societárias						

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

Semestre findo em 30 de junho de 2006									
Outras Partes Relacionadas						Controladora		Consolidado	
						Total	Total	Total	Total
	M.Dias Adm. Part.Ltda	IDIBRA Participações Ltda.	Praia Centro Hotéis, Viagens e turismo Ltda.	Distribuidora Brasileira de Alimentos- Maceió	Distribuidora Brasileira de Alimentos- Sergipe	30/06/2006	31/12/2005	30/06/2006	31/12/2005
Resultados									
Receitas de									
Produtos e									
serviços						36.617	85.068	-	-
Custo dos produtos									
vendidos e									
serviços prestados						87.290	199.210	-	-
Comercialização									
dos Produtos e									
serviços						-	-	-	-
Despesas vendas							3.948	-	-
Despesas gerais e									
administrativas	12						447	635	447
Despesas									
financeiras			623				6.518	-	-
Resultado de									
participações									
Societárias						-	-	-	-



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<b>Semestre findo em 30 de junho de 2005</b>					
	<b>Controladas</b>					
	<b>Adria Alimentos do Brasil Ltda.</b>	<b>Green Jungle Limited</b>	<b>M. Dias Branco International Trading LLC</b>	<b>M. Dias Branco International Trading Uruguay</b>	<b>Petroposto Comercial Derivados de Petróleo Ltda</b>	<b>TERGRAN Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.</b>
Resultados						
Receitas de Produtos e serviços	37.190					
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	39			87.922		1.104
Comercialização dos Produtos e serviços						
Despesas vendas					1.902	
Despesas gerais e administrativas						
Despesas financeiras	4.779					
Resultado de participações Societárias						

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

Semestre findo em 30 de junho de 2005									
Outras Partes					Controladora		Consolidado		
Relacionadas					Total	Total	Total	Total	
	M.Dias Adm. Part.Ltda	IDIBRA Participações Ltda.	Praia Centro Hotéis, Viagens e turismo Ltda.	Distribuidora Brasileira de Alimentos- Maceió	Distribuidora Brasileira de Alimentos- Sergipe	30/06/2005	31/12/2004	30/06/2005	31/12/2004
Resultados									
Receitas de Produtos e serviços						37.190	76.425	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados						89.065	2.042	-	-
Comercialização dos Produtos e serviços						-	-	-	-
Despesas vendas						1.902	3.458	-	-
Despesas gerais e administrativas	12		158			-	253	170	253
Despesas financeiras						4.779	-	-	-
Resultado de participações Societárias						-	-	-	-

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, cindida em 31 de março de 2006, conforme comentado na Nota Explicativa 1 - Contexto operacional, com o Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e equipamentos do terminal portuário localizado no complexo onde está inserida a filial Grande Moinho Aratu em Salvador - BA, no montante de aproximadamente R\$ 35.000. Os dois contratos têm vencimento em 28 de junho de 2015, sendo que um deles também é garantido pela hipoteca do imóvel onde está instalado o Grande Moinho Aratu.

### 10 Diferido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
Ágio sobre investimentos incorporados	-	-	45.502	45.502
Pesquisa, desenvolvimento e gastos pré-operacionais	35.821	3:	43.489	42.786
(-) Amortização acumulada	<u>(21.001)</u>	<u>(20.028)</u>	<u>(55.298)</u>	<u>(53.054)</u>
	<u>14.820</u>	<u>15.092</u>	<u>33.693</u>	<u>35.234</u>

Os ágios incorporados estão sendo amortizados em função da geração de resultados pelos investimentos incorporados, com base em estudos técnicos de rentabilidade futura, não superando o prazo máximo de dez anos.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se a novos produtos e são amortizados em cinco anos ou imediatamente, caso não exista perspectiva de geração de benefícios futuros. Os gastos pré-operacionais, que incluem principalmente remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel de equipamentos, foram diferidos na fase de construção das unidades Grande Moinho Aratu, Grande Moinho Tambaú, Gorduras e Margarinas Especiais e Grande Moinho Potiguar, até o momento em que estas unidades passaram a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de cinco anos.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 11 Financiamentos e empréstimos

#### Controladora

	Indexador	Juros (a.a.)	Data final de vencimento	30/06/06	31/03/06
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP	3,25%	15/04/11	28.281	28.358
FINAME-BNDES	TJLP	2,49%	15/07/09	60.700	65.549
FINAME-INSUMOS		18,28%	30/01/07	1.680	-
Incentivos Fiscais (PROADI-GMP)	TR		10/09/06	1.133	1.729
Incentivos Fiscais (PROVIN-MOINHO)	TR		30/01/08	33.408	39.727
Incentivos Fiscais (PROVIN-MOINHO)	TJLP		30/06/09	18.315	15.934
Incentivos Fiscais (PROVIN-GME)	TJLP		30/06/09	8.992	4.932
Incentivos Fiscais (DESENVOLVE)	TJLP		10/07/07	13.742	13.115
EMPRÉSTOMO BNB-FNE		14,00%	29/09/15	81.900	81.930
MORDEMAQ		12,08%	15/11/10	1.308	1.033
BNDES - PROGEREN	TJLP	3,50%	16/07/07	63.587	61.829
Empréstimos bancários - Capital giro	CDI	3,50%	15/12/06	7.519	4.059
				<u>320.565</u>	<u>318.195</u>
Moeda estrangeira:					
Financiamentos de importação insumos	USD	5,22%	12/06/07	229.217	257.118
Máquinas	USD	Libor* + 1,0%	30/11/09	10.945	12.890
Máquinas	USD	5,00%	10/02/14	24.270	24.062
Máquinas	EURO	Eurolibor**+ 1%	28/11/08	928	1.072
				<u>265.360</u>	<u>295.142</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante				<u>(348.544)</u>	<u>(361.929)</u>
Exigível a longo prazo				<u>237.381</u>	<u>251.408</u>

\* Libor semestral

\*\* Eurolibor semestral

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### Consolidado

	Indexador	Juros (a.a.)	Data final de vencimento	30/06/06	31/03/06
Moeda nacional:					
FINAME	TJLP	3,25%	15/04/11	29.534	35.489
FINAME-BNDES		2,49%	15/05/09	60.700	65.549
FINAME-INSUMOS		18,28%	30/01/07	1.680	-
Incentivos Fiscais (PROADI-GMP)	TR		10/09/06	1.133	1.729
Incentivos Fiscais (PROVIN-MOINHO)	TR		30/01/08	33.408	39.727
Incentivos Fiscais (PROVIN-MOINHO)	TJLP		30/06/09	18.315	15.934
Incentivos Fiscais (PROVIN-GME)	TJLP		30/06/09	8.992	4.932
Incentivos fiscais (DESENVOLVE)	TJLP		10/07/07	13.742	13.115
EMPRÉSTOMO BNB-FNE		14,00%	29/09/15	83.580	81.930
MORDEMAQ		12,08%	15/11/10	1.308	1.033
BNDES - PROGEREN	TJLP	3,50%	16/07/07	63.587	61.829
Empréstimos bancários - Capital giro	CDI	3,50%	15/12/06	12.405	4.059
				<u>328.384</u>	<u>325.326</u>
Moeda estrangeira:					
Financiamentos de importação insumos	USD	5,22%	12/06/07	239.509	267.323
Máquinas	USD	Libor* + 1,0%	30/11/09	10.946	12.890
Máquinas	USD	5,00%	10/02/14	24.270	24.062
Máquinas	EURO	Eurolibor**+ 1%	28/11/08	929	1.071
				<u>275.654</u>	<u>305.346</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante				(362.251)	(374.354)
Exigível a longo prazo				<u>241.787</u>	<u>256.318</u>

\* Libor semestral

\*\* Eurolibor semestral

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

Os contratos de FINAME/BNDES e FNE têm o período de carência de 12 meses e 36 meses, respectivamente. Os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência e após o período de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. O financiamento através do PROGEREM, tem carência de principal e juros de 12 meses, com pagamento de juros e principal devidos mensalmente após esse período. Os financiamentos externos para capital de giro e importações de máquinas e equipamentos, têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal.

Os incentivos fiscais têm os seguintes vencimentos de principal e juros:

PROADI: trimestral;

PROVIN: triênio;

DESENVOLVE: anual.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
Ano de vencimento:				
2007	24.549	37.751	25.654	37.751
2008	87.374	79.707	88.479	81.122
2009	39.664	49.514	40.769	51.166
2010	23.290	23.327	24.190	24.622
2011 até 2015	<u>62.504</u>	<u>61.109</u>	<u>62.695</u>	<u>61.657</u>
Total	<u>237.381</u>	<u>251.408</u>	<u>241.787</u>	<u>256.318</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 604.037 (R\$ 630.672 em 31 de março de 2006).

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

Alguns financiamentos, tais como, contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados. Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, requerem a manutenção de determinados indicadores financeiros, tais como, o nível de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou superior a 50%, e o nível de liquidez entre o saldo da rubrica “disponível” e o saldo devedor do financiamento igual ou superior a 50%; restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária; exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) nem ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME.

### **12 Provisão para contingências**

A Empresa e suas controladas efetuam periodicamente a avaliação de seus riscos contingentes, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, podendo ser classificados como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas, em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Esses processos judiciais encontram-se em discussão em várias instâncias, desde administrativas até instâncias judiciais inferiores e superiores, sendo que as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada processo. Do total das contingências trabalhistas e cíveis, aproximadamente 0,6% estão sendo discutidas em âmbito administrativo e, aproximadamente, 99,4% estão sendo discutidas em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já das contingências Tributárias cerca de 36,59% estão sendo discutidas em âmbito administrativo e, aproximadamente, 63,41% estão sendo discutidas em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

Abaixo, detalhamos as provisões registradas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
Trabalhistas e cíveis	2.082	2.082	11.764	10.404
Tributárias	17.535	17.200	17.880	21.466
Outros	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>
	<u>21.134</u>	<u>20.799</u>	<u>31.161</u>	<u>33.387</u>

### a. *Movimentação dos processos*

*Controladora*

	<u>31/12/05</u>	<u>Trimestre findo em 31/03/06</u>			<u>Saldo</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Adição a provisão</u>	<u>Utilização</u>	<u>Estornos</u>	
Cíveis e trabalhistas	2.082	-	-	-	2.082
Tributárias	17.200	-	-	-	17.200
Outras	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>20.799</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.799</u>



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/06</u>	<u>Trimestre findo em 30/06/06</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Cíveis e trabalhistas	2.082	-	-	-	2.082
Tributárias	17.200	335	-	-	17.535
Outras	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>20.799</u>	<u>335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.134</u>
<i>Consolidado</i>					
	<u>31/12/05</u>	<u>Trimestre findo em 31/03/06</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Cíveis e trabalhistas	10.404	-	-	-	10.404
Tributárias	21.466	-	-	-	21.466
Outras	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>33.387</u>	<u>=</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.387</u>
	<u>31/03/06</u>	<u>Trimestre findo em 30/06/06</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Cíveis e trabalhistas	10.404	1.360	-	-	11.764
Tributárias	21.466	335	-	(3.921)	17.880
Outras	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>33.387</u>	<u>1.695</u>	<u>-</u>	<u>(3.921)</u>	<u>31.161</u>

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### **b. Natureza dos processos**

#### *Cíveis e trabalhistas*

A Companhia é parte em aproximadamente 300 processos judiciais de natureza trabalhista, cujo valor total envolvido é de aproximadamente R\$ 25.100, compreendendo diversas demandas por parte dos reclamantes. A Companhia figura ainda como ré em aproximadamente 130 ações de natureza cível, com valor envolvido aproximado de R\$ 30.300. A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

As provisões para contingências constituídas representam a melhor estimativa da administração em relação aos riscos de perda envolvidos nesses processos.

#### *Tributárias*

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>	<b>30/06/06</b>	<b>31/06/06</b>
Autos de infração do IRPJ e da CSLL (a)	11.823	11.488	12.168	15.754
CPMF - Depósito judicial (b)	1.925	1.925	1.925	1.925
IPI - Depósito judicial (c)	<u>3.787</u>	<u>3.787</u>	<u>3.787</u>	<u>3.787</u>
	<u>17.535</u>	<u>17.200</u>	<u>17.880</u>	<u>21.466</u>

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

- (a)** A Companhia defende-se de duas autuações fiscais lavradas em 2005 referentes à exclusão da contribuição social da base de imposto de renda da pessoa jurídica cujo risco de perda é considerado provável pela administração e seus assessores jurídicos, em função principalmente da jurisprudência desfavorável. O processo encontra-se atualmente no Primeiro Conselho Contribuintes-MF-DF. A controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda. foi autuada em razão do não cumprimento de obrigações acessórias em relação ao direito de suspender/reduzir os recolhimentos mensais de imposto de renda e contribuição social do exercício 2002. O processo tem valor envolvido de aproximadamente R\$ 70.000. As parcelas dos autos de infração consideradas como de risco de perda provável foram provisionadas até o trimestre encerrado em 31 de março de 2006. Durante o trimestre encerrado em 30 de junho de 2006, a Companhia obteve decisão favorável unânime no âmbito do conselho de contribuintes. Com base neste novo elemento, a administração, em conjunto com seus assessores jurídicos re-avaliou o risco de perda envolvido, tendo concluído que este não é mais provável. Consequentemente, o montante de R\$ 3.921 foi revertido da provisão para contingências.
- (b)** A Companhia ingressou com Mandado de Segurança e efetuou depósito judicial visando o não recolhimento da CPMF durante o exercício social de 1999. O processo encontra-se em 1ª instância na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará. A administração considera o risco de perda como provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência desfavorável.
- (c)** A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, no âmbito da 8ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª região e a administração considera o risco de perda como provável em função da avaliação das características específicas do processo por seus assessores jurídicos. Não há jurisprudência sobre o caso.

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento. Essas contingências, cujas expectativas de êxito, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizavam aproximadamente R\$ 149.000.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Provisão para devedores duvidosos	1.654	1.564	1.654	1.564
Provisão para contingências	7.186	7.072	7.186	7.072
Provisão para perdas - Outros créditos	1.637	1.637	1.637	1.637
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>70</u>
	<u>10.477</u>	<u>10.273</u>	<u>10.525</u>	<u>10.343</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com devedores duvidosos.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>30/06/05</u>	<u>30/06/06</u>	<u>30/06/05</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	111.634	86.311	114.769	88.833
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	37.956	29.346	39.021	30.203
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	4.691	8.637	7.974	11.494

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>30/06/05</u>	<u>30/06/06</u>	<u>30/06/05</u>
Exclusões permanentes:				
Receitas isentas de impostos	(3.459)	(9.915)	(3.781)	(8.388)
Efeito do não reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos na Adria	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.435)</u>	<u>(2.675)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	39.188	28.068	41.779	30.634
Alíquota efetiva	35%	33%	36%	34%

### 14 Patrimônio líquido (controladora)

#### a. Capital social

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 - Contexto operacional, em 06 de abril de 2006, quotistas representando a totalidade do capital da Companhia então denominada M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. deliberaram sobre a transformação da Companhia em sociedade anônima. Neste mesmo ato aprovaram o novo estatuto social o qual determinou a conversão de cada uma das 604.000.000 de quotas existentes em 31 de março de 2006 em 604.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, já totalmente subscritas, integralizadas e distribuídas aos acionistas na mesma quantidade e proporção das quotas por eles então possuídas. Essas ações ordinárias foram posteriormente agrupadas à razão de 3:1, desprezando-se as partes fracionárias, totalizando então 201.333.333 ações.

Em 11 de abril de 2006, foi aprovado pelos acionistas aumento do capital social da Companhia no total de R\$ 84.800, mediante a capitalização das Reservas de Capital, Reservas de Lucros e de Lucros Acumulados, passando o capital social para R\$ 688.800, dividido em 229.600.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### **b. Reservas**

#### *Reserva legal*

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### *Reserva estatutária*

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido, a título de “Reserva para Plano de investimento”, apurado em cada exercício social, até o limite de 30% do capital social, visando o fortalecimento do capital de giro da sociedade e o reinvestimento de recursos gerados internamente, objetivando a expansão dos negócios sociais.

#### *Dividendos*

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

#### *Reservas de capital - incentivos fiscais*

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento do setor público:

#### *“DESENVOLVE” - Estado da Bahia*

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à instalação da filial Grande Moinho Aratu em Salvador - BA. O incentivo consiste basicamente no parcelamento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento, de até 90% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado. O eventual atraso ou falta de pagamento do ICMS devido gera suspensão do benefício.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### *“PROVIN” - Estado do Ceará*

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à instalação das unidades: (i) Moinho Dias Branco; e (ii) Gorduras e Margarinas Especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste basicamente no parcelamento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento, de 56,25% do montante do ICMS devido ao Estado do Ceará pelas aquisições de trigo em grão. A legislação atual estabelece parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O benefício está condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

O incentivo é válido até dezembro de 2015 para a unidade Moinho Dias Branco e março de 2017 para a unidade Gorduras e Margarinas Especiais.

### *“PROADI” - Estado do Rio Grande do Norte*

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à unidade Grande Moinho Potiguar em Natal - RN. O benefício consiste basicamente no parcelamento do imposto, e seu posterior desconto, quando do vencimento, de 74,25% do montante do ICMS devido ao Estado do Rio Grande do Norte pelas aquisições de trigo em grão, caso o investimento supere R\$ 20.000. Na hipótese de investimentos abaixo desse montante, a subvenção corresponderá a apenas 59,4% do montante do ICMS devido.

O incentivo foi concedido até fevereiro de 2014.

### *“FAIN” - Estado da Paraíba*

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à unidade Grande Moinho Tambau em Cabedelo - PB. O benefício consiste em crédito presumido de 81% do ICMS devido nas operações de aquisição de trigo em grão.

O incentivo foi concedido até janeiro de 2015.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### *Incentivo federal - “Lucro da exploração”*

No âmbito das regras de incentivos fiscais de redução do imposto de renda, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Companhia é beneficiária atualmente de redução de 25% a 75% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades Fábrica Fortaleza, Moinho Dias Branco, Grande Moinho Potiguar, Grande Moinho Aratu (atividade - farinha de trigo e subprodutos do trigo) e Divisão GME-Gorduras e Margarinas Especiais. Os prazos de vigências do benefício estão detalhados a seguir:

<b>Unidades industriais</b>	<b>Percentual de redução</b>	<b>Período de validade</b>
Fábrica Fortaleza	25%	até dez/2008
	12,5%	de jan/2009 até dez/2013
Moinho Dias Branco	25%	até dez/2008
	12,5%	de jan/2009 até dez/2013
Divisão GME - Gorduras e Margarinas Especiais	75%	até dez/2012
Grande Moinho Potiguar	75%	até dez/2010
Grande Moinho Aratu	75%	até dez/2013

A Companhia protocolou, em 13 janeiro de 2006, pedido à Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, requerendo a emissão de novo laudo constitutivo necessário à manutenção do incentivo do lucro da exploração à plena capacidade, concedido às unidades Fábrica Fortaleza e Moinho Dias Branco, uma vez que o prazo de concessão do incentivo nas mesmas bases de 2003, 2004 e 2005 expirou em 31 de dezembro de 2005.

### *Reserva especial - Lei 8.200/1991*

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente.



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 15 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2006 e 31 de março de 2005 estão identificados a seguir:

*Controladora*

Descrição	30/06/06		31/03/06	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	26.748	26.748	27.310	27.310
Aplicações financeiras	354.223	352.512	388.042	385.108
Mútuos a receber	105	105	105	105
Adiantamentos para futuro aumento de capital	877	877	877	877
Impostos a recuperar	19.404	19.404	15.085	15.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.477	10.477	10.273	10.273

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

Investimentos	30/06/06		31/03/06	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Investimentos				
Avaliados pelo custo:				
Sem cotação em bolsa	944	944	939	939
Avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial				
Sem cotação em bolsa	151.785	151.785	147.024	147.024
	30/06/06		31/03/06	
Empréstimos e financiamentos	Saldo Contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Em moeda nacional	244.975	244.975	242.758	242.758
Em moeda nacional - Incentivos fiscais	75.590	75.590	75.437	75.437
Em moeda estrangeira	<u>265.360</u>	<u>265.556</u>	<u>295.142</u>	<u>296.324</u>
Total	<u>585.925</u>	<u>586.121</u>	<u>613.337</u>	<u>614.519</u>

### Consolidado

Descrição	30/06/06		31/03/06	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	34.415	34.415	29.194	29.194
Aplicações financeiras	375.499	373.979	410.840	407.373
Mútuos a receber	105	105	105	105
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.153	2.153	-	-
Impostos a recuperar	21.271	21.271	16.606	16.606
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.525	10.525	10.343	10.343



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### *Investimentos*

Os valores de mercado para os investimentos constantes nos balanços consolidados são considerados semelhantes aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado.

### *Empréstimos e financiamentos*

Os valores de mercado dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuro e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

Os valores de mercado para o financiamento de BNDES/FINAME E FNE são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

### *Derivativos*

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2006 e 2005.

### *Limitações*

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

### **c. Risco de crédito**

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). A Companhia possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, no montante consolidado de R\$ 12.002 (R\$ 11.604 em 31 de março de 2006) representativos de 7% do saldo de contas a receber em aberto (8% em 31 de março de 2006), para fazer face ao risco de crédito.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### **d. Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o semestre findo em 30 de junho de 2006 com variação semestral (desvalorização) em relação ao Real de aproximadamente 7,50% (11,45% negativo em 30 de junho de 2005).

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos suscetíveis também, à variação cambial, conforme quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>	<u>31/03/06</u>
A. Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira	265.416	295.142	275.709	305.346
B. Ativos em moeda estrangeira	<u>221.691</u>	<u>218.266</u>	<u>242.471</u>	<u>240.523</u>
C. Déficit apurado (A-B)	<u>43.725</u>	<u>76.876</u>	<u>33.238</u>	<u>64.823</u>

### **e. Risco de preço**

O preço de nossas matérias-primas e insumos é volátil. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, poderemos não ser capazes de repassar tais aumentos aos preços de nossos produtos, o que poderá vir a impactar a nossa margem de lucro.

### **f. Risco de taxa de juros**

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxas de juros flutuantes.

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 16 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de junho de 2006, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 27.100 para danos materiais e lucros cessantes (R\$ 26.100 em 31 de março de 2006), R\$ 7.300 para cobertura de veículos próprios (R\$ 6.620 em 31 de março de 2006) e R\$ 10.000 para aeronaves locadas (R\$ 25.146 em 31 de março de 2006).

### 17 Arrendamento mercantil

A Companhia é locatária junto à Companhia Rowena S.A., localizada no Uruguai e de propriedade do sócio controlador e Diretor Presidente da Companhia, de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação. A posição desse contrato em 30 de junho de 2006 é a seguinte:

Bens	Aluguel trimestral	Prazo da locação	Opção de compra
Aeronave Cessna 560 (Citation XLS)	US\$ 322 mil	120 meses	Não prevista

### 18 Prejuízos fiscais a compensar

Em 30 de junho de 2006, a controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda. possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	RS
a. Prejuízos fiscais apurados até 30 de junho de 2006	33.358.369
b. Base negativa de contribuição social	42.878.914

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### **19 Remuneração dos administradores**

O estatuto social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia, portanto o valor de participação nos períodos é zero. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente na Demonstrações do resultado do exercício, antes do lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei 6.404/76.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da Empresa, por serviços nas respectivas áreas de competência, foi de R\$ 2.960 no semestre findo em 30 de junho de 2006 (R\$ 2.039 no semestre findo em 30 de junho de 2005) e de R\$ 1.650 no trimestre findo em 30 de junho de 2006 (R\$ 1.065 no trimestre findo em 30 de junho de 2005).

### **20 Informações financeiras consolidadas “pro forma”**

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 - Contexto operacional, em 31 de março de 2006, os quotistas representando a totalidade do capital social da Companhia aprovaram a cisão parcial de seu acervo patrimonial e posterior incorporação na Companhia DIBRA Participações Ltda. Este fato altera a comparabilidade das informações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005. Sendo assim, visando permitir uma melhor comparabilidade e melhor compreensão do comportamento dos números da Companhia, estão sendo apresentadas a seguir as demonstrações de resultados consolidadas “pro forma” de 30 de junho de 2006 e 2005. As premissas utilizadas na elaboração dessas informações “pro forma” foram as seguintes:

- a. As demonstrações de resultados consolidadas pro forma foram preparadas considerando os efeitos da cisão mencionada na Nota Explicativa 1 - Contexto operacional como se esta tivesse efetivamente ocorrido em 1º janeiro de 2003;
- b. Os efeitos sobre os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005, relacionados às aplicações financeiras cindidas, tais como juros e variações cambiais, foram excluídos das demonstrações de resultados consolidadas “pro forma” nos respectivos períodos, líquidas dos efeitos correspondentes no imposto de renda e na contribuição social;

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

c. As aplicações financeiras cindidas em 1º de janeiro de 2003 (pro forma) foram aquelas em que as principais características, tais como indexadores, taxas e prazos mais se assemelhavam às aplicações cindidas efetivamente em 31 de março de 2006, até o limite de seu saldo contábil. A cisão dos montantes das aplicações financeiras obedeceu à seguinte ordem de preferência em 1º de janeiro de 2003:

- Em primeiro lugar foram cindidos os saldos de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), até o limite do seu saldo;
- Em segundo lugar foram cindidos os fundos de aplicações financeiras em moeda nacional;
- Por fim, foram cindidos os saldos em fundos de aplicação no exterior. A variação cambial sobre a parcela de fundos de aplicação financeira no exterior foi excluída do resultado do período.

O cálculo dos juros em cada período foi efetuado com base na taxa média ponderada no final de cada exercício em função da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicada sobre o saldo cindido efetivamente em 31 de março de 2006 de forma retrospectiva. O montante da receita financeira de juros excluída do resultado no semestre findo em 30 de junho de 2005 corresponde a 50% da receita financeira excluída do resultado total do ano de 2005.

d. Os efeitos das movimentações de itens do ativo permanente cindidos no período foram excluídos, quando relevantes. Os efeitos desses itens sobre o resultado consolidados dos semestres foram igualmente excluídos, quando relevantes.



# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

As demonstrações de resultados consolidadas “pro forma” referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005 estão demonstradas a seguir:

	Semestre findo em 30 de junho de 2006	Semestre findo em 30 de junho de 2005
<b>Receita operacional bruta</b>	835.573	758.826
Impostos e deduções	<u>(195.320)</u>	<u>(186.334)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	640.253	572.492
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<u>(376.002)</u>	<u>(319.232)</u>
<b>Lucro bruto</b>	264.251	253.260
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>		
Vendas	(121.405)	(115.621)
Administrativas e gerais	(40.728)	(32.386)
Honorários da administração	(2.960)	(2.039)
Despesas financeiras	(109.583)	(69.182)
Receitas financeiras	130.912	77.875
Despesas tributárias	(13.855)	(12.110)
Depreciações e amortizações	(15.305)	(11.108)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	<u>19.689</u>	<u>(13.003)</u>
<b>Lucro Operacional</b>	<u>111.017</u>	<u>75.686</u>
Resultado não Operacional	243	(450)
<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	<u>111.260</u>	<u>75.236</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(40.585)</u>	<u>(26.072)</u>
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<u>70.674</u>	<u>49.164</u>

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

A conciliação do resultado consolidado histórico referente aos semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005 e o resultado consolidado “pro forma” está demonstrada a seguir:

<b>Resultados dos períodos consolidados</b>	<b>Semestre findo em 30 de junho de 2006</b>	<b>Semestre findo em 30 de junho de 2005</b>
Saldos históricos	72.991	58.181
Reversão das receitas financeiras líquidas	(3.510)	(13.115)
Efeito sobre o imposto de renda e a contribuição social	1.193	4.458
Resultados gerados por investimentos cindidos	—	(360)
Saldos “pro forma”	<u>70.674</u>	<u>49.164</u>

### 21 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	<u>Reservas de capital</u>				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva especial	Reservas de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	604.000	60.105	16.529	102.931	362.934	1.146.499
Aumento de capital	321.804			(73.198)	(248.606)	-
Reserva de subvenção - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual		6.485				6.485
Acervo cisão	(321.804)					(321.804)
Lucro líquido do exercício					27.124	27.124
Distribuição de lucros	—	—	—	—	(77.490)	(77.490)

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de capital</u>			Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva especial			
<b>Saldos em 31 de março de 2006</b>	<u>604.000</u>	<u>66.590</u>	<u>16.529</u>	<u>29.733</u>	<u>63.962</u>	<u>780.814</u>
Aumento de capital	84.800	(28.449)	-	(29.733)	(26.619)	-
Reserva de subvenção - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual		10.457				10.457
Lucro líquido do exercício					45.322	45.321
<b>Saldos em 30 de junho de 2006</b>	<u>688.800</u>	<u>48.598</u>	<u>16.529</u>	<u>-</u>	<u>82.665</u>	<u>836.592</u>

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor Presidente

Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco  
Diretora Vice-Presidente

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Diretor Superintendente

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Diretor Comercial Corporativo

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Diretora Administrativa Corporativa

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Diretora de Relações Institucionais Corporativa

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Diretor Industrial - Divisão Moinhos Corporativo

Maria Wilma de Oliveira Patrício  
Diretora Financeira Corporativa

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-0

[página intencionalmente deixada em branco]

**M. Dias Branco Indústria e Comércio  
de Alimentos Ltda.**

Demonstrações financeiras  
em 31 de março de 2006 e  
31 de dezembro de 2005

[página intencionalmente deixada em branco]

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Demonstrações financeiras

em 31 de março de 2006 e 31 de dezembro de 2005

### Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	473
Balanços patrimoniais	475
Demonstrações de resultados	476
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	477
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	478
Notas explicativas às demonstrações financeiras	479
Anexo I - Balanços patrimoniais consolidados “pro forma”	519
Anexo II - Demonstrações consolidadas dos resultados “pro forma”	520



[página intencionalmente deixada em branco]

## Parecer dos auditores independentes

Aos  
Administradores e aos Quotistas da  
M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.  
Fortaleza - CE

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (“a Empresa”) e o balanço patrimonial consolidado dessa Empresa e suas controladas, levantado em 31 de março de 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao período de três meses findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Empresa e suas controladas em 31 de março de 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao período de três meses findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 Examinamos, também, o balanço patrimonial consolidado “pro forma” em 31 de março de 2006 e a demonstração consolidada do resultado “pro forma” do período de três meses findo naquela data (demonstrações financeiras consolidadas “pro forma”) apresentados nos Anexos I e II às notas explicativas. Essas demonstrações financeiras “pro forma” são derivadas das demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo e consideram os ajustes apurados conforme critérios e premissas descritos na Nota Explicativa 20 - Demonstrações Financeiras Consolidadas “pro forma”, com o objetivo de demonstrar os efeitos, nas demonstrações financeiras históricas, caso a cisão parcial mencionada na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2003. Todavia, essas demonstrações financeiras “pro forma” não são, necessariamente, indicativas dos resultados das operações nem dos respectivos impactos na posição patrimonial e financeira da Empresa, que teriam sido obtidos caso a cisão mencionada tivesse efetivamente ocorrido naquela data. As demonstrações financeiras consolidadas “pro forma” foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras consolidadas históricas referidas no primeiro parágrafo. Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras consolidadas “pro forma” estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em relação às demonstrações financeiras históricas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.
- 5 Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, como parte de uma reorganização societária, foi efetuada uma cisão parcial do acervo patrimonial da Empresa. Essa reestruturação societária pode vir a ser questionada pelos credores da Empresa, dentro do prazo estabelecido por lei, caso entendam que esse evento resulte em um eventual descumprimento de cláusula contratual. Nessa situação, tais credores poderiam exigir o vencimento antecipado das dívidas mantidas pela Empresa, o que poderia alterar a classificação desses passivos.
- 6 O balanço patrimonial e a demonstração das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 estão sendo apresentados para fins de comparabilidade, e foram por nós auditados, cujo parecer datado de 17 de maio de 2006 continha a mesma ênfase mencionada no parágrafo 5 acima. As demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos do período e as notas explicativas referentes ao período findo em 31 de março de 2005 não foram examinadas por nós nem por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre as mesmas.

17 de maio de 2006

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6-S-CE

Adelino Dias Pinho  
Contador CRC SP097869/O-6-S-CE

Carlos Augusto Pires  
Contador CRC 1SP184830/O-7-S-CE

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2006 e 31 de dezembro de 2005

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Disponibilidades	415.352	671.785	440.034	700.471
Contas a receber de clientes	97.229	101.094	134.420	155.932
Adiantamento a fornecedores	8.073	2.600	8.106	2.984
Outras contas a receber	8.014	9.243	9.243	6.695
Impostos a recuperar	15.085	15.702	16.606	17.065
Estoques	126.259	122.880	154.576	145.626
Despesas antecipadas	71	95	342	112
	<u>670.083</u>	<u>918.851</u>	<u>763.327</u>	<u>1.028.885</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Depósitos judiciais	10.447	10.220	13.141	12.770
Impostos a recuperar	10.620	11.063	11.975	12.246
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.273	10.273	10.343	10.602
Créditos junto a empresas ligadas	53	15.468	54	764
Incentivos fiscais/outros créditos	2.332	2.720	2.336	2.721
	<u>33.725</u>	<u>49.744</u>	<u>37.849</u>	<u>39.103</u>
<b>Permanente</b>				
Investimentos	147.963	237.918	47.259	113.121
Imobilizado	670.363	671.265	730.129	800.653
Diferido/imagiáveis	15.092	15.338	35.234	38.633
	<u>833.418</u>	<u>924.521</u>	<u>812.622</u>	<u>952.407</u>
	<u>1.537.226</u>	<u>1.893.116</u>	<u>1.613.798</u>	<u>2.020.395</u>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Financiamentos	361.929	367.630	374.354	380.640
Fornecedores	35.943	37.483	40.696	52.601
Obrigações sociais e trabalhistas	9.941	7.673	14.174	11.720
Impostos e contribuições	37.756	33.616	46.695	42.936
Imposto de renda e contribuição social	8.210	1.834	8.510	2.637
Adiantamentos	1.354	914	1.552	1.612
Outras contas a pagar	26.964	7.323	34.948	16.720
	<u>482.097</u>	<u>456.473</u>	<u>520.929</u>	<u>508.866</u>
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Financiamentos e empréstimos	251.408	267.066	256.318	306.475
Impostos e contribuições	2.069	2.081	13.408	13.875
Contas a pagar	39	198	9.080	11.865
Provisão para contingências	20.799	20.799	33.387	33.387
	<u>274.315</u>	<u>290.144</u>	<u>312.193</u>	<u>365.602</u>
	-	-	-	67
<b>Participações de minoritários</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	604.000	604.000	604.000	604.000
Reservas de capital	66.590	60.105	66.590	60.105
Reserva especial	16.529	16.529	16.529	16.529
Reservas de lucros	29.733	102.931	29.733	102.931
Lucros acumulados	63.962	362.934	63.824	362.295
	<u>780.814</u>	<u>1.146.499</u>	<u>780.676</u>	<u>1.145.860</u>
	<u>1.537.226</u>	<u>1.893.116</u>	<u>1.613.798</u>	<u>2.020.395</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Demonstrações de resultados consolidados

Trimestres findos em 31 de março de 2006 e 2005

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005 Não Auditado	2006	2005 Não Auditado
<b>Receita operacional bruta</b>				
Venda de produtos ou serviços	307.229	286.838	391.960	371.736
<b>Deduções</b>				
Impostos/deduções sobre as vendas	(75.916)	(72.592)	(89.107)	(86.298)
<b>Receita operacional líquida</b>	231.313	214.246	302.853	285.438
<b>Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>	(139.893)	(134.252)	(177.103)	(166.523)
<b>Lucro bruto</b>	91.420	79.994	125.750	118.915
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>				
Vendas	(34.921)	(30.460)	(58.520)	(51.610)
Administrativas e gerais	(14.651)	(11.576)	(17.900)	(15.396)
Honorários da Administração	(1.310)	(974)	(1.310)	(974)
Despesas financeiras	(46.371)	(21.456)	(39.586)	(24.007)
Receitas financeiras	54.621	34.082	53.172	36.997
Despesas tributária	(8.179)	(5.568)	(9.180)	(6.307)
Resultado da equivalência patrimonial	6.650	9.188	-	-
Depreciações e amortizações	(4.702)	(4.803)	(7.229)	(6.724)
Outras (despesas) receitas operacionais	217	(8.004)	(925)	(7.971)
<b>Lucro operacional</b>	42.774	40.423	44.272	42.923
Resultado não operacional	125	337	172	352
<b>Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias</b>	42.899	40.760	44.444	43.275
Imposto de renda e contribuição social	(15.775)	(10.971)	(16.819)	(13.270)
<b>Lucro líquido antes das participações minoritárias</b>	27.124	29.789	27.625	30.005
<b>Participações minoritárias</b>	-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	27.124	29.789	27.625	30.005
<b>Lucro líquido por lote de mil quotas - R\$</b>	0,04	0,05	0,05	0,05
<b>Quantidade de quotas ao final do exercício</b>	604.000.000	565.000.000	604.000.000	565.000.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2006 e 31 de dezembro de 2005

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de capital</u>				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva especial	Reservas de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2005</b>	565.000	40.467	17.336	90.075	291.081	1.003.959
Aumento de capital	39.000	(39.000)	-	-	-	-
Realização da reserva de especial	-	-	(807)	-	807	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	28.449	-	-	-	28.449
Reserva de subvenção - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual	-	30.189	-	-	-	30.189
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	100.096	100.096
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(16.194)	(16.194)
Destinações:						
Reserva de integridade do Capital Social	-	-	-	4.697	(4.697)	-
Reserva de Lucros não Realizados em Controladas	-	-	-	4.697	(4.697)	-
Reserva para Plano de Investimento	-	-	-	3.462	(3.462)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	604.000	60.105	16.529	102.931	362.934	1.146.499
Aumento de capital	321.804	-	-	(73.198)	(248.606)	-
Reserva de subvenção - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual	-	6.485	-	-	-	6.485
Acervo cisão	(321.804)	-	-	-	-	(321.804)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.124	27.124
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(77.490)	(77.490)
<b>Saldos em 31 de março de 2006</b>	<u>604.000</u>	<u>66.590</u>	<u>16.529</u>	<u>29.733</u>	<u>63.962</u>	<u>780.814</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de março de 2006 e 2005

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005 Não Auditado	2006	2005 Não Auditado
<b>Origens dos recursos</b>				
<b>Das operações</b>				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	27.124	29.789	27.625	30.005
<b>Itens que não afetam o capital circulante</b>				
Depreciação e amortização	18.580	13.651	22.276	16.871
Custo residual de ativos permanentes baixados	770	1.507	1.020	1.817
Resultado de equivalência patrimonial	(6.650)	(9.050)	0	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(2.654)	-	(2.543)
Variação cambial de empresas ligadas no exterior	8.478	(1.457)	8.478	(256)
Variações monetárias de longo prazo	(1.518)	1.580	(1.409)	1.578
Participações minoritárias	-	-	(67)	32
<b>Recursos originados das operações</b>	<b>46.784</b>	<b>33.366</b>	<b>57.923</b>	<b>47.504</b>
<b>De terceiros</b>				
Incentivos fiscais - Programa de Fomento ao Desenvolvimento Estadual	6.485	2.515	6.485	2.515
Redução do realizável a longo prazo	16.019	-	1.254	-
Cisão dos investimentos	89.405	-	62.033	-
Cisão do imobilizado	1.158	-	70.563	-
Redução de capital em controladas	150	-	-	-
Aumento do exigível a longo prazo	8.727	24.136	-	35.095
Dividendos recebidos	-	100	-	-
Redução de capital em controladas	-	56.546	-	-
Total das origens	168.728	116.663	198.258	85.114
<b>Aplicações dos recursos</b>				
Aquisições de bens do imobilizado	18.449	21.587	22.314	30.237
Adições no ativo diferido	912	1.402	664	1.454
Aplicações em investimentos permanentes	1.428	1.452	1.605	1.371
Transferência para curto prazo	-	-	-	-
de empréstimos e financiamentos de longo prazo	23.037	10.715	-	13.044
Efeito líquido da cisão em 31 de março de 2006	321.804	-	321.804	-
Redução do exigível a longo prazo	-	(186)	52.002	(74)
Dividendos propostos	77.490	16.194	77.490	16.194
Total das aplicações	443.120	51.164	475.879	62.226
<b>Redução (aumento) do capital circulante líquido</b>	<b>(274.392)</b>	<b>65.499</b>	<b>(277.621)</b>	<b>22.888</b>
<b>Demonstração das variações no capital circulante líquido</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
No fim do exercício	670.083	733.640	763.327	837.560
No início do exercício	918.851	687.896	1.028.885	830.949
	(248.768)	45.744	(265.558)	6.611
<b>Passivo circulante</b>				
No fim do exercício	482.097	353.942	520.929	394.667
No início do exercício	456.473	373.697	508.866	410.944
	25.624	(19.755)	12.063	(16.277)
	(274.392)	65.499	(277.621)	22.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 31 de março de 2006 e 31 de dezembro de 2005**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (“a Empresa”) iniciou suas atividades em 1961 na cidade de Fortaleza - CE, e tem por objeto social entre outros, atuar na industrialização e comércio de massas e de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, macarrão e farinha de trigo. A Empresa atua ainda nas seguintes atividades:

- a. Fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas e óleos vegetais;
- b. Importação, industrialização e comércio de trigo, milho, ração animal e outros cereais, bem como de mercadorias para revenda;
- c. Importação de matérias-primas, materiais secundários e materiais de embalagem destinados ao seu processo de produção;
- d. Construção, arrendamento, exploração e operação de instalações portuárias por meio de empresas controladas.

#### ***Principais desenvolvimentos recentes***

No mês de abril de 2002 foi inaugurada na cidade de Fortaleza - CE a unidade “Gorduras e Margarinas Especiais” (GME) destinada à fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas e óleos vegetais.

Em dezembro de 2003, iniciou a operação da unidade “Grande Moinho Aratu” (GMA) na cidade de Salvador - BA, a qual compreende as atividades de industrialização e fabricação de farinha de trigo, bem como a produção e comercialização de massas e biscoitos.

A empresa opera atualmente com seis unidades produtivas situadas em quatro estados da região Nordeste do Brasil, além de outras dezesseis filiais destinadas à armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas em nove estados do Nordeste, além de uma filial na cidade de São Caetano do Sul - SP.



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Em 22 de setembro de 2003, foi adquirida por meio da sociedade controlada Green Jungle Limited a totalidade das quotas da empresa Adria Alimentos do Brasil Ltda. (Adria), com sede na cidade de São Caetano do Sul - SP, com objetivo de consolidar e ampliar a atuação da Empresa nos mercados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A Adria Alimentos opera atualmente com quatro unidades de produção e seis outras filiais destinadas à armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas em quatro estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de uma filial em Salvador - BA.

A Empresa detém, dentre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar e Zabet.

### ***Cisão parcial***

Em 31 de março de 2006, quotistas representando a totalidade do capital social da Empresa aprovaram em assembléia geral extraordinária a cisão parcial do acervo patrimonial da Empresa e posterior incorporação da parcela cindida por outra sociedade, em conformidade com o termo de justificção e protocolo de cisão.

Essa cisão parcial teve como objetivo a manutenção do foco estratégico da sociedade M Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. na atividade de industrialização, comercialização e distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, bem como de gorduras e margarinas. Os efeitos da cisão acima descrita sobre os elementos patrimoniais da Empresa podem ser assim resumidos:

	<b>R\$ mil</b>
Valor total dos elementos do ativo cindidos	375.790
Valor total dos elementos do passivo cindidos	53.986
Valor total do acervo líquido cindido	321.804

Nos termos da legislação aplicável, a administração da Empresa entende que os credores existentes antes da cisão, que se julgarem porventura prejudicados pelos atos da cisão, poderão promover judicialmente a anulação desses atos, desde que tomem essa providência em até 90 dias após publicados os atos respectivos, o que foi realizado em 04 de maio de 2006. Na hipótese disso ocorrer, e entendendo a Empresa que deva manter a cisão realizada, a Empresa poderá adotar alguma das seguintes providências, conforme melhor se ajustar a seus interesses:

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- i. Negociar com os referidos credores;
- ii. Liquidar as dívidas; ou
- iii. Discutir judicialmente o intento dos credores.

A Administração acredita que poderia haver risco de antecipação de vencimento das dívidas contraídas junto a uma única instituição financeira, em função de dispositivo contratual específico. Segundo os contratos celebrados com esse credor, existe a possibilidade de vir a exigir o vencimento antecipado da dívida, na hipótese de cisão, caso entenda que a mesma teria prejudicado a capacidade de pagamento das obrigações correspondentes.

É de entendimento da Empresa que caso isso ocorresse, esse fato individualmente, aliado à materialidade dos valores envolvidos, poderia não comprometer as operações e os resultados da Empresa, tendo em vista a existência de recursos disponíveis para se efetuar a liquidação.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

A comparação entre os períodos apresentados nas demonstrações financeiras deve considerar os efeitos da cisão parcial mencionados na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional. No intuito de permitir uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, a Empresa apresenta na Nota Explicativa 19 - Demonstrações Financeiras Consolidadas “pro forma” balanços patrimoniais consolidados “pro forma” em 31 de março de 2006 e 31 de dezembro de 2005 e demonstrações de resultados consolidadas “pro forma” para os trimestres encerrados em 31 de março de 2006 e 2005.

### ***Resumo das principais práticas contábeis***

#### *a. Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### *b. Estimativas contábeis*

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### *c. Moeda estrangeira*

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Para as subsidiárias localizadas no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

### *d. Ativos circulante e realizável a longo prazo*

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para devedores duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

*e. Permanente*

- **Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial acrescido de ágio quando aplicável.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- **Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período estimado de benefício futuro dos ativos intangíveis. O ativo diferido é registrado quando há uma perspectiva de aumento dos benefícios econômicos futuros relacionados a esse ativo.

*f. Passivos circulante e exigível a longo prazo*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

*g. Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

*h. Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371 de 27 de junho de 2003 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e suas controladas a seguir relacionadas:

	<b>Porcentagem de participação</b>			
	<b>31/03/06</b>		<b>31/12/05</b>	
	<b>Direta</b>	<b>Indireta</b>	<b>Direta</b>	<b>Indireta</b>
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (a)	-	-	99,43	-
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a) (c)	33,33	-	33,33	-
Fábrica Fortaleza Investments Inc. (b)	100,00	-	100,00	-
Green Jungle Limited (b)	100,00	-	100,00	-
Terminal Portuário Cotegipe Ltda. (a)	-	-	99,86	-
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	39,43	60,56	39,43	60,56
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
Green Jungle Investimentos Brasil Ltda.	99,99	-	99,99	-
Porto Cotegipe Logística Ltda. (a)	-	-	51,00	-

(a) Investimentos cindidos em 31 de março de 2006, conforme comentado na nota explicativa 1 - Contexto Operacional.

(b) Investimentos no exterior.

(c) Investimento com controle compartilhado.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

#### **Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das demonstrações financeiras foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Consequentemente, não há destaque para participações de minoritários.

A conciliação do resultado do período e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	<u>Resultado do período</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	<u>Trimestre findo em</u>			
	<u>31/03/06</u>	<u>31/03/05</u> (não auditado)	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>
Controladora	27.124	29.790	780.814	1.146.499
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	<u>501</u>	<u>215</u>	<u>(138)</u>	<u>(639)</u>
Consolidado	<u>27.625</u>	<u>30.005</u>	<u>780.676</u>	<u>1.145.860</u>

## 4 Disponibilidades

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>
Caixa e bancos	27.311	32.295	29.194	34.790
Aplicações financeiras em renda fixa	169.775	405.096	170.317	408.925
Aplicações financeiras no exterior	<u>218.266</u>	<u>234.394</u>	<u>240.523</u>	<u>256.756</u>
	<u>415.352</u>	<u>671.785</u>	<u>440.034</u>	<u>700.471</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que em média representaram 98,71% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,48% em 31 de dezembro de 2005) e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxa média de 8,60% ao ano (8,60% ao ano em 31 de dezembro de 2005) mais variação cambial do dólar norte-americano, sendo que tais aplicações financeiras podem ser resgatadas pela Empresa no exercício social subsequente ao exercício em curso, conforme previsto no art. 179 da Lei nº 6.404/76.

### 5 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>
Circulante:				
No País	101.829	105.694	145.451	152.653
No exterior	-	-	573	13.519
Menos:				
Provisão para créditos duvidosos	( 4.600)	( 4.600)	( 11.604)	( 10.240)
	<u>97.229</u>	<u>101.094</u>	<u>134.420</u>	<u>155.932</u>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação global dos atrasos ajustada pela análise individual dos principais clientes com saldos em atraso, levando-se em consideração o conhecimento da administração do mercado de atuação da Empresa, o histórico e as garantias envolvidas em cada situação.



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 6 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>
Produtos acabados	21.114	20.594	33.880	30.710
Produtos em elaboração	6.965	7.393	9.888	9.870
Matérias-primas	56.780	53.623	60.513	55.854
Materiais auxiliares e de manutenção	4.618	3.434	7.077	6.064
Materiais de embalagens e almoxarifado	25.619	25.639	32.055	30.931
Importações em andamento	<u>11.163</u>	<u>12.197</u>	<u>11.163</u>	<u>12.197</u>
	<u>126.259</u>	<u>122.880</u>	<u>154.576</u>	<u>145.626</u>

### 7 Investimentos

#### a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>
Participações em empresas controladas	147.024	173.522	-	-
Saldo de ágio apurado na aquisição de controladas	-	2.313	47.122	53.086
Investimentos de natureza permanente em imóveis	-	53.823	-	53.971
Outros	<u>939</u>	<u>8.260</u>	<u>137</u>	<u>6.064</u>
	<u>147.963</u>	<u>237.918</u>	<u>47.259</u>	<u>113.121</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- b. Informações sobre o número de cotas de capital possuídas pela Empresa, o patrimônio líquido e o resultado líquido do período das empresas controladas.

	31/03/06			31/12/05		
	Quantidade cotas	PL - Investida	Resultado - Investida	Quantidade cotas	PL - Investida	Resultado - Investida
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	2.193	2.259	52	2.193	2.357	164
Fábrica Fortaleza Investments Inc.	10	21.482	1.553	10	21.473	2.841
Green Jungle Limited	38.002	92.682	4.623	38.002	94.881	11.441
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	31.997	75.201	2.398	31.997	72.803	3.839
M.Dias Branco International Trading LLC	0	937	(522)	-	1.572	1.571
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A	0	916	(573)	-	1.604	1.572
Green Jungle Investimentos Brasil Ltda.	10	10	-	10	10	-
Porto Cotegipe Logística Ltda.	-	-	-	-	50	-
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	-	-	-	-	1.845	216
Terminal Portuário Cotegipe Ltda.	-	-	-	219.386	22.691	662

- c. *Movimentação dos investimentos em controladas (controladora)*

	Petroposto Ltda.	Tergran Ltda.	Fábrica Fortaleza Inv. Inc	Green Jungle Ltda.	Term. Port. Cotegipe Ltda.	M.Dias Branco Intern. Trading LLC	Green Jungle Invest. do Brasil Ltda.	Porto Cotegipe Logística Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	M.Dias Branco Investment	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2005	1.619	2.521	51.790	94.542	-	-	-	-	-	24.756	175.228
Equivalência patrimonial	216	164	2.841	11.461	661	1.569	-	( 3.292)	196	-	13.816
Aquisições	-	-	-	-	22.666	3	10	25	32.000	-	54.704
Varição cambial	-	-	( 2.150)	(11.122)	-	-	-	-	-	619	( 12.653)
Devolução do capital	-	-	(31.004)	-	-	-	-	-	-	(25.571)	( 56.575)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	( 669)	-	-	-	-	-	( 669)
Dividendos	-	( 329)	-	-	-	-	-	-	-	-	( 329)
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>1.835</u>	<u>2.356</u>	<u>21.477</u>	<u>94.881</u>	<u>22.658</u>	<u>1.572</u>	<u>10</u>	<u>25</u>	<u>28.708</u>	<u>-</u>	<u>173.522</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2005	1.835	2.356	21.477	94.881	22.658	1.572	10	25	28.708	-	173.522
Equivalência patrimonial	-	51	1.553	4.623	-	( 522)	-	-	945	-	6.650
Varição cambial	-	-	( 1.544)	( 6.822)	-	( 114)	-	-	-	-	( 8.480)
Devolução de capital	-	( 150)	-	-	-	-	-	-	-	-	( 150)
Cisão	(1.835)	-	-	-	(22.658)	-	-	(25)	-	-	( 24.518)
Saldo em 31 de março de 2006	<u>-</u>	<u>2.257</u>	<u>21.486</u>	<u>92.682</u>	<u>-</u>	<u>936</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>29.653</u>	<u>-</u>	<u>147.024</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e na mais valia de ativos. A amortização do ágio é registrada em função do prazo das projeções de rentabilidade futura que são revisadas anualmente e que não supera o período de dez anos. A amortização do ágio oriundo da mais valia dos ativos está sendo registrada em função do prazo de vida útil daqueles ativos.

### 8 Imobilizado

#### Controladora

	Taxa de depreciação % a.a.	31/03/06			31/12/05
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	237.952	( 34.464)	203.488	205.777
Máquinas e equipamentos	10	464.609	(188.032)	276.577	283.176
Móveis e utensílios	10	18.484	( 6.359)	12.125	11.821
Veículos	25	40.006	( 25.818)	14.188	13.687
Equipamentos de computação	20	16.315	( 7.410)	8.905	8.508
Instalações	10	64.820	( 16.082)	48.738	47.509
Terrenos		17.423	-	17.423	18.567
Benfeitorias	4	14.296	( 4.614)	9.682	9.817
Marcas e patentes		951	-	951	943
Obras em andamento		63.909	-	63.909	59.747
Peças e materiais de reposição	10	987	( 277)	710	701
Importações em andamento		1.263	-	1.263	1.382
Adiantamentos a fornecedores		6.957	-	6.957	8.379
(-) Provisão para desvalorização		-	-	-	-
Outros		<u>5.447</u>	<u>-</u>	<u>5.447</u>	<u>1.251</u>
		<u>953.419</u>	<u>(283.056)</u>	<u>670.363</u>	<u>671.265</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Consolidado

	Taxa de depreciação % a.a.	31/03/06			31/12/05
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4	257.184	( 43.742)	213.442	217.707
Máquinas e equipamentos	10	565.666	(252.274)	313.392	319.419
Móveis e utensílios	10	20.680	( 7.404)	13.276	12.923
Veículos	25	46.145	( 30.749)	15.396	14.868
Equipamentos de computação	20	18.531	( 8.800)	9.731	9.379
Instalações	10	66.662	( 17.462)	49.200	48.005
Terrenos		20.231	-	20.321	21.375
Benfeitorias	4	14.466	( 5.553)	8.913	10.410
Marcas e patentes		1.325	-	1.325	1.318
Obras em andamento		67.862	-	67.862	119.358
Peças e materiais de reposição	10	2.198	( 278)	1.920	701
Importações em andamento		3.790	-	3.790	2.520
Adiantamentos a fornecedores		6.959	-	6.959	22.176
(-) Provisão para desvalorização		( 755)	-	( 755)	( 755)
Outros		5.447	-	5.447	1.249
		<u>1.096.391</u>	<u>(366.262)</u>	<u>730.129</u>	<u>800.653</u>

### Movimentação do custo

#### Controladora

	31/12/05	Trimestre findo em 31/06/06		31/03/06
		Custo	Adições	
Edificações	237.926	153	( 127)	237.952
Máquinas e equipamentos	463.111	1.568	( 68)	464.611
Móveis e utensílios	17.852	639	( 8)	18.483
Veículos	38.644	1.806	( 442)	40.008
Equipamentos de computação	15.344	1.032	( 63)	16.313
Instalações	61.978	2.949	( 107)	64.820
Terrenos	18.567	14	(1.159)	17.422
Benfeitorias	14.288	7	-	14.295

## M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	31/12/05	Trimestre findo em 31/06/06		31/03/06
		Custo	Adições	
Marcas e patentes	943	8	-	951
Obras em andamento	59.747	4.684	( 522)	63.909
Peças e materiais de reposição	949	37	-	986
Importações em andamento	1.382	-	( 119)	1.263
Adiantamentos a fornecedores	8.379	-	(1.421)	6.958
(-) Provisão para desvalorização	-	-	-	-
Outros	<u>1.252</u>	<u>4.696</u>	<u>( 500)</u>	<u>5.448</u>
	<u>940.362</u>	<u>17.593</u>	<u>(4.536)</u>	<u>953.419</u>

#### Consolidado

	31/12/05	Trimestre findo em 31/03/06		31/03/06
		Custo	Adições	
Edificações	259.826	251	( 127)	259.950
Máquinas e equipamentos	562.362	4.433	( 1.130)	565.665
Móveis e utensílios	19.974	776	( 70)	20.680
Veículos	44.660	2.030	( 544)	46.146
Equipamentos de computação	17.559	1.074	( 103)	18.530
Instalações	63.837	2.949	( 125)	66.661
Terrenos	21.375	14	( 1.158)	20.231
Benfeitorias	14.905	6	( 446)	14.465
Marcas e patentes	1.318	8	-	1.326
Obras em andamento	119.358	4.973	(59.234)	65.097
Peças e materiais de reposição	949	37	-	986
Importações em andamento	2.520	73	( 119)	2.474
Adiantamentos a fornecedores	22.176	994	(13.681)	9.489
(-) Provisão para desvalorização	( 755)	-	-	( 755)
Outros	<u>1.250</u>	<u>4.696</u>	<u>( 500)</u>	<u>5.446</u>
	<u>1.151.314</u>	<u>22.314</u>	<u>(77.237)</u>	<u>1.096.391</u>

A Empresa aplicou recursos na construção de imóveis e adquiriu máquinas e equipamentos por meio de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

(BNDES). Estes bens encontram-se alienados ao BNDES em garantia dos respectivos financiamentos.

A Controladora M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. capitalizou nos anos de 2004 e 2005 nas contas de máquinas, equipamentos e edificações, os encargos financeiros sobre financiamentos no montante total de R\$ 27.133 incorridos durante a fase de construção da filial Grande Moinho Aratu (GMA).

### **9 Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2006 e 31 de dezembro de 2005, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Empresa e suas subsidiárias (inclusive as entidades cindidas, conforme Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional), as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.







# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A controladora M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. é avalista em dois contratos firmados pela controlada Terminal Portuário Cotegipe Ltda., cindida em 31 de março de 2006, conforme comentado na nota 1 - Contexto Operacional, com o Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e equipamentos do terminal portuário localizado no complexo onde está inserida a filial Grande Moinho Aratu em Salvador - BA, no montante de aproximadamente R\$ 35.000. Os dois contratos têm vencimento em 28 de junho de 2015, sendo que um deles também é garantido pela hipoteca do imóvel onde está instalado o Grande Moinho Aratu.

### 10 Diferido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>
Ágio sobre investimentos incorporados	-	-	26.470	26.470
Pesquisa, desenvolvimento e gastos pré-operacionais	35.120	34.446	75.422	75.565
(-) Amortização acumulada	<u>(20.028)</u>	<u>(19.108)</u>	<u>(66.658)</u>	<u>(63.402)</u>
	<u>15.092</u>	<u>15.338</u>	<u>35.234</u>	<u>38.633</u>

Os ágios incorporados estão sendo amortizados em função da geração de resultados pelos investimentos incorporados, com base em estudos técnicos de rentabilidade futura, não superando o prazo máximo de dez anos.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se a novos produtos e são amortizados em cinco anos ou imediatamente, caso não exista perspectiva de geração de benefícios futuros. Os gastos pré-operacionais, que incluem principalmente remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel de equipamentos, foram diferidos na fase de construção das unidades Grande Moinho Aratu, Grande Moinho Tambaú, Gorduras e Margarinas Especiais e Grande Moinho Potiguar, até o momento em que estas unidades passaram a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de até cinco anos.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 11 Financiamentos e empréstimos

#### Controladora

	Indexador	Juros (a.a.)	31/03/06	31/12/05
Moeda nacional:				
FINAME	TJLP	3,34%	94.940	96.255
Incentivos fiscais	TR e TJLP	-	75.437	71.549
FNE		14%	81.930	81.930
BNDES - PROGEREN	TJLP	3,5%	4.059	11.597
Empréstimos bancários - Capital giro	CDI	3,5%	<u>61.829</u>	<u>60.020</u>
			<u>318.195</u>	<u>321.351</u>
Moeda estrangeira:				
Financiamentos de importação	USD	4,92%	257.118	271.898
Máquinas	USD	Libor* + 1,0%	36.952	14.084
Máquinas	EURO	Eurolibor**+ 1%	1.072	1.115
Capital de giro	USD	5,0%	<u>-</u>	<u>26.248</u>
			<u>295.142</u>	<u>313.345</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			<u>(361.929)</u>	<u>(367.630)</u>
Exigível a longo prazo			<u>251.408</u>	<u>267.066</u>

\* Libor semestral

\*\* Eurolibor semestral

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Consolidado

	Indexador	Juros (a.a.)	31/03/06	31/12/05
Moeda nacional:				
FINAME	TJLP	3,34%	102.071	102.916
Incentivos fiscais	TR e TJLP	-	75.437	71.549
FNE		14%	81.930	116.826
BNDES - PROGEREN	TJLP	3,5%	4.059	60.022
Empréstimos bancários - Capital giro	CDI	3,5%	<u>61.829</u>	<u>11.596</u>
			<u>325.326</u>	<u>362.909</u>
Moeda estrangeira:				
Financiamentos de importação	USD	4,92%	267.323	282.759
Máquinas	USD	Libor* + 1,0%	36.952	14.084
Máquinas	EURO	Eurolibor** + 1%	1.071	1.115
Capital de giro	USD	5,0%	<u>-</u>	<u>26.248</u>
			<u>305.346</u>	<u>324.206</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			<u>(374.354)</u>	<u>(380.640)</u>
Exigível a longo prazo			<u>256.318</u>	<u>306.475</u>

\* Libor semestral

\*\* Eurolibor semestral

Os contratos de FINAME e FNE têm vencimentos mensais (valor principal) e trimestrais (juros). Os contratos do BNDES - PROGEREN, os empréstimos bancários de capital de giro e os financiamentos de máquinas, tanto em USD como em EURO, têm vencimentos mensais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros.

Os incentivos fiscais têm os seguintes vencimentos de principal e juros:

PROADI: trimestral;

PROVIN: triênio;

DESENVOLVE: anual.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>
Ano de vencimento:				
2007	37.751	67.770	37.751	69.707
2008	79.707	71.509	81.122	76.986
2009	49.514	44.699	51.166	49.858
2010	23.327	22.611	24.622	27.732
2011 até 2015	<u>61.109</u>	<u>60.477</u>	<u>61.657</u>	<u>82.192</u>
Total	<u>251.408</u>	<u>267.066</u>	<u>256.318</u>	<u>306.475</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 630.672 (R\$ 687.115 em 2005).

Possuimos contratos de financiamento de crédito de importação de mercadorias e capital de giro que contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados. Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, requerem a manutenção de determinados indicadores financeiros; restringem a autonomia da Empresa nos casos de alteração da estrutura societária; exigem que a Empresa não possua (i) protestos legítimos, (ii) nem ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Empresa, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME.

Como já mencionado na nota explicativa 1 - Contexto operacional, em 31 de março de 2006 foi efetuada uma cisão parcial do acervo patrimonial da Empresa. Essa reestruturação societária pode vir a ser questionada pelos credores, dentro do prazo estabelecido por lei, caso entendam que esse evento resulte em descumprimento de cláusula contratual. Nessa situação, tais credores poderiam exigir o vencimento antecipado das dívidas mantidas pela Empresa, o que poderia alterar a classificação desses passivos.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 12 Provisão para contingências

A Empresa e suas controladas efetuam periodicamente a avaliação de seus riscos contingentes, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, podendo ser classificados como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas, em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Esses processos judiciais encontram-se em discussão em várias instâncias, desde administrativas até instâncias judiciais inferiores e superiores. Abaixo, detalhamos as provisões registradas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>
Trabalhistas e cíveis	2.082	2.082	10.404	10.404
Tributárias	17.200	17.200	21.466	21.466
Outros	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>
	<u>20.799</u>	<u>20.799</u>	<u>33.387</u>	<u>33.387</u>

#### a. Movimentação dos processos

Não ocorreram modificações na situação em que se encontram os principais processos em que a Empresa é parte durante o trimestre findo em 31 de março de 2006.

##### *Controladora*

	<u>31/12/04</u>	<u>Exercício findo em 31/12/05</u>			
	<u>Saldo</u>	<u>Adição a provisão</u>	<u>Utilização</u>	<u>Estornos</u>	<u>Saldo</u>
Cíveis e trabalhistas	1.540	542	-	-	2.082
Tributárias	3.229	13.971	-	-	17.200
Outras	<u>872</u>	<u>645</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>5.641</u>	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.799</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/05</u>	<u>Trimestre findo em 31/03/06</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Cíveis e trabalhistas	2.082	-	-	-	2.082
Tributárias	17.200	-	-	-	17.200
Outras	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>20.799</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.799</u>
<i>Consolidado</i>					
	<u>31/12/04</u>	<u>Exercício findo em 31/12/05</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Cíveis e trabalhistas	9.862	542	-	-	10.404
Tributárias	7.495	13.971	-	-	21.466
Outras	<u>872</u>	<u>645</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>18.229</u>	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.387</u>
	<u>31/12/05</u>	<u>Trimestre findo em 31/03/06</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Cíveis e trabalhistas	10.404	-	-	-	10.404
Tributárias	21.466	-	-	-	21.466
Outras	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.517</u>
	<u>33.387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.387</u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### *Cíveis e trabalhistas*

A Empresa é parte em aproximadamente 300 processos judiciais de natureza trabalhista, cujo valor total envolvido é de aproximadamente R\$ 25.100, compreendendo diversas demandas por parte dos reclamantes. A Empresa figura ainda como ré em aproximadamente 130 ações de natureza cível, com valor envolvido aproximado de R\$ 30.300. A maior parte das ações nas quais a Empresa figura como ré envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

As provisões para contingências constituídas representam a melhor estimativa da administração em relação aos riscos de perda envolvidos nesses processos.

### *Tributárias*

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>
Autos de infração do IRPJ e da CSLL (a)	11.488	11.488	15.754	15.754
CPMF - Depósito judicial (b)	1.925	1.925	1.925	1.925
IPI - Depósito judicial (c)	<u>3.787</u>	<u>3.787</u>	<u>3.787</u>	<u>3.787</u>
	<u>17.200</u>	<u>17.200</u>	<u>21.466</u>	<u>21.466</u>

- (a) A Empresa defende-se de duas autuações fiscais lavradas em 2005 referentes à exclusão da contribuição social da base de imposto de renda da pessoa jurídica cujo risco de perda é considerado provável pela administração e seus assessores jurídicos, em função principalmente da jurisprudência desfavorável. A controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda. foi autuada em razão do não cumprimento de obrigações acessórias em relação ao direito de suspender/reduzir os recolhimentos mensais de imposto de renda e contribuição social do exercício 2002. O processo tem valor envolvido de aproximadamente R\$ 70.000. As parcelas dos autos de infração consideradas como de risco de perda provável foram provisionadas.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (b) A Empresa ingressou com Mandado de Segurança e efetuou depósito judicial visando o não recolhimento da CPMF durante o exercício social de 1999. O processo encontra-se em 1ª instância na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará. A administração considera o risco de perda como provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência desfavorável.
- (c) A Empresa ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Empresa efetuou depósito judicial no montante da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, no âmbito da 8ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª região e a administração considera o risco de perda como provável em função da avaliação das características específicas do processo por seus assessores jurídicos. Não há jurisprudência sobre o caso.

Adicionalmente as provisões constituídas, a Empresa e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento. Essas contingências, cujas expectativas de êxito, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizavam aproximadamente R\$ 149.000.

### 13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Provisão para devedores duvidosos	1.564	1.564	1.564	1.564
Provisão para contingências	7.072	7.072	7.072	7.072
Provisão para perdas - Outros créditos	1.637	1.637	1.637	1.637
Lucro não realizado nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>70</u>	<u>329</u>
	<u>10.273</u>	<u>10.273</u>	<u>10.343</u>	<u>10.602</u>



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos duvidosos.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/06</u>	<u>31/03/05</u> (não auditado)	<u>31/03/06</u>	<u>31/03/05</u> (não auditado)
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	42.899	40.761	44.444	43.275
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	14.586	13.858	15.111	14.714
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	2.662	2.473	4.428	2.988
Exclusões permanentes:				
Receitas isentas de impostos	( 1.517)	( 5.288)	( 3.993)	( 5.306)
Outros itens	44	( 72)	45	1.875
Diferença entre a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social	<u>      -</u>	<u>      -</u>	<u>      -</u>	<u>( 62)</u>
Efeito do não reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos na Adria	<u>      -</u>	<u>      -</u>	<u>1.228</u>	<u>( 939)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	15.775	10.971	16.819	13.270
Alíquota efetiva	37%	27%	38%	30%

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 14 Patrimônio líquido (controladora)

#### a. *Capital social*

Em 31 de março de 2006, o capital social está representado por 604.000.000 (604.000.000 em 31 de dezembro de 2005) quotas.

#### b. *Distribuição de lucros*

O lucro líquido apurado em cada exercício social, após constituição das reservas abaixo descritas e se não retidos pela Empresa ou mantido em lucros acumulados, poderá ser pago ou creditado aos sócios mediante sua deliberação, observada a proporção de sua participação no capital social e deduzidos os valores pagos ou destacados a título de juros sobre o capital próprio.

#### c. *Reservas*

*Reservas de lucros*

##### **Reserva de integridade do capital social**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, visando manter a integridade do capital próprio e proteger os credores, podendo ser capitalizada, absorvida por prejuízos acumulados ou distribuída aos sócios mediante proposta e deliberação da diretoria lavrada em ata, nos termos do contrato social.

##### **Reserva para plano de investimento**

Prevista no contrato social e calculada à razão de 5% do lucro líquido destina-se ao re-investimento de recursos gerados internamente, objetivando a expansão dos negócios sociais, podendo ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos acumulados ou distribuídas aos sócios mediante proposta e deliberação da diretoria, ficando seu saldo limitado a 30% do capital social.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **Reserva de lucros não realizados em controladas**

É constituída mediante proposta da diretoria à assembléia anual de sócios, quando o lucro líquido do exercício estiver influenciado por resultado positivo da avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial, sem que tenha havido efetiva realização em moeda. Pode ser destinada à compensação de prejuízos acumulados, distribuição aos sócios na proporção da realização dos resultados positivos acima referidos em moeda ou capitalizados na proporção da realização dos lucros ou por deliberação de sócios representando pelo menos três quartos do capital social.

O saldo da reserva de lucros não realizados em controladas, existente em 31 de março de 2006, no valor de R\$ 9.383, foi capitalizado integralmente, conforme deliberação dos acionistas na reunião realizada em 11 de abril de 2006, como mencionado na nota explicativa 21 - Eventos Subseqüentes.

### *Reservas de capital - incentivos fiscais*

A Empresa é beneficiária das seguintes subvenções para investimento do setor público:

#### **“DESENVOLVE” - Estado da Bahia**

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à instalação da filial Grande Moinho Aratu em Salvador - BA. O incentivo consiste basicamente no parcelamento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento, de até 90% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado. O eventual atraso ou falta de pagamento do ICMS devido gera suspensão do benefício.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **“PROVIN” - Estado do Ceará**

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à instalação das unidades: (i) Moinho Dias Branco; e (ii) Gorduras e Margarinas Especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste basicamente no parcelamento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento, de 56,25% do montante do ICMS devido ao Estado do Ceará pelas aquisições de trigo em grão. A legislação atual estabelece parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O benefício está condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

O incentivo é válido até dezembro de 2015 para a unidade Grande Moinho Dias Branco e março de 2017 para a unidade Gorduras e Margarinas Especiais.

### **“PROADI” - Estado do Rio Grande do Norte**

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à unidade Grande Moinho Potiguares em Natal - RN. O benefício consiste basicamente no parcelamento do imposto, e seu posterior desconto, quando do vencimento, de 74,25% do montante do ICMS devido ao Estado do Rio Grande do Norte pelas aquisições de trigo em grão, caso o investimento supere R\$ 20.000. Na hipótese de investimentos abaixo desse montante, a subvenção corresponderá a apenas 59,4% do montante do ICMS devido.

O incentivo foi concedido até fevereiro de 2014.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **Incentivo federal - “Lucro da exploração”**

No âmbito das regras de incentivos fiscais de redução do imposto de renda, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Empresa é beneficiária ainda de isenção de 25% a 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais nas unidades Fábrica Fortaleza, Grande Moinho Dias Branco (lucro da exploração) para os seguintes produtos: a) até 31 de dezembro de 2005, para massas alimentícias (Fábrica Fortaleza); b) até 31 de dezembro de 2008 (Moinho Dias Branco e Fábrica Fortaleza), até 31 de dezembro de 2010 (Grande Moinho Potiguar) e até 31 de dezembro de 2012 (Grande Moinho Aratu), para farinha de trigo e subprodutos do trigo e; c) até 31 de dezembro de 2012, para fabricação de gorduras hidrogenadas, cremes vegetais e margarinas (Gorduras e Margarinas Especiais). Não há benefício de isenção de contribuição social sobre o lucro líquido.

A Empresa protocolou, em 13 janeiro de 2006, pedido à Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, requerendo a emissão de novo laudo constitutivo necessário à manutenção do incentivo do lucro da exploração à plena capacidade, concedido às unidades Fábrica Fortaleza e Moinho Dias Branco, uma vez que o prazo de concessão do incentivo nas mesmas bases de 2003, 2004 e 2005 expirou em 31 de dezembro de 2005.

*Reserva especial - Lei 8.200/1991*

A Empresa contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente.

## **15 Instrumentos financeiros**

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Empresa e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2006 estão identificados a seguir:

Controladora

Descrição	31/03/06		31/12/05	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	27.311	27.311	32.295	32.295
Aplicações financeiras	388.041	385.108	639.490	639.879
Mútuos a receber	105	105	1.929	1.929
Adiantamentos para futuro aumento de capital	877	877	2.129	2.129
Impostos a recuperar	15.085	15.085	15.702	15.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.273	10.273	10.273	10.273



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/06</u>		<u>31/12/05</u>	
<b>Investimentos</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>
Investimentos				
Avaliados pelo custo:				
Sem cotação em bolsa	47.259	47.259	113.121	113.121

	<u>31/03/06</u>		<u>31/12/05</u>	
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>
Em moeda nacional	249.889	249.889	291.360	291.360
Em moeda nacional - Incentivos fiscais	75.437	75.437	71.549	71.549
Em moeda estrangeira	<u>305.346</u>	<u>306.529</u>	<u>324.206</u>	<u>325.184</u>
Total	<u>630.672</u>	<u>631.855</u>	<u>687.115</u>	<u>688.093</u>

### **b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado**

#### *Disponibilidades e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos.

#### *Mútuos a receber/pagar*

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado e se tratam de operações com controladas e coligadas.



# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### *Tributos a recuperar/diferidos*

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

### *Investimentos*

Os valores de mercado para os investimentos constantes nos balanços consolidados são considerados semelhantes aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado.

### *Empréstimos e financiamentos*

Os valores de mercado dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuro e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

Os valores de mercado para o financiamento de BNDES/FINAME E FNE são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

### *Derivativos*

A Empresa tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Empresa não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2006 e 2005.

### *Limitações*

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### c. Risco de crédito

As políticas de vendas da Empresa e de suas subsidiárias estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). A Empresa possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 11.604 (2005 - R\$ 10.250) representativos de 8% do saldo de contas a receber em aberto (2005 - 6%), para fazer face ao risco de crédito.

### d. Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Empresa e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o trimestre findo em 31 de março de 2006 com variação trimestral (desvalorização) em relação ao Real de aproximadamente 7% (0,4% positiva em 31 de março de 2005).

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos suscetíveis também, à variação cambial, conforme quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>	<u>31/03/06</u>	<u>31/12/05</u>
A. Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira	295.142	313.345	305.346	324.206
B. Ativos em moeda estrangeira	<u>218.266</u>	<u>234.393</u>	<u>240.523</u>	<u>256.755</u>
C. Déficit apurado (A-B)	<u>76.876</u>	<u>78.952</u>	<u>64.823</u>	<u>67.451</u>

### e. Risco de preço

O preço de nossas matérias-primas e insumos é volátil. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, poderemos não ser capazes de repassar tais aumentos aos preços de nossos produtos, o que poderá vir a impactar a nossa margem de lucro.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### *f. Risco de taxa de juros*

Os resultados da Empresa e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

### **16 Cobertura de seguros (não auditado)**

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2006, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 26.100 para danos materiais e lucros cessantes (R\$ 26.100 em 2005), R\$ 6.620 para cobertura de veículos próprios (R\$ 6.620 em 2005) e R\$ 25.146 para aeronaves locadas (R\$ 24.146 em 2005).

### **17 Arrendamento mercantil**

A Empresa é locatária junto à empresa Rowena S.A., localizada no Uruguai, e de propriedade do sócio controlador e Diretor Presidente da Empresa, de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação. A posição desse contrato em 31 de março de 2006 é a seguinte:

<b>Bens</b>	<b>Aluguel trimestral</b>	<b>Prazo da locação</b>	<b>Opção de compra</b>
Aeronave Cessna 560 (Citation XLS)	US\$ 322 mil	120 meses	Não prevista

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 18 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de março de 2006, a controlada Adria alimentos do Brasil Ltda. possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	<b>R\$</b>
a. Prejuízos fiscais apurados até 31 de março de 2006	35.388.449
b. Base negativa de contribuição social	44.710.388

### 19 Demonstrações financeiras consolidadas “pro forma”

Conforme mencionado na nota explicativa 1 - Contexto Operacional, em 31 de março de 2006, os quotistas representando a totalidade do capital social da Empresa aprovaram a cisão parcial de seu acervo patrimonial e posterior incorporação na empresa DIBRA - Distribuidora Brasileira de Alimentos Ltda. Este fato altera a comparabilidade das demonstrações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2006 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e trimestre findo em 31 de março de 2005. Sendo assim, visando permitir uma melhor comparabilidade e melhor compreensão do comportamento dos números da Empresa, estão sendo apresentados a seguir os balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2005 “pro forma” e as demonstrações de resultado consolidadas de 31 de março de 2006 e 2005 também “pro forma”. As premissas utilizadas na elaboração dessas informações “pro forma” foram as seguintes:

- a. Os balanços patrimoniais consolidados e as demonstrações de resultado consolidadas foram preparadas considerando os efeitos da cisão mencionada na nota explicativa 1 - Contexto Operacional como se esta tivesse efetivamente ocorrido em 1º janeiro de 2003;
- b. Os efeitos sobre os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2006 e 2005, relacionados às aplicações financeiras cindidas, tais como juros e variações cambiais, foram excluídos das demonstrações de resultados “pro forma” em cada um dos períodos, líquidas dos efeitos correspondentes no imposto de renda e na contribuição social;

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- c. As aplicações financeiras cindidas em 1º de janeiro de 2003 (pro forma) foram aquelas em que as principais características, tais como indexadores, taxas e prazos mais se assemelhavam às aplicações cindidas efetivamente em 31 de março de 2006, até o limite de seu saldo contábil. A cisão dos montantes das aplicações financeiras obedeceu à seguinte ordem de preferência em 1º de janeiro de 2003:
- Em primeiro lugar foram cindidos os saldos de aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) até o limite do seu saldo;
  - Em segundo lugar foram cindidos os fundos de aplicações financeiras em moeda nacional;
  - Por fim, foram cindidos os saldos em fundos de aplicação no exterior. A variação cambial sobre a parcela de fundos de aplicação financeira no exterior foi excluída dos resultados de cada período.

O cálculo dos juros de cada período foi efetuado com base nas taxas médias ponderadas no final de cada período em função da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicada sobre o saldo cindido efetivamente em 31 de março de 2006 de forma retrospectiva.

- d. Os efeitos das movimentações de itens do ativo permanente cindidos, em cada período, foram excluídos, quando relevantes. Os efeitos desses itens sobre os resultados consolidados de cada período foram igualmente excluídos, quando relevantes.
- e. Os balanços patrimoniais consolidados “pro forma” e as demonstrações de resultados consolidados “pro forma” não levaram em consideração qualquer destinação de lucros acumulados ocorrida em nenhum dos períodos, tais como constituição de reservas ou propostas de dividendos, ou outras movimentações entre grupos do patrimônio líquido. Todas as contrapartidas dos ativos e passivos cindidos “pro forma” foram lançadas na rubrica de lucros acumulados.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados consolidadas “pro forma” estão demonstradas nos Anexos I e II às demonstrações financeiras.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A conciliação entre o patrimônio líquido consolidado histórico e o patrimônio líquido consolidado “pro forma”, bem como a conciliação entre a demonstração de resultados consolidada histórica e a demonstração de resultados consolidada “pro forma” está apresentada a seguir:

<b>Patrimônio líquido consolidado</b>	<b>31/03/06</b>	<b>31/12/05</b>
Saldos históricos	780.676	1.146.499
Aplicações financeiras cindidas	-	( 249.969)
Imóveis mantidos como investimentos cindidos	-	( 69.095)
Efeito sobre o imposto de renda e a contribuição social	-	16.157
Ativos líquidos da controlada Terminal Portuário Cotegipe Ltda. (TPC) cindidos	-	( 22.691)
Reversão do aumento do capital efetuado na controlada TPC	-	21.410
Outros ativos cindidos	-	( 4.930)
Saldos “pro forma”	<u>780.676</u>	<u>837.381</u>

	<b>Trimestre findo em</b>	
<b>Resultado do exercício consolidado</b>	<b>31/03/06</b>	<b>31/03/05</b> (não auditado)
Saldos históricos	27.625	30.005
Reversão das receitas financeiras líquidas	( 3.510)	( 6.557)
Efeito sobre o imposto de renda e a contribuição social	1.193	2.230
Resultados gerados por investimentos cindidos	<u>22</u>	<u>( 161)</u>
Saldos “pro forma”	<u>25.330</u>	<u>25.517</u>

## 20 Remuneração dos administradores

Em 31 de março de 2006, o contrato social não previa participação dos administradores nos resultados da Empresa, portanto o valor neste período é zero. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente na Demonstrações do resultado do exercício, após a provisão para imposto de renda e contribuição social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei 6.404/76.

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da Empresa, por serviços nas respectivas áreas de competência, foi de R\$ 1.310 no período findo em 31 de março de 2006 (R\$ 4.653 no exercício findo em 31 de dezembro de 2005).

### **21 Eventos subsequentes**

Em 06 de abril de 2006, os quotistas representando a totalidade do capital da Empresa decidiram transformar a M.Dias Branco Industria e Comércio de Alimentos Ltda. em Sociedade por Ações. Na mesma data foi aprovada a proposta visando o pedido de registro de companhia aberta e o pedido de registro de oferta pública de ações junto à Companhia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo ainda a proposta de adesão ao segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Estes processos encontram-se em trâmite na Comissão de Valores Mobiliários.

Em 11 de abril de 2006, foi aprovado pelos acionistas o aumento do capital social da Empresa no total de R\$ 84.800, mediante a capitalização das Reservas de Capital, Reservas de Lucros e de Lucros Acumulados, passando o capital social para R\$ 688.800, dividido em 229.600.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

## Balancos patrimoniais consolidados "pro forma"

em 31 de março de 2006 e 31 de dezembro de 2005

(Em milhares de Reais)

Ativo	2006	2005	Passivo	2006	2005
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Aplicação financeira	440.034	471.394	Financiamentos	374.354	380.640
Contas a receber de clientes	134.420	155.366	Fornecedores	40.696	37.034
Adiantamento a fornecedores	8.106	2.984	Obrigações sociais e trabalhistas	14.174	11.720
Outras contas a receber	9.243	2.767	Impostos e contribuições	55.205	29.416
Impostos a recuperar	16.606	17.065	Adiantamentos	1.552	1.612
Estoques	154.576	145.626	Outras contas a pagar	34.948	16.040
Despesas antecipadas	342	111			
	<u>763.327</u>	<u>795.313</u>		<u>520.929</u>	<u>476.462</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>Exigível a longo prazo</b>		
Depósitos judiciais	13.141	12.770	Financiamentos e empréstimos	256.318	271.579
Impostos a recuperar	11.975	12.246	Impostos e contribuições	13.408	13.875
Imposto de renda e contribuição Social diferidos	10.343	10.602	Contas a pagar	9.080	11.865
Créditos junto a Empresas Ligadas	54		Provisão para contingências	33.387	33.387
Incentivos fiscais/outras créditos	2.336	3.354			
	<u>37.849</u>	<u>38.972</u>		<u>312.193</u>	<u>330.706</u>
<b>Permanente</b>			<b>Participações de minoritários</b>		
Investimentos	47.259	35.209		-	67
Imobilizado	730.129	737.301	<b>Patrimônio líquido</b>		
Diferido/intangíveis	35.234	37.821	Capital social	604.000	604.000
	<u>812.622</u>	<u>810.331</u>	Reservas de capital	66.590	60.105
	<u>1.613.798</u>	<u>1.644.616</u>	Reserva especial	16.529	16.529
			Reservas de lucros	29.733	102.931
			Lucros acumulados	63.824	53.816
				<u>780.676</u>	<u>837.381</u>
				<u>1.613.798</u>	<u>1.644.616</u>



## M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

## Demonstrações consolidadas de resultados "pro forma"

## Trimestres findos em 31 de março de 2006 e 2005

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2006</b>	<b>2005</b> Não Auditado
<b>Receita operacional bruta</b>		
Venda de produtos	391.960	370.431
<b>Deduções</b>		
Impostos e deduções sobre as vendas	<u>(89.107)</u>	<u>(86.254)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>302.853</u>	<u>284.177</u>
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<u>(177.103)</u>	<u>(164.507)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>125.750</u>	<u>119.670</u>
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>		
Vendas	(58.520)	(52.786)
Administrativas e gerais	(17.851)	(16.003)
Despesas financeiras	(39.586)	(23.968)
Receitas financeiras	49.664	30.188
Despesas tributárias	(9.181)	(6.253)
Despesas com depreciação e amortização	(8.589)	(6.724)
Outras despesas operacionais	<u>(904)</u>	<u>(7.964)</u>
<b>Lucro operacional</b>	40.783	36.160
Resultado não operacional	<u>172</u>	<u>352</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	40.955	36.512
Imposto de renda e contribuição social	<u>(15.625)</u>	<u>(10.996)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u><u>25.330</u></u>	<u><u>25.516</u></u>

# M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor Presidente

Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco  
Diretora Vice-Presidente

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Diretor Superintendente

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Diretor Comercial Corporativo

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Diretora Administrativa Corporativa

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Diretora de Relações Institucionais Corporativa

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Diretor Industrial - Divisão Moinhos Corporativo

Maria Wilma de Oliveira Patrício  
Diretora Financeira Corporativa

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-0

[página intencionalmente deixada em branco]



**Adria Alimentos do Brasil Ltda.**

Relatório dos auditores independentes  
sobre revisão especial das Informações  
Financeiras Trimestrais (ITR)  
Trimestres findos em 30 de junho de 2006 e  
31 de março de 2006

[página intencionalmente deixada em branco]

Adria Alimentos do Brasil Ltda.

Informações trimestrais

em 30 de junho de 2006 e 31 de março de 2006

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial	527
Balanços patrimoniais	528
Demonstrações de resultados	529
Notas explicativas às informações trimestrais	530

[página intencionalmente deixada em branco]

## Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Aos  
Administradores e aos Quotistas da  
Adria Alimentos do Brasil Ltda.  
São Paulo - SP

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) da Adria Alimentos do Brasil Ltda. referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005, e 31 de março de 2006 e 2005, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados e as informações relevantes, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Empresa, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Empresa.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais acima referidas para que essas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às Informações Trimestrais, a Empresa mantém saldos e transações relevantes com sua controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos. Conseqüentemente, os resultados das operações da Empresa e sua posição financeira poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

15 de agosto de 2006

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Augusto Pires  
Contador CRC 1SP184830/O-7



Adria Alimentos do Brasil Ltda.

Balancos patrimoniais

em 30 de junho e 31 de março de 2006

(Em milhares de Reais)

Ativo	30/06/06	31/03/06	Passivo	30/06/06	31/03/06
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	6.671	2.111	Financiamentos e empréstimos	13.705	12.425
Contas a receber de clientes	75.357	55.474	Fornecedores	18.301	18.552
Estoques	30.156	28.672	Impostos e contribuições a recolher	9.333	8.853
Despesas antecipadas	75	121	Imposto de renda e contribuição social	615	300
Outras contas a receber	3.010	2.759	Salários e férias a pagar	5.247	4.098
Partes relacionadas	-	13.815	Outras contas a pagar	8.371	8.226
	115.269	102.952	Partes relacionadas	22.874	18.292
<b>Não circulante</b>				78.446	70.746
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>Não circulante</b>		
Outras contas a receber	4.791	4.049	<b>Exigível a longo prazo</b>		
	4.791	4.049	Financiamentos e empréstimos	4.406	4.911
			Impostos e contribuições a recolher	11.026	11.338
<b>Permanente</b>			Outras contas a pagar	9.018	9.052
Investimentos	73	73	Provisão para contingências	10.027	12.588
Imobilizado	55.600	56.620		34.477	37.889
Diferido	18.873	20.142			
	74.546	76.835	<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital social	81.150	81.150
			Lucros (prejuízos) acumulados	533	(5.949)
				81.683	75.201
	194.606	183.836		194.606	183.836

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Demonstrações de resultados

### Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005

(Em milhares de Reais)

	2006		2005	
	de 1º de abril a 30 de junho	de 1º de janeiro a 30 de junho	de 1º de abril a 30 de junho	de 1º de janeiro a 30 de junho
<b>Receita operacional bruta</b>				
Venda de produtos	125.860	233.274	115.492	222.206
<b>Deduções</b>				
Impostos sobre as vendas	(19.233)	(36.427)	(20.652)	(39.643)
Devoluções e abatimentos	<u>(3.778)</u>	<u>(6.654)</u>	<u>(4.677)</u>	<u>(8.881)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	102.848	190.193	90.163	173.682
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<u>(67.524)</u>	<u>(125.095)</u>	<u>(54.152)</u>	<u>(103.707)</u>
<b>Lucro bruto</b>	35.325	65.098	36.011	69.975
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>				
Vendas	(22.692)	(43.985)	(27.121)	(48.764)
Administrativas e gerais	(2.598)	(7.455)	(4.273)	(7.990)
Despesas financeiras	(3.498)	(5.129)	(1.265)	(3.712)
Receitas financeiras	2.894	7.257	3.143	8.870
Depreciações e amortizações	(2.842)	(3.985)	(1.945)	(3.866)
Despesas tributárias	(1.169)	(2.163)	(969)	(1.652)
<b>Lucro operacional</b>	<u>8.126</u>	<u>11.201</u>	<u>3.570</u>	<u>12.890</u>
Resultado não operacional	(75)	(28)	1	15
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>8.051</u>	<u>11.172</u>	<u>3.571</u>	<u>12.905</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.534)</u>	<u>(2.258)</u>	<u>(392)</u>	<u>(2.495)</u>
<b>Lucro líquido antes das participações societárias</b>	6.517	8.915	3.178	10.410
<b>Participações societárias</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<u>6.517</u>	<u>8.915</u>	<u>3.179</u>	<u>10.411</u>
<b>Quantidade de quotas ao final do período</b>	<u>81.150</u>	<u>81.150</u>	<u>81.150</u>	<u>81.150</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

**Trimestres findos em 30 de junho de 2006 e 31 de março de 2006**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Empresa tem como atividade preponderante a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, principalmente massas e biscoitos, moagem de trigo e outros cereais, bem como representação comercial, exploração e prestação de serviços no ramo de produtos alimentícios.

A Empresa é uma controlada indireta da sociedade M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, atuando basicamente no mesmo segmento de negócios de sua controladora, mas tendo suas operações concentradas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

### **2 Apresentação das informações trimestrais**

As informações trimestrais foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários. Embora a Empresa seja uma Ltda., e portanto não requerida a preparar informações financeiras no formato ITR, as informações trimestrais foram preparadas por solicitação de sua controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos.

#### ***Resumo das principais práticas contábeis***

##### ***a. Apuração do resultado***

O resultado das operações foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### *b. Estimativas contábeis*

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, provisão para devedores duvidosos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### *c. Moeda estrangeira*

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio nas datas de fechamento dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

### *d. Ativos circulante e realizável a longo prazo*

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para devedores duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

*e. Permanente*

- **Investimentos**

Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 8 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

- **Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período estimado de benefício futuro dos ativos intangíveis. O ativo diferido é registrado quando há uma perspectiva de aumento dos benefícios econômicos futuros relacionados a esse ativo.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### f. *Passivos circulante e exigível a longo prazo*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

### g. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### h. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Empresa não vem reconhecendo os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias tendo em vista a falta de um histórico de rentabilidade, nos termos da Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2003.

## 3 Disponibilidades

	30/06/06	31/03/06
Caixa e bancos	6.308	1.647
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>363</u>	<u>464</u>
	<u>6.671</u>	<u>2.111</u>

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas às taxas que variam entre 100% e 100,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Tais aplicações financeiras podem ser resgatadas pela Empresa no exercício social subsequente ao exercício em curso, conforme previsto no art. 179 da Lei nº 6.404/76.

### 4 Contas a receber de clientes

	30/06/06	31/03/06
Circulante:		
No País	81.963	62.072
No Exterior	533	573
Menos:		
Provisão para devedores duvidosos	( 7.138)	( 7.171)
	<u>75.357</u>	<u>55.474</u>

A Provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na avaliação global dos atrasos ajustada pela análise individual dos principais clientes com saldos em atraso, levando-se em consideração o conhecimento da administração do mercado de atuação da Empresa, o histórico e as garantias envolvidas em cada situação

### 5 Estoques

	30/06/06	31/03/06
Produtos acabados	12.799	11.995
Produtos em elaboração	3.288	2.889
Matérias-primas	5.233	3.939
Materiais secundários	2.298	2.456
Materiais de embalagens e almoxarifado	6.088	6.515
Estoques em poder de terceiros	599	1.027
Provisão p/ obsolescência dos Estoques	( 149)	( 149)
	<u>30.156</u>	<u>28.672</u>

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 6 Outras contas a receber - Longo prazo

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas e cíveis. O saldo de outras contas a receber no longo prazo refere-se a depósitos judiciais e ICMS a recuperar sobre a compra de ativo imobilizado. Como a assessoria jurídica da empresa considerou provável a perda de algumas destas ações, procedeu-se à provisão para contingências, conforme comentado na Nota Explicativa 13 - Provisão para Contingências. Os créditos de ICMS sobre a compra de ativo imobilizado, conforme Lei Complementar nº 102 de 11/07/2000, vem sendo compensados em 48 parcelas.

	30/06/06	31/03/06
<b>Depósitos judiciais</b>		
Ações trabalhistas	2.277	1.432
Salário educação	753	753
Contribuição social	57	57
Imposto de renda	154	154
Outros	<u>298</u>	<u>298</u>
	<u>3.540</u>	<u>2.694</u>
<b>Impostos a recuperar</b>		
ICMS - sobre compra de ativo imobilizado	<u>1.252</u>	<u>1.355</u>
	<u>4.791</u>	<u>4.049</u>

### 7 Investimentos

	30/06/06	31/03/06
Participações em outras empresas	53	53
Outros investimentos	146	146
(-) Provisão para desvalorização dos investimentos	<u>(126)</u>	<u>(126)</u>
	<u>73</u>	<u>73</u>



# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 8 Imobilizado

#### a. Composição de saldos

	Taxa de depreciação % a.a.	30/06/06			31/03/06
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	4 - 8	19.628	( 9.492)	10.136	9.955
Terrenos	-	1.944	-	1.944	2.808
Máquinas e equipamentos	4 - 20	98.897	(64.412)	34.485	35.630
Móveis e utensílios	20	2.276	( 1.077)	1.199	1.136
Veículos	20	6.192	( 5.035)	1.157	1.209
Instalações	10	1.553	( 1.213)	341	351
Equipamentos de computação	20	2.147	( 1.376)	771	816
Obras em andamento	-	2.465	-	2.465	1.188
Marcas e patentes	-	374	-	374	374
Importações em andamento	-	1.258	-	1.258	1.211
Adiantamentos a fornecedores	-	2.054	-	2.054	2.528
Benfeitorias	-	170	-	170	170
(-) Provisão para desvalorização	-	( 755)	-	( 755)	( 755)
		<u>138.204</u>	<u>(82.604)</u>	<u>55.600</u>	<u>56.620</u>

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### b. Movimentação do custo

	<u>31/03/06</u>	<u>30/06/06</u>		
	<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Custo</b>
Edificações	19.233	395	-	19.628
Terrenos	2.808	-	( 864)	1.944
Máquinas e equipamentos	98.904	919	( 926)	98.897
Móveis e utensílios	2.172	106	( 2)	2.276
Veículos	6.140	80	( 28)	6.192
Instalações	1.548	5	-	1.553
Equipamentos de computação	2.124	54	( 31)	2.147
Obras em andamento	1.188	1.673	( 396)	2.465
Marcas e patentes	374	-	-	374
Importações em andamento	1.211	138	( 91)	1.258
Adiantamentos a fornecedores	2.528	2.400	(2.874)	2.054
Benfeitorias	170	-	-	170
(-) Provisão para desvalorização	( 755)	-	-	( 755)
	<u>137.644</u>	<u>5.771</u>	<u>(5.211)</u>	<u>138.204</u>

## 9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2006 e em 31 de março de 2006, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa e sua controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (anteriormente denominada M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.), as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber		
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos	-	13.815
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedores		
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos	22.874	18.292

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<b>Semestre findo em 30/06/06</b>	<b>Semestre findo em 30/06/05</b>
<b>Resultados</b>		
(M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos)		
Receita de Produtos e Serviços	19	39
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	36.617	37.190
Receita Financeira	-	4.779

Em 15 de maio de 2006, a Empresa vendeu três terrenos ao Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco, sócio majoritário e diretor presidente da controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, no valor total de R\$ 886.

### 10 Diferido

	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>
Ágio sobre investimentos incorporados	59.103	59.103
Pesquisa, desenvolvimento e gastos pré-operacionais	7.669	7.669
(-) Amortização acumulada	<u>(47.899)</u>	<u>(46.630)</u>
	<u>18.873</u>	<u>20.142</u>

Os ágios incorporados estão sendo amortizados em função da geração de resultados pelos investimentos incorporados, com base em estudos técnicos de rentabilidade futura, não superando o prazo máximo de dez anos.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

O saldo de ágio é composto por: (i) ágio gerado na antiga controladora pela compra de participação minoritária na Empresa, no valor de R\$ 26.470 (sendo R\$ 16.018 o valor líquido em 30 de junho de 2006), o qual foi incorporado após processo de cisão na antiga controladora e vem sendo amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura no prazo de dez anos; (ii) ágio gerado nas aquisições das empresas Isabela S.A Produtos Alimentícios e Zabet S.A. Indústria e Comércio, no valor de R\$ 19.033 (sendo R\$ 2.855 o valor líquido em 30 de junho de 2006), posteriormente incorporadas à Empresa por meio de um processo de reestruturação societária, os quais estão sendo amortizados no prazo de dez anos; e (iii) ágio gerado na aquisição da empresa Pastifício Basilar no valor de R\$ 13.600, totalmente amortizado em 30 de junho de 2006.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se a novos produtos e são amortizados em cinco anos ou imediatamente, caso não exista perspectiva de geração de benefícios futuros.

### 11 Financiamentos e empréstimos

	<b>Indexador</b>	<b>Juros (a.a.)</b>	<b>30/06/06</b>	<b>31/03/06</b>
Moeda nacional:				
FINAME	TJLP	5,2%	7.819	7.131
			<u>7.819</u>	<u>7.131</u>
Moeda estrangeira:				
Financiamentos de importação	USD	5,0%	10.292	10.205
			<u>10.292</u>	<u>10.205</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo:				
Circulante			(13.705)	(12.425)
Exigível a longo prazo			<u>4.406</u>	<u>4.911</u>

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	30/06/06	31/03/06
Ano de vencimento:		
2007	1.105	1.415
2008	1.105	1.653
2009	1.105	1.295
2010	899	548
2011	<u>192</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.406</u>	<u>4.911</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 11.826 em 30 de junho de 2006 (R\$ 11.826 em 31 de março de 2006).

## 12 Outras contas a pagar

	30/06/06	31/03/06
<b>Passivo circulante</b>		
Verbas contratuais a pagar	3.824	3.640
Dívida com ex-minoritários	3.623	3.636
Adiantamento de clients	371	494
Crédito de clientes a compensar	424	305
Outras contas a pagar	<u>129</u>	<u>151</u>
	<u>8.371</u>	<u>8.226</u>
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Dívida com ex-minoritários	<u>9.018</u>	<u>9.052</u>
	<u>9.018</u>	<u>9.052</u>

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

Verbas contratuais referem-se aos créditos concedidos aos clientes para cobrir despesas promocionais incorridas na venda dos produtos da Empresa. Esses créditos são usualmente compensados pelos clientes no pagamento de suas faturas.

Em 27 de agosto de 2002, na incorporação da antiga controladora Craiova Participações Ltda., foi transferida para a Empresa a dívida com os ex-minoritários, referente à compra das quotas representativas de 12% do seu capital social, no valor de R\$ 37.679. No ano de 2003 a administração da Empresa efetuou a renegociação desta dívida postergando o seu pagamento para doze parcelas semestrais, atualizadas à taxa de 0,417% ao mês, com vencimento inicial em 19 de março de 2004. Em garantia ao cumprimento desta obrigação, a Empresa alienou fiduciariamente aos cedentes, por escritura pública, a universalidade de bens e direitos que compõem o seu estabelecimento industrial da cidade de Jaboticabal. Em 30 de junho de 2006, o saldo remanescente dessa dívida era de US\$ 5.833, correspondente à R\$ 12.641 (R\$ 12.688 em 31 de março de 2006), que será amortizado semestralmente até o ano de 2009. Os juros são pagos trimestralmente.

### 13 Provisão para contingências

A Empresa efetua periodicamente a avaliação de seus riscos contingentes, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, podendo ser classificados como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas, em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Esses processos judiciais encontram-se em discussão em várias instâncias, desde administrativas até instâncias judiciais inferiores e superiores. Abaixo, detalhamos as provisões registradas:

	30/06/06	31/03/06
Trabalhistas e cíveis	9.682	8.322
Tributárias	<u>345</u>	<u>4.266</u>
	<u>10.027</u>	<u>12.588</u>

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/05</u>	<u>Trimestre findo em 31/03/06</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Trabalhistas e cíveis	8.322	-	-	-	8.322
Tributárias	<u>4.266</u>	=	=	=	<u>4.266</u>
	<u>12.588</u>	=	=	=	<u>12.588</u>
	<u>31/03/06</u>	<u>Trimestre findo em 30/06/06</u>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adição a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Estornos</b>	<b>Saldo</b>
Trabalhistas e cíveis	8.322	1.360	-	-	9.682
Tributárias	<u>4.266</u>	<u>-</u>	=	<u>(3.921)</u>	<u>345</u>
	<u>12.588</u>	<u>1.360</u>	=	<u>(3.921)</u>	<u>10.027</u>

A maior parte das ações nas quais a Empresa figura como ré, envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho, ações de verbas contratuais e rescisórias, ações de reparação de danos, dentre outros.

A Empresa foi autuada em razão do não cumprimento de obrigações acessórias em relação ao direito de suspender/reduzir os recolhimentos mensais de imposto de renda e contribuição social do exercício 2002. O processo tem valor envolvido de aproximadamente R\$ 70.000. As parcelas dos autos de infração consideradas como de risco de perda provável foram provisionadas até o trimestre encerrado em 31 de março de 2006. Durante o trimestre encerrado em 30 de junho de 2006, a Companhia obteve decisão favorável unânime no âmbito do conselho de contribuintes. Com base neste novo elemento, a administração, em conjunto com seus assessores jurídicos reavaliou o risco de perda envolvido, tendo concluído que este não é mais provável. Consequentemente, o montante de R\$ 3.921 foi revertido da provisão para contingências.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

Adicionalmente às provisões constituídas, a Empresa se defende de diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento. Essas contingências, cujas expectativas de êxito, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizavam aproximadamente R\$ 24.950.

### 14 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/06	31/03/06
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	11.172	3.121
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	3.799	1.061
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	6.706	3.330
Exclusões permanentes: Receitas isentas de impostos	(6.984)	(3.269)
Outros itens	(1.263)	( 398)
Imposto de renda e contribuição social no Resultado	<u>2.258</u>	<u> 724</u>
Alíquota efetiva	20%	23%



# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### 15 Patrimônio líquido

#### *Capital social*

Em 8 de novembro de 2005, pelo instrumento particular de 10ª alteração do contrato social da Empresa, Green Jungle Limited e Francisco Ivens de Sá Dias Branco decidiram aumentar o capital social para R\$ 81.150.000 (oitenta e um milhões, cento e cinquenta mil reais) mediante a criação de 32.000.000 (trinta e dois milhões) de novas quotas do capital social, que foram totalmente integralizadas pela pessoa jurídica M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Com essa integralização o capital social da Empresa ficou assim distribuído: 49.149.999 (quarenta e nove milhões, cento e quarenta e nove mil e novecentos e noventa e nove) de quotas pertencentes à Green Jungle Limited, 32.000.000 (trinta e dois milhões) de quotas pertencentes a M. Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (atualmente denominada M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos) e 1 (uma) quota pertencente à Francisco Ivens de Sá Dias Branco, todas com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada, perfazendo assim um capital social de R\$ 81.150.000 (oitenta e um milhões, cento e cinquenta mil reais) totalmente integralizado.

Em 10 de março de 2006, pelo instrumento particular de 12ª alteração do contrato social da Adria, o quotista Francisco Ivens de Sá Dias Branco cedeu e transferiu 1 (uma) quota à quotista M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, que a partir daquela data possui 32.000.001 (trinta e dois milhões e uma) quotas.

Dessa forma, o capital social em 30 de junho de 2006 está representado por 81.150.000 (81.150.000 em 31 de março de 2006) quotas, pertencentes a:

	<b>Quantidade de quotas</b>	<b>Participação</b>
Green Jungle Limited	49.149.999	61%
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos	32.000.001	39%

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 16 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

#### a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2006 e em 31 de março de 2006 estão identificados a seguir:

Descrição	30/06/06		31/03/06	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixa e bancos	6.308	6.308	1.647	1.647
Aplicações financeiras	363	363	464	464
Impostos a recuperar	1.850	1.850	1.520	1.520
	30/06/06		31/03/06	
<b>Investimentos</b>	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Investimentos				
Avaliados pelo custo:				
Sem cotação em bolsa	73	73	73	73
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado

## Adria Alimentos do Brasil Ltda.

### Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

Em moeda nacional	7.819	7.819	7.131	7.131
Em moeda estrangeira	<u>10.293</u>	<u>10.293</u>	<u>10.205</u>	<u>10.205</u>
Total	<u>18.111</u>	<u>18.111</u>	<u>17.336</u>	<u>17.336</u>

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

### ***b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado***

- *Caixa, bancos e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos; quando da inexistência, foram baseados nos fluxos de caixa futuros, descontados às taxas médias de aplicação disponíveis.

- *Impostos a recuperar*

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

- *Investimentos*

Os valores de mercado para os investimentos são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado.

- *Empréstimos e financiamentos*

Os valores de mercado para o financiamento de FINAME são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

### ***c. Risco de crédito***

A política de vendas da Empresa está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

suas vendas (pulverização do risco). A Empresa possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 7.138 (R\$ 7.171 em 31 de março de 2006) correspondente à 9% do saldo de contas a receber em aberto (9% em 31 de março de 2006), para fazer face ao risco de crédito.

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### *d. Risco de preço*

O preço de nossas matérias-primas e insumos é volátil. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, poderemos não ser capazes de repassar tais aumentos aos preços de nossos produtos, o que poderá impactar a nossa margem de lucro.

### *e. Risco de taxa de juros*

O resultado da Empresa está suscetível a sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

## **17 Cobertura de seguros (não revisado)**

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2006, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 195.311 para danos materiais e lucros cessantes (R\$ 195.311 em 31 de março de 2006), R\$ 609 para cobertura de veículos próprios (R\$ 609 em 31 de março de 2006) e R\$ 150 por embarque para seguro de transporte nacional (R\$ 150 em 31 de março de 2006).

## **18 Prejuízos fiscais a compensar**

Em 30 de junho de 2006, a Empresa possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	<b>R\$</b>
<b>a.</b> Prejuízos fiscais apurados até 30 de junho de 2006	33.358.369
<b>b.</b> Base negativa de contribuição social	42.878.914

Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

# Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

(Em milhares de Reais)

### 19 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de capital</b>	<b>Lucros/ (prejuízos) acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	81.150	-	(8.347)	72.803
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>=</u>	<u>2.398</u>	<u>2.398</u>
<b>Saldos em 31 de março de 2006</b>	<u>81.150</u>	<u>=</u>	<u>(5.949)</u>	<u>75.201</u>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	( 34)	( 34)
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>=</u>	<u>6.517</u>	<u>6.517</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2006</b>	<u>81.150</u>	<u>=</u>	<u>533</u>	<u>81.683</u>

\* \* \*

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor Presidente

Geraldo Luciano Matos Júnior  
Diretor Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria



Adria Alimentos do Brasil Ltda.

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

*(Em milhares de Reais)*

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-0